



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA

JOSÉ ATANÁSIO DE SOUZA FILHO

**CRUZANDO OS CAMINHOS DO PASSADO: HISTÓRIA, SOCIEDADE
E LITERATURA NA PARTICIPAÇÃO DE GOIÁS NA GUERRA DO
PARAGUAI**

GOIÂNIA (GO)
2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☐ Dissertação ☒ Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

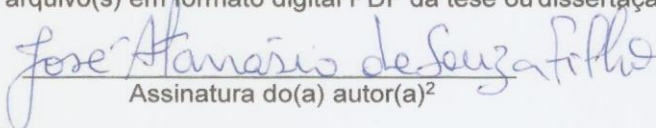
Nome completo do autor: José Atanásio de Souza Filho

Título do trabalho: Cruzando os caminhos do Passado: história, sociedade e literatura na participação de Goiás na Guerra do Paraguai.

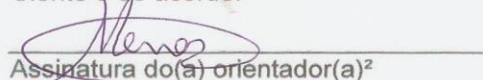
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 17/12/2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

CRUZANDO OS CAMINHOS DO PASSADO: HISTÓRIA, SOCIEDADE E LITERATURA NA PARTICIPAÇÃO DE GOIÁS NA GUERRA DO PARAGUAI

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Universidade Federal de Goiás como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História.

Linha de Pesquisa: poder, sertão e identidade.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antonio de Menezes.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

SOUZA FILHO, José Atanásio de
Cruzando os caminhos do Passado: [manuscrito] : história,
sociedade e literatura na participação de Goiás na Guerra do Paraguai
/ José Atanásio de SOUZA FILHO . - 2018.
CCLIV, 254 f.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio de Menezes.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Cidade de Goiás,
2018.
Bibliografia. Anexos.

1. Goiás. . 2. História. 3. Representação. 4. Literatura. 5. Brasil
Império. I. Menezes, Marcos Antônio de, orient. II. Título.

CDU 94(817.3)

Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Doutorado de **José Atanásio de Souza Filho**. Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de novembro de dois mil e dezoito (2018), com início às 13h30min, nas dependências da Faculdade de História, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Doutorado de **José Atanásio de Souza Filho**, cujo título foi **“Cruzando os caminhos do passado: história, sociedade e literatura na participação de Goiás na Guerra do Paraguai”**. A Banca Examinadora foi composta, conforme portaria nº080/18-PPGH, de 16 de novembro de 2018, pelos seguintes Professores Doutores: **Marcos Antônio de Menezes (UFG) (Presidente)**, **Ana Paula Squinelo (UFMS)**, **Aguinaldo Rodrigues Gomes (UFMS)**, **Ana Lorim Soares (UFG)** e **Ivan Lima Gomes (UFG)**, e, como suplentes, **Alexandre Martins de Araújo (UFG)** e **Sandra Nara Novais (UFG)**. Os Examinadores arguiram na ordem acima citada. Às 18 horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido o candidato

arguido e aprovado.
Prof. Dra. Ana Paula Squinelo (UFMS) Ass.: Ana Paula Squinelo
Decisão (APROVADO)
Prof. Dra. Ana Lorim Soares (UFG) Ass.: Ana Lorim Soares
Decisão (APROVADO)
Prof. Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes (UFMS) Ass.: Aguinaldo
Decisão (APROVADO)
Prof. Dr. Ivan Lima Gomes (UFG) Ass.: Ivan Lima Gomes
Decisão (APROVADO)
Presidente da Banca Prof. Marcos Antônio de Menezes (UFG) (Presidente), Ass.: Menezes
Decisão (APROVADO)

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Jean Hardy Varela, secretário do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Coordenadora: Fabiana de Souza Fredrigo
Prof. Dra. Fabiana de Souza Fredrigo
Prof. Dra. Fabiana de Souza Fredrigo
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em História/UFG

Secretário: Jean Hardy Varela
Jean Hardy Varela
Ass. em Administração - Mat. 2268162
Faculdade de História/UFG

Ao meu amigo Lucas Patsckhi, in memoriam

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que de forma direta ou indireta contribuíram para que este trabalho pudesse ser realizado.

Agradeço a Elisangela Vilela de Almeida Souza, minha esposa, pela oportunidade do convívio diário em todos os momentos marcantes que a atividade de pesquisa histórica exige.

Agradeço a Milena Tavares do Museu das Bandeiras (Muban) em Goiás (GO) pelo apoio no âmbito da documentação oficial sobre a Guerra do Paraguai em Goiás. Ter contado com sua experiência muito me trouxe segurança interpretativa dos fatos históricos.

Agradeço ao professor Gilson e sua esposa Kelly pelo apoio e acolhimento na cidade de Uruaçu, para onde migrei por último, e nos momentos de carências tão elementares em condições como chegar e viver em ambiente novo. O apoio de vocês muito ajudou na tranquilidade diante um momento importante que foi a qualificação em outubro de 2017.

Agradeço ao amigo Antônio Ribeiro Neto e a Euníce pela forma como sempre me acolheram na cidade de Goiás, todas as vezes que lá precisei estar para pesquisar seja no Muban ou no Arquivo Frei Simão Dorvi.

O arquivo Frei Simão Dorvi, em Goiás, foi muito importante pela oportunidade de poder ter em mãos, senão todos os documentos relacionados à Guerra do Paraguai daquele instituto, tudo aquilo que me foi possível apreender e utilizar como pistas de pesquisa. Agradeço em especial a Fátima Cançado pela organização do dossiê de documentos que pude ler e dele colher informações sobre Goiás e a Guerra do Paraguai.

RESUMO

O trabalho que se apresenta foi produzido a partir dos questionamentos sobre a história do envolvimento da população goiana no contexto da Guerra do Paraguai, entre os anos de 1865 e 1867. No bojo dessa circunstância se encontram os elementos hipotéticos do significado da participação da província de Goiás no maior conflito beligerante da América do Sul, no século XIX. Como prerrogativa interpretativa, buscamos perceber as articulações políticas e sociais no âmbito da contribuição das populações goianas aos apelos do governo imperial, após o decreto 3371 de 7 de janeiro de 1865; lemos essa contribuição como o *tributo de sangue* goiano. O plano de investigação, portanto, tomou como parâmetro a base documental que representa o substrato informativo do evento guerra na província de Goiás. Nesse aspecto, duas realidades se configuraram no pleito dos acontecimentos sociais e de logística militar em território goiano: a primeira, a organização de uma força militar em auxílio ao comando das forças expedicionárias brasileiras, organizadas a partir das províncias de São Paulo e Minas Gerais; a segunda, é que a província de Goiás foi motivada ao desenvolvimento da produção agrícola e de pastoril com a finalidade de manutenção alimentar do exército brasileiro, quando este entrasse em território goiano. Esse fato ocorreu no segundo semestre de 1865. Configurada essa demanda, nosso objetivo analítico se estendeu para os aspectos da materialidade das ações político-administrativa nos três primeiros anos da guerra. Nosso enfoque analítico voltou-se exclusivamente para os efeitos da Guerra do Paraguai naquilo que representa sua presença ofensiva em território sul da província de Mato Grosso. Nossa operação historiográfica buscou os registros oficiais e as representações públicas via imprensa e o noticiário dos assuntos de guerra em Goiás e de outras províncias, principalmente da imprensa do Rio de Janeiro, onde se concentrava a influência das instituições do governo geral naquela mídia local. Desse modo, via formas de discursos sobre o evento guerra, tanto nas manifestações intelectuais, artísticas e política na imprensa, nos aportamos no romance *Os voluntários*, publicado em forma de folhetim no jornal de Goiás, *A Tribuna Livre* entre os anos de 1880 e 1881. De autoria do alferes do 20º Batalhão Goiano de Infantaria, Manoel Cavalcante de Albuquerque que se propôs ao projeto literário daquele periódico em comemorar com aquele romance, as homenagens de 15 anos da marcha da primeira tropa de voluntários goianos da pátria, em direção ao teatro de guerra ao sul da província de Mato Grosso, em 15 de maio de 1865. Nosso trabalho faz análise historiográfica do impacto que a guerra deixou em Goiás, via os registros das ações individuais e coletivas, dos feitos administrativos de governos e das manifestações poéticas e literárias que se tornaram os principais substratos de plausibilidade interpretativa, de veracidade argumentativa, quanto ao diálogo entre história e literatura e de justificável ensejo historiográfico, quanto ao assunto Guerra do Paraguai em Goiás.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai – Província de Goiás – História e Literatura.

ABSTRACT

This work was basing on questions about the history of the involvement of the Goiás population in Paraguayan War context between 1865 and 1867. In the context of this circumstance are the hypothetical elements of the meaning of the participation of the province of Goiás in the largest belligerent conflict in South America in nineteenth century. As an interpretative prerogative, we seek to understand the political and social articulations within the scope of the contribution of the Goiás population to the appeals of the imperial government, after decree 3371 of January 7, 1865; we read this contribution as the tribute of Goiás blood. The research plan, therefore, took as a parameter the documentary base that represents the information substrate of the war event in the province of Goiás. In this aspect, two realities were configured in the litigation of social events and military logistics in Goiás territory: the first, the organization of a military force in aid to the command of the Brazilian expeditionary forces, organized from the provinces of São Paulo and Minas Gerais; the second is that the province of Goiás was motivated to develop agricultural and pastoral production for the purpose of maintaining food for the Brazilian army when it entered Goiás territory. This fact occurred in the second half of 1865. Once this demand was established, our analytical objective was extended to aspects of the materiality of political-administrative actions during the first three years of the war. Our analytical focus turned exclusively to the effects of the Paraguayan War on what represents its offensive presence in the southern territory of the province of Mato Grosso. Our historiographical operation sought the official records and the public representations by means of press and the news of the war subjects in Goiás and of other provinces, mainly of the press of Rio de Janeiro, where the influence of the institutions of the general government in that local media was concentrated. Thus, through forms of speeches about the war event, both in the intellectual, artistic and political manifestations in the press, we contribute in the novel *Volunteers*, published as a leaflet in the newspaper of Goiás, *The Free Tribune* between the years of 1880 and 1881. Authored by the second lieutenant of the 20th Goiano Infantry Battalion, *Manoel Cavalcante de Albuquerque*, who proposed to the literary project of that period to commemorate with that novel the 15 year tributes of the march of the first group of volunteers from the country to the theater of war in the southern province of Mato Grosso on May 15, 1865. Our work analyzes historiographically the impact that the war left in Goias, through the records of individual and collective actions, the administrative achievements of governments and poetic and that have become the main substrata of interpretative plausibility, of argumentative veracity, as to the dialogue between his history and literature and of justifiable historiographical opportunity, regarding the subject of the Paraguayan War in Goiás.

Keywords: Paraguayan War - Goiás Province - History and Literature

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
a) Fundamentos Históricos da investigação.....	11
b) Fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa	17
Capítulo 1	
A PROVÍNCIA DE GOIÁS E A GUERRA DO PARAGUAI REPRESENTADAS: MEMÓRIA E LITERATURA.....	23
1.1 Impacto da Guerra do Paraguai em Goiás: o tempo da memória.....	23
1.1.1 A bandeira <i>marchou</i> com os soldados goianos: <i>celebremos</i> o seu retorno.....	34
1.1.2 Recordações dos feitos goianos na guerra: a presença da ausência.....	40
1.1.3 O passado materializado: recordações da guerra na província de Goiás.....	44
1.2 A Guerra do Paraguai em Goiás: a literatura como testemunho histórico.....	51
1.2.1 As núpcias de Sabina.....	72
1.2.2 <i>Os voluntários</i> (1880-1881).....	80
Capítulo 2	
A PROVÍNCIA DE GOIÁS E A GUERRA DO PARAGUAI REPRESENTADAS NA LITERATURA: OS VOLUNTÁRIOS DE MAC.....	87
2.1 Os voluntários se despedem de Bonfim: guerra, patriotismo e decepção nas estradas de uma província do sertão.....	87
2.2 Bonfim, Goiás e a Guerra do Paraguai: ambições e traições numa província do sertão.....	100
2.3 Notícias do teatro de guerra em Bonfim.....	118
2.4 O casamento arranjado de Elisa e o sentimento fáustico de Honório.....	126
2.5 A cidade de Goyaz: cenário de um projeto ardiloso.....	132
2.6 O retorno dos voluntários da pátria e a reviravolta no caso de amor da personagem Laura: a vingança continua presente em Bonfim de Goiás.....	144
2.7 O último baile.....	148
2.8 O cenário de batalha no teatro de guerra: o reencontro com os inimigos do Brasil e dos adversários de Bonfim.....	149

Capítulo 3

A GUERRA DO PARAGUAI NO CONTEXTO DA SOCIEDADE GOIANA.....	159
3.1 Mobilização provincial.....	159
3.2 Mobilização nacional	166
3.3 Acontecimentos da guerra na província de Goiás: dos feitos administrativos aos efeitos sociais.....	177
3.4 Dos feitos poéticos aos efeitos públicos: a materialidade dos negócios e da logística de guerra em Goiás.....	186
3.4.1 As demandas da guerra em Goiás: da administração das coisas públicas aos mercados.....	190
3. 5 O aparato de guerra em Goiás.....	195
Parte II	207
3.6 Tropas e víveres nas estradas de Goiás.....	207
3.6 Goiás se distancia da guerra: considerações conclusivas.....	237

Considerações finais

Referências bibliográficas

Anexos

INTRODUÇÃO

A guerra como rompimento da ordem diplomática: a província de Mato Grosso no centro do conflito

a) Fundamentos históricos da investigação.

O ataque das forças paraguaias à província de Mato Grosso, em fins de dezembro de 1864, foi um ato extremo do rompimento diplomático entre a República do Paraguai e o Império do Brasil. As tropas do coronel Vicente Barrios e as que se encontravam sob o comando de Francisco Resquín não encontraram resistência e avançaram pelo território brasileiro, ocupando o Forte Coimbra, as vilas de Cavalcante, Nioaque e Corumbá em poucos dias.

No dia 13 de dezembro 1864 Francisco Solano López declarou guerra ao Brasil Império. O *Mariscal* apontou que a ingerência no território uruguaio afetava o seu país, e, conforme havia expressado em outras ocasiões, não poderia tolerar as atitudes de Dom Pedro II. Foram mobilizadas duas expedições para invadir o sul da província do Mato Grosso: uma fluvial e outra terrestre (MIRANDA FILHO, 2016, p. 150, grifo do autor).

A ocupação pelas forças brasileiras de parte do território uruguaio, em apoio a Venâncio Flores, em setembro daquele ano, e a resistência do governo argentino em conceder acesso à Bacia do Prata e à livre navegação aos navios mercantis do Paraguai pelas vias fluviais de seu território, são apontadas como os principais motivos, alegados pelo presidente Solano López, para a invasão do território brasileiro. Rompida a diplomacia, foram quebrados os acordos de usufrutos das regiões de fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

No bojo das circunstâncias da obstrução marítima paraguaia, no Rio da Prata, o Paraguai rompeu o acordo. O ataque ao Forte Coimbra e a invasão do território sul da província do Mato Grosso colocaram em xeque a possibilidade da manutenção da paz e o respeito aos acordos e tratados celebrados entre o Brasil e o Paraguai. Assim, abriu-se o jogo da guerra, como apreendemos das análises de Raymond Aron (2002), discutindo as teses de Clausewitz. Isso porque, tal qual um jogo de xadrez, um tabuleiro em que se expõem as peças de interesses contrários, da capacidade e experiência dos jogadores surgem as estratégias e

táticas pelas quais se forma o processo de conhecimento e reconhecimento das peças em jogo, pois, depois de iniciada a partida, um vence, outro perde.

Numa guerra também se faz o jogo das estratégias e táticas de superação das vantagens daqueles que se colocam como obstáculo a determinados interesses, seja pela organização de força humana, seja pela capacidade de logística e superioridade bélica frente a seu oponente.

A Guerra do Paraguai não teve início com a invasão do Mato Grosso. As tensões políticas entre o Império Brasileiro na Região do Prata se intensificaram desde a década de 1850 numa ação política do governo brasileiro contra o crescimento da influência argentina no Uruguai.

Mesmo após os anos 1850 quando a agenda externa do Império se desloca para o Prata em detrimento da África devido ao fim do tráfico negreiro, o Brasil envolveu-se em conflitos limitados, como a guerra com Rosas. Nesse período como já bem documentado pela historiografia, as tensões com o Paraguai foram se acumulando até a eclosão da guerra em 1864 (ARIAS NETO; GARCIA, 2016, p. 254).

Portanto, a opção do governo paraguaio em atacar a província do Mato Grosso se tornou oportunidade de poder distender os antigos focos de conflito até o início de 1865, restringindo-os ao território uruguaio. Entre o período que diz respeito à queda do Forte Coimbra até 1º de maio, data de assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, as forças militares paraguaias puderam avançar sem resistência pelo território sul daquela região do Brasil — o lugar menos guarnecido das fronteiras brasileiras. Eram os jogos de guerra.

Jogos de guerra, pois a guerra não pode ser estudada a não ser pela sua existência social (ARON, 2002). Ninguém guerreia sem um oponente. Faz-se necessário ter materialidade, o fato causal entre adversários. Assim é a guerra. Ela surge de interesses contrários em política, ou interesses contrários em políticas não dialogadas, isto é, ela se origina de interesses contrários que não puderam ser resolvidos por via diplomática. Assim, a guerra entre a República do Paraguai e o Império do Brasil nasceu desse imbróglio como solução imediata de uma tensão que não foi deliberadamente acordada pela política. Teorizando sobre a guerra e seus fundamentos conceituais em termos de diplomacia internacional, o sociólogo francês nos dá essa pista de compreensão dos atos de guerra — o processo de desconstrução de acordos diplomáticos, pois qualquer guerra sempre é, antes, organizada em tempo de paz — que se instituíram no universo da vida social e da política internacional entre o Brasil e o Paraguai naquela década de 1860.

No mundo real, “a guerra não é um ato isolado, que ocorre bruscamente, sem conexões com a vida anterior do Estado”. Ela não consiste numa “decisão única ou em várias decisões simultâneas”, e não implica uma “decisão completa em si mesma”. Os adversários se conhecem, podem avaliar respectivamente os recursos de que dispõem, talvez até mesmo a vontade de cada um (ARON, 2002, p. 70).

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Paraguai, nos quinze anos que antecederam o início da guerra, demonstraram que ambos os países muito se conheciam no trato dos interesses relacionados ao domínio do território em torno do rio Paraguai. Esse rio sempre foi importante para o Brasil por ser o caminho mais rápido de chegar do litoral brasileiro ao interior da província do Mato Grosso e era igualmente importante para Paraguai por permitir acesso aos mares internacionais.

Portanto, foi esse rio, naquele período que antecedeu à guerra, um lugar de acordo e desacordos sobre as formas de uso e usufrutos dessa via fluvial para ambos os países. Sobre ele, corre uma história de “paz e guerra”; paz quando os acordos, mesmo desrespeitados, questionados, são solucionados nas entrevistas dos atores envolvidos, propensos ao reconhecimento dos ultrajes e desonras aos acordos estabelecidos. Entre o Brasil e o Paraguai, o território entre o rio Apa e o rio Branco, sempre litigioso desde o entrevero, em 1856, entre o Império e o governo do então presidente Carlos Antônio López, que, impressionado com os navios brasileiros que circulavam em direção ao Mato Grosso, passou a fiscalizar as embarcações brasileiras e taxá-las. Naquele momento, o recuo do governo paraguaio ocorreu sob a possibilidade de o Império declarar guerra.

O ataque paraguaio representou a decisão de levar ao extremo o rompimento da negociação política. Depois de aprisionar o navio brasileiro “Marques de Olinda”, na manhã de 12 de novembro de 1864, decidiu o governo do Paraguai ultrajar a soberania do Brasil e invadir seu território pela fronteira sul da província do Mato Grosso em fins de dezembro daquele ano. “O Paraguai ocupou a região litigiosa do sul do Mato Grosso em duas frentes de batalha: por via fluvial, enviando aproximadamente 3.200 homens, e por via terrestre, armando cerca de 3.500 combatentes” (SQUINELO, 2002, p. 20).

A capacidade numérica das forças paraguaias foi superior à da defesa brasileira nas regiões de fronteira entre os dois países. O noticiário do jornal *Correio Paulistano* de 25 de janeiro de 1865, reproduzindo notícias da região da Bacia do Prata, trouxe as primeiras informações sobre o ataque do exército paraguaio ao Forte Coimbra em 26 de dezembro de 1864. O teor da notícia, no início, foi de glória pela ajuda dos militares brasileiros na conquista de Paysandú (Uruguai) em princípio de janeiro. Está ali descrito: “Paisandú foi tomada á viva força, no dia 2 do corrente, depois de um combate de cincoentas e tantas horas

[...] o valor e galhardia de nossas tropas, tecem os jornaes argentinos os maiores elogios”. O artigo buscava oferecer, ao leitor, informações sobre os acontecimentos da participação do exército brasileiro e das esquadras da marinha imperial na guerra civil do Estado oriental.

A organização militar brasileira não correspondia ao que pensava Solano López, fato que se comprovou, subsequentemente à invasão de Mato Grosso, quando a resposta do Império foi lenta no tempo e difícil na organização das forças nacionais que enviou para o sul da província de Mato Grosso.

Tomemos um fato que foi baseado em ilações da imprensa brasileira sobre a justificativa do presidente paraguaio para o a apreensão do navio brasileiro “Marquês de Olinda” em novembro de 1864. Esse acontecimento explica os procedimentos conflituosos entre os dois países, meses antes da declaração de guerra do governo de Francisco Solano López ao Brasil. Jogos de palavras e de mentiras. Ao deter o “Marquês de Olinda”, uma das ideias que tinha o presidente paraguaio era aprisionar as armas que o navio supostamente transportava para a capital do Mato Grosso. Essa informação circulou em notícias imprecisas da imprensa do Brasil e da Argentina e, a partir delas, o governo paraguaio interpretou que o Império brasileiro se armava para atacar a república paraguaia.

O governo paraguaio acreditara nas notícias de jornais do Rio de Janeiro e de Buenos Aires de que o “Marquês de Olinda” transportava armas. Na verdade, a embarcação levava correspondências e dinheiro para a administração daquela província. Decepcionado, Solano López registrou que o “Marquês de Olinda” não transportava armas, mas, sim, dinheiro brasileiro no valor de “200 mil patações” (DORATIOTO, 2002, p. 67).

Na análise de Francisco Doratioto sobre a diplomacia brasileira, o autor trata do conjunto de situações nas quais diplomatas e enviados brasileiros foram os hostilizados em 1864 pelo governo de Solano López. Apesar dessas circunstâncias, as informações que chegavam à Corte Imperial não indicavam a possibilidade de um ataque paraguaio ao Brasil. A ameaça que Solano López representava para o Império foi minimizada pelo funcionário brasileiro mais bem informado da vida política e cultural do Paraguai — segundo Francisco Doratioto —, o cônsul-geral Amaro José dos Santos Barbosa, que estava em Assunção desde 1853, tendo sua função consular cassada, sido agredido em março de 1864 e vivido em prisão domiciliar. Em fevereiro de 1864, ele afirmou serem exageradas as notícias publicadas no Prata sobre o poder militar paraguaio, seus recursos e o tamanho de sua população: “de tudo quanto se diz se pode, fazendo justiça, acreditar pela metade” (DORATIOTO, 2002, p. 63).

Artigo publicado no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, na edição de 28 de janeiro de 1865, destacou: “A invasão do Matto Grosso e a ocupação do forte Coimbra exigem prompta reparação de tão grande injúria”. O comentário do articulista foi subsequente às notícias que haviam sido publicadas por jornais da província de São Paulo em 25 daquele mês, logo depois dos primeiros decretos do governo imperial convocando voluntários da pátria para a defesa da província de Mato Grosso. Ele fez comentários sobre as notícias das forças de voluntários que começavam a se organizar naquela província e lançou dúvidas quanto ao processo de recrutamento de voluntários no país a partir de janeiro de 1865

Ouçó dizer que vai seguir por esta província uma divisão para a de Matto-Grosso. O tempo favorecerá a expedição? Quando chegará ali a divisão? Não seria melhor enviar-se o quanto antes para aquella província e para a de Goyaz officiaes de todas as armas que desde já organisassem ali corpos de voluntários e de guardas nacionais, pondo-se também desde já em vigor a optima lei da Guarda Nacional na parte relativa aos corpos destacados? (JORNAL DO COMMERCIO, 28 jan. 1865).

Apesar da lenta organização militar brasileira, não podemos interpretar que o ataque das forças militares de Solano López ao Forte Coimbra ocorreu totalmente sem resistência, mas seria incoerente afirmar que havia uma preparação militar que pudesse responder com maior rapidez a um possível ataque. Outro artigo, na mesma edição do *Jornal do Commercio*, intitulado *Paraguay* e foi assinado com o cognome Goyano, num primeiro curto parágrafo, abordou as formas equivocadas de organizar a força militar proposta pelo governo.

O decreto do governo chamando a destacamento a guarda nacional de Minas e S. Paulo é incompleto. É incompleto porque se esqueceu da província de Goyaz. Goyaz, que é a vizinha mais chegada de Mato-Grosso e que pode prestar já 3 ou 4.000 soldados, é uma província longínqua da Corte e onde as ordens do governo chegarão tarde (JORNAL DO COMMERCIO, 28 jan. 1865).

A decisão de Solano López invadir o Brasil pela fronteira sul de Mato Grosso foi uma estratégia que teve pouca resistência e abalou a ordem interna da política imperial, forçando o governo a envidar esforços até então não previsíveis quanto à formação de um exército nacional. Francisco Doratioto, analisando as proporções das forças paraguaias, destaca que o Império não tinha uma força de exército compatível para enfrentar o ataque paraguaio: “Os invasores do Paraguai no Mato Grosso saquearam, levaram a população civil forçada para Assunção. Mato Grosso estava indefeso, você não tinha forças do exército no Mato Grosso” (HISTORY CHANNEL, 2015).

Escrever sobre uma guerra, contar uma parte da história de um acontecimento trágico como foi a Guerra do Paraguai, expõe-nos a um relato de morte, de travamento da sobriedade

humana no plano de superação do egoísmo e da barbárie. A historiografia sobre o tema nos faz entrar naquele passado pelos relatos de morte, fome, doenças e abandono; experiências de vida e morte. Esses relatos mostram os limites institucionais da defesa nacional imperial em organizar as Forças Militares em Operação ao Sul do Mato Grosso quando as instituições militares no país mostravam as condições degradantes de soldados: castigos físicos, más condições de trabalho e precária formação militar. “A situação dos soldados era tão vil que a sociedade a percebia como próxima à condição de escravos” (PEDROSA, 2015, p. 168).

O ataque paraguaio à província de Mato Grosso criou uma realidade fatídica para as populações que habitavam a região; todavia, não representou uma ameaça eficaz contra o poder de Dom Pedro II e seu governo. Mesmo assim, foi a partir daquela situação que todo o país passou a conviver com a propaganda da guerra contra o inimigo paraguaio — ação que necessitaria de imediata mobilização das populações brasileiras, estimulada pelo sentimento patriótico.

A população brasileira se mostrou indignada e os ecos da insatisfação foram se expandindo com os primeiros decretos do governo imperial que buscavam mecanismos institucionais e legais para a organização da força militar intitulada Corpo de Voluntários da Pátria, estrutura geral das forças armadas brasileiras do Império a partir de 1865.

b) Fundamentos teóricos e metodológicos da investigação.

As informações sobre o movimento militar na província de Goiás indicam que as preocupações do governo imperial orientavam àquela administração no início de 1865 em organizar um corpo militar na região sudoeste de Goiás entre as estradas da vila das Dores do Rio Verde e a vila de Coxim no Mato Grosso.¹ Em outros tópicos do mesmo relatório o assunto militar em Goiás é exposto pelas suas fragilidades operacionais, principalmente quanto ao plano da organização de um primeiro efetivo de 490 praças, segundo o cálculo demográfico instituído para a província de Goiás pelo governo imperial. Nos aportamos nessas primeiras informações sobre a inserção do território e da população goiana nos rumos

¹ Com o título de *Estrada de Coxim*, o Desembargador João Bonifácio Gomes de Siqueira, então vice presidente de Goiás no primeiro semestre de 1865, relata a seu sucessor, presidente nomeado Augusto Ferreira França o que havia recebido de orientação do governo central quanto à proteção militar na região sudoeste da província e fronteira com o sul da província de Mato Grosso: “Fiz partir para Coxim um destacamento sob o comando do tenente da guarda nacional Beraldo José de Araújo composto de 12 praças de cavalaria e 12 de infantaria da seção do batalhão da guarda nacional do município de Rio Verde: destacamento este, que nas atuais circunstâncias é de suma utilidade e pode prestar grandes serviços ao país” (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 56).

do contra-ataque do império brasileiro à invasão das forças paraguaias à província de Mato Grosso.

Diante do exposto, as primeiras interrogações sobre como uma província do interior do país, no contexto da realidade política nacional do império na segunda metade do século XIX, poderia ter protagonismo político e administrativo no plano de contra-ataque brasileiro às forças paraguaias, a partir daquele primeiro semestre de 1865? A ordem do comando militar existia, como encontramos no tópico *Voluntários da pátria*, do relatório citado acima, quando o desembargador João Bonifácio explica as primeiras medidas administrativas e cita o movimento de inscrição de voluntários de 118 novos inscritos já sob o estado de guerra, *em tempos de guerra*, explica sobre as origens dos voluntários que se inscreveram, até aquele momento, em Bonfim, Catalão, Rio Verde, São Luís, Jaraguá e da capital. (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998) Não obstante as dificuldades que apresentava para cumprir a demanda imposta pelo governo imperial, havia um movimento em campanha de guerra pelo território goiano, já no início de 1865.

A historiadora Ledonias Franco Garcia nos esclarece como podemos entender o sentido do esforço social e administrativo na organização do aparato militar na província de Goiás naquele contexto da segunda metade do século XIX: os principais gargalos no plano da ordem operacional militar e de logística de guerra estavam na “localização, extensão, isolamento e desconhecimento” (GARCIA, 2010, p.123), termos que implicam o esmorecimento quanto à ordem dos investimentos públicos do império em aprimoramento de estradas, pontes e infraestrutura de mercado e crédito em território goiano.

Considerado esse entendimento, o plano da pesquisa buscou se apoiar em três realidades do mundo social goiano em *tempo* de guerra, puxando a percepção exposta do vice-presidente João Bonifácio naquele mês de abril de 1865, quando deixa o centro administrativo depois de pouco mais de um ano à frente dos negócios da província. Ao entregar o poder provincial ao deputado baiano, Augusto Ferreira França, ele narra ao recém-chegado e político desconhecido as primeiras impressões e demandas da ordem pública provincial e da sociedade goiana. Esse documento, portanto, demarca para a nossa *operação historiográfica* (CERTEAU, 2007) uma fonte de primeira relevância para a compreensão dos aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos que formam nosso tecido analítico sobre a história que diz respeito ao contexto da sociedade goiana, das populações das municipalidades goianas e das individualidades goianas e não goianas que encontramos em nossa base documental. Dos indivíduos sociais envolvidos nas tramas e narrativas uma parte considerável não são reais,

justaposto, nossa perspectiva de diálogo historiográfico com a literatura de ficção nos permite encontrar representações do mundo social e individual, via a presença de personagens fictícios envolvidos em enredos de história de guerra em Goiás. Nesse caso, abrimos o leque de observação documental como recurso de *compreensão e explicação* (RICOEUR, 2007) em nossa *operação historiográfica*.²

Desse modo, dois romances nos são basilares em nossa investigação e com eles nos mesclamos em diálogo historiográfico, isto é, tomando-os como fonte de um discurso sobre um passado que nos interessa sobre a relação sociedade goiana e Guerra do Paraguai. Os Voluntários, escrito por Manoel Cavalcante de Albuquerque, vulgo MAC, (1880) e Sombras em marcha: na vivência da fuga, de Rosarita Fleury (1983). Com eles buscamos na narrativa de ficção um recurso a mais em nossa capacidade de interpretar as informações residuais que nos chegam via os arquivos (Arquivo Museu das Bandeiras, cidade de Goiás; Arquivo Frei Simão Dorvi, cidade de Goiás; Arquivo Público de Goiás – Goiânia; Instituto de Pesquisa do Brasil Central – Goiânia) e bibliografias do gênero crônicas históricas (NASCIMENTO, 1971) e de memórias (TAUNAY, 1968). Aqui se encontra nossa proposição analítica em tomar a literatura como fonte de inspiração estética do passado pela narrativa de ficção e os projetos literários de MAC e Rosarita Fleury.

Nos aproximamos do historiador Tiago Araújo quando nos revelar o sentido de perceber a literatura como um recurso que faz jorrar experiências interpretativas, como uma fonte de água, um chafariz. Isso amplia nosso horizonte historiográfico quanto dialogamos com os romances supracitados, buscando neles saberes sobre um tempo, um acontecimento histórico os lugares daquelas experiências humanas. Com os romances intermediados as informações de base documental dos arquivos, das crônicas e da historiografia já produzidas com a temática província de Goiás e Guerra do Paraguai. “A literatura pensada como fonte das experiências vivenciadas no passado nos aponta um sugestivo caminho, que revela possibilidades de ampliação dos horizontes historiográficos”. (ARAÚJO, 2012, p. 24). Tal qual o excerto exposto em nota de rodapé abaixo, as palavras de Paul Ricoeur ainda tratam do

² Numa das notas de orientação à leitura do livro A memória, a história e o esquecimento (2007) Paul Ricoeur esclarece-nos o que imaginamos fazer na execução de nossa investigação para aquilo que o mesmo denomina num de seus tópicos analíticos “A representação historiadora”, (2007, p. 247). Num dos momentos do texto encontramos algo que nos aportamos como se fosse um *porto seguro*, diz o filósofo ali: “ Nesse sentido, há interpretação em todos os níveis da operação historiográfica, por exemplo, no nível documental com a seleção das fontes, no nível explicativo-compreensivo com a escolhas de modelos explicativos concorrentes e, de forma mais espetacular, com as variações de escalas. O que não impedirá de falar, no momento oportuno, da representação como interpretação” (RICOEUR, 2007, p. 248).

sentido dos *modelos explicativos*. Nesse prisma, surge nossa proposta historiográfica que à frente se apresenta dividida em três capítulos.

Nossa fundamentação teórica se apoia na História Cultural como um eixo interpretativo e metodológico para *compreensão e explicação* sobre o passado. O conceito de *representação* como se pode perceber no primeiro capítulo é o ponto de convergência para o diálogo entre a História e Literatura configurado no plano das experiências dos acontecimentos relacionados ao contexto do impacto acontecimental que a deflagração da Guerra do Paraguai, em fins de 1864, incorreu no cotidiano da sociedade goiana via a administração política, as operações militares, a organização social do mundo do trabalho e da solidariedade dos indivíduos envolvidos naquela história.

Dada essa configuração, nos apropriamos do sentido de memória e história para fins de melhor fundamentarmos nossa ideia de *representação*, tende neste um conceito que se torna uma encruzilhada que liga Memória (lembranças individuais e coletivas do passado) – história via a fundamentação documental dos atos simbólicos e comemorativos, individual e coletivo e no bojo desse amplo aspecto interpretativos nos alargamos com o conceito de *representação* via a constituição de personagens de ficção (os romances históricos) e poesia. Assim, abaixo indicamos como nos apropriamos dos saberes acima expostos e neles nos imbricamos em *compreensão e explicação* sobre a história, memória e ficção sobre o contexto da sociedade goiana em *tempos* de Guerra do Paraguai.

Abaixo apresentamos como destrinchamos o tomamos pela palavra *impacto da guerra nos rumos da história social, política, econômica e cultural* na província de Goiás principalmente entre os primeiros três anos da guerra, o que delimitamos como participação direta no evento militar só na primeira fase da guerra e voltada toda a atenção dos recursos e atenções do plano administrativo e militar com a região sul da província do Mato Grosso.

A proposta que se apresenta, via proposta analítica para fins do que podemos nos assegurar no conceito de *representação*, o fizemos analisando os recursos cronológicos a partir do que já se mostrava finalizado enquanto ações públicas voltadas para a guerra entre os anos de 1865-1867. Assim, o primeiro capítulo surge nesse horizonte analítico como retrospectiva do evento guerra via o documento da diocese de Goiás em setembro de 1870 e a partir do sentido comemorativo daquele evento, fizemos uma retrospectiva histórica dos porquês daquele evento e como o mesmo pode se representar no texto da ata diocesana como símbolo de uma história de lembranças e comemorações épicas via um símbolo da guerra – a bandeira do batalhão dos voluntários goianos da pátria. No segundo item, ainda nos

apropriamos do conceito de representação em diálogo com a literatura, tendo nos romances que se apresentam como fonte daquela história, testemunhos representativos dos efeitos de memória coletiva e individual. Nesse plano, as características interpretativas próprias da literatura de ficção querem o sentido da revitalização da memória e dos efeitos ilustrativos, permitido pela imaginação estética do literato em demarcar histórias imaginárias que se apoiam nos feitos residuais das histórias reais.

Assim sendo, esse foi o nosso propósito em escrever o segundo capítulo tendo como fonte o romance *Os voluntários* de Manoel Cavalcante de Albuquerque, vulgo MAC. Este texto e não o romance de Rosarita Fleury, recebe a dedicação de um capítulo dada as circunstâncias de proximidade do recorte temporal de nosso objeto de estudo: *compreensão e explicação* sobre o acontecimento histórico Guerra do Paraguai num lugar do império brasileiro, a província de Goiás. Dito isto, o que nos convém introduzir é o sentido que o romance de MAC nos permite entender sobre aquele passado. Nós o entendemos aqui como um referente, sendo nossa disposição analítica um caminho interpretante.³ Todavia, em nosso exercício historiográfico, a relação história e literatura de ficção enseja a compreensão do que diz Roger Chartier, naquilo que figura nosso modelo interpretativo, a História Cultural, ser uma relação bem *resolvida*. (CARTIER, 2015).

O terceiro capítulo quer demarcar uma leitura histórica sobre como a sociedade goiana foi envolvida na Guerra do Paraguai, inserida pelo governo imperial no cômputo da contribuição social e econômica para o contra-ataque à invasão das forças paraguaias à província do Mato Grosso. Compõe as fontes primárias das informações os documentos oficiais para fim de entendimento dos aspectos políticos e administrativos das operações militares e da organização social da promoção ao voluntariado da pátria e aprimoramento do mercado de produção agrícola em Goiás entre os anos de 1865 e 1867; este último aspecto, a preponderância do discurso do governo imperial em forçar a responsabilidade da administração goiana no abastecimento das Forças Expedicionárias Brasileiras em campanha de guerra na região sul da província do Mato Grosso. A população de Goiás foi mobilizada via decretos de governo a ampliar suas colheitas e explorar o mercado de animais de carga e de carne com o foco voltado para os depósitos militares de abastecimento que foram organizados

³ Em interessante artigo, Júlio Jeha, fundamentado nos estudos de Benjamin Harshaw e Charles Sanders Peirce, analisa a importância da *mimese* do texto literário e os sentidos de *mundos possíveis*, que o mesmo carrega em seu quadro referencial interno. “As proposições ou sentenças do texto literário formam um campo de referência, uma rede de referentes inter-relacionados: personagens, acontecimentos, ideias e diálogo. A linguagem do texto ajuda a construir esse campo interno ao mesmo tempo em que se refere a ele”. Disponível em: <http://juliojeha.pro.br/sign_res/mimese.pdf> Acesso em 18 de agosto de 2018.

pela administração de Goiás e mobilizados em várias municipalidades goianas como *comissões municipais*.

O trabalho com as fontes oficiais ocorreu em dimensões diferentes quanto ao processo de interpretação – aquilo que representa diretamente os atos dos governos provinciais e imperial. Alguns desses documentos representam informações que diríamos se incluírem no universo prático das operações militares em Goiás e no Brasil; principalmente aqueles que dizem respeito às cartas institucionais entre o comando militar em operação no sul da província de Mato Grosso e o gabinete da presidência de Goiás em que os assuntos são emblemáticos quanto à materialidade social da guerra: produção de alimentos, compra de bestas para transportes de carga, organização de paços e armazéns, pagamentos de dívidas contratuais junto a mercadores e salários de militares e comissários municipais contratados pelo governo. Esses documentos nos fundamentam essa interpretação social da guerra, a sua materialidade humana em termo de produção de acontecimentos.

Outros documentos utilizados como fontes também pode ser de caráter oficial pois tem sua origem dentro das instituições do governo, todavia, representam elementos da construção administrativas das ideias que corroboram as ações tais quais elas se preparam enquanto proposta social (um artigo em defesa do decreto 3371 justificando o movimento nacional na imprensa traz a conotação da oficialidade política, mas se justifica como projeções da realidade (individual ou coletiva) naquele contexto de guerra. Nesse plano, os efeitos do discurso patriótico e a defesa das instituições morais do império motivou o alistamento em massa no ano de 1865, quando deflagrada a guerra. A província de Goiás se insere nesse movimento com o ato de 10 de maio e a formação das comissões municipais voltadas para o alistamento militar e a melhoria da produção agrícola em território goiano.

Desse modo, abria-se o leque das observações documentais que se apresentam em nossa investigação: na narrativa dos fatos via a imprensa livre e oficial naquele período e logo imediatamente ao fim da guerra, tanto na província de Goiás quanto em outras partes do país. No bojo dessas circunstâncias os discursos a favor das ações do governo e outros questionando tais situações administrativas; outros discursos surgiam motivando o alistamento e inflamando interpretações xenófobas contra os paraguaios. Reuniões populares, poesias e literatura no horizonte das ações implementadas no país quando este se viu em estado de guerra. Os jornais nesse contexto se mostram o principal veículo informacional daquele evento. A enormidade de informação sobre esse assunto é difícil de mapear. Por isso, nossa investigação teria sido sem quase fundamento real quanto à plausibilidade das fontes de

informações e sua diversidade de narrativas e discurso via a imprensa brasileira naquele período. Desse modo, todas fontes de periódicos consultadas se encontram nos arquivos da Biblioteca Nacional, disponibilizada em formato digitalizado.

Capítulo 1

A PROVÍNCIA DE GOIÁS E A GUERRA DO PARAGUAI REPRESENTADAS: MEMÓRIA E LITERATURA

Iniciamos nossa abordagem com o termo *representação*, pois a partir dele nos encontramos com a história de um lugar, Goiás, numa relação com um acontecimento histórico, a Guerra do Paraguai (1865-1870). Esse mesmo termo nos remete a outra relação, de caráter analítico, entre memória e literatura. Um lugar (a província goiana), um acontecimento (envolver-se na guerra) e, no bojo dessa realidade, o tempo contínuo que se sucede e se imbrica como representação dos eventos passados. Estes são vivificados nas lembranças produzidas no mundo social que se reproduz a partir de fatos relacionados ao movimento beligerante em território goiano. Do mesmo modo, estendem-se na materialização de símbolos e comemorações posteriores ao percurso da guerra, tornando-se memória representada. Adotamos *representação* no sentido dado por Roger Chartier, significando “a noção de mentalidade, as diversas relações que os indivíduos ou grupos mantêm com o mundo social” (CHARTIER, 2015, p. 25). Dessas relações resultam os rastros que se encontram nas informações que se transformaram em registros dos fatos e da experiência social — marcas de ações individuais e coletivas referentes ao impacto que a guerra causou na sociedade goiana.

Nosso primeiro recorte da memória da guerra na província de Goiás se insere o *ato de colocação da bandeira do batalhão de voluntários da província de Goyaz*⁴ no altar da Catedral de Sant’Anna em 23 de setembro de 1870. Sobre o relatório escrito como ata das atividades da Diocese de Goyaz, elaborada pelo padre José Iria Xavier Serradourada, podemos dizer que aquela celebração litúrgica na matriz simbolizava a continuidade das comemorações pelo fim da guerra nas províncias do Império depois da morte de Francisco Solano López em março de 1870.⁵

Da memória em torno da guerra em Goiás emergiram narrativas de ficção que destacam elementos da vida social da população goiana no contexto beligerante entre o Império brasileiro e a República do Paraguai na década de sessenta do século XIX. Duas

⁴ Documento encontrado no Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC).

⁵ No livro *Maldita guerra*, Francisco Doratioto informa como foi a chegada da notícia do fim da guerra no Rio de Janeiro em março de 1870: “A morte de Solano López provocou uma enorme alegria no Rio de Janeiro. Pedro II recuperou a popularidade, abalada com a longa guerra. Na noite da chegada da notícia, o imperador, a imperatriz e a princesa Isabel percorreram a pé as principais ruas da cidade, que estavam embandeiradas, e apinhadas de gente” (DORATIOTO, 2002, p. 455).

obras serão analisadas: *Sombras em marcha: na vivência da fuga*, de Rosarita Fleury, publicada em 1983, e o romance escrito pelo alferes militar do 20º Batalhão Goiano de Infantaria, Manoel Cavalcante de Albuquerque, intitulado *Os voluntários*, publicado como *folhetim* em 1880 e 1881 pelo jornal vilaboense *A Tribuna Livre*.

Rosarita Fleury escreveu o livro na década de 1970. A obra foi uma construção histórica imbricada ao discurso literário que evidenciou as contradições do governo imperial quanto à sua geopolítica na região do Rio da Prata. As forças militares do Império, imediatamente após o acordo da Tríplice Aliança, em 1º de maio de 1865, conseguiu eliminar o potencial de ataque paraguaio na batalha de Riachuelo. Porém, não se observou a mesma organização militar na região de fronteira do Paraguai e o Forte Coimbra, nas vilas de Albuquerque e Corumbá, região sul da província de Mato Grosso. Esse território de fronteira foi o cenário escolhido por Rosarita Fleury para o início de seu romance; lugar em que os batalhões de artilharia e as guarnições de Albuquerque e, principalmente do Forte de Coimbra, sucumbiram ao ataque das forças navais e terrestres de Francisco Solano López.

A trama inicia com a prerrogativa do medo da guerra, tendo como cenário o rio Paraguai e a cidade de Corumbá. Mas não só isso. Há um forte componente de crítica à realidade de abandono por parte do poder imperial para com a região de fronteira entre a Província de Mato Grosso e a República do Paraguai (SOUZA FILHO, 2014, p. 394).

Desse ponto do conflito internacional, o enredo de Rosarita foi multiplicando o número de refugiados brasileiros que se embrenhavam no ambiente selvático do pantanal sul do Mato Grosso. daquelas vilas de fronteira, os retirantes se dirigiam para a cidade de Cuiabá e outros povoados mais ao norte daquela província. Um grupo familiar, especificamente, fez a opção, motivada por laços de parentesco, de seguir em direção à capital da província de Goiás. É no trajeto entre Corumbá (MT) e a cidade de Goiás (GO) que nos apropriamos da trama enredada em personagens imaginados (coronel, negro alforriado, mascates dos sertões mato-grossenses) e outros que reproduzem discursos de figurais reais da história da guerra e da vida pública na província de Goiás, como autoridades políticas responsáveis pela administração da logística de guerra em Goiás em 1865.

Interpretamos essa imbricação como recurso estético da autora, que sustentou sua argumentação literária em acontecimentos históricos, como o início da guerra em 1865, o ataque à Corumbá e a data de 15 de maio daquele ano, quando o romance termina com a marcha do primeiro batalhão de voluntários goianos da pátria em direção ao teatro de guerra, ao sul da província de Mato Grosso. Com a ideia de Rosarita de concluir sua trama literária no

preâmbulo da movimentação política e administrativa da província de Goiás, associada à disposição de cidadãos goianos a um *tributo de sangue*, utilizamo-nos do recurso analítico de Raymond Williams (2011) de *escada rolante* em movimento retroativo no tempo e nos aportamos nos idos de 1880 e 1881, quando o jornal goiano *A Tribuna Livre* publicou, nas tiras de *folhetins*, durante dez meses, o romance *Os voluntários*, de Manoel Cavalcante de Albuquerque, que naquele período era alferes do 20º Batalhão Goiano de Infantaria. O ponto de interseção entre as duas obras está na temática central: a relação entre a Guerra do Paraguai e a sociedade da província de Goiás.

A trama construída por Manoel Cavalcante de Albuquerque buscou traduzir com mais ênfase a vida social de parte da comunidade goiana no período do Segundo Reinado, transportando para o romance o movimento militar do governo a partir dos decretos 3.371 e 3.383, de janeiro de 1865 (BRASIL 1865a, BRASIL, 1865b), com os quais conseguiu fortalecer a frente de ataque na região Sul do país e organizar uma força expedicionária, integrando militares de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás. O enredo de *Os voluntários* tem como de partida a cidade de Bonfim, uma localidade do interior da província de Goiás, de onde marcharam para a guerra dois protagonistas do romance.

A partida dos voluntários deu início a uma série de conflitos que envolveram duas famílias daquela localidade por causa dos dotes da filha do fazendeiro mais poderoso da região e autoridade militar. Em torno do amor, do dinheiro e da inveja naquela vila do interior orbita a proposta literária de Albuquerque. A Guerra do Paraguai foi usado pelo autor militar como contexto da sua história de ficção.

Em 15 de maio de 1880, quinze anos após o início da marcha dos soldados goianos em direção ao teatro de guerra, o romance *Os voluntários* teve seu primeiro capítulo publicado, mostrando como a guerra fez sofrer os que seguiram para as batalhas e os que ficaram torcendo pela vitória. Nessa literatura, as lutas entre Brasil e Paraguai deram início a outro tipo de guerra, substanciada nos conflitos de propriedade e poder entre famílias e provocada pelo sadismo de um indivíduo que cresceu em meio a uma educação *torta* e distante dos princípios humanitários da civilização moderna e da moral cristã. Era fruto de uma parte das classes sociais do interior do Brasil que buscou sobressair-se na vida pela violência e brutalidade de suas ambições. A saída de um dos voluntários de Bonfim aguçou a maldade do vilão da história e deflagrou tramas que se imbricaram à vida social e ao cotiando de uma experiência de guerra em Goiás.

Feitas essas considerações, dividimos este capítulo em duas partes. A primeira é dedicada ao estudo da memória e sua relação com a história como fonte de inspiração para o exercício historiográfico. Nesse caso, a memória é buscada em informações acerca de desejos e intenções do governo e da população que se materializaram nas comemorações pelo fim da guerra em Goiás em 1865.

Outros elementos da memória se encontram na vida social e na administração das coisas públicas em Goiás logo depois da guerra, a exemplo de lembranças e recordações acionadas por indivíduos que participaram do movimento beligerante em Goiás para reivindicar direitos, como aumento no valor da aposentadoria e patentes militares. Há também o elemento macro da vida administrativa da província logo depois da guerra: a diminuição do crédito do tesouro imperial e dos investimentos em estradas e vias de comunicação.

A segunda parte do capítulo se ocupa do exercício de *compreensão e explicação* das obras literárias anteriormente destacadas, com ênfase na abordagem do romance de Rosarita Fleury e uma introdução ao romance *Os voluntários*, analisado no segundo capítulo da tese.

1.1 IMPACTO DA GUERRA DO PARAGUAI EM GOIÁS: O TEMPO DA MEMÓRIA

Em 23 de setembro de 1870 a população de Goiás foi convidada a participar do ato de colocação da bandeira do batalhão goiano de voluntários da pátria no altar da padroeira de Goiás, na matriz de Sant'Anna.⁶ Era mais uma das reuniões e festejos realizados no país para receber os militares em suas províncias desde março de 1870, quando se propagaram as notícias sobre o fim da guerra. RODRIGUES (2009) destaca que, a partir de 24 de novembro de 1869, quando começou a retirada de combatentes brasileiros do território paraguaio, a imprensa passou a instigar a população e o governo a organizarem a recepção dos soldados brasileiros que voltavam da guerra.

O fim da guerra não era certo, mas a assinatura do acordo entre os aliados, em 24 de novembro de 1869, determinando a desocupação gradual do território paraguaio

⁶ Em 24 de setembro, o noticiário do jornal *Correio Oficial* de Goyaz destacava o fato com as seguintes palavras: “Tendo vindo de Cuiabá a bandeira do batalhão goiano de voluntários da pátria, foi ontem depositada com todas as solenidades na catedral de Sant'Anna. Assistiram ao ato os Exm. Presidente da província, prelado diocesano, dr. Chefe de polícia, deputados provinciais, quase todas as autoridades civis e militares e muitas pessoas gradas” (CORREIO OFICIAL DE GOYAZ, edição 00036, 24 set. 1870). Para fins de melhor apresentação nesta banca de defesa fizemos a opção de escrever o nome deste periódico goiano excluindo o termo GOYAZ (ficando a citação CORREIO OFFICIAL) quando excertos destes periódicos forem referenciados no corpo do texto em nota de rodapé. Este periódico tem suas publicações dos anos de 1837 e 1921 e se na Hemeroteca da Biblioteca Nacional e disponibilizada em formato digital no endereço a seguir: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=167487&pasta=ano%20187>> Acesso em 18 de agosto 2018. Os outros periódicos citados manteremos o nome original.

motivava a realização da festa patriótica. Era preciso encher a corte na chegada das tropas ao Brasil, as quais seriam comemoradas como heróis nacionais, antes de retornarem para as suas respectivas províncias (RODRIGUES, 2009, p. 58).

O que particulariza o evento em Goiás é que a festa não incluiu, como ocorrera em Santa Catarina, Rio de Janeiro e Bahia, a recepção aos soldados do batalhão de voluntários goianos entrando triunfante na cidade de Goiás ou em outras municipalidades da província. Em Goiás, as comemorações populares começaram no momento em que a população recebeu as primeiras notícias de que a guerra acabara. A morte de Francisco Solano López em 1º de março de 1870 se tornou o marco conclusivo do conflito beligerante, sendo essa data rememorada nos anos subsequentes. Desse modo, a celebração de 23 de setembro consolidava, com o testemunho da bandeira dos voluntários goianos depositada no altar da matriz, às vistas da sociedade ali reunida, simbolicamente, a memória dos militares goianos na Guerra do Paraguai.

Sobre essa celebração, temos a narrativa do padre José Iria Xavier Serradourada, que foi testemunha do evento e o escrivão responsável pela escrita do documento diocesano, registrando aquele acontecimento no livro de atas da diocese. Esse registro documental contém elementos de recordação coletiva daquela reunião simbólica em comemoração ao fim da guerra e em homenagem aos soldados mortos e aos que sobreviveram. No excerto transcrito a seguir, o padre sublinha que a bandeira foi conduzida pelas ruas da cidade e que, ao chegar à matriz, foi reverenciada por políticos, religiosos e pelo povo da cidade de Goiás.

Conduzida pelo alferes do Estado maior da 2ª classe, que tinha sido alferes do mesmo batalhão de voluntários, Antônio José da Costa Brandão, até a catedral, e ali foi recebida pelo Exm. Sr. Presidente da província e sendo por este entregue a sua Excia. Reverendíssima, o sr. Bispo diocesano e foi por este colocada ao altar da padroeira, de conformidade com o aviso do Governo Imperial de 22 de abril deste ano, em testemunho do reconhecimento ao Ente supremo pelas vitórias e *complemente* vitória da guerra a nosso favor empreendida unicamente em desafrenta nacional.⁷

A partir da palavra *testemunho* nos orientamos para compreender os elementos contextuais em torno da memória da guerra e dos impactos dela na sociedade goiana. O texto de Serradourada serve de testemunho de um evento de memória coletiva. Assim, temos a memória duplamente representada: pela simbologia da bandeira no altar diante da população e pelo testemunho do padre escrivão, forçando uma brecha no tempo para que aquele evento não fosse totalmente esquecido.

⁷ Documento 60. Livro de registro dos diversos termos da Diocese de Goiás – 1874-1910. Relação dos livros manuscritos dos séculos XVIII, XIX e XX. IPEHBC - Sociedade Goiana de Cultura. Goiânia, Goiás.

Apoiamo-nos nas explicações de Paul Ricoeur (2005) quando ele trata do testemunho e dos componentes da vida social em certas coordenadas do passado. Nossa percepção é de que a organização da festa em torno da recepção da bandeira reforça o sentido do testemunho como *memória declarada* (arte de se evitar o esquecimento de determinados eventos passados). Paul Ricoeur diz que há um conjunto de situações que interligam passado-presente e nelas se encontra a “cadeia de operações que tem início no nível da percepção de uma cena vivida, continua no da retenção da lembrança, para se concentrar na fase declarativa e narrativa da reconstituição dos traços do acontecimento” (RICOEUR, 2005, p. 171). A escolha do alferes Antônio José da Costa Brandão como condutor da bandeira reforçou o testemunho vivo da guerra presente ali, junto da população no largo da matriz.

A narrativa da *ata diocesana* foi resultado do exercício de recordação do autor, que ligou a experiência imediata do ato comemorativo com a experiência das pessoas que vivenciaram direta ou indiretamente os efeitos da guerra em Goiás, numa situação de *alteridade* entre indivíduos. No ato de escrever a ata, dias depois da comemoração, estavam presentes, no exercício da memória, as escolhas das palavras, a intenção dos argumentos, a expectativa da verdade daquele texto-documento. Isso quer dizer que, no exercício de recordação, o passado estava representado na experiência intersubjetiva de indivíduos em situações de convívio social. *Memória e alteridade* “do facto de a recordação envolver sujeitos diferentes do evocador e de o desejo de ascender ao verossímil se comprovar com o recurso às recordações dos outros” (CARTROGA, 2015, p. 13).

Há de se compreender que aquela programação festiva estava associada ao retorno das forças militares brasileiras após o fim da guerra. Orientados por Anthony Giddens (2009), que descreve *situações críticas* que abalam conjunturalmente “os modos estabelecidos de vida diária habitual” (GIDDENS, 2009, p. 70), podemos compreender a narrativa escrita pelo padre Serradourada como enredo de um acontecimento que quebrou a rotina do cotidiano social, considerando as circunstâncias do espaço-tempo entre 1º de março, dia da morte de Francisco Solano López, e 23 de setembro, dia em que populares goianos se reuniram às autoridades civis, militares e religiosas na praça da matriz e comemoram o retorno da bandeira dos voluntários goianos da pátria.

Em 23 de setembro de 1870, Antônio José da Costa Brandão, alferes do Estado Maior de 2ª classe, ao conduzir a bandeira dos voluntários, representava o elemento *épico* sobrevivente das batalhas contra os paraguaios. Naquele momento, em frente a contemporâneos, tornou-se história viva da guerra. Sua patente faz lembrar honrarias

concedidas pelo governo por mérito relacionado à participação na guerra. O fato de ter sobrevivido à guerra deu a Brandão algumas vantagens materiais e morais: foi agraciado com as honrarias e promoções militares e salariais.

A bandeira dos voluntários goianos da pátria estava nas acomodações do aparato militar da província de Mato Grosso desde que foram declaradas⁸ concluídas as operações ao sul daquela província pelo então comandante interino das forças expedicionárias, o major de comissão José Thomaz da Silva, no início de junho de 1867⁹. Nesse mesmo contexto, foi também finalizada a participação militar de Goiás nas batalhas de fronteiras ao sul daquela província.¹⁰ Desse modo, desde o segundo semestre de 1867, estava a bandeira dos voluntários goianos da pátria alojada nas acomodações militares de Cuiabá. Com o fim da guerra, em março de 1870, e as notícias sobre as comemorações pelo fim da guerra que passaram a ocorrer no país, ficou estabelecido que a forma mais apropriada para simbolizar a festividade cívica na província de Goiás era mandar trazer de Cuiabá para a cidade de Goiás a bandeira dos voluntários goianos da pátria.

A bandeira, retornando a seu local de origem, reavivou junto à população de Goiás, naquela tarde de 23 de setembro de 1870, as recordações dos feitos goianos nas operações

⁸ A memória desse fato se encontra hoje demarcada numa rocha de arenito aquidauano, na qual se encontra fixada uma placa comemorativa ao dia 12 de junho de 1867, quando o major José Thomaz Gonçalves decretou o fim das operações com a ordem do dia nº 3. “Acha-se resolvido pelas forças em operações ao sul da província do Mato Grosso um dos mais difíceis problemas da tática: uma retirada em ordem, sem a menor força de cavalaria, tendo de lutar com o inimigo audaz, perfeitamente montado e de posse da melhor combinação para seus ataques: a cavalaria e a artilharia. Acha-se concluída a mais melindrosa operação de guerra rodeada dos mais ingentes e extraordinários obstáculos que num conjunto de circunstâncias muito especiais jamais acometeria as forças diminutas” (DALMOLIN, 2018, n.p.).

⁹ O fim da expedição militar em operação no sul do Mato Grosso foi imortalizado nas memórias de Alfredo d’Escragno de Taunay. Depois da batalha de Nhandipá, em fins de maio de 1867, a tropa brasileira, reduzida a 700 militares de uma coluna inicial de aproximadamente 2.000 combatentes, chegou a um lugar seguro do território, às margens do rio Aquidauana em 11 de junho. A marcha esgotou a todos, segundo Taunay, mas a decisão do novo comandante, major José Thomaz Gonçalves, de “andar até não mais poder” livrou a tropa do cerco lateral dos inimigos e isso facilitou a fuga a um lugar seguro que o secretário militar descreveu depois, recordando aquelas circunstâncias, com essas palavras: “A caminhar porém para a margem esquerda do Aquidauana e em direção ao porto de Canuto, onde, aproveitando as primeiras dobras da serra do Maracaju, o coronel Lima e Silva se havia abrigado com a gente e as repartições de Nioac, éramos outros e deixei bem assinalado, na minuciosa narração dos nossos sofrimentos e desastres, o sentimento de orgulho e alegria, com que ouvimos, pela última vez, os clarins paraguaios executarem prolongada fanfarra ao se retirarem, abandonando a perseguição da coluna” (TAUNAY, 2004, p. 338-339).

¹⁰ Em 1º de junho de 1873, o então presidente da província de Goiás, Antero Cícero de Assis, explicando aos deputados provinciais questões de segurança pública, falou de seus pedidos ao governo central para que se aprimorasse a força de linha na província. Informou que o aparato da Guarda Nacional da província era, naquele biênio 1872-1873, de 19.954 praças, sendo 17.323 na ativa e 2631 na reserva. Ali expressou o que percebia ser um dos limites da ordem pública em Goiás que havia de ser melhor atendida pelo governo imperial. A requisição que fazia era de poder recolher parte do aparato militar que ainda se encontrava em Cuiabá, desde as marchas dos batalhões goianos a partir de 1865. Disse, aos legisladores goianos, o que havia inspecionado nesse sentido: “[...] pelo que tive de insistir em minhas reclamações ao governo central para que viesse estacionar na província mais uma força de linha [...] O último desses avisos foi datado de 16 de dezembro do ano próximo passado e em data de 21 de fevereiro último, comunicou-me a presidência as observâncias do citado aviso” (CORREIO OFFICIAL, 5 jul. 1873).

militares que se encontram referenciadas na história da *Retirada da Laguna* (2009). “Tendo sido trazida a dita bandeira da província de Mato Grosso para esta cidade pelo capitão do 20º Batalhão de Infantaria, Luís Cândido Gonzaga, foi recebida fora das portas pela tropa existente, pelo clero e pelo povo no meio de aclamações e música marcial”.¹¹

Ressaltamos que a festa cívica e religiosa de 23 de setembro de 1870 representou a continuidade do evento guerra no *mundo social* goiano. Ela reforçou o sentimento de *alteridade* com as experiências do ausente, com o tempo da guerra que passara. A experiência de guerra do alferes Antônio da Costa Brandão, simbolizada no percurso pelas ruas da cidade em direção ao altar, também era a extensão da presença do capitão Luís Cândido Gonzaga, responsável pelo transporte da bandeira de Cuiabá à cidade de Goiás. Naquele trajeto, trasladava um símbolo da vida militar de Goiás na Guerra do Paraguai que corria o risco de corromper-se pelo esquecimento, dado o tempo em que ficara distante do quartel do 20º Batalhão de Infantaria de Goiás.

Como afirmamos anteriormente, a celebração em torno do ato de colocação da bandeira na matriz de Sant’Anna se integrou às várias manifestações oficiais e populares ocorridas no Brasil durante 1870. Mesmo antes da capitulação das forças paraguaias com a morte do presidente Solano Lopez, as notícias sobre o retorno das tropas brasileiras já motivavam a população das províncias a se reunirem nas cidades portuárias do país e receberem em praças públicas os militares brasileiros, festejando-os. Na província de Goiás, essa realidade não aconteceu. A participação militar da província com seus efetivos (20º Batalhão de Infantaria, Batalhão de Caçadores Goianos e os Voluntários da Pátria) teve fim quando o governo encerrou as operações militares no sul da província de Mato Grosso em meados de 1867.

Desse modo, a colocação da bandeira no altar da matriz demarcou os festejos oficiais pelo fim da guerra na província de Goiás naquela tarde de 23 de setembro de 1870. O capitão Luís Cândido Gonzaga, responsável pelo traslado da bandeira de Cuiabá à cidade de Goiás, e Antônio José da Costa Brandão, alferes sobrevivente da guerra, conduzindo-a em meio à população em direção à igreja, fecharam o percurso de sua procissão, desde que fora benzida em janeiro de 1866, naquele mesmo lugar, antes de ser conduzida pela última tropa de militares goianos que partiu para o teatro de guerra em 20 de janeiro de 1866. Para os celebrantes, naquele semestre de 1870, buscar, aguardar e receber a bandeira naquele dia de

^{11 11} Documento 60. Livro de registro dos diversos termos da Diocese de Goiás – 1874-1910. Relação dos livros manuscritos dos séculos XVIII, XIX e XX. IPEHBC - Sociedade Goiana de Cultura. Goiânia, Goiás

setembro era o algo que faltava para a *filiação*, em suas memórias, (CATROGA, 2015) ao *sentimento de pertença* a um passado de guerra em Goiás.

Esse evento, veremos à frente, inseriu-se no percurso histórico de comemorações populares que já vinham acontecendo na província desde o primeiro semestre daquele ano. Introduziu-se no *fluxo contínuo* do ordenamento social, quanto às ações individuais e coletivas, desde o momento em que os jornais publicavam notícias sobre o fim da guerra e do desembarque das tropas em solo brasileiro. Em nossa análise, apoiamo-nos na *teoria da estruturação* de Anthony Giddens (2009) para em tendermos as relações sociais em circunstâncias de *copresença* no que diz respeito à dimensão espaço-tempo quanto à *interpolação da ação*. As ações sociais são *recursivas*. Buscar a bandeira no Mato Grosso, preparar a festa popular, festejar tudo isso com a missa, foram ações intencionais que se ajustam às reflexões de Anthony Giddens quando analisa os atores sociais e as práticas sociais, sejam elas individuais e ou de grupos, que estão envolvidas no que ele classificou como *monitoração reflexiva da ação, da racionalidade da ação e motivação da ação*.

As atividades sociais humanas, à semelhança de alguns itens auto-reprodutores na natureza, são recursivas. Quer dizer, elas não são criadas por atores sociais, mas continuamente recriadas por eles através dos próprios meios pelos quais eles se expressam como *atores*. Em suas atividades, e através destas, os agentes reproduzem as condições que tornam possíveis essas atividades (GIDDENS, 2009, p. 2-3).

Isso significa que as ações que demandaram a organização da celebração de 23 de setembro foram partes constituintes do apelo social vivenciado na sociedade goiana (população, agentes públicos civis e militares e a comunidade religiosa). Na capital de Goiás, logo os apelos comemorativos se tornaram motivos para a organização do ato de recebimento da bandeira dos voluntários da pátria na primavera de 1870. Salientamos o fato de a festa encontrar-se envolta num processo de construção de uma memória coletiva sobre a participação de Goiás na Guerra do Paraguai e inserir-se no contexto de propagação e informações sobre os eventos comemorativos realizados no Brasil naquele ano. Na província de Goiás, essas informações tiveram início em abril, quando as autoridades públicas, por meio da imprensa goiana, passaram a publicar o noticiário dos principais jornais do Império.

Na edição do jornal *Correio Oficial* de 23 de abril de 1870, das doze colunas distribuídas em quatro páginas, cinco delas foram dedicadas a informar os leitores sobre o fim da Guerra do Paraguai. Foram publicados excertos de vários documentos (telegramas, cartas de autoridades militares brasileiras) extraídos de outros periódicos do Império e de fora do Brasil. Destacou-se a comunicação do general José Correa Câmara, que escreveu, do

acampamento de Aquidaban, em Cerro-Corá (Paraguai), texto endereçado ao general Victorio José Barbosa de Lomba. O *Correio Oficial* salientou as circunstâncias da morte do presidente paraguaio e o editor do jornal vilaboense deu ênfase ao momento em que a guerra finalmente acabou: “O tirano foi derrotado e não querendo entregar-se, foi morto à minha frente”. As notícias tiveram ampla repercussão no meio social vilaboense e dali se espalharam para outras municipalidades da província.¹² Na coluna “Noticiário”, o editor contou como tudo começou em meados de abril de 1870:

No dia 17 do corrente, chegou a esta capital o senhor Alferes Tristão Luiz Xavier Brandão, que foi portador do ofício do sr. Vice-presidente da província do Mato Grosso, comunicando estar concluída a guerra com a morte do ex-ditador Solano López, derrotado pelas forças brasileiras ao mando do general Câmara em Cerro-Corá na margem do rio Aquidaban. Tão importante notícia grande alegria causou nesta capital, que a festejou com todo entusiasmo (CORREIO OFFICIAL, 23 abr. 1870).

Nos parágrafos seguintes, o autor do artigo noticiou como se deram as comemorações cívicas e religiosas entre o dia 17 e a data de publicação daquela edição em 23 de abril. O que lemos no noticiário indica que a população da cidade de Goiás respondeu com euforia ao fim da guerra. Em termos religiosos, o momento marcante ocorreu na noite de 19 de abril com a celebração do *Te-Deum na igreja da Boa Morte*, presidida pelo bispo diocesano. Logo após essa liturgia, o público foi convidado a seguir em cortejo até uma das salas do Palácio do Governo, *docel do palácio*, e ali prestou homenagem ao imperador Dom Pedro II diante de sua efígie fixada à parede. “Durante o cortejo, a banda de música da Guarda Nacional, em sala de entrada do palácio, tocou o hino nacional”, narrou o editor (CORREIO OFFICIAL, 23 abr. 1870).

A comemoração se estendeu com reuniões populares entre os dias 18 e 20. Passeatas foram organizadas pelas ruas da cidade e a população era animada pela banda militar. À noite, as casas e os prédios das repartições públicas ficaram iluminados por três dias. Iluminar as

¹² Corroborar essa realidade o que se sucedeu em 6 de maio na Villa de Pilar, quando o delegado daquela localidade, Raymundo Nonato, e os vereadores deliberaram sobre um festejo de três dias a fim de comemorarem com a população a *terminação da Guerra do Paraguai*. No último parágrafo da notícia foi declarado que toda a festa promovida foi paga particularmente com os recursos do delegado. Assim está registrado na coluna de notícias da edição do jornal *Correio Oficial* de 22 de julho de 1870: “No dia 6 de maio festejou-se a terminação da guerra. A câmara municipal, reunindo-se, deliberou mandar publicar por editais tão grato acontecimento, convidando os municipais para iluminarem as frentes de suas casas por três dias. Uma guarda de honra foi postada na porta da matriz onde entoou-se o *Te-Deum*, findo o qual foram dados diversos vivas pelo delegado de polícia Tenente Raymundo Nonato Pereira da Silva, sendo entusiasticamente respondido pelo povo, seguindo-se logo três salvas. Depois o Reverendo vigário, delegado, as mais autoridades, povo e guarda saíram em passeata pela vila ao som da banda de música que também os acompanhava, cantando-se e tocando-se o hino nacional e subindo aos ares centenas de rojões. Concluiu-se a festa em casa do delegado, que sem distinção a todos obsequiou, reinando sempre maior harmonia até as duas horas da manhã do dia 7, em que o povo se dispersou”.

ruas e movimentá-las com reuniões populares foram práticas que decorreram de decisões administrativas em reunião na Câmara Municipal da capital. As decisões dos representantes políticos, naquela ocasião, encontravam-se com o anseio popular em festejar o fim da guerra.

O jornal foi claro quando assinalou, naquele 23 de abril de 1870, que bastou a população ter conhecimento de que chegara à cidade o mensageiro do vice-presidente da província de Mato Grosso, trazendo a notícia do fim da guerra, para a cidade toda ficar alegre e começar a pensar em uma comemoração de vulto, como a que foi programada para acontecer em setembro do mesmo ano. Isso porque, desde o primeiro semestre de 1867 e a partir de então, os esforços empreendidos na província de Goiás não estavam mais relacionados ao fornecimento de tropas militares e à operação bélica. A participação se restringiu a auxiliar com recursos financeiros destinados à aquisição de víveres e dar apoio médico-sanitário à cidade de Cuiabá, para onde foram alocados os remanescentes das tropas que sobreviveram às últimas batalhas na *Retirada da Laguna*.

Como a província de Goiás não pôde comemorar o fim da guerra, recebendo seus soldados que retornavam para casa, a forma de representar a experiência de guerra foi a recepção festiva à bandeira. Para as autoridades de Goiás, a bandeira dos voluntários da pátria se tornou o algo que faltava para demarcar, em efeitos comemorativos, a experiência histórica de Goiás na guerra. O desejo que prevaleceu na sociedade militar e civil de Goiás foi a de reapossar-se da bandeira que estava guardada nas acomodações militares de Cuiabá, pois ela representava a memória dos soldados que a conduziam na marcha que as forças militares goianas fizeram ao sul da província de Mato Grosso entre setembro de 1865 e outubro de 1867, quando, dispersas, deixaram a bandeira de Goiás sujeita ao esquecimento, acomodada nas dependências militares da província vizinha.

Apropriamo-nos da análise de Fernando Catroga (2015) para perceber o sentido da organização do evento de 23 de setembro de 1870. A nosso ver, a celebração só foi possível com a *identificação* daquele símbolo em condição de risco de esquecimento, visto que ele estava alijado de sua natureza inicial, de seu lugar de origem. Desse modo, organizar o seu retorno para Goiás significou, para as autoridades, a oportunidade de manifestar a *filiação* daquela geração à experiência de uma sociedade em contexto de guerra.

Eram recordadas ali as palavras do bispo que batizou a bandeira em janeiro de 1866. Naquele contexto, o batalhão de voluntários, postado no largo da catedral às 9 horas da manhã, aguardava o término da reunião do comandante José Joaquim de Carvalho com o presidente Augusto Ferreira França para ter ciência das últimas ordens antes de seguir em direção ao sul

da província de Mato Grosso. O padre José Iria Xavier Serradourada destacou o momento em que, depois da reunião do coronel com o presidente, a bandeira foi benzida pelo cônego capitular José Joaquim Xavier de Barros. No noticiário do jornal *Correio Official* de 24 de janeiro de 1866, o título da matéria foi *Marcha do Batalhão Goyano de Voluntários*.¹³ A partir dali a bandeira seguiu rumo ao teatro de guerra.

1.1.1 A bandeira *marchou* com os soldados goianos: *celebre*mos o seu retorno

A celebração de colocação da bandeira no altar da matriz estava ligada, naquele momento, à experiência dos militares goianos nas batalhas que as forças expedicionárias brasileiras enfrentaram na expedição da *Retirada da Laguna*. O padre Serradourada mencionou, no texto da *ata da diocese*, o que aconteceu naquele 23 de setembro de 1870. Aquela bandeira, depositada ao lado da imagem da santa, havia sido benzida em 20 de janeiro de 1866 e foi conduzida pelos voluntários goianos da pátria para a vila de Coxim, depois para Miranda, atravessou o rio Apa e acampou na vila de Bela Vista antes de seguir para a fazenda Laguna. Colocar a bandeira no altar em seu retorno a Goiás representava a exaltação dos passos de cada soldado goiano no percurso que a guerra os fizera trilhar na província vizinha entre 1865 e 1867. A bandeira acompanhou aquela história, segundo o escrivão da *ata diocesana*, que recordou, em sua narrativa, alguns momentos da celebração de 23 de setembro:

Bandeira esta que foi benta n'esta mesma catedral no dia 1º de janeiro de 1866 pelo finado Reverendo Cônego José Joaquim Xavier de Barros, que então servia de vigário capitular do bispado, e n'esse mesmo dia entregue com toda a solenidade ao dito batalhão, o qual no dia 20 do mesmo mês marchou para Coxim e de lá para Miranda e outros pontos do sul da província de Mato Grosso, primeiro entrou em Bela Vista além do Apa, a 21 de abril de 1867, ainda o mesmo batalhão defendendo com denodo a honra da pátria, no meio de vivíssimo fogo teve a glória de arvorar triunfante no terreno inimigo.¹⁴

¹³ Nessa edição, o jornal ressaltou os momentos subsequentes à celebração com os discursos das autoridades civis e militares antes de a tropa desfilar pelas principais ruas da cidade e seguir em direção a um pouso de estrada distante três léguas e meia. O primeiro parágrafo que transcrevemos chama a atenção para o destaque das palavras referentes à participação da população local naquele evento, demonstrando a visibilidade pública daquele acontecimento. O noticiário começa assim: “Às nove horas do dia 20 do corrente, postado o batalhão goyano de voluntários em ordem de marcha no largo da cathedral, compareceu o senhor coronel comandante militar José Joaquim de Carvalho que dirigindo-se ao palácio do governo, foi receber de S. Ex. o Sr. Presidente da província dr. Augusto Ferreira França suas últimas ordens; então, S. Ex. acompanhado de todos os funcionários públicos e de grande número de cidadãos, dirigiu-se à cathedral onde depois de formado o batalhão, celebrou-se o santo sacrifício da missa, dando o senhor vigário capitular do bispado, a bênção do sacramento. (CORREIO OFFICIAL, 24 jan. 1866).

¹⁴ Documento 60. Livro de registro dos diversos termos da Diocese de Goiás – 1874-1910. Relação dos livros manuscritos dos séculos XVIII, XIX e XX. IPEHBC - Sociedade Goiana de Cultura. Goiânia, Goiás

Ao provocar, em *Esboço fenomenológico da memória*, questões sobre as formas de reelaborar momentos de comemoração (religiosa e cívica) pela evocação das *coisas passadas* como *ato social* que impede a presença *nefasta* do “esquecimento em sua mais sorrateira forma de apagamento dos rastros, de devastação”, Paul Ricoeur (2005, p. 60) nos remete à narrativa do padre Serradourada sobre aquele evento, possibilitando a interpretação de que o retorno da bandeira dos voluntários da pátria se tornava símbolo portador do efeito de uma história de guerra em Goiás. A bandeira presente no altar da padroeira simbolizava o valor histórico que portava, lembrando as mãos dos militares que a carregaram, tornando visíveis as lembranças daqueles que a viram balançando ao vento nos campos de batalha.

A celebração finalizava, em Goiás, as comemorações cívicas e religiosas pelo fim da Guerra do Paraguai, mantendo-se, contudo, a recordação dos efeitos humanos e materiais que a guerra provocou na sociedade goiana: o deflagrar da guerra em 1865 e as implicações dos primeiros esforços da administração pública, ainda no primeiro semestre daquele ano, quando chegavam os correios da Corte, orientando o governo provincial a se comprometer com o Império brasileiro, depois que as forças paraguaias invadiram a província de Mato Grosso. “Faltava tudo quanto era necessário para a marcha, tinha, portanto, de mandar aprontar tudo”, escreveu, em seu relatório, o vice-presidente da província de Goiás, João Bonifácio Gomes de Siqueira, explicando a seu sucessor, em abril de 1865, como estava a organização do Batalhão Goiano de Caçadores em sua marcha para Coxim, conforme orientação do governo imperial de 12 de dezembro de 1864. Esse foi apenas o começo.

Como diz Paul Ricoeur (2005, p. 51), “começar constitui uma tarefa irrecusável. Sem ela, não compreenderíamos o que significa continuar, durar, permanecer, cessar. E sempre um algo começa e cessa”. Ligar a comemoração do retorno da bandeira a Goiás em 1870 e o testemunho do padre escrivão explicando os motivos da homenagem à bandeira dos voluntários goianos da pátria aos eventos da organização das expedições goianas em direção ao teatro de guerra entre 1865 e 1867 constitui um exercício intelectual de *evocação/busca* de que trata Paul Ricoeur.

Reforçar essa mensagem em 1870 encerrava, naquilo que figurava como lembrança/evocação do padre Serradourada, as palavras do finado vigário capitular¹⁵ no

¹⁵ Na oportunidade, o cônego José Joaquim Xavier de Barros pronunciou as seguintes palavras: “Abençoada pela Santa igreja Católica Apostólica Romana, a religião de Jesus Cristo, que por sua admirável intervenção no destino humano, regula e harmoniza o andamento e progresso da ordem social; esta religião que felizmente professamos, vos entrega hoje, e recomenda a conservação desta bandeira, a qual deveis considerar como um incentivo de vosso valor, certos de que a maior honra de vossa nobre profissão é de a defender” (BARROS apud CORREIO OFFICIAL, 10 jan. 1866).

contexto das marchas expedicionárias dos voluntários goianos da pátria no início da guerra. A tarefa de exaltar o passado identificado na bandeira/monumento desses sujeitos, inserindo-a no movimento daquelas pessoas reunidas na catedral de Sant'Anna para deter o avanço do esquecimento, foi a proposta daquela liturgia, como nos faz compreender Fernando Catroga sobre o elemento recordado indicar apenas a *ponta do iceberg do esquecido*.

Infere-se, assim, que a tarefa última das liturgias de recordação é gerar coerência e perpetuar o sentimento de pertença e de continuidade, num protesto, de fundo metafísico, contra a finitude da existência, ou melhor, contra o esquecimento, essa antecipada prova que o homem caminha para a morte (CATROGA, 2015, p. 30).

A celebração de 23 de setembro buscou identificar eventos memoráveis do passado de Goiás em contexto de guerra. A procissão com a bandeira conduzida por um militar sobrevivente da guerra reforçava a presença viva dos feitos militares goianos. A liturgia exaltou o passado, quando tudo começou, referendado no discurso do vigário capitular ao benzer a bandeira em janeiro de 1866. Por último, fez reverência aos militares mortos em decorrência do evento beligerante. A pessoa que representava o lado desse sacrifício era o capitão Vicente Miguel da Silva, um dos exemplos fatídicos da guerra. Naquela celebração, ele foi representado pelo tio, José Vicente da Silva.

Numa das linhas finais da *ata de colocação da bandeira dos voluntários goianos da pátria* se encontra a seguinte informação: “Para constar foi lavrado este presente termo que assinam, eu, padre José Iria Xavier Serradourada [...] José Vicente da Silva, tio de um voluntário da pátria que morreu em campanha”. A presença do tio do capitão Miguel Vicente da Silva naquela celebração evocava recordações dos momentos mais trágicos das Forças Expedicionárias brasileiras no primeiro semestre de 1867.

A seguir tomamos dois momentos que caracterizam a *evocação/recordação* feita pelo autor da ata diocesana, nos quais ele dá destaque para a presença do tio do soldado morto na celebração litúrgica. O primeiro excerto provém da carta-relatório que os comandantes das companhias elaboravam ao fim de cada combate, explicando ao comando geral a situação da tropa, os feitos dos soldados nas trincheiras, as baixas por ferimentos entre praças e oficiais e os procedimentos para sepultar os mortos.

Encontramos notícias do capitão de comissão Vicente Miguel da Silva nas palavras escritas pelo comandante do 20º Batalhão de Infantaria, capitão Joaquim Ferreira de Paiva. Na ocasião ele detalhava ao coronel comandante Carlos de Moraes Camisão, em 9 de maio de 1867, as situações pelas quais a tropa sobre seu comando havia passado na primeira semana de maio: o itinerário de aproximadamente três dias de caminhada por um percurso que se deu

entre os pontos que ele classificou a partir de acampamento no *córrego da invernada* e que se seguiu à passagem do córrego Apa-mirim. A carta foi escrita no acampamento montado provisoriamente nas imediações do devastado forte de Bela Vista.¹⁶ Uma passagem do relato diz respeito a um dos momentos mais tensos do ataque das forças paraguaias sobre a tropa comandada pelo capitão goiano. Foi nesse momento que a liderança do capitão de comissão, Vicente Miguel da Silva, segundo seu superior, destacou-se no campo de batalha.

Imediatamente, parti em marcha acelerada e chegando no campo onde estava o citado corpo todo em linha de atiradores na distância de 300 passos, observando que o inimigo tinha cercado por todos os lados, fiz seguir, não obstante a ordem de V.S. de não abandonar a boca de fogo, uma grande divisão composta da 1ª e 2ª companhia, comandada pelo capitão de Comissão de voluntários da pátria, *Vicente Miguel da Silva*, ordenando a este que dividisse em duas linha de atiradores para a direita e a esquerda do mencionado corpo, o que sendo cumprido pelo capitão, entrou logo em fogo, e notando eu mais que o fogo cada vez mais ia se tornando renhido, tomei a deliberação de seguir com a 3ª, 4ª, 5ª e 6ª companhias, deixando a boca de fogo; a 4ª grande divisão composta da 7ª e 8ª Companhia sob o comando do alferes do exército de Comissão Pedro Nunes Baptista Ferreira Tamarindo, apoiada sobre um curral, e tomando eu à frente do predito corpo, formei linha e carreguei sobre o inimigo, conseguindo assim a retirada dele; com o que fiz alto e aguardei as ordens de vossa senhoria, que momentos depois, mandou-se ordem que eu me retirasse com o batalhão para o centro das forças afim de dar sepultura ao cadáveres. (CORREIO OFFICIAL, 10 de agosto de 1867)

A referência a esse militar goiano mostra duas realidades de sacrifícios humanos nas operações militares na província de Mato Grosso. Primeiro, a marcha cheia de adversidades naquela campanha militar e, depois, o exército brasileiro fugindo do território paraguaio depois que o comandante Carlos de Moraes Camisão percebera o insucesso da ocupação da fazenda Laguna, tornando aquela campanha um erro estratégico. Outra situação adversa se deu com as epidemias de cólera que causaram mais mortes que os ataques das forças paraguaias. Na ocasião em que falecera o comandante da expedição, coronel Carlos de

¹⁶ As notícias sobre a expedição que ficou conhecida como *Retirada da Laguna* tomaram grande impulso representativo no imaginário da imprensa que fazia a correspondência de guerra no segundo semestre de 1867. Desde quando as informações sobre aquele evento foram propagadas na imprensa, a narrativa daquela marcha foi vista com tonalidade épica. O *Jornal do Commercio*, em edição de 2 de outubro de 1867, publicou notícia de um correspondente que escrevia de Tuyuti, em 13 de setembro, sobre o avanço das forças aliadas nas batalhas de Curuzú. No meio dos argumentos, abriu espaço para fazer referência ao que tinha acontecido com as forças brasileiras na macha do rio Apa até o acampamento final às margens do rio Aquidauana: “A retirada, porém, da força expedicionária sobre o Apa incontestavelmente representa o mais sublime episódio dessa grande epopeia, a guerra. Ali, o valor e a resignação de nossos bravos atingiram a um tal grau de heroísmo e abnegação que dificilmente se achará paralelo na história das nações. A famosa retirada dos dez mil gregos conduzidos por Kenophonte, e modernamente, a dos franceses abandonando a Rússia, nem uma delas apresenta um quadro mais aflitivo de sofrimentos do que passou aquele punhado de heróis no longo e doloroso estádio que percorreram de Bella Vista a Aquidauana. Ao mesmo tempo que lutavam com um inimigo audaz e cruel, e com o fogo dos incêndios, tiveram de sofrer a fome e a sede, as mais duras privações e trabalhos e até pagar ao mesmo medonho flagelo, a cólera, longo tributo de preciosas vidas. A notícia, portanto, dessa retirada, ao passo que nos confrangia os corações, fazia-nos exclamar miúdo: <<Honra e glória aos bravos do Apa>>” (JORNAL DO COMMERCIO, 2 out. 1867, p. 2).

Moraes Camisão, foi vítima da mesma epidemia o capitão de comissão dos voluntários goianos da pátria, Vicente Miguel da Silva.

Esse soldado foi citado pelo desembargador João Bonifácio Gomes de Siqueira, em 1º de setembro de 1867, quando esclareceu aos deputados da província de Goiás as operações militares relacionadas à *Retirada da Laguna* entre abril e junho daquele ano. O texto é longo, porém nos dá a dimensão de que atingira a curiosidade das pessoas em Goiás sobre os acontecimentos beligerantes na província vizinha. O excerto a seguir trata do momento em que as tropas brasileiras retornavam do Paraguai em direção ao interior do Mato Grosso.

Durante essa marcha foram cruéis os sofrimentos das forças, pois além de constantes tiroteios, atravessavam sertões agrestes e paludosos, sendo o caminho feito pelos pés dos soldados que ficaram reduzidos a completa nudez, e por último apareceu uma epidemia que dizem ser o cholera, a qual ceifou muitas vidas. Setenta e seis bravos por falta de condução foram abandonados no campo e à vista das forças degoladas pelo inimigo. Esta epidemia só declinou depois do uso de laranjas e limões em grande que em quantidade acharam no pomar da fazenda do jardim. No tiroteio perdemos um oficial e diversas praças, e a perda do inimigo foi maior. Faleceram de cólera o coronel Camisão, tenente coronel de engenheiros Juvêncio Manoel Cabral, o capitão de comissão Vicente Miguel da Silva, o alferes Porfírio Leite de Barros e muitos praças cujo número ignoro (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 176).

Esse texto nos remete às considerações de Fernando Catroga sobre *memória cerzida* dos elementos ausentes que unificam, em determinado presente, sentimentos de pertença social com um dado passado. Em torno da bandeira dos voluntários goianos da pátria e da história das pessoas que se sucedeu aos eventos ligados à expedição ao sul da província de Mato Grosso, entre janeiro de 1866 e setembro de 1870, foi *cerzida a memória* da participação das forças militares goianas em sua trajetória de batalhas, de sacrifícios humanos que se encontram nas experiências dos sobreviventes e na memória dos ausentes. O texto escrito pelo padre escrivão se torna mais um marco da história das celebrações ocorridas na matriz de Sant'Anna.

A ata escrita pelo padre José Iria Xavier Serradourada sobre a celebração do retorno da bandeira dos voluntários goianos da pátria para o altar da matriz nos permite perceber nela a criação, por parte do narrador, de um *sentimento de pertença*, que se faz por analogia, (CATROGA, 2015) àquilo que emana do passado, pelas experiências individuais e de suas ações no *mundo social* (CHARTIER, 2015) que se representam ou são representadas no fluxo contínuo do tempo e das gerações que se sucedem.

Numa escala mais extensa de socialidade — como nas classes, nos grupos sociais, na nação —, a analogia faz com que, como no indivíduo, a memória (social, coletiva, histórica) seja *cerzida* de acordo com critérios unificantes e de transmissão, o que se

traduz na construção de similares sistemas de filiação (e de linguagem) necessários à inserção do indivíduo numa comunidade de destino (CATROGA, 2015, p. 29).

A celebração organizada em torno da bandeira dos voluntários goianos da pátria traz o significado do entusiasmo público saudando o fim da guerra. O relato do padre Serradourada indica a continuidade do efeito social, em Goiás, das reações populares que vinham ocorrendo em outras partes do país logo depois que as notícias da morte de Francisco Solano López chegarem às populações brasileiras. A característica particular da celebração de 23 de setembro de 1870, na cidade de Goiás, não se encontra apenas na distância do tempo entre as comemorações de mesmo teor ocorridas no primeiro semestre em outras províncias.

O que podemos caracterizar, nesse aspecto, está no fato de que a participação das forças militares goianas finalizou em junho de 1867. Isso quer dizer que a extinção do Comando das Forças Expedicionárias Brasileiras em operações no sul da província de Mato Grosso, em meados de 1867, também significou a desarticulação do comando militar de Goiás. Ao contrário de outras províncias do Brasil, naquele primeiro semestre de 1870, a província de Goiás não vivenciou as comemorações populares que ocorreram, como a recepção dos militares que desembarcavam nos portos de Santos, Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Assim, a celebração de dia 23 de setembro e as festas de rua nas cidades por conta das notícias do fim da guerra, na província de Goiás, demarcam essa característica contextual de não ter havido uma comemoração cívica e militar com a presença física dos batalhões de infantaria, de caçadores e de voluntários goianos marchando pelas ruas da capital, tal como fizeram quando saíram em direção ao teatro de guerra.

1.1.2 Recordações dos feitos goianos na guerra: a presença da ausência

Em 9 de janeiro de 1867, quando as forças expedicionárias se encontravam no acampamento da Vila de Miranda, o coronel comandante Carlos de Moraes Camisão, percebendo a drástica redução do efetivo e da logística de guerra, decidiu reduzir também o número de comandos das companhias militares dentro dos batalhões. Foi assim extinto o batalhão de voluntários de Goiás, que foi incorporado ao comando do 20º Batalhão de Infantaria de Goiás.

No mesmo dia, os oficiais do batalhão goiano de voluntários escreveram um abaixo-assinado, rendendo homenagem ao comandante interino daquele extinto batalhão, capitão João Paulino Lopes de Seixas. A carta é de despedida e de agradecimento, pois, ao extinguir-

se aquele batalhão por razões de estratégia do comando geral, ficou aquele capitão sem seu posto de comandante em termos hierárquicos e buscou recolher-se num silêncio e numa apatia ao grupo que não era comum em seu comportamento desde que se tornara comandante daquele corpo militar em outubro de 1866. Diante do silêncio demonstrado pelo capitão João Paulino Lopes de Seixas diante da nova organização do comando militar, aqueles oficiais se declaram agradecidos pelas “maneiras com que soube sempre tratar aos abaixo assinados, já como zeloso comandante, já como bom e leal companheiro”¹⁷.

No dia seguinte, sentindo-se honrado pela demonstração de apreço que recebera daqueles oficiais, o ex-comandante do batalhão goiano de voluntários escreveu uma carta dirigida ao coronel Carlos de Moraes Camisão. Nela expressou, pelo seu testemunho, as circunstâncias dos desafios inerentes àquela expedição militar que marchava em direção ao território inimigo. O corpo militar extinto era composto por um grupo de homens que não foram preparados para a guerra. Estavam ali como voluntários, eram civis que o destino, a partir de então, ali os oficializava como novos infantes do exército. E ressaltou que a única experiência em armas e defesa nacional que carregavam na marcha, naqueles acampamentos, era a disposição de oferecer seu *tributo de sangue* em defesa do país.

O texto de Lopes de Seixas, produzido imediatamente depois de perceber-se sem comandados, permite-nos imaginar o cenário de incerteza vivenciado naquela expedição em direção ao interior do território paraguaio entre janeiro e abril de 1867. Destacamos duas situações descritas na carta que demarcam o sofrimento do esforço despendido por todos naquela marcha de guerra. No momento em que escrevia suas explicações sobre o comportamento dos voluntários goianos ao coronel Camisão, Lopes de Seixas expôs as dificuldades daquela expedição militar. Viam-se envolvidos numa batalha em condições precárias, sem logística de guerra e preparo militar adequados. Salientou que, mesmo em tal situação, o agrupamento de voluntários goianos prezou pela ordem e disciplina ao seu comando desde que assumira em outubro de 1866 — atitudes por ele apontadas com adjetivos que elevaram a distinção e o brio de seus antigos comandados.

Diante das ameaças à vida, provindas das balas inimigas, da sujeição à fome e das infecções provocadas pelas moléstias presentes naqueles *pântanos pestilentos*, aqueles

¹⁷ O documento foi assinado por “José Carlos Sales, capitão; Vicente Miguel da Silva, capitão; Joaquim Antônio Correa de Faria, tenente; Luís Antônio Gonzaga, alferes; Antônio José da Costa Brandão, alferes; Manoel do Espírito Santo, alferes; Herculano Ferreira da Silva, alferes; Manoel Cavalcante da Silveira Berin, alferes; Joaquim Cavalcante da Silva Bezerra, alferes; João Quintino dos Santos, alferes; Manoel José da Costa, tenente; Reginaldo Pereira de Abreu, tenente; Manoel Silveira Miro, alferes; Severiano Veríssimo de Lima, alferes; Custódio Pereira da Veiga, tenente; Luís Rodrigues de Moraes jardim, tenente” (CORREIO OFFICIAL, 10 abr. 1867).

homens, sem experiência militar, esforçavam-se em sua própria superação.¹⁸ Dirigindo-se a seu superior, o comandante reconheceu o novo ordenamento no comando da expedição e deu seu testemunho sobre momentos de convivência de vida dos soldados, seus ex-comandados, e sobre as preocupações imediatas que afetavam o percurso daquela marcha militar a caminho da fronteira do Paraguai.

Tendo o Illmº sr. Coronel Carlos de Moraes Camisão, comandante das forças (em data de ontem), ordenado que o Batalhão Goyano de voluntários, passasse a ficar adido ao de infantaria nº 20; faltaria um dever justo se se deixasse de agradecer aos senhores oficiais a maneira briosa e distinta porque sempre se proporam, procurando a todo o custo ajudar-me na espinhosa missão de que fui encarregado em 12 de outubro do ano pp pelo ilustríssimo sr. Coronel José Joaquim de Carvalho, afiançando aos mesmos senhores que muito me orgulho em ter encontrado em uma oficialidade que nenhuma prática tem do serviço militar, tanta subordinação e instrução (CORREIO OFFICIAL, 1 dez. 1866).

O documento *Ata diocesana* permite vislumbrar eventos do passado que a simbologia das palavras, naquele papel enunciada, traduziu: “Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e setenta. Reinando o senhor D. Pedro e sendo seu ministro [...] Negócios de Guerra sr. Barão de Muritiba”. A presença da bandeira naquele dia buscava “instituir algo de real” (CERTEAU, 2011) e demarcava o *sentimento de pertença* (CATROGA, 2015) daqueles grupos reunidos no largo da catedral, comemorando o fim da guerra e recordando elementos da vida que justificavam a “presença” daquela história no mundo social goiano. A ata representa testemunho, como narrativa, de um momento de celebração de uma história do passado que ainda não havia sido esquecida.

De maneira geral, qualquer narrativa que relate ‘o-que-se-passa’ (ou se passou) institui algo de real, na medida em que se considera como representação de uma realidade (do passado). Ela baseia sua autoridade no fato de se fazer passar pela testemunha do que é, ou do que foi; ela seduz e se impõe através dos acontecimentos dos quais pretende ser intérprete (CERTEAU, 2011, p. 49).

Só podemos imaginar o que se passou na celebração de 23 de setembro de 1870 a partir do sentido *legendário* daquele ofício na história das celebrações solenes no Brasil

¹⁸ As palavras do capitão João Paulino Lopes de Seixas foram escritas no contexto em que a marcha militar fazia o percurso entre a vila de Coxim e a Vila de Miranda no segundo semestre de 1866. O noticiário do *Correio Oficial*, em 1º de dezembro de 1866, reproduziu notícias enviadas de Cuiabá sobre o que havia acontecido na vila de Corumbá e o perigo da epidemia de doenças fatais. Naquela edição os leitores liam o seguinte: “As nossas forças conservavam-se em Miranda, não tendo ainda seguido para Nioac, como diziam que fariam. Parece mesmo que até a data referida não se sabia se teriam de marchar para aquele ponto ou para Albuquerque. As condições de salubridade do lugar em que estavam eram as piores; as myelites ceifavam vidas, tanto de oficiais como de soldados. Muitos oficiais tinham se retirado doentes, sucumbindo alguns em caminho. Logo que se apresenta a inchação nas pernas, é uma raridade escapar” (CORREIO OFFICIAL, 1 dez. 1866).

Império: oficializar o acontecimento, designando-lhe uma narrativa que exaltava a *comunidade afetiva* (SCHWARCZ, 2001). O evento reforçava na população o *sentimento de pertença* a um território e uma população integrados na unidade do Segundo Império. Tal como a festa de coroação de Dom Pedro II, a ideia de reverenciar a bandeira dos voluntários goianos da pátria trazia o ímpeto da representação do poder evocada pelas autoridades locais. Aquela celebração, nesse sentido, inscreveu-se no âmbito dos *aparatos teatrais, em sua dimensão* simbólica do poder político. Proveio de práticas articuladas no universo da formulação do poder das elites que estabeleceram o ordenamento político do Estado Imperial brasileiro a partir de 16 de julho de 1841, com a festa de coroação de Pedro de Alcântara, de 15 anos, Imperador do Brasil.

Nesse movimento a nação se transforma numa ‘comunidade afetiva’, onde são reelaborados elementos que falam da mais longa duração e da mais breve experiência. Mas nem tudo pode ser exclusivamente explicado a partir da lógica do poder. De um lado, não há como negar que são as elites políticas e sociais que reorganizam a memória oficial, no sentido de encontrar coerência e sentimentos comuns que impliquem pensar em um só território, em um só Império, feito de tantas particularidades (SCHWARCZ, 2001, p. 65).

A *ata diocesana* nos faz compreender o percurso da experiência social da província de Goiás com a guerra e o padre Serradourada reconfigurou, em sua narrativa, como a sociedade goiana, representada no público presente na celebração de *colocação da bandeira dos voluntários* no altar da matriz, reagiu em termos de *memória e alteridade* (CATROGA, 2000). Apresentando sua *fenomenologia da memória*, Paul Ricoeur diz que as lembranças podem vir ou serem buscadas: “Lembrar-se é ter uma lembrança ou ir em busca de uma lembrança” (RICOEUR, 2005, p. 24). O padre Serradourada demonstrou as duas coisas, pois, ao mesmo tempo em que aguçava em sua imaginação os atos da celebração, coadunava-os com as histórias de pessoas de Goiás envolvidas na guerra. A presença da bandeira carregada por um oficial que sobreviveu à guerra e a memória do capitão Vicente Miguel da Silva, morto em campanha¹⁹, amplia nosso entendimento dos esforços daquela comunidade, ali organizada, contra o esquecimento dos acontecimentos relacionados ao impacto social da guerra na província goiana.

¹⁹ O expediente do governo, em 23 de fevereiro de 1867, já notificava requerimento de familiares de militares mortos em campanha e, a partir dessa demanda, encaminhava tais solicitações ao comando superior das forças expedicionárias a fim de satisfazer os anseios dos demandantes, tal como se expressa no exemplo de Vicente Ferreira da Silva, pai do sargento ajudante do 20º Batalhão Goiano de Infantaria, Vicente Ferreira da Silva (CORREIO OFFICIAL, 11 mar. 1867).

1.1.3 O passado materializado: recordações da guerra na província de Goiás

Adiantamos anteriormente que, ao contrário de outras províncias, a população goiana não teve a oportunidade de presenciar os festejos patrióticos que se deram em função do acolhimento aos batalhões que “voltavam para casa” logo que finalizada a guerra. Nesse aspecto, foi em torno da bandeira dos voluntários goianos da pátria que as autoridades civis, militares e religiosas encontraram a motivação simbólica para organizar celebração de 23 de setembro de 1870.

No lugar da entrada forças militares de Goiás, surgiu, conduzida pelas ruas em direção à catedral de Sant’Ana, a bandeira dos voluntários goianos da pátria. À presença do alferes Antônio José da Costa Brandão transportando o estandarte com o símbolo do extinto batalhão, somam-se as histórias de militares goianos que, retornando para Goiás, foram individualmente reencaminhados ao meio social numa sociedade em contexto de pós-guerra. Alguns foram dispensados do serviço militar²⁰ e outros, considerados aptos, foram reingressados ao 20º Batalhão de Infantaria ou adidos²¹ e ao Corpo de Caçadores de Goiás por decreto do governo em 14 de março de 1870 (CORREIO OFFICIAL, 26 mar. 1870).

Há o caso do soldado desertor do batalhão de voluntários da pátria, Francisco Maduro Tavares, que, depois de identificado, foi reincorporado ao serviço militar em 6 de junho de 1870. Diz a portaria assinada pela presidência da província que “não ficou preso em motivo do indulto imperial de 2 de abril de 1870” (CORREIO OFFICIAL, 18 jun. 1870). No mesmo sentido, encontramos um documento da secretaria militar de 26 de março daquele ano, orientando o comandante da guarnição do destacamento do Rio Grande, capitão Brás

²⁰ No segundo semestre de 1867, as repartições da tesouraria e da secretaria militar de Goiás tinham intensa atividade de comunicação com outras seções da administração pública quanto a atos de requerimento por parte de militares do 20º Batalhão de Infantaria e dos corpos de Caçadores a cavalo. Exemplos são os despachos de vários ofícios de outubro que deveriam ser reencaminhados para efeito de confirmação ou indeferimento ou passados para novos encaminhamentos burocráticos, segundo a legislação do governo imperial. Um despacho de 9 de novembro comunicava resposta do governo local aos seguintes militares: “Ato 1089 – Requerimento de Antônio Manoel Gonçalves, ex-praça do Batalhão Nº 20, passe; 1091 – Requerimento Paulo Ferreira dos Santos, ex-praça do Batalhão do 20º, passe; 1092 – Requerimento Candido Leopoldino de Azeredo, 2º cadete, Nº 20, dê-se praça; 1093 – Bernardo Abbade de Castro, soldado do Batalhão Nº 20, informe a tesouraria; 1094 – Requerimento de Bruno do Espírito Santo, ex-praça do batalhão Nº 20, à vista da informação, não tem lugar o que pede; 1115 – Requerimento de José João Baptista, encarregado da internada dos Bahús, à vista da informação, não tem lugar o que pede; Francisco de Abreu Cardoso, ex-cabo do 20º Batalhão, passe; Roberto José de Oliveira, soldado do batalhão goiano de voluntários, seja inspecionado; 1112, - Requerimento de Manoel Rodrigo dos Santos, ex-praça do Batalhão Nº 20, passe; 1113 – Requerimento de Clemente de Souza Leite, soldado do batalhão de voluntários – seja inspecionado” (CORREIO OFFICIAL, 21 nov. 1867).

²¹ Em 13 de agosto de 1870, o *Correio Oficial* publicou informação sobre a reincorporação ao 2º Corpo de Caçadores a Cavalo de três desertores de nome Eliseu Alexandre José Xavier, Pacífico Xavier de Barros e João Ferreira Damasco, “os quais se apresentaram ao subdelegado de polícia de Anicuns no dia 12 do mês findo [julho] como consta da guia inclusa 2ª e 3ª nesta data [1º de agosto] e acham-se compreendidos no imperial indulto de abril último [1870] (CORREIO OFFICIAL, 13 ago. 1870).

Marcelino de Camargo, que providenciasse o recolhimento de três soldados voluntários da pátria às dependências militares da capital. Eram o ansepeçada João Rodrigues Barbosa e os soldados Joaquim Alves da Silva e Martiniano Ribeiro de Carvalho. O objetivo daquela ordem dizia respeito ao desligamento deles do serviço militar (CORREIO OFFICIAL, 2 abr. 1870).

Dissemos que os militares de Goiás retornaram dispersos, sem a experiência do triunfo da partida e das paradas militares que marcaram o imaginário da população no início da guerra. Em muitas ocasiões, isso foi objeto de impetuosos discursos patrióticos das autoridades civis, religiosas e militares, motivando a população a entender e apoiar o país. Todavia, a experiência militar das forças goianas na guerra se limitou à primeira fase das operações, cessando quando a reorientação do governo liquidou o comando das forças expedicionárias em operações no sul do Mato Grosso, simultaneamente aos acontecimentos da *Retirada da Laguna*.

A dispersão foi provocada pelas condições de precariedade de logística militar, das escassas condições sanitárias e da restrição alimentar enfrentadas pelos remanescentes das forças expedicionárias brasileiras entre junho e outubro de 1867, quando, desarticulado aquele comando, os sobreviventes foram encaminhados para a cidade de Cuiabá. Lá foram acolhidos, muitos em condições de quarentena, em situação bastante precária. Na edição do *Jornal do Commercio* de 23 de dezembro de 1867, foi publicado artigo intitulado *Mato Grosso*, escrito pelo correspondente do jornal em 23 de outubro na cidade de Cuiabá.

O conteúdo da notícia dizia respeito à situação de debilidade social provocada pelas doenças epidêmicas (bexiga, cólera) que atacavam de morte toda a sociedade. O autor declarou que entre 6 e 8 mil pessoas perderam a vida nos últimos meses até aqueles dias e salientou que, enquanto escrevia, percebia ter havido menor número de mortes diárias. Ao mesmo tempo em que criticou o governo pela ineficiência administrativa em socorrer os reclamos da população de Mato Grosso, direcionou sua indignação com mais precisão contra o Ministério da Agricultura por ter desativado os correios entre Cuiabá e São Paulo para contenção de gastos. Narrou a chegada de parte das tropas de Minas Gerais que saiu da *Retirada da Laguna* em maio e chegou em outubro a Cuiabá. Suas palavras dizem sobre uma realidade de sofrimento e miserabilidade: “Aqui chegaram em mísero estado as forças mineiras que se dizia em operações ao sul da província de Mato Grosso. Coitados! Foram vítimas de um dos mais graves erros do governo e poucos são os que restam dessa nobre falange de patriotas” (JORNAL DO COMMERCIO, 1867).

As informações da burocracia financeira da província, referentes aos contratos dos soldados, indica-nos esse movimento descontínuo. Em alguns casos, elas se relacionam a grupos de dois ou três soldados que se apresentaram em postos de comando militar em municipalidades da província e, em outros, dizem respeito a soldados considerados desertores — alguns deles, por motivos pessoais, acionaram seus direitos quanto aos benefícios prometidos pelo governo na campanha dos voluntários da pátria.

Em 4 de novembro de 1871, lia-se na edição do jornal *Correio Oficial* que o senhor José Clemente de Campos, que, naquele momento, exercia a função de porteiro da secretaria do governo, requeria junto à tesouraria a contagem do tempo de serviço que havia exercido como oficial da Guarda Nacional e como oficial do batalhão de voluntários da pátria. Outro caso, um tanto exótico para as circunstâncias das demandas determinadas no contrato, segundo o Decreto 3.371, 5 de janeiro de 1865 (BRASIL, 1865a), referia-se à liquidação do valor pedido pelo ex-soldado do batalhão goiano de voluntários, Sabino da Silva e Souza, que acionou o Estado para que este atendesse o que ele entendia ser seu direito: indenização de 34\$749 réis por ter trabalhado como militar em 1867 e 1868 sem usar os fardamentos adequados a que tinha direito (CORREIO OFFICIAL, 25 nov. 1871).²²

A atitude do ex-soldado representa o percurso daquilo que Sidney Chalhoub (2003)²³ classifica como resultado social da interdependência verticalizada entre o sujeito, *dependente*, e o Estado *paternalista*. Esse “mundo era representado como mera expansão dessa vontade, e o poder econômico, social e político parecia convergir sempre para o mesmo ponto, situado no topo de uma pirâmide imaginária” (CHALHOUB, 2003, p. 58). Aquele ex-soldado, ao fazer avaliação dos prejuízos que sofrera diante do contrato que assinara com o governo, nada mais podia fazer, no intuito de recuperar *ganhos* perdidos, senão encaminhar sua demanda para a burocracia do Estado e tentar ser ressarcido do que considerava ter sido um prejuízo ao seu trabalho: a falta de fardamento.

A demanda de Sabino da Silva e Souza deve ter encontrado obstáculos quanto à finalização do pagamento pelo governo central, mas significou a compreensão dele acerca de

²² Assim se encontra nos termos de encaminhamento da secretaria de governo: “Comunicando para os devidos efeitos, que pelo aviso do Ministério de Guerra do mês próximo passado, fora declarada a esta presidência ter naquela data sido solicitada, do ministério da fazenda, a expedição das necessárias ordens para que seja paga ao ex-soldado do batalhão goiano de voluntários Sabino da Silva e Souza, a quantia de 34\$749 de que é credor proveniente de fardamento a que tem direito e não recebeu durante os anos de 1867-1868” (CORREIO OFFICIAL, 25 nov. 1871).

²³ O que nos importa na leitura de Chalhoub (2015) é a compreensão das diversas circunstâncias de demandas por parte dos indivíduos que participaram da guerra ou daqueles que representavam seus entes falecidos. Diante da ausência de elementos constitutivos de uma organização associativa em prol da causa dos ex-combatentes do batalhão de voluntários goianos da pátria, as solicitações dos soldados, ex-soldados e familiares externaram as situações rituais do contrato estabelecido pelos decretos 3.371 (BRASIL, 1985a) e 3.383 (BRASIL, 1985b).

um direito que o governo havia se prontificado a conceder quando convocou os cidadãos patriotas a defender a *honra* do Império. Em Goiás, tal demanda não encontrava suporte no orçamento público provincial e as verbas orçamentárias, logo imediatamente ao fim da guerra, sofreram limitações nos repasses por parte do tesouro imperial.

Isso provocou, por exemplo, a necessidade de o governo provincial contrair empréstimo no mercado de créditos para resolver emergências relacionadas à infraestrutura física do quartel militar e do depósito de materiais bélicos. O *Correio Oficial* informou, em 23 de abril de 1870, que a rubrica orçada para as *obras militares* de 1868 e 1869 foi insuficiente para a conclusão dos consertos nos prédios do quartel. Também deu destaque às chuvas que assolaram a região, ampliando a degradação das acomodações militares e a inabilitação de suas funções de *ofício e armas*, e ao fato de que, em 10 de abril de 1870, o presidente de Goiás, Ernesto Augusto Pereira, viu-se forçado a contrair um empréstimo no mercado local na quantia de 401\$708 réis, *sob sua responsabilidade*, no intuito de prestar socorro aos consertos do quartel do batalhão 20 de infantaria e do depósito de artigos bélicos.²⁴

As dificuldades provenientes da guerra continuaram em Goiás no plano da organização das forças militares. Nesse ponto, partimos das explicações dadas pelo presidente Ernesto Augusto Pereira em abril de 1870 e nelas percebemos as limitações de recursos para a *boa ordem* da logística militar na província. Em 1873, as restrições quanto ao aumento da força pública denotavam outras preocupações para as autoridades locais. Naquele ano, o então presidente Antero Cícero de Assis buscou explicar-se aos deputados provinciais, em sua fala de 1º de junho de 1873, dizendo que não bastava para a ordem social o efetivo da Guarda Nacional e informava que estava negociando junto ao governo central formas de melhorar o aparato militar em Goiás, principalmente no que dizia respeito à *força de linha*.

Aos deputados, ele deixou clara a insuficiência do efetivo para *atender aos reclamos da sociedade*. Declarou que, em comunicação com o governo central, nesse sentido, teve como resposta a proposta de remanejar para o território goiano o remanescente das forças do 20º Batalhão de Infantaria que se encontrava realocado ao 19º Batalhão de Infantaria da

²⁴ Num dos trechos das explicações que justificavam a contração da dívida, lê-se o seguinte: “E convindo reparar quanto antes os estragos causados pelas chuvas no dito quartel e no depósito dos artigos bélicos, afim de que não se deteriore mais os respectivos edifícios, reparos estes que foram orçados, a saber, os do quartel em 236\$000 réis e os do depósito em 30\$000 réis: o presidente da província usando da atribuição que lhe confere o art. 5 do decreto nº 2884 de 1º de fevereiro de 1862, resolve abrir sob sua responsabilidade no corrente exercício por conta da rubrica — obras militares — um crédito da quantia de 401\$708 réis, em que importam os consertos urgentes acima referidos para ir-se ocorrendo às despesas que o mesmo se está fazendo” (CORREIO OFFICIAL, 23 abr. 1870).

província de Mato Grosso desde o fim das operações militares com a *retirada da laguna*. Essa informação confirma a forma dispersiva que teve o fim das forças expedicionárias em operações no sul do mato Grosso, desde as margens do rio Aquidauana, no início de junho, até a chegada na cidade de Cuiabá em outubro de 1867²⁵. O que restou das forças militares goianas naquela marcha, segundo as explicações do presidente, poderia ser recolhido para Goiás como forma de incentivo ao aprimoramento da força de linha, conforme orientação do governo central. Assim buscava ele explicar-se perante o colegiado de legisladores provinciais na abertura do ano legislativo de 1873:

Neste ponto fui atendido, pois, por diversos avisos do Ministério da Guerra, tive notícias das ordens que se expediam para o recolhimento do batalhão 20 de infantaria de Mato Grosso a esta a que pertence e de onde está ausente, desde maio de 1865, época em que seguiu para acudir as exigências da Guerra do Paraguay (CORREIO OFFICIAL, 5 jul. 1873).

O evento guerra em Goiás deixou traços na memória da população nos anos que se sucederam ao término do conflito. É nesse sentido que afirmamos que a celebração pelo retorno da bandeira dos voluntários goianos da pátria, naquela tarde de 23 de setembro de 1870, dava continuidade aos festejos que se iniciaram na província desde as primeiras notícias da morte de Francisco Solano López em 1º de março de 1870. Datas como 1º de março de 1870²⁶, 15 de maio de 1865 e 24 de maio de 1867 registram recortes de lembranças que marcaram a memória de guerra em Goiás até nossos dias. A data de 24 de maio, por exemplo, evoca recordações do que foi representado na memória coletiva como momentos de bravura dos soldados goianos nas batalhas da *Retirada da Laguna*. Essas informações, oriundas das experiências daqueles que fizeram a marcha *épica* do forte de Bella Vista até a segurança do acampamento às margens do rio Aquidauana, foram reproduzidas em colóquios produzidos em reuniões parlamentares. Foram noticiadas nos jornais e se encontram, *como o sinete na cera*, nos documentos eclesiásticos. Essa data foi comemorada com entusiasmo na capital da

²⁵ O remanejamento do restante do aparato militar do 20º Batalhão de Infantaria, visto pelo enunciado do presidente Antero Cícero de Assis, acontecia em termos oficiais, mas configurar uma situação de reforço militar potencial, isso não condizia com a realidade do que sobrara da marcha militar no segundo semestre de 1867 e com as palavras do comandante major, José Thomaz Gonçalves, escusando-se diante da orientação do então presidente da província de Mato Grosso, José Vieira Couto de Magalhães, que havia orientado aquele comandante a reorganizar a tropa e seguir em direção a determinada região entre os rios Taquari e o Paraguai e lá se encontrar com outro comando a fim de contra-atacarem as forças paraguaias que *devastavam* aquela região. A resposta do major foi de impossibilidade por insuficiência total e o resultado dessa situação foi que aquele agrupamento humano deveria seguir para a capital da província, em vez de se dirigir para o ponto indicado como *Mangabal*, planície do pantanal.

²⁶ Em 1º de março de 1876, a capital da província de Goiás amanheceu com a banda militar tocando músicas e lembrando do fim da guerra: “Dia 1º de março – As músicas dos corpos de linha d’esta cidade o saudaram com alvoradas por ser o feliz aniversário da terminação da guerra do Paraguay” (CORREIO OFFICIAL, 4 mar. 1876).

província, conforme diz o noticiário local na edição do *Correio Oficial* de 27 de maio de 1876:

O dia 24 de maio – Recordando a maior epopeia da Guerra do Paraguay, foi saudado desde a véspera e durante todo o dia pelos dois corpos de linha estacionados nesta província, sobressaindo nas demonstrações a oficialidade do 20º batalhão que adornou elegantemente o quartel, fez passeatas nas ruas com músicas, fogos e&.

O texto traduz a representação da guerra em Goiás e o exercício da recordação que se materializou nas festas animadas de rua em algumas cidades da província nos anos que sucederam o 1º de março de 1870. A *ata diocesana*, escrita pelo padre José Iria de Xavier Serradourada, nesse aspecto, tornou-se o ponto de intermediação de momentos contextuais de memória, pois ela oferece a possibilidade de *explicação/compreensão* em torno da reorganização do tempo guerra em Goiás como *representificação* de ações individuais (o *in memoriam* de um soldado morto em campanha) ou coletivas, como organizar a passagem da bandeira em procissão, à vista de um público entusiasmado, modificando, temporariamente, o cotidiano emocional da população local com alvoradas militares, festejos nas ruas e praças, e iluminar, à noite, residências e repartições públicas, denotando a clareza de suas ideias quanto ao acontecimento da guerra em Goiás.

A celebração de 23 de setembro de 1870, nesse contexto, tornou-se evocação da continuidade de uma motivação social anterior. Não foi um movimento, em si, anacrônico, pois dimensiona um contexto nacional como comemoração. Como ação coletiva, encontrava-se envolta pelo fluxo contínuo da vida daqueles grupos sociais que se envolveram, no âmbito da *monitoração e reflexão* de ações motivacionais para os fins comemorativos em torno da bandeira dos voluntários goianos da pátria. “A ação humana ocorre como uma *durée*, um fluxo contínuo de conduta [...] A ação intencional não se compõe de um agregado, ou série de intenções, razões e motivos isolados” (GIDDENS, 2009, p. 3). No âmbito da ação política, tratava-se de um evento provincial, tal como outras localidades provinciais do país estavam realizando no calendário civil e militar naquele ano: o Brasil vencera a guerra contra os paraguaios. No percurso temporal em Goiás, setembro coroou o retorno da bandeira dos voluntários goianos da pátria, dando continuidade aos apelos comemorativos realizados no meio social goiano desde que o mensageiro vindo de Cuiabá trouxe a notícia da morte de Francisco Solano Lopez. Estamos falando aqui de um ato público e de uma narrativa que o explica e lhe dá significado histórico, do passado lembrado pela ausência dos mortos e testemunhado pela força ativa dos que sobreviveram àquela campanha militar.

A *ata diocesana* contém a narrativa de uma experiência de memória da guerra em Goiás e é, portanto, testemunho da resistência ao esquecimento, uma experiência de *evocação/escrituração* de lembranças passadas, representadas numa narrativa (um discurso sobre o passado) de valorização dos atos de memória. O texto valoriza o tempo da bandeira conduzida nas marchas dos soldados e referencia os lugares por onde ela transitou de janeiro de 1866 até seu retorno, sacralizada, ao interior da matriz de Sant’Anna em setembro de 1870. Ali não estava uma bandeira, mas a trajetória de uma experiência de guerra em Goiás.

Formularam-se ali, na narrativa do testemunho do padre José Irias Xavier Serradourada, novas histórias de lembranças de experiências ausentes, de tempos passados que se tornaram experiências presentes, motivadas pelos testemunhos, de vivos ou de mortos, sobre a guerra na província de Goiás. “O testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história” (RICOEUR, 2005, p. 41). Estão, nesses atos de memória, os elementos de *compreensão/explicação* do sentido do passado estavam implícitos em determinado tempo de uma sociedade — em primeiro lugar, o tempo da guerra e, em seguida, o tempo de recordação do que significou a guerra naquele mundo social. Apropriamo-nos das palavras de Roger Chartier (2014) para entender as análises *ricoeurianas* relacionadas aos sentidos do passado, do exercício de memória e da história como construção literária.

Ricoeur distingue analiticamente os três momentos da operação historiográfica — crítica documental, construção explicativa, representação do passado — de maneira a contrastá-los, termo a termo, com as operações próprias à memória, a saber, a constituição do testemunho mediante o processo de anamnese, o imediatismo da lembrança e o reconhecimento do passado (CHARTIER, 2014, p. 214).

A celebração pelo fim da guerra em Goiás pode não ter sido a maior das comemorações populares ocorridas desde a Independência do Brasil, segundo disse o médico e jornalista Americano do Brasil em sua coluna “Pela História”, publicada no jornal *Correio Oficial* em fevereiro de 1920. Entretanto, aquele evento se tornou história — a história da guerra e a história das comemorações pela *terminação* da guerra. Segundo ele, não foi a festa mais popular promovida na capital da província, mas pode ser comparada com festejos relacionados à Independência do Brasil e às comemorações em torno da data do nascimento (2 de dezembro de 1825) de Pedro de Alcântara, futuro imperador Pedro II

Segundo o jornalista, em seu artigo *O nascimento do príncipe*²⁷, aquela teria sido a maior festa popular que Goiás já vivenciara em sua história. Tomando o texto de Americano do Brasil como *testemunho mediante o processo de anamnese*, ratificamos nossa compreensão de *operação historiográfica*, em consonância com as proposições analíticas de Paul Ricoeur, destacando o sentido do *reconhecimento do passado* na comparação que o jornalista fez entre as comemorações populares associadas ao fim da guerra e as relacionadas ao nascimento do príncipe regente quando, naquele mês de fevereiro de 1826, chegou o correio da corte trazendo essa notícia.

O que nos interessa é pontuar que o exercício de memória em torno da celebração de 23 de setembro de 1870 simbolizou uma história contra o esquecimento da experiência de guerra no mundo social goiano. Envolveu um processo de *anamnese* dos indivíduos envolvidos nas comemorações imediatas ao 1º de março daquele ano, remetendo às recordações dos soldados mortos na *Retirada da Laguna* e à presença física da bandeira em procissão às vistas do público presente nas ruas e praças. Todas essas experiências relatadas pelo padre Serradourada sobre a ação de festejar o *ato de colocação da bandeira dos voluntários goianos da pátria* no altar da matriz, assim como outros relatos e argumentos, desenham rastros daquelas histórias que nos permitem entender o significado da saudação àquele passado pelo jornalista Americano do Brasil em 1920. Não foi uma das maiores solenidades populares, mas esteve entre aquelas que podem ser comparadas à festa popular que ele considerava, em sua leitura do passado, como uma das mais marcantes.

1.2 A Guerra do Paraguai em Goiás: a literatura como testemunho histórico

Nosso desafio, neste item conclusivo do primeiro capítulo, é exercitar o pensamento historiográfico em torno dos elementos informacionais contidos em obra de ficção e que oferecem pistas para compreensão da realidade histórica na qual se fundamenta o enredo do romance histórico. Tomamos como fonte desse exercício o romance *Sombras em marcha: na*

²⁷ Em seu artigo, Americano do Brasil criticou a falta de motivação para as festas patrióticas de seu tempo. Acusou a mocidade de seu tempo de ser *triste e pensativa*, enquanto a de gerações passadas *cultivavam os folgedos bizarros e as expansões festivas dos corações*. Antes dessas considerações, evocou o significado das comemorações em Goiás pelo fim da Guerra do Paraguai: “As datas comemorativas da independência em 1822, do quero já de Pedro 2º, da terminação da guerra, não tiveram tamanha solenidade, nem aquele cunho popular que Lopes da Gama emprestou à festa de fevereiro de 1826, cujo nonagésimo quarto aniversário a história marca presentemente” (CORREIO OFFICIAL, 28 fev. 1920).

*vivência da fuga*²⁸, de Rosarita Fleury. Essa obra, publicada em 1983, demarca um projeto literário²⁹ que ela havia planejado bem antes da escrita de seu romance mais famoso, *Elos da mesma corrente* (1958) — livro que foi agraciado pela Academia Brasileira de Letras em 1959, como explica a pesquisadora Joílza Adriana Souza:

Autora de vários livros, entre os quais destacamos: *Sombras em marcha* e *Elos da mesma corrente*, Rosarita Fleury foi pintora, poetiza, idealizadora e cofundadora da Academia de Letras e Artes de Goiás (AFLAG). A escritora goiana recebeu o prêmio Júlia de Almeida, em sessão solene da Academia Brasileira de Letras, presidida por Austregésilo de Athayde, com saudação de Josué Montelo, que ressaltou o valor da mulher do Planalto Central, inserindo Goiás no roteiro da literatura brasileira (SOUZA, 2011, p. 10).

Sombras em marcha é um romance que enreda uma realidade histórico-social que se contextualiza no recorte temporal de aproximadamente três meses e meio, contando uma história de tragédia social e do refúgio da população da vila de Corumbá, sul da província de Mato Grosso no primeiro semestre de 1865. O título nos oferece a dimensão da fuga dos refugiados, que deixaram para trás propriedades rurais, residências e estabelecimentos comerciais e se embrenharam no pantanal em busca de um refúgio seguro diante do cerco e ataque das forças militares paraguaias que chegaram àquele território do Império sem a adequada resistência das forças militares brasileiras.

O caos se instalou na vila de Corumbá a partir do momento em que chegou a notícia da queda do forte de Corumbá em 27 de dezembro de 1864. Em Corumbá, segundo tramou a autora, a resistência foi nula, pois os dois principais comandantes militares responsáveis pela segurança daquela vila, alocados no 2º Batalhão de Infantaria, recusaram-se a aguardar a chegada dos navios paraguaios que navegavam em direção à vila. *Nada mais que sombras* representou o ponto divisor da tragédia instalada na vila de Corumbá. A população ficou desesperada. Os que puderam fugir de forma organizada já estavam embrenhados no pantanal.

²⁸ “A pouco e pouco fui adentrando o universo literário de Rosarita Fleury, inclusive o épico ‘*Sombras em marcha* – na vivência da fuga’, que tantos anos de pesquisa histórica lhe exigiu. Seus romances, suas crônicas, sua poesia, seus quadros e paisagens, sua dedicação ao piano — ela os soube cultivar com esmero, paralelamente às funções de esposa e mãe dedicada. Idealizadora e uma das fundadoras da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (Aflag) — à qual tenho a honra de pertencer — Rosarita deixou um legado de belas páginas ao lado de lembranças afetivas imorredouras. Ler “Rosarita Fleury — minha mãe” é exercício gratificante, pelo que o recomendo a quantos apreciam a boa literatura” (BRANCO, 2015).

²⁹ “Uma curiosidade interessante: seu primeiro projeto de livro, na realidade, foi ‘*Sombras em Marchas*’, porém, teve que interrompê-lo, pela impossibilidade de viajar ao Mato Grosso, palco da trama, a fim de pesquisar; aliás, diga-se de passagem, que em 1970 ela conseguiu fazer a viagem e então completou aquele livro, lançando-o em 1985. Diante do impasse, foi encorajada pelo esposo a escrever o que seria a segunda parte daquele primeiro projeto, uma vez que a trama deste, ‘*Elos da mesma corrente*’, se desenvolve, exclusivamente, em Vila Boa de Goiás, facilitando, portanto, a sua execução, até porque ela já havia, no seu íntimo, resenhado-o há muito tempo” (MOREIRA, 2010).

Para muitas pessoas, o destino foi o aviltamento de sua humanidade, a morte ou o degredo para as prisões na cidade de Assunção.

Rosarita Fleury reinterpreto essa realidade em pensamento e a reelaborou nas personagens nhô João, o farmacêutico prático, e o comerciante nhô Ricardo que, ao contrário de seu amigo coronel Leopoldo, já em fuga da cidade,³⁰ estavam na praça perto do porto, junto a grupos de pessoas desesperadas com a notícia do cerco paraguaio. Todos, ali, aguardavam uma oportunidade de fugir nos navios militares que deixavam a vila com o 2º Batalhão de Artilharia.

Nhô João e seu amigo Ricardo, desencantados e decepcionados com o comportamento do 2º Batalhão de Artilharia, para o porto também se dirigiram, prestando auxílio a quantos deles necessitassem. Desde seus amigos mais conhecidos, mais bem situados na vida, aos humildes e pobres, aos negros livres e escravos, em grupos compactos uns, isolados outros, cada qual com seus pertences a carregar o máximo que suas forças aguentavam, todos procuravam embarcar o mais depressa possível, uma vez que os paraguaios já haviam tomado Albuquerque e não tardaria a chegar (FLEURY, 1983, p. 79).

O encontro público narrado pela autora nos aproxima das intenções históricas ancoradas em circunstâncias de um contexto social determinado do evento Guerra do Paraguai, em dada localidade envolvida no âmbito daquele conflito, o que nos permite compreender, a partir de seu pensamento estético, a realidade do ataque paraguaio à cidade de Corumbá. “Na manhã do dia dois de janeiro de 1865, o coronel Augusto de Oliveira, responsável pela defesa de Corumbá, determinou a retirada desta localidade, ‘sem nem ter visto o inimigo’, conforme relatou Augusto de Leverger, vice-presidente da Província de Mato Grosso” (CANCIAN, 2016, p. 181)

Em 19 de janeiro de 1865, quase três semanas depois da ocupação da cidade de Corumbá³¹ pelas forças do coronel Vicente Barrios, na capital da província, o jornal *A Imprensa de Cuyabá* publicou, na coluna de *últimas notícias*, as seguintes informações:

³⁰ “A canhoneira Anhambá transportava, além da própria tripulação e passageiros, a escuna Jacobina, embarcação menor e sem motorização. Diante da lentidão da viagem, os oficiais Hermenegildo Portocarrero e Carlos Augusto de Oliveira ordenaram que a mesma fosse desamarrada, e deixada para trás. O tenente João de Oliveira Melo, ocupante do Anhambá, desembarcou e comandou os retirantes da escuna Jacobina que, sem condições de seguir a viagem, atracou nas margens do rio Paraguai. De lá seguiram a pé até uma fazenda do interior, para depois partir em longa viagem de quatro meses até a capital. Em abril de 1864, ao atingirem Coxipó da Ponte, atualmente distrito cuiabano, compunha a marcha de 479 pessoas, entre praças, paisanos, mulheres e crianças de ambos os sexos” (MIRANDA FILHO, 2016, p. 213-214).

³¹ A ocupação da vila de Corumbá ocorreu entre 2 e 3 de janeiro de 1865. Foi logo depois que as forças paraguaias, sob o comando de Barríos, após expulsar as forças brasileiras do forte de Coimbra, expandiram seu domínio sobre a vila de Albuquerque em 26 e 27 de dezembro. “Com o abandono da principal fortaleza provincial, abriu-se o caminho à ocupação do sul mato-grossense. Os paraguaios impingiram uma vitória para além do conflito militar. A derrota imperial gerou igualmente pânico e fuga entre a população civil. Em rápido avanço, as forças do coronel Vicente Barrios aportaram em Albuquerque, vila abandonada após a queda de

Corumbá.

Não nos pertence mais esta povoação!!!

O comandante das armas não considerando defensível a povoação de Corumbá, tomou sobre si a responsabilidade de retirar-se desse ponto para o de Sará, onde se acham afim de regressar para a capital. S. Exc^a Sr. Presidente, a cujo conhecimento chegou oficialmente a notícia de semelhante acontecimento, toma as mais enérgicas providências não só a respeito do comandante das Armas, como também sobre as forças que aqui deve chegar por qualquer destes dias (A IMPRENSA DE CUYABÁ, 19 jan. 1965).

Em texto dirigido à escritora de *Sombras em marcha: na vivência da fuga*, a historiadora Maria Augusta de Sant'Anna Moraes (1983, *orelha do livro*) chamou a atenção para elementos universais de seu pensamento quando destacou o sofrimento humano da personagem nhô João, o farmacêutico prático e respeitado pela população no dia-a-dia daquela vila. Disse a historiadora, em seu bilhete, que lera o manuscrito de 600 páginas em uma semana. Percebemos que sua impressão carregava a influência de seu tempo, início dos anos 1980. Segundo ela, a autora de *Sombras em marcha*, naquela trama épica, ressaltou que a decepção do farmacêutico nhô João com o abandono da vila de Corumbá pelo comando militar do Império Brasileiro, responsável pela segurança das populações que viviam naquela região de fronteira, trouxe o componente das divergências na ordem dos interesses políticos militares, quando e quanto ao direito das populações à segurança nacional e territorial (MORAES, 1983).

A historiadora acentuou que, no plano do autoritarismo militar, os mesmos procedimentos da década de 1860 se mostraram presentes no fluxo contínuo do tempo — do tempo que testemunhou a leitura do manuscrito do romance, o mesmo tempo de seu pensamento enquanto escrevia suas elucubrações sintetizadas da leitura (MORAES, 1983). Ela direcionou suas impressões como mensagem à autora e ao público leitor.

Bilhete à Rosarita compõe a apresentação do romance na edição de 1983. Destaca o posicionamento político da autora em seu enredo discursivo pela fala indignada da personagem nhô João. Ele estava indignado com o medo, a opressão, a falta de transparência das autoridades quanto ao poder de decidir, considerando os interesses gerais da sociedade e não se fechando no corporativismo da instituição militar. O sentido das palavras *ideais democráticos* configura mais, em termos etimológicos para fins contextuais, do tempo de

Coimbra. Em 2 de janeiro o coronel Barríos prosseguiu com a ocupação, deixando na vila recém ocupada ‘uma pequena guarnição sob o comando do 2º tenente Félix Vera’. O exército paraguaio rumou à vila de Corumbá, onde esperava-se enfrentar o 2º Batalhão de Artilharia da província de Mato Grosso. A cidadela era sede do Comando local das Armas da província, e a defesa contava com aproximadamente 400 homens, 23 bocas de fogo (termo usado para as armas de artilharia que disparavam através de um tubo), ‘armamento portátil, pólvora e munição’. Apesar da grande desvantagem numérica, quase dez soldados para um, presumia-se alguma resistência” (MIRANDA FILHO, 2016, p. 204-205).

Rosarita Fleury e Maria Augusta de Sant’Anna Moraes e a redemocratização do Brasil no contexto do governo do ditador general Augusto de Figueiredo do que, propriamente, *ideais democráticos* poderiam ser foco, emblemático, das preocupações de militares e civis, autoridades e pessoas comuns no contexto das relações políticas no âmbito dos acontecimentos daquele conflito naqueles dias finais de dezembro de 1864 na vila de Corumbá.

A autora posiciona-se nos ideais democráticos quando nhô João não aceita a decisão militar de matar a notícia naquela sala. Para ele [...] ‘o povo precisa saber [...] nós os militares é que vamos decidir [...]’ É o confronto entre a mentalidade civil e militar naquela época [...] Registra sem compromisso, mas fidedignamente, os costumes do tempo (MORAES, 1983, orelha do livro).

Nas ações do personagem nhô João, naquele contexto de terror social, e sua indignação para com as elites do poder — ajudava *os mais bem situados e os mais humildes* —, encontramos as particularidades do jeito próprio das formas de comunicação entre as populações que viviam nas vilas e cidades das províncias do Mato Grosso e Goiás. *Um prato de jacuba*. Com esse título, Fleury (1983) particularizou um dos feitos trágicos da daquela guerra, mais especificamente, das circunstâncias de sofrimento e degradação das condições humanas daquelas pessoas que não conseguiram fugir a tempo do avanço das forças paraguaias em Corumbá.

Estava viajando numa lancha moderna pelos rios da bacia do pantanal, como *sombras humanas* escondidas da ameaça inimiga, a família do coronel Leopoldo, sua esposa Mercedes, sua filha viúva, Adriana, e seu filho órfão, Jorginho, mais as filhas Rachel e Sabina, a mais nova. Ainda seguia junto na embarcação um grupo de criados e criadas, incluindo a negra Pitanga, sempre às voltas com a garota Sabina. “Em cada rancho surgido nas margens do rio, a lancha fazia parada, às vezes rápidas, outras mais lentas. É que barqueiros e mascates aproveitavam para comerciar” (FLEURY, 1983, p. 137). Enquanto o coronel Leopoldo, inquieto, andava no convés, sua esposa Mercedes chamou sua atenção para a exposição ao calor do sol. A maior preocupação de Leopoldo era o grupo de seus trabalhadores e escravos que faziam o percurso de Corumbá à cidade de Goiás pelas trilhas do pantanal.

Rosarita Fleury, por meio da fala da senhora Mercedes, deu pistas de aspectos do costume íntimo do comportamento de uma família abastada da sociedade da segunda metade do século XIX. No caso em questão, o desconforto do chefe de família sem os benefícios de ter seus criados por perto. A autora evidenciou, naquele contexto, a incapacidade do ordenamento da funcionalidade de uma família quanto à organicidade de seus hábitos

privados e do jeito como se apresentavam em público, seu modo de vestir e se alimentar fora do ambiente familiar. Estavam sobre uma lancha, convivendo com indivíduos desconhecidos, fugindo da guerra numa experiência de tensão e medo. A impossibilidade de terem mais lanchas, na percepção do coronel, era uma grande dificuldade, e por isso reclamava, perambulando nervoso pelo barco, diante de sua esposa Mercedes, dizendo que isso acontecia por outras razões, não porque lhe faltava dinheiro para pagar os barqueiros.

Do particular ao estrutural, assinalou a autora, o desconforto se estendia do personagem coronel Leopoldo para os grandes desafios das políticas de transporte e comunicação na região do pantanal, principalmente entre o porto de Corumbá e o rio Coxim e, daquela região fluvial em comunicação com o sudoeste da província de Goiás, a estrada que ligava a vila de Coxim (MT)³² à vila de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde.³³ As dificuldades dos viajantes, estafetas do correio, tropeiros e comerciantes que circulavam na década de 1860 faziam parte das preocupações das autoridades provinciais que mandavam recursos do tesouro imperial para resolver esses percalços estruturais.

Rosarita Fleury expôs os perigos das regiões centrais do Brasil da segunda metade do século XIX. No decorrer de mais de uma semana sobre o barco pelo rio Taquari, no avançar daquele dia quente e logo depois da família e a tripulação de mercadores terem degustado bons pratos de jacuba, a autora trouxe ao cenário da embarcação a filha viúva do coronel Leopoldo. Sobre essa personagem pesava todo mal-estar da vida desde que seu marido Jorge, uruguaio, havia sido morto numa das trincheiras da guerra civil. Com seu filho Jorginho, órfão, perdera toda a esperança da felicidade imaginada de outrora. Agora seguia de *lábios sem conversa*. Entre uma colherada ou outra de jacuba, estava naquele momento observando o deslizar lento da lancha por causa das folhas de aguapés que boiavam, estreitando o leito do

³² Na ficção, a narrativa não exige refencialidade no real dos acontecimentos, mas, justificando nosso exercício historiográfico em torno da imaginação literária de Rosarita Fleury quanto à empreitada daquela marcha de retirantes pelo pantanal mato-grossense até a cidade de Goiás, notamos a verossimilhança dos limites tecnológicos e estruturais que se faziam em termos de políticas públicas e privadas para o desenvolvimento das vias de transporte e comércio no perímetro do percurso que a autora elegeu para suas personagens em fuga. A imprensa goiana publicou excertos dos documentos produzidos pelo gabinete da presidência de Goiás em fins de dezembro de 1865, quando se intensificavam os trabalhos das *comissões municipais* organizadas a partir do decreto da presidência de 10 de maio daquele ano. “A magna questão da navegação do Araguaia depende da solução que deve ser cuidadosa, inteligente e praticamente dada; e igualmente está nas intenções dos governos geral e provincial realizar a abertura ou antes, o melhoramento da via de comunicação existente entre esta capital e o ponto colonial de Coxim, que hodiernamente tanto preocupa a atenção pública” (CORREIO OFFICIAL, 10 fev. 1866).

³³ “A Francisco Xavier Campos Pires, presidente da Câmara municipal do Rio Verde – Podendo ter acontecido que por falta de estafetas dali para Coxim, ainda não tenha funcionado a linha de correio que vm. [vosmecê] brigou-me a estabelecer, dei ordens para a agência do correio nessa vila receber das suas mãos toda correspondência que houver chegado de Uberaba com destino aquele ponto” (CORREIO OFFICIAL, 10 fev. 1866).

rio. Foi no olhar de Adriana que Rosarita fez a paisagem natural, naquele percurso fluvial, ilustrar a cena da imaginação de nossa leitura.

A planta aquática era bonita, viçosa e de um verde puríssimo. Desde o início daquele viajar por sobre as águas, gostava Adriana de reparar o trançado que o aguapé fazia, a ponto de, nas partes mais estreitas do rio, os seus ramos se unirem, se entrelaçarem de tal forma, que um negro precisava viajar na proa, e, com foice e facão, ir cortando os cipós verdinhos e molhados, até abrir caminho para a lancha (FLEURY, 1983, p. 141).

Os aguapés dificultavam o percurso da lancha, mas, para a viúva Adriana, nada lhe parecia mais entrançado, naquele contexto da viagem, que seu coração triste. Os aguapés atrapalhavam o percurso da viagem, exigiam esforço extra do negro no convés para desobstruir o leito do rio, e Adriana, compadecida de seu próprio destino, sem alegria, achava as plantas de aguapés bonitas. Sentia-se aliviada como aquelas águas que recebiam o brilho do sol depois que o negro afastava o incômodo da planta para a navegação.

Percebemos o lado emocional da personagem Adriana, que se abandonou em tristeza, mas, naquele momento, enxergou beleza das águas do rio que faziam florescer os aguapés, que, entrelaçando o leito do rio, indicavam o pouco fluxo de embarcações que circulavam regularmente naquela região. O detalhe de admirar a beleza natural, naquele instante, remontava à ausência dos mecanismos e engrenagem das tecnologias náuticas próprias para a circunavegação fluvial naquele trecho entre Corumbá e Coxim. Adriana apaziguava seu sofrimento com a beleza das plantas aquáticas e com o reflexo do sol diretamente na água, depois que o negro executava seus movimentos repetitivos com o facão, desfolhando os aguapés para, assim, a lancha passar.

Nessa passagem, Rosarita evidenciou os limites da organização territorial no Segundo Império em relação à província de Goiás e à região sul da província de Mato Grosso. O olhar triste de Adriana e o negro à frente da embarcação com o facão refletiam o distanciamento daquilo que almejavam as populações de fazendeiros que habitavam o sudoeste goiano e as vias de comunicação com o sul da província de Mato Grosso e o acesso ao rio Paraguai. Melhorar as vias de transporte fluvial e as estradas para carros de boi fazia parte das demandas das populações de agricultores e de mercadores. O noticiário do *Correio Oficial* de 10 de fevereiro de 1866 trouxe artigo dos editores, intitulado *Melhoramentos materiaes*, no qual eles informam os leitores sobre as atividades públicas na província. Depois de dedicar vários parágrafos para apresentar o que já estava sendo consertado — o depósito de artigos bélicos, a estrada do presidente, os dois cais na beira do rio Vermelho, a conclusão da escola

primária masculina na cidade de Bonfim —, o artigo destacou o grande desafio para que a província impulsionasse sua comunicação e seu intercâmbio material: melhorar as vias de transportes terrestres e fluviais entre Goiás e Mato Grosso.

Além das obras apontadas, outras se tem feito de menor alcance que deixamos de mencionar. Duas questões hão que, no domínio dos interesses materiais, impostam essencialmente para esta província: São a navegação do Araguaia e o aperfeiçoamento da estrada para Coxim (CORREIO OFFICIAL, 10 fev. 1866).

Esse excerto evidencia as preocupações da província de Goiás de auxiliar o governo imperial em estado de guerra com envio de gêneros de primeiras necessidades, organizar o correio entre a corte do Rio de Janeiro e a cidade de Cuiabá e estabelecer o contato com o comando das Forças Expedicionárias em Operações ao sul do Mato Grosso. Isso já era uma realidade que provinha do novo ordenamento administrativo na província de Goiás a partir do primeiro semestre de 1865.

Isso porque, antes da guerra, as condições de tráfego na região sul de Mato Grosso, sob responsabilidade da presidência de Mato Grosso, no rio Taquari, mantinham-se com esforço do governo provincial. Todavia, o projeto de melhoramento das estradas para carros de quatro rodas entre a cidade de Goiás e a região de Coxim estava estagnado desde 1863 porque a empresa que havia contratado as obras com o presidente José Vieira Coutto de Magalhães³⁴ não as concluiu por falta de dinheiro. Só com a verba do tesouro provincial era impossível. Assim explicou Coutto de Magalhães quando foi substituído na presidência de Goiás em 1864, passando o poder ao desembargador João Bonifácio Gomes de Siqueira:

³⁴ José Vieira Coutto de Magalhães foi presidente da província de Goiás de janeiro de 1863 a abril de 1864. Em fins de 1866 foi nomeado presidente da província de Mato Grosso, logo no contexto de retomada pelas forças mato-grossense da vila de Corumbá em 1867. Ao falar sobre suas atividades voltadas à navegação dos rios de Goiás e Mato Grosso, a historiadora Ledonias Franco Garcia (2010) o associa a um homem de visão empreendedora para além de seu tempo. Buscava a integração entre as terras do sertão do Centro-Oeste com as costas litorâneas do país, onde se localizava o fluxo das mercadorias, do dinheiro e dos ideais de riqueza e expansão de capital. Era um empreendedor dos investimentos na infraestrutura dos transportes de pessoas e cargas pelos rios do sertão do Império. Quando se deparou com obstáculos naturais em sua viagem de Goiás ao Pará pelo rio Tocantins, não mediu esforço financeiro para desbloquear a passagem: “Constando-me que a pior das cachoeiras deste rio — a do Mares — podia ser quebrada com diminuta quantia de 3:000\$000 réis, mandei fazer essa obra, com a qual melhorará a navegação deste importante rio” (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 42). Supomos que seja em função de informações como essas (Coutto Magalhães fez um ato de ofício e relatou suas atividades ao poder que o substituiu na província de Goiás), que encontramos como síntese sobre Coutto de Magalhães as seguintes informações de Garcia (2010, p.122): “O relatório do presidente Coutto de Magalhães, produzido em 1863, é uma das peças mais interessantes do período. Homem empreendedor e absolutamente afinado com o ‘espírito do progresso’ — tônica do século — vislumbrava a região central do Brasil em grande integração com as demais regiões da nação. Tanto assim que, por anos, esteve ligado aos projetos de navegação dos principais rios da região”.

A navegação do Taquary está verificada pelo governo de Cuiabá, graças aos esforços do Exm^o Sr^o Conselheiro Herculano Ferreira Penna. A estrada que daqui mandei abrir para o porto de Coxim está suspensa, porque o empresário, Vicente Ferreira Alves Adorno, à vista dos embaraços que encontrou, entendeu que, com a diminuta quantia pela qual se comprometera a concluir a obra, não podia levar a cabo, o que me parece exato; pelo que requeiro um arbitramento dos serviços feitos para por eles ser pago, e a rescisão do contrato, o que é de equidade, pelo que acredito nisto depois de ouvir a tesouraria (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 42).

O limite não era o dinheiro do coronel, era a ausência de empresários do ramo da navegação que encontrassem reais oportunidades de lucro, investindo capital no transporte fluvial. Naquele trajeto, a família abastada seguia de barco e seus funcionários e escravos viajavam por terra, guiando as tropas de mulas e os poucos pertences familiares. Dona Mercedes, inconformada com as reclamações do marido, procurou pacificar seu desconforto inopinado e fora de propósito.

— Ora Leopoldo. Que que tem? Por nossa causa, não. Estamos muito bem sem as mucamas. E para que os cargueiros, o meio usado é esse mesmo. Não ouviu o velho Fulgêncio dizer? Os animais pela beira do rio. A gente, na lancha. O senhor fez certo. — É [...] mas com esse sol quente e tanto aperto, chego a me culpar da troca. Às vezes penso: antes demorar, mas chegar, que sofrer tanto calor. Temo por Jorginho. (FLEURY, 1983, p. 138)

Chamamos a atenção para o enredo pensado por Rosarita Fleury no que diz respeito às *situações críticas* (GIDDENS, 2009) de quebra de rotina na vida de uma família, uma comunidade, uma população, ao abandonar seu lar, seu mundo social, suas raízes comunitárias. Esses elementos iniciais da trama de *Sombras em marcha* nos fazem compreender o impacto de desumanidade que se vive em condições de guerra. Nela, o sofrimento não tem limites. No caso do coronel Leopoldo, muito atento ao movimento da embarcação, inquietava-lhe o fato de que, entre os pontos de parada e o retorno ao eixo solitário do leito do rio, a proximidade entre a tripulação e os passageiros possibilitava “informes” (boatos) de acontecimentos nefastos que ele não queria que chegassem aos ouvidos de suas filhas e sua esposa.

Rosarita Fleury ampliou o íntimo desconforto de sua personagem com a situação do calor do sol do verão de janeiro em Mato Grosso. Sem a mimosidade de seus criados, o coronel viu o segredo de suas preocupações mais íntimas ir por água abaixo quanto à desinformação de seus familiares sobre os malefícios daquela guerra que os expulsara de Corumbá. Ele mesmo ficou emocionalmente abalado com o que José Sobrosa, proprietário da lancha, sabia dos últimos acontecimentos relacionados ao ataque paraguaio a Corumbá. Antes de os encontrar, havia o mercador José Sobrosa conversado com o amigo Nonoca, o estivador,

que contou a ele tudo que vira os paraguaios fazerem com a população. Embasado no testemunho de Nonoca, José Sobrosa iniciou um relato que apavorou a todos:

— Conhece o Juquinha da rua de baixo? Pois morreu. Atiraram nele. E o Santiago, daquela vendinha de secos * molhados? Morreu também! [...] ele com a família e tudo! Não queria abrir a venda!

O coronel nada dizia, enquanto, com olhares rápidos, sondava o semblante dos seus. Nhá Mercedes estava lívida e, em todos os olhos, notavam-se claramente o susto, o medo, a inquietude.

E nhô João da Farmácia — continuou o lancheiro. Era muito meu amigo e fui muitas vezes com Sobrosa na casa dele. Sobrosa vendia raízes e remédios para ele. Um santo homem.

— Quem? — perguntou o coronel aproximando-se de um pulo e agarrando o braço do dono da lancha.

— Nhô João [...] o farmacêutico de lá [...] o senhor decerto lembra dele [...]

— Conheço muito, também somos de lá.

— Ah! Bem que desconfiava (Tanta soberba, tanto orgulho! [...] Fugindo como qualquer negro sem vergonha!)

— Somos de lá — repetiu o coronel. Andava, há muito tempo, pensando em mudar para Goiás. Pensava e odiava. Agora, com esses boatos de invasão, acabei por resolver. Mas [...] Que fizeram com nhô João?

— Ora, que fizeram! Que é que esses sujos sabem fazer? Mataram ele e a mulher dele. Uma velha e tanto! Já me deu muito café com bolinhos quando ia lá.

— Não é possível... não posso acreditar — falava o coronel, gesticulando, olhos subitamente fundos e acesos como tochas.

Nhá Mercedes começou a limpar as lágrimas, enquanto suas filhas tinham feições transtornadas por aquele susto que lhes fora surpresa, pavor e começava a ser tristeza. Mercedes gemia baixo, gemido que já era choro (FLEURY, 1993, p. 142-143).

Maria Augusta Sant'anna de Moraes, no já citado *Bilhete à Rosarita*, elevou sua imaginação estética ao prisma da polivalência de sua percepção das formas de abordar temas da realidade histórica e social. Romancista e socióloga, destacou, mas sem antes deixar de pontuar outros saberes por ela entrelaçados como fios naquela trama, a história, a antropologia e a psicologia. Foi talvez no momento mais agonizante, diante da notícia da perda de entes queridos, que o estado psicológico dos personagens protagonistas atingiu seu momento mais crítico. Isso porque a família descobriu que o assassinato dos amigos havia resultado do comportamento de nhô João ao proteger Adriana (filha do coronel Leopoldo) do assédio de alguns estrangeiros paraguaios, dias antes daquela família fugir. O farmacêutico foi reconhecido, dias depois, pelos mesmos paraguaios da empreitada anterior. Nesse reencontro, a lembrança dos agressores do primeiro dissabor de não terem podido admoestar Adriana da forma como queriam, dada a interferência do amigo farmacêutico, não tiveram remorsos e mataram nhô João e sua esposa.

Mais uma vez, veio à tona o desespero na pior das circunstâncias. Adriana exacerbou seu sofrimento humano com o sentimento de culpa pela morte de nhô João e sua esposa.

Naquela embarcação, fugindo como *sombras* em meio aos pântanos do Mato Grosso, emergia a instabilidade emocional, como metáfora das dificuldades estruturais que assolavam os projetos de navegação fluvial na região, subtraindo a atenção de todos para o rumo a seguir e instalando o caos na embarcação.

Mal havia o mascate contado o que ouvira e já Raquel gritava nhá Mercedes porque, mas branca que um capulho de algodão, Adriana sentia-se mal, suave frio e, meio escangotada, não dava acordo de si. Parecia morrer.

Houve pânico dentro da lancha. José Sobrosa procurava o guardado de suas mesinhas. Assim também faziam os dois mascates, abrindo maletas, revirando pacotes, confusos, ansiosos e aflitos por prestar socorro naquela situação angustiosa (FLEURY, 1983, p. 144).

O abatimento de Adriana revelava a fragilidade que a guerra havia provocado nas populações da região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai a partir do primeiro semestre de 1865. O pensamento literário de Rosarita contextualizou esse aspecto da realidade da guerra no âmbito das operações militares implementadas pela república guarani que se estendeu da tomada do forte de Coimbra, em fins de 1864, à conquista da vila de Coxim em junho de 1865. A autora evidenciou a importância desse entreposto de comunicação, de mercado e pouso dos mercadores como elemento de transição das condições de viagem do coronel e sua família de retirantes. *O Coxim, a terra da pescaria*, destacou Rosarita no capítulo 18. Mas antes disso, havia uma mudança de rumo e das condições do conhecimento das estradas que agora os separavam dali até a cidade de Goiás, seu destino final. Depois de instalados confortavelmente numa casa de fazenda, a família de retirantes pôde se aproximar da parcialmente da comodidade na qual estavam habituados a viver:

Nhá Mercedes abria a janela e examinava os poucos ranchos que havia por perto, sentido saudades de Corumbá [...] *por outro lado* Coronel Leopoldo informara-se de quantos, em Coxim, tinham conhecimento da estrada que ele pretendia percorrer e soubera não haver, por esses lados, nenhum rio navegável. Tinham que ir sobre os lombos dos animais. As estradas eram trilheiras e havia alagadiços, lugares pantanosos, poucas fazendas e nenhum recurso” (FLEURY, 1983, p. 164, grifo nosso).

O tempo em que a família esperava a chegada dos tropeiros saudava o reconforto de todos com o passar dos dias e das léguas percorridas desde Corumbá. Adriana se recuperara da fadiga emocional, pelo menos naquele ambiente de acolhimento permitido pelo senhor Domingos, proprietário da fazenda que os acolhia. Finalmente chegavam, no tempo previsto, os trabalhadores do coronel Leopoldo trazendo os pertences que tanto o deixava desconfortável em seus hábitos comuns do dia-a-dia. Sabina, a filha caçula, percebeu o som

da novidade e alertou a todos da chegada da tão esperada tropa de cargueiros: os cincerros sinalizavam o tropel lento que se aproximava da fazenda. “O momento era de alegria esfuziante”, narrou a autora, assinalando a mudança do estado emocional das pessoas (patrão, escravos, fazendeiros e trabalhadores). Como aprimoramento dessa nova ambientação urdida pela autora, surgiu como ápice da harmonia entre todos a organização da pescaria quando a noite chegasse. Estavam na região do rio Coxim³⁵, onde os peixes abundavam se os indivíduos soubessem interpretar a natureza, entender os voos das aves que cortam lagos e rios e conhecessem os artifícios da arte de pescar.

Já noite fechada, Rosa apanhou o candeeiro e desceram todos para o rio. À tardinha, fora grande a revoada de talha mar, de sorte que, nesse ponto, ninguém se enganava. Havia peixe em quantidade de fazer fartura.

Domingos, dono da fazenda, olha o céu e afirmava:

— Talha-mar não mente. Quando revoa como hoje, a gente pode ir com segurança. Vamos fazer uma pescaria de primeira (FELURY, 1983, p. 171).

Foi a partir da insatisfação da personagem Sabina, a caçula, que Rosarita narrou o momento em que seus personagens subiram no lombo dos animais e deixaram para traz a vila de Coxim, encaminhando-se para a cidade de Goiás. Sabina ficou desolada, tinha que se despedir das novas conhecidas, Lolita e Rosa, e abandonar os deleites da estadia na fazenda do senhor Domingos. A vila de Coxim³⁶ havia proporcionado aos viajantes a restauração do bem-estar daqueles foragidos da guerra.

³⁵ O entendimento da região do rio Coxim como lugar propício para a pescaria era consenso entre as autoridades goianas. Não encontramos registro de que o presidente Augusto Ferreira França tenha se deslocado para o sul da província de Mato Grosso nos dois anos em que esteve à frente da administração de Goiás. Entretanto, em seus ofícios ao comando geral das forças expedicionárias de São Paulo e Minas Gerais, quando estas chegaram a Coxim em fins de 1865, uma das providências daquele presidente foi enviar material de pesca para o coronel José Antônio da Fonseca Galvão. No expediente de 23 de dezembro de 1865, encontra-se publicada a seguinte informação do gabinete da presidência de Goiás: “Ao mesmo – (coronel José Antônio da Fonseca Galvão) – Remeto a V. S. anzóis de diversos tamanhos com as competentes linhas para serem empregado na pesca de peixe de que abundam no rio Coxim e outros... (igual remessa se fez ao comandante do 20º Batalhão de Infantaria e a do Esquadrão de Cavalaria)” (CORREIO OFFICIAL, 13 jan. 1866).

³⁶ A região conhecida como barra de Coxim era, desde o início da década de 1860, um lugar que despertava as atenções dos governos da província de Mato Grosso como respostas às demandas que lhe chegavam para o melhoramento da navegação fluvial no rio Taquary, permitindo melhor intercâmbio comercial entre a vila de Corumbá com o entreposto que se chamou, nas instruções de 25 de novembro de 1862, na administração do presidente Herculano Ferreira Penna, de “Núcleo Colonial nas margens do rio Taquary”. O segundo parágrafo do Art. 9º justifica a decisão de se montar um *quartel provisório coberto de palha e um rancho ou barracão* para guardar mantimentos. Deveria o comandante designado assim proceder: “Fará descortinar, quanto seja indispensável, o terreno demarcado para a povoação e abrir, ou melhorar a estada que deve seguir de Beliago pela margem do Taquary até Coxim, de sorte que se torne fácil e cômodo o trânsito não só de bestas de carga, mas também de carros” (A IMPRENSA DE CUYABA, 28 dez. 1862).

Sabina ouvia a fala sensata da mãe, punha reparos na manhã brilhante e límpida, afastava os olhos do tacho de peixes e achava aborrecido ter de deixar Coxim, Lolita e Rosa, tão boas e prestativas, trocando suas companhias pelo lombo do animal, pelas estradas poeirentas e desertas, por onde teria que viajar muito tempo ainda (FLEURY, 1983, p. 176).

O contraste emocional se evidenciou no contexto da chegada a Goiás, entre o capítulo 18, de onde tiramos esse excerto, e o vigésimo quinto, onde se estabeleceu o encontro da família do coronel Leopoldo com seu irmão Trajano. Uma comitiva de amigos de Trajano saiu em marcha da cidade de Goiás e seguiu organizada para a recepção dos novos moradores com um almoço à beira de um *riachão*. O capítulo que antecede a narração do encontro da comitiva vilaboense se intitula *Perspectiva sombria*. O teor central dos argumentos entre coronel Leopoldo e sua esposa, naquele alvorecer, era *a barra do dia chegando* pelas frestas do telhado, lentamente clareando o quarto de uma típica casa de fazenda dos arredores rurais da capital da província de Goiás. Coronel Leopoldo, impaciente como sempre, de pé, diante da janela aberta, olhava parte do horizonte radiado pelo sol nascente, outra parte ofuscada pelas árvores da reserva de mata próxima à casa da fazenda. Nhá Mercedes, ainda deitada, insistia em não dar atenção aos impulsos do marido. Preferia ir abrindo aos poucos os olhos, fitando o telhado por onde frestas de sol buscavam incomodar a escuridão daquele quarto de dormir. Não teve jeito. Rendeu-se às reflexões do marido ansioso e o alertou para não se precipitar com o que estava pensando. Mas ele insistia:

— É hoje. Não sei porque estou receoso. Quando deixamos Corumbá, desejei tanto o dia de hoje! Imaginava a tortura desses meses de viagem. Agora, que tudo terminou, preferia que estivéssemos ainda em caminho.

— Tolice. Acho que vamos gostar daqui. Por mim, já estou gostando. Os campos são belos... e agora, com tanta terra branca debaixo de nossos olhos, fico imaginando que, em Goiás, ninguém suja a roupa fácil. Já pensou nisso? Quando a cidade é terra vermelha, não há quem aguente. E, para nós que temos Jorginho, vai ser uma beleza! Tudo mais fácil, mais limpo, mais asseado (FLEURY, 1983, p. 229).

Para além das elucubrações emocionais do casal em sua chegada à nova cidade, o enredo dos capítulos que retrataram a inserção dos refugiados da guerra na cidade de Goiás reforçou o vislumbre da senhora, a paciência feminina diante do alvoroço daquele que se considerava o esteio da felicidade comum e pilar da segurança familiar. Nhá Mercedes projetara esse percurso adiante e exigia de seu marido a maturidade do olhar para aquela realidade de transição sem a expectativa de se reproduzir a partir da existência passada. Quem determinou o encontro dos retirantes da guerra com a comitiva que os acolhia foi o irmão do coronel, senhor Trajano e sua esposa Nicota. No alvorecer daquele mesmo dia, na cidade, um grupo animado de vilaboenses acompanhou o casal e tomaram a estrada rural em direção à

fazenda do senhor Matoso de Melo, onde se agruparam num farto café. Com o sol subindo o horizonte, dirigiram-se todos à estrada por onde chegavam a família do coronel Leopoldo e os cargueiros que os acompanhavam.

Alvorçado e como coração aos trancos, nhô Trajano abriu caminho entre seus companheiros, seguido de perto pela esposa. Garbosos e risonhos, espicaçavam o animal, dele tirando a marcha mais leve e graciosa, encurtando cada vez mais, a distância entre os dois grupos. Quando entre eles havia espaço de dez ou quinze metros, nhô Trajano ergueu a mão direita (sinal convencionado) e vários negros, acompanhantes dos cargueiros de matulas, para e começaram a tocar fogo nos estopins de foguetes trazidos. Foi um momento de entusiasmo e vibração, cuja surpresa, iniciada com os toques dos clarins, colheu em cheio o coronel Leopoldo e sua família, transtornando e enfraquecendo o domínio emocional de que dispunham (FLEURY, 1983, p. 235).

Nesse encontro em meio à natureza circundante ao perímetro urbano da capital, encontraram-se as principais personagens que compõem o enredo da inserção dos retirantes de Corumbá em Goiás. Um almoço bucólico foi oferecido à beira de um riacho e ali se permitiram as primeiras intimidades entre os forasteiros e seus anfitriões: nhô Trajano e sua esposa dona Nicota; Felisberta, nhá Efigênia, senhor Alfredo e as moças Ângela, Benigna, Luizinha, Anita, Dulce e Olívia, nhá Martinha e seu esposo Matoso de Melo, fazendeiros da proximidade. Dona Joana, seu esposo Alcides e o militar do 20º Batalhão Goiano de Infantaria, capitão Ramiro Suassuna Alvarez, seus pajens e outros cavaleiros acompanhavam a comitiva.

Em meio à participação de cada personagem na trama que se enredou a partir do capítulo 25, *O encontro*, apropriamo-nos do nexos entre o envolvimento da autora, sua *estrutura de sentimento* (WILLIAMS, 2011) e as mudanças de costumes das pessoas em nova circunstância histórico-social. No almoço à beira do riacho, num ambiente campestre, ocorria o encontro de formas de viver diferentes e, nesse novo amálgama social, surgiam, para os envolvidos, novas situações que se tornaram emblemáticas em suas vidas, simplesmente por coparticiparem daquela trama. Captamos o efeito da retórica literária de Rosarita Fleury, imaginando as cenas que ela apresenta como fios da meada do que será o efeito final: à continuidade segue-se, sempre, a ruptura. Para alguns personagens, essa ruptura se associava à locomoção de seu espaço físico, como veremos com Sabina, a garota de 13 anos de idade, e o capitão Ramires Suassuna, oficial de linha, fazendeiro, aristocrata.

Naquele encontro campestre, o destino de Adriana, viúva e dependente dos pais, era encontrar-se consigo mesma. Os novos ares fizeram com que ela se tornasse senhora de si. Era a mais velha e não quis que o destino de antes, interrompido pela morte de seu esposo

Jorge, voltasse a ser preenchido com o mesmo modelo de vida matrimonial que os costume da época reservavam para as filhas de uma família de posse do Brasil do século XIX. Rachel, sua irmã mais próxima, logo se mostrou o elo entre a personalidade até então sofrida de Adriana e Sabina, a jovem garota, que crescia construindo seu mundo junto com sua mucama, ainda jovem, a negra Pitanga. Sabina foi o efeito inovador do comportamento de gênero pensado por Rosarita naquele *encontro* da família do coronel se acostumando no dia-a-dia a viver na capital de Goiás.

Voltando à personagem Adriana, foi naquele acampamento que foi forjado um dos dissabores de sua família na nova cidade. Quando as filhas do coronel se encontraram com as amigas que as recepcionaram, nas conversas e curiosidades do bate papo informal, Sabina, para desgosto de suas irmãs mais velhas, expôs um assunto delicado para a família: o assédio dos paraguaios à sua irmã mais velha e o desenlace daquele acontecimento com o assassinato do casal de amigos, seus antigos vizinhos de Corumbá. A partir daí se estabeleceu a fofoca na cidade, levando a moral de Adriana à condição de desonrada pelos paraguaios. Essa trama está no capítulo 26, *O boato*, e o que resultou disso trouxe efeitos que nos permitem compreender a mudança de comportamento de Adriana, desafiando seu pai a cada dia que passava em sua nova vida em Goiás.

Por outro lado, o enredo acentua aspectos da vida cotidiana da época relacionados às relações públicas e privadas, às interações intersubjetivas de sujeitos naquele mundo social, na capital da província de Goiás. O comerciante Trajano teve seu sentimento de afeição fraternal abalado quando se inteirou, informado pela esposa Nicota, dos boatos feitos pelas velhas amigas de sua sobrinha e como esse assunto estava se reproduzindo como boato nas residências e em praça pública. Ele insistiu que era mentira tudo aquilo que sua esposa lhe expunha ao ouvido e, impaciente, deixou o balcão da loja, fingindo ir mexer no estoque de suas mercadorias. Mas não teve jeito. A esposa, com voz inalterada, seguia-o, cômodos adentro, informando sobre o que escutara de suas amigas.

— Mentira, já falei, mentira só!

— Acho que não. Eles querem esconder, e por isso, a história pegou. Agora já comentam tanta coisa! Nem queria contar a mecê para não dar aborrecimento, mas ontem, Felisberta soube que os paraguaios a levaram para a casa deles, e ela dormiu lá muitos dias com ele. É bonita, ficou de mão em mão.

Trajano ficou verde de raiva (FLEURY, 1983, p. 251).

O desenrolar desse buchicho acontece nos capítulos 27, *Irmãos e amigos*, e 28, *Preparativos de um jantar*, quando o sentido do *boato* escancarou os limites humanos de

compreensão das diferenças entre indivíduos quando expostas as circunstâncias de instabilidade de seu conhecimento comum, imediato e provincial. Por ser uma jovem vinda das terras de fronteiras, mais próximas do ambiente civilizatório dos entrepostos do dinheiro e das mercadorias, Adriana era alvo de fofocas que deixaram Trajano indignado, pois elas faziam crescer o muro da intolerância e impelia ao julgamento da sobrinha sem altruísmo e alteridade.

O boato singularizou o desconhecimento dos fatos e isso levou a interpretações precipitadas das situações pelas quais passou Adriana. Tudo isso influenciado pelos conflitos geopolíticos do Brasil, inseridos na região do Rio da Prata. A geopolítica internacional do conflito beligerante, naqueles idos de 1865, segundo Rosarita, infestava o mundo social na capital da província de Goiás. Expunha seus limites de distância do evento, mas interligava-o como realidade histórica aos acontecimentos da guerra no sul da província do Mato Grosso.

Ainda no almoço fora da cidade, à beira de um riachão, o coronel Leopoldo explicou aos presentes algumas circunstâncias que o motivaram a fugir logo da cidade de Corumbá. Recordou da influência do amigo nhô João Timóteo em sua decisão de abandonar casa, fazenda e fugir para Goiás. Afirmou que isso era um plano antigo, mas a guerra apressou, sem medida, a decisão. Num instante de sua exposição, o coronel embargou a voz quando lhe veio à memória o nome do amigo assassinado, o que despertou a curiosidade do grupo de goianos que acompanhava atentamente sua narrativa. Crescia um ar de indignação nos homens do grupo, uma espécie de empatia emocional entre concidadãos do Império. A guerra fermentava o ardor patriótico daqueles goianos preocupados com os mato-grossenses, seus vizinhos compatriotas.

Interessado no assunto e, ao mesmo tempo curioso, Valadão perguntou:

— Morreu também?

— Foram assassinados [...] ele e a esposa. Dois velhinhos! [...] Absurdo!

Alfredo e capitão Suassuna não perdiam palavra e revoltado, este falou:

— Não sabia que a guerra por lá estivesse tão feia. Pena que essas coisas nunca acontecem por cá. Gostaria de me meter na luta, de ver a guerra de perto. Ao dizer essa expressão de coragem e virilidade ergueu o braço largo e falou em voz alta, enquanto olhava o grupo de moças junto às pedreiras.

Ao ouvir semelhante disparate a prima Eugênia benzeu-se três vezes.

— Deus nos livre disso. O capitão pode ser muito valente, mas guerra não é brincadeira, não. Prefiro que em nossa cidade nunca aconteça uma guerra. Nada como a vida tranquila de uma cidadezinha pacata (FLEURY, 1983, p. 247).

O ímpeto patriótico do capitão Ramiro Suassuna — ele era natural de Cuiabá e tomava ciência dos malefícios da guerra na cidade de Goiás — intensificava os elementos de integração demográfica interprovincial na segunda metade do século XIX. As distâncias

geográficas eram grandes em termos do cavalgar dos animais de carga, mas as linhas de integração cada vez mais iam tomando robustez pelas demandas das populações que habitavam as terras do Centro-Oeste naquele período em que as pessoas desses lugares viram a guerra fortalecer o sentimento comum de pertencimento a um território.

É por isso que Rosarita, em sua imaginação criativa, fez do boato o ponto nevrálgico das ações insensatas quanto à necessidade de integração social entre indivíduos de costumes culturais diferentes quando se encontram em circunstância de convívio social. Uma certeza quis nos mostrar a autora nesse plano interpretativo: que naquele momento inicial da guerra, no mesmo país, com a mesma língua, religião e governo geral, o mundo social de Goiás era um, em suas particularidades, e o mundo social de Mato Grosso, outro. Para o coronel Leopoldo e família, não havia outra situação senão, na condição de migrantes, corresponderem às expectativas do outro que o acolhia, assumindo o papel de anfitrião cultural.

Desde a inesquecível chegada à capital, coronel Leopoldo e seus familiares procuravam adaptar-se ao novo ambiente, às novas amizades, aos novos costumes; estes, aparentemente iguais ao de Mato Grosso, porém tão diferentes em suas minúcias, que se tornava difícil acreditar serem as duas províncias pertencentes ao mesmo Império; comentavam a maneira de falar dos goianos, por eles julgados feia e desagradável, em contraste com a pronúncia mais rica e jocosa dos mato-grossenses. Por sua vez, eram eles censurados em Vila Boa; julgavam pedante a maneira de falar dos recém-chegados, atribuía-lhes exageros propositados, o que de certo modo causava irritação do povo da cidade. Desejavam que já houvessem eles adquirido inteiros hábitos goianos, gestos iguais e mesmo jeito de pronunciar palavras (FLEURY, 1983, p. 249).

Para que a inserção cultural da família do coronel Leopoldo, em seu processo de adaptação aos costumes da cidade de Goiás, fosse adquirindo espaço de confiança junto a seus novos conterrâneos e que se restaurasse de vez a honra de Adriana, Rosarita encenou o movimento de integração entre a família e seus novos amigos a partir de um jantar que resultou da partilha de todos os envolvidos. Foi um cardápio comunitário que envolveu o tempero misturado de Mato Grosso com Goiás. O palco foi a casa do casal Leopoldo e Mercedes, os anfitriões. Dona Mercedes estranhou o prato de almôndegas que dona Nicota incrementou ao cardápio — tinha sido uma oferta do capitão Ramiro Suassuna — porque, nos costumes de Corumbá, ele não tinha status para compor o *menu* de um jantar especial.

Mesmo assim, as almôndegas foram distribuídas em pratos para os três ambientes de comensais, junto com os pratos feitos com carne de porco, trazidos por Souza: tatu-folha em farofa, oferta de Valadão; pernil de paca, disponibilizado por Alfredo; perdiz assado, prato dado pelo fazendeiro Matoso. Eram três mesas de serviços, cada qual com negras, Pitanga,

Heliadora e Litão, ocupando-se dos convidados e familiares. Um barulho ensurdecedor vinha de um cômodo ao lado do lugar em que se encontravam as senhoras. Apesar de mulheres e homens estarem em ambientes separados, a anfitriã Mercedes e suas companheiras de jantar mantinham atenção voltada para o debate que se dava na sala dos senhores. A esposa do coronel percebia que a alteração da voz do marido significava o momento em que se iniciavam as explicações que viriam elucidar de uma vez por todas os mal-entendidos e incompreensões, por parte da comunidade vilaboense, sobre a honra de sua filha Adriana.

O silêncio desceu sobre a mesa em que se encontravam as senhoras e amortizou, aos poucos, os retalhos de conversa que ainda restavam e acabavam de escapar de seus lábios. Todos desejavam ouvir a fala do Coronel, porque sua voz, pelo tom comedido e grave, revelava novidades e excitava a curiosidade (FLEURY, 1983, p. 289).

Tudo havia sido encenado: a preparação do jantar e a colaboração dos participantes para a fartura do cardápio —inclusive com as almôndegas —, rompendo ali os limites das formas de ver crescer em si os gostos pelo que se aprende, pois mesmo que não fosse costume servir bolotas de carne em jantares festivos, dona Mercedes, como anfitriã, não podia desprezar aquela oferta e motivava os presentes a provarem as bolotas: “já experimentaram as almôndegas? Foram feitas por Nicota e estão uma delícia”. No momento de prazer dos convivas surgiu a oportunidade de explicar a verdade sobre o que realmente acontecera com a viúva Adriana e os paraguaios e os motivos de terem deixado tudo em Corumbá e se mudarem para Goiás.

Rosarita intitulou o capítulo que fala do jantar de *No palco de sua casa*. Tudo foi pensado para tornar a inserção da família do coronel Leopoldo menos traumática quanto aos dissabores do passado e à expectativa sombria de viver naquela cidade como estranhos, desconhecidos, sofrendo animosidade cultural por não terem nascido em Goiás. Depois de explicados os fatos relativos ao encontro dos paraguaios com Adriana, que nada teve de imoral, e ao episódio do assassinato do farmacêutico João Timóteo, os presentes entenderam o outro lado da história e o boato foi esquecido.

Emocionados, os amigos acolhiam as palavras do coronel Leopoldo. Trocavam entre si rápidos e significativos olhares, a certeza da veracidade dos fatos e a lealdade do coronel, ao lhes transmitir passagens secretas de sua vida familiar, transformando a sala em austera catedral (FLEURY, 1983, p. 291).

O coronel se exaltava em sua explicação dos fatos, detalhando aspectos do que acontecera com a filha um dia antes de partirem de Corumbá. Naquele instante, os convidados

se tornavam espectadores do anfitrião, que tomava para si a emoção do testemunho do amigo João Timóteo, deixando a plateia absorta na oralidade de sua argumentação. Suas falas iam impactando a todos emocionalmente, até que, num momento, não se conteve e, de ímpeto, levantou-se e, a passos largos, gesticulou em voz alta, chamando os paraguaios de *cães ordinários*, *cães ordinários*. Abismado com as informações que lhe chegavam aos ouvidos, um dos amigos não se conteve: “Assombrado, Valadão intrometeu-se: — O senhor disse cortaram os cabelos dela? Que horror... que horror, repetia com assombro” (FLEURY, 1983, p. 292).

Rosarita mostrou, nesse ambiente familiar, um palco onde se apresentava a veracidade dos fatos que reconduziam, à consciência da população vilaboense, os méritos de mulher honrada de Adriana. Aquele boato, enfim, diante do testemunho dos presentes, havia sido resultado da falta de conhecimento sobre os fatos. O público, naquele contexto da conversa, demonstrava satisfação com as explicações do coronel. Todavia, ele insistia em dar força a seus argumentos para convencer de que falava a verdade. Olhou para a sala na qual estavam as senhoras e gritou, chamando Adriana para o centro do ambiente masculino. A mulher ficou lívida, mas seguiu para perto do pai. Mesmo contra a vontade de alguns senhores à roda, Leopoldo disse para a filha desamarrar os cabelos e contar a todos o que aconteceu quando foi tirada das mãos dos paraguaios pela intervenção do amigo João. Ninguém queria aquilo, mas para o coronel, aquele ato sepultaria de vez as inverdades do boato.

— Solte os cabelos, minha filha.
Com assombro estampado no rosto ela duvidava do que acabara de ouvir.
— Heim?
Penalizado, Alfredo interveio, tentando ajudá-la.
— Não é preciso. Não é preciso que ela faça isso.
— Claro que não — disseram, em coro, várias vozes.
— Desejo que todos vejam a que ponto pode chegar a selvageria dos paraguaios. Solte os cabelos! Quero que todos vejam o que fizeram com eles. [...]
E o coronel tomou na mão um punhado de cabelos da filha:
— Vejam! É fato que já cresceram um pouco, mas não quero que ela os corte, novamente. Desejo conservar por muito tempo, ainda, a marca do que eles fizeram. Não posso esquecer... não posso, nunca, esquecer insulto tão grande!
Indignado, o cap. Suassuna:
— Mas isso é revoltante. Por isso é que eu ando com o sangue fervendo! Estou louco de vontade para ir lá, de ver de perto essa corja (FLEURY, 1983, p. 292-293).

Tomemos, pois, o personagem eufórico capitão Ramires Suassuna, que representava o tipo de homem que se sobressaía aos mais próximos pela sua imponência física e a pose de militar, de oficial de linha de primeira classe em Goiás, e conquistava o respeito atencioso dos seus convivas cotidianos, principalmente em ambientes femininos. Algumas senhoras

chegavam a imaginá-lo como genro, desenvolvendo afeições amorosas por uma de suas filhas. O que se sucedeu no fluxo contínuo da convivência da família do coronel, a partir do espetacular jantar em sua casa, foi que o capitão Ramires passou a interessar-se por uma das três filhas de seu conterrâneo mato-grossense. Novo boato correu por entre salas e corredores das casas mais influentes da cidade. Quem seria a filha pretendida? Adriana, a viúva? Rachel, moça discreta de bons modos e obediente aos costumes familiares? Ou Sabina, a garota sapeca, de 13 anos de idade naquele mês de abril de 1865, perambulando com sua escrava Pitanga pelas ruas da cidade? Até uma cadeira para transporte Sabina conseguiu emprestada da amiga de sua mãe, dona Efigênia, prima do capitão Ramiro Suassuna Alvarez.

Foi em torno do imbróglio da paixão do capitão que aconteceu o que compreendemos ser, em termo de *estrutura de sentimento*, o ponto mais expressivo da exposição de Rosarita em sua imaginação estética: dar voz às mulheres, fazê-las ter capacidade de vislumbrar anseios pessoais que contradiziam os costumes de comportamento social como mulher, filha e esposa. O dilema estava na cabeça do patriarca ao se ver com a pretensão, mais que justa, de o capitão Ramires pedir a ele o direito de escolher uma de suas filhas. Esse boato já circulava na cidade e logo havia de se comprovar, em visita do capitão à casa do coronel, que os rumores eram baseados em verdade.

Antes, porém, de concluirmos esse enredo amoroso, tomemos de volta a relação entre Adriana e seu pai. No conjunto das circunstâncias nas quais se especulava sobre a escolha do capitão, o nome de Adriana foi logo pensado por sua família. Ao saber disso, Adriana se revoltou com a ideia de casar novamente e se posicionou contra a autoridade de seu pai, que passou a perseguir os hábitos de rebeldia doméstica da filha, contradizendo seu gosto e insistindo no que pensava ser o melhor para ela e para a família. *A vida é minha*, escreveu Rosarita. Esse capítulo é divisor das circunstâncias conclusivas do romance e acentua o rompimento de Adriana com as forças preponderantes daquele modelo patriarcal imposto pelo pai, o austero protetor de sua honra. Para a personagem Adriana, mãe de órfão, não era mais possível acreditar naquilo que já fora enterrado para sempre em Corumbá. Agora, o seu destino seria decidido pela sua vontade.

Coronel Leopoldo falou e ficou olhando a filha com firmeza. Seguiu-se certo silêncio. Adriana tamborilou a mesa polida, dedos frios e trêmulos, procurou ganhar forças, entortou a cabeça para o lado esquerdo e, ao olhar para o pai, conseguiu fazê-lo com dignidade e calma.

— Não estou pensando nada que não seja o meu direito pensar. Logo que fiquei viúva, falei ao senhor, e também à mamãe, no meu propósito de não casar outra vez. Hoje, pelo rumo que a conversa tomou, supus que o senhor ia me entregar ao Capitão Ramiro, caso ele me queira. Eu acho que o interesse dele não é por mim. É

por Rachel, mas de qualquer forma, também eu preciso esclarece esse ponto. Não me casarei com ele de jeito nenhum. Se o senhor quer ser obedecido e respeitado, respeite o meu gosto, porque, como já falei, não vou me casar com ele e nem com nenhum outro. Gostei do Jorge, fui feliz com ele e não estou disposta a receber outro homem em minha cama (FLEURY, 1983, p. 377).

Não estava no domínio das palavras o momento sublime de contestação por parte de Adriana, mulher, filha e mãe viúva. Abordando o patriarcado como modulação sistêmica dos comportamentos sociais de superioridade e inferioridade nas relações intersubjetivas de homens e mulheres, Maria Teresa Dourado nos ajuda a compreender o conflito entre a filha mais velha e o pai naquele episódio do capítulo 41, *A vida é minha*:

Era papel das mulheres do passado: aceitar, conformar-se, obedecer, submeter-se sem discussão. Estavam habituadas a uma longa tradição patriarcal e obedeciam sem discussão. Ao longo do século XIX, reitera-se a afirmação de que a instrução é contrária tanto ao papel das mulheres quanto sua natureza: feminilidade e saber se excluem (DOURADO, 2008, p. 4.)

Ciente do boato que circulava sobre as pretensões amorosas do capitão Ramiro, Adriana se rebelou contra a ideia de casar novamente num dos momentos de refeição em família, o que muito magoou o orgulho do pai, pois ela o havia desafiado na frente da esposa e das outras filhas. Por isso estava sendo admoestada no escritório, momentos depois, tendo que se justificar por suas atitudes de insubordinação à autoridade do pai. As palavras dela pareciam não fazer efeito em Leopoldo e não houve outro recurso senão afastar-se e dar por encerrado aquele assunto. Ela não iria se casar, gostasse ele ou não.

— É como eu disse meu pai. Não fale mais em me casar com ele, porque não casarei mesmo.

Depois, em meio sorriso:

— Vamos rezar para que não seja nada comigo. Rachel vai ficar feliz com ele e a casa aqui continuará em paz.

— Volte Adriana, que não acabei ainda.

— Não há mais nada papai. O que eu resolvi está resolvido e ninguém poderá me obrigar a esse casamento... (FLEURY, 1983, p. 377).

A aflição do patriarca continuou a partir daquela ruptura com a filha. A situação de animosidade daquele conflito perduraria em seu espírito, tornando-o um homem inquieto, menos reflexivo. O cenário de incerteza daquele senhor se estendeu para fora das paredes de sua casa, pois o assunto de interesse do capitão Ramiro ainda não estava resolvido e apenas Adriana tinha lhe estreitado o caminho de melhor solução para seus anseios de pai e avô.

Logo chegou o dia que a cidade toda esperava ver acontecer: a visita formal do capitão Ramiro. No interior da casa, as mulheres se acercaram das salas contíguas ao ambiente de

estar, cômodo mais à frente, próprio para a recepção de visitas. Dona Mercedes, Adriana, Rachel e as escravas se agruparam, apreensivas com o início da conversação entre os dois homens. Buscavam captar algum indício das proposições de Ramiro que as fizesse entender detalhes do que se passava. Sabina, como qualquer adolescente, brincava nos fundos do quintal com sua escrava Pitanga e conversava com a vizinha Noela, sentadas sob um muro que separava as duas residências.

Dois assuntos mais interessavam à garota naquele momento, cortar o rabo da galinha carijó e a festa do *reinado das negras*, organizada pela senhora Eugênia e o senhor Quincão. Seu interesse maior era a possibilidade de sua escrava, Pitanga, ser escolhida a rainha da festa naquele ano. Há dias ela esperava a visita do senhor Quincão, pois era ele quem trazia a mensagem da organização, indicando a negra escolhida. Sabina, conversando com a amiga Noela, entre muros, explicava-lhe que estava ansiosa pela visita daquele senhor há semanas, desde que havia escutado de dona Eugênia que Pitanga poderia ser escolhida rainha.

— Sabe quem passou para a sua casa agora mesmo?

O interesse de Sabina cresceu subitamente.

— Ora [...] Que nenhum Quincão. Foi o capitão Ramiro! Está em sua casa e já deve estar conversando com seu pai. Vi quando ele passou. Estava na janela. (FLEURY, 1983, p. 384)

O interesse de Noela era saber o que Sabina achava quanto à escolha do capitão Ramiro. Já Sabina só queria conversar sobre a possibilidade ou não de Pitanga ser escolhida rainha da festa do *reinado das negras*. Noela representava a entrada em cena da população de Goiás interessada na solução do boato que estimulava a curiosidade quanto ao desfecho do enlace amoroso do capitão Ramiro. “E o pedido, Sabina? Estou curiosa! Todos aqui estamos. A cidade inteira. Mamãe toda hora fala nisso. Ela acha que o capitão vai pedir Adriana, porque é mais bonita. Mecê ouviu, ficou tão quieta?” (FLEURY, 1983, p. 384). Sabina decepçionava a expectativa da amiga porque só tinha em mente o pedido para que sua escrava Pitanga fosse a rainha da festa, no mesmo instante que a via chegando do interior da residência com a tesoura para cortar o rabo da galinha carijó.

1.2.1 As núpcias de Sabina

Este título faz parte do antepenúltimo capítulo do romance *Sombras em marcha*. Nem Adriana, nem Rachel. A escolhida pelo capitão Ramiro foi a adolescente de 13 anos incompletos, a filha mais nova do coronel e sua esposa Mercedes. Novamente a casa daquele

casal voltou a ser cenário de suntuosa festa, a de despedida da filha caçula dos aposentos daquela residência. O capítulo inicia com os pais de Sabina enfrentando o desconforto da vida depois da saída de Corumbá. O patriarca da família ficava a procurar a gravata escolhida para o casamento de Sabina e dona Mercedes, planejando comprar as mobílias que sentia falta nos aposentos do banho e do vestuário cotidiano. Em tempo de festa, tudo era mais desconfortável ainda. Mas nada de melhorar o mobiliário daquela residência, pois em casa alugada não se fazem benfeitorias. Os dias passavam e as incompreensões do coronel com a vida amarguravam seu humor diário. Agora, ali, prestes a ver Sabina casar com o capitão Ramiro, estava mais angustiado do que tudo. Não encontrar a gravata era só a gota d'água para externar insatisfações. Quando sua esposa falou em comprar armários para o quarto, não se conteve e expressou o principal motivo de seu mal-estar:

— Comprar coisa nenhuma, Mercedes. Veja a senhora: a gente viaja para cá fugindo da guerra. Deixa tudo em Mato Grosso, no propósito de defender a família. Agora, já nossa filha volta. Volta para Mato Grosso mesmo, para o teatro de luta! Quer ver a guerra de perto! E o capitão fala: não quero que fique preocupado! Como se fosse possível.

Ao liberar estas palavras, sua voz era esganiçada e áspera. Revelava toda a mágoa de que estava possuído, acrescida ainda de ódio, ironia e mordacidade. Assustada, Mercedes ouvia, lábios trancados e a gravata na mão direita (FLEURY, 1983, p. 463).

O casamento do capitão Ramiro e Sabina foi uma festa grandiosa. Primeiro houve uma cerimônia na residência dos pais da noiva e em seguida o casamento religioso na Igreja Rosário dos Pretos. A festa foi solene, acompanhada pela banda musical do 20º Batalhão de Infantaria de Goiás, que homenageava os noivos quando desfilavam pelas ruas da cidade. Só dona Eugênia, que, ao pé do ouvido da mãe da noiva, observando juntas os grupos de convidados e autoridades presentes na festa, lamentava não ter tido mais êxtase o casório religioso por ter sido realizado na Igreja do Rosário dos Pretos e não na Catedral de Sant'Anna. Naqueles dias, a matriz estava com seu prédio em condições precárias.³⁷ Dona

³⁷ O elemento degradante das estruturas da Igreja de Sant'Anna, em destaque na narrativa de Rosarita Fleury, configura uma realidade histórica desde a fundação da cidade de Goiás no século XVIII. Durante o século XIX algumas tentativas de reforma foram planejadas, mas não o suficiente para a segurança pública do ambiente até que depois da Guerra do Paraguai, em 1874, a igreja foi desativada para culto público. Sobre esse assunto nos referendamos no estudo de Cristina de Cássia Pereira Moraes e extraímos de sua tese os seguintes dizeres sobre a realidade da matriz de Goiás entre os séculos XVIII e XIX: “Em documento de 28 de maio de 1760, o governador João Manoel de Melo relatou ao conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, que a igreja havia caído, após o povo ter aprisionado nela o pároco, que se encontrava demente. Ajuizando a respeito desse fato, acrescentou que a igreja tem ‘caído tantas vezes quanto setem reparado’. Depois do desmoronamento de 1759, a igreja ficou abandonada e ‘assombrada’ até 1777, quando o mestre Manoel José do nascimento concluiu a reforma do prédio e foram colocados em suas torres dois galos de metal e um sino, batizado em nome de Paulo. (...) Em 1874, a catedral da Sé foi transferida para a igreja da Boa Morte,

Mercedes retrucava: “— Que isso prima? O fato de ter sido na igreja dos pretos não é motivo de desdouro. Deus está em toda parte e agradeço se a prima apreciou a cerimônia e acha que a festa vai correndo bem” (FLEURY, 1983, p. 469).

A cerimônia seguia animada. Sabina estava animada. O casamento era referência de transformação de seu modo infantil de ser para se tornar a senhora do capitão Ramiro Suassuna. Essa mudança imediata teve um preço subjacente: ela modificou seu olhar íntimo diante do esposo. Foi enquanto brincava com sua escrava Pitanga e conversava com sua vizinha Noele que Sabina soube do resultado da conversa entre o capitão Ramiro e seu pai: ela tinha sido a filha escolhida.

— Sinhozinha...

— Passe a tesoura pra cá — E estendeu a mão na busca da tesoura. Uai! Por que veio chorando? Fala depressa! — Em sua voz havia aflição pelas lágrimas que despencavam dos olhos de Pitanga. Que é que aconteceu? Fale depressa, Moçambique! Estou ficando assustada.

Assou-se na ponta da saia:

Uma coisa horrível! Coronel Leopoldo tá chamando sinhozinha lá dentro da sala. Tá tudo ino pra lá e Cassiana contô qui o Capitão tá querendo minha sinhozinha prá muié dele! (FLEURY, 1983, 385).

A partir desse momento, iniciou-se a transformação da garota Sabina em futura esposa do oficial militar de primeira classe. Sob a perspectiva das relações de gênero, Rosarita, em sua imaginação histórica, reinseriu a menina-mulher no caminho da guerra. Não mais em fuga, mas para se sentir presente naquele evento trágico, experimentar os embates das batalhas. Sabina, ao casar com o capitão Ramiro, naquele 1º de maio de 1865³⁸, havia de se intrometer

onde permaneceu até 1929, quando se tentou construir outra igreja a partir dos alicerces antigos” (MORAES, 2012, p. 92).

³⁸ Salientamos a capacidade imaginativa de Rosarita na cena em que ela colocou num mesmo ambiente, de forma tão íntima, o desembargador João Bonifácio e o novo presidente da província de Goiás, o baiano Augusto Ferreira França. Há de salientar que França havia chegado à capital de Goiás na última semana de abril e dia 27 recebeu, das mãos do desembargador João Bonifácio, então vice-presidente da província, o comando da administração executiva da província. Anteriormente destacamos trecho da fala do desembargador João Bonifácio, explicando decisões suas sobre a marcha do Batalhão de Caçadores e as dificuldades daquele empreendimento naqueles quatro primeiros meses de 1865. Em 1º de junho daquele ano, o novo presidente retomava a mesma explicação de seu antecessor para enfatizar os limites de se fazer seguir uma tropa de voluntários da pátria para o teatro de guerra naquele 15 de maio. Por isso, o esforço literário de Rosarita em colocar as duas autoridades se divertindo no casamento na casa dos pais de Sabina justifica o recurso ficcional da literatura que se baseia em fatos reais. O dia 1º de maio foi uma segunda-feira. Assim, depois de ter tomado posse do governo no dia 27, uma quinta-feira, o presidente precisaria ter se inteirado de tudo o que acontecia na província em apenas três dias (sexta, sábado e domingo) para, na história ficcional, estar na festa de casamento, explicando em roda de amigos tudo o que já fizera desde que assumira o poder provincial quanto à logística de guerra em Goiás. Em todo caso, o evento aconteceu e podemos, sim, perceber os feitos do presidente Augusto Ferreira França depois de mais de 33 dias à frente da administração goiana. Tudo com muita dificuldade por causa das condições estruturais para fins militares de força de linha naquele território imperial. Disse ele em reunião com os deputados goianos: “Sem querer encarecer meus esforços, lícito me seja declarar neste momento que muitas dificuldades foram superadas para que se realizasse a marcha da força, dificuldades filhas não da má vontade, mas oriundas peculiares a esta província” (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 66).

nos negócios da guerra ao sul da província de Mato Grosso. Não escondia isso de seu pai, logo que firmara o negócio do matrimônio. “— Ara pai, eu nunca imaginei nada mais belo! Casamos no dia 1º, ficamos uns dias na nossa casa e viajamos no de 15 com o batalhão” (FLEURY, 1983, p. 464). Ali iniciava a separação definitiva dos pais, com a garota se libertando de sua tutela; afastava-se do lar familiar que suportava no dia a dia o trauma da adaptação em cidade estranha.

Na festa de casamento, quando tudo estava consumado, felicidade e tristeza pairavam nos sentimentos dos pais de Sabina. Por isso, a amiga Eugênia insistia com dona Mercedes, ao perceber seu semblante triste, que a festa estava uma maravilha e que Sabina seria felizarda em seu futuro. O capitão era uma pessoa de pose aristocrática, grande fazendeiro e, ainda por cima, oficial do Império. Qual das moças da cidade não desejaria estar em seu lugar? Respondendo à amiga, Mercedes lamentou:

— É que eles viajam logo. Feliz, porque sei que entrego a filha a um homem de bem e triste, porque eles viajam para o teatro de guerra. Vão com os voluntários.
— Nesse ponto, estou com vosmecê. Sou contra a viagem. Muito melhor se eles ficassem por aqui mesmo (FLEURY, 1983, p. 470).

Retomemos a afirmação, envolta de tristeza, da mãe da noiva: *vão com os voluntários*. Nesse instante começou o evento que nos motivou a desenvolver este exercício historiográfico sobre o romance histórico enredado por Rosarita Fleury em *Sombras em marcha*: o encontro dos retirantes com os voluntários goianos da pátria. Como já pontuamos antes, esse encontro exacerba os limites das contradições de se viver seguindo à sombra da felicidade e da tristeza. Desde os primeiros encontros com aquela família de refugiados de guerra, o capitão Ramiro havia elevado sua moral patriótica. Aliás, seguir com os voluntários da pátria era sua obrigação de oficial de primeira linha. Naquele contexto, o governo evocava os sentimentos patrióticos dos goianos para combaterem as forças paraguaias no sul da província de Mato Grosso. O capitão Ramiro era cidadão mato-grossense e as notícias que o coronel contava a todos sempre o deixava emocionalmente indignado. Ainda na casa do coronel Leopoldo, enquanto a festa avançava pela noite, num dos cômodos estava um grupo de homens que chamava a atenção dos demais pela profusão de ânimos exaltados.

As vozes se erguiam, eufóricas e patrióticas. Em ampla roda de senhores, João Bonifácio e dr. Augusto França, o novo presidente, monopolizavam as atenções e discorriam, com desembaraço sobre suas ideias.
— No dia seguinte ao de minha posse, visitei o quartel em que se encontra o batalhão, e não foi só. Visitei, ainda, o armazém de depósito de artigos bélicos. Não está bem organizado... não está. Ordenei, para correção desse desleixo, que se organizem mapas esclarecedores da situação.

Desembargador João Bonifácio sorria um tanto desapontado.

— Sei que vossa mercê não tem culpa... não era o presidente efetivo e ocupava o lugar apenas aguardando minha vinda. Eu, sim. Demorei muito a vir. Várias ocupações me impediram de vir logo. Sou o maior culpado.

Desembargador João Bonifácio sentiu-se desafogado. Alfredo sorriu complacente, assim também Valadão, Dr Theodoro, major Ignácio de Bulhões, Pádua Fleury, enquanto Pedro Xavier Guimarães perguntava:

— Soube que V Excia mandou consertar o armamento do armazém?

O presidente sentiu-se entusiasmar. Via interesse nos olhares em seu redor (FLEURY, 1983, p. 471).

Estava na casa do coronel Leopoldo e dona Mercedes o ponto de convergência entre as situações históricas e sociais que levaram a população de Goiás a se envolver no movimento beligerante em defesa da província de Mato Grosso e os elementos de integração social entre as províncias do Império. Apesar dos limites da navegação fluvial ou das trilhas de tropas — muitas vezes não adaptadas para carros de quatro rodas — que interseccionavam com pontos de encruzilhadas, tanto em território goiano como em território mato-grossense, ligando-os a outros pontos do território brasileiro (por exemplo, Cidade de Goiás – Vila das Dores, Goiás – Uberaba, Minas Gerais – Campinas, São Paulo) e à região de fronteira (Cidade de Goiás – Vila das Dores do Rio Verde, Goiás – Vila de Coxim, Mato Grosso – Corumbá, Mato Grosso), o que se passava na reunião das autoridades provinciais e seus conterrâneos dizia respeito ao desafio do governo imperial em organizar o contra-ataque à ocupação do território sul da província do Mato Grosso.³⁹

Desse modo, em circunstâncias adversas, operacionalizava-se a organização da expedição militar na província de Goiás e, nesse contexto, Rosarita inseriu personagens reais, como o desembargador João Bonifácio, o presidente Augusto Ferreira França, o político André de Pádua Fleury e o major Inácio Bulhões. O fato de estarem eles juntos no casamento fictício de dois mato-grossenses nos remete à intenção memorialística da comemoração de 15 de maio de 1865, data que demarca a história de mobilização da sociedade goiana voltada para a integração das forças militares do Império na guerra contra a república guarani. Na manhã de 15 de maio, a população se reuniu para despedir-se dos soldados.

³⁹ A marcha dos voluntários goianos da pátria tinha sido planejada para seguir em direção a Cuiabá, onde seria integrada ao comando do corpo militar da província de Goiás. Todavia, quando estavam em marcha para aquele ponto, as autoridades goianas foram informadas do ataque paraguaio à vila de Coxim em abril de 1865. De imediato, o comando provincial redirecionou a marcha da tropa para o sudoeste da província. “Foi pronta minha resolução: na mesma hora da recepção do ofício, ordenei ao tenente coronel Joaquim Mendes Guimarães que fizesse o corpo sob seu comando regressar do lugar em que se achava e seguir ela estrada que se encaminha para a povoação mencionada [...] É de certo um título de glória para o povo goiano ter podido enviar com tanta rapidez o auxílio reclamado por um ponto que mui justos fundamentos ele tem para considerar como parte integrante de sua província” (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 67).

Depois da missa na catedral, a população se aglomerou ao redor dos militares que se dirigiam ao teatro de guerra. A festa, no final do romance, coloca a figura de Sabina marchando junto com os soldados. Os que viam aquela cena entendiam apenas uma coisa: as incertezas do futuro daquelas pessoas. Somente cinco palavras compõem o último parágrafo de *Sombras em marcha*: “O futuro a Deus pertence”. Naquele momento de separação, no lugar da emoção patriótica e festiva de antes, pairava a tristeza que a guerra trazia para os que em Goiás ficavam e os que para Mato Grosso partiam.

O batalhão subia o largo, Sabina⁴⁰ subia, Marica subia, as outras subiam, a corneta furava os ares com sons tristes; Sinhá Mercedes punha reparos na poeira esbranquiçada e grossa que se desprendia da terra solta do largo e lamentava a barra da saia de Sabina que, nessa viagem de loucos, ia ficar imprestável. Pois não iam eles viajar a pé? Junto à passagem do batalhão, o povo aglomerado, olhos nos que se iam, corações aos trancos, lágrimas desabando. Havia empurrões porque a cidade toda disputava um lugar de onde melhor pudesse apreciar a partida. Protegida pelos braços de Alfredo, Ângela erguia, bem alto a filha de Marica, criança de 3 meses, que ia ficar a seus cuidados. Amarrada bem firme dentro da fralda, cueiro e manta, só pela mobilidade do rosto, o pacotinho revelava estar ali um ser vivente. A seu lado Benigna sacudia as mãos, gesticulava e gritava, procurando chamar a atenção de Marica. Era preciso que ela, a mãe, lançasse ao filho pequenino u derradeiro olhar, já de saudades. Olha de Adeus. Sabina viu os gestos, abrangeu toda a cena e mostrou a Marica, soluçante, de olhos tão empanados de lágrimas, que pouco distinguia. Alfredo tomava o chapéu, descobria totalmente a cabeça, já em leve curvatura, assim também, Valadão, Joaquim, Olavo, Leopoldo e tantos amigos que deixavam (FLEURY, 1983, p. 481).

Quinze de maio de 1865 marcou o evento da guerra nos sentimentos coletivos da população goiana após a notícia da morte de Francisco Solano López, quando os goianos se mobilizaram em comemoração pelo fim do conflito, dando remate ao último capítulo do romance *Sombras em marcha*. Lemos este capítulo com olhar historiográfico, buscando nexos entre história e literatura ficcional, ou seja, interpretamos o romance a partir do entendimento de que a literatura, como

⁴⁰ Junto à tropa de voluntários goianos da pátria, seguiam as mulheres. Marica deixou seu filho de três meses com Ângela e seguiu seu homem, assim como fez Sabina. Na festa de casamento, as autoridades discutiam as dificuldades da organização daquela marcha e as mulheres escutavam a distância, não pertencendo ao universo da ordem política, da autoridade nas coisas do governo. Rosarita não permitiu, naquele contexto, que suas personagens femininas, as senhoras e moças, imiscuíssem nas rodas de conversas masculinas. Nesses assuntos de homens (política, administração pública, organização de logística de guerra) as mulheres não eram integradas socialmente aos homens. Como acentua Ana Maria Colling, a percepção feminina desse mundo social circulava silenciosamente. “A história política, a história das guerras, faz parte do mundo público e deles, as mulheres estão excluídas. Todos os discursos, da Revolução Francesa à Guerra do Paraguai, demonstram o quanto as mulheres aí presentes estão deslocadas. Não é este seu lugar. E, quando insistem em participar, na Guerra do Paraguai, em particular, o lugar que lhes é destinado é o do cuidado. Lugares já marcados como femininos — enfermeira-costureira, cozinheira ou prostituta” (COLLING, 2016, p. 236).

sinal do “movimento da sociedade” e das “redes de interlocução social” se converte em objeto da história social quando apontamos as experiências vividas no passado como uma “rede de ações e relações interdependentes”, elaboradas na construção relacional com a sociedade, modificada pela atuação dos sujeitos (ARAÚJO, 2012, p. 31-32).

Entre 17 de abril de 1870, quando foi propagada no interior da província de Goiás a notícia da morte do presidente paraguaio em dia 1º de março, a população fez festa na rua e participou de *Te Deum* na catedral da matriz. As residências das principais casas da capital ficaram iluminadas e a banda militar do 20º Batalhão de Infantaria tocou alvorada, animando procissões. Autoridades civis, militares e religiosas se reuniram em torno da organização da festa da província e de uma patrulha militar com objetivo de ir à Cuiabá buscar a bandeira do batalhão goiano de voluntários. A memória de 15 de maio de 1865 marcou os primeiros esforços de guerra na província e 23 de setembro de 1870 significou o exercício de recordação daquelas pessoas que direta ou indiretamente vivenciaram a experiência da guerra.

Recorremos a Roger Chartier para compreender como aquelas comemorações trouxeram à lembrança o movimento experienciado pelas pessoas na província goiana, ou seja, a realidade socialmente representada no cotidiano social da população de Goiás. Os goianos se sentiam integrados àqueles que lutaram contra os inimigos paraguaios na província de Mato Grosso. Fortaleceu-se, assim, um movimento social em Goiás no sentido de singularizar as situações que deram significação especial ao passado e em 23 de setembro de 1870 esse movimento se materializou. Não havia soldados em marcha triunfante pelas ruas de Goiás, mas existia a *bandeira dos voluntários goianos da pátria*. Seu retorno triunfal para a catedral de Sant’Anna, de onde um dia saíra abençoada, simbolizou, para o povo goiano, a presença do ausente. Ali, a população da província pôde reavivar lembranças pessoais para reverenciar um passado coletivo. Ali era rememorado, publicamente, o início da participação da sociedade goiana na Guerra do Paraguai.

Dia 15 de maio se tornou também o ápice do plano literário de Rosarita Fleury em *Sombras em marcha*. Como a narrativa de ficção não se obriga a referenciar a verdade dos fatos, o *basta ter acontecido* foi suficiente para a autora criar o enredo de seu romance. Mesmo assim, sua obra literária traz referências do passado de guerra em Goiás, reforçando os elementos constitutivos das práticas sociais e históricas que se tornaram evidências daquele acontecimento. Assim, o livro evidencia a “a pertinência das fontes reconhecidamente literárias para a interpretação dos eventos históricos” (ARAÚJO, 2012, p. 26).

Com base em Roland Barthes, Roger Chartier destaca o fato de a estrutura do discurso literário abdicar da ideia de veracidade do acontecido, tal como representado em sua forma

documental, imagética ou mesmo literária, afirmando que os romances acabaram multiplicando as *notas* realistas a fim de se fazerem apreciados publicamente como uma modalidade de discurso sobre o passado.⁴¹ Observamos que Rosarita explorou esse recurso em seu enredo ao introduzir, no final do livro, a experiência do início da participação militar de Goiás na Guerra do Paraguai. A partir dali, não eram *sombras em marcha*. Eram histórias de Goiás no conflito, eram os voluntários goianos da pátria.

Vimos anteriormente o efeito imaginativo da presença de autoridades públicas (vice-presidente e presidente de província) na festa de casamento de Sabina com o capitão Ramiro — elemento inusitado, dada a dimensão do efeito tempo quanto ao domínio das soluções para o envio da primeira tropa de voluntários goianos. Documentos históricos mostram que, entre 27 de abril e 15 de maio — período de 19 dias de governo do recém-chegado administrador provincial —, a mobilização militar se efetivou e tomou impulso maior do que se vinha organizando nos primeiros quatro meses de 1865. Foi essa rapidez que Rosarita Fleury quis destacar com a presença de Augusto Ferreira França no casamento de Sabina. A autora se apropriou do *haver sido* da reorganização da logística de guerra entre aquelas semanas que impulsionaram o movimento patriótico da população goiana no plano do governo imperial de contra-atacar o avanço das forças paraguaias na província de Mato Grosso. A marcha de 15 de maio reuniu a primeira tropa de militares goianos e estabeleceu o marco histórico da inserção da província de Goiás na Guerra do Paraguai, da experiência histórica dos goianos que se tornaram voluntários da pátria.

Despedimo-nos aqui do romance *Sombras em marcha: na vivência da fuga* porque não fez parte do projeto literário de Rosarita a história posterior a 15 de maio de 1865, isto é, as circunstâncias que se sucederam na vida da população goiana e os acontecimentos relacionados à inserção dos militares goianos nas forças expedicionárias brasileiras em operação ao sul da província do Mato Grosso.

Tomamos como ponto de convergência o relato do presidente Augusto Ferreira França em 1º de agosto de 1866, explicando, para os deputados provinciais, os procedimentos administrativos que enveredaram na organização da logística de guerra e das marchas dos corpos militares goianos a partir de 15 de maio de 1865. O discurso do presidente ressaltou

⁴¹ Roger Chartier trava esse debate quando discorre sobre os conceitos de representação e representatividade em artigo que busca defender o uso do conceito de representação: “Sempre a ilusão referencial ameaça a representação histórica do passado. É certo que, como nos mostra Roland Barthes, as modalidades de semelhante ‘ilusão’ não são as mesmas no romance que, ao abandonar a estética clássica da verossimilhança, multiplicou as notas realistas destinadas a dar um peso de realidade na ficção e a história para qual ‘l’avoir -eté des choses est un principe suffisant de la parole’ [o haver sido das coisas é um princípio do discurso] (BARTHES, 1984)” (CHARTIER, 2016, p. 34).

informações de caráter público que já faziam parte dos encaminhamentos operacionais daquele movimento militar, isto é, a sociedade ali representada estava ciente do que acontecia no âmbito da administração das coisas da guerra naqueles últimos 14 meses.

Como sabeis, no dia 15 de maio do ano último, partiu desta capital, o batalhão de caçadores, ora de infantaria nº 20, o qual tendo seguido com destino a Cuiabá, três dias depois mudou sua direção para Coxim, em circunstância de haver sido esse ponto invadido pelo inimigo.

Compenetrado da urgente necessidade de fazer reunir-se uma força de cavalaria, tratei logo de fazer seguir um esquadrão, aproveitando a companhia de linha aqui existente, e criando uma de voluntários da pátria.

Invoquei todo o patriotismo goiano para conseguir com facilidade e efetiva atuação do esquadrão, e meu apelo foi correspondido de modo mais brilhante, senão surpreendente em uma província tão destituída de recurso (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 79).

O presidente relatou que os apelos feitos pelo governo imperial à população goiana surtiram efeito surpreendente, considerando-se as precárias condições dos recursos do tesouro provincial para o melhoramento de logística militar — alojamentos, enfermarias e armazéns para material bélico. Entre 15 de maio de 1865 e 20 de janeiro de 1866 foram enviados para o teatro de guerra, segundo relatório do governo, *1.038 praças*. De posse dessas informações, propomo-nos a dar continuidade ao nosso exercício historiográfico, apropriando-nos da representação do passado a partir do discurso literário, da imaginação criativa enredada em acontecimentos reais, sem a pretensão de veracidade de seus efeitos posteriores.

Articulando literatura e história, buscamos dinamizar esse percurso de aproximação interdisciplinar, integrando-as num mesmo eixo de *compreensão e explicação* do passado da guerra em Goiás a partir da imaginação estética de Manoel Cavalcante de Albuquerque e seu romance *Os voluntários*.

1.2.2 *Os voluntários* (1880-1881)

O romance *Os voluntários* foi escrito pelo alferes do 20º Batalhão de Infantaria de Goiás, Manoel Cavalcante de Albuquerque, vulgo MAC, e publicado em forma de folhetim no jornal *A Tribuna Livre* entre maio de 1880 e março de 1881. Nosso trabalho em torno da proposta literária do militar escritor segue a trajetória da memória representada a partir da imaginação estética. Nosso interesse se concentra em buscar os nexos entre a imaginação do autor e a memória histórica dos elementos sociais, humanos e factuais que surgiram a partir do que o impacto da guerra significou para a sociedade goiana no percurso de uma década, após a capitulação das forças paraguaias em março de 1870. Tratando das preocupações em

torno das abordagens historiográficas que partem da reflexão interdisciplinar entre história e literatura de ficção, Roger Chartier (2015b) contribui para que compreendamos o sentido da narrativa de ficção que se fundamenta na memória histórica com objetivo de dramatizar situações da vida social, de tramar experiências humanas e culturais de um passado determinado.

A trama urdida por Manoel Cavalcante de Albuquerque se apropriou da memória do acontecimento Guerra do Paraguai na província de Goiás e sobre ela construiu representações imaginadas em torno dos eventos que marcaram aquele tempo. Quando fala sobre “as relações no passado: história e ficção”, Roger Chartier nos diz como o teatro nos séculos XVI e XVII e o romance no século XIX são exemplos de formas de produção de textos fictícios voltados para a representação histórica. Nesse rumo, buscamos ler *Os voluntários*, compreendendo que sua narrativa nos remete a um tempo da guerra em Goiás e nos faz saber da capacidade do autor em se apoderar “do passado, deslocando para o registro da ficção literária fatos e personagens históricos e colocando no cenário ou na página situações que foram reais ou que são apresentadas como tais” (CHARTIER, 2015b, p. 25).

Quinze anos tinham passado desde que a primeira tropa de militares organizada na província de Goiás saíra, naquele 15 de maio de 1865, da capital em direção ao sul do Mato Grosso com a finalidade de combater as forças paraguaias, quando o jornal *A Tribuna Livre* começou a publicar, em forma de *folhetim*⁴², o romance *Os voluntários*.

Raymond Williams (2011) nos instiga a refletir acerca do *problema de perspectiva* na interpretação de obras literárias que se apresentam ao público, abordando elementos da vida social com temas e circunstâncias relativas ao contexto da vida cotidiana. Entendemos que a obra de MAC resultou da imaginação literária do alferes escritor que se dedicou a retratar determinado acontecimento do passado da história de Goiás — o início da marcha dos soldados goianos que foram lutar contra os paraguaios — e descreveu, em estilo ficcional, acontecimentos associados à participação de Goiás na Guerra do Paraguai.

⁴² Em 15 de maio de 1880, o editorial do jornal vilaboense *A Tribuna Livre* apresentou a seus leitores a nova sessão de seu periódico, valorizando a memória dos soldados goianos que deixaram a terra natal e foram combater os paraguaios ao sul do Mato Grosso. A novidade estava em destaque: a produção literária de MAC. “Folhetim – Sob esta epígrafe começamos hoje a publicar mais uma linda e interessante produção do nosso ilustrado amigo Sr. Manoel Cavalcante d’Albuquerque, já muito conhecido dos nossos leitores pelos seus escritos firmados com o pseudônimo de – MAC. Esta sua nova e mimosa produção tem o título – Os Voluntários – e trata de um interessante episódio relativo à guerra do Paraguai na parte que tocou a heroica e brava divisão que expedicionou no sul de Mato-Grosso e que pelo seu inexcedível comportamento na memorável e famosa retirada da laguna, bem mereceu da pátria e do governo imperial, concedendo-lhe o uso de uma medalha comemorativa com a seguinte inscrição – *Constância e Valor*. – Recomendamos a atenção de nossos leitores para ela” (A TRIBUNA LIVRE, 15 maio 1880, p. 3).

O editorial do jornal *A Tribuna Livre*, quando da publicação da primeira parte do primeiro capítulo, fez um esboço ilustrativo da obra que, a partir daquele momento, passaria a divulgar. A apresentação quis valorizar o sentido memorial daquela obra literária e sinalizar o fio interpretativo para o qual seus leitores deveriam dar atenção: “a heroica e brava divisão” de soldados goianos que tiveram “comportamento na memorável e famosa retirada da laguna”⁴³. O editor deu ênfase à proposta de MAC de configurar aqueles tempos passados em que a Guerra do Paraguai deixou marcas na memória da população goiana.

Nosso percurso de compreensão/explicação de *Os voluntários* toma por base as análises de Paul Ricoeur sobre a *representação historiadora*⁴⁴, no que diz respeito ao sentido da *configuração* do passado. Isso nos faz entender que essa forma de elaboração mental do passado permite maior liberdade ao escritor para explorar os recursos de sua imaginação criativa.

Desse modo, o ponto de cruzamento entre a imaginação criativa do autor e a realidade possível dos acontecimentos, “tais quais se sucederam”, conduz à inferência de que a narrativa de *Os voluntários*, como ficção, representa o passado configurado, ficando suspenso o estatuto da referencialidade da prova do testemunho como exigência de credibilidade. Entretanto, como narrativa de acontecimentos passados, o romance buscou apropriar-se deles para representá-los.

Paul Ricoeur orienta que, se o historiador quer cumprir o pacto da plausibilidade de seus argumentos perante o leitor — utilizando-se “das fases prévias da explicação compreensiva e da prova documental” (RICOEUR, 2007, p. 292) —, deve partir do pressuposto de que a representação de um dado passado se faz a partir de reconstruções que se originam no esforço da recordação de elementos provenientes das ações humanas passadas. Diz ele que “a representação historiadora é de fato uma imagem presente de uma coisa

⁴³ Escreve Alfredo D’Escragnolle de Taunay, conformando a presença do 20º Batalhão de Infantaria nas operações do Exército Brasileiro que invadiu pela primeira vez o território paraguaio no primeiro semestre de 1867: “Estava o solo coberto de desta perigosa gramínea que atinge a altura de um homem, e que chamam de macega, e cuja hastes duras e arestas cortantes tornam, em muitos lugares no Paraguai a marcha tão penosa. Transpusemos o Apa em Bela Vista; o 20º Batalhão de Infantaria de Goiás formava a vanguarda, sob o comando do Capitão Ferreira de Paiva” (TAUNAY, 1863, p. 59)

⁴⁴ O sentido de *representação historiadora* em Paul Ricoeur se associa ao significado da precisão do sentido das coisas terem existido, mesmo não existindo mais. O trajeto de compreensão e explicação dos elementos da narratividade deve ser trilhado a partir desse duplo conceito que se associa também ao de *representância*. A partir desses elementos conceituais, pode-se chegar à compreensão da *condição histórica*, conceito que dá sustentação de veracidade ontológica do que se encontra presente na narrativa, associado ao sentido de que algo realmente aconteceu, mesmo que esse algo não exista mais. “Chamarei de condição histórica esse regime de existência colocado sob o signo do passado, como não sendo mais e tendo sido. E a veemência assertiva da representação historiadora enquanto representância basear-se-ia na positividade do ‘ter sido’ visado através da negatividade do não ser mais” (RICOEUR, 2007, p. 294).

ausente; mas a própria coisa ausente desdobra-se em desaparecimento e existência no passado. As coisas passadas são abolidas, mas ninguém pode fazer com que não tenham sido” (RICOEUR, 2007, p. 294).

Paul Ricoeur associa fato à imagem no plano da recordação. Memorizar não significa apenas lembrar; mais que isso, faz parte do esforço do indivíduo em decodificar signos de mensagens recebidas pelos testemunhos diretos ou indiretos de ações humanas realizadas no passado. Essas ações, no plano da narrativa, compõem os elementos fundadores da intriga articulada entre a imaginação do escritor em suas elucubrações e os argumentos dos quais lança mão para reconfigurar (elaborar o enredo) um passado que se torna presente a partir de acontecimentos que um dia foram e não são mais. Esses são retomados em termos memoriais para, enfim, comporem a intriga literária. “No plano narrativo, o acontecimento é o que, ao acontecer, faz a ação avançar: é uma variável da intriga” (RICOEUR, 2007, p. 255).

No caso de MAC, ele fez o percurso da intriga literária, configurando elementos provenientes da história da participação militar da província de Goiás, e planejou apresentar seu romance, pela primeira vez, em 15 de maio de 1880 — data comemorativa da história inicial da participação direta da força militar de Goiás na guerra contra os paraguaios. Isso significa dizer que os acontecimentos passados em 1865 se prolongaram na memória das comemorações coletivas da população goiana que se vinculou às recordações associadas ao envio de voluntários à guerra. Essa memória diz respeito tanto à história da *heroica* participação dos militares goianos que auxiliaram, na vanguarda — como descreve Alfredo de Taunay (1968) —, as forças nacionais a invadirem o território paraguaio, como também à participação, com sofrimento e bravura, na história da malfadada *Retirada da Laguna* naquele primeiro semestre de 1867.

MAC buscou representar a dimensão social dos acontecimentos que simbolizaram a presença da província de Goiás na Guerra do Paraguai. O romance não retrata a guerra, mas sim elementos da vida social numa municipalidade da província de Goiás na década de 1860. O enredo não se limita aos acontecimentos internos à cidade de Bonfim. Isso porque a trama de *Os voluntários* traz a história dos fatos transcorridos para além desses limites territoriais. O termo “voluntários” remete ao exercício cívico previsto no Decreto nº 3.371, expedido pelo governo imperial em 7 de janeiro de 1865, que estabelecia a convocação de voluntários da pátria para o serviço de guerra em circunstâncias extraordinárias.

A trama parte da singularidade de um ato de governo ligado a um evento de escala internacional — um acontecimento que extrapolava as fronteiras do Brasil, estendendo-se

para a região do Prata, do Uruguai para o Paraguai, depois que este invadiu a província de Mato Grosso naquele semestre de 1865 — para as evidências da vida social numa escala de observação de microssituações sociais numa cidade do interior da província de Goiás. O título *Os voluntários* quer ser o nome próprio de que trata Paul Ricoeur quando discute o sentido de *narratios* em Frank Ankersmit, isto é, o texto literário de MAC quer atrair atenção mais para si do que para uma realidade fictícia ou histórica. É um enredo de acontecimentos rememorados e reconstruídos pela imaginação estética do autor em sua intenção de representar uma experiência de guerra em Goiás que não mais existia em 1880.

O romance conectou o mundo social do autor à relação entre o narrador e o público leitor do periódico goiano no momento em que o editorial do jornal ressaltava a importância memorialística daquela obra, vinculando a data de 15 de maio de 1865 a um grande feito dos militares goianos nas operações militares do Brasil ao sul da província de Mato Grosso.

Representação e mundo social estão imbricados em “termos de acontecimentos, estruturas, personagens, instituições” (RICOEUR, 2007, p. 291) na obra do alferes escritor do 20º Batalhão Goiano de Voluntários. Para compreendermos essa relação na obra desse escritor, pautamo-nos nas explicações de Roger Chartier sobre a realidade existencial das ações humanas que se encontram representadas no mundo social.

Assim construído, o conceito de representação foi e é um precioso apoio para que se possa, sem dúvida, assinalar e articular, melhor do que nos permitia a noção de mentalidade, as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social: em primeiro lugar, as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um status, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns ‘representantes’ (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível ‘presentificam’, a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder (CHARTIER, 2015, p. 25).

Em *Os voluntários* encontramos o cenário de uma trama de voluptuosidade e traição, construída no limiar da deflagração da Guerra do Paraguai. Foi o evento guerra o efeito pólvora do conflito entre duas famílias na cidade de Bonfim. A intriga teve início em 1865 e o desfecho aconteceu logo depois da capitulação das forças paraguaias em 1870. Reportamo-nos novamente a Tiago Araújo para ver, em seu enunciado, o que a trama de MAC quis abarcar em sua narrativa, na construção do enredo que tem como fundo histórico a Guerra do Paraguai, que impactou as práticas socioculturais numa vila do interior da província de Goiás.

Se o texto histórico tenta produzir uma versão convincente e mais próxima possível do acontecido, o texto literário não deixa de levar em conta essa aproximação. Embora a trama seja, em si, criação absoluta do autor, ela busca atingir este efeito de apresentar uma versão também plausível e coesa (ARAÚJO, 2012, p. 51-52).

O projeto literário de Manoel Cavalcante de Albuquerque teve início aproximadamente dois anos depois do romance *Iaiá Garcia*, escrito por Machado de Assis, ser publicado em forma de *folhetim* no jornal *Cruzeiro* do Rio de Janeiro.⁴⁵ A aproximação dos dois literatos se dá na oportunidade da guerra como tema gerador dos conflitos humanos envolvidos nas intrigas dos personagens. Em *Iaiá Garcia*, o voluntário é um jovem de 24 anos de idade, formado na faculdade de direito de São Paulo, filho de importante desembargador do Império na capital do país que, naquele contexto inicial do romance, havia falecido há dois anos. A personagem Jorge, construída por Machado de Assis, envereda pelo caminho da guerra como resultado da obsessão de dona Valéria, representante da aristocracia fluminense, que ardilosamente incentiva o filho a ir para a guerra.

Com a ajuda da personagem Luís Garcia, mesmo a contragosto deste, buscava convencer seu filho a ir para a guerra. Para ela, melhor seria esse percurso perigoso para seu descendente que vê-lo manchar o nome da família ao se envolver com uma mulher de classe social inferior. Sobre a personagem Valéria, em crise perante a possível desfaçatez do filho, Sidney Chalhoub escreve que era preferível para ela vê-lo sucumbir em *tributo de sangue* a contratar-se amorosamente com uma mulher sem visibilidade de classe; não aceitava a ideia de o filho órfão, recém-formado, vir a desposar Estela. “Aquele patriotismo ou interesse repentino pela causa pública é que não havia de ser. A ‘animação’ de Valéria parecia ‘mais simulada que sincera’” (CHALHOUB, 2003, p. 69). Valéria conseguiu seu intento e o jovem se alistou como voluntário. Jorge recebeu patente de capitão e seguiu para a região do Rio da Prata, onde começou sua jornada de ascensão na hierarquia militar. Entretanto, ao seguir para o teatro de guerra, carregou as palavras de Estela, a quem amava: “O senhor é um tolo”. As palavras de Estela simbolizavam desdém e mágoa. Foi esta a resposta à sua declaração de amor:

— Embarco amanhã para o Sul. Não é patriotismo que me leva, é o amor que lhe tenho, amor grande e sincero, que ninguém poderá arrancar-me do coração. Se morrer, a senhora será o meu último pensamento; se viver, não quero outra glória

⁴⁵ “Em setembro de 1877, Machado de Assis finalizaria a elaboração de seu quarto romance, *Iaiá Garcia*, composto com o fim de participar do lançamento do jornal *O Cruzeiro*, que passaria a circular em 1º de janeiro de 1878. Concebida sob um acordo prévio com os gestores do periódico, a narrativa marcaria presença, desde o número de abertura, no rodapé destinado ao folhetim. Essa publicação parcelada se estenderia até 2 de março de 1878, quando o último fragmento do romance traria estampada a data final da escrita da obra: ‘setembro de 1877’” (CRESTANI, 2013, p. 46).

que não seja a de me sentir amado. Uma e outra coisa dependem só da senhora. Diga-me; devo morrer ou viver? (ASSIS, 2008, p. 47).

Não encontramos, no projeto literário de MAC, referência à temática do enredo produzido por Machado de Assis em seu quarto romance, *Iaiá Garcia*. Existem alguns pormenores que os aproximam pelas circunstâncias comuns do mundo social que buscam enredar, como, por exemplo, a construção da segurança humana e de cidadania de moças e rapazes quanto às suas opções amorosas, seus destinos matrimoniais, seus *dotes* compartilhados.⁴⁶ MAC toma esse preceito dos costumes da época para desenvolver a intriga entre as famílias de dois jovens apaixonados: Pedro, filho do casal de agricultores Anselmo e dona Joaquina, e Elisa, filha do fazendeiro e delegado da Guarda Nacional na vila de Bonfim, José Correa, e sua esposa dona Henriqueta. No início do segundo semestre de 1865, mês de agosto, Pedro, 18 anos, e seu irmão mais velho, Bernardo, 22, deixavam parentes e amigos e seguiam com destino à capital da província. Assim começou a trajetória do enredo de discórdia e desumanidade, traduzida na partida para a guerra. Logo a atenção do leitor é conduzida para o cotidiano da vila de Bonfim. Elisa vira seu amado partir e ali começava a ameaça daquela guerra: o horror de se casar com quem não amava, de ser vista apenas como objeto da satisfação do primo Honório, algoz de sua felicidade, ceifador de seus sonhos mais íntimos.

Do lado de Pedro, à galope com seu irmão pelas estradas selváticas da província de Goiás, seu coração era de desilusão quanto ao destino que a guerra lhe apresentava. Não fosse o respeito ao patriotismo do pai e a presença de Bernardo, teria Pedro ficado com Elisa em Bonfim. Tinha 18 anos, logo mais poderia casar-se. Buscariam juntos a felicidade. Numa das paragens do terreno menos arborizadas, com estrada bem arenosa, tomaram prumo das montarias e buscaram velocidade a fim de superarem aquele trecho de sol escaldante de Goiás em agosto. Nesse instante, Pedro declarou seu maior sofrimento, depois da despedida de Elisa:

⁴⁶ Em *Iaiá Garcia*, dona Valéria, representante da aristocracia, refutou o interesse amoroso do filho, considerando-o fora do propósito social de sua classe. Estela foi afastada da família e Jorge foi para a guerra. A malícia da mãe, com o filho distante, correndo perigo de morte, estende-se à oportunidade de casar Estela com Luís Garcia. Essa notícia fez de Jorge não um soldado “que queria combater, mas um homem que queria morrer” (ASSIS, 2008, p. 55). No romance *Os voluntários*, o amor entre Pedro e Elisa sofreu interrupção com a entrada em cena de Honório. A oportunidade surgiu para ele com a guerra e o patriotismo do senhor Anselmo, incentivador do alistamento do filho Pedro. Pedro sabia disso e contou ao irmão na viagem entre Bonfim e a cidade de Goiás: “— Conheces Honório? Sim, bem o conheces — Primo de minha bela, foi educado na roça, não possui o fino trato dos cortesãos; ainda assim como bem sabes, não deixa de ser um esbelto moço, e de ter maneiras delicadas, e junto a tudo isto, meu irmão, um coração de fera! Desde seus mais verdes anos que sente uma paixão devoradora por sua prima, quando criança trataram casamento, mas Elisa só fizera por criancice, ao passo que ele tomou o negócio a sério. Ela, quando descobriu a intenção, jamais lhe dispensou éticos um d’aqueles olhares magnéticos que me faziam o ente mais feliz da terra. Honório, porém que visa-lhe o dote, pois que José Correa não é pobre, meteu-se em cabeça que havia de casar-se e agora [...]” (ANEXO, p. 3)

“— Ah Bernardo! Se ouvisses o que me disse Elisa ao despedir-me dela, de certas tinhas pena de mim, que aqui vou mais por vergonha de voltar que por amor à pátria”.

A partir desse momento, MAC apresentou, pela fala do jovem bonfinense, amargurado e tristonho, o ponto crucial do que se sucedia na vila de Bonfim em relação a Elisa e à família dos jovens voluntários goianos da pátria. Entrou em cena o jovem Honório, afilhado e sobrinho do delegado José Correa que, até a saída dos filhos, era muito amigo do casal de agricultores Anselmo e de suas filhas. A guerra chegou e o patriotismo do agricultor Anselmo, em resposta ao apelo do presidente da província de Goiás, que criara as *comissões municipais* para o alistamento e para o fornecimento de víveres e tropas de carga para o auxílio das Forças Expedicionárias em Operações ao sul do Mato Grosso, impeliu seus dois herdeiros homens para a guerra. O segundo capítulo é dedicado à análise de *Os voluntários* de MAC.

Capítulo 2

A PROVÍNCIA DE GOIÁS E A GUERRA DO PARAGUAI REPRESENTADAS NA LITERATURA: OS VOLUNTÁRIOS DE MAC

2.1 Os voluntários se despedem de Bonfim: guerra, patriotismo e desilusão nas estradas de uma província do sertão

A trama começou quando o autor se utilizou do cenário selvagem das estradas que cortam o território goiano, ligando as municipalidades e integrando-o a outros territórios do Brasil. Ali iniciava o contraste entre os ambientes humanos localizados na vida urbana dos pequenos núcleos populacionais da província de Goiás e os extensos espaços *vazios de civilidade*. MAC envolve o leitor na sensação de fulgor e suor expressada pelos personagens Bernardo e Pedro trotando nas estradas desertas de Goiás. O sol castigava a pele dos viajantes numa tarde quente de agosto. A paisagem natural de beleza colorida se revelava nas grotas dos rios, nas encostas das montanhas, nas pastagens selvagens que se estendem a perder de vista. Entre cidades e fazendas, os terrenos ermos surgiam como interseção dos destinos que se apresentavam para os viajantes nas estradas de Goiás no século XIX.

Na literatura de MAC, o ambiente natural aparece como ilustração poética a fim de fazer deslizar o centro da tensão⁴⁷ da experiência dos dois personagens iniciais da trama. Os *voluntários* estavam de passagem e seguiam com destino à guerra. O “conforto” do ambiente selvagem que circundava as estradas de Goiás era “uma listra de 3 a 4 metros de largura de uma terra barrenta” — uma estrada circundada por uma paisagem colorida dos dias de agosto. Carlos Rodrigues Brandão⁴⁸ destaca esse colorido natural que modifica as invocações culturais da imaginação dos artesãos e dos poetas sobre passar pelas estradas de Goiás em qualquer dos agostos.

Nessas roças de fazendas entre matos
A natureza fia o que a cultura tece
E a memória das duas não esquece.
De modo que entre campos e povoados
Há coberturas de copas e de colchas:

⁴⁷ Uma característica que se encontra no estilo de MAC diz respeito à sua mediação de elementos ilustrativos carregados de contrastes que se materializam no enredo pelas vias das circunstâncias opostas. O sofrimento da viagem em meio à tristeza e à insegurança se encontra envolto de belezas que deixam o viajante *pasmo*; o sol avança pelas horas do dia, castigando o viajante. Todavia, tudo se passa numa *belíssima tarde de agosto*.

⁴⁸ *As flores aprendem com as pessoas* é um dos poemas que compõem a temática “O sertão, ali onde”, do livro poético de Carlos Rodrigues Brandão intitulado *O vento de agosto no pé de ipê: escritos do sertão*. O trecho que transcrevemos é a terceira estrofe do poema (BRANDÃO, 2005, p. 26).

Flores de pano que as pessoas fazem
 E as plantas da floresta veem e imitam,
 Sob um claro de coivara pelas serras
 Entre o sol do dia e o luar de agosto (BRANDÃO, 2005, p. 30).

Percebemos a perspectiva do autor ao iniciar o romance, descrevendo o elemento territorial, mostrando as condições das estradas goianas entre as municipalidades e a capital provincial. Do mesmo modo, captamos o sentido do caminho entre Bonfim e Vila Boa de Goiás como a estrada que ligava o território goiano ao centro político do país, a Corte do Rio de Janeiro. A guerra surgiu no horizonte social e da vida das pessoas naquele ano de 1865 e o autor explorou o sentido de estradas de passagem como ponto inicial da trama de uma tragédia que ele buscou representar sobre a guerra em Goiás. Nas estradas desertas a caminho da capital, com a finalidade de alistamento militar, seguiam os personagens voluntários. O momento era de incerteza. “— Para bem longes terras vamos nos enfiar, dizia Bernardo — e quem nos dirá quando voltaremos”. Nessa passagem, o personagem fala com angústia; a guerra modificara sua vida até ali. Nessa seara analítica, o que nos interessa é perceber como as atitudes e concepções das populações goianas, naquele contexto de guerra, referenciaram as observações imaginárias de MAC em sua proposta literária.

A preocupação do autor no primeiro capítulo nos indica a necessidade de localização. Goiás era uma província do sertão, distante do litoral, do centro do Império brasileiro. Saídos da cidade de Bonfim, os dois voluntários cavalgavam solitários pelo imenso território quase a perder de vista: “Avista-se ao longe, na estrada, uma pequena nuvem de poeira que mal deixa divisar uma parelha de cavalheiros”⁴⁹, destacou o autor no quinto parágrafo, mostrando ao leitor que o percurso que os viajantes faziam pelas estradas de Goiás exigia grande esforço. MAC reforçou o discurso do distanciamento de Goiás que acabava inibindo os investimentos públicos de base infraestrutural no plano das vias de transporte e comunicação, no âmbito das administrações dos sucessivos governos na segunda metade do século XIX.⁵⁰

A historiadora Ledonias Franco Garcia mapeou as informações provenientes de viajantes estrangeiros, escritores e pesquisadores, juízes e políticos brasileiros que transitaram pela província de Goiás no século XIX e sobre essas viagens relataram suas percepções sobre

⁴⁹ A TRIBUNA LIVRE, edição 00020, 15 de maio de 1880. Biblioteca Nacional/hemeroteca-digital. Optamos por transcrever e digitar o romance *Os voluntários* e disponibilizar como anexo para fim de oferecer a oportunidade de melhor acompanhamento da leitura neste capítulo, dada as circunstâncias de que se para cada citação seguir a referência direta da fonte, o texto ficaria muito pesado nesta forma de exposição. Por isso, em cada excerto extraído do romance para fins de *interpretação e explicação* indicaremos a seguinte forma (ANEXO/PAGINA).

⁵⁰ No terceiro capítulo desta tese, essa questão será abordada, com a análise da documentação que trata das *comissões municipais agrícolas* (ato administrativo de 10 de maio de 1865) criadas pela administração do presidente Augusto Ferreira França (27 de abril de 1865 – 29 de abril de 1867) (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998).

o ambiente que encontravam. Com base na leitura da narrativa do juiz Virgílio de Mello Franco, que viajou a trabalho pela província de Goiás em fins de 1870, a historiadora destaca como Goiás se manifestava como imagem e representação na mentalidade das pessoas mais instruídas do país naquele período.

Tão difícil foi a vinda de Mello Franco para Goiás que, em sua obra, ‘os dois brasis’ aparecem absolutamente separado. No caminho de volta para a Corte, transcorrido o seu tempo na Província, ao passar por Paracatu, escreveu que esta cidade era a última povoação de Minas em direção a Goiás que refletia uma certa luz de civilização, era a coluna de Hércules que separa [a civilização] do deserto que daí por diante estende seu amplo e selvagem domínio’. O magistrado ainda fez questão que não se podia desempenhar bem as funções do cargo naquele isolamento e abandono vivido pela província (GARCIA, 2010, p. 84)

Ao finalizar o primeiro capítulo d’*Os voluntários*, MAC reforçou essa ideia de distanciamento do juiz Mello Franco, pois a viagem dos dois voluntários não chegava ao destino e o assunto da trama se voltou para a cidade de Bonfim, lugar de onde partiram os jovens Bernardo e Pedro. O autor interrompeu o relato na edição do *folhetim* de 15 de maio, deixando os dois voluntários goianos da pátria transitando pelas estradas, com destino ao teatro de guerra; o primeiro percurso dava na capital provincial. Antes, porém, deixou claro que aquela seria uma viagem difícil, não só para os dois voluntários, e acenou para o risco da guerra. A cidade de Bonfim viveria também momentos de tragédia depois da saída dos voluntários.

Ao cansaço da viagem que se iniciava, somava-se a decepção de Pedro em deixar Bonfim. Estava a caminho da guerra enquanto seu amor, a jovem Elisa, seu sonho de felicidade familiar, a cada galope, distanciava-se em incertezas e crescente angústia. Seu irmão Bernardo ainda lembrava do conselho da mãe: “o tempo te curará!”. Naquele momento, não havia mais retorno. Pedro galopava para longe de Bonfim e seus sonhos pareciam esvanecer-se em meio à poeira da estrada.

Apesar do cansaço do cavalo, seguiam os dois irmãos em frente: “Bom será que ele me cure! [...] diz o apaixonado mancebo e curvando a cabeça sobre o peito, continua a tanger para frente o cavalo que já vai bem cansado pois que caminha desde pela manhã”.

O jeito de se viver e se perceber em Goiás, na concepção de MAC em *Os voluntários*, passava pelo sentido das distâncias e dos contrastes entre os ambientes humanizados e os ermos da natureza que se mostravam como longos intervalos de espaço: as cidades do litoral, as cidades do interior, as fazendas como pequenos núcleos habitacionais familiares e o ambiente selvagem, no qual a ausência do elemento civil preponderava por extensos espaços

geográficos. A nosso ver, o autor buscou esse sentido, colocando os personagens em processo de transição do ambiente humanizado de suas vidas, em Bonfim, deslocando-os para as incertezas da guerra e fazendo-os transitar por esses lugares de Goiás que justificavam a mentalidade do território distante, de lugares selvagens — como diz Milton Santos (1999), um lugar não humanizado, um espaço sem os *sistemas de objetos e sistemas de ação*. No entanto, no caso da percepção do alferes escritor, nesses espaços de Goiás, a ausência do elemento humano era temporária, tanto quanto sua presença era passageira. Era um espaço que existia, mas era um lugar não humanizado. Nele imperava o desconhecido.

Foi nesse ambiente que a narrativa de *Os voluntários* teve seu início. Mais uma vez nos orientamos pela literatura de Santos (1999) — o geógrafo destaca que “no começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais” (SANTOS, 1999, p. 51) —, buscando captar a preocupação do autor em fazer migrar para a imaginação do leitor as duas realidades de espaço e tempo num processo de continuidade, de fluxo constante. No plano da vida natural, o sol causticante, saindo do oriente, *descamba* para o ocidente.

Naquele primeiro semestre de 1880, quando acertava os ponteiros da história que iria publicar em 15 de maio, o autor de *Os voluntários* demonstrava a percepção de que espaço e tempo faziam parte da mesma narrativa: a guerra chamava os voluntários da cidade de Bonfim de Goiás, mas entre o sair e o chegar havia um espaço a ser percorrido, uma marcha no tempo que precisava ser realizada em sua humanidade. “Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se” (SANTOS, 1999, p. 44). Espaço e imagem se confundiam como um mesmo ambiente humano.

O magnífico e deslumbrante rei do dia, descambando ligeiro para as bandas do ocidente, dava uma luz assaz brilhante, ainda que de espaço em espaço era toldada pela imagem muitas vezes fantástica de alguma bruma que movendo-se na imensidade, tangida pela força dos ventos, fazia aparecer em tais ocasiões a doce sobra que tanto contenta o cansado viajero com sua tez tostada pela ardentia dos calotes tropicais.

Era uma belíssima tarde do mês de agosto de 1865. Estamos n’um extenso chapadão; vastos campos onde vegetam pingues pastagens; se desdobram ante a vista do viajante estático e contemplativo; diríeis imenso manto verde claro, onde abundam salpicos e manchas iguais e artísticas de lindo e aveludado azul-ferrete. Grotas sem número, de onde manam cristalinos ribeirinhos, veem-se e um lado a outro do dorso do extenso chapadão que nos ocupa e que divide as águas de duas abundantes vertentes. (ANEXO, p. 1)

A narrativa buscava levar a imaginação do leitor para o sentido de mobilização humana no território goiano, estimulada pela deflagração da Guerra do Paraguai. A província distante, separada como outro “Brasil” na visão do juiz Mello Franco, tornou-se cenário e

paisagem do enredo de *Os voluntários*. Nesse momento, a província era a protagonista. Goiás fazia parte do Império e, para combater os inimigos do país, enviou voluntários que marchavam em estradas desertas, seguindo os destinos da “nação maior”. O decreto 3.371, de 07 de janeiro de 1865, era o apelo mais relevante.

Com a guerra, em Goiás, a configuração territorial (o espaço dado) se ampliou para além da capacidade ilustrativa do lugar de *extenso chapadão* que deixava o viajante *estático e contemplativo*. Assim lemos MAC e suas implicações referentes ao tempo de guerra e ao espaço humano e natural por ela modificado: cada personagem é também uma paisagem em passagem. Mas esse lugar, as estradas que ligam os espaços humanos de Goiás, como *paisagem* escolhida para abertura da narrativa, é só mais um ponto no conjunto das formas de percepção humana que o autor nos quis imprimir. “Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza” (SANTOS, 1999, p. 83). No livro, o lugar-cenário escolhido por MAC nos faz compreender o impacto da convocação do governo provincial para formação das *comissões municipais para fins de alistamento* a partir de em 10 de maio de 1865 (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998).

As estradas de Goiás e o movimento humano e material a partir de 1865 tiveram um só caminho: as estradas que ligavam a cidade de Goiás ao sul da província do Mato Grosso. Espaço e significado se complementaram na narrativa inicial d’*Os voluntários*. Paisagem como um espaço significado, explorado pela imaginação criativa do autor. Para MAC, o ponto de passagem é contínuo e as formas de percepção daqueles que a descrevem são de passagem. Aquele lugar específico não existe por si mesmo; só é possível que ele seja compreensível em relação a outros lugares e codificados na história de quem sobre isso escreveu.

É esse cuidado com a localização que MAC denota, unindo as particularidades de um espaço natural aos destinos daqueles que transitavam, carregando suas intenções, seus fins existenciais. Mais uma vez, apoiamo-nos em Milton Santos para apreender os sentidos cruzados de lugares como artifício literário, o que nos exige compreender o autor de *Os voluntários* quando movemos nossa visão pelas linhas de sua imaginação literária. Milton Santos trata do espaço geográfico como uma realidade híbrida, numa relação humano-natureza em processo de fluxo contínuo em determinado espaço-tempo.

MAC quis paralisar essa paisagem na imaginação do leitor do jornal *A Tribuna Livre* naquela edição inicial. As terras de Goiás eram estradas e paisagens pelas quais o *viageiro de tez tostada* transitava à procura de uma sombra. Lugares referenciados, estradas cheias de

espigões, terra barrenta que, no ciclo natural da seca, virava *terra pulverulenta* que ofuscava a visão do viajante e lhe restringia o ar puro respirável; terra que fazia o viajante ziguezaguear, *qual uma gigante serpente*.

Entretanto, eram terras politicamente demarcadas. Suas estradas interligavam outros lugares que não só os caminhos do desconhecido, da terra selvagem. MAC aceitou a ideia de distância política, mas não de isolamento das terras de Goiás em relação a outros centros populacionais. Os argumentos do autor nos remetem ao sentido de *configuração territorial*, expressão que tomamos de Santos (1999) para entender os elementos indicadores da perspectiva histórica e geográfica de Goiás na obra de MAC, sua estética narrativa e sua imaginação descritiva dos lugares, das passagens e das paisagens — “a rigor paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão” (SANTOS, 1999, p. 83).

Entre as matas virgens de Goiás, o ambiente natural, os humanos fizeram as estradas, isto é, artificializaram o ambiente no dizer de Milton Santos. Por isso, a estrada de Goiás era um espaço político e daí o centro político havia de estar referendado nela. Os voluntários, naquele contexto, transitavam pela estrada que ligava Goiás ao Rio de Janeiro, o centro político do país.

Estamos na província de Goyaz, na estrada que conduz ao Rio de Janeiro, ao sul das selváticas brenhas que cobrem o imenso espaço de 2 léguas e por cujo centro atravessa a estrada referida matas virgens que fazem pasmar o viajante a vista de sua magnificência e pujança de vegetação, a qual deram o nome de avoengos o apropriado nome de mato-grosso.

Avista-se ao longe, na estrada, uma pequena nuvem de poeira que mal deixa divisar uma parelha de cavaleiros, mas que lhe fosse próximo reconheceria que eram dois guapos rapazes de muitos poucos anos. Eram dois irmãos, Bernardo e Pedro, e à primeira vista qualquer reconheceria este aproximado parentesco, com quanto aquele contasse já seus 22 anos e este apenas tivesse 18. (ANEXO, p. 1).

A guerra se tornou a realização geral do movimento humano que se impôs como memória histórica na literatura do alferes Manoel Albuquerque Cavalcante em suas primeiras palavras. Da cidade de Bonfim à Guerra do Paraguai, o autor buscou expor duas experiências de guerra: a guerra resultante do conflito político entre Brasil e o Paraguai, que chamava ao sacrifício homens e jovens despreparados para a batalha, e a guerra das ambições individuais entre humanos que se envolveram numa trama de mentiras e intrigas em meio aos costumes de ordem familiar e social numa municipalidade goiana em contexto de guerra.

O trotar dos dois cavaleiros era um processo contínuo, não só na evolução do percurso, mas do amadurecimento da responsabilidade e do desafio de fazer acontecer as intenções de

perseguirem a meta de chegar à cidade de Goiás e se alistarem como voluntários da pátria. Aquela viagem era fruto de uma decisão definida em família e em resposta à convocação do governo. O autor inseriu o peso da separação familiar na tristeza dos personagens viajantes. Bernardo e Pedro “hião tristes, ou pelo menos mergulhados em conversação assaz séria para quem começava a carreira dos trabalhos humanos”. A guerra chamava-os ao desconhecido! MAC ressaltou essa ideia nas palavras do jovem Pedro, depois da observação de Bernardo sobre o destino incerto que os esperava à frente: “— É verdade! ... e quanto me pesa o pensar que podemos levar muito tempo extraviados por [...] — esse mundo de Deus”. (ANEXO, p. 2).

Esse primeiro diálogo reflete a incerteza que a guerra havia proposto às gerações de jovens em todos os cantos o país. A desagregação da estabilidade familiar se tornou o tema motivador do diálogo entre os dois irmãos. Pedro, o irmão mais novo, viajava muito mais triste que Bernardo porque havia deixado na cidade de Bonfim um coração partido. Sua futura família e sua descendência eram ameaçadas pela decisão de se tornarem voluntários. Jogou a culpa, disfarçadamente, no irmão mais velho. Aflito, depois de escutar de Bernardo que sua maior estima naquela ocasião era o respeito à sua família e que estava pouco disposto a relacionamentos sérios, Pedro desabafou, ativo, esforçando-se para mostrar sua indignação por terem que se alistar como voluntários da pátria:

— Não posso dizer o mesmo e confesso-te que não ireis afrontar o perigo da guerra; eu só, por dever, eu só, não ia. [Quando o outro retruca:]
 — Pões então acima do amor pátrio, sentimento sagrado, essa paixão pelas moças?
 (ANEXO, p. 2).

O sentimento patriótico era interpretado como compromisso de cidadania e respeito ao Estado Imperial. Entretanto, como destaca o autor de *Os voluntários*, esse sentimento pátrio não foi generalizado. Ao exaltar a ideia de *sentimento sagrado* nas palavras do irmão mais velho, o autor a relacionou ao sacrifício da população brasileira logo depois de deflagrado o ataque de Francisco Solano López à fronteira sul do Mato Grosso. O patriotismo de Bernardo fez surgir em Pedro a força necessária para desvencilhar-se de seus sentimentos amorosos e dedicar-se à salvação da população sul mato-grossense.

O texto intitulado *Hino da pátria aos voluntários da guerra*, do poeta A. J. Santos Neves, não está inserido no romance de MAC, mas, como alferes, ele deve ter se deparado diversas vezes com o poema daquele que exortava justamente os sentimentos pátrios em tempos de guerra, quando Dom Pedro II foi apresentado como o primeiro voluntário. Suas

estrofes fazem esse apelo ao novo contrato de cidadania com o governo em defesa do território nacional.

Em Goiás, tal como os personagens Bernardo e Pedro, muitos outros serviram aos desígnios do Império brasileiro quando ele teve parte de seu território ultrajado. Eles deram luz à força do poema de janeiro de 1865 que proclamava tal sentimento.

Hino da pátria aos voluntários da guerra

A S.M.I. Sr. D. PEDRO II, PERFECTO DEFENSOR DO BRASIL

Surgi, voluntários, dos ângulos da terra.
Que tem por monarca D. Pedro Segundo!
Lá estão vossos louros nos campos da guerra;
Cingi-os soldados a face do mundo!

Cingi-os, soldados, que o vosso monarca;
Abrindo os seus braços, também vos cingiu!
E o título de honra que os braços vos marcam,
Brilhante horizonte além vos abriu.

Surgi, voluntários! – Guerreiros avante!
Oh pátria que esperas! – Mais bravos não tens?
Ai! Salva teus filhos! Teu representante,
Que em fome e torturas lá estão em reféns.

Avante o guerreiro! - Lá surge o tirano!
Na indômita sanha revolta-se a fera!
Já dos brasileiros, o mostro inumano,
De sangue sedento, as carnes laceram!

Fantásticas hordas, nas trevas, servis,
Passagem a nobres fileiras de bravos!
À luz estimado dos vossos fuzis
Derretam-se os ferros dos pulsos d'escravos.

Ferindo os caudilhos, punindo os sicários
Aos campos da guerra, guerreiros marchais!
Como Paysandu, plantai voluntários,
As vossas bandeiras lá no Paraguai.

Na zona selvagem que os tigres encerram
Com ferro e com fogo – vitória – escrevei!
Vós, dóceis na paz, temíeis na guerra,
Mostrai que sóis dignos do abraço de um rei.

Surgi Voluntário, dos ângulos da terra,
Que tem por monarca Dom Pedro Segundo!
Lá estão vossos louros, nos campos da guerra,
Cingi-os soldados, a face do mundo.

A J. Santos Veiga (JORNAL DO COMÉRCIO, 13 jan. 1865).

O sentimento patriótico do voluntário Pedro não coadunava com o de Bernardo. Entretanto, sua presença ali significava a afeição que tinha pelo irmão mais velho e vê-lo

partir sozinho para a guerra não lhe parecia uma ideia honesta. As palavras de Pedro em resposta ao patriotismo de Bernardo traziam o sentido do ceticismo diante daquela crença sagrada que exigia o sacrifício da separação de seus costumes mais enraizados e seus interesses imediatos. “— Não creia em tal, mas eu sei cá. [...] sem ser em tua companhia, não tinha o ânimo de deixar meu pai, minha mãe e a minha boa e interessante Elisa”, (ANEXO, p. 2) respondeu Pedro ao questionamento do irmão quando ele confrontou seus interesses morais diante do público e seu projeto amoroso com Elisa.

A apresentação da terceira personagem, Elisa, no enredo, nesse momento da narrativa, conotou a pretensão do autor em dividir o teor da história em dois enfoques. O primeiro diz respeito à história dos dois voluntários da cidade de Bonfim que se alistaram no corpo militar que estava sendo organizado na cidade de Goiás.

Foram o 20º Batalhão de Infantaria (em 15 de maio de 1865) e o Esquadrão Goiano de Cavalaria (8 de julho seguinte) que seguiram de Goiás para o teatro de guerra. Um terceiro agrupamento militar goiano partiu de Vila Boa de Goiás em 7 de dezembro de 1865. Se tomarmos como referência cronológica a data de viagem dos dois jovens voluntários, Bernardo e Pedro, eles só teriam seguido para o teatro da guerra junto dessa terceira tropa de militares. Uma quarta expedição partiu da cidade de Goiás em 20 de janeiro de 1866.

O recorte temporal delimitado por MAC para dar início a seu enredo começa com a saída dos dois voluntários da cidade de Bonfim em agosto de 1865. A chegada na capital da província, por aquela época, teria sido em setembro. A escolha de agosto e setembro para a trama do alistamento das personagens de Bernardo e Pedro não tem implicação causal nos fatos reais dos dois principais movimentos militares iniciais em Goiás. Como vimos, dois agrupamentos militares partiram de Goiás para Mato Grosso naqueles meses de maio (dia 15) e julho (dia 8). Outros dois agrupamentos foram destacados bem depois, um em dezembro e outro no primeiro mês de 1866. Inferimos que MAC não quis se prender aos fatos reais dos principais eventos militares em Goiás. Nesse sentido, a inserção dos voluntários de Bonfim, na sua literatura, seguiu como um movimento contínuo da chegada constante de homens de Goiás que deixaram suas casas e se dirigiram para a capital com o fim de cumprir uma obrigação patriótica.

A formação das *comissões municipais* a partir de 10 de maio de 1865 teve como principal motivo imediato solucionar os entraves do movimento de guerra em Goiás. A essas comissões foram delegadas três tarefas pelo Poder Executivo de Goiás: o alistamento de voluntários; a subscrição para fins de ajuda humanitária para os parentes de soldados que

viesses a ficar inválidos ou morrer em combate; e outra, mais de caráter econômico, era a responsabilidade de incentivar a produção agrícola no intuito de fornecimento de víveres para a guerra contra o Paraguai.

No que diz respeito ao alistamento, essas comissões tiveram papel relevante no estímulo ao voluntariado da pátria em Goiás naquele contexto de guerra. Em seu relatório de transferência de poder, em 29 de abril de 1867, depois de exonerado do cargo de presidente da província de Goiás, Augusto Ferreira França se justificou por ter deixado de praticar o recrutamento de militares em Goiás até outubro de 1866. Os motivos por ele alegados foram o número crescente de voluntários em Goiás e as demandas pela organização das atividades produtivas voltadas para o fornecimento de víveres para as forças do exército que marchavam em direção ao sul do Mato Grosso.

Parecendo-me que concorrendo a província com um número considerável de guardas e voluntários da pátria para o serviço de guerra, não era justo proceder ao recrutamento enquanto se organizava as forças compostas por uns e por outros, e refletindo depois que, assistindo a mesma província ao dever sagrado de sustentar de víveres em grande cópia às forças em operações no território mato-grossense, o recrutamento impediria que se fizesse remessas avultadas de gêneros alimentícios, deixei de pô-lo em prática até outubro do ano passado (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 113).

Nossa hipótese é a de que MAC buscou caracterizar, em agosto, o tempo do galope dos voluntários no início da narrativa para não privilegiar um ou outro evento mais importante das marchas militares organizadas em Goiás. Notamos a intenção subliminar de homenagear os esforços despendidos pela administração pública e o seu quadro de funcionários, os militares e os agentes civis que se associaram à causa dos preparativos do contra-ataque do Brasil ao avanço paraguaio em território sul do Mato Grosso.

Não nos é possível compreender os reais interesses do escritor em não inserir seus personagens nos eventos relacionados à marcha de 15 de maio (20º Batalhão de Infantaria Goiano e Batalhão de Voluntários da Pátria — os dois integrados) ou então integrá-los na marcha do Esquadrão Goiano de Cavalaria em de 8 de julho. Existem fatos relatados que alguns soldados, por exemplo, na marcha do Esquadrão, integraram-se ao corpo militar quando ele cruzava as estradas que ligavam a capital de Goiás à Coxim no Mato Grosso. Mas nada comprova que o governo provincial enviava para o teatro de guerra pequenos agrupamentos de soldados ou que alguns voluntários se dirigissem para a capital e de lá marchassem sozinhos em direção a Mato Grosso.

Dessa forma, a decisão de MAC de não relacionar os dois voluntários de Bonfim com indícios factuais do passado — *tal como os acontecimentos aconteceram* (RICOEUR, 2007) — não pode ser explicado por sua ignorância das informações documentadas sobre esses mesmos eventos. O lançamento do romance em 15 de maio de 1880 não pode ser também resumido a uma coincidência, dada a apresentação do editorial do jornal naquele dia, animando seus leitores a prestar bem atenção na narrativa do alferes escritor do 20º Batalhão de Infantaria de Goiás. Também não percebemos isso como anacronismo de sua parte. O que constatamos é que o objetivo do autor foi dar um sentido geral ao movimento de voluntariado de Goiás. Para ele, Bernardo e Pedro simbolizavam algumas dezenas de centenas de soldados que modificaram a paisagem das estradas de Goiás, marchando para a guerra.

No segundo enfoque, o autor de *Os voluntários* buscou representar o ambiente social de um município goiano, de onde saíram voluntários para a Guerra do Paraguai. Nesse percurso, o enredo se sustenta sobre uma história de perseguição e vingança que o autor construiu em torno das relações cotidianas de parte da sociedade da cidade de Bonfim. Foi em torno da personagem Elisa que MAC procurou concluir o primeiro capítulo da obra literária. O diálogo entre os dois irmãos nas estradas da província já não tinha a guerra como fio central da narrativa. O assunto não se limita mais às incertezas que os aguardavam à frente. A Guerra do Paraguai saiu de foco e entrou a guerra dos sentimentos mesquinhos e da avareza em torno do símbolo da propriedade. Não era somente o *status quo* masculino preponderante nas raízes culturais de uma cidade do interior de Goiás. Poder, dinheiro, propriedades rurais, casamentos e autoridade masculina foram colocados em evidência. Pedro saiu de Bonfim com destino a um futuro incerto e, na sua cidade natal, seu amor era ameaçado, enquanto ele caminhava em direção ao teatro de guerra. Pedro foi à guerra com 18 anos e deixou Elisa, sua enamorada e pretendente a um possível matrimônio. Desde que o amadurecimento pudesse surgir naturalmente e a guerra não interseccionasse seus planos amorosos, ela, Elisa, em seus planos, seria a sua esposa.

Os trotes dos cavalos e a paisagem do cerrado goiano, no momento do diálogo entre os irmãos bonfinenses, já não mais compunham o cenário da narrativa de MAC. Bernardo assumiu o papel ativo de irmão mais velho e provocou as lembranças de Elisa que Pedro insistia em carregar, antes mesmo de tomar posse das armas de guerra.

— Essa é boa! Aos 18 anos não se casa; é-se menino ainda, e como pensas nisso, nem sei (afirma Bernardo).

— Ah Bernardo! Se ouvisses o que me disse Elisa ao despedir-me dela, de certo, tinhas pena de mim; de mim que aqui vou mais por vergonha de voltar que amor à pátria.

— Então, que te disse? [...] Que não voltarias mais; que ias morrer no Paraguai, ou então te casarias com alguma sobrinha do López; ou ainda, que te prenderia aos atrativos de algumas descendentes das filhas de al Cadix?

— Nada, nada disso

— Pois conte-me que anseio por saber.

— Conheces Horácio? Sim, bem o conheces – primo de minha bela, foi educado na roça, não possui o fino trato dos cortesãos; ainda assim, como bem sabes, não deixa de ser um esbelto moço e deter maneiras delicadas, e junto a tudo isso, meu irmão, um coração de fera. Desde os mais verdes anos sente uma paixão devoradora por sua prima; quando criança trataram casamento, mas Elisa só o fizera por criancice; ao passo que ele tomou o caso à sério. (ANEXO, p. 2-3)

Honório entrou em cena por meio das lembranças de Pedro. Ele era primo de Elisa e antigo pretendente a casamento com a moça. Quanto mais esse assunto se evidenciava, mais a angústia de Pedro se acelerava com o desejo de desistir de ir à guerra. Ao abrir a perspectiva dos sentimentos impossíveis, destinando-os ao jovem bonfinense, o autor concluiu o primeiro capítulo, alargando o fosso da separação dos sonhos amorosos de Pedro e Elisa. Ao ser interrogado pelo irmão mais velho sobre o que havia se sucedido desde a notícia de seu alistamento, a resposta de Pedro foi de desalento:

— Coragem, menino [...] Depois?

— E agora que nós vamos embora, continua Pedro comovido — declarou Honório a sua prima que o campo ficava livre e que casar-se-ia; por quanto José Correa aceita-o como genro. (ANEXO, p. 3)

Sidney Chalhoub (2013) analisa que os romances do século XIX publicados em folhetins de jornais traziam características de proximidade entre o autor e o público leitor do periódico. Segundo ele, o historiador deve considerar o processo de permanente construção imaginativa do autor, enquanto ele, paulatinamente, constrói seu enredo. Ao contrário do romance editado como livro, que chega ao leitor de uma só vez, a publicação em formato de folhetim segue o ritmo das edições e dos limites de espaço nas colunas dos jornais, disputando atenção com o impacto das informações cotidianas circulantes naquele meio. Nesse caso, havia o envolvimento do autor da obra literária, do editor do jornal e do público leitor a cada edição dos capítulos de um romance nos jornais do século XIX. Em alguns momentos, MAC buscou esse envolvimento do leitor nas entrelinhas d'*Os voluntários*.

Sidney Chalhoub (2013) menciona a percepção que o historiador deve aprimorar em sua capacidade imaginativa para aperfeiçoar a leitura das entrelinhas, basilares da cosmovisão do autor, percebendo, em seus argumentos literários, elementos indicativos da mensagem cultural que almeja externar, do olhar do autor e do contexto da leitura de mundo que ele imprimiu à sua produção literária.

Essa reflexão serve de apoio interpretativo do empreendimento do alferes Manoel Cavalcante de Albuquerque. Ele escreveu sua obra entre maio de 1880 e março de 1881, publicando extemporaneamente os capítulos de *Os voluntários* no periódico goiano *A Tribuna Livre*. Nosso objetivo, nesse sentido, é observar, a partir da imaginação criativa do autor, a realidade de seu entorno, onde se inspirou e buscou suas percepções imediatas que depois apresentou ao público como tramas literárias.

No caso de MAC, sua relação com o meio circulante já estava exposta no editorial do jornal *A Tribuna Livre*. A data do início do romance nas edições do jornal foi 15 de maio de 1880, exatamente 15 anos depois que a primeira tropa dos voluntários goianos da pátria partiu em direção ao teatro de guerra. Concluído o primeiro capítulo, o autor se despediu do tema Guerra do Paraguai e se dedicou à guerra dos *sentimentos em desacordos* que se desenrolaram na trama dos acontecimentos entre o jovem Horácio e sua prima Elisa. O conflito passional tomou conta do cenário literário entre os capítulos 2 e 5, que foram publicados nas edições de 29 de maio, 5 de junho, 19 de junho, 17 de julho e 21 de julho de 1880.

2.2 Bonfim, Goiás e a Guerra do Paraguai: ambições e traições numa província do sertão

O segundo capítulo teve como cenário a cidade de Bonfim. Entrou em cena o senhor Anselmo, pai dos irmãos voluntários da pátria. Agricultor de pouca posse, ele representava o sujeito mais afinado com a responsabilidade cívica do país em contexto de guerra, sendo o principal incentivador do alistamento de seus dois filhos. Homem integrado a seu tempo, sentia-se imbuído da responsabilidade social que imperava sobre todos e que envolvia aquele estado de guerra. A partida de seus dois filhos para a guerra deixou toda a família desolada e cheia de incertezas. MAC não fez a personagem recuar. Ciente da experiência que viu o país passar entre 1865 e 1870, no plano da mobilização social em torno do voluntariado para a guerra, o autor intensificou o discurso do personagem, elevando a moral abatida dos entes familiares e da comunidade bonfinense que o interrogavam sobre o porquê de tanto patriotismo, a ponto de arriscar a vida numa guerra. Com Anselmo, o autor enfatizou o sacrifício pelo país ultrajado.

— Não me passassem tanto os janeiros e mostrar-lhes-ia se eu mesmo iria ou não manejar uma carabina no exército imperial! Que! Pois haverá brasileiro que tenha coração e, podendo, não se abalance, por si só, ou por seus filhos para esta guerra que somos provocados? [Em seguida o autor narra melhor sua cria]

Sem desmentir um dia seu modo de pensar, cheio de nobreza e digno de seu distinto caráter, muito correu para que outros moços se alistassem para o serviço de guerra; e também não pouco de seus amigos o taxaram em face: de fanático, e mesmo de doido. (ANEXO, p. 4-5).

Anselmo era casado com dona Joaquina, que o autor diz ser uma mulher íntegra em seu propósito matrimonial, a tal ponto que estava sempre em acordo com o esposo, “como se pensassem pela mesma cabeça”. Laura era a filha mais velha, educada e culturalmente refinada em sua formação intelectual pela oportunidade que tivera quando seus pais moraram no Rio de Janeiro; falava francês e tocava piano com maestria.

Em torno da personagem Laura, 20 anos de idade, MAC provocou o leitor a uma compreensão mais alargada do ambiente cultural e intelectual para além dos limites territoriais de Goiás. Nesse sentido, o autor reforçou um dos debates políticos e culturais do Brasil em meados do século XIX — referente à frágil política do governo imperial em promover o desenvolvimento da infraestrutura de produção e mercado em Goiás com o mesmo volume de investimento aplicado nas regiões litorâneas do país⁵¹ — e a presença de dois mundos culturais que pouco se entrecruzavam como projeto de nação brasileira: o ambiente da grande urbanidade, representado pelo Rio de Janeiro e pelas cidades litorâneas, por onde fluía civilidade ao modelo do antigo colonizador europeu, e o sertão, a região que o ambiente civilizado pouco conhecia.

No momento em que introduziu a personagem Laura, filha diletante do casal Anselmo e Joaquina, pais dos voluntários da pátria de Goiás, MAC evidenciou o contraste entre os dois mundos que, naquele contexto, percebia serem opostos: “Laura era o ídolo da família; os pais, irmãos e domésticos estudavam-lhe os desejos. Formosa e algum tanto instruída, para o sertão que habitava, deslumbrava nas reuniões a que costumava frequentar o velho Anselmo com sua honrada e simpática família”. (ANEXO, p. 4).

⁵¹ O fato de a província de Goiás ser pensada, naquele período, como um lugar sertanejo, desconhecido das gentes da urbanidade litorânea, é abordado por Ledonias Franco Garcia (2010). Ela nos indica que as gentes/os habitantes de Goiás no século XIX buscaram promover seu desenvolvimento humano e social, tendo como parâmetro a evolução estruturante das coisas que já ocorriam nas cidades litorâneas. Entretanto, houve resistência de elementos da sociedade goiana, em muitas circunstâncias da história política provincial, em reverter esse dilema progresso-atraso em Goiás. “Se ao longo da vida provincial houve um esforço visível e permanente de colocar Goiás dentro da nação, por outro lado, as referências ao território — localização, extensão, isolamento e desconhecimento — estiveram sempre presentes como explicação para todos os problemas da vida da Província. O isolamento provocado pelo isolamento provocado pela extensão, localização e desconhecimento comprometia as iniciativas de progresso, dificultando, na prática, o exercício do direito de ‘pertencer’ à nação” (FRANCO, 2010, p. 123). Nossa compreensão é de que tais circunstâncias de isolamento resultaram da ausência de uma política de governo nacional. A prática do *oficialismo político*, estudado conceitualmente pelo historiador das políticas administrativas de Goiás nos séculos XVIII e XIX, Luís Palacin, faz-nos perceber como tais intervenções do governo da Corte do Rio de Janeiro dilaceravam o desenvolvimento político das atividades goianas, pois interferiam, de forma nefasta, sem ao menos ter-se o conhecimento real das demandas prioritárias das populações habitantes de Goiás.

O contexto de produção de *Os voluntários* (1880-1881) coincidiu com um dos momentos de intenso debate, no meio político, sobre formas de melhoramento das vias de comunicação e de transporte fluvial em Goiás.⁵²

O desejo de estar dentro da nação, com o mesmo patamar de importância das outras províncias, e de receber alguma mudança que significasse modernização e progresso, foram argumentos muito presentes desse momento em diante, quando a navegação era apresentada como de interesse não só da desconhecida província de Goiás, mas também do país inteiro (FRANCO, 2010, p. 130).

Em seu estudo sobre o livro *Apontamentos de viagem*, de autoria de Joaquim A. Leite Moraes, advogado paulistano que administrou a província de Goiás entre fevereiro e dezembro de 1881, Marina Haizenreder Ertzogue destaca que esse homem, apesar sua resistência inicial de se separar de sua cidade natal, Tietê, São Paulo, e se apartar de sua família — “após 23 anos é a primeira vez que separo-me da esposa e dos filhos, no desempenho das comissões políticas” (MORAES apud ERTZOGUE, 2013, p. 273) —, ao ser nomeado presidente de Goiás em 1880, deixou São Paulo com uma preocupação em mente que nada tinha a ver com as atribuições do ofício político que iria desempenhar. Ele aproveitou a oportunidade de viajar *ao desconhecido* com o interesse imediato de ampliar seus conhecimentos sobre os lugares desérticos, selvagens, inóspitos do país. Escreveu um diário de suas memórias e registros pontuais sobre o território de Goiás, Mato Grosso e Pará e depois disponibilizou ao público como um saber a mais sobre o território brasileiro menos conhecido pelas gentes do litoral do país.⁵³ Seu intuito foi observar e coletar dados para transpor para sua narrativa com a certeza de poder oferecer, ao mundo civilizado, informações sobre as terras do interior do Brasil.⁵⁴

⁵² Ainda sobre o desafio de fazer de Goiás *um novo mundo sem Colombo* e possibilitar a viagem de Goiás a São Paulo pelos rios Araguaia e Tocantins, o ex-presidente de Goiás, Joaquim de Leite Moraes, inseriu-se no plano político de exploração do transporte fluvial naqueles rios, que se arrastava de 1863 a 1864, desde a administração do ex-presidente José Vieira Couto de Magalhães (1863-1864). “A magna solução para *quebrar* o isolamento do sertão goiano residia no transporte para o escoamento da produção regional. De 1865 a 1998 foi aberta a navegação pelo rio Araguaia devido aos esforços de Couto Magalhães, na época presidente da província. Por decreto de 20 de agosto de 1870, o governo [...] realizou estudos sobre as barreiras naturais que impediam a navegabilidade, tratou de abertura de estradas marginais para o estabelecimento da navegação a vapor, além de subvenção em dinheiro para o custeio (ERTZOGUE, 2013, p. 285, grifo nosso).

⁵³ “Concluída a obra, declarou sentir satisfação por ter cumprido sua missão no exercício da presidência da província de Goiás e ter deixado à posteridade o registro da viagem feita aos sertões de Goiás, Mato Grosso e Pará” (ERTZOGUE, 2013, p. 276-277).

⁵⁴ De volta a São Paulo e na iminência da conclusão de *Apontamentos de viagem*, Joaquim Leite Moraes tinha pouca disponibilidade de viajar até o Rio de Janeiro. Todavia, quando recebeu informação do interesse que Dom Pedro II havia demonstrado em ter conhecimento sobre sua administração da província de Goiás e as viagens que empreendeu pelo interior do país, não mediu esforço de se lançou em direção ao Paço de São Cristóvão. Com base nos estudos de José Luís de Almeida Nogueira (1977), Marina Ertzogue destaca essa passagem da vida política de Joaquim Leite Moraes: “Tendo recebido, no dia seguinte, por intermédio do ministro do Império, um recado de D. Pedro II, que estava ansioso por ouvi-lo sobre sua administração em Goiás e a viagem que fizera

Pela leitura dos Apontamentos de Viagem, percebe-se que Joaquim Leite Moraes ansiava pelo momento do regresso. Confessa que sentia ausência da família e falta da movimentação da província de São Paulo. Em uma das passagens do diário, admitiu não suportar a viagem por terra, pelo debilitado estado de saúde. ‘Qual outro caminho para meu regresso?’, indagou aos amigos mais próximos. Quando decidiu fazer o trajeto de bote, foi alertado: ‘Mas, as febres no Araguaia [...] os índios sempre traiçoeiros e ferozes [...] as formidáveis cachoeiras do mesmo rio e do Tocantins [...] os muitos naufrágios de todos os anos [...] os jacarés [...] as frequentes insubordinações dos tripulantes dos botes [...]’ (ERTZOGUE, 2013, p. 277).

MAC estava ciente do ambiente político que o rodeava. A condição de alferes o levou à execução de tarefas de caráter intelectual, tais como avaliador de processo de seleção para alunos do Lyceu e seleção para cargos públicos na cidade de Goiás. Foi também representante do governo provincial como autoridade militar, no cargo de delegado na cidade de Morrinhos e em Catalão. Num curto período, substituiu o funcionário responsável pela segurança da presidência da província, trabalhando alguns meses, coordenando as atividades relacionadas ao gabinete do *Palácio Conde dos Arcos*. Nesse sentido, podemos perceber, na criação dos personagens, nuances e características peculiares de comportamento que reproduziam o jeito de se viver e se conceber vivendo numa província como Goiás na segunda metade do século XIX.

Destacamos a personalidade dos homens que de outros lugares vieram para Goiás, desenvolveram algumas atividades, mas voltaram para o antigo ambiente social de onde provinham para acentuar que MAC construiu um personagem que segue o oposto: o capitão José Correa, o português. Ele representava o indivíduo que deixou sua terra natal, viajou para Goiás, ali se estabeleceu e prosperou. “Naturalizado cidadão brasileiro, quando ainda moço, metera-se em eleições e, em consequência disso, fizeram-no capitão da Guarda Nacional” (ANEXO, p. 5).

Retomamos a referência que Marina Ertzogue pontuou sobre essa visão das terras de Goiás como uma região selvagem que o político paulistano deixou em seus *apontamentos de viagem*. Podemos tomá-la no sentido da aventura de alguém que circulou passageiramente pela região, isto é, passou, viu as paisagens e memorizou as situações de difíceis apelos inusitados da natureza bruta de Goiás, ainda não afetada pelo progresso de São Paulo. Diz a historiadora que, segundo o testemunho daquele presidente de Goiás, *os assombros* das areias brancas das ilhas do rio Araguaia deixaram forte impressão de que Goiás era um *novo mundo sem Colombo* (ERTZOGUE, 2013). O político escritor e desbravador Joaquim A. Leite

pela província, Joaquim Leite de Moraes foi pressuroso em comparecer ao Paço de São Cristóvão, quebrando, assim os protestos que fizera (NOGUEIRA apud ERTZOGUE, 2013, p. 275).

Moraes foi administrador provincial e explorador crítico dos lugares desconhecidos dos sertões de Goiás, mas somente de passagem, e depois voltou para São Paulo.

A visão do estadista paulistano sobre as terras goianas é contemporânea à do autor de *Os voluntários*. MAC recolheu para si o fenômeno do espectro da distância, do desconhecido, e reelaborou o seu contrário, tornando o personagem José Correa o estrangeiro, o indivíduo que veio de fora das terras de Goiás, para designar o sujeito próspero, mais rico e influente do enredo. A experiência de vida do autor de *Os voluntários* no mundo da atividade pública como militar chefe (delegado de polícia) e intelectual (escritor de folhetins) oferecia as oportunidades para explorar o universo da criação de um personagem como o capitão José Correa, que nasceu em Portugal, veio jovem para o Brasil e logo se interessou pela região de Goiás, para onde se dirigiu e se estabilizou. Fazendo fortuna como comerciante e proprietário de terra, obteve influência política, tornando-se capitão da Guarda Nacional na província.

MAC quis que o português se casasse com uma senhora da cidade de Bonfim. José Correa representava um lado do imigrante das terras do sertão que se tornou goiano, que se aventurou em busca de riqueza. Nele se encontrava a personalidade do desbravador e administrador comercial que, com esperteza, conquistou fortuna, poder político e prestígio social. “Vindo de Portugal em tenra idade, crescera no Brasil e casara-se no Bonfim com uma senhora dali. Era negociante e possuía alguma coisa que se parece a uma fortuna naquelas alturas; encontrá-lo-ão sempre pronto a dispor de vinte contos de réis”. (ANEXO, p. 5).

MAC fez do personagem José Corrêa o estereótipo oposto do que planejava para o brasileiro Anselmo. Os dois vieram morar em Bonfim, mas cada qual foi retrato de modo diferente em relação aos modos humanos de agir em sociedade. Nada consta na narrativa de MAC sobre a influência de oportunidades intelectuais e de instrução cultural de Anselmo na formação de sua personalidade. O autor o apresentou como um sujeito de poucos recursos se comparados aos dos grandes latifundiários; tinha poucos escravos e poderíamos dizer que seria, hoje, um representante da agricultura familiar. Entretanto, MAC não o descreveu de forma preconceituosa, ofuscando-lhe o brio, tal como buscou fazer com o personagem José Corrêa. Essa inserção trouxe muito do pensamento dos que viam a sociedade da época composta predominantemente por iletrados. Iletrados, sim, porém, poderosos e influentes na política, compartilhando poder com o estamento político burocrático presente nas relações entre as instituições do Estado e a sociedade civil. No enredo, José Correa é amigo de Anselmo, o justo. Mas o que diz MAC sobre Correa?

É que o nosso Correa quase não sabia ler; grosseiro e em extremo severo com seus filhos era olhado mais como espantinho do que como pai de família – quatro filhos, tinha, mas a única crescida era Elisa, a bela Elisa, a quem Correa estimava, mas a seu modo.

Vamos ao retrato de José Correa.

Pequeno de estatura. Sobra-lhe em compensação o gordo abdômen; testa mais que ampla, pois que é universalmente calvo; uns olhinhos amarelos e trêfegos aparecem brilhando sempre ligeiros; nariz de ave de rapina e enormes pés e mãos. (ANEXO, p. 5)

José Correa se tornou exemplo do ser brutalizado pela ganância. Disposto a fazer bons negócios, não se incomodava com valores morais e muito menos patrióticos. MAC nos oferece, com esse personagem, a oportunidade de perceber as nuances do movimento político patriótico que se espalhou pelo Brasil, em todos seus recantos populacionais, logo depois da intensa propaganda do governo imperial em prol do alistamento militar. A euforia patriótica se traduzia em ações pontuais do governo, da imprensa, de artistas e de anônimos em muitas manifestações cívicas pelas cidades do país.

Todavia, MAC descreveu outro tipo de comportamento humano associado a pessoas que menosprezavam a atitude patriótica. O capitão José Correa representava esse segmento social, justamente o que simboliza, na sociedade, a autoridade. O agricultor Anselmo singularizava o idealista patriótico, no qual se encontram enraizados os sentimentos da autoridade nacional perpetrada na Corte e em todo o país.

A cena do embate de ideias patrióticas divergentes entre Anselmo e José Correa se deu na casa do capitão. No cenário se encontraram, num recinto particular, esses senhores, acompanhados de Honório, o sobrinho de José Correa e apaixonado por sua filha Elisa, enamorada do filho mais novo de Anselmo, o voluntário Pedro, ausente de Bonfim por causa da Guerra do Paraguai. Didaticamente, o autor procurou introduzir a perspectiva das características e particularidades do confronto que os personagens em conflito promoveram no decorrer da narrativa.

O impasse aconteceu, na frente de Honório, quando Anselmo foi provocado por seu amigo, capitão José Correa, que apontou a irresponsabilidade do agricultor em ter incentivado seus dois filhos a irem para a guerra, argumentando que tal atitude não respeitava a harmonia familiar e acusando Anselmo de ter vacilado ao incentivar o alistamento de seus filhos. A defesa de Anselmo foi imediata:

— É boa! Diz ele — que digam tudo de mim, vá! [...] porém que perdi o juízo, que sou fanático por haver mandado meus diletos filhos para a campanha, é coisa que não posso tolerar! Diga-me cá amigo: Quem tem por dever oferecer o peito às balas quando o Brasil é assim vilmente acometido?

Serão as mulheres? Heim?... (ANEXOS, p. 6)

Nesse instante, a mesquinha humana de José Correa foi exaltada como símbolo do argumento embrutecido pelo seu egoísmo:

— Não digo e jamais direi tal coisa. Mas que fossem outros. Tantos peralvilhos e vagabundos há por aí que melhores soldados seriam [...]
 — Melhores? Quem lhe diz que vagabundos e outros que tais serão mais valentes defensores do país? [...] Melhores que meus filhos? (ANEXO, p. 6)

Os estudos do historiador militar Fernando Velôzo Gomes Pedrosa permitem entender alguns elementos das formas de organização das forças de segurança nacional e do exército imperial no contexto da Guerra do Paraguai, considerando, primordialmente, os momentos antecedentes. José Corrêa, um português naturalizado brasileiro, homem de forte influência política e militar no meio social de Bonfim, representava, com sua autoridade, o governo provincial na cidade: era o chefe da segurança pública, tinha experiência no trato do discurso político e disponibilidade para projetos eleitorais. Era o chefe local, herdeiro das tradicionais estruturais de força e ordem que se instituíram com a Guarda Nacional do modelo político regencial da década de 1830.

Como herdeiro da cultura militar portuguesa, o Império do Brasil adotava uma dupla organização de suas tropas de terra. Possuía um exército de linha permanente, subordinado à coroa, mas também uma força auxiliar de milícias, chamada Guarda Nacional e subordinada aos presidentes das províncias (PEDROSA, 2014, p. 167).

Esse homem, no sentido estrito da função pública que ostentava na sociedade local, deveria ser aquele que mais diretamente oferecesse respostas positivas aos apelos do governo imperial, incentivando novos milicianos de Bonfim e da região de influência da cidade a seguirem para a guerra. Porém, MAC o colocou no lado oposto a tais propósitos cívicos. O contraste ético foi explorado pelo autor de *Os voluntários* no primeiro embate de ideias sobre a postura social que um cidadão do Império deveria ter quando vivenciasse as circunstâncias de uma vida em estado de guerra. O capitão José Correa, ao imiscuir-se da responsabilidade de agir de acordo com a orientação do governo imperial, tornou-se um estorvo aos intentos patrióticos do agricultor Anselmo.

Mas Sr. Anselmo, uma coisa lamento [...] porque não tem querido ser dos nossos da Guarda nacional? Seria, agora, no caso em questão, de muito proveito. Não haviam os meninos de assentar praça de soldado raso [...] — e acentuou estas palavras — seriam senhores cadetes — se eu os tivesse [...] se fosse meus filhos, eram cadetes. (ANEXOS, p. 6)

Referenciamo-nos no *problema de perspectiva* para fins de análise de literatura histórica: “O que é necessário investigar, nesses casos, não é a veracidade histórica, e sim a perspectiva histórica” (WILLIAMS, 2011, p. 25). Raymond Williams, aprimorando o *recurso da escada rolante*, observa que as regularidades dos fatos sociais, fosse no campo ou na cidade, eram exploradas como recursos literários nos romances e poemas desenvolvidos na Grã-Bretanha.

Do mesmo modo, concentramo-nos em torno do *problema de perspectiva histórica* para compreender a trama construída pelo alferes Manoel Cavalcante de Albuquerque. No plano da ação ao voluntariado, MAC destacou o conflito de interesses quanto ao costume dos cidadãos na defesa de seu território, de sua cidade, de sua nação. Apontou os esforços de propaganda do governo imperial para sanar os limites de sua força militar e as resistências no meio social a esses propósitos.

A “obrigatoriedade” do serviço militar no Brasil da época — inclusive com o aprisionamento de vagabundos e ociosos pelas cidades do Império e seu alistamento forçado nas fileiras do exército — não correspondia às demandas de uma força militar moderna, aos moldes do que se encontrava na literatura de guerra e defesa nacional na Europa, por exemplo. Essa é a questão da tradição herdada em termos de poder militar de que tratava o capitão José Correa, criticando o agricultor Anselmo por ele não ter se tornado um guarda nacional e assim adquirido o privilégio de apresentar seus filhos ao Estado com uma patente mais elevada que a de soldado raso.

A preocupação que se mostrou subliminar na trama do embate de posições, sobre ser ou não patriota naquele momento, indicou a forma arcaica da legislação militar do Brasil Império (para fins de recrutamento) e a prática de tortura do soldado raso nas forças de linhas do exército brasileiro. O governo apelava para o patriotismo da população em torno do alistamento militar, mas, em suas fileiras, nada havia sido aperfeiçoado em termos da moderna organização militar que um país do porte do Brasil na segunda metade do século XIX exigia.

O lamento do capitão José Correa diante de Anselmo, quando este afirmava que seus filhos seriam soldados melhores que os vagabundos que os agentes recrutadores muitas vezes apresentavam aos quartéis do exército, reforçava esse apelo para melhoria da organização e profissionalização militar no Brasil naquele alvorecer da Guerra do Paraguai. A fala do capitão José Correa, retrucando o otimismo ingênuo do agricultor Anselmo e a bravura de seus filhos soldados, fortalecia o sentido de contraste da situação pela qual passava o Estado

Imperial sem uma força armada compatível com a demanda de uma sociedade moderna em termos militares.

Para a obtenção de pessoal para as tropas, desde o período colonial, o Exército de linha adotava o recrutamento forçado, um ato coercitivo realizado pela polícia ou por agentes de recrutamento, que capturavam homens para o Exército nas ruas, desde que não possuíssem propriedades. Os recrutadores eram normalmente homens pobres e sem relações que os pudessem proteger da ação do Estado, e frequentemente incluíam desocupados e criminosos.

Além do recrutamento forçado, o serviço militar implicava em condições degradantes às quais os soldados estavam submetidos, como castigos físicos e as más condições de alojamento e alimentação (PEDROSA, 2014, p. 168).

O momento do confronto entre o agricultor e patriota Anselmo e o capitão José Correa pode ser um ponto de aproximação conceitual direta com os contrastes dos quais trata Raymond Williams em sua argumentação sobre a literatura campestre da Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. O contraste seria, então, ético. No caso da Inglaterra, o historiador britânico analisa os escritores e poetas como observadores de seu tempo e seu diálogo com a tradição de seus costumes. Mais especificamente, aborda os *melhoramentos* do processo (tecnológico e rentista) produtivo fundiário que passou a exigir, a partir de então, inovação nos valores morais sobre a propriedade rural, regras de condutas sobre formas de produção e comércio e aperfeiçoamento da legislação agrária, logo após o fechamento dos campos.

Captar o sentido processual dos elementos de regularidade e inovação nos permite perceber a intencionalidade de MAC ao representar as circunstâncias da incapacidade do país em ter uma resposta militarmente adequada ao ataque das forças paraguaias. Sem um exército profissional, o governo teve de apelar ao voluntariado de seus cidadãos, mas isso não foi de comum acordo entre todos os cidadãos do país. As estruturas militares brasileiras não justificavam os ideais patrióticos que o governo almejava para formar a defesa nacional. Isso porque, no plano da responsabilidade individual, o patriotismo do agricultor Anselmo, representado como virtude e zelo moral pelo autor, confronta-se na condição de inferioridade, em termo de fortuna e *status quo*, com o capitão José Correa, delegado da Guarda Nacional. Este se assume contrário ao patriotismo do amigo, quando, na condição de representante oficial do governo, deveria fazer justamente o contrário.

Fernando Velôzo Gomes Pedrosa explica, historiograficamente, como podemos compreender a ideia do alferes do 20º Batalhão de Infantaria de Goiás em tramar, na mentalidade daquele capitão, os mecanismos das práticas arcaicas do exército imperial em selecionar e tratar seus soldados. Isso porque não era o próprio exército que selecionava os soldados rasos, mas sim agentes civis que, muitas vezes, apresentavam elementos humanos

inválidos para a carreira militar, simplesmente com a finalidade de adquirir uma cota a mais nos contos de réis que ganhavam por cada praça recrutado.

Daí a fala do delegado da Guarda Nacional de Bonfim manifestar sua preferência de encontrar a esmo, nas ruas, os soldados do Exército: “tantos peralvilhos e vagabundos há por aí que melhores soldados seriam”. (ANEXO, p. 6). Com essas palavras, MAC introduziu um assunto que maculava de forma contraditória a relação do governo imperial com seus súditos no plano do movimento nacional de voluntários da pátria: as formas degradantes das condições de trabalho do soldado brasileiro, sua precária formação militar e a prática da tortura com a espada como meio de assegurar a ordem e a disciplina.

Nas palavras de Anselmo, seus filhos seriam os bravos do patriotismo imperial. A condição de capitão delegado da Guarda Nacional não permitia a José Correa encarar as coisas da mesma maneira; por isso retrucou: “— Deus o ouça, não o desejo menos; contudo melhor fora que fossem privilegiados [...] estavam livres do castigo, que ainda vem do Reino [...] castigo da espada! É bárbaro, mas é preciso e na guerra, por cá aquela palha, dá-se de espada no soldado!”

O assunto Guerra do Paraguai ia sendo o fio condutor da reunião informal entre o agricultor Anselmo e o capitão da Guarda Nacional de Bonfim, até que um grito feminino vindo de um dos cômodos da casa de José Correa interrompeu a proza e provocou correria dos presentes em direção ao interior da residência.

Elisa havia sido “vítima de um acesso nervoso” e desmaiara. A guerra fazia mais uma vítima, indiretamente, é verdade, mas com um impacto que desestabilizou as emoções da moça apaixonada que viu seu amado partir rumo a destino incerto, quem sabe seguindo em direção à morte. Elisa teve esse mal repentino depois que escutou o tenso diálogo entre seu pai e o agricultor Anselmo.

Sua alma dilacerada por aquela separação do amado de seu peito, não pôde ouvir tranquila aquela expressão de seu pai. Apareceram-lhe na mente as provações por que vai passar Pedro, e acompanha com interesse as palavras dos dois velhos. Mas nunca lhe figura na ideia o pensar que seu querido estivesse, como soldado, sujeito e mesmo por qualquer circunstância no caso de ser ignominiosamente castigado, como se faz ao mais íntimo corneta. — Queria-o coberto de bordados, oficial, general, enfim: era a sua fantasia. Por isso, ao vê-lo exposto, por seu pai, exposto ao castigo corporal, deu um grito abafado e ficou prostrada e sem sentidos por um instante. (ANEXO, p. 6).

Nessa passagem, MAC direcionou o foco de sua narrativa para os elementos da vida de uma família de relativa posse e fortuna de uma cidade da província de Goiás. Mais que isso, orientou-nos a compreender os espaços de convivência urbana e vizinha. O grito estridente de

Elisa chamou a atenção da comunidade e mulheres da vizinhança, assustadas, invadiram a casa da infeliz com a curiosidade à frente do nariz. “Nesse tempo entram umas mulheres que moravam na vizinhança e vêm desalinhadas saber que novidade ocasionara o grito que ouviram”. (ANEXO, p. 7). MAC não deu muita vazão às intenções curiosas das fofoqueiras de Bonfim. Abstraímos então que essa passagem quis mais ilustrar elementos do cotidiano de uma vila do interior de Goiás quanto às proximidades em termos de interação social e vizinha. A presença das mexeriqueiras trouxe o sentido do reforço da paixão de Elisa por Pedro diante de sua mãe. Se a vizinhança bem desconfiava do *coração partido*, havia dona Henriqueta, mãe de Elisa, logo saber qual remédio aplicar à filha.

— Pobre menina... continuou uma das visitantes – D’aqui a pouco estará boa – e em voz baixa acrescentou para sua companheira — É algum namorico com o tal Pedro...
[Em resposta]
— É bem mal o senhor Anselmo em fazer seguir para a guerra os seus filhos.
(ANEXOS, p. 7).

Em meio ao tumulto em torno da moça convalescente, notou-se a ausência do agricultor Anselmo, o único que, diante da cena comovida de todos, provocada pelo desfalecimento de Elisa, tomou pé da razão e foi à procura de um *entendido*. Concomitante à ideia de mostrar o jeito emocional de uma família desesperada perante um ente doente, MAC quis mostrar que nas cidades do interior de Goiás, naquele contexto da Guerra do Paraguai, não havia médicos disponíveis para o atendimento da população civil. Desse modo, a carência de pessoas habilitadas na medicina era preenchida por um prático, no dizer de Sônia Maria Magalhães.

Nas mais longínquas paragens do Brasil, os argumentos como a falta de médico e medicamentos em boticas ou farmácias contribuíram para justificar o motivo por que tantas pessoas deixavam lograr pelos práticos. Valendo-se de truques, jogos de esperteza ou expedientes, levavam as pessoas a acreditar nas suas ações e nos seus elixires milagrosos. Como viviam abandonadas e carentes de qualquer tipo de assistência médica, essas populações eram presas fáceis nas mãos desses espertalhões (MAGALHÃES, 2004, p. 215).

O *nosso problema de perspectiva* está na constatação de vazio sanitário em termos de saúde pública em Goiás no período da Guerra do Paraguai. A ausência de pessoas habilitadas para a prática da medicina fazia com que o próprio governo habilitasse o registro desses práticos em Goiás. No contexto em que escrevia *Os voluntários*, segundo o estudo de Sônia Maria de Magalhães, na década de 1880, houve maior pressão pública contra a liberação de licença para práticos de medicina.

Depois de explicar o caso do senhor Antônio Martins Mundim que, dizendo-se habilitado em farmácia, também praticava a medicina nas cidades de Entre Rios, Bela Vista e Santa Cruz e, por causa dessa atividade, fora multado em Goiás pela Inspetoria pública em cem mil réis, a historiadora afirma que, naquele contexto, era impossível a população não contar com um prático em medicina na província de Goiás.

A partir da década de 1880, a legislação passou a ser mais rigorosa com aqueles que exerciam a profissão sem ter o diploma legal, incluindo os farmacêuticos. Contudo, as licenças continuavam a ser concedidas para os não diplomados devido a inexistência desses profissionais em número suficiente para se ocuparem de todas as farmácias existentes e as demandas locais. Assim, o mesmo tempo em que inibia a atuação dos não formandos, a legislação concedia a autorização para aqueles que não tinham formação acadêmica atuarem (MAGALHÃES, 2004, p. 218).

O destaque dado a esse fato pelo autor de *Os voluntários* mostrou sua preocupação para que as pessoas recebessem os cuidados necessários no que diz respeito à cura de suas patologias. No caso de Elisa, ficou comprovado que era mal súbito emocional. Demorou a recompor-se e não o fez antes que as vizinhas mexeriqueiras se ausentassem, inconformadas com o insucesso de suas bisbilhotices. “As mulheres, depois de conversarem em voz baixa entre si, retiraram-se de mal humor”, (ANEXOS, p. 7), narra o escritor, dando margem à ideia de que valorizar fofoqueiras é um atraso no tempo da vida. Os soluços intensos de Elisa eram pancadas sofridas de seu *coração angustiado*.

A mãe, preocupada e *atenada* com as insinuações das vizinhas mexeriqueiras, indagou a filha: “— Não terás segredos para mim? — Em reposta, a filha dissimulou: — Não os tenho, minha mãe, não os tenho [...] Nada tenho; estou boa já”. (ANEXO, p. 8). Como quem já aceitou o destino da separação, Elisa, mesmo que inconformada com a situação, buscou tangenciar a situação e disse que todo o seu sofrimento, naquele momento, foi pensar como sofre a amiga Laura, que estava o tempo todo a seu lado, em ver seus irmãos partirem para a guerra. Nesse instante chegaram os dois senhores amigos, trazendo um prático em medicina, mas a presença dele ali já não mais fazia sentido e Elisa se recusou a tomar sua medicação, pois sua doença era uma paixão que se tornava cada dia mais impossível de viver. Assim, “a chegada de Correa e Anselmo interrompeu este curto diálogo; traziam um velho entendido em medicina, o qual não foi preciso, por quanto Elisa não quis tomar, dizendo está completamente estabelecida”.

Elisa se restabeleceu fisicamente depois da aflição que sentira por conta de imagens fantasiosos do amado soldado sendo torturado por seus superiores com a espada. Elisa era a

filha predileta de José Correa e, para ela, ele tinha planos que não o de vê-la casada com o filho mais novo de Anselmo.

Numa das passagens do enredo, MAC disse que os pais de Elisa até se satisfariam em vê-la casada com Pedro. No mesmo parágrafo, afirmou que a resistência ao casamento tinha mais a ver com o pai do jovem voluntário da pátria do que com o comandante local da Guarda Nacional. Mas a guerra trouxe para Bonfim ventos avassaladores daquela pretensão e a ausência de Pedro criou oportunidade para que um costume local relacionado à prática do matrimônio pudesse ser colocado em prática na família de José Correa. Em vez de casar a filha herdeira com um sujeito de outra família, por que não manter o legado patrimonial na família, casando Elisa com seu primo Honório?

Foi nesse instante da narrativa que surgiu Honório, personagem com o qual MAC aprofundou arditamente o rebuscar da natureza humana em suas intenções mais instintivas. “Aceite a destrutividade como elemento integrante da sua participação divina e você poderá lançar fora toda culpa e agir livremente. Nada de sentir-se inibido pelo freio da dúvida moral” (BERMAN, 2007, p. 62-63). Essa citação remete a Marshal Berman e à sua análise sobre a construção do personagem Fausto por Johann Goethe entre 1770 e 1831. Fausto representava o ser humano que aceita o risco da irracionalidade dos desejos em primeiro plano. Para ele não importavam os significados da dualidade do bem e do mal conduzindo o devir humano. Representar o mal e se fazer do bem convém quando os interesses de satisfação dos desejos e ambições passionais compõem a motivação pessoal do indivíduo. Esse seria o último objetivo da vida humana? No diálogo entre o Altíssimo e Mefisto, este aponta os porquês de ele querer a “concessão divina” para conviver com Fausto e satisfazer suas ambições. Goethe faz sair da boca do diabo as características definidoras do ser humano que Fausto representa sob o céu e sobre a terra.

De forma estranha ele vos serve, mestre!
 Não é, do louco a nutrição terrestre;
 Fermento o impele ao infinito.
 Semiconsciente é de seu vão conceito,
 Do céu exige o âmbito irrestrito,
 Como da terra o gozo mais perfeito.
 E o que lhe é de perto, bem como o infinito,
 Não lhe contenta o tumultuoso peito (GOETHE, 1987, p. 37).

Em *Os voluntários*, Honório não é o ancião cientista decrépito em suas desesperanças, como Fausto, mas sim um jovem sem esperança de realizar o sonho que lhe dava sentido à

vida: casar-se com sua prima Elisa e se tornar um próspero genro de seu tio e padrinho, o capitão José Correa.

Erwing Theodor, prefaciando o livro de Goethe no Brasil, declara que ele reconstruiu as ideias das antigas fábulas⁵⁵ sobre Fausto a partir das tradições que estudara sobre histórias de populares sobre feiticeiros e curandeiros que haviam vendido a alma ao diabo em troca de fortuna, amor ou mesmo eterna juventude.

Sabe-se que Goethe leu todos os relatos acessíveis relativos a Fausto, desde o livro popular até as histórias que anonimamente se encontravam em circulação, centradas em feiticeiros e curandeiros que teriam vendido a sua alma ao diabo em troca de fortuna, eterna juventude ou amor (THEODOR, 1987, p. 4).

Em *Os voluntários*, o personagem Honório condensou o arriscar-se à autodestruição em troca da realização de seus objetivos pessoais. O amor que tinha por sua prima e a ambição pelas riquezas do tio José Correa os impeliam como *fermento ao infinito* de todas as inconseqüências, pois desejava, *sob o céu*, a possibilidade de uma *riqueza irrestrita* e, sobre a terra, o amor de Elisa como o *gozo mais perfeito*. O desejo sempre existiu; o que não lhe havia chegado era a oportunidade para a realização de suas pretensões. A guerra surgiu no horizonte e, então, a esperança de melhorar para sempre sua vida fez com que Honório empreendesse o *salto* definitivo para as incertezas de seus projetos sub-reptícios, tal como Fausto, que fez um pacto com o diabo, representado por Mefisto, e lhe entregou a alma, na ilusão de conquistar a totalidade do universo e gozar de todos os prazeres sem temer dor alguma.

MAC escolheu Honório para ser esse personagem de sentimentos, aspirações e impulsos fáusticos e deu a ele a condição de ser o rapaz predileto do representante da lei em Bonfim. Honório tinha em José Correa o respeito de um tio e a proteção de um padrinho. Com Elisa distante de Pedro, o sentimento de tê-la logo como esposa crescia diariamente com avidez.

⁵⁵ Marshal Berman, no capítulo *Fausto de Goethe: a tragédia do desenvolvimento*, aborda justamente a escolha que fez Goethe para o seu Fausto, relendo as narrativas mais antigas sobre Fausto. Diz que Goethe configurou as pretensões de Fausto tal qual as edições de Johann Spiess (1587) e de Christopher Marlowe (1588), dando àquele personagem os sentidos do desafio humano em tempo de evolução acelerada do desenvolvimento industrial da Europa de fins do século XVIII e início do século XIX: a modernização produtiva e as transformações dos hábitos e costumes sociais com base nos fundamentos do liberalismo capitalista que entravam no século XIX, na visão de Goethe, com uma velocidade autodestrutiva dos princípios e valores morais e de consumo material presentes em sua época. Berman apresenta o sentido dos contrastes entre tradição e inovação, imbricando-se em suas próprias contradições. Com Goethe, “Fausto começa num período cujo pensamento e sensibilidade os leitores do século XX reconhecem imediatamente como modernos, mas cujas condições materiais e sociais são ainda medievais” (BERMAN, 2007, p. 52).

Todas as vezes que se encontrava com Elisa, prodigalizava-lhe os mais finos cumprimentos, fazendo-lhe presentes, procurando agradá-la o mais possível; dispensando, igualmente esse tratamento a Laura, como que querendo chamar a si a interessante amiga de sua prima.

Este moço tinha sido, ou era bastante extravagante, mas na presença de seus tios dissimulava tão perfeitamente que eles o tinham como um tipo de honestidade e circunspecção. (ANEXO, p. 9)

Realizada a configuração do enredo com a entrada em cena do interesseiro Honório nos negócios da paixão entre Elisa e Pedro, a trama estava quase completa. Em duas edições de *A Tribuna Livre*, de 5 e 19 de junho de 1880, MAC deu celeridade ao tempo dos acontecimentos, avançando a narrativa das circunstâncias inusitadas vivenciadas pelas famílias de Correa e Anselmo. A narrativa avançou, mas o autor deixou exposto o tempo quase imóvel do jeito de se viver numa pequena cidade do interior de Goiás na segunda metade do século XIX.

Passaram-se alguns meses sem se darem fatos dignos de menção. Elisa e Laura, nos seus serões, choravam de saudade. Anselmo, como medida doméstica, não levava mais a família à fazenda, motivo pelo qual passavam sempre juntas as nossas meninas, que levavam a maior parte do tempo em palestras iguais a do dia antecedente, produzindo muitas vezes dolorosas recordações. Honório frequentava tanto a casa de seu tio e padrinho como a de Anselmo, onde ia com o intuito de saber novas dos voluntários (ANEXO, p. 9).

Foi em torno da personagem Honório e sua insistência em conquistar o coração de Elisa que MAC escreveu vários parágrafos publicados na edição de 5 de junho. Por um lado, “Honório procurava ocasião para colher de sua prima uma esperança para coroar o seu amor e sua ambição” (ANEXO, p. 9) e, por outro lado, Elisa, sempre fiel a seu coração, esperava por seu amado guerreiro. “Não dava importância aos galanteios de seu primo, pois que conhecia-lhe as intenções, mas fazia, apesar disso por mostrar-se muito amiga dele”, (ANEXO, p. 9) denotou o narrador, oferecendo a essa personagem a habilidade da resistência moral, sobressaindo-se diante da fraqueza do primo apaixonado. Mas Honório não era de desistir de suas pretensões. Como Fausto de Goethe, Honório se tornou o sujeito da cisão moral e colhedor dos frutos da desgraça alheia. Assim estava instaurada a relação entre Honório e seu tio José Correa numa trama que se aproxima de uma peça teatral que tem por finalidade condenar a personagem vítima à infelicidade eterna. Semelhante a Fausto, Honório “deseja para si mesmo é um processo dinâmico que incluiria toda sorte de experiências humanas, alegria e desgraça juntas, assimilando-as todas ao seu interminável crescimento interior; até mesmo a destruição do próprio eu seria parte integrante do seu desenvolvimento” (BERMAN, 2007, p. 53).

A semelhança analítica se dá no projeto de personalidade que MAC insistiu em tonificar para as ações nefastas de Honório. À sua ambição passional convergiam os interesses do capitão José Correa, que tramou, junto com sua esposa, o casamento de Elisa com o sobrinho. Mas Elisa não estava disposta a esse casamento e por isso a trama sub-reptícia do casório se deu em oposição aos anseios mais íntimos de seu coração. Honório não desistiu de mudar suas ideias e por isso tentou todas as estratégias. Mesmo assim, o coração de Elisa ele não conquistava. Tal como Fausto antes de fechar seu acordo com Mefisto, Honório a cada dia alimentava uma nova esperança. Apesar de todos os esforços, ele não tinha sucesso e isso o desesperava ainda mais. “Fausto começa o dia com uma nova esperança, apenas para ver-se lançado em uma nova forma de desespero” (BERMAN, 2007, p. 60).

MAC insistiu bastante nessa trama justamente para, mais à frente, dar o tom do desmazelo moral ao qual se submete a família de José Correa e o sobrinho Honório. Como as coisas acontecem? Em meio às festas organizadas na casa do delegado da Guarda Nacional, com bailes e jantares dançantes. Honório foi o primeiro personagem a explorar, no romance, o cotidiano dançante em Bonfim, utilizando-se da tradição festiva na localidade. De posse de uma informação que muito lhe interessava — o gosto de Elisa pela dança de salão —, tomou esse ato cultural local como pretexto para forçar uma aproximação amorosa com ela.

Ele vendo que ela era insensível às suas mostras de amor, procurou um pretexto para distraí-la de pensar em seu namorado. Sabia que Elisa tinha um fraco. Era a dança. Entrou por aí. A qualquer motivo que se apresentava reunia em casa de seus tios algumas famílias, chamava uma banda de música, que pagava, e formava um baile. Dançava-se muito e ele tinha esperanças, dizendo: - Não levará muito tempo, tê-la-ei rendida. (ANEXOS, p. 9)

Foi no contexto de ambiente festivo que MAC selou o destino de Elisa. Ele ressaltou, porém, que esse processo demandou tempo, dando-nos a ideia da maturação dos propósitos de Honório para a família do capitão José Correa. “Desta maneira passava-se o tempo sem que Honório pudesse lograr um só terno olhar ou doce sorriso” de Elisa. Até que a trama se tornou mais complexa com a entrada em cena de um novo personagem recém-chegado à cidade, procedente do Rio de Janeiro: o doutor João Carlos, nomeado juiz municipal do termo de Bonfim.

No interior é costume, quando chega uma autoridade nomeada para o local, irem todos ao seu encontro, depois visitarem-na. Assim procederam as pessoas gradas do lugar com o novo juiz municipal. O recém-chegado recebera a todos com afabilidade e mostrara-se cavalheiro e delicado, contentando desta forma ao ordeiro povo bonfinense. (ANEXO, p. 10)

A presença do juiz no enredo realçou o discurso das disparidades culturais entre as gentes do litoral e as que vivem nos sertões de Goiás. MAC insistiu em caracterizar, em suas observações, as formas de se viver em Goiás e o jeito cosmopolita das gentes do Rio de Janeiro. Surpresas foram evidenciadas para quebrar o estigma de que em território goiano preponderavam a ignorância cultural e o embrutecimento humano. A chegada do juiz João Carlos em Bonfim e seu encontro com Laura, a jovem de 20 anos, filha de Anselmo, que sabia tocar piano e falar francês, mostraram implicações diferentes daquela visão de Goiás como culturalmente incivilizado, um território selvagem.

O povo de Bonfim (os mais grados) visitou o juiz recém-chegado, mas o costume local não se limitava apenas às vezes da população. As famílias que visitaram o juiz, rezava o costume, “aguardavam” o retorno da dispensa dada. Foi por meio desse comportamento cortês que João Carlos conheceu Laura. Mais uma vez, no enredo de *Os voluntários*, o amor aconteceu. No bojo dessa trama, como destacamos anteriormente, materializava-se o discurso assaz presente no contexto da publicação da obra em 1880: a incompreensão entre o litoral (lugar da educação e da universalidade cultural) e os sertões de Goiás (lugares desconhecidos, de sertões).

O nosso magistrado, Doutor João Carlos, poucos dias após sua chegada, a todos tinha agradecido as visitas que recebera e chegava afinal a vez de Anselmo, em cuja casa ia ele encontrar o que naturalmente não esperava em tais alturas. Para quem vem da Côte parece impossível que num sertão tão pouco habitado exista gente mesmo de medíocre educação. Estava, pois, João Carlos persuadido de que viveria no Bonfim entre brutos e ignorantes, unicamente; não julgava que a sorte pudesse conduzir a essas paragens pessoas dignas de figurar nos grandes empórios. (ANEXO, p. 10)

Com a introdução de João Carlos no enredo, MAC fechou o círculo social da trama, ao qual nos reportamos como uma segunda guerra — a *guerra dos sentimentos em desacordos* — vivenciada em Bonfim por causa da ambição passional e em função do estatuto da grande propriedade. A deflagração da Guerra do Paraguai em 1865, na visão do autor de *Os voluntários*, não só provocou o sofrimento dos moribundos em campos de batalha, mas desestabilizou as vidas e sonhos de pessoas em todas as cidades do país. Isso porque a guerra, deflagrada pela ambição de um político ditador em expandir seu território sobre terras litigiosas (República do Paraguai) ou permitida diplomaticamente por um governo autoritário e centralista (Império Brasileiro), gerou no ser humano a ideia de ausência de sentido existencial: ou viver matando ou morrer; ou impor-se ou ver seus objetivos pessoais perecerem.

Assim percebemos a proposta literária de MAC urdindo uma guerra de interesses individuais em Bonfim de Goiás, que só teve causa possível depois de deflagrada uma guerra de Estado que “lança mão de tudo para corromper seus melhores homens: oferendas, presentes, afeição, nada omite” (SUN TZU, 2006, p. 45). A guerra por si só não figura entre os saberes científicos e artísticos. Ela é resultante de um momento de irracionalidade existencial, não obstante se utilize da ciência em termos tecnológicos. Conclui Raymond Aron (2002, p. 53) que “a guerra não pertence ao domínio das artes e das ciências, mas ao da existência social. É um conflito de grandes interesses resolvido pelo derramamento de sangue e somente nisso difere de outros tipos de conflitos”.

A guerra, compreendemos, resulta da instabilidade existencial em um ambiente social que se desarmoniza em sua finalidade precípua: a ordenação racional das intenções que se dá por via diplomática. Rompida a diplomacia, não há outro recurso: guerras entre povos, nações, Estados; conflitos e lutas entre indivíduos.

Guerra e sentimentos em desacordo. Isso representa um ponto de reflexão para a percepção da instabilidade social que Albuquerque observou na sociedade goiana a partir da experiência de guerra na província de Goiás. Foi no bojo dos acontecimentos da guerra que os conflitos originários da trama do casamento de Elisa com Honório puderam acontecer. A partir do capítulo VII essa realidade foi explorada na narrativa do autor, mas, já no capítulo VI, ele inseriu no enredo os efeitos da história do período da guerra que demarcou a memória da população goiana: a altivez robusta dos soldados goianos na vanguarda das tropas do Exército Brasileiro, quando, em fins de abril de 1867, o coronel Carlos Augusto de Moraes Camisão decidiu ultrapassar as fronteiras do Paraguai e invadir seu território.

Notamos a introdução da realidade da guerra intermediando os acontecimentos traumáticos para o reforço das circunstâncias do evento guerra em Goiás, pois os filhos do agricultor Anselmo informavam seus familiares e amigos o que estava acontecendo na marcha dos voluntários da pátria na guerra contra as forças paraguaias ao sul da província do Mato Grosso. MAC não fez referência ao texto de Alfredo de Escagnolle de Taunay, *A retirada da laguna*, publicado no Brasil em 1874, mas citou aspectos da leitura introdutória desse engenheiro militar quando ele compara as operações militares de abril e maio de 1867 ao evento grego descrito pelo filósofo Xenofonte.

Taunay faz menção aos 10.000 soldados de Xenofonte na introdução de sua obra. A comparação diz respeito ao empenho descomunal dos soldados para superar as dificuldades de guerra. Diz, da expedição brasileira, que seu esforço fenomenal foi percorrer trinta e nove

léguas em trinta e cinco dias de *dolorosa memória* (TAUNAY, 1874). Quando se refere aos militares goianos liderados pelo capitão Ferreira de Paiva, acentua que o 20º Batalhão Goiano de Infantaria havia cumprido papel de relevante reforço na força de ataque no momento em que as tropas brasileiras ultrapassavam o rio Apa com destino ao forte de Bela Vista. Não só significou reforço na segurança da tropa no momento de fragilidade operacional em meio ao leito daquele rio de fronteira, como não se acomodou de imediato no acampamento da força junto às dependências do forte ocupado. Enquanto os outros batalhões montavam acampamento, o 20º Batalhão Goiano de Infantaria avançava território adentro, forçando as forças paraguaias a se distanciarem do objetivo final: a fazenda Laguna. Assim diz Taunay sobre a presença das forças goianas naquele ataque ao território paraguaio:

Uma vez effectuada a passagem pelo corpo de exército, o forte, que apenas consistia em sólido palanque de madeira, foi ocupado assim como a povoação por numeroso destacamento; e alinha de atiradores do 20 batalhão tornando a formar-se sobre a linha esquerda, pois em movimento para atacar os paraguaios (TAUNAY, 1874, p. 80).

A situação seguinte ao efeito da força goiana em estender o ataque demonstrou não ter tido muito sucesso para o conjunto daquele evento, dadas as circunstâncias de fragilidade em que se encontravam as forças expedicionárias naquele contexto. Segundo Taunay (1874), aquele esforço acabou se mostrando inútil, pois fazia parte da estratégia das forças paraguaias fragilizar mais e mais os combatentes brasileiros. Consideramos ser esse o ponto de conexão com a obra de MCA, visto que, produzida em 1880, a obra do alferes traz o sentido da narrativa de Taunay, mesmo não deixando isso por escrito em seu enredo.

A seção a seguir mostra nexos entre o efeito de negociação da literatura de ficção e os efeitos da memória e da recordação descrita sobre a presença militar goiana no evento *Retirada da Laguna* em abril e maio de 1867.

2.3 Notícias do teatro de guerra em Bonfim

O autor de *Os voluntários* também buscou eternizar esse feito militar dos soldados goianos em sua obra. Sem tramar um cenário de batalha com seus *heróis goianos*, os voluntários Bernardo e Pedro, MAC se apoiou nos acontecimentos históricos relacionados à organização da marcha dos soldados goianos em direção ao Mato Grosso e conduziu o leitor para lugares por onde seguiram o 20º Batalhão de Infantaria de Goiás e o Esquadrão Goiano de Cavalaria. Os dois agrupamentos militares se uniram aos Corpos Expedicionários de São

Paulo e Minas nas imediações do acampamento da vila de Coxim em dezembro de 1865. Alguns excertos da obra nos levam a inferir que o autor buscou aproximar-se dos fatos reais, oferecendo-nos a oportunidade de compreender o empreendimento literário como um romance histórico. Os trechos que citamos a seguir facilitam, em termos historiográficos, essa compreensão.

Depois de um intervalo de quase dois meses sem publicar, MAC retornou ao *folhetim* do jornal *A Tribuna Livre* em 11 de setembro de 1880. Essa ausência interrompeu o enredo da edição de 21 de julho sobre os acontecimentos de discórdias e novos amores na cidade de Bonfim. Entraram, então, em cena os dois voluntários de Bonfim. A opção que ele faz para esse enredo se dá a partir das correspondências recebidas pelo agricultor Anselmo, pai dos voluntários Bernardo e Pedro, informando das proezas feitas pela *diminuta força de militares brasileiros*, perseguida pelos paraguaios, quando teve que recuar, abortando os planos de continuar a invasão de seu território e retornando ao Brasil.

O início da história se passa com os dois voluntários chegando na capital da província e sendo recebidos pelo então presidente Augusto Ferreira França. Realizados os processos de investigação física e sanitária, firmaram contrato com o Estado e se tornaram militares voluntários do 20º Batalhão Goiano de Infantaria.

Depois de chegarem à capital da província, os nossos dois rapazes destinados ao serviço militar na ocasião em que tratava-se de defender a honra da nação ultrajada pelo tirano déspota do Paraguay; isto é, Bernardo e Pedro Anselmo, foram se apresentar ao presidente então Augusto França que os recebeu com amizade e benevolência, mandando-lhes dar praça em um corpo de voluntários da pátria, denominação que tomará todos os que foram formados pelos filhos do Império de Santa-Cruz que correram a alistar-se debaixo do Decreto de 7 de janeiro de 1865. (ANEXO, p. 19)

MAC se voltou para o que percebeu ter ficado na memória do povo goiano: a desgraça que sofreu a população sul mato-grossense depois que as tropas lideradas pelo militar paraguaio, general Resquin, invadiram aquela província e estabeleceram ali o caos social.

Depois de haverem destroçado dois pequenos e desorganizados corpos que guarneciam a fronteira, os paraguaios continuaram sua marcha, sem obstáculos algum, pelo interior da província, deixando após si os vestígios da mais abominável crueldade.

Quando as forças que de Goyaz foram ao seu encontro, chegaram às imediações de Coxim, eles abandonaram aquela colônia servindo-se, desde então, do passo retrógado, sem de sorte alguma aceitarem combate decisivo.

A força de que falamos acampou em Coxim e em breve chegaram ali as vindas de São Paulo e Minas em número de mil e quinhentos homens que, reunidos à que lhe precederam, formavam uma divisão de duas mil praças, aproximadamente (ANEXO, p. 19).

Os capítulos dedicados às operações militares resultaram de uma releitura que o autor fez dos fatos documentados pela oficialidade no campo de batalha. Sobre isso, podemos comprovar seu conhecimento dos relatórios da administração provincial naquele ano de 1867. Também deve ter lido algumas edições do jornal da província goiana, o *Correio Oficial*, publicadas em 1865 (no que diz respeito, por exemplo, à marcha das forças expedicionárias que partiram de São Paulo e Minas Gerais) e em 1867, nas quais se encontram as correspondências entre o presidente Augusto Ferreira França e o comando das Forças Expedicionárias em operações no sul do Mato Grosso, e outra do coronel José Antônio da Fonseca Galvão, escrita quando a tropa se encontrava em marcha, saindo de Minas Gerais e adentrando a província de Goiás, endereçada ao coronel Carlos de Moraes Camisão, que assumiu o comando militar em 1º de janeiro de 1867.

Por um lado, MAC não envolveu diretamente seus personagens com marcha das forças militares de Goiás, quando se deu o processo da *Retirada da Laguna*. Quando tratou desse assunto em seu romance, ele o fez como narrador. No que diz respeito à historicidade da presença militar de Goiás ao sul do Mato Grosso, esse feito não lhe pareceu um efeito de vitória, a não ser pela capacidade de sobrevivência exposta no efeito da retirada, o que significa um feito heroico. Por outro lado, não lhe interessou a fidelidade cronológica dos acontecimentos da organização da marcha de guerra em Goiás em relação às datas nas quais inseriu seus personagens militares no exército de voluntários.

Não condiz com a realidade dos fatos documentados em Goiás a presença dos irmãos voluntários de Bonfim integrando os agrupamentos que saíram da cidade de Goiás em 15 de maio, o primeiro grupo, e em 8 de julho de 1865, o segundo grupo. Nesse aspecto, MAC não se preocupou em associar seus personagens aos acontecimentos reais relacionados aos militares goianos em sua narrativa ficcional. Numa das passagens, encontramos a seguinte exposição: “três dias depois de haverem assentado praça, marchavam em demanda das forças inimigas que invadiam a província de Mato Grosso”. Salientamos que, no início do primeiro capítulo, o autor definiu a data da viagem dos irmãos Bernardo e Pedro em agosto, quando as duas primeiras tropas de militares já estavam em marcha rumo à província de Mato Grosso.

Portanto, há um anacronismo na informação colocada na ficção se comparada com os fatos tal qual foram documentados. Esse desencontro da ficção com os fatos reais pode ser explicado pela intenção do autor de valorizar o elemento goiano, quanto à sua resposta às demandas do governo em termos do alistamento militar, e as circunstâncias gerais dos esforços que foram realizados, tanto pelos agentes públicos da província quanto pela

população, para assumir a causa patriótica em Goiás. Notamos que ele procurou, no capítulo VI, relatar os acontecimentos como eles se apresentavam no âmbito geral das informações às quais teve acesso, incluindo-se aqui aquelas relativas aos atos da administração pública para fins de resolução das causas da guerra em Goiás, divulgadas pelo presidente da província em 1865.

No relatório sobre as primeiras quatro semanas de administração dos assuntos da guerra em Goiás, o presidente Augusto Ferreira França, em 1º de junho de 1865, informou aos deputados provinciais da chegada à capital de voluntários vindos de vários municípios goianos. Salientou que, entre o dia de sua posse, 27 de abril, e 14 de maio, ele conseguiu acompanhar os trabalhos da organização dos corpos de voluntários junto ao Batalhão Goiano de Caçadores e ao 20º Batalhão de Infantaria de Goiás.

Não tem cessado a concorrência de voluntários da pátria: com a chegada a esta capital até 14 do mês findo, organizei uma companhia que já marchou adida ao batalhão de caçadores: e com os que aqui se acham, e são esperados a todo momento dos municípios de fora, espero organizar muitas outras, se não corpos (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 67).

Ressaltar a presença dos militares goianos nas operações militares ao sul do Mato Grosso, em nossa compreensão, resulta do fato de que as narrativas sobre os acontecimentos que ali transcorreram circularam na sociedade goiana e nela deixaram rastros das ações que marcaram a memória daqueles feitos na imprensa e na população. Depois de discorrer sobre as maldades que os paraguaios fizeram ao povo de Mato Grosso, MAC fez as forças paraguaias acampadas na vila de Coxim recuarem, imprimindo, ali, o início da reação brasileira para conter o avanço das forças inimigas. O enredo de MAC tratou da presença das forças militares de Goiás que chegaram àquela região em setembro (as de Minas Gerais e de São Paulo só chegaram em dezembro de 1865), ofuscando os interesses do governo paraguaio em continuar estabelecendo seu domínio em direção ao norte daquela província ou mesmo invadir o território sudoeste de Goiás. O presidente Augusto Ferreira França finalizou o tópico *Direção das forças* explicando aos deputados provinciais em seu relatório de junho de 1866 as informações sobre a união das forças militares de Goiás com as de Minas Gerais e São Paulo

Felizmente, porém, pode chegar sem grandes prejuízos, tanto no pessoal como no material, às vizinhanças de Coxim, donde em virtude da ordem do brigadeiro Galvão, seguiu a reunir-se às forças deste às margens do rio Negro. Cumpre-me noticiar-vos que todas as forças desta província e as de São Paulo e Minas ali se acham, aguardando ansiosamente a ocasião mais favorável para varrer das fronteiras de Matto Grosso os últimos vândalos que conspurcam o solo da pátria. (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 86)

De Coxim a Laguna. Assim buscou o autor d’*Os voluntários* eternizar em seu enredo a principal missão do contra-ataque brasileiro: salvar a população mato-grossense dos invasores paraguaios. “Nunca se viu perseguição igual; a calamidade tinha chegado ao auge. Parecia que a providência protegia os vândalos”, disse ele, numa das passagens iniciais do capítulo VI. Mais à frente, depois de dirigir a imaginação do leitor para o sofrimento pelo qual passavam os militares em marcha pelas terras perigosas do pantanal mato-grossense, à frente do contra-ataque nacional, MAC expôs as fragilidades operacionais que fizeram sofrer e perecer grande número de “heróis brasileiros”.

Lutando contra a fome, peste e intempéries, este pequeno exército avançara por lugares desconhecidos e desertos, resignado e ansioso por vingar a honra do país. De Coxim a Miranda, levaram imenso tempo: todos os obstáculos se lhes antepunham e nas poucas marchas que faziam encontravam sempre sinais de imediata retirada do inimigo. Nesta vila, chegou a gente em completo estado de nudez e à mingua de todos os outros recursos. — Ali o beribéri ou a intoxicação paludosa ceifava vidas de dezenas. (ANEXO, p. 19)

A forma de dizer “levaram imenso tempo” dimensiona o período de 15 meses entre a saída da colônia de Coxim, em janeiro de 1866, e a ultrapassagem da fronteira Brasil-Paraguai depois que as forças brasileiras ocuparam a vila de Bela Vista no início de abril de 1867.

Em dias de maio de 1867 estava a divisão acampada na internada da Laguna, cinco léguas das fronteiras. Ali foi preciso fazer alto, pois que os víveres e o gado iam tornando-se escassos. Entretanto, o pequeno número de paraguaios fugidos do forte recebia quase diariamente reforços que lhe enviava o ditador López. Há opiniões que a força inimiga, nessa ocasião, atingiu cinco mil homens. (ANEXO, p. 20)

A entrada das forças brasileiras em território paraguaio foi noticiada para a população goiana em 10 de junho de 1867, com o *Correio Oficial* publicando informações sobre a guerra no sul do Mato Grosso:

Foças Expedicionárias – As forças que se achavam em expedição ao sul da província do Mato-Grosso pisam território inimigo desde o dia 24 de abril. Essas forças que tanto tem se sacrificado pela honra e dignidade nacionais, no referido dia 21 tiveram a glória de tomar o forte Bela Vista, à margem esquerda do rio Apa e que era guarnecido por 430 homens, comandados pelo major Urbiet. O inimigo logo recebeu a primeira descarga da 1ª companhia de Infantaria nº 20 que formava a vanguarda das forças, fugiu espavorido. O Batalhão número 20 desta província, tendo sido a primeira força brasileira que chegou a Coxim, foi também o primeiro que teve a fortuna de plantar naquele ponto inimigo o Pavilhão Nacional (CORREIO OFFICIAL, 10 jun. 1867).

As informações do noticiário estavam contidas em carta-relatório enviada pelo comandante da força de artilharia, o major de comissão João Thomaz de Cantuária, ao comandante Carlos de Moraes Camisão. Elas tratavam da atuação dos soldados goianos que tiveram destaque nas operações de entrada do exército brasileiro em território paraguaio. Esse tipo de relatório fazia parte do que os militares convencionaram chamar *narração dos factos*, e muitos deles foram redigidos para narrar as investidas que as forças brasileiras faziam à frente de cada combate com os paraguaios. Os comandantes das companhias, depois de cada manobra dos militares sob seu comando, relatavam os fatos ao coronel Camisão. O trecho a seguir trata dos combates que se realizaram entre 3 e 6 de maio de 1867. Nele são encontradas referências sobre a participação do 20º Batalhão Goiano de Infantaria e a deferência dada ao capitão Joaquim Ferreira Paiva, justificando sua liderança e bravura.

Entre 6 e 7 horas da manhã o corpo de caçadores a cavalo, que devia fazer vanguarda de nossa força na marcha transpôs logo o córrego que ficava à retaguarda do nosso acampamento, e apenas ganhava distância para dar lugar à bagagem, foi recebido pela cavalaria inimiga que se achava de emboscada na mata. — O comandante Pedro Rufino carrega sobre ela e persegue-a, separando-se cada vez mais da força que ainda não havia transposto o córrego, entretanto o inimigo aproveitando-se da ocasião, lança sua ligeira cavalaria sobre os nossos soldados que no número de 100 mais ou menos, resistiam com heroísmo, ajudado pelos nossos companheiros que abandonando a bagagem dos oficiais, correram corajosos em auxílio de seus companheiros. Foi então que recebi ordem de vossa Excelência para seguir com uma boca de fogo, protegida pelo 20º de Infantaria do mando do capitão Joaquim Ferreira Paiva, que aproximando-se do inimigo, estendeu uma grande divisão em grande linha de atiradores, enquanto eu fazia atingir sobre eles nossas granadas, que os obrigou a retirarem-se em debandada para depois se reunirem-se nos nossos flancos e frente. (CORREIO OFFICIAL, 7 de ago. 1867)

A *narração dos factos* relacionados às operações militares na *Retirada da Laguna* serviu de inspiração para que MAC reforçasse o sentimento de heroísmo que foi explorado nos noticiários de época, como vimos na edição do *Correio Oficial* em 10 de junho de 1867. Ele fez referência ao momento em que o coronel Camisão reconheceu a impossibilidade de as forças brasileiras seguirem adiante no território do Paraguai. A narrativa foi curta, como se o autor sentisse o sofrimento de externar em palavras o que percebia ter sido uma epopeia, a qual compara às excursões militares do general grego Xenofonte (430 a.C. – 355 a.C.) nas batalhas contra os Persas.

O autor não fez menção direta aos militares goianos na empreita da *Retirada da Laguna*. Limitou-se a descrever o movimento militar a partir do comando do coronel Camisão. Entendemos aqui ter sido uma forma de não estender esse assunto no seu empreendimento literário. Isso ainda nos leva a inferir que, àquele homem, MAC quis dar os *louros* da

liderança daquela difícil tarefa de conduzir, em fuga, uma tropa bastante fragilizada. Ao ressaltar a figura do comandante geral, tratou do assunto do recuo brasileiro como uma decisão proveniente de comum acordo entre o comando superior e os comandantes dos batalhões que formavam a expedição. “Resolveu uma retirada de acordo com os capitães subalternos”, comentou ele, numa passagem em que as forças inimigas apertavam o cerco no momento da retirada.

Sem mencionar os militares de baixa patente, o autor inseriu, no enredo, uma das situações relacionadas às batalhas ocorridas entre 8 e 9 de maio. Nos *relatos dos factos* feitos pelo comandante do 20º Batalhão de Infantaria de Goiás, encontramos informações sobre o momento em que os militares estavam regressando para o Brasil e se encontravam nas ruínas do forte de Bela Vista. MAC faz referência a essa batalha e a compara com a epopeia dos relatos de batalhas do general grego Xenofonte.

É interessante confrontar um documento oficial, redigido pelo capitão Joaquim Ferreira de Paiva, e os trechos da ficção nos quais MAC buscou reforçar o grau de heroísmo dos militares brasileiros em fuga do Paraguai, descrevendo o posicionamento das forças brasileiras naquela empreitada. Depois de tratar de uma batalha que se realizara no acampamento da Laguna em 6 de maio, na qual as forças paraguaias sofreram grave derrota, o autor ressaltou que “o acampamento inimigo ficou juncado de cadáveres”.

Depois, dois dias, deste feito, isto é, a 8 de maio, ao começarem as forças brasileiras a sua retirada, foram elas acometidas por grossas colunas de cavalaria e, daí em diante quase todos os dias, nosso pequeno exército combatera desesperadamente, sem uma vez ficar desbaratado. Esse pequeno e insignificante troço de homens desenvolveu a maior constância de valor que se há visto na América. Faz lembrar a retirada admirável de Xenofonte.

Mais uma vez lutou esse pequeno corpo com toda a sorte de perseguições: a fome, a peste, a adversidade do tempo e o incêndio dos campos, molestavam esses mártires da pátria, mas sempre ativo e denodados faziam uma retirada cheia de glória que na frase do ilustre político, tornou-se sem rival na história do novo mundo.

Um dia viu-se o comandante forçado a deixar em um dos acampamentos, cento e muitos homens que, sendo vitimado cólera-mórbus, não podiam ser conduzidos por falta de transportes! Vítimas infelizes. (ANEXO, p. 21)

Em 10 de maio de 1867, o capitão Joaquim Ferreira de Paiva escrevia seu relatório, informando ao coronel Camisão os procedimentos de seus subordinados nas batalhas que se sucederam naquele percurso de saída da fazenda Laguna. A perseguição do exército paraguaio descrita por MAC e a resistência das forças em fuga foram contadas pelo comandante goiano, que relatou os intensos tiroteios que a tropa sobre seu comando enfrentou naqueles dias 8 e 9 de maio. Num dos trechos da narração do militar goiano ao comando geral, encontramos as seguintes informações sobre aquela fuga e os sacrifícios impostos pelas adversidades do

tempo, da fome e da perseguição que sofreram os brasileiros. Explicando as decisões que tomara para seus superiores, escreveu:

Imediatamente, parti em marcha acelerada e chegando no campo onde estava o citado corpo todo em linha de atiradores na distância de 300 passos, observando que o inimigo tinha cercado por todos os lados, fiz seguir, não obstante a ordem de V.S. de não abandonar a boca de fogo, uma grande divisão composta da 1ª e 2ª companhia, comandada pelo capitão de Comissão de voluntários da pátria, Vicente Miguel da Silva, ordenando a este que dividisse em duas linha de atiradores para a direita e a esquerda do mencionado corpo, o que sendo cumprido pelo capitão, entrou logo em fogo, e notando eu mais que o fogo cada vez mais ia se tornando renhido, tomei a deliberação de seguir com a 3ª, 4ª, 5ª e 6ª companhias, deixando a boca de fogo; a 4ª grande divisão composta da 7ª e 8ª Companhia sob o comando do alferes do exército de Comissão Pedro Nunes Baptista Ferreira Tamarindo, apoiada sobre um curral, e tomando eu à frente do predito corpo, formei linha e carreguei sobre o inimigo, conseguindo assim a retirada dele; com o que fiz alto e aguardei as ordens de vossa senhoria, que momentos depois, mandou-se ordem que eu me retirasse com o batalhão para o centro das forças afim de dar sepultura ao cadáveres. (CORREIO OFFICIAL, 10 ago. 1867).

MAC concluiu a narrativa sobre a *Retirada da Laguna* na edição do *folhetim* de 25 de setembro de 1880. Ali ele dividiu as colunas, encerrando o assunto da expedição militar da qual tratou no capítulo VI, e iniciou o capítulo VII, retomando o enredo sobre as personagens de Bonfim. Antes, porém, descreveu a morte do comandante Carlos de Moraes Camisão e destacou o sofrimento dos militares em fuga quando a tropa chegou ao porto de Canuto, no rio Aquidauana, em 12 de junho de 1867. A partir daquele momento, as forças brasileiras em operação no Sul do Mato Grosso foram finalmente extintas em seus objetivos militares. Depois da morte do coronel Camisão, “geral foi a consternação, mas não perderam a esperança. Desnecessário se torna dizer que os paraguaios os apertaram noite e dia e não cessavam de tirotear com as avançadas”⁵⁶.

Um major fora quem assumira a direção da coluna ou fragmentos dela, porém, em ocasião que se considerava salva dos maiores perigos, pois que andando a marcha há muito tempo errante pelo deserto e inculto campo, tinha nesse tempo encontrado a estrada que facilitava a presteza da nobre e valente retirada que efetuara uma tão

⁵⁶ Na *narrativa dos factos* do comandante do 20º Batalhão de Infantaria de Goiás, em 12 de maio de 1867, encontramos os elementos que motivaram o autor de *Os voluntários* a realçar o sentido da perseguição das forças paraguaias no encalço dos militares brasileiros. Apesar disso, segundo relato do capitão Joaquim Ferreira de Paiva, os militares brasileiros conseguiam interromper a pressão dos inimigos. “Marchando estas forças do forte de Bela Vista, República do Paraguai e de regresso para Nioac, foi ela atacada a ¾ de léguas daquele forte por uma força inimiga em número de oitocentos, pouco mais ou menos das três armas, achando-se o batalhão de meu interino comando colocado na ocasião do fogo à direita das mesma forças, afim de não só garantir a boca de fogo que marcava deste lado sob o comando do major de comissão João Thomaz de Cantuária, como as bagagens – por ocasião do ataque tornei imediatamente o quadrado, resistindo com vivo fogo a cavalaria inimiga que havia carregado sob o flanco por mim ocupado como V.S. foi testemunha ocular, por ter na ocasião do fogo abrigando-se no quadrado do Batalhão sob o meu comando, com que provou a confiança de meus comandados. Não tenho a lamentar morte ou ferimentos de oficiais nem de praças, não acontecendo assim aos inimigos que calculo terem fora de ataque cerca de 80 homens” (CORREIO OFFICIAL, 10 de agosto de 1867).

diminuta força, vendo-se sempre acossada pelos elementos e pelas legiões paraguaias, os quais acompanharam até o rio Aquidauana. (ANEXO, p. 21)

Como falamos anteriormente, MAC não se prontificou a construir um enredo, detalhando as atividades dos seus personagens nas batalhas contra os paraguaios. No último parágrafo, no entanto, retomou a posição deles junto às forças do exército, tornando-os oficiais militares condecorados pelo governo imperial: “eles haviam sido agraciados com uma ordem honorífica e usavam de uma medalha com o enxergo — Constância e Valor”. Sobre o resto da tropa sobrevivente, ele disse que elas foram encaminhadas para a cidade de Cuiabá, onde foram recebidas com honra pelo governo e pela população. Essas informações concluíram o relato que os irmãos Bernardo e Pedro haviam enviado para o pai na cidade de Bonfim — “ligeiro extrato as notícias que Anselmo acabava de receber de seus filhos”, como classificou o autor. No capítulo VII começou a saga dos personagens Elisa e Honório, com destaque para o casamento arranjado que serviu como fio condutor para a trama de perseguição e traição à família dos voluntários da pátria que se encontravam ausentes da cidade de Bonfim. Os voluntários só entraram novamente em cena no capítulo XII, publicado no *folhetim* em 4 de dezembro de 1880.

2.4 O casamento arranjado de Elisa e o sentimento fáustico de Honório

O assunto do dia naquela cidade era o casamento de Elisa com Honório. O que se pensava sobre o voluntário Pedro, naquele momento, resumia-se a um comentário de Honório consigo mesmo quando se encaminhava à sua casa para se preparar para o casamento depois de uma viagem de “negócios” que havia feito fora de Bonfim. “O pobre namorado, coitado! Quem sabe se a esta hora já não terá sido atravessado por uma bala paraguaia?”. Enquanto isso, Elisa se aprontava em sua casa, vestindo-se, de forma singela, ainda pensando que iria “ouvir uma missa cantada que se ia celebrar na igreja matriz”.

MAC ilustrou com símbolos de beleza o enredo do desacordo. Iniciou o capítulo VII garbosamente, anunciando o dia belo e risonho que surgia com o amanhecer. Elisa se inseriu nesse contexto como a vítima inocente. Honório, aquele que se aproximava, chegou do desconhecido. O máximo que sobre ele o narrador explicita é que vinha de uma pequena excursão, durante a qual tomara as providências em relação a um consórcio futuro. Nada mais sobre isso foi anunciado, como se antes do amanhecer tudo em sua mente viesse do obscuro.

Às vésperas de seu casamento, Honório entrou em cena, surgindo da calada da noite com a ideia “de que tudo estava resolvido” (BERMAN, 2007, p. 85).

A aparência de Honório quando, compassadamente, entrou na cidade ao amanhecer do dia “belo e risonho”, não indicava que estava chocado com a maldade. A cena entre Mefisto e Fausto, analisada por Marshall Berman, em que o personagem humano, obcecado pelas terras de um casal de velhos que rejeitou sua proposta de compra ou de transferência para outra propriedade “convoca Mefisto e seus ‘homens fortes’” (BERMAN, 2007, p. 85) e os impele a resolver o imbróglio, remete-nos ao sentimento de satisfação de Honório chegando à cidade com seus pensamentos tenebrosos. A diferença na comparação é que Fausto, ao saber que “Mefisto e seus homens fortes” haviam matado o casal, sente-se indignado com tamanha brutalidade: “Protesta dizendo que não ordenara violência; chama Mefisto de mostro e manda-o embora” (BERMAN, 2007, p. 86), enquanto a atitude de Honório era de se aproximar mais e mais de Mefisto.

O limite de sua paciência em aguardar um recuo de Elisa, por conta do amor por ela dedicado ao voluntário Pedro, estava esgotado. Finalmente conseguira seu intuito: Elisa seria sua mulher, gostasse ela ou não. O acordo final entre ele e os pais de sua futura esposa estava consumado. A pequena excursão que fizera fora da cidade reabilitou, em seu ânimo, a certeza do poder que carregava em seus ombros. Se fosse preciso matar para ser feliz, não hesitaria.

Ao avistar o povoado seu coração batia violentamente como o de um bandido que vê claramente o cárcere em que teme ser recolhido.

Honório nunca houvera cometido crimes, mas não o duvidara em praticar, logo que se proporcionasse ensejo e houvesse necessidade de levar a efeito alguma coisa. Se a morte do voluntário fosse precisa para sua felicidade e ele assim o entendesse, assassinava-o e com o maior sangue frio. (ANEXOS, p. 22)

Faltavam três horas para o casamento e Honório cavalgava pensativo pelas ruas de Bonfim. Aborto, mas com o coração pulsando forte no peito, ao passar perto da casa do tio José Correa, exclamou em voz alta: “por que me sinto comovido ao avistar a casa de meu tio?”. Em seguida, ponderou se o que iria praticar logo mais não seria um ato indigno do ser humano. Todavia, sua conclusão pessoal foi: “não compreendo que vou praticar uma ação maligna, casando-me com Elisa. Ela é tão linda, sobretudo não é pobre”. Tentava esquivar-se de qualquer sentimento virtuoso em defesa da honra e da integridade alheia. Sobre seu rival, se não tinha que matá-lo, que morresse trespassado por “uma bala paraguaia”.

Nunca tive inveja de um tal rasgo de patriotismo [...] e depois, mais ou menos um não faz diferença nas fileiras do exército de operações. Consequentemente meu rival

é uma nulidade nesta quadra [...] se ele cá estivesse? [...] Obrigar-me-ia a lembrar de meus antepassados e [...] ai dele! Não me embargaria os passos. Pobre moço! Hás de achar um bonito par, quando pra cá vieres, se isto acontecer, o que duvido; morre tanta gente no Paraguai! Oh! Se o meu amigo fosse um dos mártires da pátria? (ANEXO, p. 22)

Finalmente, as três horas pelas quais Honório tanto ansiava fizeram correr os ponteiros do relógio. O casamento estava marcado para nove horas da manhã. Na porta da igreja estavam o padre e os fiéis convidados. Na casa de José Correa, pairava o maior segredo em relação ao futuro de Elisa.

A desventurada donzela adornara-se com os seus mais singelos vestidos, apesar da instância de sua mãe. Nesse dia amanhecera mais triste e impressionada que de costume, - consequência de um ligeiro incômodo feminil, disseram. [...] Quiseram entrelaçarem-lhe os cabelos com ramos de flor de laranja e ela protestou: — Não é ainda tempo. Não sou noiva. (ANEXOS, p. 23)

Mas não teve jeito. Elisa foi enganada pela família até o altar da igreja matriz. Ali tudo estava consumado. O padre havia sido convencido a participar da trama ardilosa do senhor José Correa e seu sobrinho Honório. Os fiéis presentes na cerimônia eram trabalhadores rurais que foram conduzidos à igreja como parte da encenação. A síntese dessa capciosa trama contra o casamento de Elisa com o voluntário Pedro se mostrou no estilo esquivo do autor do romance em explicar mais em detalhes os bastidores daquele casamento teatralizado. Ainda antes do casamento, nas três horas em que meditava sobre seu futuro, Honório já se gabava: as horas seguem seu rumo “e elas passadas serei o ditoso marido de Elisa e [...] o que é mais, senhor de uns poucos contos de réis [...] Sou feliz”.

Nos últimos parágrafos da última coluna daquela edição de 11 de setembro de 1880, os leitores que acompanhavam a história de assédio e perseguição passional comandada por Honório não imaginavam que ela teria esse encaminhamento para o final do enredo. Ambição e dinheiro se tornaram os elementos fomentadores da maldade. A indignação do autor, bem provável, contaminou os leitores. Podemos assim compreender porque MAC quis nortear esse sentimento e assumiu posição contrária ao sentimento *fáustico* do personagem Honório.

Fazei ideia benévolo leitor, que espetáculo horripilante presenciou aquele honrado povo?

A desventurada moça foi levada para casa sem sentidos; enquanto Honório parecia-se a um general triunfante depois de haver tomado de assalto uma praça que se reputava inexpugnável.

Dona Henriqueta chorava: era mãe.

Deixemos a infeliz noiva entregue às suas desventuras, pois é tarefa demasiada árdua para descrevê-las; nossa ignorância e rude pena. (ANEXOS, p. 24)

Em 8 de outubro de 1880 surgiu mais um folhetim com *Os voluntários* nas páginas d'*A Tribuna Livre*. Era a continuação da história do casamento de Elisa com Honório. O ambiente em que se deram as explicações dos bastidores da cena do casamento revoltante foi a fazenda do agricultor Anselmo. MAC elaborou mais alguns personagens tangenciais à vida daqueles que desde o início do romance modificaram o cotidiano da narrativa, conduzindo cada um dos elementos que vemos ser, na proposta do autor, os perfis dos indivíduos naquela sociedade na qual ele buscou se inspirar. A personagem Elisa, qualificada na história como uma moça desventurada, representava as mulheres com casamentos arranjados por interesses dos pais e que, naquela época, pouco podiam fazer contra as decisões a elas impostas.

A repercussão do casamento de Elisa com Honório se tornou emblemática no enredo quando, na fazenda de Anselmo, tiveram início as explicações sobre as causas daquela situação. Tudo aconteceu quando um viajante que dizia vir do norte de Goiás, transitando pela cidade de Bonfim, contou sobre o casamento a Laura e ao senhor Anselmo. MAC o escolheu para ser o mensageiro que explicou, em palavras claras e compreensíveis, os sentidos obscuros das ações que o silêncio de José Correa buscava ocultar. O narrador entrou nessa passagem para questionar os motivos de práticas envoltas por ambição desmedida serem executadas à luz do dia dentro de uma igreja. Tudo se passou na casa de fazenda de Anselmo. Com a calma de quem espera a trovoada passar, servindo-se de café quente, estava o passageiro informado dos últimos acontecimentos da cidade de Bonfim e, com essa oportunidade, MAC permitiu ao leitor se inteirar um pouco mais do significado da trama sórdida que culminou no casamento de Elisa com seu primo Honório.

Havia ali um passageiro; este chegara ao anoitecer, vindo da cidade por onde passara, procedente do norte da província. Como se demorasse no Bonfim, sabia das novidades e conversava instigado por seu Anselmo. O primeiro cuidado de Laura foi perguntar pelo seu noivo. Satisfatória foi a resposta. Anselmo, como homem que gosta de conversar, depois de fazer servir uma xícara de café a seu hóspede, obrigava-o a falar, perguntando-lhe o que sabia.

— Diga-me senhor, viu em Bonfim o sr. José Correa?

— Vi [...] e a propósito [...] Em sua casa parece que houve novidade [...] não sabia do casamento?

— De quem se trata?

— Será possível! O sr. Anselmo não sabe que um tal Honório casou-se com a filha do Correa?

— Nem de leve. E é fato? Disse Anselmo admirado.

— É verdade o que lhe conto, e agora principio a crer no que me informaram que o casamento foi improvisado na igreja [...]

— Ah senhor! Que circunstâncias obrigariam aquele homem a proceder com tamanha precipitação?

— Disseram-me que a moça não queria casar com o primo por estar enamorada de um voluntário da pátria que está em campanha e como os pais eram de opinião contrária, obrigaram-na dessa maneira, e, consta-me que o vigário, que dizem ser parente de Correa, apoiaria o plano por eles preparado. (ANEXO, p. 24)

A reação da família de Anselmo foi de indignação com o fato. Laura foi a mais emotiva quanto à rejeição àquele casamento arranjado. “Meu pai, disse Laura comovida, sinto que tenho de odiar profundamente esse moço cínico e sem consciência que roubou a felicidade de minha melhor amiga”. Escreveu Sun Tzu (2006, p. 31) que, numa guerra, “a grande sabedoria é obter do adversário tudo o que desejas, fazendo com que seus atos redundem em benefícios para ti”. Ter sabedoria não significa fazer o bem, pois o que diz o filósofo chinês em *A arte da guerra* é que ser sábio na guerra é conquistar a vitória com o mínimo esforço e desgaste possível. Para isso, dividir os adversários ou se inserir em seu meio, espionando seu movimento, poderá elevar a vantagem para o sujeito astuto que se envolve numa contenda social. “Quando o inimigo estiver unido, divide-o. Ataca-o, quando ele estiver despreparado. Irrompe onde ele menos espera. Tais são as estratégias da vitória. Mas toma cuidado de não te servires delas antes da hora” (SUN TZU, 2006, p. 15).

A reflexão do filósofo chinês pode ser um ponto referencial para a compreensão do que pensou MAC ao construir as estratégias usadas por Honório no intuito de conseguir o objetivo de ser genro do capitão José Correa e resolver sua felicidade, obstruindo os sonhos amorosos de Elisa. Às táticas do assédio direto e às artimanhas dos constantes bailes para conduzir os destinos da pretendente que lhe negava o coração, associava-se o tempo do distanciamento do rival que fora para a guerra e o tempo de articulação junto ao tio padrinho para conquistar o afeto e convencer os pais de Elisa de que ele, Honório, era o melhor partido para sua filha. MAC nos mostra que as coisas humanas, sendo para o bem ou para o mal de alguém, necessitam de um lugar e de um tempo de configuração para que as intenções sejam colocadas em jogo nas ocasiões propícias. MAC deu essa sabedoria ao personagem Honório.

Na casa de Anselmo, mais uma prova de que Honório saía na frente na intenção de desarticular qualquer resistência dos amigos da família de José Correa ao seu casamento. O personagem que se passava por viajante, na verdade era um informante de Honório que para ali se dirigiu com a intenção de espiar o comportamento moral daquela família diante da notícia do casamento arranjado pela família de José Correa. MAC deu essa pista ao leitor no contexto seguinte à notícia do hóspede sobre os bastidores do casamento de Elisa e os arranjos esquisitos que José Correa articulou com o padre comparsa.

Naquela situação, Laura, indignada com o sofrimento de sua amiga íntima, declarou a todos que, a partir daquele momento, iria odiar Honório para o resto de sua vida. Foi nesse instante que MAC fez cair a máscara do passageiro, que de viajante nada tinha; era apenas mais um comparsa das ações nefastas de Honório, que já tramava momentos ruins para a família do agricultor.

Anselmo, contendo sua indignação, buscou racionalizar a situação e, contrapondo-se ao desejo de ódio da filha, procurou persuadi-la de que nada mais poderia ser feito: “podem ainda serem muito felizes”. Nesse instante, os ânimos de Laura se exaltaram:

— Quem? Elisa? Não senhor! É uma vítima mais que a ignorância e a avareza fazem. Sou sua amiga íntima, conheço-lhes os arcanos. Aquele coração amava, amava de veras, mas outrem e não ao perverso que lhe roubou a felicidade. (ANEXO, p. 25)

Foi em torno dos argumentos de Laura, expressando seu ódio a Honório, que o leitor percebeu que o sujeito a quem ela declarava manifestar desprezo, era o homem arditamente encomendado por seu futuro inimigo. “Com esta linguagem nervosa, o passageiro empalideceu e fitou-a muito com profundo interesse. Era um agente do mal que no correr desta historieta de novo aparecerá”, (ANEXO, p. 25) adiantou o narrador, interrompendo o diálogo entre Laura e seu pai. Com a continuidade da conversa, quanto mais o hóspede ia descrevendo os detalhes das circunstâncias vividas por todos no dia do casamento, mais Laura e Anselmo se revoltavam.

No final das contas, ninguém teve o sangue frio de continuar passivo na fazenda e todos decidiram encaminhar-se para a cidade. A curiosidade foi mais forte que a prudência. Veremos mais tarde o porquê dessa assertiva. Seu Anselmo, dona Joaquina e Laura não se mostraram cautelosos por se colocarem expostos a um estranho que estava ali para semear discórdia em nome de seu comparsa Honório. A desventura de Elisa não foi a única tragédia que aconteceu depois da viagem dos voluntários da pátria. A família deles, enraivecida com o casamento arranjado, começou uma *via-crúcis*. Anselmo interrogou o hóspede:

— E a menina, como se comportou?

O moço hóspede contou em ligeiro resumo como o vigário fizera o casamento; o desmaio de Elisa e a vanglória de Honório.

— Isto é revoltante! José Correa é mais estúpido do que eu pensava e Honório um perverso ambicioso.

E voltando-se para sua mulher.

— É preciso que eu vá à cidade, quero saber disto...

— Meu pai, eu também quero ir; quero consolar minha amiga, enxugar-lhe as lágrimas

— Iremos todos — diz por sua vez dona Joaquina.

Anselmo saiu a fim de ordenar que os animais fossem postos em pastos seguros para pela manhã cedo viajarem em procura da cidade. (ANEXO, p. 25)

A prosa entre Anselmo, Laura e o hóspede foi interrompida e a narração se voltou para a reflexão de Laura que, durante toda a noite, com insônia, não conseguira deixar de pensar na amiga Elisa. A dor de consciência se dava em memória daquilo que lhe havia solicitado seu irmão mais novo, antes de viajar para a guerra. “Que fizeste de tua protegida?”, matutava ela, amargando sua fraqueza em seguir as recomendações de Pedro.

— O que eu poderia fazer? Frágil mulher sem poder destruir as malévolas máquinas do pai de Elisa e daquele perverso [...] Poderia preveni-la se eu soubesse, mas de meu pai ocultaram. Isto é horrível! Farei ao menos tudo por consolar — e chorou por que o mal era para sempre irremediável. Neste momento, como se Deus tivesse pena daquela alma angustiada, recostou-se e adormeceu. (ANEXO, p. 26)

O dia amanheceu na fazenda de Anselmo com quatro cavalos bem preparados e o *celebrado café* em destaque, reativando a animação dos recém-acordados. “Laura, levanta-te que são horas de viajar, teu pai nos espera”. A fazenda não parecia ser muito perto da cidade, pois saíram ao alvorecer, com o sol subindo no oriente, e chegaram a Bonfim quando o sol estava a pino. “Ao meio dia chegaram na cidade”.

2.5 A cidade de Goyaz: cenário de um projeto ardiloso

MAC interrompe a narrativa circunscrita aos lugares de Bonfim com a chegada da família Anselmo à cidade de Goiás, cenário do novo capítulo. Esse texto foi publicado no *folhetim* de 23 de outubro de 1880. A partir dessa edição, seguem-se mais três, publicadas em novembro. O autor, antes de dar forma ao enredo sobre a viagem que o juiz João Carlos fazia de Bonfim àquela cidade, seguindo os termos da convocação da autoridade provincial, faz seu deslumbrante elogio à cidade de Goiás. “Goyaz jardim perfumado que o rio vermelho acaricia com seus constantes beijos”. Ele também nos dá uma dica de que a vida naquela cidade era dinâmica e razoável à sobrevivência das pessoas pobres: “Goyaz, como dissemos, é o paraíso do pobre; ali é barato, tudo lhe é cômodo”. Em termos literários, poderíamos dizer que, nessa passagem, o autor se dedicou a seguir o estilo naturalista da segunda metade do século XIX: “Benditas sejam tuas alvoradas de ouro, teus crepúsculos vespertinos!”. Alguns parágrafos depois, expande sua imaginação para a natureza artificializada pela estética humana numa

residência, numa praça. A cidade de Goiás é o jardim que MAC buscou eternizar em suas elucubrações literárias.

Tu és um verdadeiro jardim e tens as altas montanhas que te circundam para que te protejam do furacão que, sem piedade, despe as árvores de suas verdes folhas e as flores de suas mimosas pétalas.

Goyaz, flor delicada de minha predileção.

Sol radiante, claro, que deita seus raios brilhantes sobre o granito da serra imensa e nos mostra por maravilhosa ilusão óptica – soberba muralha de ouro. O suave perpassar de tua brisa merece um elogio do viajante admirado; eu mi considero com este direito (ANEXO, p. 27).

Depois de se apresentar como admirador da cidade de Goiás, MAC convida o leitor a entrar em uma casa grande localizada no centro da cidade, numa rua que não indica. Menciona apenas que era um lugar onde se poderiam encontrar um juiz municipal e outras autoridades participando de uma festa. “Era uma noite de baile. Não descreverei a graça e suma modéstia dos salões daquela terra que tão propícias horas costuma oferecer à mocidade goiana”. (ANEXO, p. 27). No ritmo da narrativa, MAC ilustra e dá sequência à sua opção literária de aplinar o horizonte com riscos coloridos, para logo em seguida nos oferecer a face obscura da mente humana. A festa parece desobstruir sua percepção para o desenlace da maldade.

Nossa interpretação é de que, num ambiente de festa, como quer expressar o autor, havia a possibilidade de aglomeração humana, de encontro entre gerações de posição social naquela época. MAC quis que o leitor deixasse seu ponto de observação imaginativa fluir para o prazer de uma noite de baile na casa de uma personalidade importante da cidade de Goiás. “Confundamo-nos com esses moços cheios de amor e que se embevecem na dança. Estamos numa casa decentemente mobiliada e da propriedade de uma notabilidade da terra”.

Configurado parcialmente o cenário inicial, surgem os personagens Emílio e André, que, bem mais afastados do grupo de pessoas, parecem perscrutar a vida de alguém. O juiz João Carlos nos é apresentado discretamente, sentado a um canto do salão, aparentemente a meia distância do espaço dedicado à dança. A música é interrompida. “A loucura da valsa e a harmonia descansavam por momentos, dando lugar a esses dialogozinhos curtos, onde se comenta, critica-se, elogia-se e até calunia-se”. Então, André e Emílio entram em cena com a suspensão da dança. Grande número dos presentes se dirige a um jardim próximo a um bufê com sucos, licores e cervejas.

Enquanto o baile seguia, André e Emílio cochichavam sobre a presença do juiz João Carlos, recém-chegado da cidade de Bonfim. A trama de ódio iniciada lá em Bonfim se

translada para a cidade de Goiás e aquele momento de interrupção da valsa se torna a faísca que dá ignição aos propósitos maquiados por Honório, representado na figura do personagem André. Emílio informa a André:

- É o doutor João Carlos.
- Sim? É o moço ilustrado, juiz municipal de Bonfim?
- É, segundo consta, casa-se em breve com uma beleza dali.
- Estimo saber disso [...] tenho mesmo um negócio com ele [...] é uma incumbência.
- André? Esta noite dizes as coisas com um mistério! [...] Não posso entender-te e me parece que envolves o doutor num olhar! Tens ódio? — Conheces?
- Tudo é possível! (ANEXO, p. 28)

Tudo já estava planejado: ofuscar o brilho da presença do juiz de Bonfim somente porque este representava ali um desafeto de Honório. Lembremos do que já analisamos anteriormente sobre a saída repentina da família do senhor Anselmo da fazenda e a resistência de Laura ao casamento arranjado de Elisa. O que se passava no baile, na casa de um notável da terra, seria a extensão dos planos sórdidos construídos por Honório. Voltemos ao instante em que o autor nos mostra que ele havia deixado Bonfim, antes do seu casamento, para resolver algumas “pendências suas”. Com o baile em Goiás, o que significavam seus “novos consórcios” estavam prestes a se desenrolar naquela trama.

Os “novos consórcios” de Honório eram seus planos sórdidos relacionados à família de Anselmo e mais diretamente a Laura, pois, naquele baile, na presença de seu noivo e em sua ausência, o nome da moça foi exposto ao ridículo na frente de pessoas que nem a conheciam. Eram os mistérios que Emílio havia dito não entender nas palavras do amigo André. Este estava incumbido de se apresentar como emissário oculto de seu amigo bonfinense. Honório estava nele representado. Diz Emílio:

- Pelo que vejo, temos coisas misteriosas?
- Nada posso te adiantar, logo mais verás.
- Neste momento saía grande número de homens para o jardim. Ali é que estavam colocados os refrescos.
- Os jovens seguiram os passos daqueles e acharam-se todos reunidos. André que desejava aturdir-se, colheu uma garrafa de cerveja e entregando a um dos servidores disse:
- Abra a garrafa. Preciso é que brindamos a uma moça desconhecida aqui nesta cidade, uma formosa habitadora do Bonfim; a moça mais bonita que conheço; a mulher mais lasciva da província, enfim, senhores, a elegante Laura que pouco de vós conheceis.
- Sim, sim, brindemos; exclamaram diversos.
- À saúde de Laura, senhores! Disse André com assento nervoso.
- Sua saúde! Repetiram em coro uma dúzia de mancebos. (ANEXO, p. 28)

O que se sucedeu a partir desse momento foi a obscuridade dos sentidos: alguém era exposto à ignomínia. MAC encobre a reação de João Carlos depois das palavras de André e dos sussurros altos de sua plateia que dirigia palavras grosseiras ou libidinosas à noiva do juiz. Em meio à roda de amigos, alguns metros separados da pequena arena montada por André, estava o noivo de Laura, sem entender o que se passava. Até que um dos presentes compreendeu a quem se dirigia a mensagem pública de André naquele baile. O diálogo entre eles é de estupefação: “Que dizem, perguntou um deles”. “Ou eu me engano ou perto de nós vai cometer-se alguma infâmia, disse outro”. “Como assim? Disse o doutor”. (ANEXO, p. 28) O diálogo entre o juiz João Carlos e seus amigos era de total incompreensão. O narrador reforça o sentido da exposição do nome de Laura naquele baile por um grupo de jovens que se divertiam. Laura foi chamada de lasciva, mas o juiz não entendia o que se passava: “Sim, porém acreditei que não dirigiam a ela essa qualificação tão pouco lisonjeira a uma donzela”.

O “sim” duvidoso do juiz representa sua resistência em envolver-se diretamente naquelas cenas obscura. É o desejo de fuga; fugir daquilo que queria ver bem longe de si. Mas não teve jeito. Era de sua noiva Laura que todos zombavam: “se ela estivesse entre nós, veríamos como o brilho daquela estrela celeste ofuscaria essas raquíticas flores”, dizia o rancoroso André. Outros lhe emendavam com adjetivos libidinosos: “É admirável”; “Deliciosíssima”, “Incomparável”. Salientamos que, do grupo que expunha ao público os discursos ofensivos à honra de Laura, somente André e João Carlos a conheciam. Este era o seu noivo e, aquele, um antigo pretendente que, anos antes, passando por Bonfim, havia se enamorado de Laura, mas dela não recebera resposta confidencial ao amor.

- Se eu, tomou André, não lhe houvesse perdido a boa amizade, e frisou estas palavras, que me unia noutros tempos, a essa deidade, iria em breve visitá-la e talvez que [...]
- Não nos conte histórias [...] Não te acreditamos; é que não mais te atreves.
- Não me atrevo?! É que eu [...]
- Diga! Diga logo, falaram diversos.
- É porque não quero, disse André com energia.
- Não compreendo, replicou um.
- Nem eu, acrescentou outro
- Eu lhe asseguro que quando me virem viajar não será decerto para ir a Bonfim, não sabíamos o que havia por lá [...] coisinhas muito íntimas [...] falou André com malícia. (ANEXO, p. 29).

A cena de acusação feita por André foi concluída sem se saber quais foram os resultados finais daquela noite fatídica para o juiz João Carlos. No dia seguinte, o juiz e André voltaram a se encontrar. O juiz, novamente, foi surpreendido com a visita de André. A cena se passa nas imediações do bairro do Rosário, mais precisamente numa das ruas que levam à

praça de mesmo nome. O juiz, ainda atônito com o desenrolar da cena que presenciara na noite anterior, havia relaxado mais do que de costume na cama, justamente porque, descreve MAC, não havia conseguido dormir depois daquele episódio. “Às nove horas, abrindo os olhos, viu pelas frestas, ardentes raios de sol, então conheceu que tinha comprometido seus hábitos, e meditambundo, tratou de levantar-se, lavar o rosto, vestir-se”. (ANEXO, p. 30) Nesse momento, o autor oferece uma visão das acomodações em que estava o magistrado instalado. Mais uma vez descreve a casa com cômodos espaçosos, definindo o habitat das famílias de posses na cidade de Goiás em meados do século XIX: “Tudo mobiliado decentemente”. Todavia, faz essa descrição para, em seguida, avaliar o abalo emocional do juiz João Carlos, naquele momento, bastante “envergonhado e confuso”.

Eis que lhe batem a porta.

— Quem me procura tão cedo? [...]

Foi a pergunta que fez a si mesmo, esquecendo que dormira muito tarde; mas, obedecendo ao dever foi abri-la e ficou aterrado.

Tinha diante de si o mesmo homem que o insultara na véspera.

— Entre senhor, [...] pronunciou o doutor com voz pouco firme.

Encaminhou-se para uma mesa olhando para um revólver que estava em cima. (ANEXO, p. 30)

Não foi preciso João Carlos sacar o revólver, pois André se adiantou, dizendo não querer fazer mal; ao contrário, foi para conversar e pedir perdão pelo ato ignominioso da madrugada anterior. “Por isso deve saber que venho pedir-lhe perdão, e se exige uma satisfação pública, dar-lhe-ei, porque foi uma loucura o que pratiquei”. (ANEXO, p. 30)

A conversa saiu das considerações sentimentais de ambos e logo que André retomou a confiança mínima de seu oponente, tomaram forma as explicações de André sobre as verdadeiras intenções que o fizeram agir com tal desrespeito: Laura. Novamente a personagem Laura é inserida no diálogo entre André e o juiz João Carlos. O que motivava André a visitá-lo, logo cedo, era o interesse de apresentar as provas das acusações que fizera sobre a jovem da cidade de Bonfim.

MAC retoma as informações dadas nas primeiras edições, nas quais destacara as virtudes intelectuais e aptidões musicais de Laura quando sua família morava na cidade do Rio de Janeiro. André reproduziu a história arquitetada por Honório. “O doutor tremia ouvindo a narração de André, que não parava um só momento. Seu romance estava bem estudado e produzia o êxito esperado”.

O “romance” era, na verdade, uma maquinação contra a relação do juiz e a jovem Laura. André contou ao juiz que, em viagem que fez ao Rio de Janeiro, em 1864, passou um

tempo na cidade de Bonfim. Ali conheceu Laura e por ela se apaixonou, mas ela não lhe correspondeu. Foi então que, ao chegar no Rio de Janeiro, conheceu um antigo enamorado de Laura, de nome Fernando. Sua família era vizinha da família do senhor Anselmo. Sua mãe, dona Eufrasina, era pianista e foi quem deu as primeiras lições de piano à jovem Laura.

A trama elaborada por Honório e André introduziu outro personagem, também pianista, de nome Adolfo. Foi em torno dele que os maquinadores buscaram difamar a conduta de Laura, ofuscando de vez a expectativa de João Carlos de se casar com uma moça pura e honrada. Segundo o informante, Fernando tinha se apaixonado por Laura, que o fez acreditar na possibilidade de uma relação afetiva, mas o traiu com Adolfo. A trama da discórdia iniciou quando Fernando começou a desconfiar das verdadeiras intenções da moça em relação a Adolfo. O enredo se direciona, então, à descrição do comportamento lascivo e obscuro de Laura ao frustrar as expectativas amorosas de Fernando. André relatou ao juiz as atitudes desonestas de sua noiva no passado.

Uma noite Fernando passeando viu o pianista com uma mulher pelo braço.
Fernando desconfiou, como todo homem zeloso.
Adolfo morava no Pedregulho: para ali se dirigia gente amorosa.
Fernando sabia a casa do pianista e foi grande o seu espanto, vendo-os entrar nela.
Resolver então esperar pelo regresso e mostrar, isto é, fazer-se conhecer, descobrir o rosto de Laura, sucedesse o que sucedesse. (ANEXO, p. 33).

MAC exigiu do leitor do periódico *A Tribuna Livre*, naqueles meses de outubro e novembro de 1880, uma compreensão cultural do contexto das ações de seus personagens. Ele colocou aquele fato como elemento de memória, pois narrou ao ritmo do passado, caracterizando dois modos bem distintos de se viver no Brasil naquele período. A cidade do Rio de Janeiro era o ponto de referência da distância dos fatos narrados; distância não só do tempo, mas também do jeito particular de se viver numa província do sertão. O juiz João Carlos, ao chegar em Bonfim, vinha do Rio de Janeiro e foi nesse ambiente que MAC estabeleceu o confronto cultural que se dava pelo horizonte das experiências dos indivíduos que circulavam entre Goiás e Rio de Janeiro.

Adolfo foi apresentado como músico boêmio que andava pelas altas horas da noite com jovens de braços dados em lugares do Rio de Janeiro, nos quais a obscenidade era mais tolerada que em outros. Fernando, desconfiado de que Laura estava traindo sua confiança com o pianista boêmio, e não satisfeito com a espregueada que fizera na madrugada do dia anterior, buscou encurralar Laura, dizendo que vira Adolfo passeando com uma jovem de braços dados. “Pareceu vê-la estremecer ouvindo contar aquela aventura”. Como não conseguiu provar que

Laura estava com o amante, Fernando se preparou e, na noite seguinte, foi espreitar os passos noturnos do pianista Adolfo. André insistia na desonra de Laura diante de seu noivo, pontuando em detalhes o que ouvira de Fernando, o enamorado traído.

Nesse momento, Laura foi exposta a mais uma acusação de mulher desonrada e comportamento lascivo, porque, ainda jovem donzela, passeava às escondidas pelas ruas do Rio de Janeiro com Adolfo, de madrugada, vestida de homem. João Carlos escutava, estremecido, as invencionices do caluniador, que continuava com as mentiras:

Fernando sempre desconfiado, espreitou essa noite e viu então Adolfo passar com um mancebo imberbe que parecia ter 15 anos. Entendeu, então, conhecer o jovem passeador.

Espreitou ainda uma vez disposto a reconhecer o passeante noturno e foi por acaso colocar-se defronte à casa de Anselmo, tendo todo o cuidado em ocultar-se em uma ramagem.

Era onze horas e ele viu abrir-se uma janela no primeiro da casa fronteira e por uma escada de corda descer um vulto que chegando ao solo dirigiu-se para a rua com passo apressado, onde estava um homem à sua espera.

Desta vez não se enganava. Era Laura que sabendo que Fernando a tinha visto em companhia do artista, vestia-se de homem e saía a dar seu giro. (ANEXO, p. 34)

Nas duas edições do *folhetim*, publicadas em 6 e 27 de novembro de 1880, MAC selou o destino da trama urdida por Honório e praticada por seus comparsas contra o casamento de Laura e o juiz João Carlos. Na edição de 6 de novembro, fechou a narrativa dos acontecimentos maquinados pelos caluniadores e ainda deixou a ideia de que foi por causa das espreitadas de Fernando que André descobriu a personalidade lasciva de Laura. E foi por causa da conduta de mulher errada que seus pais decidiram mudar-se do Rio de Janeiro para a cidade de Bonfim. “Laura vendo-se perdida, confessa a seu pai suas extravagâncias e três semanas depois desapareciam da Corte sem saber pra onde tinham ido”, afirmou André, categoricamente, diante do juiz desolado, reproduzindo a mentirosa narrativa de seu confidente fluminense. Com essa conclusão argumentativa, MAC sepultou parcialmente o amor do juiz por Laura. Enquanto isso, em Bonfim, Laura dava início aos preparativos de seu casamento e aguardava seu noivo retornar da viagem a trabalho. A visita de André ao magistrado surtira os efeitos nefastos sobre a percepção da honra de sua noiva.

— Senhor doutor, já vê que tenho minhas razões, concluiu André suspirando.

— Realmente. Isto é horrível! [...] Uma mulher tal não pode ser minha esposa!

A calúnia triunfara, porque a pobre e inocente Laura estava impura aos olhos do magistrado. (ANEXO, p. 34)

Na segunda parte da edição de 6 de novembro, o enredo se voltou para a cidade de Bonfim, com o magistrado frustrado e sentindo-se desonrado. Envergonhado, viajou de Goiás

em direção a Bonfim com uma decisão em mente: ninguém saberia que ele estava regressando àquela cidade. Antes de tratar diretamente da situação do desventurado juiz, MAC remeteu o leitor aos motivos de Honório ter-se ajuizado com André, um amante frustrado de Laura, para destruir a relação amorosa da moça.

Deduzimos que a decisão de Honório de abalar com mentiras a vida do juiz e desgraçar seus interesses amorosos não se dirigiu como uma vingança direta ao magistrado. Foi a partir das considerações que recebera do espião que enviara para a casa do agricultor Anselmo que Honório se articulou com André e inventou toda a história sobre a conduta de mulher desonrada para Laura. Lembremos que ela, no instante da informação sobre o casamento arranjado da amiga Elisa, havia sido categórica em afirmar que odiaria Honório por aquela infâmia. Sem perda de tempo, sabendo que o juiz viajaria para Goiás, logo fez valer seus sentimentos ardilosos contra a moça, desonrando-a, com mentiras, diante de seu noivo.

Foi o retorno da família de Anselmo para a cidade, depois do casamento teatral, que estimulou Honório a vingar-se daquela família, destruindo o casamento da filha mais velha. Conseguiu mais que isso, pois tal situação o protegia, já que, por causa dele, as famílias do capitão José Correa e do agricultor Anselmo, antes amigas, tornaram-se inimigas.

Anselmo tendo chegado à cidade com sua família, foi logo visitado por seu amigo José Correa que lhe relatou os detalhes do casamento de sua filha, sem omitir a menor particularidade.

Anselmo não pôde reprimir sua indignação, e manifestando-a com ardor e fraqueza acabaram por alterar e ficaram inimigos.

Como se vê, tudo que se passava em Goyaz fora tramado por Honório, que tendo mandado um espião à casa de Anselmo, conhecera o rancor e ódio que lhe professava a menina Laura. (ANEXO, p. 35)

Os detalhes do malicioso ajuste, contra o casamento de Laura com o juiz João Carlos foram sacramentados pelo autor como resultado de uma vingança; da vingança de Honório à resistência de Laura em aceitar a destruição dos sonhos amorosos de sua amiga. Mais hábil e ardiloso foi Honório com a chegada do juiz de sua viagem a Goiás. Sabendo, por carta enviada de Goiás, dos fatos que ali se sucederam na presença do juiz João Carlos e do tempo de sua hospedagem na cidade, Honório aplicou nova tática e articulou pessoas para que se posicionassem ocultamente nas estradas que davam acesso a Bonfim. Desse modo, somente ele ficou sabendo do momento exato em que o juiz João Carlos chegou à cidade, sem que ninguém percebesse sua presença.

O doutor deixou-se chegar à noite e ali estava sem que alguém o soubesse, a exceção de Honório, hábil intrigante que mandara espionar as estradas da povoação da povoação até certificar-se da chegada do juiz.

Uma noite que o magistrado, recostado preguiçosamente em uma rede, lia uma história novelesca, ouviu bater mansamente a porta. (ANEXO, p. 35)

Com a mesma reação que teve em Goiás com a surpresa da visita de André naquela manhã posterior ao baile, ficou *lívido* o juiz quando o seu confuso criado insistia, dizendo a Honório que seu amo não se encontrava em casa. Mas este, que o espionara e sabia que ele estava em casa, não recuava e forçava ser recebido, alterando a voz fazendo recair sobre a memória do juiz a falaciosa narrativa de André:

— Diga ao senhor doutor que venho falar-lhe relativamente à história de Fernando.

O criado confuso, não soube o que responder e foi falar a seu amo, certificando que o doutor estava em Goyaz.

O doutor ouvindo o que lhe dizia o pobre homem, tornou-se lívido e mandou que fosse cautelosamente introduzido o visitante.

O caluniador embuçado num grande capote, atravessou a sala escura e deserta e foi direto ao quarto em que estava a pessoa que procurava. (ANEXO, p. 35-35)

A discrição que João Carlos imaginava estar conseguindo manter na cidade foi quebrada com a chegada de Honório à intimidade dos aposentos de sua casa. Querendo ocultar-se naquela cidade, o juiz se via infringindo uma memória que muito respeitava: a da honra de seu pai. Nesse instante, percebemos que MAC exaltou valores de família, representados pelo respeito do filho à herança moral do pai, e acusou Honório de ser *malvado* por apunhalar os sentimentos cheios de desventuras do seu oponente, lançando a ideia de que um ato de indecência de um juiz do Império poderia macular a moral de um pai honrado.

Doutor, disse com acento grave o caluniador, esquece-se que há um ancião que conta com seu amparo na decrepitude [...] esquece-se de seu venerável pai?!

— Meu pai! [...] disse sufocado.

O malvado tinha tocado na corda sensível.

— Sim! Meu pai precisa de mim não devo morrer, [...] mas quero fugir daqui [...] hoje ... agora mesmo; Antônio traz os animais, já [...] já!

— Espere doutor, parece-me que se esquece que é um juiz e que é mister passar a outrem a autoridade? [...]

— É verdade, mas vou fazer já; e sentando-se à mesa tomou papel e principiou a fazer suas comunicações.

O criado habituado a obedecer às menores extravagâncias de seu amo, nem sequer pestanejou e tratou imediatamente de preparar tudo, o que pouco lhe custou, visto ter chegado a poucos dias seu amo e estar tudo em estado de fazer jornada.

Honório a poucos passos do juiz, contemplava-o cheio de satisfação. Duas horas depois devia estar vitorioso. (ANEXO, p. 36)

Na edição de 27 de novembro de 1880 a trama foi estendida para a repercussão da fuga do juiz João Carlos, “às escondidas”, da cidade de Bonfim. MAC demonstrou querer

desculpar-se perante o leitor por ter construído uma trama com personagens tão maldosos e uma história de tragédias amorosas. A edição fechou, parcialmente, a participação do juiz João Carlos, que saiu na calada da noite de Bonfim sem avisar alguém sobre a desistência de se casar com Laura. Depois de apresentar uma introdução, mostrando-se incapaz, em sua escrita, de aprofundar de forma primorosa toda a trama da maldade que se instaurou em Bonfim, MAC tirou o juiz de cena e inseriu Laura no enredo. Buscamos entender a proposta de MAC nesse trajeto literário e captar o enfoque moral que o autor procurou embutir nas linhas de sua imaginação criativa. Inferimos, considerando o seu universo de percepção da realidade sociocultural de seu tempo, que o autor d'*Os voluntários* percorreu as *estruturas de sentimentos*, mapeando-as para formular o corpo social representado em sua trama de ambição e desacordos sociais.

Raymond Williams (2011), ao analisar os romances britânicos dos séculos XVII e XVIII, declara que as transformações sociais provenientes da Revolução Inglesa e as mudanças nas instituições e nos costumes relacionados ao convívio das populações no meio rural se tornaram elementos referenciais da temática daquelas obras. Os sentidos e significados das transformações políticas e econômicas do Reino Unido se materializaram em tramas literárias. Notamos os desdobramentos disso no interesse do público leitor direcionado às obras literárias que traduzem essas transformações sociais.

As mudanças lentas dos costumes e jeitos de viver das populações daquele reinado com a *ética dos melhoramentos*, eivada pelas transformações sociais e políticas da época e pelos impactos causados pela política de cercamentos das terras, traduziram-se na elevação do número de trabalhadores expulsos das terras e no aumento da miséria humana. E a literatura, segundo Raymond Williams, percebia essas transformações. Numa passagem em que estrutura sua análise sobre os romances que tratam de temas sociais inspirados no início do capitalismo agrário instaurado, paulatinamente, em cidade e vilas do interior da Grã-Bretanha, o autor britânico nos mostra que a literatura da época modificava, a cada geração de escritores, seu modo de representar aquela sociedade, seus contratos sociais seus conflitos de interesses morais e materiais.

Segundo Raymond Williams, a literatura se tornou uma forma mais criativa de envolver os elementos da existência humana, representando as pessoas que sofreram o impacto daquelas transformações sociais e materiais que se originaram como consequência da Primeira Revolução Industrial.

Crise de valores que resultou dessas mudanças é representada de formas variadas na literatura setecentista. Na poesia, conforme veremos a idealização do arrendatário feliz e do refúgio rural foi substituída por uma consciência acentuada e melancólica das mudanças e perdas, a qual terminou estabelecendo, de uma maneira nova, uma estrutura convencional de retrospectão. Mas, antes que isso acontecesse, houve um interesse ativo pelo impacto daquelas novas instituições e tendências sobre as pessoas. E foi justamente esse interesse que fez com que o romance se tornasse a forma mais criativa da época (WILLIAMS, 2011, p. 105).

Aproximamo-nos das observações de Raymond Williams para confrontá-las com a preocupação moral MAC em abordar, de forma tão trágica, um costume das famílias proprietárias de terras e fortunas: os casamentos arranjados. Mas o destaque para o casamento de Honório e Elisa extrapola, na narrativa, os costumes matrimoniais daquela época, ampliando-se para uma descrição mais profunda das ambições e fragilidades humanas. O que pensou Laura quando soube que Elisa se casara, contra sua vontade, com Honório? Dedicou-lhe ódio perante seu pai e o espião que se passava por viajante.

As intrigas de pontos de vista pessoal e moral entre o capitão José Correa e o agricultor Anselmo já se haviam confirmado desde o debate acirrado, entre os dois, sobre o espírito patriótico, da discordância sobre a ida dos dois filhos do agricultor para a guerra e da animosidade entre os dois instalada depois que o capitão José Correa percebeu que Anselmo era contra a decisão que ele havia tomado em relação a Elisa. Entretanto, o afastamento daquelas famílias deu mais força ao atrevimento moral de Honório em se contrapor ao casamento de Laura, quando surgiu a oportunidade da viagem de seu noivo à cidade de Goiás. Mágoas antigas em torno da vida de Laura desertificaram os sonhos amorosos do juiz João Carlos, que se tornou um ex-noivo em fuga, um homem que abandonou sua felicidade sem saber os reais motivos de tão ingrata decisão.

A donzela de 20 anos tinha rugas na face; cobria-lhe uma palidez mortal. Seus lindos olhos negros estavam circundados por uma nódoa escura, azulada, e que demonstrava o quanto houvera carpido; mas agora aquele olha cintilante já não tinha brilho e parecia impossível que naquelas embaciadas pupilas se visse nada uma lágrima. Seu delgadíssimo corpo pendia quando o vento soprava muito forte. Mimosa haste de onde pendia delicada rosa, emurhecida pelos colares da desgraça, tombava para a terra como que querendo prematuramente fazer nela eterna moradia, caminhava para o ataúde. (ANEXO, p. 39)

Essas palavras mostram como a Guerra do Paraguai interferiu nos destinos daquelas pessoas que marcharam contra os inimigos paraguaios. A guerra não só ceifou a vida dos militares brasileiros. Na trama de MAC, ela proporcionou a extensão do egoísmo que pairava sub-repticiamente nas ações de indivíduos que se aproveitaram das circunstâncias de

fragilidade alheia e sobre elas maquinaram seus interesses, destruindo as forças e resistências de seus oponentes.

Honório, triunfante, regozijava-se. Mas o autor reservou a ele um lugar moral: “O inferno protegia a vingança de Honório”. (ANEXO, p. 37). Relendo os comentários de Marshall Berman sobre o *Fausto sonhador*, encontramos a descrição que Goethe faz do homem moderno que surgiu com a indústria e as novas relações de produção e consumo: um homem que se arrisca em suas ambições de tal forma que os valores da vida são preteridos. O que prevalece são as ambições humanas e o desejo de criar novos valores que as sustentem desmesuradamente para aqueles que conquistam, a todo o custo, a realização das satisfações que se encontram nos fundamentos de tais cobiças. São os elementos da vida em batalhas: a eliminação do poder do inimigo, que deve ser a prioridade para aqueles que não querem ver sua cupidez como um empreendimento ineficaz, uma situação de insucesso.

Honório era, na intenção de MAC, aquele que fez o pacto com o diabo. Seus projetos pessoais, relacionados tanto à sua família como à família do agricultor Anselmo, provinham das bases morais desse contrato diabólico. Marshall Berman reforça esse entendimento na literatura de Goethe, e tomamos emprestado esse enfoque para nos sincronizarmos com a ideia de que MAC também assim projetou seu personagem Honório quando o colocou responsável pela *guerra dos sentimentos em desacordos* na cidade de Bonfim. Esse personagem se propôs a defender suas ambições pessoais, destruindo a felicidade de seus oponentes imediatos a todo custo. “Fausto anseia por desbravar as fontes de toda criatividade; em vez disso, ele se encontra face a face com o poder da destruição” (BERMAN, 2007, p. 62).

A destruição do casamento de Laura e João Carlos foi uma vingança pela resistência da moça aos propósitos de Honório de se unir mais intimamente aos negócios do capitão José Correa, homem rico, latifundiário e detentor de influência política junto às autoridades do governo imperial. Honório, protegido pelos *infernos*, diz MAC, triunfa, mas seu triunfo é parcial. O tempo se incumbiria de reorientar os destinos das pessoas em desacordos na cidade de Bonfim.

A guerra surgiu no horizonte da família Anselmo com a partida de seus filhos para servir ao governo imperial, dispondo-se a contribuir com o contra-ataque aos invasores da província do Mato Grosso. Junto da dor da separação e das incertezas vieram os percalços da infelicidade provocados pelo casamento de Honório com Elisa. O posicionamento contrário da família Anselmo causou a desgraça do casamento da filha mais velha. Não só o acordo prévio entre o noivo juiz e Laura fora rompido. Também pairava a dúvida sobre o porquê de o

juiz João Carlos ter ido embora de Bonfim sem nenhuma justificativa plausível para os familiares da noiva.

Palavras trespassadas de fel e de profundo sentimento em que caíra a pobre moça, perdendo sem explicações o homem que devia partilhar sua sorte.
E mais nada acontece; passa-se o tempo e não aparece João Carlos.
E Anselmo? Velho robusto, cheio de resignação e coragem, tomba entretanto ao peso da exageração da dor que o abismara – ouviram-no alguma vez dizer:
— Se não fora esta família que precisa do meu trabalho, pedia-te meu Deus, que me cortasses esta existência enfadonha. (ANEXO, p. 38)

Foi nesse clima de mistério nefasto em torno da família do agricultor Anselmo e, mais especificamente, da dor emocional de Laura ao ver-se preterida pelo seu noivo, que MAC procurou concluir as edições do *folhetim* em 27 de novembro de 1880. “Adeus, adeus! Teu coração perdi!” foram as palavras da noiva abandonada num de seus momentos de resignação. Sua mãe, dona Henriqueta, ao vê-la definhando, buscava inspirá-la à energia dos dias que passam. “O tempo disse ao tempo: cala-te, tudo tem tempo”.

O tempo não só cura feridas emocionais, mas pode permitir uma reorientação dos estímulos à vida. MAC escolheu a maturidade da mulher agricultora para sinalizar o sentido temporal do sofrimento, depois da cena na qual Laura demonstrou ceticismo diante das mazelas da vida e deseja a morte a viver uma vida de *exagerada dor*. O autor associou o sofrimento emocional vivido por Laura à sua decadência física — definhando em sua saúde — e moral: a perda de perspectiva com a própria sorte. Dona Henriqueta viu tudo de forma resignada, mas não desistiu da vida. O tempo esperançoso da mãe de Laura será o tempo da mudança dos destinos. Será também o tempo de Honório, aquele que triunfou. A vingança continua.

2.6 O retorno dos voluntários da pátria e a reviravolta no caso de amor da personagem Laura: a vingança continua presente em Bonfim de Goiás

Os capítulos seguintes, depois do fim do noivado de Laura, contextualizam o retorno de Bernardo e Pedro à cidade de Bonfim e foram publicados nas edições do periódico vilaboense nos dias 4, 18, 24 e 31 de dezembro de 1880. O primeiro *folhetim* se dedicou a explicar as razões da volta dos dois voluntários. Já haviam se passado mais de três anos desde que eles partiram para a guerra e já se encontravam há oito meses sem se comunicarem com a família moralmente moribunda. O destaque da narração sobre os galopes dos voluntários

chegando a Bonfim ocorre quando o sol está subindo no horizonte como uma luz branca; no momento eles se encontram mais ou menos a duas léguas da cidade.

Uma estrada larga, cortada por grande quantidade de viajante á de Goyaz a Bonfim. Nesta estrada e nas imediações desta cidade caminhavam dois moços que pareciam ter pressa em chegar. Ambos montavam bonitos cavalos. Os animais eram fogosos e pediam bridas. Parece que queriam partilhar a ansiedade de seus cavaleiros. (ANEXO, p. 40)

O reencontro dos voluntários com a família reativou os ânimos. Bernardo e Pedro sentiram que aquelas não eram as mesmas pessoas que haviam deixado três anos antes. MAC se esquivou em detalhar a felicidade da família com a presença dos filhos militares. Bernardo chegou com uma cicatriz numa parte do corpo que não podia mostrar em público — o único ferimento que sofreram os filhos do agricultor Anselmo na guerra. Assim que desmontaram em frente à casa dos pais, entraram porta adentro, despertando surpresa em todos da família e da vizinhança.

Uma hora depois da chegada dos oficiais à casa de seus pais, já se sabia em toda a cidade o acontecido. A casa encheu-se de curiosos. Os abraços, os emboras, prodigalizavam-se com abundância. Os prazeres, a alegria e a dor tem seu fim como todas as coisas desse mundo. Os voluntários ficaram a sós com sua família; então começaram as perguntas de costume e poucas horas depois achavam-se inteirados de tudo que se havia passado como se nunc tivessem separados daquela casa. Souberam, não sem sentimento, da intempestiva partida do Doutor, e o abandono em que caiu Laura. (ANEXO, p. 44)

O enredo passou logo a enfatizar o cotidiano das ações que se passaram em Bonfim com a chegada dos voluntários da pátria. Nesse momento, MAC usou sua imaginação literária e fez transcorrer uma situação que não teve, em sua preocupação, o referencial dos acontecimentos históricos. Isso porque, se computarmos o tempo de ausência dos voluntários — três anos e alguns meses, como declara o autor — e a ascendência hierárquica dos dois jovens, que receberam a patente de oficial, essa situação não foi uma realidade plausível.

Outro fator de incongruência diz respeito às datas. O retorno dos oficiais aconteceu, aproximadamente, em meados de 1868, quando as Forças Expedicionárias em operação no sul da província de Mato Grosso, onde estavam agregados o 20º Batalhão de Infantaria de Goiás e o Esquadrão Goiano de Cavalaria, foram dispersas em junho de 1867. Dali as tropas buscaram refúgio em Cuiabá a fim de tratar das doenças epidêmicas que estavam assolando a vida do restante das tropas que se salvaram à fatídica experiência militar, registrada na

Retirada da Laguna (abril/junho de 1867). Tangenciando essas observações, voltemos ao enredo das mudanças ocorridas com a chegada dos voluntários da pátria a Bonfim.

MAC permitiu uma tênue aproximação entre a família do senhor Anselmo e a do capitão José Correa. Numa das passagens, reforçou o triunfo de Honório em seus objetivos junto a seu tio. O autor diz que a família de José Correa nada sabia sobre a trama de Honório contra o casamento de Laura.

Por ocasião de suas vicissitudes foram visitados por José Correa e seu genro, e esta visita restabeleceu de certo modo a amizade interrompida em consequência do casamento de Elisa. Honório, sempre jovial, não parecia ter tomado parte na menor circunstância dos acontecimentos anteriores. Consequentemente, eram quase amigos como dantes. (ANEXO, p. 44)

Da parte de Elisa e Pedro, o que se configurou é que ele já sabia, notificado por carta da família sobre o casamento arranjado de Elisa. Mantiveram-se distantes, pois MAC deu a Pedro um caráter mais maternal em termos de compreensão do que pôde herdar do estilo robusto de seu pai, muito mais presente na personalidade de Bernardo. Pedro já havia se comprometido com uma jovem nascida na cidade de Cuiabá, de nome Catarina, apelidada por ele de Catita. Entretanto, MAC insistiu nesse ponto: que as paixões impossíveis são difíceis de esquecer, e tonificou a personagem Pedro com imaginação poética. Certa vez, destacou o narrador:

Vendo-a, sentiu o mancebo o coração bater-lhe de um modo que bem podia comprometer seus novos amores, se Elisa despojasse ainda de sua mão, e inspirado escreveu os seguintes versos:

Hoje me lembro de ti, mulher que amei,
Por quem eu dava a vida;
Tu que nos letargos de minha alma
Eras o bálsamo salutar que a sorte muda;
Tu, minha querida,
Vens hoje ocupar a minha mente
De ti há muito esquecida;

Oh/ quão doces eram nossos arrebatos/
Que mistura de fel e doçura,
Que de prazer e pesar de parceria,
Quanto riso, quanto amargura!

Já lá vão passados tantos anos
Que te não vejo, donzela;
E és tão linda como era;
Gentil, mimosa e bela.

Ah, aquela mulher, tão só aquela;
Tanto delírio a realizar alcança
E essa mulher tão cândida, tão bela;
Foi um sonho mentido de esperança. (ANEXO, p. 45)

MAC se declarou observador do gosto poético de Pedro e chamou a atenção do leitor para esse talento literário do voluntário mais jovens da família de Anselmo: “julgamos que influirá para melhor se avaliar seu caráter inclinado à literatura”. Outra arte que circundava o gosto dos voluntários, como se não também da população bonfinense, era o gosto pela dança de salão. Após um mês de sua chegada, explicou o autor, os jovens haviam participado de alguns bailes, jantares dançantes e serenatas que eles animavam, com sua presença, a convivência de seus conhecidos bonfinenses.

Parece que aquele povo se orgulhava de ter entre si seus voluntários tão jovens ainda e já senhores de gloriosos lauréis conquistados em Mato Grosso. Mais de um baile lhes foi oferecido, jantares, serenatas, com todas estas festas eram sempre celebrados — Era um viver feliz. (ANEXO, p. 460)

Entretanto, por trás desse entusiasmo todo naquelas semanas que se sucediam com a presença dos voluntários nos ambientes culturais e familiares — aos quais se acostumaram os dois jovens militares — tinha um interesse: saber os reais motivos da desgraça que acometera sua família desde que eles deixaram Bonfim. Estava montado o primeiro ardil da segunda vingança: a dos irmãos militares contra aqueles que tramaram contra sua família. “Os dois mancebos em segredo procuravam o fio condutor que os levasse ao conhecimento dos fatos, tais quais se haviam dado com sua família e acreditavam que ali havia algum intrigante, porém nada haviam podido descobrir”. (ANEXO, p. 46)

Tudo teve início da seguinte forma: certo dia, ao fim da tarde, decidiram os jovens militares fazer um percurso pelas estradas vicinais que circundavam a cidade de Bonfim. Alguém estava à espreita deles e os seguiu. Era um homem com características indígenas que, meio anônimo, havia participado, como espião de Honório, da trama contra o casamento de Laura, e estava aborrecido com o antigo patrão. Sua aproximação dos militares se deu em meio à desconfiança deles, que não reconheceram o visitante que os seguia.

O visitante era um moço da raça indígena, de que muito ligeiramente tratamos em um dos atos dos capítulos anteriores. Ali ele fez papel de espião do célebre Honório e vamos ver o que agora pretende. Descontente com seu primeiro patrão por questão de dinheiro, entendeu vingar-se dele levando tudo quanto sabia acerca de suas aventuras aos moços voluntários.

Lembrou-se quão grande devia ser a tormenta, porque os moços sabedores das calúnias que Honório havia atirado sobre sua irmã, necessariamente procurariam de alguma maneira desforrar-se. (ANEXO, p. 46-47).

Mais uma vez, MAC se recusou a abordar os efeitos da informação que o ex-serviçal de Honório repassou para os irmãos de Laura. “Julgamos fastidiosa a narração da conversa havida entre aqueles três jovens porque não seria mais que repetir o que já havemos descrito nos capítulos antecedentes” — assim, eximiu-se perante o leitor. Importavam não mais as causas daqueles acontecimentos, mas sim as consequências que se manifestaram na mente dos militares de Bonfim: “juraram logo sobre os punhos de suas espadas de vingarem sua irmã”, mas a experiência na guerra os fizera ter a cautela diante das ações que devem ser bem tramadas.

2.7 O último baile

Em dia 31 de dezembro de 1880, o *folhetim* de *A Tribuna Livre* publicou o enredo que se tornou o marco divisor da história final de *Os voluntários*. O tema central da história foi uma festa na casa do capitão José Correa. Isso porque, com a restauração parcial da amizade entre aquela família e a de senhor Anselmo, puderam todos se reunir no evento. “Vemos por isso às 4 horas da tarde Bernardo, Pedro e suas irmãs caminharem em direção àquela casa. Seus pais também os acompanhavam”. Novamente, MAC tomou o cenário de um encontro festivo para articular o desenlace no qual se enredaram seus personagens nos atos mais obscuros em termos da intencionalidade de modificar o destino de outra pessoa. Naquela festa, o constrangimento se tornou o elemento indicativo da vingança dos voluntários, pois Pedro e Elisa, presentes no mesmo espaço, encontravam-se mais distantes do que antes do retorno dos voluntários. “Quantos momentos terríveis, não teve que saborear aquela alma cândida e virtuosa contemplando o galhardo porte e sedutoras maneiras do escolhido de seu coração! Quantas lágrimas não derramou a desventurada, a quem o bruto carinho de seus pais havia sacrificado”. (ANEXO, p. 48)

Caracterizando assim a personagem Elisa, MAC atacou o costume da época de os pais decidirem o casamento de suas filhas. “Não poucas vezes tem sido arrastadas aos pés de Deus algumas virgens, que assim são brutalmente martirizadas”, (ANEXO, p. 48) concluiu no parágrafo seguinte, ainda se referindo ao destino que escolhera para a personagem Elisa. No meio dos convivas, Pedro observava Elisa de soslaio e percebia que ela nunca amou Honório. Chegou a hora do jantar; o relógio anunciava 18 horas. Antes de se servirem numa mesa farta, e sem os excessos das etiquetas, os convidados esvaziavam seus copos de bebida, brindando, até que um dos jovens presentes, não identificado pelo autor, dedicou um brinde à namorada

de Pedro que morava em Cuiabá. Todos brindaram, atendendo inesperadamente ao convite do jovem provocador. Somente Elisa ficou com seu copo postado à mesa, recusando-se a fazer aquele brinde. Esse fato foi notado discretamente por Pedro, que ficou compassivo e sem ação diante daquela circunstância. Doutro modo, Honório ficou estupefato por ter notado que Elisa ainda amava Pedro.

Honório, enfiado além do que é de supor, estava desconfiado e resoluto. Àquela recusa de sua esposa não querendo acompanhar os que entusiasticamente aplaudiram o brinde a dona Catita era uma demonstração tácita, mas evidente, que ela ainda amava Pedro, fez formular em seu atribulado espírito, enormes dúvidas. Veio-lhe à mente o passado, e então, só se lembrou que Elisa fora enamorada com ardor pelo militar. Desde esse momento; como dissemos, o ciúme principiou a roer-lhe a alma. Jurou vingar-se do moço, a contar daquela data, ódio e ódio de morte. (ANEXO, p. 50)

O brinde dedicado a Catita, namorada de Pedro, provocou desconforto no comportamento de Pedro. Enquanto todos festejavam, Honório alimentava seu ódio contra Pedro. O que se sucedeu no enredo, publicado na edição de 15 de janeiro de 1881, tornou-se trama do sumiço repentino de Honório. O mistério daquele acontecimento foi revelado tenuamente por MAC, direcionando a situação a um comentário feito por Bernardo em diálogo com Pedro: “Para que aquele homem infernal nos faz praticar uma ação como esta?”. Assim, o autor alertou para a crise de consciência causada por intenções humanas que se apoiavam na vingança. No entanto, o sumiço de Honório passava despercebido a todos: “A ausência de Honório durante alguns dias não causou inquietação a sua família. Era seu costume sair sem que sua mulher soubesse de seu destino; e nas suas viagens muitas vezes levava quinze dias e mais”. (ANEXO, p. 51)

2.8 O cenário de batalha no teatro de guerra: o reencontro com os inimigos do Brasil e dos adversários de Bonfim

Assim que a trama em torno do sumiço repentino de Honório foi fechada, logo depois do baile na casa de seu sogro, a história mudou de cenário, saindo de Bonfim e se dirigindo aos campos de batalha nas regiões de fronteira com o Paraguai. Num lugar que o autor chamou de Pirebebuy, dá-se a narrativa de intensa batalha entre brasileiros e paraguaios.

Ante Pirebebuy façamos alto pois que ali chegamos na tarde de 11 de agosto de 1869. Nem mais um passo daremos. Além é o Paraguai indômito que ainda dita as leis, e que leis. Paremos por isso por aqui e vamos apreciar o que se passa naquela povoação. (ANEXO, p. 52)

O que se passou naquela povoação foi descrito como tragédia humana. Não obstante, tudo era admirável em termos da racionalidade das manobras militares das forças brasileiras em ação, que foram descritas em detalhes. Soldados cavando trincheiras, passando a noite de guarda e ajustando as miras dos canhões estrategicamente montados nas praças daquela povoação. A resposta das forças paraguaias era, também, intensa. Mas naquele contexto de tempo da guerra, agosto de 1869, o exército paraguaio já se encontrava bastante debilitado diante do avanço das tropas aliadas. Destaca o autor que a cena se deu num contexto da liderança militar brasileira sob a responsabilidade do Conde d'Eu. Voltando às operações de guerra:

Cruzando-se em mil relâmpagos, despejavam os canhões profusa quantidade de projeteis; respondendo os paraguaios, a princípio com igual veemência, afrouxando, porém, pouco a pouco e cedendo quase de todo ao final. Seu campo a descoberto dos nossos homens proibia-lhes poder responder-nos sem grande mortandade. Metidos nos profundos fossos esperavam a hora do assalto. Duas horas que se pareceram dois anos, foi o tempo que durou o bombardeio. (ANEXO, p. 53)

O desenrolar da batalha naquela povoação, a vitória, segundo MAC, foi das forças brasileiras, mas, em termos humanos, o desastre foi geral, de acordo com a visão do narrador sobre as consequências da batalha vitoriosa do Brasil na vila de Pirebebuy.

As ruas da pequena vila ficaram juncadas de cadáveres, e de feridos. Paraguaios e brasileiros, tudo em desordem, jaziam misturados. Mulheres, crianças, velhos, mortos ou feridos encontravam-se também estendidos. O estrago da artilharia fora horrendo, excessivo: corpos espatifados, crianças partidas ao meio. Homens sem pernas e ainda alguns vivos.

A mulher paraguaia, ainda moça formosa, um estilhaço de granada arrancara-lhe toda a parte inferior do rosto; e para mais consternar, amamentando uma criança de dez meses! Pobre inocente! Não sabia quantas dores sua mãe curtia. (ANEXO, p. 53-54)

Foi em meio à tragédia da guerra que MAC colocou em confronto os antigos inimigos da cidade de Bonfim. Depois de ter publicado, em 15 de janeiro de 1881, os termos da vingança dos irmãos voluntários da pátria que se concretizaram no sumiço repentino de Honório, o autor recobriu o cenário de sangue e descreveu os horrores de um campo de batalha numa área urbanizada. Entre mortos e feridos, o foco se concentrou no sofrimento da mãe paraguaia, ferida mortalmente, que buscava proteger seu filho recém-nascido. “Aquelela desgraçada mãe que morreria dali a instante esvaída em sangue, esquecia-se de si para cuidar de seu filho”. (ANEXO, p. 54) Foi assim que o autor iniciou o penúltimo capítulo de *Os voluntários*, publicado em 19 de março de 1881, depois de 35 dias sem oferecer a

continuidade da história aos leitores do jornal *A Tribuna Livre*. MAC se despediu da infeliz mãe com seu rosto destroçado junto aos escombros da guerra e levou o leitor ao cenário de um hospital de campanha. Caracterizou o lugar como um edifício tosco, porém, com espaço suficiente para acomodar os soldados brasileiros feridos em batalha. Mas tudo era falho na acomodação do ferido convalescente.

Não raro se veria um velho soldado, atado o braço ou a cabeça, recostado simplesmente sobre sua manta ou baêta estendida ao solo e tendo para seu travesseiro a empoeirada mochila. Outro que tais peças não possuíam, estirado comodamente ao chão e outros ainda de mil maneiras (ANEXO, p. 54)

Ali, no hospital, aconteceu o encontro dos voluntários da pátria da cidade de Bonfim, Pedro e Bernardo, com Honório e, logo em seguida, apareceu na cena o juiz João Carlos. Depois de detalhar a realidade deprimente do ambiente daquele hospital, apesar do esforço dos médicos em sanar os sofrimentos dos feridos em batalhas, o autor chamou a atenção para um soldado que estava com as pernas bastante machucadas, além de outros ferimentos graves.

Recolhiam ainda enfermos trazidos do campo de combate. Jazia sobre um leito, próxima à enfermaria dos oficiais, um soldado gravemente ferido; tinha a perna fraturada e gritava desesperadamente. Mais de uma vez atraía o cirurgião, que com palavras animadoras o examinava e retirava-se em demanda de outros doentes. Já lhe haviam aplicado o primeiro aparelho. Esse homem sofria horivelmente; momentos havia em que cessava de gritar e então, como se houvesse de todo acabado, quietava-se de uma vez; eram vertigens que o visitavam. (ANEXO, p. 54)

O soldado em destaque era Honório, que, há pouco dias, havia sido ferido mortalmente em campo de batalha. Antes de explicar as razões que levaram aquela personagem ao teatro de guerra, MAC introduziu mais dois oficiais no recinto, um deles ferido sem gravidade. “Senta-te por aqui e não esteja a agitar-se, dizia o mais moço; senta-te que voou procurar um médico”. Eram os militares de Bonfim. Pedro acompanhava Bernardo que tinha sido ferido no rosto, sem muita gravidade. Mesmo com o volume de sangue que ensopava o lenço, estava relativamente bem e caminhava em direção à enfermaria dos oficiais. Ao lado, na enfermaria dos soldados rasos, estava Honório bastante sofrido.

Chegara para eles nesse momento um facultativo que, chamado examinou o alferes. Sondando com os instrumentos da arte, reconheceu ser um gole de soslaio, mas não ser causa de perigo. A este tempo gritava de novo o infeliz soldado da perna fraturada — o doutor correu a vê-lo e os dois irmãos olharam-no estupefatos exclamando ao mesmo tempo: Honório! (ANEXO, p. 55)

Logo em seguida ao reencontro parcial dos antigos inimigos de Bonfim, entrou em cena, também ferido num dos braços por um projétil de fuzil, o doutor João Carlos. MAC fez

questão de registrar esse fato no intuito de definir o cenário pelas posições sociais de seus personagens. Como fez isso? Introduzindo a informação pela boca do médico que examinava o recém-chegado. “O doutor também sofreu a sua arranhadura?”. Era uma ferida provocada por um tiro de raspão ou proveniente de estilhaço de projéteis que ricocheteavam nos abrigos de artilharia.

A presença do juiz João Carlos na cena em nada modificava a curiosidade dos irmãos de Elisa, pois eles não o conheciam pessoalmente. Entretanto, salienta-se a modificação do comportamento do moribundo soldado raso Honório. Igual ao toque dos sinos que salva Fausto da morte, logo que ele, desiludido, isola-se em seus aposentos num evento sagrado do calendário religioso, a presença do outro a quem se fez mal desperta uma consciência arrependida. Goethe mostra isso ao falar de Gretchen, a amante de Fausto, depois que ele a abandonou por uma noite e foi se embriagar nos prazeres mundanos, em busca de sensações amplas para sua satisfação. Gretchen, ameaçada por seus iguais, vai à igreja apresentar seus lamentos; os sinos tocam; Fausto a abandonara. Marshall Berman afirma, sinteticamente, que o sentido dos sinos pode indicar a felicidade ou a infelicidade. Os sinos tocaram para lembrar a todos do casamento de Honório, que se sentia triunfante, feliz. Para Elisa, a inocente da trama urdida pela maldade do novo esposo e seus pais, os sinos tocaram em Bonfim, apresentando a ela um destino de dissabores e sofrimento.

Interpretando como Goethe se utiliza de Gretchen para simbolizar a importância dos sinos que dobram em circunstâncias que levam à felicidade ou à condenação humana, Marshall Berman escreve: “Tormento e aflição são tudo quanto seu mundo pode oferecer-lhe: os sinos que salvaram a vida de seu amante, agora dobram pela sua condenação” (BERMAN, 2007, p. 72). Nessa linha interpretativa, voltemos aos diálogos construídos entre os personagens num hospital de campanha na vila de Pirebebuy. Ali, depois de reconhecer o moço com o braço ferido, Honório, o soldado sofrido, exclamou em voz alta um pedido de perdão a Deus pelos males que havia cometido contra o casamento de Laura e João Carlos e pela perseguição desonesta contra a família dos irmãos Bernardo e Pedro.

— Oh meu Deus! Grita o soldado. Quiseste reunir na borda do meu túmulo estes três homens! Quisestes que fossem testemunhas de minha derradeira hora!

— Que vejo! Senhores, quem é este homem? Conheço-o [...] um moço do sertão, um goyano ... Honório, enfim.

— Sim, sou o mesmo, doutor. Eu que lhes tenho causado tantas mágoas, eu o ente infernal, abjeto, desprezível.

— Delira, disse o médico.

— Fala a verdade, respondeu os oficiais.

— Vou morrer, eu sinto, mas estou no meu juízo. Quero que os senhores três me concedam uma conferência – Um pouco de tempo dispensado a um moribundo e

nada mais. Atendam-me que vou morrer. Que dores! Meu Deus, que dores!
(ANEXO, p. 56)

Foi no *folhetim* da edição de 19 de março de 1881 que MAC procurou oferecer os caminhos que ampliaram os abismos entre o mal e a honestidade dissimulada do personagem Honório. O ciclo dos quatro indivíduos, que pouco conviveram juntos ao longo do enredo de *Os voluntários*, fechou-se em torno do sofrimento físico e moral de Honório, que se mostrava arrependido no leito de morte. Em suas explicações a João Carlos, insistia, diante da dúvida do juiz sobre o que realmente sucedera em relação a Laura. O nome de Laura surgiu no diálogo, unificando os interesses de ambos os irmãos junto com a atenção redobrada do ex-noivo da moça.

O nome de Laura fizera afluir-lhe o sangue ao rosto, cobrira-se o mancebo de uma cor que há muito lhe era estranha.

— Abraçai-os doutor, continuo Honório, são seus amigos. E voltando-se para os jovens: - É o senhor doutor João Carlos que esteve para casar-se com a mana de vossas senhorias.

Os moços, ouvindo tais palavras, recuaram ambos espavoridos – Acostumaram-se, mesmo sem conhecer, a odiar o homem que burlara tão ingratamente de sua irmã.
(ANEXO, p. 56)

O confronto poderia se alargar no conflito que se mostrava entre os presentes. Pedro foi o que mais nervoso ficou ao saber que ali se encontrava o homem que fizera sua irmã tanto sofrer, o juiz João Carlos. Mas Honório intersecciona esse percurso, chamando para si toda a responsabilidade das maldades que causaram a fuga do juiz de Bonfim, dando ao enredo o sentido da trama nefasta que havia planejado para se vingar de Laura, que se opusera a seu casamento com Elisa. “Senhores, sou um home morto! Só direi a verdade. Vejo que se odeiam, sou eu a causa”, insistia Honório, dirigindo-se mais aos irmãos de Elisa do que a João Carlos.

Honório começou a contar a história de sua personalidade e a explicar como acabou no campo de batalha na Guerra do Paraguai.

— Eu sou de muito má gente; minha família nos anais do crime é assaz conhecida. Dois de meus tios arrastam grilhões nos presídios do Araguaia.

‘Que poderia ser eu? Corre-me nas veias o sangue de facínora: facínora havia de ser sempre. Por desgosto causado pelas aventuras daqueles meus tios, morreram meus pais. (ANEXO, p. 57)

No leito de morte, as lembranças surgiam como recordação do fio condutor de sua personalidade maldosa. Com 12 anos de idade já havia ganhado uma espingarda de presente da tia, personagem apresentada por MAC como uma pessoa de má índole e de comportamento duvidoso; fora ela a responsável pela guarda da criança Honório quando ela ficou órfã. Ao se

explicar assim, Honório ressaltou que cresceu em busca de valentia: “Em breve fui o terror dos meninos”, sempre acostumado a garantir os próprios interesses a qualquer custo. Contou que conheceu sua prima Elisa, ainda adolescente, e por ela se apaixonou intensamente. A partir dessa paixão, cresceu com a ideia de que seria Elisa ou tudo; nada poderia atrapalhar seus objetivos pessoais em tê-la como sua esposa.

Amei-a como amam os meninos; queria casar com e nada mais. Minha tia abria-me os olhos: — José Correa é rico, Honório, é teu padrinho e sua mulher tua tia; debes para a tua felicidade, casar com a filha. Faze-te passar por bom; dissimula teu gênio altivo, teus vícios que para mim são virtudes, e agradar o emboada, como ela o chamava, e casa com a filha; sim precisas unir-se a Elisa para que sejas rico. (ANEXO, p. 57)

Mas Elisa se recusou terminantemente a ser sua esposa. Havia se apaixonado por outro, Pedro, que se encontrava ali, ao lado, escutando o inimigo moribundo. “Não posso ser sua, dizia-me cotidianamente”, mas isso não o moveu de seu intento.

Para um perverso, para um rapaz criado na carreira do crime, ou, ao menos, ouvindo-lhe a apoteose não há estorvos, não há tropeços: maquinei e levei de rastro semimorta, minha pobre prima ao leito nupcial! Matei-lhe o coração! Quão ingrato sou! Quanta perversidade nesta desgraçada criatura. (ANEXO, p. 58)

O soldado moribundo continuou a narrativa de suas maquinações no intuito de se vingar de Laura. Explicou a ideia do espião que enviara à fazenda dos pais de Laura para ter certeza da resistência dela a seu casamento. A partir daquelas informações, planejou a vingança contra sua oponente: “O doutor que o contemplava mudo, estático, tendo os olhos fitos na fisionomia de Honório; queria penetrar-lhe no coração, beber-lhe as palavras”. (ANEXO, p. 58)

MAC não detalhou toda a história que já narrara páginas anteriores; apenas reforçou os sentimentos nefastos de Honório, que se assumiu culpado pelas maldades que fizera aos que ali estavam presentes, destruindo os sonhos amorosos de Laura. Se, na história de Fausto, foram os sinos que o fizeram refletir sobre suas maldades, no caso de Honório, foram o trepidar das balas de canhões, o cheiro de pólvora e a imagem dos uniformes dos soldados manchados com sangue que abalaram as estruturas do vilão. Foram os estampidos dos fuzis que se seguiam aos gritos daqueles que os projéteis atingiam, levando-os à morte ou às dores das carnes dilaceradas. Honório sofria duplamente: em sua dor física, esperança de vida dilacerada, e em sua culpa ardente, que lhe aviltava moralmente.

Corria-me bonança a carreira quando chegam de Mato Grosso os senhores aqui presentes. Aí começa o destino a perseguir-me, aí o tempo do meu maior ódio, do meu mais depravado intento.

Meu coração não saciado ainda do prazer de vingança frívola com as histórias que urdi, com os males que causei, levou-me a procurar de novo a família Anselmo que se tornara nossa inimiga. Soube fazer-me bom para sem bem acolhido. Saboreava então minha maldita obra. Vi dona Laura pálida, triste, acabrunhada, infeliz enfim. Consolei-a para satisfazer minha ferocidade. (ANEXO, p. 59)

Entretanto, naquele momento, ferido gravemente, Honório era só lembrança. Sentia seu corpo esvair-se em vida lentamente; queria aproveitar o que pensava ser seus últimos suspiros para pedir perdão a seus inimigos. MAC ofereceu essa chance a seu personagem agonizante; deu-lhe a oportunidade de reconciliação com a justiça divina que se preza a proteger os seres humanos da maldade. Honório queria a morte para salvar sua vida desregrada e desgarrada da justiça e da honestidade. Nunca o fizera antes, mas, ali, no leito de morte, havia uma possibilidade que ele não queria deixar passar.

Ah senhores! A fé, a religião, bálsamo suave que verte em profusa cópia o consolo em nosso espírito, apossou-se de mim. Sinto-me vil quando me sentia orgulhoso. Se não morrer deste ferimento, ainda hei de ser um homem de bem; começarei por ser um escravo submisso e fiel a Elisa. Oh! Os senhores vingando-se de mim, foram, sem querer, meus benfeitores. (ANEXO, p.59- 60)

As duas últimas frases foram destinadas aos irmãos militares de Bonfim. Isso porque foi a vingança à honra de Laura que impeliram Bernardo e Pedro contra o inimigo Honório. A vingança deles culminou num alistamento forçado de Honório como praça do exército na cidade do Rio de Janeiro. O relato foi feito por ele mesmo. MAC se esquivou de dar aos dois irmãos a responsabilidade de revelar as estratégias da vingança contra o caluniador de Laura.

Reforçamos a opção do autor, pois, desde que foi tramada a vingança a partir da traição do informante indígena intrigado com seu patrão Honório, o silêncio sobre aquele fato foi uma opção literária do narrador. Lembremos de uma passagem um tanto obscura da vingança dos irmãos voluntários, depois do baile na casa do capitão José Correa. Foi naquela festa que o plano começou a ser orquestrado. Bernardo, olhando em lágrimas para seu irmão mais novo, declarava, com ressentimento na consciência: “Para que aquele homem infernal nos faz praticar uma ação como esta?”. Essa passagem confirmava a vingança dos irmãos, mas deixava no ar certa obscuridade no entendimento de como as coisas haviam se passado.

No último capítulo do romance, Honório voltou à cena como o mensageiro do segredo dos irmãos vingadores: Logo após o baile, muito enciumado de sua esposa por esta não ter brindado ao novo amor de Pedro no jantar dançante, Honório tinha tomado a decisão de assassinar Pedro, mas os irmãos voluntários agiram mais rápido e raptaram Honório, aprisionando-o. Depois de terem tramado com segmentos de suas influências militares no Rio

de Janeiro, conduziram o esposo de Elisa para aquela cidade e lá ele foi alistado como praça do exército. Dali foi jogado no porão de um navio e encaminhado ao teatro de guerra. As palavras de Honório, enfraquecidas pelo sofrimento no leito do hospital do exército, revelaram como as coisas aconteceram desde que saíra da festa na casa de seu sogro:

Um dia o demônio meteu-se-me em cabeça e tive ciúmes de minha mulher; sondei-me descobrir motivo do sobejo para considera-la criminoso. Resolvi matar um homem que me parecia ser por ela amado; era ele ali, o senhor Alferes Pedro. Não quis, porém, Deus que tal hediondo crime se consumasse e, errando em pontaria, cai em poder de meus generosos inimigos que já nesse tempo sabiam das minhas intrigas e preparavam-se para apreenderem-me. Eis aqui senhor doutor, a razão porque me encontro nestas alturas. Estes moços subtraíram-me como se fosse um fardo, com tamanha habilidade, que muito tempo se me julgou por morto em algum lugar ermo, onde não podia ser encontrado. Enquanto procuravam-me debalde em Bonfim, caminhávamos nós para o Rio de Janeiro. Ali deram eles tais providências que fui atirado ao porão de um navio qual uma caixa de mercadorias e chegando em Assunção, desembarquei como praça. Trataram-me sempre como inimigos, mas, força é confessá-lo, sempre generosos. Outros ter-me-iam morto. (ANEXO, p. 59)

A narrativa se estendeu da exposição de Honório para o juiz João Carlos, que, perplexo com relato de Honório, assumiu a posição de novo narrador das razões que o levaram, também, à Guerra do Paraguai. MAC substituiu a fala do soldado moribundo porque ele já manifestava *uma comoção violenta* no seu esforço de se desapegar dos sentimentos maldosos que o motivaram a viver até ali. “Calara-lhe no ânimo a esperança de que se podia salvar; oh santa crença”, insistia o soldado ardiloso, com voz embargada pela dor.

O juiz João Carlos tomou a palavra e explicou os motivos que o conduziram até ali. Começou dizendo que sua saída de Bonfim era um caminho sem destino. O Rio de Janeiro surgia no horizonte somente por causa do seu pai que lá morava e se encontrava bastante velho e carecendo de cuidados médicos. Mas ao desembarcar na Corte, soube, ainda no porto, que seu pai havia morrido recentemente.

Na corte, ao desembarcar encontrei um colega que num abraço me disse:
— Como estás tristes! E tens razão! Não se encontra outro pai.
Minha mágoa era diversa e a estas palavras, trazido de susto, perguntei-lhe ofegante:
— Que queres dizer?
— Pois não sabes que teu pai é falecido? As minhas sinceras condolências. Hoje ouvimos uma missa pelo descanso eterno de sua alma; hoje é o sétimo dia de seu passamento.
Não sei como tive força para resistir a tamanho golpe. (ANEXO, p. 60)

Sentindo-se abatido com o sofrimento que o destino lhe oferecera em tão poucos meses, não havia mais o que fazer senão adotar solução radical. Não queria morrer,

carregando silenciosamente aquela mágoa. Foi então que algo se mostrou oportuno: alistar-se como voluntário da pátria. A Guerra do Paraguai parecia devolver-lhe o ânimo para a vida.

— Não! Não queria morrer coberto de ignomínia, não queria que os homens me chamassem: - Covarde!
 Uma ideia feliz acudiu-me, valeu-me.
 Lembrei-me da guerra e julguei-me feliz. Um lugar no Exército não era difícil; e conseguindo-o, parti imediatamente; eis o motivo porque me encontram no Paraguai. Sou auditor da guerra, mas, mesmo como magistrado, não perdia um reencontro; em todos entrava, sem farda, desarmado, procurando a morte! Oh! Deus me protegia! Hoje, por suprema felicidade, tive de ser ferido para vir conhece-los de perto. Sim, este ferimento, causa desta cena, tirou-me de sobre o peito uma enorme massa granítica que com demasiado peso me assoberbava. (ANEXO, p. 61)

O juiz admitiu sua leviandade ao fugir de Laura sem ao menos apresentar a elas os motivos. A trama desse episódio o levou a pedir perdão aos irmãos de Laura. Mesmo já sabendo que fora vítima da maldade de Honório, reconhecia-se como um homem fraco. A partir daquele momento, estava disposto a querer o perdão da amada que abandonara em Bonfim.

Quero eu que fui indireto causador de tantos males; quero, repito, ser também o primeiro a proclamar as virtudes, nobres qualidades e rara formosura de minha amável e puríssima prima ; quero arrojá-me a seus pés para obter-lhe meu perdão, e, se ainda mereço, ofertar-lhe a mão prometida. Quero ser livre, vou pedir já minha exoneração; quero ser livre pra poder ser escravo; escravo leal e submisso daquela que até hoje mora aqui! E indicava seu coração. (ANEXO, p. 61)

Com a palavra *coração*, MAC finalizou a trama de traição e vingança entre a família do capitão José Correa e a do agricultor Anselmo. *A guerra dos sentimentos em desacordos* estava encerrada. No tópico XVI, o último texto sobre a história de *Os voluntários* se resume a quatro parágrafos relativamente pequenos. Ali o autor expressa o resultado final da contenda resolvida pelo perdão que todos concederam a Honório. Sobre isso, comentou: “Honório escapara, vivia em Bonfim; seu arrependimento fora sincero; trabalha hoje por fazer fortuna. Tornara-se amável e carinhoso para com sua mulher”, (ANEXO, p. 62) Elisa, que, depois de presenciar a morte de seu pai, capitão José Correa, levou sua mãe, dona Henriqueta, para morar junto com eles.

O juiz João Carlos, finalmente, conseguiu o perdão de sua amada Laura. Depois de casados, viviam numa cidade que o autor simplesmente descreve como aquela circundada pela estrada que conduz da cidade de Goiás para Minas e Rio de Janeiro. Havia ele sido removido como juiz de Bonfim para aquela cidade e para lá levou para morar, nas proximidades de sua casa, os pais de Laura. Pedro se casou com sua namorada de Cuiabá e,

depois das honras recebidas por participação na guerra, assumiu o posto de escrivão público judicial. Bernardo se tornou coletor público e se manteve solteiro até o final dessa história. Os dois se tornaram amigos de Honório e sempre se articulavam em encontros prazerosos na cidade de Bonfim.

Assim terminou a trama diabólica de Honório que culminou no conflito de interesses que prejudicou, pelo menos num curto período, a vida daquelas personagens. No final, Honório se tornou o símbolo do maldoso que se arrepende diante dos destinos trágicos que a vida faz impor a todos os seres humanos, quando a vingança se torna o caminho mais fácil para destruir as resistências que se operam, contrariando objetivos e interesses imediatos que se encontram circunscritos no egoísmo que determina as ações dos indivíduos.

Para Honório, a guerra surgiu, primeiro, como punição à maldade que fizera à irmã dos voluntários; depois, como vingança inusitada de Bernardo e Pedro, que o colocaram no teatro de guerra, contribuindo para sua recuperação moral. Honório virou amigo de todos, mas continuou com o temperamento forte de quem, mesmo arrependido, mostra-se um sujeito cheio de feridas incuráveis. Tornou-se um homem rico. Herdou do sogro morto todo o patrimônio que ele tinha. MAC o recuperou por intermédio da vingança que um dia tramara contra Laura, colocando-o na guerra que feriu seu corpo e sua alma. A personalidade de Honório era outra, marcada pelos tempos da Guerra do Paraguai.

Amigo, agora, dos oficiais, que são honorários, monta às vezes a cavalo e vai com Elisa e um filhinho que já tem, visitar a família de Anselmo. – E quando juntos não se recorda o passado para não magoar Honório que verdadeiro arrependido, não cessava de achar-se mal, perverso. Dona Henriqueta vive com Elisa, e bem velha já, continua boa mulher. (ANEXO, p. 62)

O romance acabou sem a tragédia que se mostrava nas intenções de Honório em relação a seus inimigos militares. Nesse sentido, a guerra havia feito dos jovens a força libertadora do sofrimento da irmã Laura, mesmo que a trama não se mostrasse clara quanto à proposta de vingança. MAC quis que esse sentimento tivesse um feito limitado nas ações humanas. A vingança havia de ter um limite nas orientações literárias do alferes escritor. Por isso, o cenário final do enredo não foi Bonfim e as pessoas, em novos ambientes, buscaram se reconciliar na medida do humano. A Guerra do Paraguai não mais existia e o que dela se mostrava estava na experiência dos personagens em novo tempo, numa nova realidade. “Quem viajasse de Goiás para Minas, ou para o Rio de Janeiro, em 1878, passando por Minas, encontraria na cidade de [...] o doutor João Carlos”. A Guerra do Paraguai se tornou um evento passado e as histórias de maldade de Honório, também. Esquecer as maldades de um

tempo significava ter que reencontrar um novo caminho, como concluiu MAC, referindo-se às intenções afetivas do juiz João Carlos, arrependido de ter abandonado Laura. Ele representava o que se buscava seguir depois da tragédia: outra vida. MAC se apropriou dos intentos humanos do juiz e se inclinou pela busca de João Carlos, que, depois de tudo que vivera, queria mais era entender como de novo a vida seguir. E seu criador, por fim, a ele “indicava o caminho do coração”.

Nesse momento, interrompemos nossa análise historiográfica que vimos desenvolvendo em diálogo com a literatura de ficção e nos apropriamos da base documental da história da Guerra do Paraguai em Goiás. Reportamo-nos a esses eventos, entre 1865 e 1867, mais precisamente ao que se denomina a primeira fase da Guerra do Paraguai. Foi nesse contexto histórico geral do conflito que se encontrava o movimento político e administrativo em Goiás voltado para o estado de guerra. No centro da narrativa histórica está o período administrativo do político baiano Augusto Ferreira França que, em dezembro de 1864, fora indicado para presidir o governo de Goiás. Seu governo teve início em 27 de dezembro de 1865 e terminou em 29 de abril de 1867, quando estava em curso a marcha da *Retirada da Laguna* e, logo em seguida, 12 de junho daquele ano, o fim das operações militares ao sul da província de Mato Grosso, às margens do rio Aquidauana. No bojo dessas circunstâncias, finalizaram-se as atividades militares em Goiás e a participação mais próxima das ações de guerra se limitou ao envio de víveres e à logística burocrática para o novo comando militar que se estabeleceu numa nova frente a partir da cidade de Cuiabá. Portanto, o próximo e último capítulo desta tese tem a pretensão de substanciar a análise historiográfica do evento guerra em Goiás a partir da documentação oficial do governo provincial, do governo imperial e dos jornais que circulavam nas províncias de Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro.

Capítulo 3

A GUERRA DO PARAGUAI NO CONTEXTO DA SOCIEDADE GOIANA

3.1 A mobilização provincial

Em 1º de junho de 1865 ocorreu a abertura do ano legislativo na província de Goiás. Naquele ensejo, diante dos deputados, o presidente Augusto Ferreira França apresentou um relato da organização, junto à sociedade goiana, da estrutura militar e da logística de guerra que permitiu a marcha dos voluntários goianos da pátria em direção à província de Mato Grosso em dia 15 de maio.⁵⁷ Seu texto representa uma janela para a paisagem daquela história, observando-se principalmente as mudanças no cotidiano da ordem pública em Goiás em estado de guerra. Tomamos a leitura desse documento como síntese inicial das ações implementadas pelo governo e vivenciadas pela população goiana em vista da organização humana e material empreendida pelo Estado Imperial desde a declaração de guerra da república guarani.

Augusto Ferreira França (1836-1902)⁵⁸ foi escolhido presidente de Goiás em 12 de dezembro de 1864, mas só tomou posse em 27 de abril do ano seguinte. Pouco mais de um mês à frente da administração, escreveu seu primeiro relato público, respondendo a um princípio da Lei Constitucional de 12 de agosto de 1832, que obrigava o presidente provincial a assistir à abertura do ano legislativo *lado a lado* com o presidente da assembleia provincial. Encontramos em seu relatório as notícias das atividades públicas mobilizadas para a guerra; é o relato de seus primeiros 33 dias como chefe executivo de Goiás.

Assumindo a administração, tratei de saber quais os auxílios que tinham sido enviados à província de Mato Grosso, e fui informado de que, apesar dos mais ardentes desejos da província, e a despeito dos esforços do Exm. Sr. Vice-presidente, não se tinha conseguido até então expedir força alguma auxiliar, havendo sido adiada a marcha do batalhão de caçadores (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 66).

⁵⁷ A fala do presidente aos deputados provinciais demarcou o juízo público das primeiras quatro semanas da nova administração. Naquele momento, a organização do movimento militar na província foi o eixo gerador da primeira reunião do calendário legislativo provincial.

⁵⁸ Augusto Ferreira França nasceu em Salvador em 17 de abril de 1836 e faleceu na mesma cidade em 28 de setembro de 1902. Diplomou-se em 1857 pela Faculdade de Direito de São Paulo. Antes de ser nomeado presidente da província de Goiás, era deputado pela Bahia, filiado ao Partido Liberal Progressista (FREITAS; SAMPAIO, 2016).

A *fala* do presidente, naquele contexto, leva-nos a perceber o entrelaçamento das ações políticas e administrativas em Goiás naquele momento em que a população goiana era exposta às exigências humanas e materiais que a guerra trazia para o interior da província.⁵⁹

O texto-relato de Augusto Ferreira França é referência de memória coletiva (LE GOFF, 1992; HALBWACHS, 2006), no sentido daquilo que representa sua extensão cognoscitiva provida pelo ato individual da escritura do texto e sua representatividade pública envolta do poder e da instituição da presidência que se imbrica e intersecciona socialmente aos representantes da sociedade goiana. A instituição da prestação de contas da atividade pública pelos presidentes provinciais incorporava esse fundamento da ação individual e coletiva no plano da cultura política no Brasil Imperial, pois sinalizava a interação dos assuntos públicos — relacionados ao Poder Executivo — pela população, de forma indireta pela participação dos representantes eleitos na reunião de abertura do ano legislativo e de forma direta quando esses textos eram disponibilizados à sociedade, depois de publicados na imprensa.

Nesse aspecto, o documento resultante daquela apresentação pública se tornou remissivo ao conjunto dos eventos que ele buscou evidenciar. É por essa via de compreensão que lemos a *fala* do presidente Augusto Ferreira França naquela oportunidade. É referência de historicidade de ações humanas em processo de integração social — o exercício de apresentação pública, de ação individual em circunstâncias de convívio social. Assim, esta fonte nos traz o sentido de memória histórica, pelas circunstâncias do episódio do qual resultou como atividade humana. “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual e coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 1992, p. 476).

Nessas considerações, memória e identidade, coletiva ou individual, naquele contexto da reunião de abertura do ano legislativo, constituem elementos que se sobressaem como expectativas de experiências dos representantes goianos eleitos pelas diversas paróquias e municipalidades da província e a presença do presidente soteropolitano; todos ali envolvidos

⁵⁹ O texto do presidente Augusto Ferreira França não representa as primeiras informações sobre o acontecimento Guerra do Paraguai no âmbito da documentação daquela época em Goiás. O relatório escrito pelo então vice-presidente João Bonifácio Gomes de Siqueira (1816-1901), com data de 27 de abril de 1865, tem os primeiros indícios da comunicação entre a Corte do Rio de Janeiro e a capital de Goiás com as determinações governamentais relacionadas às responsabilidades desta no auxílio às tropas de Minas Gerais e São Paulo e as cotas de voluntários que a província deveria enviar para o Mato Grosso. Destacamos anteriormente um excerto da fala do presidente Augusto Ferreira que esclarece que, até a sua chegada, tais atividades encontravam-se em atraso e precariamente organizados os recursos logísticos de ordem militar. Desse modo, consideramos o primeiro documento como substrato ilustrativo de orientação para a ação dada pela administração precedente ao novo presidente.

numa problemática nacional: a organização humana e material na província de Goiás com vista ao auxílio do governo imperial no combate às forças paraguaias que ocupavam, em meados de 1865, o sul da província de Mato Grosso.

Anthony Giddens nos faz entender, por meio de sua *teoria da estruturação*, que, naquele ambiente, havia a integração de sistemas sociais representados. A *fala* do presidente Augusto Ferreira França nos remete ao conjunto das ações sociais que integraram a extensão tempo-espaço dos objetivos a serem alcançados por Goiás, seguindo as orientações do governo imperial. Notamos a posição do executivo em declarar que, antes de assumir o poder local, as determinações do governo geral estavam sendo cumpridas, sem muito sucesso, como destaca o relatório. Entretanto, moralmente, já estava declarada a responsabilidade política e administrativa das lideranças locais de motivar a sociedade goiana *ao tributo de sangue* naquele contexto de guerra.

A integração social diz respeito à interação em contextos de co-presença. As conexões entre as integrações sociais e de sistema podem ser traçadas no exame de modos de regionalização que canalizam e são canalizados por percurso tempo-espaço adotados pelos membros de uma comunidade ou sociedade em suas atividades cotidianas. Tais percursos são fortemente influenciados por (e também reproduzem) parâmetros institucionais básicos dos sistemas sociais em que estão implicados (GIDDENS, 2009, p. 168).

Foi no fervor das tensões iniciais de seu governo que Augusto Ferreira França apresentou ao público, naquela primeira oportunidade, o panorama dos desafios que assumiram os negócios administrativos de Goiás em tempo de guerra: “não é lícito omitir o que tenho feito a este respeito”. Concluiu, assim, um dos parágrafos iniciais, quando apresentou introdutoriamente duas questões que muito lhe haviam exigido atenção: tomar ciência das condições reais da administração pública, o que reconheceu ter tido pouca disponibilidade de tempo *para curar* o volume desses negócios. Sobre a segunda questão, que dizia respeito à marcha da primeira força de voluntário de Goiás, declarou ter conseguido o apoio social e militar para organizar o batalhão de infantaria e o corpo de voluntários goianos da pátria em 15 de maio.

A abertura do ano legislativo em Goiás foi a oportunidade para a primeira exposição pública do recém-chegado presidente e sua ambição foi não deixar tais circunstâncias passarem para o esquecimento — oportunidade e intencionalidade como ação subjetiva, pois a “ação intencional é ‘movimento consciente e voluntário do agente na direção das coisas’” (SANTOS, 1999, p. 74). E a coisa em si, segundo a fonte, era a conquista da confiança

pública e a solução dos percalços na organização da logística de guerra em Goiás a fim de suprir as demandas do governo imperial.

A sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 1º de junho de 1865, tornou-se o espaço para aquela experiência, pois ofereceu as condições reais para o novo presidente externar, aos novos compatriotas, suas primeiras palavras na condição de *neófito* em Goiás: “Congratulo-me com a província por vos achardes de novo congregados neste recinto” (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 65). Só podemos fazer repercutir o que está no texto e é dali que se pode fazer a imaginação fluir sobre os sentimentos de interação social quando a palavra *recinto* nos lembra o instante do acolhimento político do novo administrador de Goiás. O texto não explicita e nem informa os detalhes do momento de sua apresentação. Apenas dá a ideia de que é um texto que resultou da ação reflexiva do autor, diante da pena e do papel pautado, orientado para um objetivo específico: esclarecer os deputados goianos sobre os negócios administrativos da presidência. Nada mais pode ser considerado para além dessa circunstância interpretativa, a não ser a palavra escrita, previamente argumentada pelo sujeito Augusto Ferreira França.

O relatório é um texto de trabalho do presidente de uma província do Império, não um diário pessoal ou resultado de suas elucubrações políticas e ideológicas. Não obstante, retrata uma narrativa construída a partir do ponto de observação daquele presidente; é um texto com o objetivo de informar os deputados provinciais e representa o olhar próprio do autor; traz suas impressões subjetivas. Nesse aspecto, temos de considerar, de acordo com o que lemos em Irving Goffman sobre situações sociais de quando e de como nos apresentamos em público. Diz ele que a primeira reação nossa é assimilar, previamente, os possíveis valores sociais daqueles para os quais nos apresentamos. Ler esse texto de Augusto Ferreira França nos faz imaginar essa postura prévia do presidente.

Assim, quando o indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e até realmente mais do que o comportamento do indivíduo como um todo (GOFFMAN, 2002, p. 41).

Com esse viés interpretativo, buscamos ler esse sentimento prévio de preparação pessoal do presidente Augusto Ferreira França. Anthony Giddens nos esclarece mais quando aborda nossa capacidade analítica das ações sociais e destaca os elementos indicadores do que ele chama de atitudes mentais que revelam a *consciência prática e a consciência reflexiva*. O texto-relatório é o resultado dessas duas dimensões quando interpretamos a construção do raciocínio do autor em sistematizar os elementos que nos orientam à compreensão do que

resulta de sua experiência vivida e que se insere nos novos indícios da insegurança ocasional que sempre se encontra quando se vai ao encontro de um novo ambiente social. Nesse sentido, o texto não mais trata da visão e da ideia de um indivíduo, mas de um sujeito em encontro com outros seres humanos em condições de desconhecimento e estranheza. O novo presidente chegou à província do interior do Brasil, vindo da cidade de Salvador, passando antes pela cidade do Rio de Janeiro. A viagem de Augusto Ferreira França de sua terra natal até Goiás durou, aproximadamente, 87 dias. A trajetória de sua chegada em território goiano é destaque em seu relatório.

Quando tratou de explicar sobre a campanha do voluntariado da pátria, declarou ter sido uma boa oportunidade o conhecimento dos lugares de Goiás por onde passou, com destaque para Catalão e Bonfim. Buscou ser eloquente diante dos novos pares políticos e afirmou que isso impactou na orientação das primeiras ações de seu governo para a causa da guerra em Goiás. “Regozijo-me de ter transitado por tão importantes lugares em minha viagem para esta capital, porque esta passagem proporcionou-me o conhecimento pessoal dos distintos cidadãos que concorreram para este feliz resultado” (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 67), ponderou, antes de dar continuidade aos detalhes das operações cotidianas do alistamento militar em Goiás.

Consideramos o texto-relatório de 1º junho de 1865 como resultado da leitura individual do autor sobre aquele mundo real do qual tomava conhecimento. Nesse aspecto, Maurice Halbwachs nos alerta para o uso do conceito de *memória coletiva* e a atenção aos limites de se dar ideia de conjunto ao que resulta das práticas individuais em interação social e as resultantes oriundas dessa realidade como indícios, tanto da vida individual (o ato de registrar ações, documentá-las) quanto coletiva (tornar público o que se faz individualmente). “É muito comum atribuímos a nós mesmos, como se apenas em nós se originassem, as ideias, reflexões, sentimentos e emoções que nos foram inspiradas pelo nosso grupo” (HALBWACHS, 2006, p. 64).

Desse modo, o texto teve o seu tempo de experimentação reflexiva do autor, de 27 de abril até fins de maio. Nesse tempo, Augusto Ferreira França tomou posse do poder, foi-se inteirando do ambiente público em sua nova província e assumiu a condução dos trabalhos relativos à organização da administração pública provincial em estado de guerra. O autor deixou isso transparecer ao apresentar suas desculpas logo nos primeiros parágrafos: “impossível era que em breve tempo decorrido de então para cá pudesse coligir todos os dados e elementos necessários para vos oferecer”. Entendemos que esse texto não é só dele,

mas pertence ao resultado de sua inserção no novo ambiente social na condição de novo presidente da província e de toda a responsabilidade pública que isso representava naquele contexto.

A fala do presidente nos mostra que ele soube considerar tais percepções relativas ao ambiente social que encontrava e o fez com as considerações do tempo exíguo que se lhe impunha, envolto num espaço novo de vida que ele buscava cotidianamente tornar menos estranho à sua experiência. A *teoria social da estruturação* de Anthony Giddens nos faz perceber essa capacidade de expressão que Augusto Ferreira França deixou como legado em suas observações imediatas, quando teve de ir a público e falar sobre suas atividades como novo presidente de Goiás. Seu texto nos revela essa dimensão contínua da relação *consciência prática e consciência reflexiva* integrada no fluxo contínuo de *tempo-espaço* e *memória e percepção* imbricadas, nunca separadas. Assim nos explica o sociólogo britânico.

Tal como as intenções, razões etc., a percepção não é um agregado de ‘percepções’ distintas, mas um fluxo de atividade integrada com o movimento do corpo no tempo-espaço. A percepção é organizada através de esquemas de previsão, mediante os quais o indivíduo prevê a nova informação que chega enquanto, simultaneamente, procede à digestão mental da velha (GIDDENS, 2009, p. 53).

Foi a partir da detecção da realidade presente que o presidente, um dia depois da posse, foi visitar o depósito militar de Goiás. O que resultou disso foi a compreensão dos limites operacionais da província diante das demandas da guerra. O que ficou registrado diante dos representantes da política goiana foi a constatação de que o depósito bélico da província estava todo desorganizado. “Achei na maior confusão os artigos mencionados, de sorte tal que não puderam-me informar nem do número nem dos estados das armas, correames e mais objetos existentes no armazém” (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 66). O impacto dessa situação não representou, para ele, desânimo moral, tanto que, quando justificou aos políticos de Goiás o empenho coletivo das instituições envolvidas nas operações, declarou: “E foi pontualmente cumprida a minha ordem”. Em um só parágrafo, ele descreveu sua percepção do percurso percorrido naquelas duas semanas de sua administração, quando conseguiu a motivação pública e o apoio social no âmbito da inserção da província de Goiás no universo da Guerra do Paraguai.

Salientamos que o relatório de junho de 1865 não é a referência de tudo que aconteceu em torno da vida administrativa de Goiás e do envolvimento público das ações do governo de Goiás em prol da organização da logística de guerra. Vemos esse texto como documento *carburante*, no dizer de Henri Marrou (1968). Ele nos dá energia imaginativa para as

possibilidades históricas do envolvimento da sociedade goiana na Guerra do Paraguai. Assim, esse texto é referencial remissivo às histórias das ações sociais em torno daquele evento que não foram esquecidas pelas ações escriturárias daquelas pessoas em seu cotidiano. O texto-relatório em análise dimensiona a coletividade das ações voltadas para a ordem da guerra em Goiás. Disso sabemos pelos registros dos saberes vividos, pensados, escritos, tudo legado como documento que o historiador manuseia em busca de histórias. É nesse percurso que buscamos o documento escrito pelo presidente Augusto Ferreira França, naquele contexto de meados de 1865, como ponto de intersecção inicial do evento guerra em Goiás. Sim, esse texto nos permite esse conhecimento possível. “[...] sim, a história é ‘o que foi ativo’, esse passado que foi vivido, realmente por homens de carne e de sangue nesta terra concreta — mas na medida em que nós o conhecemos. E só o podemos conhecer se legou documentos (MARROU, 1968, p. 62).

Devemos reconhecer os tipos de informação contidas em tais documentos como provenientes da lógica narrativa oficial do Império, de acordo com a tradição da Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834 (BRASIL, 1834). A narrativa de França obedece à formalidade dos estatutos e convenções de linguagem que enquadram o assunto abordado no arcabouço da normatividade burocrática. E o tema em pauta era o movimento militar em Goiás que transcorreu, naquele contexto de 1865, em paralelo com a organização das forças expedicionárias organizadas sob a orientação do Ministério dos Negócios da Guerra.

As preocupações relativas às atividades militares em Goiás eram as mesmas do governo imperial quanto à organização das forças expedicionárias que marchavam de São Paulo a Minas Gerais e de lá se encaminhavam em direção à vila de Coxim, ao sul de Mato Grosso, onde receberiam o reforço militar de Goiás. No próximo item incorporaremos a nossa análise da participação militar de Goiás na guerra, envolvendo-a no percurso dos acontecimentos nacionais relacionados à organização do contra-ataque às forças paraguaias pelas estradas continentais que ligavam o litoral do país aos pantanais *sul-mato-grossenses*. Agregando a base documental referente à província de Goiás, tomaremos o relatório do ministro da guerra, José Egídio Gordilho de Barbuda Filho, 2º Visconde de Camamu, com data de 8 de maio de 1865. As escrituras do gabinete da presidência de Goiás e do comando das forças expedicionárias em operações ao sul do Mato do Grosso compõem a primeira base testemunhal das circunstâncias que imprimiram os primeiros efeitos dos acontecimentos nas histórias de guerra na província de Mato Grosso no recorte de tempo entre 10 de abril de 1865, quando começou a marcha da força militar de São Paulo, dando início ao contra-ataque, e 12

de junho de 1867, quando, às margens do rio Aquidauana em Mato Grosso, foi extinta aquela expedição.

3.2 A mobilização nacional

Tomamos os relatos do presidente goiano e o relatório do ministro da guerra como pontos na trama maior dos acontecimentos nos quais essas narrativas foram circunstancialmente construídas como textos testemunhos da realidade inicial do contra-ataque às forças paraguaias no sul da província do Mato Grosso. Eles retratam, evidentemente, esse ambiente normativo dos costumes burocráticos da administração pública, circunscritos às regras de sua apresentação relacionadas aos estabelecimentos da hierarquia e do poder político no âmbito das localidades e instâncias administrativas no Império. Nesse aspecto, são indícios remissivos das ocorrências de vida e sociedade em *sistemas de interação social* (GIDDENS, 2009) e representam elementos de imbricação entre as instâncias do poder central e as realidades políticas dispostas nas províncias e municipalidades do Império.

No âmbito do que significou a declaração de Guerra ao Paraguai, depois do ato de aliança internacional de 1º de maio de 1865 com a Argentina e o Uruguai, o Brasil não assumiu a liderança das forças da Tríplice Aliança. Essa responsabilidade ficou delegada ao presidente argentino Bartolomé Mitre. Dias depois, em 8 de maio, o ministro de guerra, Visconde de Camamu, apresentou seu relatório sobre a organização das forças militares nacionais de terra que teve início em São Paulo e em Minas Gerais com o único objetivo de combater os paraguaios em Mato Grosso. Em seu testemunho, encontramos aspectos de ordem das operações militares incompatíveis com os propósitos da ação militar que estava em curso, a exemplo da concordância entre as lideranças militares do Brasil e as do republicano argentino. Liderar a guerra contra o Paraguai, naquele momento, implicava mais esforços humanos e materiais que o governo não tinha à sua disposição. A decisão de organizar o combate por terra foi tomada pelo governo em janeiro e todo o esforço empreendido requisitou o tempo de aproximadamente 12 meses para que o exército brasileiro tomasse posição de contra-ataque em Mato Grosso.

Sempre que lemos uma informação — o relato do ministro Camamu é expressivo — que nos remete a essa relação de distanciamento político e administrativo entre o litoral e o sertão, os termos que sobressaem no contexto das falas de seus autores são *demora, atraso*,

distâncias, que parecem ser incompreensíveis em termos de *distanciamento tempo-espaço*⁶⁰ das ações voltadas para viabilizar o auxílio às populações do Mato Grosso. Os quatro meses em que esteve à frente do Ministério dos Negócios da Guerra parece pouco tempo para aquele estadista ter uma visão abrangente das reais dificuldades pelas quais passaria a organização militar de contra-ataque às forças invasoras do Império. Mas em seu relatório de 8 de maio, quatro dias antes de afastar-se do ministério, deixava bem avisado aos deputados as circunstâncias adversas que enfrentaria a empreitada nacional que se intitulava *Forças Brasileiras em Operações no Mato Grosso*. Se, no texto, ele já fazia um *mea culpa* diante da população mato-grossense pela incapacidade em ir com rapidez em seu socorro, disse, em maio, que pelo menos o auxílio estava a caminho. Cabe ressaltar que a realidade concreta da ação militar naquela província só se daria a partir de janeiro de 1867, depois que as forças do Sudeste chegaram, em dezembro de 1865, à região de Coxim e lá se juntou à força expedicionária de Goiás que já estava acampada na região desde setembro daquele ano.

E se o rigor das estações, distâncias e péssimas estradas não nos permitiram socorrer de pronto aqueles nossos comprovicianos, os auxílios de gente, munições, e dinheiro hoje remetidos convencerão aquela província, e a todas as outras, de que o governo cura diligentemente na sua defesa e segurança, empregando os maiores esforços para vencer dificuldades, de que todos têm conhecimento, e que foram a causa única de demora desses auxílios.⁶¹

As ações públicas em torno da organização do exército nacional, entre os decretos de janeiro e por todo o ano de 1865, tiveram o envolvimento massivo de articulação política e administrativa entre o centro e as municipalidades do país. Desse modo, o esforço da organização das forças terrestres em direção ao Mato Grosso se tornou um capítulo expressivo da história da Guerra do Paraguai e podemos dizer que foi a prova de fogo para *acordar* os estadistas brasileiros que se movimentavam ao redor do trono de Dom Pedro II para a situação nefasta — em termos de segurança nacional — do projeto de país construído sobre o prisma ideológico das elites políticas brasileiras que ascenderam ao poder e formaram a lógica de Estado e Governo sob as bases do Golpe da Maioridade, dos acordos das elites adversárias

⁶⁰ Anthony Giddens desenvolve essa análise das realidades humanas em contexto de interação social e de sistemas sociais quando examina a *teoria social da estruturação* em termos das realidades analíticas que implicam o uso dos conceitos de “tempo, espaço e regionalização” (GIDDENS, 2009, p. 129-190). O que nos aproxima de sua teoria é nossa percepção sociológica das ações de indivíduos que devem ser percebidas em meio aos recursos extensivos das instituições humanas e sociais numa dada realidade tempo-espaço que delimita e circunda as ações de atores (os indivíduos em seus espaços de ação, a instituição que estrutura socialmente a ação e os ambientes de interação que permitem a intersecção dos interesses envolvidos) em processo de interação social com objetivos comuns.

⁶¹ Relatório do Ministério dos Negócios da Guerra apresentado pelo 2º Visconde de Camamú em 8 de maio de 1865. Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2210/000004.html> > Acesso em 18 de agosto de 2017.

com Gabinete de Conciliação 1853 e com o regresso Conservador de 1857/78 ao poder absoluto do governo nos anos que se seguiram até o limiar dos conflitos platinos em 1863/64.

A fragilidade na defesa nacional se encontrava na ausência de um projeto nacional de segurança territorial. Não por menos, os territórios de litígios entre Brasil e Paraguai puderam ser alvos fáceis dos interesses invasivos de Francisco Solano López, que pode ocupar e expandir seu exército no território sul do Mato Grosso por todo o ano de 1865 sem sofrer represália contraofensiva das forças brasileiras alocadas naquela província. Interpretamos essa fragilidade na defesa nacional com base nas análises de José Murilo de Carvalho (2013) sobre o estatuto da defesa nacional que se construiu na mentalidade das elites políticas que governaram o país na década de 1850, ano que o autor toma como referência para a constituição das principais reformas políticas sob o novo ordenamento político dos grupos conservadores. Estes fizeram reformas no plano da ordem e da segurança pública, mas, em seu entendimento sobre tais instituições administrativas do Estado, não priorizaram a força nacional como elemento indicador de maiores investimentos orçamentários⁶² nem a adequação das estruturas de logística e a formação humano militar como metas administrativas e políticas de governo.

Na esfera estritamente política, o ano de 1850 foi ainda marcado por uma lei e reforma da Guarda nacional que coroou o esforço de centralização política e administrativa iniciado em 1840. O preenchimento de todos os postos de oficiais da Guarda Nacional foi colocado sob a responsabilidade de agente do governo central. O processo eletivo para tais postos foi eliminado, dando ao governo maior capacidade de controle e maior poder de cooperação sobre os proprietários (CARVALHO, 2013, p. 256).

⁶² José Murilo de Carvalho (2013) formulou um debate sobre as contas do governo imperial na segunda metade do século XIX e escreveu sobre as formas de administração fiscal em torno das atividades econômicas do país (tributação, fiscalização e ordem burocrática) a partir do eixo receitas e despesas da ordem pública. O que nos é relevante na leitura de sua análise se enquadra no corpo da ideia de ausência de investimento público na defesa de fronteira com um exército capaz de inibir a tentativa das forças de Solano López de invadir o país e, mesmo se assim o tivesse feito, ter encontrado maior resistência da defesa nacional brasileira. Mas esse investimento não foi pauta dos governos (as elites políticas, o imperador e as elites econômicas agrárias e comerciais) que estabeleceram o ordenamento político sob o auspício do Poder Moderador. Ter derrotado as revoltas nativistas em fins da década de 1840 não significou ordenar a nação, mas sim acomodar os interesses nacionais à ordem do *estamento conservador* centralizado na corte do Rio de Janeiro. As Guardas Nacionais, das quais fala José Murilo de Carvalho, a partir de 1850 só mudavam o estatuto de seu ordenamento funcional depois da reinterpretação do Ato Adicional de 1834 (FAORO, 2000), tornando-se uma instituição tal qual era descentralizada enquanto ordem estatutária, mas centralizada sobre a mesa do ministro da justiça e delegada, em cada província, às ordens do presidente de província. Se, de um lado, como diz José Murilo de Carvalho (2013, p. 274), os principais cortes orçamentários se deram “no orçamento dos ministérios de Guerra e da Marinha”, de outro lado, “a Guarda era totalmente autofinanciada, constituía um baratíssimo mecanismo de controle da população. Ao final, dava até lucro graças à venda das patentes oficiais”, acrescenta o autor, depois de dizer que a política de investimento nacional na época dos primeiros vinte anos de II Império nada tinha a ver com o conceito de *warfare state* (estado de guerra) (CARVALHO, 2013).

O projeto político conservador prevaleceu de forma hegemônica na formação do II Império. No plano da defesa nacional para fins de política externa e segurança de fronteira, isso foi nefasto para o país. A população de Mato Grosso pôde sentir os efeitos da inibição das elites dirigentes do país quanto aos projetos de investimentos e financiamento público no exército, “numa força de linha”, como se dizia na época. Sobre as fragilidades de tais políticas de Estado, o Visconde de Camamu, em seu relatório de maio de 1865, foi taxativo ao demonstrar a ineficiência delas em seus argumentos iniciais, quando explicava sobre o número de militares no país naquele ano regido pela Lei nº 1.220, 20 de julho de 1864 (BRASIL, 1964), que limitava o quadro de militares ao total máximo de 18 mil homens em circunstâncias ordinárias e 24 mil em circunstâncias extraordinárias.

De imediato, sem rodeios, disse que o total estipulado, tanto em tempo de ordem e paz quanto no caso de emergência nacional, era insignificante para a realidade do país nas dimensões da segurança interna e externa naquela época. Foi mais explícito ainda quando expôs esses dados em confronto com a realidade da agressão sofrida pelo país depois de invadido pelos paraguaios. A constatação residual de sua exposição denota que os recursos (humanos e materiais para a defesa nacional), naquele contexto, eram exíguos e insuficientes para que fossem debeladas todas as intenções do invasor em continuar sua marcha território adentro da província mato-grossense.

Dezoito mil homens para ocorrerem a guarnição e serviço policial das províncias é número tão diminuto que as nossas fronteiras ficariam indefesas, ou aquele serviço padeceria, como sabeis.

Bem pouca tropa tínhamos nós em pontos fronteiriros assas importantes, e quando o dever indeclinável de nos fazermos respeitar do vizinho turbulento, obrigou-nos a recorrer à última razão das nações ofendidas, vós sóis testemunhas as dificuldades que se encontram em fazer convergir para um ponto batalhões espalhados pelas províncias, e nestas mesmas subdivididos em longínquos destacamentos pelo interior, de modo que ainda hoje vem chegando à corte contingentes de corpos, que marcharam incompletos para o teatro de guerra.⁶³

A invasão do Mato Grosso pelas forças do Paraguai, nesse sentido, foi mais resultado das nefastas políticas dos governos conservadores em torno do ordenamento político imperial pós Golpe da Maioridade do que de um projeto expansionista de Francisco Solano López sobre as antigas terras de litígio nas fronteiras dos dois países. A constatação feita pelo ministro de guerra, alertando os parlamentares do país a fazerem mudanças na legislação, demonstra o quanto fragilmente estava o país, despreparado para a guerra que iria enfrentar:

⁶³ Relatório do Ministério dos Negócios de Guerra apresentado pelo 2º Visconde de Camamu em 8 de maio de 1865. Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2210/000004.html> > Acesso em 18 de agosto de 2017.

“marchaes com prudência colhendo as informações, que vos habilitem a confeccionar uma lei conforme as nossas circunstâncias” (CORREIO PAULISTANO, 21 mai. 1865) - circunstâncias que não faziam parte do modelo de política de Estado até que a guerra batesse à porta e modificasse o cotidiano do país.

O desenvolvimento de ações políticas e sociais que viabilizassem um exército nacional e permitissem ao Brasil ir à guerra, no caso específico da marcha em direção aos sertões do Império, pode ser considerado como ponto nevrálgico dos primeiros investimentos de Estado em vista de uma força nacional que ainda não podia ser chamada de exército.

Em maio de 1865, o jornal *Correio Paulistano* publicou texto de um paulistano que o assinou como *Um Brasileiro*. Com o título *Negócios de Mato Grosso*, o artigo apresentou um levantamento histórico da importância do Forte Coimbra para a defesa estratégica do território nacional. O autor contou a história de uma batalha ocorrida em 1801 entre espanhóis, comandados pelo general D. Lázaro de Ribeira, e portugueses, liderados pelo major Ricardo Franco de Almeida Serra. Apesar de estarem em número maior, os espanhóis foram derrotados por uma guarnição de menos de 50 combatentes portugueses no confronto que durou nove dias de intenso tiroteio.

Salientado o episódio de 1801, o autor o comparou ao ataque paraguaio ao Forte Coimbra, sem poupar críticas à postura militar do então comandante daquela fortaleza de fronteira, o tenente-coronel Hermenegildo de Albuquerque Porto-Carrero, por não ter imposto resistência suficiente às tropas invasoras sob o comando do general paraguaio Vicente Barrios em dezembro de 1864, “abandonando aquele forte, e expondo aquella província às terríveis calamidades que tem sofrido”. Disse isso depois de afirmar que não tinha orgulho do militar que se comportou sem a dignidade *de morrer sob os escombros do forte, mas nunca abandoná-lo*, tal qual havia respondido o comandante militar português de 1801 ao general espanhol.

Apesar da rememoração de feitos heroicos do passado e seu desprezo pelos comportamentos dos militares brasileiros destacados na província de Mato Grosso, a ideia do autor, por todo o texto, trazia o intento de alertar ao governo, em público, sobre os limites e adversidades de se enviar forças expedicionárias em direção ao interior do país quando, sobre essa realidade, não se tinha nenhuma experiência e nem conhecimento adequado em termos de exército e logística de guerra. Sobre a marcha das forças de terra em direção ao Mato Grosso até aquele mês de maio, destacou sua indignação com a morosidade da organização expedicionária. Para ser mais exato em sua análise dos fatos que presenciava, o autor

exemplificou que, em São Paulo, conseguiu-se, no prazo de sete dias, montar uma força militar de 1.100 homens em resposta à carta de Dom Pedro I, em janeiro de 1822, solicitando auxílio militar ao Rio de Janeiro no contexto da sublevação do general português Jorge de Avillez e os militares lusitanos sob seu comando.

Segundo ele, daquela época até o início da Guerra do Paraguai, os governantes não desenvolveram uma força militar adequada às demandas do Império. Uma dessas consequências se apresentava naquele momento com a incapacidade do país em defender suas fronteiras e deixar as populações da província do Mato Grosso perecerem aos interesses de Francisco Solano López.

Entretanto que agora que sem dúvida nossos recursos são superiores aos que dispúnhamos naquele tempo até agora não marchou nem desta, nem de outras províncias vizinhas auxílio algum por terra, como precisa a infeliz província de Matto Grosso, que há 5 mezes está invadida por hordas paraguayas, roubando seus habitantes, assassinando-os e martyrizados, violando suas famílias e devastando seus campos!!! (CORREIO PAULISTANO, 21 maio 1865).

“Mato Grosso à própria sorte”. Assim escreveu Francisco Doratioto (2001)⁶⁴ numa das suas análises da mobilização militar ocorrida no Brasil em 1865. “Entendemos que o governo precisa ter muita atenção com o interior do Brasil”, opinou o autor de *Negócios do Mato Grosso* em maio de 1865, salientando a incapacidade de se agilizar mais resolutamente possível a expedição de contra-ataque. As notícias do avanço das forças paraguaias pelo interior da província pareciam desnortear as soluções previsíveis e destacadas pelos decretos de janeiro. Os paraguaios já avançavam pela região de Camapuan, Coxim e Sant’Anna do Parnahyba, aproximando-se da fronteira com Goiás e Minas Gerais, destacou o autor, preocupado com a possibilidade de isso acontecer, pois, disse ele, o país havia deixado aqueles campos abertos ao inimigo.

Ainda acreditando que assim que as forças imperiais derrotassem o Paraguai pelas operações de guerra ao sul do Brasil, o autor previa que as populações das regiões centrais do Brasil sofreriam, com maior intensidade, a devastação e os saques das forças paraguaias em fuga antes de a guerra finalizar. Daí a série de perguntas que ele fez sobre as possibilidades vantajosas que o inimigo tinha a seu dispor nas terras do interior do país. Sua preocupação

⁶⁴ Francisco Doratioto afirma que as operações militares no Mato Grosso foram “secundárias” no sentido da influência no “resultado da guerra”. Em sua análise, a organização das Forças em Operações ao sul do Mato Grosso foi aquém daquilo que os governantes haviam constituído como capacidade de reação militar em torno de 10.000 homens, pois o contingente final acampado em dezembro de 1865 na vila de Coxim (MT) era “de 2203 combatentes e 1300 pessoas, entre mulheres, crianças e outros agregados como os carreteiros e os bagageiros” (DORATIOTO, 2002, p. 123).

não se baseava apenas no diagnóstico da realidade do Mato Grosso invadido, mas também num previsível prognóstico devastador, caso se confirmasse o avanço das forças paraguaias pelo interior do território imperial.

O artigo de *Um Brasileiro* reforça o título da análise historiográfica de *Mato Grosso à própria sorte*. No contexto em que escreveu suas reflexões sobre a organização do Corpo Expedicionário em Operações no sul de Mato Grosso naquele mês de maio, suas dúvidas demonstravam o reflexo da circulação de notícias nos periódicos de São Paulo e como estes reproduziam notícias da corte, de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Quanto à presença das forças goianas em apoio à província e Mato Grosso, de acordo com as informações que tinha em mãos no momento da escrita de seu artigo, questionou os motivos de aquele Corpo não estar reforçando a força militar da província vizinha em maio. Suas ponderações iam nesse sentido: “Ainda ha pouco com data de 6 de abril vimos um aviso do exm. Ministro da guerra ordenando ao presidente de Goyaz⁶⁵ que faça marchar dalli para Cuyabá o batalhão de Caçadores, quando já devia ele estar de há muito tempo” (CORREIO PAULISTANO, 21 maio 1865).

Ele demonstrava ter conhecimento da região do interior do país, antes de concluir o artigo, disse ter transitado por Cuiabá e conhecido as estradas que ligavam aquela cidade à capital e ao interior da província de Goiás. Seu entendimento era de incompreensão do porquê, naquele tempo, a comunicação de São Paulo e a Corte com o interior do país estava tão precária, quando, bem antes da guerra, havia ele presenciado na capital mato-grossense um fluxo de correios, que se dava pelas estradas de Goiás, mais intenso entre a região e o centro do país. Sublinhou que só se tinham notícias da região em conflito a partir de informações dadas por pessoas que haviam chegado a São Paulo, vindas do interior. Manifestou, em seu texto, certa angústia pela ausência de informações sobre os acontecimentos no interior e criticou as condições contemporâneas dos investimentos em comunicação e estradas pelo país:

⁶⁵ Sobre isso, podemos constatar a veracidade da preocupação do cidadão paulista *Um Brasileiro* em seu artigo sobre a demora da marcha do Batalhão de Caçadores de Goiás, que até maio ainda não havia sido enviado à cidade de Cuiabá. O presidente, citado pelo autor, na verdade era o vice-presidente João Bonifácio Gomes de Siqueira, que assumiu provisoriamente o comando do executivo goiano naquela data e reconheceu o atraso no envio do Batalhão de Caçadores Goiano em seu relatório de transferência de poder depois da chegada do presidente nomeado para Goiás, Augusto Ferreira França, em 27 de abril e 1865. No relatório, Gomes de Siqueira esclarece ao seu sucessor algumas razões do atraso da marcha da força goiana para o teatro de guerra com as seguintes ponderações: “A maior dificuldade que tenho encontrado, e que tem demorado a marcha do batalhão até esta data, pois que tudo o mais se acha prompto, é na aquisição de bestas para o transporte de víveres e o material do batalhão. Há aqui poucas tropas; e d’estas parte está em viagem, e outras seus donos pedem preços exagerados, que talvez a necessidade obrigue a V. Ex^a aceitar” (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 58).

Quando há muitos anos em uma ocasião estivemos em Cuiabá, vimos chegar ali o correio regularmente, pela estrada de Goyaz, hoje que novas estradas se têm aberto, e que tem havido muitos melhoramentos em todos os ramos a administração, não temos correio nem comunicação alguma com aquela província, senão por próprios (CORREIO PAULISTANO, 21 maio 1865).

Em comparação à rede de correspondência e informações que circulavam pelos jornais do Brasil e seus representantes na região da Bacia do Prata, e mesmo dos acontecimentos do movimento militar nas províncias do Norte, o texto estava atualizado, considerando o recorte cotidiano dos acontecimentos recentes aos quais se referia. Quanto a isso, detectamos que ele apresentou dados que refletiam os acontecimentos mais recentes, como a capitulação de Montevideo e os acertos diplomáticos entre o Império e a Confederação Argentina para que fossem acordados os 19 artigos da Tríplice Aliança. O acordo foi assinado junto com o novo governo do Uruguai vinte dias antes de seu artigo ser publicado. Na opinião de *Um Brasileiro*, dever-se-ia ter muito cuidado com os representantes da Argentina, no sentido de evitar que eles impusessem um papel secundário aos brasileiros.

De forma oposta, quando lemos suas ponderações sobre as notícias que circulavam sobre o interior do país, percebemos que os dados que ele dispunha sobre os acontecimentos do Mato Grosso e o avanço das tropas do Paraguai na região não tinham o suporte da observação imediata dos correspondentes da imprensa e nem provinha de dados ou decisões determinadas em documentos oficiais. Os dados são esparsos e devem ter chegado aos seus ouvidos por meio de depoimentos particulares e ou dos boatos que circulavam na sociedade sobre a tragédia das populações mato-grossenses. Reportamo-nos aqui à pesquisa de Renilda Barbosa (2007), que investigou a circulação de boatos relativos ao avanço das forças paraguaias que foram noticiados nos jornais de Mato Grosso naquele primeiro semestre de 1865. Tomando a *Imprensa de Cuiabá* como principal fonte, ela descreveu alguns episódios de tensão social provocados por boatos que passaram a circular com frequência junto às populações de Mato Grosso desde a capitulação do Forte Coimbra.

Mesmo sem confiabilidade o dizer dos ‘mentirosos’ ganhou espaço e imprimiu sentidos de forma significativa. Animou os temores e subverteu as práticas oficiais de controle naquele espaço social das vilas e cidades de Mato Grosso, criando nuances fantasmagóricos sobre os prováveis ataques dos paraguaios em território brasileiro. Nuances que habitam o campo do imaginário e significam no sujeito. A potência desses temores coloca em evidência a vulnerabilidade dos moradores diante do avanço dos paraguaios, da ausência de resposta a esses mesmos temores e dos acontecimentos em campo de batalha que somados às dificuldades diversas – fome, doenças, desencontros – vividas pela população, constrói um estado de tensão permanente (BARBOSA, 2007, p. 60-61).

Sobre “as nuances que habitam o campo imaginário do sujeito”, retratadas como elementos de aterrorização das circunstâncias que se propagava pela comunicação comum entre os indivíduos contemporâneos à invasão de Mato Grosso, isso realmente se espalhou pelo imaginário social dos *patrícios de outras províncias*. A reflexão de *Um Brasileiro*, escrevendo em São Paulo sobre sua angústia em ver a demora da reação do auxílio das forças brasileiras em contra-atacar os paraguaios, reforçou a apreensão e os temores que sentia em relação às populações atingidas pela guerra. O autor falou sobre o quanto tais acontecimentos acionaram seus sentimentos de compaixão e, ao mesmo tempo, de indignação pelo fato de o Paraguai — qualificado por ele como Estado não civilizado, — ter, não como uma república, mas sim como uma *tribo*, uma *horda*, atacado a *infeliz e devastada* província do Mato Grosso⁶⁶.

Podemos entender o grau de desconhecimento de como as coisas se passavam no interior do país pelas gentes que se mobilizavam em torno da campanha militar que o governo estava organizando naquele primeiro semestre de 1865.⁶⁷ De acordo com os decretos de 21 de janeiro, somente as províncias de Minas Gerais e São Paulo haviam sido encarregadas de enviar 9.000 soldados à Mato Grosso e as notícias divulgadas pela imprensa apenas estimulavam o alistamento de voluntários da pátria, contribuindo para a propagação dos sentimentos de indignação quanto à desonra nacional sofrida pelo país. Mesmo assim,

⁶⁶ Renilda Miranda Cebalho Barbosa acentua que os editores do jornal *A Imprensa de Cuyabá*, ao noticiarem, naqueles meses, os episódios relacionados ao avanço das forças paraguaias em direção à capital, ponderavam sobre o teor de verdade dos informantes, pois os boatos acabavam tomando força como mentira que se torna verdade na mentalidade da população, aumentando seus temores e provocando desordem pública: “Em meio a esse burburinho de notícias e boatos sobre a guerra, notamos a preocupação do jornal em controlar os dizeres com o objetivo de sustentar a crença na vitória dos brasileiros. Quando se tratava dos boatos, o jornal já os divulgava sob a forma de notícia falsa, posicionando-se contrário a tudo o que viesse a perturbar a ordem pública (BARBOSA, 2007, p. 59). O teor das notícias falsas era um fator de seleção das fontes pelo jornal. Investigando as edições de *A Imprensa de Cuyabá*, notamos que os editores se baseavam nos depoimentos de pessoas que haviam fugido das cidades ocupadas pelos paraguaios e, nesse caso, a possibilidade da representação do sofrimento no relato tendia a ampliar o grau de desesperança. Vejamos essa matéria publicada em 6 de abril de 1865 em Cuiabá. Com o título *COXIM*, o editor destacou a data da notícia (3 de março) que trata de um evento ocorrido em janeiro na cidade de Albuquerque: “Um amigo que se retirou de Albuquerque para aquele ponto dá as seguintes notícias: No dia 1 de janeiro as 6 horas da manhã a esquadra paraguaya deu desembarque as forças no porto de Albuquerque. Retirei-me então para as matas com a família, levando apenas duas mudas de roupa. Na noite do mesmo dia, 6, posarão os paraguayos em chama as cazas de capim, e alvararão nas propriedades do sr. José de Souza Brandão o pavilhão da Republica”.

⁶⁷ Em 30 de março de 1865, o jornal *Correio Paulistano* reproduziu uma matéria intitulada *Notícia do Matto Grosso*, que extraía do jornal do Rio de Janeiro, o *Correio Mercantil*, com data de 23 de março. As notícias diziam respeito a episódios ocorridos em Mato Grosso ainda no mês de janeiro. “Recebemos a Imprensa e Cuyabá de 19 a 27 de janeiro”, destaca o *Correio Paulistano*, para depois destacar que algumas informações sobre revolta de praças e a morte do militar coronel Carlos Camisão eram falsas. “Erão inexatas as notícias de sedição entre praças do 2º Batalhão de artilharia; o aprisionamento de toda a gente que se transportava de corumbá para o Sará, em canoas, igarités e outros vasos, a morte do comandante de armas, do tenente coronel Camisão e do chefe da estação naval. Este achava-se na capital e aqueles em S. Pedro” (CORREIO PAULISTANO, 30 mar. 1865).

encontramos, no jornal *Correio Paulistano* em 26 de fevereiro de 1865, um artigo na seção “Noticiário” sobre a *festa popular* de despedida da marcha dos voluntários paulistas, detalhando as divisões da corporação entre praças e oficiais no total de 555 indivíduos — número muito aquém do que esperava o governo imperial, que tinha expectativa de mobilizar 3.000 indivíduos.

Esse número aumentou com o passar do tempo, mas, mesmo assim, tal expectativa jamais se concretizou. Independentemente do diagnóstico da apatia dos paulistanos em marchar em direção ao interior do país, a população de São Paulo se mobilizou em torno da campanha expedicionária na província e os soldados que partiram foram condecorados com a valoração e honrarias populares:

Não admirou a maneira digna por que os paulistas se despediram das forças expedicionárias da província; não surpreendeu a ninguém a agitação do dia de hontem, porque ações como essas, do mais significativo amor pátria, contam os nossos bellos fastos mais de uma. Honra aos habitantes de São Paulo! (CORREIO PAULISTANO, 30 mar. 1865).

Era dessas localidades que saíam os soldados brasileiros em direção aos sertões do país para combater o inimigo e salvar a população mato-grossense. Voltando ao texto de *Um Brasileiro*, o autor ofereceu ao público uma noção dos caminhos que as forças militares deveriam seguir com maior segurança a fim de ameaçar o avanço paraguaio Brasil adentro, mas suas principais preocupações recaíam sobre a morosidade do governo e daqueles que operavam a execução da marcha dos expedicionários de São Paulo e Minas Gerais e sobre as condições geográficas do itinerário⁶⁸ da expedição e da falta de adequada logística de guerra para que essa operação chegasse, rapidamente e com sucesso, a Mato Grosso, pois estava ali o trunfo maior de Francisco Solano López. *Um Brasileiro* acreditava que os paraguaios seriam

⁶⁸ O trecho a seguir reflete essa dificuldade de tempo e espaço quanto ao plano do governo no *auxílio às populações do Mato Grosso*, como já destacamos no relato do ministro Visconde de Camamu, que acusava ser essa uma das maiores dificuldades que via naquela operação. A opinião de *Um Brasileiro* reforçou esse dilema naquele momento. Ele destacou ser o ponto crucial da expedição a distância a ser percorrida e as condições climáticas. No momento em que escreveu, dizia saber da *pequena* força militar que estava, naqueles dias de maio, acampada na cidade Campinas (SP), mas isso ainda era, para ele, uma situação de desesperança quanto ao sucesso da expedição, apesar de acreditar que a cota do governo de 3.000 homens destinada para São Paulo ainda se aglutinaria ao grupo de Campinas: “A demorar-se como está sendo a marcha dos voluntários desta província, e da guarda nacional, os 3 mil homens, que tão cedo não se reunirão, talvez que nem no presente ano possam partir para Cuyabá, porque daqui a pouco tempo começa a estação chuvosa, e será nessa ocasião uma imprudência fazer marchar a tropa. A pequena força que está em Campinas, parece também que tão depressa não marchará, porque segundo dizem falta-lhe quase tudo para poder-se pôr a caminho, dando lugar uma tal demora uma vergonhosa deserção” (CORREIO PAULISTANO, 21 maio 1865). Sobre a preocupação com a demora na cidade de Campinas e a deserção militar, diz Francisco Doratioto (2002) que esse era o grupo de 568 militares (135 paranaenses) que havia deixado a cidade de São Paulo em 10 e abril: “Em Campinas, a coluna foi vítima de varíola, teve seis mortos e sofreu 159 deserções, principalmente de praças do Corpo policial de São Paulo e da Companhia de Cavalaria da Guarnição de São Paulo” (DORATIOTO, 2002, p.121).

derrotados pelo Brasil no teatro de guerra na região do Prata, assim como comemorou ele as vitórias brasileiras no Estado Oriental. Todavia, em sua cosmovisão, o interior do Brasil era o gargalo da defesa do Império e ali, se não fossem os invasores logo combatidos, seriam encontrados os despojos do *cacique guarani*.

Quem nos assegura que, sendo López batido pelo Humaitá, ou por Corrientes, antes de estar guarnecido o interior do Brasil, considerando-se ele perdido, como deve considerar-se não levante seu aldeamento com 20 ou 30 mil homens, e venha invadindo o Brasil pelo interior; cuja porta a conservamos aberta? Por ventura, não terá ele interesse de quando fugir levar maior porção de roubos? Quaes os obstáculos que se lhes antepõem a que não mande saquear parte desta província, a de Minas, e em sua retirada e fugida para a Bolívia a de Goyaz e Matto Grosso? Não se compõem de campos a maior porção de terrenos destas quatro províncias? Não terá ele meios de atravessa alguns rios? Não encontrará gado e gêneros alimentícios nas imensas fazendas dessas províncias? Parece-nos um despropósito o lembrarmos-nos e de que aqueles que não poderá sustentar-se, e defender-se em sua própria casa, venham-nos invadir pelo interior; mas acaso duvidar-se-á ainda do arrojo e insensatez do pequeno déspota? A guarda avançada de seu exército nos campos de Miranda e Camapuan não nos indica este plano? (CORREIO PAULISTANO, 21 maio 1865).

As dúvidas do cidadão paulistano *Um Brasileiro*, ao expor as fragilidades que via passar às suas vistas pela leitura das informações de atraso e desorganização operacional da marcha militar em salvação da província mato-grossense, fornece-nos o sentido da falta de política de Estado para as questões de segurança de fronteira e mesmo de planos de organização da ordem militar, interna à administração dos investimentos humanos e logísticos — elementos da administração pública e ordem de governo.

O repentino e dramático aumento e efetivos trouxe grandes dificuldades iniciais para a administração do Exército. Com exceção das unidades que já operavam no Uruguai, as novas unidades careciam de treinamento e experiência de combate. A situação mais aguda era as das unidades de voluntários, compostas por civis reunidos às pressas, sem o adequado treinamento, e cujos oficiais não possuíam qualquer formação ou experiência militar. A situação logística também era grave. Faltavam uniformes, sapatos e equipamentos militares. Na fase inicial da Guerra, quando a rendição das tropas paraguaias que haviam ocupado Uruguiana, os oficiais e soldados brasileiros não recebiam seus soldos havia cinco meses e estavam vestindo farrapos e pedaços de couros, por falta de uniformes (PEDROSA, 2015, p. 172).

No contexto em que acontecia a reunião parlamentar em Goiás, em 1º de junho de 1865, quando o presidente Augusto Ferreira França apresentava os feitos públicos voltados para a organização das operações de guerra em Goiás, as tropas enviadas pelo governo imperial, oriundas de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná, encontravam-se em marcha para a cidade de Campinas (SP). Dali saíram os militares em 15 de abril em direção a Uberaba (MG), onde chegaram em 18 de julho de 1865. Uma das preocupações vitais naquela

reunião política era o atraso⁶⁹ no envio das tropas goianas para Mato Grosso, o que, segundo a fonte, já se havia resolvido em 15 de maio. Outra questão de grande relevância para o sucesso do contra-ataque estaria na organização dos depósitos de víveres que o Ministério dos Negócios da Guerra havia determinado como responsabilidade exclusiva da província de Goiás: alimentar as tropas em operações ao Sul do Mato Grosso.

3.3 Acontecimentos da guerra na província de Goiás: dos feitos administrativos aos efeitos sociais

Em 1972, o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás publicou o primeiro número de sua revista e, entre os artigos ali expostos, um se dedicou ao tema da Guerra do Paraguai em Goiás. O título do artigo é *Um herói na Guerra do Paraguai*, assinado por Zida Augusta do Nascimento. O principal eixo analítico e narrativo da autora toma como fonte de referência as notícias do jornal *Correio Oficial de Goiás nos anos de 1865-1866* para discorrer sobre exemplos do movimento de alistamento e voluntariado em algumas cidades do centro e norte de Goiás – Comarca do rio Corumbá, Bonfim, Pilar.

O texto foi inspirado na trajetória de um jovem bonfinense em *condições de pegar em armas*, filho de pai militar, o coronel *Francisco José da Silva*, que se sentiu contrariado com a opção do filho, *Vicente Miguel da Silva*, em servir como voluntário da pátria. A autora faz referência ao status familiar do moço, que não o obrigava a seguir esse propósito a contragosto dos pais, principalmente da mãe Nanhã — para a sociedade local de Bonfim, sinhá Donana (Anna Luíza Rodrigues de Moraes e Silva) — pois era aquele jovem, diz a autora do artigo, “o primeiro machinho da mamãe”.

O enfoque patriótico em torno do jovem de Bonfim, explorado nos argumentos de Zida Augusta do Nascimento, tem o sentido da extensão social, em termos da relação *tempo-espaço*, considerando que a opção daquele jovem provocou reflexões positivas junto a outros indivíduos que se aliaram a ele no fervor patriótico daquele momento. A autora destaca o uso político desses impulsos patrióticos pelo recém-chegado presidente da província:

⁶⁹ A questão do atraso da tropa de Goiás está notificada no relatório do Ministro dos Negócios da Guerra, 2º Visconde de Camamu, datado de 8 de maio de 1865, quando ele apresentou o relatório de suas atividades aos deputados da Assembleia Geral Legislativa, estando então à frente da organização das operações do exército imperial naquele primeiro semestre de 1865. “De Goyaz devião partir até 20 de março último a cavalaria e o corpo de caçadores”, escreveu o ministro, depois de ter explicado sobre as operações militares que terminaram no Estado Oriental e que, naquele momento, todos os esforços haviam sido destinados à organização do corpo militar de São Paulo (data de partida em 10 de abril) sob o comando do coronel Manoel Pedro Drago, que logo depois se uniria ao corpo militar de Minas Gerais, e subseqüentemente ao de Goiás (BARBUDA FILHO, 1865, p. 8).

O presidente França assumira o Governo dia 27 e dois dias depois reclamava o Vicente Miguel, donde se conclui que o nome do moço de gente aparentada com Goiás inteiro, ia ser usado como ‘nome bandeira’, pelo Dr. França na difícil tarefa de ajuntar guerreiros, de formar auxiliares para o abastecimento de gêneros alimentícios aos batalhões concentrados em Mato Grosso, em que muito se distinguiu, tornando-se um presidente popular (NASCIMENTO, 1972, p. 84).

O destaque dado pela autora de *Um herói na Guerra do Paraguai* para o município de Bonfim também se justifica quando observamos os dados das cotas iniciais das municipalidades goianas, sistematizados pela historiadora Zildete Ignacio de Oliveira Martins (1983). No mesmo contexto em que ela publicou o quadro das municipalidades goianas e os números respectivos das primeiras inscrições de voluntários, Bonfim se encontrava entre as cidades que mais disponibilizaram homens para a guerra naquele início de campanha⁷⁰. Ainda no mesmo estudo, a historiadora ressalta o ato administrativo de 10 de maio de 1865, assinado pelo presidente Augusto Ferreira França, que criou as *comissões municipais* para o auxílio ao governo provincial em três aspectos: organizar as inscrições de voluntários e a acolhida e o encaminhamento deles para a capital; estimular e arrecadar subscrições pecuniárias para o auxílio financeiro da província; organizar localmente a produção agrícola e o armazenamento de gêneros, providenciar tropa e utensílios de transporte de mercadorias e armamentos para Goiás e para o teatro de guerra.

Para o atendimento dessas exigências, o governo provincial de Goiás iniciou a nomeação de comissões municipais, através do ato de maio de 1865, encarregando-as de promover o alistamento para os corpos de Voluntários, e fazer correr uma subscrição pública destinada a socorrer as famílias indigentes ou menos amparadas, dos Guardas nacionais e dos voluntários da pátria que marchassem para a guerra. (MARTINS, 1983, p. 58).

Zida Augusta do Nascimento expõe o depoimento do voluntário *Vicente Miguel da Silva*⁷¹ quando, numa das suas cartas a familiares em Bonfim, dá testemunho da contribuição do povo goiano, principalmente na tarefa do fornecimento de víveres que fez parte do

⁷⁰ Segundo o quadro apresentado por Martins (1983, p. 57-58), Bonfim apresentava uma cota de “28 inscritos; mesmo número para as localidades de Santa Luzia, Santa Cruz e meia ponte; Catalão com 66; Formosa e Corumbá 24; Jaraguá 22; Curralinho, Vaivém, Goiás capital, Dorcas do Rio Verde 20; Morrinhos 16; São José de Tocantins, Anicuns, Campinas, Pouso Alto 12; Ouro Fino 10; Alemão e Traíras 8; Rio Claro, Santa Rita, Santa Rita do Paranaíba, Mossamedes, Crixás 6”.

⁷¹ Em 1º de setembro de 1867, o vice-presidente João Bonifácio Gomes de Siqueira apresentou, aos deputados goianos, dados das operações militares ao sul da província de Mato Grosso com base nos ofícios que dali recebera e descreveu a marcha das tropas brasileiras pela região de fronteira na localidade de Bela Vista (acontecimento relacionado à malfadada operação de ocupação a fazenda da Laguna entre março e maio de 1867). No item *Forças em operações ao Sul do Mato da província de Grosso*, abordou esse fato e fez referência à morte de um militar chamado Vicente Miguel da Silva. “Nos tiroteios perdemos um oficial e diversas praças e a perda do inimigo foi maior. Fallecerão do cholera o coronel Camisão, tenente coronel de engenheiros Juvencio Manoel Cabral de Menezes, o capitão de comissão Vicente Miguel a Silva, o alferes Porfírio Leite de Barros, e muitas praças, cujo número ignoro” (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 176).

movimento de mobilização social em Goiás para auxiliar as forças em operações no Mato Grosso. Autora e personagem enfatizam o empenho da população de Bonfim e não deixam o nome do presidente Augusto Ferreira França de fora dos esforços despendidos no sentido de auxiliar o exército no teatro de guerra.

A carta tem a data de 27 de janeiro de 1867, quando as tropas brasileiras marchavam pelas fronteiras entre Bela Vista e Nioaque, depois que o objetivo de conquistar o gado da fazenda Laguna havia frustrado o comando militar sobre as ordens do coronel Camisão. Naquele mesmo contexto, dizia a carta do militar goiano, dirigindo a seu pai: “Foi a província de Goiás que Salvou a Expedição de Mato Grosso da dispersão ou da morte da fome” (NASCIMENTO, 1972, p. 83). Ainda sobre o mesmo assunto, Zida Augusta do Nascimento assinala que o jovem militar não se esqueceu de dar mérito aos esforços do presidente Augusto Ferreira França em sua missão administrativa perante aquela responsabilidade. Para ele, ao goianos “foram generosos no auxílio ao presidente França (NASCIMENTO, 1972, p. 83).

Os feitos do povo de Goiás se repetiram em outras províncias, no que diz respeito a exemplos de patriotismo e compaixão voluntária para com o sofrimento dos concidadãos da província do Mato Grosso. Seja pela leitura das palavras de Vicente Miguel da Silva ou pelas leituras dos atos administrativos de França, publicados como expediente da presidência de Goiás, a autora diz que ele se tornou um *presidente popular*.

Entendemos o termo *presidente popular* no sentido da força motivadora que Augusto Ferreira França buscou imprimir à responsabilidade das populações goianas nos trabalhos do governo em estado de guerra. Salientamos que, na base dessa informação provinda do passado, encontra-se o substrato orgânico do poder de reflexão (o elemento escriturário de gabinete mais o editor da imprensa) em torno dos atos de governo e estão neles os resultados residuais dessas mesmas ações (informações) que foram planejadas e executadas dentro do arcabouço normativo das estruturas de poder e influência pública. Há de se considerar isso.

Entretanto, a investigação de época pode mostrar que certas opiniões sobre o presidente Augusto Ferreira França nos seus dois anos à frente da presidência de Goiás despertaram a atenção de seus correligionários goianos e de indivíduos da sociedade goiana que não perderam a oportunidade de demonstrar em público como aquele presidente demarcou sua experiência de vida pessoal e política enquanto pôde estar à frente da administração provincial. Em 2 de julho de 1866, um ano e dois meses depois de sua posse como presidente de Goiás, Augusto Ferreira França foi homenageado com um baile oferecido

por um casal da cidade, o major de engenharia do exército Dr. Lebo e sua esposa. A festa teve início com uma *delicada ceia* às 11 horas da noite e depois, segundo o *Correio Oficial De Goyaz* de 7 de julho de 1866, prosseguiu até as 4 horas e meia da madrugada. Num dos momentos mais efusivos da festa, o inspetor paroquial José Ignacio de Azevedo declamou uma poesia em homenagem ao presidente.

Os feitos que a história marca
Nos seus feitos gloriosos
São feitos de cedro e d'ouro
Feitos sempre luminosos.

Que aponta ilustres feitos
Em pedestais preciosos
Aponte de França os feitos
Feitos sempre luminosos

E para bem dos goyanos
Governa sem ter queixosos;
Rende cultos à justiça
Rgenera os criminosos

Ao lado dos seus amigos
Que o respeitam extremosos
Bebamos todos alegres
Licôres tão generosos.

Em honra de Augusto França
Estas taças enxuguemos
E sem que haja tardança
Contentes todos brademos:

Dos grandes feitos
Do ilustre França
Fique para sempre
Grata lembrança

Juntos em coro
Alto entoemos,
Suas virtudes
Sempre louvemos (CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ, 7 jul. 1866).

A partir do texto poético podemos ter uma ideia do percurso de negociação social ocorrida entre ele e a sociedade goiana durante um ano e dois meses de sua vida em Goiás. O evento catalisou os sentimentos de convívio em bases de solidariedade e confiança, pois os convidados foram selecionados entre aqueles que compartilhavam das mesmas intenções do homenageado.

O baile foi organizado por um militar de alta patente e os convidados faziam parte do círculo da vida administrativa do Estado em Goiás (militares e civis). De acordo com a nota

publicada pelo jornal, a festa foi muito concorrida na cidade, com destaque para a presença de funcionários públicos, aos quais foi dedicado um brinde antes do jantar.

Os brindes foram propostos em momentos que emocionaram a todos os presentes e um deles, especialmente, fortaleceu o sentimento daqueles que ali estavam não só em consideração ao presidente, mas também para celebrar a história da Bahia e de seu povo que lutou contra o jugo colonial lusitano — muitos cidadãos de Bonfim viveram naquele estado antes de mudar para Goiás, inclusive França, que nasceu em Salvador. “Levantaram-se diversos brindes, a S. Ex. o Sr. Dr. França, ao Sr. Dr. Lebo e a sua família, aos funcionários públicos que se achavam presentes e ao dia 2 de julho⁷², tão caro aos brasileiros e em particular aos baianos” (CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ, 7 jul. 1866). O brinde à data resgatava as memórias tanto das origens culturais de França quanto das revoltas baianas contra a monarquia e o domínio português. Augusto Ferreira França era um “estrangeiro em Goiás” (PALACIN; MORAES, 1972), conduzindo os interesses públicos do povo goiano e suas principais lideranças, porém, naqueles quatorze meses como líder goiano, conquistara méritos e respeito poéticos na província de Goiás.

Não temos como provar as intenções imediatas daqueles que ofereceram o baile ao presidente Augusto Ferreira França senão pelas poucas palavras escritas no noticiário do *Correio Oficial* de 7 de julho. O que nos deixa curiosos é o fato de a festa ter acontecido numa segunda-feira, 2 de julho, até a madrugada do dia seguinte, quando, na terça-feira, tanto o presidente como as autoridades militares e civis que prestigiaram o evento tinham por obrigação assumir, logo cedo, as suas tarefas cotidianas. Inferimos que a data de 2 de julho foi escolhida por coincidir com o dia de comemoração da *Independência da Bahia* — movimento iniciado em 1821 e com desfecho em 2 de julho de 1823 — e, ao mesmo tempo, expressar a amizade dos convidados por França, um brasileiro nascido na Bahia, como indicam os versos declamados: “Ao lado de seus amigos/ Que o respeitam extremosos”.

É bem provável que tenha sido um momento de regozijo momentâneo do presidente, pois suas preocupações naquele dia se ligavam à condução do auxílio de Goiás às forças em

⁷² A referência a essa data traz o significado da vida política do povo baiano entre 1822 e 1823 na guerra de resistência às intenções das elites lusitanas em Salvador de resistirem, com o apoio do exército português, à independência proclamada em 7 de setembro de 1822. O historiador Sérgio Guerra explica o movimento a partir do interior da Bahia, onde os partidários do rompimento com Portugal se aglutinaram na região do Recôncavo Baiano e ali promoveram a guerra de resistência contra os portugueses instalados em Salvador. Na vila de Cachoeira, organizaram um conselho interino em nome do governo de Dom Pedro I: “Esse conselho governou a Bahia em nome de Dom Pedro enquanto durou a guerra de independência [...] A guerra de independência da Bahia representa um momento de transição, quando a pessoa comum começa a participar da política de forma mais ampla, já que antes era muito restrito” (GUERRA apud SILVA, 2015). A Lei nº 12.819, sancionada em 5 de junho de 2013, determina que “o dia 2 de julho de 1823, alusivo à consolidação da Independência do Brasil no Estado da Bahia, passa a integrar as datas históricas do calendário de efemérides nacionais” (BRASIL, 2013).

operações ao sul do Mato Grosso, principalmente no que tangia aos recursos pecuniários para fins de liquidação das contas contratadas com os comerciantes e tropeiros que haviam transportado os gêneros e víveres ao teatro de guerra.⁷³

Naquele período de 1866, o governo de Goiás estava empenhado nas soluções das demandas humanas e materiais em vista da Guerra contra o Paraguai. O baile de 2 de julho reforçou essa imagem de gestor totalmente envolvido nos negócios públicos e na defesa dos interesses coletivos da sociedade. A poesia recitada por José Ignacio elevou a estima de um cidadão que chegou desconhecido e logo se mostrou sujeito determinado às relações de alteridade pública, em função do contexto de angústia administrativa que presenciava em seu cotidiano por causa das decisões pessoais que havia de tomar como chefe do executivo goiano.

Lemos os indícios da presença de Augusto Ferreira França em Goiás naqueles primeiros quatorze meses como gestor goiano no âmbito das análises de Anthony Giddens (2009), que, em sua teoria social, ajuda-nos a perceber os elementos de *reflexividade, consciência discursiva e prática*. Em alguns exemplos podemos destacar a evolução do conhecimento que se processou na vida do administrador e como esta pode ser referenciada nas ações de outros que são testemunhas dos elementos públicos das ações desse indivíduo — elementos residuais da práxis do sujeito na elaboração de seu discurso (a *consciência discursiva e a consciência prática*) diante dos pares.

Entre o ato oficial de 1865, na primeira exposição de suas atividades de pouco mais de um mês, e o baile de 2 de julho de 1866 em sua homenagem, foram a ele atribuídos *feitos luminosos* de um *presidente desconhecido* com ideais *progressistas* — era ele um deputado pelo Partido Progressista, antes de ser indicado presidente goiano — que buscou cumprir, com ajuda da sociedade de Goiás, as determinações do Império quanto à tarefa do fornecimento de

⁷³ Percorrendo as publicações sobre os atos da presidência de Goiás entre as semanas de junho e início de julho, percebemos que em 2 de julho o governo insistia junto ao inspetor da tesouraria que estimulasse os *emprestadores* a se oferecerem a emprestar dinheiro ao governo. “Não tendo sido ainda recolhida a essa tesouraria a quantia de 200:000\$ reis em notas enviada pelo tesouro nacional e querendo prevenir que o cofre fique em más circunstâncias, de modo que não se possa acudir convenientemente às despesas extraordinárias que se estão fazendo, autorizo V.S. a tomar por empréstimo, mediante os juros legal de 6% ao ano, todas as quantias que forem oferecidas, e bem assim dar saques contra o tesouro garantindo 2% por cento ao ano”. Na mesma coluna do jornal *Correio Oficial* de 14 de julho de 1866 foi publicado o expediente da presidência de Goiás para 3 de julho. Ali encontramos a ideia de que o pedido de empréstimo do dia anterior seria recorrência de outras ações de endividamento da província com os atos de guerra. No expediente de 3 de julho, Augusto Ferreira França reforçou os cofres do governo da província com dinheiro emprestado de uma comunidade religiosa da vila de Meia Ponte. Escrevendo ao diretor das rendas provinciais, destacou que ele poderia movimentar o dinheiro que tomara emprestado: “Mande Vm recolher a tesouraria da fazenda a quantia de 3:152\$000 reis que se acha em depósito nessa repartição, proveniente do empréstimo pela presidência com a irmandade do Santíssimo Sacramento da cidade de Meia Ponte, ficando a mesma tesouraria obrigada, durante o tempo em que estiver em seu cofre aquela quantia, a pagar juros que ela vencer, os quais serão recebidos por esta repartição para satisfazer a dita irmandade” (CORREIO OFFICIAL 14 jul. 1866).

tropas, armas e víveres ao exército brasileiro. Logo que chegou a Goiás, falou, com humildade, aos deputados goianos, concluindo seu relatório de 1º de junho de 1865:

Embora faleçam em mim os dotes que devam distinguir o administrador desta porção do império, sobejam todavia, bons desejos de contribuir para a prosperidade da província, cujo governo me foi confiado, n'um quadro difícil, é verdade, mas em que se procura dar toda a expansão constitucional aos elementos de liberdade e progresso (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 70).

Ao salientar a confiança do imperador em sua capacidade administrativa, ele o fez, reconhecendo o fator trágico daqueles dias. Percebeu que, em meio às demandas da guerra, caíam-lhe à mesa as necessidades e os interesses mais imediatos da província de Goiás, como a melhoria nas estradas de transporte e comércio e propostas de mudança da capital da província feitas por alguns grupos políticos que achavam que seria melhor transferir a capital para as proximidades do presídio de Leopoldina. “Não discutirei n’esta ocasião se a capital da província deve ter sede diversa da atual, nem se o lugar mais apto para ela é o que se acha presentemente o presídio de Leopoldina” (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 70), enfatizou França, deixando claro que aquele não era o momento para colocar pauta tais questões: “terei talvez oportunidade de responder ainda a minha franca opinião”, ressaltou, determinado a não polemizar com esse debate.

É bem provável também que a atitude do presidente em delimitar os horizontes dos recursos políticos de sua gestão tenha levado o poeta Ignácio a destacar as ações de França no período anterior ao baile, naquele momento crucial para o governo imperial. “Dos grandes feitos do ilustre França/ Fique para sempre grata lembrança” — feitos que se tornaram sinais da organização social em Goiás em termos da mobilização militar a partir de 1865 até o final da operação militar no sul do Mato Grosso.

Lemos, na narrativa de meados de 1865, o anseio do presidente por vivenciar uma inserção pública em Goiás naquele contexto inicial da organização do contra-ataque brasileiro à invasão da província de Mato Grosso. Um ano e dois meses depois, ele recebeu, de parte do público da cidade de Goiás, em 2 de julho de 1866, uma homenagem festiva, comemorando sua presença na província. A poesia a ele dedicada quer elevar à memória história suas ações de gestor público, num momento de dificuldade e de angústia social quanto aos acontecimentos relacionados ao *auxílio goiano* às populações de Mato Grosso. De julho de 1866 em Goiás, voltamos alguns meses, usando a metáfora da *escada rolante* de Raymond Williams, e buscamos um texto publicado no segundo semestre de 1865 por um jornal do Rio de Janeiro que nos ajuda a entender as palavras do poeta e sua percepção das atividades

públicas em Goiás, voltadas para a guerra ao sul da província do Mato Grosso, depois da chegada de Augusto Ferreira França e da criação das *comissões municipais* em maio de 1865, que fortaleceu o vínculo social dos municípios de Goiás com a causa da guerra na província de Mato Grosso.

Justifica essa ideia o pequeno artigo escrito por um cidadão que se intitula *Um Cuyabano*, publicado no *Jornal do Commercio* de 16 de setembro de 1865. O título da matéria é *Goyaz* e o teor da narrativa se refere às dificuldades das populações de Mato Grosso que foram diretamente afetadas pela guerra. O autor deu ao texto um tom de indignação diante da angústia do povo com as notícias publicadas sobre o teatro de guerra e acentua não haver parâmetro de comparação entre os transtornos no Rio Grande do Sul e em Mato Grosso. “É sem comparação, não se exprime a dor dos filhos da desventurada Mato-Grosso”, enfatizou *Um Cuyabano*. Ele criticou o governo central, afirmando que as principais medidas tomadas até então estavam “aquém dos desejos e sentimentos de todos”. Em seguida, com palavras bem menos ácidas, citou Augusto Ferreira França como bom exemplo na administração da guerra. A partir do texto *Goyas*, podemos entender o sentido da poesia de José Ignacio.

Tal é a administração da província de Goyaz, com tanto acerto confiada ao Exm. Sr. Dr. Augusto Ferreira França. Testemunha de zelo e atividade incansável de S. Ex., de sua energia, de todos os seus esforços e dos grandes serviços que tem prestado em ordem a ser eficazmente auxiliada a província de Mato Grosso, não podemos abafar a nossa satisfação; e perante o paiz é um dever sagrado; testemunhamos o nosso reconhecimento ao homem da situação, ao ilustrado administrador da província de Goyaz. Haja S. Ex. de desculpar-nos. A grandeza de seu mérito faz romper com a sua modéstia. Somos Cuyabano (JORNAL DO COMMERCIO, 16 set. 1865)

O efeito da metáfora da *escada rolante* nos abre uma perspectiva microanalítica, tomando a ideia de Raymond Williams sobre o efeito da releitura dos enfoques das contradições surgidas nos poemas e textos literários que reproduziram as transformações no campo e na cidade promovidas pela Revolução Industrial na Inglaterra do século XVIII e XIX. Dá-nos a possibilidade de perceber nuances poéticas dentro de uma tradição e de um costume próprios ao contexto da sociedade goiana circunstanciada pela cultura do *oficialismo político* — elemento da contradição social que se expressava nos anseios dos poetas goianos e fazia parte de um *sistema mais amplo* (WILLIAMS, 2011).

Entendemos ser essa ideia do historiador britânico relevante na análise da poesia de José Ignacio na perspectiva de *uma história ativa e contínua*. “As relações não são apenas de ideias e experiências, mas também de aluguéis e poder — um sistema mais amplo”

(WILLIAMS, 2011, p. 21). O autor da poesia destaca isso quando apela à história — “os feitos que a história marca” — para reformular os princípios da harmonia que interessa à sociedade goiana: *o bom governo*. “E para bem dos Goyanos/ Governa sem ter queixosos/ rende cultos à justiça, feitos sempre luminosos”. Essa luz direcionada às ações do presidente Augusto Ferreira França se reflete nos agradecimentos de *Um Cuyabano* publicados pelo *Jornal do Commercio* em setembro de 1865.

3.4 Dos feitos poéticos aos feitos públicos: os negócios e a logística de guerra em Goiás

Em Raymond Williams nos referendamos para entender que as poesias representam os signos das estruturas sociais de uma época, de uma forma de se pensar um tempo, vivendo-o em suas *estruturas de sentimentos*. “Por definição, essas estruturas não são criadas individualmente, mas coletivamente” (WILLIAMS, 2011b, p. 32).

Frederic Jameson (2002), analisando os processos de constituição do conceito de *estrutura de sentimento* em Raymond William, permite-nos ver o poema como reflexo da conjuntura social em determinada realidade e em dado espaço social — nesse caso, o evento da guerra em Goiás naqueles catorze meses da administração dos negócios militares e da logística de guerra. Em evidência, os feitos do administrador e os feitos do poeta, ambos de indivíduos em processo de integração social.

Nossa análise se faz num tempo distante do *tempo do capitalismo tardio*, quando a província de Goiás, nas décadas de 1860 e 1870, ainda não sentia os impactos do desenvolvimento industrial e seus desdobramentos na vida socioeconômica e cultural, porém, embora incipiente, o mercado financeiro já operava com serviços de empréstimo e crédito. As transações comerciais, no caso de compra e venda de mercadorias, ocorriam na base da confiança.

O fluxo do comércio que se intensificara na província desde o segundo semestre de 1865 preocupava a presidência de Goiás, visto que as forças em operações ao sul do Mato Grosso se encontravam em marcha para o baixo Paraguai e a demanda pelos recursos só aumentava entre junho e julho de 1866. Isso porque era necessário liquidar parte das dívidas contraídas com cargueiros e líderes de tropas que haviam viajado para o teatro de guerra e, de volta à capital, cobravam do governo o pagamento de mercadorias e serviços prestados. A guerra intensificou os negócios entre instituições públicas e mercadores naquele período.

Em 8 de julho de 1866 foram muitos os documentos expedidos no gabinete da presidência — 24 ao todo, quando a média não passava de quatro ao dia. Dois deles nos interessam porque se relacionam diretamente às ações públicas e às dívidas contraídas pelo governo para ajudar no esforço de guerra. Um documento advertia o diretor das rendas provinciais sobre a queda na arrecadação fiscal e determinava que fossem cobrados, com juros, os débitos de coletores e ex-coletores.

Sendo intolerável e por demais detrimetoso aos interesses da fazenda provincial que os coletores e ex-coletores alcançados não entrem para o cofre com as quantias porque são responsáveis; e estando esta presidência no propósito de coagi-los na forma da legislação a pagar os seus débitos e juros, tenho resolvido que Vm de todos exijam o recolhimento das quantias de seu alcance e dos respectivos juros, marcando-lhe para este fim o prazo de trinta dias, além para a efetiva entrega da ordem e nos lugares em que se acharem a razão de quatro léguas por dia contados da saída do correio, sob pena de findo o prazo ser promovida a cobrança por meios executivos (CORREIO OFFICIAL, 7 jul. 1866).

Observamos aqui o malabarismo da presidência da província em busca de soluções para problemas financeiros e sua atitude enérgica no sentido de quebrar o diletantismo da atividade fiscal. O volume de gastos com a compra e o transporte de mantimentos para o exército havia aumentado significativamente. Para quitar as dívidas, o governo apertou o cerco em torno da arrecadação. A guerra cobrava um preço alto dos administradores provinciais.

Naquele 8 de junho foram emitidos oito documentos direcionados ao inspetor da tesouraria de Goiás, a maior parte referentes a ordens de pagamento. Num deles, constava o valor de 1:030\$470 reis para o pagamento do salário atrasado de quatro soldados que trabalhavam na segurança do porto do Rio Grande. Mas a principal informação sobre gastos com a guerra se encontra em outro documento relativo ao contrato com um senhor de nome Serafim José de Barros que havia fornecido víveres e gado para o governo no valor de 15:420\$800 reis. Ao lermos esse documento, podemos ter uma ideia do percurso dos mercadores na viagem até o teatro de guerra no Mato Grosso e na volta para acertar contas na capital da província de Goiás. Esse tempo era de aproximadamente quatro meses.

Para mandar pagar de acordo com a sua informação de 7 do corrente a Serafim José de Barros a quantia de 15:420\$800 reis inclusive a de 152\$ reis, importância de víveres e gados que forneceu as forças expedicionárias, como consta dos documentos que se envia, ficando porem obrigado a apresentar dentro de 4 meses a duplicata dos documentos dos documentos nº 4º e 5º, importância na dita quantia de 152\$ reis, sendo o pagamento feito ao capitão Joaquim Martins Xavier Serradourada ou ao Pe. José irias Xavier Serradourada como pede o mesmo Serafim José de Barros por conta da quantia de 500\$ que lhe foi remetida, a de 208\$000 reis que pagou a José Antônio de Carvalho pela barca que o mesmo fez para dar passagem no

rio Claro, como consta do recibo que também se envia em duplicata. (CORREIO OFFICIAL, 7 de jul. 1866)

Todas essas considerações de natureza econômica servem para evidenciar os feitos do presidente da província que tão elogiados foram em poesia, em artigos publicados em jornais e em eventos sociais. A partir daqui, utilizamos o conceito de *estrutura de sentimento* de Frederic Jameson (2002) para análise cultural das produções literárias, apreendendo-o como forma de percepção da superestrutura dos elementos da vida social. Esse conceito nos ajuda a entender o pensamento de quem expressa seus argumentos em forma de linguagem — ou *protocolo* de linguagem (CHALHOUB, 2015) —, articulando-os esteticamente ao seu contexto de vida.

Importa que façamos a recepção do texto poético como sinal da realidade que ele busca expressar em termos estéticos. A *estrutura de sentimento* como possibilidade de percepção do elemento mental intrínseco às *rotinas* sociais do autor remete à historicidade da criação poética e ao uso dela em processos de interação social. Retomamos a leitura de Frederic Jameson para o entendimento da tela *Um par de botas*, de Van Gogh, quando o autor se apropria das análises de Heidegger sobre *as Origens da obra de arte* e chama a atenção para os elementos terra (matéria) e mundo (sentido): “[...] a obra de arte emerge na fratura entre a Terra e o Mundo, ou entre [...] a ausência de sentido na materialidade [...] e a doação de sentido na história e no social” (JAMESON, 1997, p. 34).

Como a obra de arte, que emerge da terra e se expande para o mundo, a poesia de José Ignacio não se reduz aos versos escritos no papel que a materializou; ela tem história e se integrou ao universo social que lhe deu sentido. As ideias nela articuladas foram apreendidas nas leituras do mundo ao seu redor, de textos e contextos de um cenário sociocultural e político.

Sem essas leituras, a poesia ficaria *inerte*. Como as leituras propostas por Frederic Jameson em torno do quadro de Vicente Van Gogh, não podemos ver e ler a poesia em homenagem ao presidente Augusto Ferreira França como um texto apenas decorativo, embelezado pelos tons poéticos, porque se trata de um texto referencial do mundo social do autor.

Para além de analisar a obra pronta, queremos reconstituir a situação inicial do propósito da poesia, considerando que “uma maneira de se reconstruir a situação inicial para a qual a obra é, de algum modo, uma resposta, é enfocando as matérias-primas, o conteúdo inicial que ela confronta e retrabalha, transforma e reapropria” (JAMESON, 2002, p. 32). A

partir dessa perspectiva, lemos e interpretamos o texto de José Ignacio, focando a experiência social à qual ela se reporta, sua historicidade imersa num cosmo de conflitos políticos e de guerra ao qual se imbricam múltiplas circunstâncias e diferentes personagens.

Tomamos a poesia de José Ignacio “como uma indicação ou um sintoma de uma realidade mais vasta que se coloca como sua verdade última” (JAMESON, 2007, p. 35) e como possibilidade de leitura do passado e fonte de interpretação historiográfica (CHALHOUB, 2013).

Frederic Jameson sugere a leitura da obra de arte na *pós-modernidade* ou em tempos de *capitalismo tardio* a partir de sua dinamicidade histórica, apoiando-se em Raymond Williams e seu conceito de *estruturas de sentimentos*, e Sidney Chalhoub indica a interpretação da obra literária a partir da *história estruturante*, conceito que, a nosso ver, compatibiliza-se às noções de Jameson — duas leituras e duas hermenêuticas que se conciliam à nossa proposta analítica.

Em entrevista à jornalista Mônica Teixeira (2015) Sidney Chalhoub falou sobre a atenção que do historiador deve dar à intencionalidade do literato (no nosso caso, do poeta José Ignacio) para tornar plausível a interpretação que ele apresenta dos fatos históricos. Afirmou que “não existe literatura fora da história” e que “ninguém faz história sem imaginação e subjetividade”. Isso nos remete ao conceito de *estruturas de sentimentos* de Raymond Williams adotado por Frederic Jameson.

Centramos nossa atenção no poeta em seu ambiente social. José Ignacio declamou sua poesia diante de outros indivíduos em condições de *interação social*. Os feitos públicos do presidente Augusto Ferreira França foram exaltados no texto, provavelmente traduzindo a intenção de uma audiência específica: as pessoas da cidade de Goiás que participaram do baile de 2 de julho de 1866. Mas, afinal, por que os feitos do presidente França se tornaram palavras poéticas?

A resposta a essa pergunta exige que nos transportemos a um cenário sociopolítico e histórico específico: a província de Goiás envolvida em circunstâncias de guerra durante a administração do presidente Augusto Ferreira França. A poesia reúne elementos indiciários dessa realidade contextual. José Ignacio quis mais do que representar esse processo poeticamente; quis dar a ele estatuto de referencial histórico e ressaltar o protagonismo de um personagem apontado por muitos como herói, um homem nobre e de magníficos feitos. E os versos dizem isso na primeira estrofe: “Os feitos que a história marca/ Nos seus feitos gloriosos/ São feitos de cedro e d’ouro/ Feitos sempre luminosos”.

É difícil descobrir as motivações pessoais do poeta, mas podemos ter uma ideia do mundo que ele lia na imprensa sobre os acontecimentos de Goiás relacionados à mobilização militar e logística de guerra desde que Augusto Ferreira França se tornou presidente da província de Goiás em 27 de abril de 1865. No intervalo desse tempo, as modificações na vida social em Goiás foram fortemente influenciadas pelas ações públicas de auxílio ao exército e às populações de Mato Grosso.

3.4.1 As demandas de guerra em Goiás: a administração das coisas públicas aos mercados

Falamos anteriormente sobre o cotidiano das atividades públicas naquele momento de evolução das operações militares ao sul da província de Mato Grosso, principalmente quanto aos contratos de compra de mercadorias e de serviços de mercadores, para introduzirmos a dinâmica dos mercados na organização política e burocrática do governo imperial na Guerra do Paraguai a partir do esclarecimento de Fábio Faria Mendes:

Como instrumento de realização de tarefas administrativas, *mercados* tipicamente envolverão a contratação de empreendedores independentes para prover vários tipos de serviços públicos, quando são indisponíveis, custosos ou ineficazes aos meios administrativos à disposição do poder central (MENDES, 2010, p. 16).

Intercalamos esse excerto acima com um trecho da exposição pública do presidente Augusto Ferreira França logo depois do baile de 2 de julho de 1866, quando, ao organizar seu relatório, buscava referenciar-se em documentos recentes. Um deles destaca os limites produtivos da província quanto à demanda de gêneros alimentares com destino às forças em operação em Mato Grosso. Suas preocupações incluíam o aumento da demanda do exército por alimentos e as dificuldades de contratação de transportadores dos víveres. Citando parte de um ofício direcionado ao coronel Drago, falou aos deputados provinciais, em agosto de 1866, dos esforços do governo para solucionar esses problemas.

A despeito da escassez de cereais que tem havido nesta província em consequência da má colheita do presente ano; apesar da falta de meios de transporte no território que deve ser aqui atravessado pelas forças; e não obstante as distâncias dos lugares donde tem sido conduzidos dos víveres, tão grande quantidades se ham acumulado nos depósitos de Bahús e do Rio Claro e que são verdadeiramente admiráveis os resultados que se tem conseguido, graças ao zelo e patriotismo dos que se tem prestado em coadjuvar esta presidência (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 89).

Como fazer tudo isso sem recursos suficientes? As remessas do tesouro nacional, feitas pela Corte, demoravam a chegar e não restava outra opção senão a emissão de papéis do tesouro provincial no mercado de agiotagem, contraindo empréstimos a juros de 6% ao ano. A administração fiscal de Goiás sofria os efeitos da liquidação dos contratos entre o governo e os mercadores contratados, desde o segundo semestre de 1865, para o transporte de mercadorias de Goiás para o teatro de guerra. Pensamos ser essa a maior preocupação da administração das rendas públicas. O não cumprimento de obrigações pelos agentes das coletorias fiscal aumentava o déficit público. A contratação de empréstimos no mercado de agiotagem para quitar dívidas com mercadores e tropeiros sugere que a situação se tornava insustentável.

Foram as ações relativas à produção e ao envio de víveres para as tropas do exército que mais fizeram de Augusto Ferreira França uma presença constante no noticiário do país entre o final de 1885 e o primeiro semestre de 1866. A poesia de José Ignácio demarcou esse primeiro ano de atividades militares e de logística de guerra em Goiás pelos feitos de seu presidente. A maior parte das informações referentes à guerra em Goiás era trocada por meio de correspondência entre os poderes públicos do Império diretamente envolvidos no conflito e publicada nos jornais como *actos oficiais*.

Os periódicos que circulavam na época, incluindo o *Correio Official de Goyaz*, reproduziam as mesmas informações também em forma de artigos assinados por seus editores ou por personalidades civis ou militares que analisavam os feitos e efeitos da guerra na vida social do Brasil e em Goiás, notadamente no que se referia à organização de depósitos de víveres e produção de alimentos para o exército, muitas vezes destacando as ações de homens públicos como Augusto Ferreira França.

Há considerável volume de informações nos documentos que tratam da aquisição de víveres e animais enviados de Goiás para a província de Mato Grosso. A maioria dos documentos foi emitida pelos governos imperial e das províncias e reúne dados sobre a mobilização militar. Correspondentes de guerra enviavam notícias sobre o cotidiano da marcha, problemas e soluções debatidos pelos grupos de comando com a massa de homens e mulheres que seguiam naquele objetivo de chegar a Mato Grosso.

O que veremos no próximo parágrafo como ponto referencial dos interesses da imprensa do Rio de Janeiro em selecionar documentos que o Ministério da Guerra recebia da província de Goiás reforça a ideia de angústia do público leitor em saber como estavam as pessoas que marchavam em defesa das populações mato-grossenses. Informar os leitores

sobre as operações militares foi uma constante na imprensa desde antes de os soldados paulistas e paranaenses se reunirem na solenidade de 10 de abril na capital da província de São Paulo em 1865.

No segundo semestre, o debate na imprensa não era se o governo conseguiria ou não reunir aquele exército. Concentrava-se na situação das pessoas em sua marcha pelas distantes estradas do sertão brasileiro. Quintino Bocaiuva, redator chefe do *Diário do Rio de Janeiro*, em sua coluna de primeira página, *Semana política*, na edição de 9 de janeiro de 1866, disse que o país não fornecia elementos discursivos que servissem de subsídios para uma crônica semanal tematizando o movimento político nacional. Destacou, porém, que era necessário noticiar o que acontecia no interior do Brasil para que os leitores tivessem conhecimento dos fatos que eram de interesse dos negócios públicos do país.

As semanas pouco notáveis não de suceder-se com frequência, mas o leitor habituar-se há a passar em resenha os acontecimentos da vida política. É um convite à meditação e à meditação sobre os negócios públicos é sempre proveitosa. A semana finda se foi estéril em fatos de grande alcance, não foi, contudo, perdida. As notícias do teatro de guerra, que são agora o tema obrigado das reflexões e da conversa, alimentaram por dia a curiosidade do povo. A ansiedade explica-se pela aproximação do desenlace na luta que sustentamos (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 9 jan. 1866).

Em Goiás não foi diferente, apesar de o volume de informação ser bem menor e de o jornal que por lá circulava, o *Correio Oficial de Goyaz*, ocupar dois terços ou 80% do espaço disponível nas 12 colunas de suas quatro páginas com a publicação dos atos do governo. Com raras exceções, naquele período de 1865 a 1867, primeira fase da guerra, encontravam-se, nos noticiários, informações que não fossem referenciadas nos interesses administrativos da província de Goiás. A escassez de informação era compensada com os indícios dos atos populares na vida social da província: ações de auxílio material ao governo por meio das *comissões municipais* para a produção de gêneros e víveres estabelecidas nas municipalidades goianas.

Da capital de Goiás se irradiaram as determinações do governo para aquisição de alimentos e elas encontraram terreno fértil nos sentimentos de coparticipação de muitos indivíduos nas mais diferentes formas de ação em torno do mercado e da produção desses víveres. Nas representações municipais, envolveram-se lideranças políticas e agricultores que assumiram a tarefa como *liturgias* (MENDES, 2010) e atenderam as solicitações do governo de Goiás.

No plano nacional, o governo do presidente Augusto Ferreira França intensificou o elo entre os poderes do Império e as redes de representação social que se espalhavam em território goiano. Em 28 de dezembro de 1865, o ministro conselheiro de Estado dos Negócios da Guerra, José Antônio Saraiva, respondeu às reclamações do comandante das forças expedicionárias, José Antônio da Fonseca Galvão⁷⁴, que remetera a ele vários ofícios, entre fins de outubro e início de novembro, alertando o governo sobre os problemas de fome⁷⁵ e deserção de soldados⁷⁶ — fatos que presenciava no cotidiano da marcha desde que saíra de Minas Gerais e entrara em território goiano.

⁷⁴ Em dois acampamentos em território goiano, o coronel José da Fonseca Galvão escreveu dois documentos, um em 6 de novembro, no qual informou estarem acampados junto a um córrego de nome *Cocão*. Redigiu também um extenso relatório de suas ações desde que assumira o comando das forças (aviso de 14 de setembro) em substituição ao coronel Manoel Pedro Drago na cidade de Uberaba (MG). Informou aos seus superiores que estava conduzindo um exército sem as condições de logística alimentar e seguindo um percurso, sem um itinerário definido, por uma terra estranha e de difícil acesso. Nesse momento, as forças expedicionárias caminhavam entre Santa Rita, às margens do Paranaíba, seguindo pela estrada do Rio Claro. “Este comando nunca soube ao certo a estrada por onde teriam de continuar sua marcha para o Mato Grosso as forças expedicionárias, e marchando foi que soube que era pela estrada do rio Claro, e bem assim com antecedência, nunca teve ciência dos parcos ou itinerário da marcha até que lhe foi passado o comando das forças pelo dito coronel, seu antecessor. Tendo as forças passado o Paranaíba, em Santa Rita, só lhe foi comunicado que por ordem do governo imperial não dirigisse mais os corpos sua marcha por aquela estrada, mas assim por esta que ora vamos, em procura de Coxim; tudo isso muito me impressionou, mas que fazer? Era preciso obedecer. Eu antevia o mal que teríamos de sofrer, a fome e a falta de víveres de primeira necessidade; porque me informaram que a estrada além de péssima pelos obstáculos naturais, era desprovida inteiramente de víveres e só habitada aqui e acolá, em longo espaços de muitas léguas por fazendeiros criadores de gado, pobres, e que não tinham seus ranchos a borda da estrada e que além de gado, em pequena quantidade, nenhum outro gênero poderiam fornecer, por não tê-los ou cultivá-los: assim receio de ser acometida nossa gente pela fome, ela que já tão açoitada tinha sido pelo flagelo da bexiga., sabedor também que o fornecedor contratado tinha poucos víveres tinha como já fiz ver em ofício meu ao governo imperial, logo que me achei empossado desse comando” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 5 jan. 1866.).

⁷⁵ Quanto a essa colocação do coronel José Antônio da Fonseca Galvão, a resposta à sua carta foi por Ângelo Muniz da Silva Ferraz, que assinou como Diretor Geral (1ª seção) do Ministério da Guerra. Com referência à questão da fome, disse ter sido erro não ter previsto comunicação com o presidente da província de Goiás ainda quando estavam em Uberaba (MG). Alegou que o presidente já alertara o ministério da ausência de informação sobre a marcha das forças expedicionárias no momento em que eles ainda não haviam chegado às fronteiras do território goiano: “E o presidente de Goyaz, em ofício de 21 do referido mês de outubro declarou igualmente ao governo, que nenhuma comunicação havia até então recebido do mencionado coronel Drago, relativamente à estrada por onde fizera seguir sob suas ordens; tendo apenas sabido por um oficial, o capitão de voluntários da pátria José Gomes Vieira da Silva Coqueiro, que o dito coronel verbalmente lhe dissera, para lh’o fazer ciente, que ele pretendia seguir com a força expedicionária pela estrada do Rio Claro: que, em vista de semelhante resolução ordenara o mesmo presidente a criação de novos depósitos de víveres no porto de Santa Rita do Parnahyba, na paróquia de Rio Claro; no porto do Rio Grande (Araguaya), todos ao longo da dita estrada do Rio Claro; sem contudo mandar suprimir o depósito criado em Bahús, o qual serviria para acudir as necessidades das forças goianas acampadas em Coxim; e que, finalmente, se as forças expedicionárias tivessem de atravessar a referida estrada do Rio Claro, encontrariam bastante víveres” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 5 jan. 1866).

⁷⁶ O diretor geral dos assuntos dos Negócios da Guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, deixou bem claro que era responsabilidade do comandante manter o alto nível moral da tropa, evitando que os combatentes (praças e oficiais) se rebelassem por causa das adversidades encontradas na marcha. As circunstâncias adversas não poderiam justificar o abandono às responsabilidades. A punição ao infrator tinha de ser exemplar. O diretor pontuou alguns aspectos que não poderiam ser negligenciados pelo comando das forças expedicionárias. Selecionamos algumas respostas recebidas pelo coronel Galvão às reclamações feitas em cartas que escrevera quando estava iniciando sua trajetória em território goiano: “Em resposta, cumpre lhe dizer: 1º Que as dificuldades que você descreve, convém que seja a todo o transe superadas, arredando pelo seu exemplo, e pela

Ainda em dezembro, os trabalhos de aquisição de gêneros, em Goiás, tomaram ritmo e a capital da província estava se tornando um centro aglutinador de produtos alimentares para o exército nacional. No expediente de 20 de dezembro de 1865, o presidente França respondia a uma correspondência dos *membros da comissão de Bonfim* sobre os trabalhos que eles haviam executado quanto à aquisição de gêneros para serem vendidos ao governo e de animais para conduzir os alimentos até o teatro de guerra.

Acuso o recebimento do ofício de V.S. datado de 12 do corrente participando que para esta capital segue Jesuíno Leite de Souza com uma tropa de 180 animais dispostos a encarregar-se da condução de víveres para as forças expedicionárias, e que estarão também a partir 14 carros com gêneros alimentícios para serem aí vendidos. Agradecendo a V.S. este serviço, espero que continuem a corresponder a confiança desta presidência provendo a remessa da maior quantidade de víveres, come especialidade a farinha, para esta capital (CORREIO OFFICIAL, 13 jan. 1866).

Na edição de 12 de janeiro de 1866, o jornal *Diário do Rio de Janeiro* publicou alguns documentos que o presidente França havia enviado como cópias para o Ministério dos Negócios da Guerra com informações sobre a aquisição de tropas e víveres destinados ao depósito de Bahús — acampamento de Coxim — no período entre 27 de outubro e 21 de novembro de 1865. “Julgo de meu dever remeter por cópia a V. Ex. a confidencial que com data de 28 de outubro acabo de receber da presidência do Mato Grosso acerca do estado das tropas paraguayas na dita província” declarou o presidente.

Nesse ponto, Goiás se tornou protagonista da mediação entre o governo central e o teatro de guerra no Paraguai. Evidentemente que o Ministério tinha outras fontes de informação sobre o que se passava com as tropas quando essas notícias foram publicadas em janeiro de 1866. O exército em marcha já havia percorrido o trecho de viagem que havia começado em São Paulo em 10 de abril de 1865 e, naquele momento de início de 1866, já se achava reorganizado e abastecido no acampamento de Coxim (MT), onde as forças de São Paulo e Minas se juntaram às tropas de Goiás.

O *Diário do Rio de Janeiro* publicou nove ofícios referentes à comunicação entre a presidência de Goiás e o governo de Mato Grosso, dando conta da direção da marcha das

confiança que deve inspirar a seus subordinados, os temores de que por ventura achem este colhidos; 3º Que o mal estado da estrada, a falta de recursos e sua longitude, são objetos que Vm, já deveria, desde a retirada do coronel Drago, ter previsto; solicitando do presidente de Minas Gerais, e sobretudo de Goyaz, as necessárias providências. O mesmo cabe-me observar a respeito de meios de transporte, ou de animais, e hoje já estaria, por certo, de posse de semelhantes meios, se não amplos, ao menos indispensáveis para o desempenho de sua comissão; 4º A desmoralização das tropas, e as intrigas que lavram entre os oficiais dependem em geral dos seus chefes. É mister tomar uma providência enérgica sobre os desertores, e que depreque a sua captura às autoridades competentes” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 5 jan. 1866).

tropas expedicionárias de São Paulo e Minas, e documentos que diziam respeito às investigações do comando militar de Mato Grosso junto aos comandantes da tropas mato-grossenses que se organizavam em Cuiabá e pequenos centros de apoio à espionagem na vila de Albuquerque, Vila Maria e Corumbá, a partir de uma povoação localizada em território boliviano chamada Vila de São Coração.

Destacamos, no contexto da troca de informações, os documentos escritos pelo presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, em 28 de outubro, e pelo presidente de Goiás, em 1º de dezembro — este encaminhado ao governo do Rio de Janeiro. A partir deles, tecemos considerações acerca de sua veracidade e historicidade e também sobre o tempo das decisões que se operavam no plano das instituições de comando (Rio de Janeiro, Goiás e Cuiabá) e a troca de informação entre essas instâncias de poder e o comando das forças do exército que percorriam as estradas de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, sem esquecer a visão da mídia sobre a organização da marcha, embora ela estivesse temporalmente e geograficamente distante daqueles acontecimentos.

Às vezes os jornais publicam notícias sobre um evento que aconteceu cinco ou seis semanas atrás, ao mesmo tempo em que a compreensão dos limites dessa operação se faz sobre uma lógica que se atualiza a cada edição do jornal. A crítica ou o elogio às ações se dá em discursos do presente sobre o passado.

3.5 O aparato de guerra em Goiás

Como a *escada rolante* de Raymond Williams, vamos nos mover para trás a partir dos elementos da vida social imbricados à organização do aparato de guerra em Goiás nos primeiros quatorze meses da administração de Augusto Ferreira França e à mobilização da sociedade goiana para cumprir as determinações do governo quanto ao auxílio material e humano ao exército imperial.

Vemos aqui a oportunidade de compreender eventos singulares que se entrecruzam em contextos de interação e reprodução social, envolvendo indivíduos e grupos, sociedade e Estado, articulando o conceito de *escada rolante* de Raymond Williams à ideia de *retrovisão* em Eric Hobsbawm. Esses recursos de compreensão, no presente, de *eventos/acometimentos* passados são úteis para perceber os efeitos do tempo e suas circunstâncias nas ações humanas. Com relação aos feitos de Augusto Ferreira França e aos efeitos poéticos na literatura de José

Ignácio, “a passagem do tempo proporcionou a arma final do historiador: a retrovisão” (HOBSBAWN, 2002, 249).

As palavras poéticas de José Ignacio dirigidas ao presidente Ferreira França naquele 2 de julho de 1866 contribuíram para que essa data se tornasse referencial de um momento passado — visto com olhar do presente — que articula um imediato passado (a poesia fala dos feitos de França desde sua chegada em Goiás até o dia do baile) a um futuro, pois, a partir dali, a poesia demarcou o tempo de um pensamento e de uma realidade: o pensamento de José Ignacio, que se inspirou na realidade dos feitos do presidente de Goiás, representando-a poeticamente. Assim, a poesia se encerrou como representação dos feitos históricos do homenageado como gestor de Goiás em 29 de abril de 1867, quando ele deixou a presidência da província.

É nessa direção que retomamos a segunda e a terceira estrofes da poesia de José Ignacio para nortear nosso enfoque de *perspectiva*, assim como nos orientamos em Raymond Williams para ver, nos trechos poéticos, os sentimentos que se manifestam na regularidade dos acontecimentos que eles querem representar: “De fato, o fenômeno que chamei de ‘escada rolante’ talvez venha a ser uma pista importante para a verdadeira história dos fatos, mas somente depois de começarmos a ver a regularidade que há neles” (WILLIAMS, 2011, p. 25).

Foram os feitos de França regulares ao ponto de João Ignácio reverenciá-los com palavras poéticas? A segunda e a terceira estrofes parecem querer instigar os presentes a entender a poesia como sinal de admiração dos goianos a seu presidente.

Quem aponta ilustres feitos
Em pedestais preciosos
Aponte de França os feitos
Feitos sempre luminosos

E para bem dos goyanos
Governa sem ter queixosos
Rende cultos à justiça
Regenera os criminosos (CORREIO OFFICIAL, 7 de jul. 1866)

Retomando a edição de 12 de janeiro de 1866 do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, destacamos que ele transcreveu três quadros demonstrativos de mercadorias, elaborados pelo Ministério da Guerra, nos quais estão relacionados, entre os víveres, ou gêneros, como eles assim designavam, arroz pilado, feijão, farinha de mandioca, toucinho, sal e farinha de milho. Parte dos nove ofícios que o periódico publicou se destinaram a explicar esses três quadros que expõem os nomes de três mercadores que, entre outubro e novembro de 1865, haviam sido contratados pelo governo de Goiás para o transporte de produtos ao teatro de guerra. As

três cargas que foram apresentadas como prestação de contas do presidente de Goiás para o Ministério da Guerra somavam 999 arrobas (14.985 quilos) de alimentos que foram destinados às tropas militares em marcha para o Mato Grosso.

O transporte da carga máxima de 950 arrobas foi feito por três tropeiros, que se dividiram assim:

Sr. João José Correa de Moraes, responsável pela carga de 18 arrobas de farinha de mandioca; 73 arrobas de feijão; 60 arrobas de toucinho; 12 arrobas de milho; 95 arrobas de sal.

Sr. Capitão Tristão, da Cunha Moraes, responsável pela carga de 76 arrobas de milho; 238 arrobas de mandioca; 69 arrobas de sal.

Sr. João Pacheco Amora Junior, responsável pela carga de 22 arrobas de sal; 49 arrobas de farinha de milho; 49 arrobas de farinha de mandioca; 146 arrobas de arroz pilado. (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 10 jan. 1866)

O fluxo comercial se expandiu dentro do território de Goiás a ponto de haver inflação das mercadorias, reproduzindo o que acontecia em todo o país por causa da alta demanda de logística de guerra. No expediente de 16 de dezembro de 1865 podemos constatar a inquietação do presidente Augusto Ferreira França com a possibilidade de o governo comprar alimentos no povoado de Curralinho. A correspondência por ele enviada ao agente de compras Franklin da Rocha Lima determinava que se evitassem os preços excessivos praticados pelos fazendeiros

Avista do que Vm. Me participa em seu officio hontem datado, declaro que pode efetuar a compra dos gêneros, de que se acha encarregado, no distrito de Curralinho, procurando porem obtê-los pelo menor preço possível, pois parecem excessivos os indicados naquele seu officio. Havendo urgente necessidade dos referidos víveres, recomendamos-lhe a brevidade na compra, os quaes deverão ser remetidos para esta capital (CORREIO OFFICIAL, 10 jan. 1866).

A avidez dos agricultores de Curralinho fez com que presidente procurasse, por meio dos agentes de compra, frear a exploração do mercado. Mas uma coisa a administração pública não podia frear: a escassez dos produtos por causa má colheita de 1865. Em comunicado endereçado ao comandante das forças em marcha, José Antônio da Fonseca Galvão, em 26 de novembro de 1865, França buscava sensibilizá-lo para o aprimoramento das informações sobre a realidade cotidiana da tropa, detalhando as principais carências, para que o governo de Goiás providenciasse soluções junto ao comando do exército.

A racionalidade das ações se mostrava componente necessário para sanar as dificuldades pelas quais vinham passando as forças em marcha para o Mato Grosso por causa do comando diletante coronel Manoel Pedro Drago, que foi substituído pelo coronel mineiro

José Antônio Fonseca Galvão⁷⁷. O excerto a seguir os limites operacionais nos quais se via envolvido o presidente Augusto Ferreira França naquele segundo semestre de 1865.

Tendo esta província de continuar a prestar socorros as forças que tem de operar do districto do Baixo Paraguay em Mato Grosso, visto como nele nenhum recurso se deve esperar e de outros pontos daquela província poucos poderão ser para as forças remetidas, é de absoluta necessidade que V.S mande organizar e remeter-me uma tabela de consumo diário dos diferentes gêneros que tenha de ser feito pelas praças sob seu comando, afim de que esta presidência tome as providência que forem necessárias e possa calcular e declarar a V.S. em que proporção esta província poderá concorrer com gêneros para o dito consumo. Incluso envio a V.S. um exemplar n. 103 do Correio oficial, no qual se acha estampado o ofício que a 6 do corrente dirigi à presidência da província de São Paulo. Nele verá V.S. que responsabilizando-me pelo fornecimento de viveres a todas as forças goianas enquanto durar a guerra, declarei que quanto as forças expedicionárias de S. Paulo e Minas, somente me responsabilizava pelo suprimento de gado de que elas precisarem. Semelhante declaração foi motivada pela escassez de víveres que se nota nesta província em consequência da má colheita do presente ano, mas não me tolhe de empregar sinceros esforços para mandar também às referidas forças expedicionárias o que puder reunir, além de gado; contando V.S. com toda boa vontade desta presidência em prestar-lhe mesmo na província de Mato Grosso os auxílios que tenho-me esforçado para proporcionar-lhe em seu trajeto por esta. Penso que as províncias de São Paulo e Minas devem igualmente enviar para as forças todos os víveres que puderem, a fim de que se não manifeste falta alguma durante as operações da guerra. Julgo de meu dever fazer estas ponderações a V.S. para seu governo (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 117 a 124).

O presidente de Goiás queria prevenir erros de articulação entre as informações do Ministério da Guerra e as do presidente da província de Minas Gerais quanto ao itinerário que a tropa deveria seguir depois de acampada em Uberaba entre setembro e outubro de 1865.

Por temer que os paraguaios de Coxim ameaçassem Santana do Parnaíba, o corpo expedicionário fez o caminho mais longo, marchou rumo a Goiás e chegou a Santa Rita, a margem do rio Paranaíba em 29 de setembro, que atravessou com a já habitual morosidade (DORATIOTO, 2002, p. 122).

A comunicação entre os centros regionais de comando de Minas Gerais e São Paulo sofria interrupções causadas pela distância e a precariedade das estradas.

Longe da costa e da Corte, cheio de índios perigosos e de mistérios, apresentava-se muito diferente do sertão paulista e agreste nordestino; em pleno século XIX, o Brasil Central não era o lugar do orgulho nativista, mas o lugar do isolamento. Os portos, cidades, estradas, comércio, estavam no litoral, ou em regiões bem próximas dele, e o interior distante era o vazio. As poucas cidades existentes no interior não apresentavam a dinâmica semelhante à do litoral. As cidades de Goiás,

⁷⁷ Sobre os percalços que a marcha expedicionária havia passado sob o comando do coronel Manoel Pedro Drago, Francisco Doratioto diz que este foi acusado de não efetivar a ordem no comando das tropas desde o início até sua substituição, o que causou esmorecimento moral na tropa e elevado número de deserção por parte dos soldados alistados. Sobre o início da marcha militar e a morosidade da com que avançava em direção ao Mato Grosso, diz o historiador: “Sua primeira parada foi em Campinas, onde o coronel Drago permaneceu por dois meses e desperdiçou tempo precioso, enquanto desfrutava da vida social da cidade, preenchida por bailes e outros divertimentos” (DORATIOTO, 2002, p. 121).

Pirenópolis, natividade, por exemplo, em relação ao país como um todo, constituíam pontos ilhados.

O isolamento, as grandes distâncias, a presença de índios, a necessidade de capitais vultosos foram os principais argumentos utilizados para justificar a falta de investimentos na capitania/província de Goiás, reforçando a situação político-econômica inexpressiva dessa região após o esgotamento das minas de ouro no final do século XVIII (GARCIA, 2010, p. 108).

As conclusões de Ledonias Franco Garcia reforçam nossa compreensão da angústia do coronel José Antônio da Fonseca Galvão naquelas correspondências que escreveu quando as forças estavam iniciando seu trajeto pelas estradas de Goiás. Não bastassem os contratempos de não ter seguido pela estrada do rio Paranaíba — ele declarou não ser de sua culpa tal decisão —, ele conduzia a tropa bem às cegas, pois o conhecimento que tinha sobre a estrada do rio Claro se limitava ao que lhe disseram quando as forças estavam deixando o acampamento de Uberaba.

A situação só se agravava com as dificuldades de obterem alimentação. A cada dia o comandante percebia que o estoque de arroz acabava junto com o pouco toucinho que restava e o sal escasseava sem que nada surgisse na estrada como ponto de reabastecimento. A passagem da tropa pela Vila das Dores do Rio Verde foi o primeiro pouso onde as forças expedicionárias puderam restabelecer as forças e o comandante desfazer-se de parte considerável das bagagens que a tropa carregava desde São Paulo.

Está na correspondência de 13 de novembro, endereçada ao Ministério da Guerra, a decisão do comando de abandonar uma série de itens de campanha que o comandante achou ser necessário descartar, sob a responsabilidade do presidente da Câmara Municipal, Francisco Xavier de Campos Pires, pois as cargas estavam dificultando ainda mais o prosseguimento da marcha até Coxim. Foram descartados 39 itens: utensílios de ambulância (malas de cirurgias, padiolas soltas, caixa de farmácia, canastras de ambulância, mesa de ferro de amputação), caixas de objetos de engenharia, caixões para transporte de armamentos e armamentos quebrados (carabinas raiadas e espingardas quebradas, carabinotes, clavinas, espadas de cavalaria, espadas para castigos), material administrativos do exército (objetos da repartição fiscal e pagadoria). Vários caixotes e caixões para transporte de mercadorias e alimentos, que estavam, foram deixados sob a responsabilidade do político local do município de Rio Verde. O comandante José Antônio da Fonseca Galvão assim se explicou a seus superiores no Ministério da Guerra:

N. 19. – Illm. E Exm. Sr. Tendo de prosseguir na marcha para Coxim com o máximo de brevidade, e não me sendo possível fazê-lo com a imensa bagagem que acompanhava esta força, não só pela deficiência de bestas para a condução, como

também porque se tornava bastante morosa a mesma marcha, tomei por isso a deliberação de deixar na vila de das Dores do Rio Verde nesta província os objetos constante da inclusa relação, que julguei não serem de grande necessidade na força expedicionária sob o meu comando... *(um pequeno trecho ilegível no jornal)* da mesma província houvesse de dar as ordens a fim de serem aqueles objetos transportados para Cuyabá.

A bagagem que acompanha esta força é tal que ainda deixando o dobro dos volumes que ficaram na vila acima mencionada, não aliviaria suficientemente o peso para poder prosseguir a marcha com rapidez, pois que pela falta de bestas para a condução já se dificulta o transporte, visto que as comprada para esse fim já se acham em mal estado e por isso pretendo, logo que passar a província de Mato Grosso, fazer seguir a bagagem que for essencialmente necessária à força, deixando o mais onde julgar conveniente. Estou disposto a apejar a cavalaria por falta de cavalos, visto que como a maior parte das praças já marcham a pé; o que tudo, como me cumpre, tenho a honra de comunicar a V. Ex., a quem Deos guarde (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 5 jan. 1866).

A resposta que recebeu do Ministério da Guerra não agradou ao presidente de Mato Grosso, que havia encaminhado, ao ministério, cópia de ofício que aquela presidência havia enviado ao ex-comandante Manoel Pedro Drago, questionando a decisão de evitar a estrada de Sant'Anna do Parnahyba. Este havia modificado o itinerário e conduzido as forças para uma região não planejada e desconhecida no interior de Goiás. Entretanto, o erro de percurso já havia acontecido e o que restou ao comandante José Antônio da Fonseca Galvão foi seguir a orientação do diretor Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Naqueles termos, a partir de então, os pontos de comunicação essenciais seriam as presidências de Goiás e de Mato Grosso. Era urgente que aquele comando buscasse orientação do presidente Augusto Ferreira França e seguir com destino à vila de Coxim em Mato Grosso, passando pelas terras goianas.

Com os ditos presidentes, portanto, deve Vm. Entender-se, não só a respeito do fornecimento às forças, mas também sobre qualquer plano e marcha de tropa, pedindo-lhes, assim como ao presidente de Minas os necessários socorros. Deve outrossim Vm. Entrar em comunicações com o comandante das forças da província de Goyaz, especialmente com o coronel José Joaquim de Carvalho, que vai comandar a brigada composta de tropa que for reunida na mesma província. Deos guarde a Vm – Ângelo Muniz da Silva Ferraz – Sr. José Antônio da Fonseca Galvão (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 5 jan. 1866).

A situação da logística de guerra, retratada pelo comandante Galvão, em seus dois ofícios, contextualizam o momento em que as forças expedicionárias entravam o território goiano. Ali ele demonstra as falhas operacionais de um país sem experiência em exército nacional. Aquela marcha significou o primeiro teste de fogo sem que a tropa estivesse em combate. Foram momentos de grande provação humana até que pudessem acampar num posto

de abastecimento construído pela província de Goiás, num lugar chamado Bahús⁷⁸, que se tornou ponto da administração de Goiás para fins de concentração da logística de guerra voltada para o comando das forças expedicionárias em operações ao sul do Mato Grosso.

Tais circunstâncias da marcha do exército imperial afetavam os sentimentos da população brasileira, segundo as observações do jornalista Quintino Bocaiuva. Retomando seu artigo de 9 de janeiro de 1866, lá encontramos esse sentimento que ele percebia manifestar-se em meio à população, tanto mais a circulação de notícias nos jornais tratava da situação dos soldados brasileiros a caminho de Mato Grosso. As transcrições dos documentos oficiais nos diversos periódicos sensibilizavam as pessoas que, a distância, sentiam-se compassivas com o sofrimento dos soldados que marchavam para o Mato Grosso. Quintino Bocaiuva não deixou de perceber isso em sua análise na coluna “Semana Política” de 9 de janeiro de 1866.

A leitura dos documentos oficiais relativos às forças expedicionárias de S. Paulo e Minas tem enchido de consternação aos corações brasileiros. O nosso dever nos forçaria a apreciar detidamente todas as circunstâncias narradas nos ofícios dirigidos ao governo. Mas o facto de se achar submetido, por ordem do governo, a conselho de guerra o coronel Drago, ex-comandante dessa expedição e o principal responsável das faltas arguidas, tolhe-nos, por um sentimento de delicadeza que o público apreciará, de discutir esse assunto dom plena liberdade. É nos grato, porém poder tecer um honroso elogio à dedicação e ao patriotismo desses bravos soldados que vencem pela resignação no sofrimento todos os obstáculos que se lhe opõem bem como à atividade e à energia dos presidentes de S. Paulo, Minas, Goyaz e Mato Grosso que hão sido solícitos em atenuar os padecimentos Moraes e physicos a que essas tropas foram expostas pela levandade e incapacidade (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 9 jan. 1866).

⁷⁸ O sofrimento da tropa ao chegar em território goiano teve base na discórdia entre pontos de vistas dos comandantes militares naquele segundo semestre de 1865. No que diz respeito à comunicação entre o Ministério da Guerra e a presidência de Goiás, desde maio de 1865 (aviso do Ministério da Guerra de 23 de maio de 1865), planejava-se a mobilização de recursos para o fornecimento de víveres às tropas, quando elas, naquele momento, saindo de São Paulo, passariam por Goiás em agosto e no mais tardar setembro. Daí o esforço de Goiás em enviar o primeiro batalhão goiano que partiu em 15 de maio para a região de Coxim, onde chegou em setembro. Mas a mudança de itinerário entre o ex-comandante Drago e o novo comandante Galvão provocou a exacerbação dos esforços em Goiás, pois ficaram, tanto o governo central quanto governo goiano, sem uma orientação precisa da passagem das tropas em direção a Coxim. Em 1º de agosto de 1866, Augusto Ferreira França explicou esse caso em seu relatório anual das atividades da presidência: “Em virtude do aviso citado, mandei reforçar o depósito creado por ordem de meu antecessor na vila de Sant’Anna do rio Paranaíba, e estabelecer um novo no lugar denominado Bahús, dando a este mais vastas proporções. A convicção em que estava de que as forças passariam por esses pontos me levou a acolhê-los de preferência para serem ahi acumulados os gêneros alimentícios; mas pouco depois vi-me em sérios embaraços por chegar a meu conhecimento que elas pretendiam seguir demanda de Cuyabá, atravessando o porto de Santa Rita, no mencionado rio Paranyhyba, o distrito de Rio Claro e o porto do rio Grande (Rio Grande). Balde de comunicações oficiais que chegassem a tempo em minhas mãos: não sabendo ao certo que estrada seria preferida pelas forças, e se elas se encaminhariam para Cuiabá ou para Coxim, e não querendo que se vissem em apuros para sua alimentação, qualquer que fosse o itinerário, fui forçado a crear outros depósitos em S. Rita, Pereirinha, Rio Claro e Rio Grande” (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 86).

Não temos indício de que o coronel Galvão⁷⁹ tenha lido as palavras do jornalista. Bem provável que não, pois morreu de cólera antes mesmo de poder liderar as forças expedicionárias em qualquer combate com os paraguaios. Mas podemos perceber, lendo o texto de Bocaiuva, a ideia crítica sobre os percalços daquela expedição, tal como demonstrou o coronel Galvão diante dos equívocos do destino que o fizeram liderar uma tropa que marchava às cegas por Goiás por causa da insistência do ex-comandante Drago. Quando escreveu a correspondência, em 3 de novembro de 1865, as forças faziam seu primeiro acampamento em território goiano. Naquele momento percebeu que tomara uma decisão equivocada, seguindo um conselho errado.

Com as tropas de São Paulo e Minas Gerais em território goiano, o coronel Galvão não tinha outra opção de sobrevivência daquele comando senão tomar a sério o conselho do Ministério da Guerra e estreitar comunicação com a presidência de Goiás. Nesse sentido, as correspondências entre o comando das forças expedicionárias e o governo de Goiás se tornaram o eixo de permanência do exército em marcha e, para a sociedade goiana, a responsabilidade da manutenção imediata daquela sobrevivência. Com o apoio das *comissões municipais* estabelecidas em Goiás por orientação do presidente Augusto Ferreira França⁸⁰, e com os agentes públicos e comissários agrícolas contratados pelo governo goiano, as

⁷⁹ A morte do coronel José Antônio da Fonseca Galvão é narrada por Doratioto quando ele analisa o tema *Mato Grosso à própria sorte*. O autor aborda o período de 1866, quando as forças expedicionárias brasileiras faziam a campanha de reconhecimento nas regiões de mata de cerrado e de *campo limpo* entre Coxim e a vila de Miranda. Era uma região de *talvegues de córregos e cabeceiras*, planos de terra encharcados e alongados grande parte do ano por causa da percolação de água oriunda das elevações dos morros de baixos declives, segundo descrição feita pelo major Niedson em palestra de 18 de julho de 2014, durante a 10ª Marcha Cívico-cultural. Foi nesse período de marcha que ocorreu a morte do comandante das forças expedicionárias: “O coronel Fonseca Galvão sentiu a necessidade de sair de Coxim e ordenou a marcha para a vila de Miranda, distante quatrocentos quilômetros. O percurso da coluna foi por terreno pestilento, pantanoso, onde os soldados vários deles afogaram-se, bem como as mulheres que os acompanhavam, tragados pelo lodo do fundo do pântano. A insalubridade do terreno causou febres que mataram vários homens, inclusive o próprio coronel Galvão. Em 17 de setembro de 1866, após três meses de marcha, a força brasileira entrou na vila de Miranda. A essa altura tinham sido percorridos 2112 quilômetros em dois anos, se considerada a saída dos primeiros homens do Rio de Janeiro com destino a São Paulo, e um terço de seus membros já morreram” (DORATIOTO, 2002, p. 123).

⁸⁰ A preocupação do governo de Goiás em subsidiar as forças expedicionárias não se limitou a víveres e transporte. No expediente de 4 de fevereiro, quando as forças expedicionárias estavam ainda inoperantes na região de Coxim e o corpo de engenharia do Exército fazia o mapeamento das áreas possíveis de passagem da tropa em direção à vila de Miranda e dali buscar atingir o Baixo Paraguai, onde se encontravam as forças paraguaias em território brasileiro, o presidente França enviou um mapa da região do baixo Paraguai e distrito de Miranda, que havia obtido das investigações cartográficas feitas pelo comando da província de Mato Grosso sobre a região ocupada pelos paraguaios. Os dois últimos parágrafos da correspondência enviada junto com o mapa informa o seguinte: “Não comunico a V.S. as informações que tenho acerca do número das forças paraguaias existentes no referido distrito de Miranda, visto como as que tenho me foram ministradas pelo tenente coronel Joaquim Mendes Guimarães e pelo major Eliseu Xavier Leal, os quais sem dúvida já terão prestado igualmente a V.S., à vista do mapa que remeto e dos dados que com perícia que o distingue tem de certo V.S. combinar no plano de campanha mais acertado, cujo resultado não é duvidoso em favor das armas imperiais” (CORREIO OFFICIAL, 10 fev. 1866).

dificuldades daquela expedição, no segundo semestre de 1865, foram amenizadas e o coronel Galvão pôde acampar com seus comandados em território mato-grossense.

Reportemo-nos agora ao impacto das notícias publicadas pela imprensa do Rio de Janeiro sobre as operações militares do Mato Grosso. O jornal *Diário do Rio de Janeiro*, na edição de 15 de fevereiro de 1866, publicou documentos que foram remetidos do Palácio do Governo de Goiás para o Ministério dos Negócios da Guerra, tratando da chegada das forças expedicionárias ao depósito de Bahús, de onde o coronel Galvão enviou correspondência endereçada ao presidente de Goiás, respondendo sua à solicitação de informações sobre as condições alimentares e de recepção de gêneros pelos militares goianos que estavam a serviço naquele depósito. Esse documento confirmou a consolidação da rede de comércio pela estrada de Coxim, que ligava toda a província de Goiás àquela região de fronteira, conectando-a à sua capital e à região de Sant’Anna do Paranayba e dali seguindo para Uberaba (MG).

Tenho a honra de acusar o recebimento das primeiras e segundas vias do ofício de V. Ex. do 5 do corrente mez, enviando em um as segundas via de duas portarias ordenando a Joaquim da Cunha Moreira que ponha à minha disposição os víveres que conduz em sua tropa, e ordenando a José Lourenço Peixoto a entrega da boiada que foi posta sob sua guarda, assim também um outro da mesma data, enviando-me uma caixinha contendo laminas e tubos com pus vacínico, e finalmente um outro do dia 6, participando-me que, segundo informações recebidas do depósito deste lugar, deveria encontrar aqui para mais de 1,000 cabeças de gado, bem como que continua V.Ex a fazer seguir para cá tropas de animais conduzindo víveres, a fim de que as forças sob meu comando não sofram faltas.

Agradeço a V.Ex. os socorros que o zelo, atividade e interesse de V.Ex pela causa do Brasil soube pôr à disposição desta força, cumpro um dever rendendo a V. Ex. toda a homenagem pelas bem acertadas mediadas que a todos os respeitos tem tomado para o prosseguimento desta expedição, e felicitando ao governo imperial e ao país pelo digno delegado que tem na pessoa de V. Ex., consinta que apresente os protestos de subida consideração e distinta estima que tributo a V. Ex., a quem Deos guarde.

Quartel do comando das forças em Mato Grosso, junto à fazenda dos Bahús, 27 de novembro de 1865 – Illm e Exm. Sr. Augusto Ferreira França, digno presidente de Goyaz – José Antônio da Fonseca Galvão, coronel comandante das forças. – conferida – Pereira Junior. - Conforme. – Francisco Ferreira dos Santos Azevedo. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 15 fev. 1866).

Ledonias Franco Garcia fala sobre os relatórios dos presidentes da província em Goiás e os descreve com informações residuais e referenciais das atividades daqueles gestores no *modus operandi* das estruturas do sistema político do Brasil Imperial. Quanto à *sua natureza e ao seu universo*, esses textos possibilitam um olhar social sobre “as imagens que seus autores tinham do mundo a que pertenciam” (GARCIA, 2010, p. 115). Menos de um mês depois do baile em homenagem a Augusto Ferreira França, ele apresentou aos deputados provinciais o relatório das atividades administrativas referentes ao segundo semestre de 1865 e o primeiro semestre de 1866. Tomaremos o quadro financeiro da economia interna da província. Nele

percebemos a mobilização em torno do fornecimento de gêneros, víveres e outros gastos que foram previstos e liquidados como elementos indicadores do impacto que Guerra do Paraguai veio provocar junto às finanças públicas de Goiás.

Ano fiscal da província de Goiás para o ano de 1864:

Receita Prevista: 106:810\$683. Arrecadado: 106:810\$683. Por arrecadar: 4:193\$735 réis.

Total arrecadado: 106:810\$683 + 29:739\$011 (saldo 1863): 135:549\$696 + por arrecadar 4:193\$735 réis. Total positivo:

Despesa fixada: 117:140\$000. Despesa paga: 113:918\$472 + 21:630\$234 (saldo despesa 1863).

Despesa paga total 135:549\$696. Despesa por pagar: 12:402\$102 réis/ saldo negativo.

Ano Fiscal da província de Goiás para o ano de 1865. Sinopse:

Receita orçada: 107:150\$000. Arrecadada: 91:088\$498. Por arrecadar: 10:463\$982 + 19:970\$069.

Total da receita: 121:522\$549.

Despesa Fixada: 119:100\$168. Despesa paga: 86:442\$308. Por pagar: 6:818\$390 + 28:281\$651.

Ano Fiscal de 1867 (previsão orçamentária)

Receita prevista: 105:824\$000

Despesa prevista: 150:430\$865.

Déficit previsto: 44:000\$865 réis.

A previsão orçamentária da receita e despesa determinava o máximo que se esperava arrecadar e o mínimo que se podia evitar de gastos na província nos três anos. Para a receita, percebemos estabilidade na arrecadação (105:380\$000; 107:105\$000; 105:824\$000). No caso da despesa fixada, há um aumento extraordinário de 30:330\$865 réis entre 1865 e 1866: (117:140\$000; 119:100\$116; 150:430\$865). A lógica apresentada pelo diretor das rendas provinciais foi organizada em meados de 1866, quando ele só tinha o fechamento da contabilidade fiscal de 1864 e 1865, neste caso, apenas uma sinopse, como explicou o presidente França nos últimos cinco parágrafos de seu relatório de 1º de agosto de 1866: “ser-vos-há lida em tempo as propostas da presidência”, disse ele, numa passagem em que se esquivava de não ter apresentado em detalhes o orçamento futuro e nem os mapas e tabelas que o justificassem. “Igualmente ser-vos-ham presentes as tabelas explicativas de que haveis mister, organizada na repartição da fazenda provincial” (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 93).

O crescimento da dívida provincial, com défice previsto de 44:606\$865 réis, foi gerado pelo expressivo volume de papéis e duplicatas que se encontravam na contabilidade do diretor das rendas naquele momento de abertura do ano legislativo em Goiás. Foi o que se supôs dos gastos orçados até meados do ano de 1866. Há de se considerar que, se a

previsibilidade das receitas fixas caiu de 107:150\$000 réis em 1865 para 105:824\$000 réis em 1866, as despesas orçadas (o que já existia em duplicatas sobre à mesa do diretor das rendas a serem pagas) se acumulavam a mais de 44:000\$865 réis. O que fazia essa renda crescer eram os empréstimos tomados a juros para suprir os défices entre receitas e despesas.

Esses empréstimos foram a forma utilizada pelo presidente Augusto Ferreira França como alternativa para cumprir os contratos de compra e negociação das atividades públicas na província. Isso já existia, mas a eclosão da guerra exacerbou essa necessidade. No orçamento de 1864, o orçamento apresentava, em março de 1864, saldo positivo de 29:739\$011 réis, que, somado à receita prevista de e 106:810\$685 réis, totalizava um valor em caixa de 135:549\$696 réis. Ao lermos os números da sinopse apresentada para o ano fiscal de 1865, com receita de 107:150\$000 réis, percebemos que não só as despesas fixadas (o que se herdava do exercício contínuo da contabilidade a cada fechamento orçamentário) aumentaram a 119:100\$168 réis.

O que havia sido arrecadado atingia naquele momento 91:086\$498 réis e o que se tinha para arrecadar eram 10:468\$982 réis, o que ficava aquém do que se havia previsto em quase em mais de 4:000\$000 réis. O que se resolveu nesse termo foi o acesso ao crédito financeiro, via empréstimos, como mecanismo momentâneo para suprir os défices que se avolumavam.

Em termos de receita apresentada de 1864 para 1865, o que eles convencionavam discriminar como *depósito e cauções*, o valor era de 19:970\$069 réis e no quadro demonstrativo das despesas nesse mesmo item, com data de 31 de dezembro de 1865, o pagamento de valores (as duplicatas vencidas ou a amortização dos juros) somava 28:261\$651 réis, o que elevou as despesas fixadas naquele ano de 119:100\$168 réis para 121:522\$549 réis. Como o déficit das cauções se avolumava com a política orçamentária do presidente Augusto Ferreira França, contraindo empréstimos no mercado de agiotagem em Goiás, podemos ver que, além do aumento dos gastos com a guerra (não obstante esses gastos, em termos jurídicos, estivessem sob a responsabilidade do Ministério dos Assuntos e Negócios da Guerra), as operações diárias do orçamento financeiro em Goiás para movimentar os contratos de compra e transporte dos gêneros e gado para auxiliar as forças expedicionárias não podia esperar os malotes de dinheiro que o ministério enviava para os assuntos da guerra.

Assim pensava o presidente Augusto Ferreira França quando buscou explicar, em seu relatório, o crescimento vertiginoso do déficit público em Goiás. Antes de se despedir dos

legisladores goianos naquele 1º de agosto de 1866, ele apontou o que via ser a única solução para a compensação dos problemas de se viver numa província que tinha *exíguas rendas provinciais*. Declarou ser o empréstimo a alternativo para a reversão dos problemas de déficit orçamentário.

A guerra requeria dele essa postura? Bem provável que sim, pois as demandas por alimentos no teatro de guerra, no início de 1866, intensificaram as preocupações da administração provincial cotidianamente. De um lado, recursos provinciais exíguos e, do outro, a distância do intercâmbio financeiro com o governo central quanto ao repasse dos valores pecuniários destinados ao suprimento das forças expedicionárias.⁸¹ Agravavam esse quadro as demandas por alimento que se avolumavam quanto mais a marcha do exército *libertador* da província do Mato Grosso se aproximava de Goiás. Diante desse retrospecto, entendemos o cenário das decisões que tomou o administrado goiano quando se viu perante toda aquela demanda de recursos que caíam sobre sua responsabilidade de líder do executivo goiano naquele contexto de guerra: se não havia dinheiro, tinha que pedir emprestado, não havia outra solução, declarou:

Espero que no futuro exercício não se descubra déficit algum, e terei o maior empenho em obviá-lo, cortando todas as despesas que forem preteríveis, e aumentando a cifra da receita; mas importa que habiliteis a Presidência a fazer-lhe face, na hipótese pouco provável de que se manifeste. Concedendo-lhe autorização para contrair empréstimo e fazer quasquer operações de crédito que forem convenientes, lhe proporcionareis o meio de suprir o déficit.

Senhores d'Assembleia Legislativa provincial (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 93).

⁸¹ Um dos embaraços do sistema financeiro da época era a forma de transferência do dinheiro do tesouro nacional para o teatro de guerra. Já observamos que o comando militar das forças expedicionárias era acompanhado de uma seção do Ministério dos Negócios da Guerra responsável pela assessoria à contabilidade fiscal dos gastos efetuados pelo comando. A questão da remessa de dinheiro não se mostrou um problema, mas sim a distância e os meios de transporte desse dinheiro que exigiam grande esforço dos agentes públicos. O *Correio Oficial* de 21 de março de 1866 noticiou um fato que parece ter aliviado os sentimentos de zelo do presidente Augusto Ferreira França. O texto, com título em negrito, **Recebimento de dinheiro**, era um comunicado oficial do inspetor Bento José Martins Meneses explicando que um senhor de nome Manuel Leite do Amaral Coutinho acabava de chegar à capital de Goiás e trazia do Tesouro Nacional a quantia de 100:000\$000. O governo de Goiás demonstrou estar ciente dessa remessa, pois já tinha indicado ao diretor das rendas provinciais como se deveria proceder assim que aqueles valores estivessem em território goiano. Destinado para o pagamento das despesas de guerra referentes às forças expedicionárias no Mato Grosso, o dinheiro deveria ser examinado nota por nota e, depois de concluída a contagem, ser enviado ao comando de guerra em Mato Grosso. O inspetor das rendas províncias em Goiás explicou o procedimento: “E porque V. Ex. em ofício de 17 do corrente determinasse se procedesse a contagem d’esse dinheiro com toda a urgência, afim de ser despachado o condutor, que tem pressa de chegar a Cuiabá, comunico outrossim a V.Ex. que depois de um aturado trabalho, que foi até quase 5 horas da tarde, e no qual tomaram parte 6 empregados, além do tesoureiro. Deu-se conhecimento em forma ao referido condutor, que assim ficou exonerado da responsabilidade que contraíra e desembaraçado para seguir seu destino no mesmo dia se quisesse” (CORREIO OFFICIAL, 21 mar. 1866).

As mais de 1000 cabeças de gado e as mais de 15 toneladas de grãos, farinhas, sal e toucinho contadas pelo comandante Fonseca Galvão foram alento para as tropas, mas nunca o suficiente. O *Diário do Rio de Janeiro* de 25 de março de 1866 transcreveu notícias da capital de Minas Gerais. Entre os assuntos que circulavam como notícias de Ouro Preto, um dos temas era uma carta que havia sido enviada por um correspondente de jornal que escreveu do acampamento de Coxim em fins de dezembro de 1865. O autor da carta publicada diz que o povo da capital mineira já havia se esquecido dos soldados mineiros que haviam saído em 10 de maio em direção ao Mato Grosso *para acudir os reclamos da pátria*.⁸²

Acreditamos que por enquanto teremos de conservar-nos na defensiva, visto que as chuvas, a falta de víveres, e outros obstáculos nos tolhem os meios de ação. Contamos com um pessoal combatente de mais de dois mil homens, não entrando em conta os empregados das repartições civis, hospital, etc., e além do reforço que está a chegar-nos de Cuiabá, esperamos também um batalhão de 600 homens que, consta, já haver partido de Goyaz⁸³.

O Sr. Dr. Ferreira França, presidente daquela província, tem feito por sua parte quanto é possível para que Goyaz não desempenhe mal o seu papel no grande drama que vamos representando; e que a província de São Paulo tem sido uma figura muda. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 25 mar. 1866).

Os argumentos do autor da correspondência se dirigiam à população de Minas Gerais. Ele insistia para que os amigos da terra de onde partiram os soldados mineiros já há oito meses, caminhando em direção aos sertões inóspitos do Mato Grosso, pudessem compartilhar dos feitos que viviam todas as pessoas que estavam formando aquela *cidade ambulante*. Ele escrevia no contexto imediato à chegada das forças expedicionárias à região de Bahús e Coxim naquele período em que o exército, limitado pela falta de conhecimento adequado para seguir por um terreno pantanoso num período chuvoso, ficou acampado na região até o fim do ciclo das chuvas. Só seguiram para a vila de Miranda a partir de abril de 1866.

⁸² Dizia a carta: “É natural que a população dessa capital já se vá esquecendo d’aqueles que cheios de pezar e de saudade d’ahi se ausentaram a 10 de maio, para acudir ao reclamo da pátria, concorrendo às fronteiras de Mato Grosso afim de vingar a injúria aos nossos infelizes patrícios, que tiveram a desgraça de procurar essas pastagens. Assim pensamos, porque os correios que a princípio conduziam as malas peçadas de cartas trazendo notícias d’ahi, hoje são bem de pouco interesse para nós, porque raro é o amigo que se dá ao trabalho de remeter uma nova à qualquer pessoa da expedição. Pois bem, não obstante ao esquecimento de que fomos condenados, nos faremos lembrados, quando de vez em quando uma notícia de nosso estado e do que temos feito por estes sertões ingratos” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 25 mar. 1866).

⁸³ A expectativa que havia sido criada por informações anteriores que devem ter circulado junto à nossa fonte pode ter sido de uma aproximação do número de soldados goianos em torno de 600. Mas o número foi um pouco mais modesto. Em correspondência oficial do presidente Augusto Ferreira França endereçada ao coronel José Antônio da Fonseca Galvão, encontramos a informação de que o número de goianos era de 432 praças, não informando o oficialato; “Coomunico a V.S. que no dia 20 do mês pretérito partiu desta capital o batalhão goiano de voluntários com 432 praças, afim de incorporar-se às forças sob o comando de V. S., na forma das ordens do ministério da Guerra. Seguiu com ele o coronel comandante militar José Joaquim de Carvalho” (CORREIO OFFICIAL, 10 fev. 1866).

Parte II.

3.6 Tropas e víveres nas estradas de Goiás

Enquanto isso, as tropas carregadas de alimentos circulavam pelas estradas de Goiás em direção à província de Mato Grosso. Pontos de comercialização oficial foram organizados nas principais regiões produtivas. Ali se estabelecia uma rede de compra de alimentos e se faziam as articulações necessárias para o aprimoramento desse mercado, quanto mais o exército brasileiro seguia em direção ao sul daquela província. As demandas só aumentavam naquele início de 1866.⁸⁴ Do mesmo modo, os trabalhos da organização do mercado de compra e transporte de víveres e boiadas em Goiás se intensificavam sob o comando do presidente Augusto Ferreira França e cooperação de seus subordinados militares e civis.

No jornal *Correio Oficial*, em fevereiro de 1866, foram publicados os primeiros números dando conta das tropas de carregamento de víveres e boiadas que haviam sido enviadas pelo governo de Goiás para as forças expedicionárias entre janeiro e fevereiro. Essa informação foi publicada na seção “Noticiário”, com o título *Forças expedicionárias em Mato Grosso*, e apresentou um quadro demonstrativo indicando que saíram ao todo seis carregamentos de gêneros alimentícios: tropas e carros indicados com números de 6 a 12. Esses carregamentos totalizavam os seguintes dados: farinha (212 $\frac{3}{4}$ de alqueires); arroz (61 alqueires) feijão (36 $\frac{1}{2}$ alqueires); sais (30 alqueires).

A publicação desses dados tinha como objetivo mobilizar as pessoas em torno do dever patriótico de auxiliar as forças expedicionárias. Na página 2 da mesma edição, uma série de informações demonstrava a rede operacional que havia se estendido no plano da aquisição de alimentos em Goiás. Entretanto, dificuldades surgiam no âmbito desse movimento social produtivo. Decorriam da inoperância de alguns agentes públicos ou mesmo como resultado de desacordos locais quanto às determinações do *Ato de 10 de maio de 1865*, que instituiu o objetivo do *estímulo à criação e à agricultura* para auxílio ao governo em tempo de guerra. Tomemos o exemplo de um comunicado do gabinete da presidência encaminhado a dois senhores de nomes Antônio Gomes Pinheiro e Manoel Vieira de Resende:

⁸⁴ No expediente de 28 de dezembro de 1865, o presidente Augusto Ferreira França destacou a correspondência do coronel José Antônio da Fonseca Galvão, na qual ele informa o recebimento dos víveres no depósito de Bahús e Coxim e ressaltou a insistência do comandante para que o presidente goiano não esmorecesse na tarefa de enviar alimentos para a tropa. França respondeu a esse apelo com essas palavras: “Em resposta, torno a certificar a V.S. que tenho feito partir desta capital e de outros pontos diversas tropas de animais e carros com gêneros alimentícios, bem como boiadas, e que não cesso de providenciar para que as forças libertadoras sejam supridas de víveres” (CORREIO OFFICIAL, 17 jan. 1866).

A Antonio Gomes Pinheiro — Tornando-se grave a situação das forças acampadas em Coxim, e sendo de absoluta necessidade socorre-las com empenho, desvelo e patriotismo, afim de que não sofram faltas, mais uma vez me dirijo a Vm. E não cessarei de fazê-lo para recomendar que redobre de esforços afim de acudir com víveres as forças mencionadas. Não só elas carecem de cereais, como de grandes boiadas para seu sustento. Urge pois Vm transportar diretamente para Coxim, a ser possível ou Bahús, toda a farinha e bois que já comprou, providenciando de modo que os gêneros cheguem em perfeito estado ao seu destino, e gordas as rezes. (Idêntico a Manoel Vieira de Resende (CORREIO OFFICIAL, ed. 00117, s/d).

As preocupações administrativas do presidente Augusto Ferreira França e sua equipe de governo no início de 1866 se davam em todos os sentidos para que as forças expedicionárias recebessem o apoio demandado pelo Império à população de Goiás. Esse movimento foi intenso e diversos foram os fatos que acompanharam o registro das atividades do governo goiano sob a responsabilidade do presidente Augusto Ferreira França.

A poesia de José Ignácio, no segundo dístico da segunda estrofe, diz sobre os feitos de Augusto Ferreira França como presidente de Goiás naquele momento de intensa mobilização social em vista do auxílio ao governo imperial: “São feitos de cedro e d’ouro/ Feitos sempre luminosos”. O presidente parece ter conseguido prever os percalços e, assim, buscou portar-se com altivez diante dos possíveis problemas que surgiriam no dia a dia das operações do mercado de alimentos e boiadas.

Augusto Ferreira França mantinha boas relações com os fornecedores do governo: agricultores, comerciantes e trabalhadores (os tropeiros), que produziam, vendiam e transportavam mercadorias para o teatro de guerra. Mas nem tudo era ética nessa relação social que englobava funcionários do governo e produtores de gêneros alimentícios. Em 28 de janeiro de 1866, o *Correio Oficial* publicou indícios de corrupção nos procedimentos dos agentes públicos responsáveis pela negociação dos gêneros e víveres nos depósitos distantes da capital.⁸⁵ Comissários representantes do governo goiano faziam negociações com pouca transparência no plano da informação e remessa dos comprovantes e duplicatas das

⁸⁵ A fim de racionalizar os procedimentos administrativos e o cumprimento das ordens sobre a organização do depósito de Bahús, foi instituído pela administração provincial o Ato nº 919, de 13 de fevereiro de 1866, no qual se encontram as instruções e os modelos de recibos que serviriam como norteadores para as ações dos encarregados daquele depósito. Eram 16 itens instrutivos que tratavam desde os aspectos morais do zelo administrativo daquela comissão até as responsabilidades civis e criminais perante o Estado e a Lei, com ênfase para os procedimentos operacionais sobre conservação e aquisição do gêneros, víveres e gado destinados ao abastecimento do exército. Tomamos dois itens que apresentam a missão daqueles que trabalhavam no depósito de Bahús: “6º Ficará sempre no depósito pelo menos um dos encarregados para dirigir o serviço, e um ou mais andarão nas roças circunvizinhas, diligenciando a compra de gêneros alimentícios, sobretudo, gado, farinha, feijão, arroz, toucinho e rapaduras; 7º Para campear o gado haverá o número preciso de animais cavaleiros, e para o transporte de gêneros que forem comprados nas fazendas e roças, cujos proprietários não os poderem mandar levar ao depósito, haverá também uma tropa de animais” (CORREIO OFFICIAL, 3 mar. 1866).

negociações já realizadas.⁸⁶ Num dos documentos, havia uma informação sobre atitudes suspeitas de comissários responsáveis pelo depósito de Bahús.⁸⁷ O gabinete da presidência alertava a diretoria financeira sobre a emissão de dois documentos para a mesma transação comercial, como estavam fazendo os *encarregados* do depósito de Bahús.⁸⁸ Ali se dizia que havia interpretação equivocada das ordens da presidência:

Reconhecendo que os encarregados do depósito de Bahús, mal interpretando as ordens dessa presidência tem passado aos vendedores de gêneros para ali quatro recibos sendo 2 por 1ª vias e outros 2 por 2ª vias, quando se tem exigido que passe recibos em duplicata, servindo de 1ª e outro de 2ª via. Chamo a atenção de V.S. para esse ponto, afim de que não tenham lugar pagamentos por duplicata (CORREIO OFFICIAL, 28 jan. 1866).⁸⁹

No mesmo expediente do jornal, uma correspondência endereçada para Antônio Gomes Pinheiro e para José Vieira Resende alertava que os dois vinham se mantendo negligentes em termos das ações que eram responsáveis: a compra de gêneros e gado em nome do governo de Goiás. A eles, o presidente se dirigiu convicto de que havia algo de

⁸⁶ “4º Diligenciarão com toda atividade para que os roceiros e fazendeiros circunvizinhos se prestem a vender os gêneros de sua lavoura por preços razoáveis, bem como para que seja módico o carreto, tendo muito em vista que o dinheiro público deve ser escrupulosamente zelado, sobretudo em uma época tão crítica” (CORREIO OFFICIAL, 3 mar. 1866, p. 5).

⁸⁷ Correspondência enviada pelo presidente Augusto Ferreira França a um fazendeiro morador da região dos Bahús alertava para a possibilidade de usar de meios coercitivos se as duzentas cabeças de gado pertencentes ao governo e que se encontravam indevidamente em sua fazenda não fossem imediatamente recolhidas ao depósito de Bahús: “— A João José, morador aquém dos Bahús — Contando-me que em sua fazenda existem mais de 200 rezes da nação, recomendo a Vm que as faça ajuntar, ficando prevenido de que tenho expedido as necessárias ordens para que vá buscar as ditas rezes” (CORREIO OFFICIAL, 17 jan. 1866).

⁸⁸ Correspondência entre o centro de Goiás e outras localidades mostrava que o trabalho dos inspetores e encarregados dos depósitos era remunerado e se destinava ao auxílio de pessoas que colocavam suas vidas em risco em nome do Império. Diante de notícias que lhe chegaram, informando sobre as acomodações do depósito de Bahús não estar oferecendo segurança para a conservação dos alimentos ou mesmo sendo esvaziado pelos inspetores, ele expediu documento em 11 de janeiro de 1866 com este teor: “Esse depósito, conforme tenho por vezes explicado, não tem só por fim proporcionar víveres às forças expedicionárias quando por ali passar, mas também conservar mantimentos [...] Por isso não tenho cessado de expedir-lhes as mais terminantes ordens para que procurem conservá-lo abastecido sempre [...] A linguagem que tenho empregado nos meus ofícios deve ter convencido a Vms de que minhas ordens e recomendações são muito positivas e terminantes, demonstrando esta presidência sincero empenho em que se faça com a maior regularidade o abastecimento de viveres aos bravos que expõem sua vida em Mato Grosso” (CORREIO OFFICIAL, 4 ago. 1866).

⁸⁹ Esse cuidado era necessário para que se evitasse manipulação de agentes públicos nos valores determinados nos documentos quando o mercador/fazendeiro encarregado de conduzir os alimentos voltasse para receber a parte restante do contrato, geralmente 1/3. Como muitas viagens demoravam seis meses, caso não houvesse controle interno da saída e no ponto de chegada e o mercador tivesse duas folhas de recibos para a mesma compra, este poderia, no retorno, alterar os valores iniciais e cobrar mais dinheiro do governo. Foi o que ocorreu com o major Bernardo Francisco da Silva. Ele saiu com um carregamento pesando 119 arrobas em julho de 1865 e, de volta à capital, apresentou um recibo constando pouco mais de 177 arrobas. Comprovada a fraude, teve o major que receber autorização para o valor verdadeiro inscrito na nota de julho, não a que apresentou em janeiro. “Tendo o major Bernardo Francisco feito fiel entrega ao esquadrão de cavalaria dos víveres que obrigou-se a transportar em sua tropa, pesando 119 arrobas e duas libras, como consta do documento junto, e não 177 arrobas e 20 libras, como foi declarado em ofício de 10 julho do ano passado, mande V.S. pagar-lhe a quantia que tem direito, calculado o frete a 8\$000 réis por arroba, visto que não tendo o esquadrão marchado até Cuiabá, mas parado em Coxim, teve ali o lugar a entrega dos víveres” (CORREIO OFFICIAL, 31 jan. 1866, p. 3).

errado nas suas intenções de obter mais dinheiro da tesouraria pública antes mesmo de terem prestado conta dos recibos dos investimentos que haviam feito anteriormente e de informar a repartição fiscal sobre o envio do gado e dos gêneros negociados.

— A Antonio Gomes Pinheiro. — Recomendamos a Vm que não compre mais gado até segunda ordem desta presidência, e que trate de enviar com urgência para o depósito de Bahús os bois e víveres já comprado, afim de que as forças libertadoras não sofram a menor falta. Por esta ocasião declaro-lhe que não é possível adiantar-se mais dinheiro algum enquanto Vm não apresentar recibos de entrega do gado e víveres naquele depósito.

— A José Vieira de Resende. — Recomendo a Vm que não compre mais gado até segunda ordem desta presidência, e que trate de enviar com urgência para o depósito de Bahús os bois e víveres já comprados, afim de que as forças libertadoras não sofram a menor falta (CORREIO OFFICIAL, 17 jan. 1866).

Passados alguns dias do início de fevereiro, o volume de correspondências da parte do comando das forças em operações no Mato Grosso se intensificou tanto que o presidente Augusto Ferreira França reproduziu, como um clichê, em todas as correspondências que tratavam da aquisição de víveres, gêneros e boiadas, a exortação ao patriotismo dos cidadãos goianos.

Num dos documentos, ele apelou para as comissões municipais do sul da província para que os seus membros não vacilassem no esforço da aquisição do maior número de arrobas e alqueires de gêneros e solicitou que as lideranças daquelas municipalidades estreitassem os laços com a presidência. O presidente deixava para trás o sentimento de desconfiança que o havia levado a proibir a intermediação junto ao mercado em nome do governo.

Lidar com esses embaraços provocados pela demanda constante de gêneros e gado⁹⁰ para as forças expedicionárias foi uma constante naquele contexto de estabilização das forças em território do Mato Grosso. Logo em seguida à correspondência endereçada aos membros das comissões municipais do sul da província, outra informação trouxe a certeza de que no meio da sociedade goiana havia alguns fazendeiros que resistiam em negociar com o governo — um embaraço no processo de estabilidade das ações administrativas. Um dos fatos que aborreceu bastante o presidente da província foi o de uma mulher que dominava a exportação de gado de Goiás para Minas Gerais.

⁹⁰ Outro embaraço que parecia preocupar a administração das rendas provinciais era o aumento do preço do gado. O governo estimulava seus funcionários a irem de fazenda em fazenda pesquisar lugares onde existissem bois gordos e esses teriam que ser adquiridos com preços de mercado, não inflacionados. Alertava seus subordinados a não fazerem negócios desvantajosos para os interesses públicos: “Julgo conveniente que um de Vms. vá aos lugares em que constar que existam mantimentos afim de contratá-los pelos preços mais razoáveis. O preço do gado está se tornando muito exagerado, e não é possível continuar assim. Não compre Vms., se não gado gordo e de peso” (CORREIO OFFICIAL, 13 jan. 1866, p. 3).

Numa correspondência dirigida a um senhor de nome José Joaquim Leitão, criador de gado que parecia resistente em fornecer gado de sua fazenda em auxílio ao governo, o presidente demonstrou sua decepção com a ausência de sentimento patriótico daquele indivíduo.

Nenhuma observação me convencerá de que V.S. não pode ser útil às forças n'essa parte, e então um grande pesar,,,[palavra ilegível] de que V.S. não quis socorrer os nossos irmãos que expõem sua vida em Mato Grosso. Se V.S. pode e tem exportado sem cessar para além do rio Parahyba grandes boiadas, como não as poderá mandar para o Coxim? (CORREIO OFFICIAL, 17 jan. 1866).

Os problemas vivenciados pela administração com o fornecimento de gêneros e gado faziam parte do cotidiano dos agentes do governo e dos agricultores e criadores. Um deles dizia respeito ao aumento do preço do gado. Um comunicado de 5 de abril de 1866, endereçado ao capitão Francisco de Paula Ferreira, alertava para o controle dos preços do gado estipulado pelos fazendeiros.

— Pode Vm expedir com destino às forças expedicionárias, de acordo com as instruções que dei-lhe, os víveres que puder obter pelo menor preço, contratando o carroto mais módico. Os preços indicados em seu ofício de 26 de março não deixam de ser exagerados e convém por tanto que Vm. se esforce por diminuí-los. Quanto ao gado julgo o preço exorbitante, e autorizo Vm. a mandar as rezes, sendo como diz, ao preço quando muito de 25\$ por cabeça entregues no Bahús e 30\$ reis entregue em Coxim. CORREIO OFFICIAL, 10 abr. 1866).

Da parte dos comissários encarregados do depósito de Bahús, apareciam as exigências do comando das forças expedicionárias quando ainda acampadas na região da vila de Coxim. Num dos comunicados escritos pelo capitão Spiridião Roquete Froes e pelo tenente Beraldo José de Araújo, endereçado ao presidente Augusto Ferreira França, eles destacaram a presença do major Benjamim Luiz de Vasconcelos, que se encontrava no depósito, representando o coronel José Antônio da Fonseca Galvão. A sua missão era arregimentar maior número de rezes disponíveis no depósito e retirar a maior quantidade de comida ali depositada.

Continua aqui estar conosco o major Benjamim Luiz de Vasconcelos, no empenho de fazer seguir para Coxim tudo quanto se possa obter, e para secundá-lo nestes esforços não nos temos poupado, já ajustando carreiros e camaradas e já mandando para um e outro lado pegar gado fugidos; ontem partiu uma boiada de cento e oitenta rezes, e esperamos uma de 200, que autorizado pelo mesmo contratemos com Pedro Paulista: a muito custo e grande dispêndio a que se sujeitou o referido major: fizemos seguir também ontem 4 carros que aqui chegaram dirigidos pelo capitão Antônio Gomes Pinheiro, contendo farinha, pelos próprios condutores. Além de três tropas temos notícia de uma carrada de sal por nós contratada, chega por estes dois dias e *decidimos* (palavra ilegível) pela mesma maneira fazer seguir, isto porque as tropas que vem do Coxim chegam aqui cansadas e desim..das [palavra ilegível que parece ser desidratadas] pela peste, sendo necessário falharemos vinte e mais dias para

voltarem, ainda assim, pegando pouca carga. Em cumprimento das ordens de V.Ex. tem um de nós de sair; não o temos feito, não só porque não havia gêneros a comprar-se, como francamente falando, não podemos arredar o ponto do ponto nem um só dia. Ao capitão Joaquim Martins Serradourada fornecemos gêneros com que carregou todas as bestas que até aqui ficaram sem carga e assim mais 38 cabeças de gado gordo e bom (CORREIO OFFICIAL, 21 mar. 1866).

Naqueles primeiros meses de 1866, Goiás viveu intenso movimento de tropas e tropeiros conduzindo alimentos das fazendas para o depósito de Bahús. Houve também grande movimentação de pessoas e de material pelas estradas goianas em direção à Coxim. Nas suas estradas circularam vidas humanas, animais e alimentos no auxílio às tropas das forças expedicionárias de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Além de alimentar e fornecer os recursos para as tropas goianas, a população agrícola e criadora de Goiás alimentou e forneceu apoio logístico a uma cidade militar que reunia entre 2.500 e 3.000 pessoas (militares e civis, homens, mulheres e crianças) que marcharam durante todo o ano de 1866 em direção ao Baixo Paraguai numa verdadeira epopeia de transtornos e sofrimentos.

O tempo de inoperância das forças expedicionárias acampadas na região de Coxim só agravou as condições de manutenção e auxílio à logística alimentar do exército na província de Goiás. Se a escassez de gêneros agrícolas já atingira graus elevados naquele ano, forçando os soldados a se alimentarem basicamente de carne, esta mercadoria, por outro lado, começava a sofrer desabastecimento. As atividades públicas no plano da remessa de gado para as forças expedicionárias foram contínuas: “Ao capitão Gomes Pinheiro — trate de enviar com toda urgência para o depósito de Bahús o gado e os víveres que aí estiverem comprados”, dizia uma ordem de expediente da presidência datada de 7 de janeiro de 1866. Doze dias antes, em 27 de dezembro de 1865, a preocupação dos administradores de Goiás estava centrada nas notícias de contrabando de gado ao sul da província, fato que não só onerava os cofres públicos, como também dificultava a missão do governo em adquirir o máximo de rezes para serem enviadas ao sul do Mato Grosso.

O intercurso desse imbróglio se deu entre novembro e dezembro de 1865, quando os encarregados dos pontos de recebedoria do rio Paranaíba informaram o diretor das rendas provinciais e, assim, de posse dessa informação, o presidente de Goiás escreveu, dirigindo-se ao diretor geral das rendas provinciais:

— Ao mesmo — Cumpre resolver que vm recomende terminantemente aos administradores das recebedorias do Rio Paranaíba, e aos de quaisquer outras ao sul da província, que exerçam a mais severa fiscalização na cobrança do imposto de gado, devendo ter todo o cuidado em que se não faça contrabando, o qual tratará de impedir por todos os meios legais, participando ao mesmo tempo a essa diretoria tudo quanto ocorrer, e devendo outro sim fazer observar rigorosa e restritamente

pelos condutores, guias e outros encarregados da boiada as disposições dos regulamentos fiscais. (CORREIO OFFICIAL, 17 jan. 1866).

O auxílio às forças expedicionárias foi o *teste de fogo* da província de Goiás em várias dimensões. Os *feitos* do presidente Augusto Ferreira França, como destaca o poema recitado por José Ignacio no baile de 2 de julho de 1866, foi a ponta do iceberg do volume de acontecimentos que vivia o governo imperial para provar que Goiás era a província-celeiro para o auxílio às forças que iriam *libertar* as populações oprimidas pelas forças paraguaias na região sul do Mato Grosso.

Essa realidade perdurou por todo o ano de 1866 e o primeiro semestre de 1867, quando os depósitos de Goiás foram fechados para sempre. Depois da desastrosa marcha da *Retirada da Laguna*, entre abril e junho de 1867, as forças em operações ao sul do Mato Grosso foram extintas em sua missão e os homens do exército foram incorporados às operações ao Sul do Brasil sob a chefia do novo comando geral da guerra, o marechal Duque de Caxias. Já a população civil e os soldados sobreviventes de Mato Grosso e de Goiás foram encaminhados para Cuiabá, lugar onde se aglomeraram as pessoas que sobreviveram à tragédia daquela experiência de guerra.

Foi uma tragédia resultante da incapacidade das forças militares do país em operacionalizar uma guerra de posições naquela região pantanosa e provocada pelo desconhecimento da área. As doenças mataram mais do que a fome e as balas inimigas, mas a fome era o principal terror das pessoas que compunham aquela cidade militar ambulante por todo o período de 1866-1867. Entretanto, foi no tempo de permanência das forças na região de Coxim e Miranda, dezembro de 1865 a junho de 1867, um pouco mais de seis meses, que mais sofreram os soldados e os civis que os acompanhavam com a ameaça da fome e das doenças. Francisco Doratioto⁹¹ assim escreve, com base nas memórias de Alfredo de Escragnolle Taunay:

⁹¹ Uma correspondência de dezembro de 1865 do comandante das forças expedicionária acampadas em Coxim, direcionada ao presidente Augusto Ferreira França, expôs a grave situação descrita por Francisco Doratioto sobre a falta de mantimentos para as tropas em todo o período em que estavam em Coxim, aguardando as condições climáticas mudarem para a marcha seguir em direção ao sul da província: “Illum. Excm.Sr. — A no [palavra ilegível] na maior consternação por não saber mais que meios devo empregar para obter víveres, afim de poder alimentar as duas mil praças, cujo comando aqui me foi confiado; não tenho alimento de qualidade alguma, muito pouco sal existe, e mesmo o gado que supus não me faltar, estou vendo que por momento não o terei; que os fazendeiros dizem não poder ajuntá-lo na atualidade por falta de cavalos, que todos tem morrido com a peste, que grassa em grande escala nos campos, já por estarem os grandes pantanais todos cheios por modo que não se pode atravessar; peço por tanto a V. Exc^a que se compadeça destes soldados que se conservão, apesar de tantos sofrimento e nudez em que se acham, submissos a seus superiores, porque sabem ser brasileiros, e tem deveres a cumprir para com a pátria: não é possível porém, Exm. Sr., que esta mesma dedicação possa durar por muito tempo. **A fome, exm. Sr. e a nudez é pior guerra** que pode sobrevir à humanidade, antes ter o mais bravo inimigo que sofrer tantas e tamanhas necessidades” (CORREIO OFFICIAL, 3 mar. 1866, p. 3).

A coluna permaneceu em Coxim, ilhada pelas inundações, até junho de 1866, e começou a sofrer falta de mantimentos, problema que desde então a perseguiria. O componente principal na alimentação desses soldados e de todos os combatentes durante a guerra, fossem aliados ou paraguaios, era a carne bovina, sendo raro os vegetais e inexistentes as verduras. Em Coxim, porém, a alimentação era exclusivamente de carne e, ainda assim, de péssima qualidade, acompanhada de sal grosso. O acampamento ficou ilhado por água estagnada, proveniente das chuvas abundantes, o que impediu o adequado abastecimento de víveres e deu margem a doenças entre a tropa e também a expressivos lucros para comerciantes e mesmo para alguns oficiais que, dispondo de alimentos, os vendiam a colegas e soldados. A penúria da coluna levou a um aumento sensível das deserções (DORATIOTO, 2002, p. 123).

A escassez de gado no primeiro semestre de 1866 foi um agravante para as forças expedicionárias, que se viam na iminência da fome. Quando obtinham alimento, não havia qualidade e quantidade suficientes para as demandas cotidianas do exército. Para o governo não tinha outra saída senão pagar o preço cada vez maior pelos animais que os comissários iam negociando junto aos criadores. Aos diretores das rendas provinciais, na capital, só restava a informação de negócios cada vez mais dispendiosos quanto ao auxílio das forças expedicionárias brasileiras. Nem sempre o gado era de péssima qualidade, mas quando tinha algum valor em termos de bem-estar e carcaça pesada para o abate, eram animais sobrevalorizados em dinheiro.

José Joaquim Leite, capitão comissário do governo de Goiás para a negociação de gado junto aos fazendeiros da região de Bahús e da comarca do rio Paranaíba, deu essa informação em sua correspondência dirigida ao presidente Augusto Ferreira França em fevereiro de 1866. Os assuntos da carta eram a alta do preço do boi na região, as dificuldades de arregimentação do gado no depósito de Bahús, porque os animais estavam dispersos em matos *selvagens*, e as condições de peso e qualidade de carcaça dos bois que estava negociando ao sul da província. Dizia que os bois novos e vacas gordas eram mais adequados para os negócios que os bois de 4 a 5 anos que via nos pastos das fazendas.

O gado é que está faltando pois o que existe no Bahús pouco pode suprir por estar muito espalhado. Estou tratando tentando sair gado que vá em direitura a Coxim pois ainda que cheguem lá por maior preço por via da condução fica muito mais barato do que o que vai para Bahús, pois o que vai ao Coxim o governo nem só não perde rezes na condução, como chega com mais presteza a ser aproveitado. Os gados por aqui estão caros, e mesmo bois poucos erados, tenho calculado poder obter de 300 a 400 e mais se for vacas e bois novos. As vacas estando gordas são melhores do que bois de 4 a 5 anos e mesmo peso régua com pouca diferença. Já tratei de 50 a 60 rezes para sair por esses dias, tratei a 25\$000 posto no Coxim por conta do dono, porém duas pontas que tenho de fazer sair beste mês, não poderei obter por esse preço pois é gado bom e muito gordo, logo que firme o trato, comunico a V. Ex^a. CORREIO OFFICIAL, 21 mar. 1866).

As correspondências dos agentes do governo de Goiás para aquisição de alimentos, armazenamento e distribuição fornecem elementos para compreensão dos esforços despendidos naquelas atividades. Isso podia ser visto não apenas pelos trabalhos dos comissários, carregadores e guias que se articulavam em torno das diretrizes administrativas do governo de Goiás e seus atos e instruções públicas, mas também pelas ações da rede de interlocução para fins de solidariedade⁹² da população goiana em doar dinheiro às tropas expedicionárias. Três testemunhas que foram contemporâneas dos esforços feitos em Goiás para que as tropas expedicionárias não sofressem a falta de alimentos relataram o sofrimento daquela época.

O relato da testemunha do acampamento de Coxim, em sua correspondência com a cidade de Ouro Preto, mostrava bem a realidade dos tempos de guerra. A reprodução do texto do autor da carta endereçada aos amigos mineiros pelo jornal *Diário do Rio de Janeiro*, permite imaginar a experiência de quem se encontrava em lugar desconhecido e sofrendo as amarguras que a marcha expedicionária provocava junto a todos os envolvidos: a escassez e a carestia dos alimentos.

Ele descreveu os esforços do governo de Goiás em mobilizar a sociedade não só em termos de homens para a guerra, mas, principalmente, de disponibilização dos poucos alimentos que chegavam ao acampamento militar. O medo da fome foi expressado no testemunho do cidadão mineiro que seguia em marcha de Minas a Mato Grosso.

O Sr. Dr. França, presidente daquela província, tem feito por sua parte quanto é possível para que Goyaz não desempenhe mal o seu grande papel no grande drama que vamos representando; e em que a província de São Paulo tem sido figura muda. Não só tem feito marchar uma força não pequena em relação, mas também tem-se mostrado sempre zeloso e ativo na remessa de víveres para aqui, de sorte que a seus esforços devemos a obtenção de alguns gêneros de primeira necessidade, de que já há muito estamos privados, e que, se bem que em diminuta quantidade, tem servido para disfarçar a samsaboria da carne de rez, única alimentação que não nos tem faltado. A carestia continua espantosa. Os poucos gêneros que aparecem à venda são por preços que repugna acreditar. Tem-se vendido farinha de milho 5\$ reis o prato, o que e mesmo que dizer 160\$ o alqueire de Minas; açúcar 5\$ a libra; café o mesmo

⁹² Em 1º de dezembro de 1865, o juiz de direito de Catalão, João Coelho Bastos, encaminhou ao presidente Augusto Ferreira França uma lista com o nome de 53 cidadãos daquela cidade e mais três do distrito de Cabaça que doaram valores de 60\$000, 50\$000, 30\$000, 20\$000, 10\$000, 5\$000, até 1\$000, num total de 440\$000 réis. O único pedido que fazia o Sr. João Coelho Basto era que o governo de Goiás publicasse a lista contendo o nome de todos os doadores, o que se confirmou na edição do *Correio Oficial* de 17 de março de 1866. O trabalho do juiz Coelho Bastos não terminou com aquela remessa de dinheiro. Ele informou que havia ainda mais inscritos para doar e questionou o governo se seria importante continuar com as atividades de donativos na região de Catalão. “Tenho prazer de passar às mãos de V. Ex^a a quantia de quatrocentos e quarenta mil réis com que cidadãos constantes da lista inclusa concorreram para as urgências do Estado, afim de que V.Ex^a a empregue do modo em que achar mais conveniente. Tenho ainda a quantia de oitenta mil réis, que ainda não foi paga. Se V.Ex^a achar conveniente que eu continue a receber esses donativos, tenho boas esperanças de que vão subir à soma mais avultada” (CORREIO OFFICIAL, 17 mar. 1866, p. 4).

preço; aguardente 5\$ e 6\$ a garrafa; até palha de cigarro tem um valor imenso. É bem triste a condição a que estamos reduzidos. Deus queira que o governo lance suas vistas sobre nós, e procure aliviar-nos do peso que estamos suportando. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 30 jun. 1866)

O tempo de espera para avançar sobre os inimigos foi agravando a situação de penúria das tropas expedicionárias. O relato da testemunha mineira foi em fins de dezembro de 1865, quando as tropas acabavam de chegar à região e estavam mais perto do depósito de Bahús. Quanto mais as forças marchavam em direção ao Baixo Paraguai, mais se agravavam os problemas de fome e carestia dos alimentos.

Outra testemunha escreveu do acampamento de Coxim em 9 de abril de 1866, quando as tropas já iniciavam a marcha em direção à vila de Miranda. O autor da carta era da província do Rio de Janeiro e parecia ter alguma influência junto à imprensa local, pois solicitou que o jornal divulgasse o sofrimento dele e das forças expedicionárias.

Em vista do que agora exponho-lhe, peço, caso seja possível escrever duas linhas no Diário da corte, afim de chegar ao conhecimento do governo imperial as necessidades que estou sofrendo e toda a força ao mando do Exm. Sr. Brigadeiro Galvão, não por falta de esforços e zelo deste Exm Sr., mas sim porque estamos à meses estacionado em um lugar que não há recurso, muito distante de Goyaz e Matto-Grosso. Pegou fogo à meses no abarracamento, onde existiam ambulância pertencente à força; presentemente estamos sem medicamentos e nem esperança de tê-los tão depressa, se não houver alguma caritativa que se compadeça de mim e de meus companheiros, levando o que menciono às colunas do *Diário*, para que haja providências à respeito. Os gêneros alimentícios quando aparecem à venda, é por preços exorbitantes; tem chegado ocasião de passarmos a 5 espigas de milho por dia, isto por vezes e mais nada. As rações que distribuem por praça, é somente uma libra de carne de vaca e sal; ora isto não é suficiente para um homem passar um dia. Tem morrido muitos soldados, por causa do passadio, de diarreia e até de fome. Finalizando, peço-lhe que meu pedido não fique em ouvido (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 30 jun. 1866,).

O panorama que traçamos a partir das ações do governo de Goiás, dos comissários de negociação e de cidadãos goianos em doarem recursos para o governo evidencia a rede de auxílio que se havia demandado para que o país conseguisse contra-atacar as forças invasoras da província de Mato Grosso. Contudo, vimos, pelos depoimentos das duas praças, que nada parecia suficiente para o abastecimento de víveres naquele ano de 1866. E quanto mais as forças se dirigiam ao sul do Mato Grosso, mas ficavam os militares expostos às doenças e à fome.

Os problemas de abastecimento começaram a afetar não apenas os soldados em marcha no Mato Grosso. As populações em Goiás passaram a ter que conviver com as carências que se manifestavam no mercado por causa da demanda de alimento e a pouca produtividade que se alcançou naquele período produtivo de fins de 1865 e início de 1866. O

terceiro testemunho que tomamos aqui é de um cidadão que escreveu da cidade de Goiás em 16 de fevereiro de 1866. O *Diário do Rio de Janeiro* publicou seu texto em 28 de março. O autor fez uma análise sobre o que denominou os *negócios da província* e iniciou falando da escolha do periódico por considerá-lo mais liberal que os concorrentes e por ter mais páginas *consagradas às ideias de liberdade e progresso*, sendo, para ele, referência que Goiás deveria seguir. Mas, se no plano das ideias, isso começava a *abrir-se em largos horizontes*. No plano da *quadra* de prosperidade que merecia a província, alcançá-la, nos últimos tempos, exigia *sacrifícios* e esforços extenuantes. Disse o autor numa parte de seu longo artigo:

A quadra que temos atravessado de um ano a esta parte em nada tem sido favorável aos interesses e melhoramentos da província: tem sido uma quadra de sacrifícios, que nos impôs o selvagem do Paraguay.

Nessa cruzada de guerra, Goyaz não deixou de distinguir-se. Mais de 1200 goyanos tem marchado para o Mato Grosso em auxílio de seus irmãos vizinhos; mas infelizmente ficaram eles inativos no Coxim, e os que estão em marcha dirige-se para este acampamento.

As notícias que dali tem vindo não são boas. A fome começa a lavrar em grande escala. Não havia farinha, nem feijão. Os poucos gêneros, que às vezes por ali aparecem é vendido por 50\$ a 60\$ ao alqueire. O assucar vende-se a 100\$ reis a arroba. O que devemos esperar de uma força, que está na ociosidade, e ameaçada de morrer de fome? Felizmente dizem que vão entrar em operações.

Estas notícias, trazidas por indivíduos que foram mascatear no Coxim causaram alarma no acampamento do coronel José Joaquim de Carvalho, que procedeu com calma e prudência — tranquilizando seus oficiais que representavam, fazendo ver a necessidade de irem para Cuiabá. O nosso presidente tem-se desenvolvido, mostrando muita atividade e diligência — Algumas tropas de víveres tem marchado para os acampamentos, mas o Sr. França não pode fazer o milagre de que 5 pães e 2 peixes cheguem para alimentar milhares de homens! Entretanto, devo confessar que não é por falta de esforços e fadigas das autoridades que sofrem os nossos bravos.

Por amor deles também nós sofremos a falta de gêneros de primeira necessidade, que em todo este Sul de Goyaz tem atingidos a preços exorbitantes. Assim devia acontecer, porque os nossos lavradores foram surpreendidos, e só plantaram na proporção das necessidades ordinárias (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 28 mar. 1866).

Vemos que os empecilhos maiores estavam na aquisição dos alimentos e não na falta de dinheiro para contratar cargueiros para o transporte. Em 4 de julho de 1866, o *Diário do Rio de Janeiro* publicou documentos que o Ministério da Guerra havia recebido da presidência de Goiás e que diziam respeito ao quadro demonstrativo dos gêneros alimentícios que haviam sido remetidos da capital de Goiás para o depósito de Bahús, o acampamento de Coxim e outro que devia ser entregue diretamente ao brigadeiro José Antônio da Fonseca Galvão, que já se encontrava em marcha ao sul de Coxim.

Comparando os dados apresentados nos quadros demonstrativos, percebemos que eles apontavam diminuição de aproximadamente duas toneladas e setecentos quilogramas de alimentos se confrontarmos os dados que o Palácio do Governo de Goyaz havia encaminhado

ao Ministério da Guerra em dezembro de 1865. De acordo com as primeiras informações, foram distribuídos, em outubro e novembro 1865, três carregamentos no total de 15.735 quilos. No segundo quadro demonstrativo apresentado para março e abril de 1866, cinco carregamentos, num total de 12.990 quilos.

Inferimos que essa redução foi resultado das circunstâncias das quais tratou o cidadão goiano que tomamos como referência, ao dizer que, no sul da província de Goiás, a escassez de alimentos se dava tanto pela demanda do esforço no auxílio às tropas expedicionárias quanto pela falta de maior produtividade dos agricultores. Nossa percepção é de que o aumento da demanda foi a principal causa da escassez, considerando dados apresentados anteriormente acerca dos esforços das comissões municipais de Bonfim⁹³, Anicuns⁹⁴ e outras comunidades que não paravam de negociar alimentos para o exército imperial. Mesmo assim, foi um acréscimo de mais de duas mil pessoas que passaram a depender, se não totalmente, quase que exclusivamente da contribuição da população agrícola e criadora em Goiás naqueles anos de 1865 e 1866. A produção agrícola em Goiás precisou incorporar ao consumo de seus produtos uma demanda produzida por mais de duas mil pessoas diariamente necessitando de alimentos.⁹⁵

⁹³ Quanto à comissão da cidade de Bonfim, descobrimos a transação comercial de 360 arrobas e 24 libras em 3 de julho de 1866. Esse negócio se deu pelas mãos do agente Francisco de Paula Guimarães e dois representantes da comissão municipal agrícola que se chamavam Nicoláo Afonso da Câmara e Francisco José da Silva. Transcrevemos o texto-recibo que assinou o agente do governo em negociação junto aos representantes da comissão: “Recebi da Comissão Municipal de Bonfim vinte e nove alqueires de farinha, treze de arroz e vinte e cinco de feijão, pesando duzentas e trinta e uma arrobas e vinte e nove libras, mais assim setenta e seis arrobas de toucinho, e cinquenta e duas arrobas e sete libras de açúcar – total trezentos e sessenta arrobas e 24 libras, sendo tudo envolvido, a exceção do toucinho, em oitenta e quatro sacos com cento e vinte e seis varas de pano, e de tudo me obrigo a fazer fiel entrega no Coxim ao Sr. Brigadeiro José Antonio da Fonseca Galvão, ou a sua ordem em perfeito estado e o mais curto espaço de tempo possível, tendo a meu favor a tara de seis libras de arroba de açúcar, caso falte para complementar as mesma. Goyaz – Cidade de Bonfim, 3 de julho de 1866 – Francisco de Paula Guimarães, encarregado” (CORREIO OFFICIAL, 4 ago. 1866).

⁹⁴ Sobre as comissões agrícolas do município de Anicuns, podemos perceber dois exemplos de como ali funcionaram as comissões agrícolas. Em 12 de julho de 1866, o agente Vicente Ferreira Ramos de Azevedo escreveu de Anicuns para o palácio do governo de Goiás e informou o número de viagens (6^a, 7^a e 8^a) que havia dali partido em direção ao depósito de Bahús: Joaquim Mendes Moreira saiu com um carro contendo 100 arrobas e 19 libras de farinha de milho (44 arrobas e 23 libras), farinha de mandioca (33 arrobas e 8 libras), arroz pilado (22 arrobas e 2 libras); Severiano Martins Pereira saiu com destino a Bahús com o carregamento dividido em dois carros, totalizando uma carga de 207 arrobas e 27 libras: farinha de milho (151 arrobas e 21 libras), farinha de mandioca (24 arrobas e 19 libras), arroz pilado (66 arrobas e 24 libras). O pagamento de 1/3 do valor de cada carga se deu ao frete de Anicuns a Bahús em 5\$500 réis. Foram apresentados pelo agente Vicente Ferreira Ramos de Azevedo os seguintes valores adiantados: 184\$000 réis relativos ao carregamento das 100 arrobas e 19 libras e 381\$030 réis para as 200 arrobas e 27 libras (CORREIO OFFICIAL, 4 ago. 1866).

⁹⁵ Sobre isso, as palavras do presidente Augusto Ferreira França, em seu relatório de despedida do governo em 29 de abril de 1867, dão-nos uma ideia dos procedimentos administrativos quanto à pressão social que a obrigação de sustentar as forças expedicionárias em operações ao sul do Mato Grosso teve em Goiás a partir de 1865. “A pressão, portanto, em que ficou esta província, tendo sobre si a tremendíssima responsabilidade de não deixar perecerem à míngua milhares de brasileiros, que marcharam a debelar o inimigo que ousara manchar o território sacrossanto da pátria; esta pressão, que cada dia mais se agravava, porque as forças das duas províncias mencionadas e de Goyaz iam internando-se pelo distrito de Miranda em Mato Grosso, alongando a mais e mais o

Esse esforço foi justificado pelo cidadão goiano, em sua correspondência com o jornal *Diário do Rio de Janeiro*, como esforço da multiplicação dos pães e dos peixes. Mas a comparação veio no sentido de que todo esforço diante da intensa demanda era insuficiente. O testemunho do soldado de Minas Gerais, em dezembro de 1865, também nos mostra isso quando apelava para que os cidadãos daquela província não se esquecessem dos *bravos* que saíram de suas terras ao som de bandas e brados gloriosos; que eles não fossem esquecidos em sua própria sorte. O principal motivo era a extrema carência em que enfrentavam no acampamento de Coxim. Dali foram marchando território adentro em direção ao Baixo Paraguai; eram terras estanhas, insistia ele, e nelas andavam enfrentando as doenças e a fome.

A metáfora da multiplicação dos pães e dos peixes era impossível de ser concretizada, de acordo com o testemunho do soldado do Rio de Janeiro que escreveu do acampamento de Coxim, em abril de 1866, relatando o estado de miséria pelo qual passavam ele e todos os que ali se encontravam. Não mais sofriam só com a falta de comida. Tudo se agravava e o governo imperial deveria tentar reverter essa situação, apelava. Depois do incêndio na cabana que dava guarida aos doentes, provocando a destruição total da logística hospitalar, ficavam os *bravos* não só expostos à fome, mas também às doenças que se proliferavam pela fraqueza dos soldados desnutridos que viam seus sofrimentos ampliados pela ausência de remédios, depois que a *ambulância* havia sido destruída pelo fogo.

O testemunho do cidadão goiano que usou a metáfora da multiplicação dos cinco pães e dos dois peixes como uma tarefa difícil de se conseguir diante da conjuntura de constante demanda por alimentos em Goiás, fazia referência ao presidente e seus exemplos de zelo pela causa do auxílio alimentar aos *bravos* que operavam em nome do Império contra os invasores paraguaios. Em muitas circunstâncias, o ciclo produtivo de grãos não havia sido concluído e o desabastecimento era causado pelo período em que as sementes plantadas com as primeiras chuvas do final da primavera e início do verão não estavam de volta aos celeiros. Associado a isso, parte considerável do arroz, feijão, mandioca, milho e toucinho foi destinada para os negócios do governo em estado de guerra. A produção para o consumo diário das famílias e aquela para o mercado local das cidades, vilas e distritos de Goiás, entre 1865 e 1867, foram afetadas em termos de oferta e demanda e isso provocou aumento de preço que os cidadãos

grande e inculto deserto que se interpunha entre elas e os lugares donde eram conduzidos os meios de sua subsistência; e porque os pequenos fornecimentos que a princípio vieram das províncias de Minas e S. Paulo, bem depressa cessaram; esta pressão, cujo peso esmagador eu tantas vezes senti, obrigou a presidência a conservar durante muito tempo grande número de agentes encarregados de fazer compras e remessas” (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 117).

goianos trataram como sofrimento de todos, não só dos que foram para a guerra, mas daqueles que passaram a conviver com a escassez dos produtos de primeira necessidade.

As notícias que chegavam de Coxim informavam que o preço do açúcar estava cotado a 100\$000 réis a arroba. Nesse caso é fácil constatar a veracidade do valor de 5\$ réis cobrado pelo prato de açúcar sobre o qual falou o soldado mineiro em seu testemunho de dezembro de 1865. Diante dessa calamidade, a possibilidade de fome era iminente. Daí a indignação do cidadão goiano com a incapacidade dos administradores em Goiás de suprir as demandas de guerra, ainda mais quando as forças militares estavam inoperantes em relação aos objetivos da guerra, estacionadas, inativas e acampadas em Coxim. Dessa forma, destacou, apesar de todo o esforço da população goiana e da administração provincial em fornecer alimentos, eles eram insuficientes. Também percebia materializar-se, em tropas de animais circulando com cargas de gêneros pelas estradas de Goiás, a demanda crescente das forças expedicionárias naquele período inicial de 1866, o que levou o autor a dizer para os leitores do Rio de Janeiro: *uma quadra de sacrifícios, que nos impôs o selvagem Paraguay*.⁹⁶

Nos três depoimentos que tomamos, a referência às atividades administrativas do presidente Augusto Ferreira França e à província de Goiás teve por destaque a sensibilidade em se mostrarem positivamente compreensivos com os esforços de auxílio logístico em Goiás. As notícias do envio de gêneros foram publicadas em várias edições do *Diário do Rio de Janeiro* e de outros periódicos que passaram a noticiar os sofrimentos provocados pela fome na marcha das forças expedicionárias em operação no Mato Grosso. Os limites existiam pela crescente demanda. Apesar do envio de mais e mais alimentos, eles eram insuficientes, tanto

⁹⁶ Entre o esforço da administração provincial em organizar o suprimento de alimento e as carências que se instalavam constantemente nas forças em operações, o que se pode concluir como principal causa não foi a insuficiência de alimentos produzidos e comprados em Goiás no ciclo produtivo de 1866 e início de 1867. O que agravou foi a ausência de animais de transporte, associada a problemas na rede de distribuição que exigia a criação de novos depósitos ao sul do Mato Grosso que se estendessem dos antigos pontos dos depósitos de Bahús até Coxim, de Coxim até Miranda, de Miranda até Nioac ou à vila de Albuquerque. A falta de uma logística de armazenamento entre esses pontos, enquanto as tropas marchavam até o Baixo Paraguai, muito dificultou a transferência dos produtos alimentares produzidos em Goiás para as forças. O consumo era intenso diariamente e as cargas chegavam sem regularidade aos acampamentos, tanto mais esse se distanciasse de Goiás. Ao argumentar sobre um fato que prejudicava a rede de transporte, Augusto Ferreira França determinou a ida para Coxim de um oficial no intuito de amenizar as deficiências que começavam a se instalar na rede de distribuição de alimentos: “Tendo chegado ao meu conhecimento em julho de 1866 que, quando as forças saíram de Coxim para o Rio Negro, não fora estabelecido naquele ponto, como era de urgente necessidade, e eu lembrei oficialmente, um depósito onde fossem recolhidos os gêneros alimentícios transportados em carros e animais que não pudessem prosseguir até o encontro das forças, e para as quais fossem eles conduzidos em outros carros e animais; e constando-me também que muitos condutores de mantimentos estavam ali parados sem saber a quem entrega-los, nem poder continuar a viagem, uns por estarem com seus animais cansados, e outros por não haver quem lhes garantissem o frete, resolvi sem perda de tempo fazer seguir para Coxim um oficial que tomasse sob sua guarda os víveres que fossem para ali remetidos e desse-lhes conveniente destino” (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 119).

mais as operações militares em marcha seguiam mais ao sul, aproximando-se da fronteira paraguaia.

Destacamos anteriormente que o aumento da demanda e a baixa produção dos agricultores nos ciclos produtivos de 1865 e 1866 provocaram elevação de preços já no primeiro semestre do último ano. O testemunho do soldado, publicado pelo jornal do Rio de Janeiro em fins de 1865, retratava a calamidade das circunstâncias de mercado junto às tropas do exército (o soldado mineiro dizia do valor do açúcar e café a preço de 5\$ o prato; até palha de cigarro era vendida por um *valor imenso*). Mas foi a carestia que se exacerbou pela própria circunstância da marcha e a demora em chegar aos pontos de combates ao sul da província. No que diz respeito às variações dos preços dos produtos em Goiás, elas foram relativas na comparação com o comércio a varejo nos acampamentos das forças expedicionárias.

O testemunho do cidadão goiano que escreveu sobre os negócios na província goiana deixou claro que o sacrifício estava atingindo a todos pela ausência de bens de primeira necessidade: “por amor deles também sofremos a falta de gêneros de primeira necessidade, que em todo este Sul de Goyaz tem atingido preços exorbitantes”, disse o autor da correspondência de Goiás endereçada aos leitores do *Diário do Rio de Janeiro* em 16 de fevereiro de 1866. Mas esse efeito tinha um contexto que vamos agora enfocar. Primeiro os elementos da ausência de produtividade no início do ano de 1866, porque, ao escrever em meados daquele mês, ele fazia uma análise retrospectiva de pelo menos uns seis meses das condições sociais e produtivas que expunha aos leitores do jornal do Rio de Janeiro.

Façamos um percurso entre os textos que retratam o contexto das operações militares no primeiro semestre de 1867, mais precisamente fins de abril, quando o governo imperial enviou para Goiás a carta de demissão do presidente Augusto Ferreira França. Ficou em evidência o relatório que o presidente demissionário escreveu sobre as atividades do executivo goiano e apresentou ao vice-presidente da província de Goiás, desembargador João Bonifácio Gomes de Siqueira

Em sua argumentação sobre os procedimentos relacionados à produção agrícola em Goiás, podemos entender as demandas por alimentos determinadas pelo governo imperial em tempo de guerra. Encontramos também informações sobre o processo produtivo e as expectativas de produção de gêneros de primeira necessidade na província.

Explicando a seu sucessor como conseguiu articular os elementos produtivos, Augusto Ferreira França declarou que isso foi possível a partir do diálogo que a administração provincial estabeleceu com os representantes das municipalidades goianas, que deram voto de

confiança às novas determinações do governo imperial e aos sentimentos de solidariedade diante da causa patriótica.

No ofício que apresentou como referência do efeito que quis dar à articulação das diretrizes do governo imperial em Goiás, ele citou três elementos que se dividiam em atividades sociais nos meios populares das municipalidades goianas: a campanha de voluntariado, as subscrições pecuniárias relativas ao auxílio às famílias carentes de soldados voluntários goianos e o incentivo nas localidades para que os agricultores ampliassem ao máximo as plantações no ciclo produtivo de fins de 1865 e início de 1866.

Buscamos compreender o porquê de não se encontrar uma calamidade social provocada pela escassez de alimentos em Goiás nos anos subsequentes a 1865-66. Nosso destaque é para o fato de que os agricultores goianos se dedicaram a operacionalizar as novas determinações do governo imperial para auxílio alimentar ao exército.

O Brasil há de vencer completamente o Paraguay; mas cumpre que todos os cidadãos se levantem logo como um só homem. Para que a nossa justa vingança seja tão pronta que fulmine o tirano com um só raio. — Em nome dos mais caros interesses da pátria, peço a V.S. que redobre os esforços para dessa localidade o maior número de voluntários — Convém mais que V.S. atenda, e se preste ao que vou ainda solicitar de seu civismo — É tempo de se fazerem as plantações em toda a província; delas depende a abundância no ano próximo futuro; abundância que compensa a carestia do presente ano, e troque a abundância os vexames que a população mais desvalida tem sofrido; abundância que dê para conservarem-se bem fornecidos os celeiros da província e para suprir-se Mato Grosso, onde a penúria vai já se manifestando-se e pelas causas que são assaz conhecidas, pode de um momento para outro desenvolver-se a fome: pois bem, revela que V.S. anime as plantações fazendo ver aos lavradores pequenos e grandes que não devem poupar trabalho para dilatá-la o mais possível (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 129).

O estoque de alimentos que havia nos celeiros espalhados pelas propriedades agrícolas de Goiás — quando foi determinado que seria esta província o principal centro de abastecimento de alimentos para as forças expedicionárias em operação ao sul do Mato Grosso — foi logo direcionado às primeiras operações de compra e remessa de alimentos para os lugares por onde passariam as forças de São Paulo e Minas. Nesse sentido, o excerto citado tratou de incentivar os agricultores de Goiás a contribuírem para que houvesse abundância de gêneros não apenas para abastecer as forças militares, mas também para evitar um desabastecimento geral. A guerra já havia desestabilizado as produções agrícolas em Mato Grosso; portanto, Goiás precisava ajudar com reforço alimentar naquela província. O texto destaca o elemento tempo em termos de urgência quanto à operação dos trabalhos agrícolas, obedecendo o ciclo climático anual.

O documento traz a data de 3 de outubro de 1865. O início das cargas de alimentos nesse período já ia a passos pesados, tal como mostrava a documentação antes referida sobre tabelas de três carregamento de aproximadamente 15.750 quilos de gêneros agrícolas. Com certeza, esses dados resultaram da produção entre fins de 1864 e o primeiro semestre de 1865, quando ainda não se havia colocado em prática as *comissões municipais agrícolas* em Goiás.

A metáfora da distribuição dos cinco pães e dois peixes que usou tinha o objetivo de mostrar a voracidade das demandas, dadas as condições precárias daquela expedição militar. No plano da mobilização interna, os trabalhos das *comissões municipais* para a *dilatação das lavouras em Goiás*, nos meses finais de 1865 e início de 1866, estiveram em pleno vigor nas mentes de *agricultores e cargueiros* goianos, que buscaram colocar em prática as orientações do governo e produzir com abundância. Já mencionamos o movimento das comissões municipais de Bonfim e Anicuns em junho de 1866: mais de 650 arrobas que se dividiram em feijão, arroz, farinha de mandioca e farinha de milho, e tanto mais de 60 arrobas de toucinho. O mercado de compra e remessa de alimentos funcionando naquele período indicava o aumento da atividade agrícola daqueles que se associaram às comissões municipais em Goiás.⁹⁷

Em 14 de abril de 1866, portanto, um pouco antes dos negócios realizados em Anicuns e Bonfim, dois representantes das comissões municipais da Vila de Santa Cruz, João Evangelista da Fonseca e Lino Correia de Souza, escrevem uma correspondência em resposta a uma demanda por alimentos delegada pelo presidente Augusto Ferreira França com data de fevereiro. O texto representava a disposição dos comissionados daquela vila em auxiliar o governo. Percebemos que na localidade se encontrava a solução de um dos gargalos operacionais do governo em conseguir, com rapidez, animais de carga em Goiás.

O termo *abundância de gêneros* é o que se pode ler como destaque da representação social que as demandas do governo em Goiás conseguiram naquele primeiro ano de administração: desenvolver artifícios motivacionais que possibilitassem o envolvimento da

⁹⁷ Sobre o primeiro impacto das determinações do governo imperial quanto à província de Goiás organizar a manutenção da logística alimentar das forças expedicionárias em 1865 e as condições estruturais da articulação produtiva nas municipalidades goianas quando Augusto Ferreira França tomou posse do governo, o presidente tinha uma ideia de como estava o meio social produtivo na província e os contratempos que aquelas determinações colocavam sobre o território goiano. No entanto, disse que bastou um pouco de perspicácia quanto aos horizontes da realidade produtiva e de distribuição dos gêneros alimentícios nas cidade, vilas e distritos de Goiás para fazer duas coisas: incentivar a produção e articular numa só ordem administrativa o conjunto das variedades produtivas que se encontravam espalhadas pela província. “Quando as forças de S. Paulo e Minas tiveram de penetrar nesta província, encaminhando-se para o Mato Grosso, foi necessário aproveitar todos os gêneros que se achavam espalhados pelos diversos lavradores dos distritos de Anicuns, Alemão e dos Rios Verde, Claro, Bonito; e como eles dedicavam-se a pequena lavoura, indeclinável tornou-se criar um grande número de agentes, que se incumbissem de remeter víveres, quer para o depósito nos Bahús, quer diretamente para as forças” (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 117).

população goiana em apoio ao governo imperial em estado de guerra. Lendo a correspondência-resposta dos comissários da Vila de Santa Cruz, encontramos essa *estrutura de sentimento* como superestrutura, a motivação patriótica enraizada no sentimento de solidariedade à causa do país em estado de guerra.

A comissão municipal da vila de S. Cruz, tem a honra de acusar o recebimento do ofício que V.Ex.^a, endereçou-lhe datado de 11 de fevereiro próximo pretérito, comunicando-lhe a grande falta de víveres em Coxim, em virtude das numerosas forças que n'aquela ponto se acham acampadas e que para serem socorridas as forças expedicionárias, indispensável é que por conta e ordem do governo se façam constante remessas de víveres para Coxim, e que simultaneamente os particulares os enviem por sua conta.

A comissão tem o prase de significar a V. Ex.^a, que há nesta vila e seu termo grande porção de milho, arroz, farinha de milho, alguns capados e boas esperanças de uma boa colheita abundante de feijão no tempo natural desta que é o mez de junho próximo futuro.

Acham-se já contratados alguns cargueiros e prontos para seguirem diretamente deste lugar ao Coxim, seguindo d'aqui às Abóboras e d'aí para aquele ponto. Em este termo já existem particulares prontificando-se para enviarem por sua conta gêneros àquele ponto. A comissão porém, pede a V.Ex.^a, para que se digne ordenar a remessa da quantia que julgar necessário para a compra e carretos de gêneros, como assim uma tabela demonstrativa dos preços, pelos quais devem ser comprados. (CORREIO OFFICIAL s/d 1866).

Isso demonstrava a aderência da população agrícola às determinações do governo de Goiás, materializando as intenções do *Ato de 10 de maio de 1865* e das *instruções 919 e 920*, de fevereiro de 1866. Esses atos de governo buscaram organizar a rede de produção, de compra e transporte e armazenamento de víveres e alimentos de primeiras necessidades destinados às forças em operações ao sul do Mato Grosso. Associado a essas modificações do planejamento produtivo em Goiás se encontrava o controle da especulação em torno dos preços dos gêneros alimentícios. Já elencamos algumas situações que diziam respeito a isso, mas nunca havia uma precisão dos valores a seguir nas informações trocadas entre a tesouraria da província, a presidência e o agentes comissionados pelo governo. Isso começou a provocar descontrole da ordem financeira local a partir do aumento da contratação de agentes e sua relativa autonomia para fazer negócios nas municipalidades, dada a urgência da aquisição dos alimentos e, ao mesmo tempo, a distância da comunicação entre o agente e o centro administrativo.

O resultado desse processo eram as contradições que se operavam no comércio de compra e remessa de gêneros⁹⁸, contradições de interesses entre os valores dispostos nos

⁹⁸ No expediente da presidência de 23 de dezembro de 1865 encontramos uma correspondência endereçada a um fazendeiro de nome José Francisco Guimarães, respondendo-lhe sobre a carta enviada por ele no dia 20 do mês anterior. O presidente explicou que autorizou o pagamento da boiada e dos gêneros alimentícios que o fazendeiro havia entregue ao coronel José Antônio da Fonseca Galvão. O texto é só agradecimento ao proprietário que também respondia, em sua municipalidade, pela comissão agrícola. O presidente ainda o estimulou a novos

preços dos alimentos do ponto de vista do governo e aqueles que se manifestavam na vontade dos fazendeiros de Goiás e mercadores em circulação pelo território goiano.

Assim, para que se evitasse a especulação, foram se organizando as instruções para o comércio de gêneros de primeira necessidade em Goiás e o governo, por meio de seu órgão de imprensa e dos departamentos especializados, ligados às rendas provinciais (coletoria) e da tesouraria da fazenda (ordenamento fiscal da província), passou a aprimorar as informações sobre a produção de alimentos e seu mercado na província. Funcionários foram contratados para investigar situações de preços dos principais gêneros comercializados fora de Goiás. Foi o caso de Francisco Athemístio d'Assis que, por um período de 1866, viajou com a missão de estudar as variações dos preços nos mercados de importação e exportação entre Goiás e a região da cidade de *Paracatu e seus subúrbios*. A partir de 1867, regularmente foram publicados quadros dos valores e das mercadorias negociadas no atacado, tomando como referência o mercado da capital.

Abaixo a transcrição do quadro demonstrativo dos produtos comercializados no mercado da capital da província. Os produtos e seus respectivos valores comercializados entre as semanas de 5 a 11 de maio de 1867 foram:

Açúcar (arroba)	7\$000
Rapadura (uma)	\$50??
Queijo (um)	\$500
Toucinho (arroba)	8\$000
Carne de porco (idem)	6\$000
Dita seca de gado (idem)	5\$000
Café	9\$000
Milho alqueire	3\$000
Farinha de Milho idem	4\$000
Dita de mandioca idem	4\$000
Arroz pilado idem	5\$120
Dito com casca idem	2\$000
Feijão idem	4\$000
Mamona idem	6\$400
Amendoim idem	2\$560
Polvilho idem	6\$400
Fumo rolo	9\$000
Aguardente barril	16\$000 (CORREIO OFFICIAL, 18 maio 1867).

negócios e pediu que ele incentivasse os agricultores conhecidos a aumentarem suas plantações: “de novo peço a V.S. que aumente o mais possível as suas plantações e o mesmo conselho ao fazendeiros e lavradores seus vizinhos” insistiu. Entretanto, uma informação sobressai como elemento de especulação dos valores dos produtos vendidos por aquele fazendeiro. Segundo a análise administrativa, o preço apresentado não condizia com a realidade e o fazendeiro teve que receber o valor determinado pela presidência: “Tenho a dizer que mandei pagar-lhe pela tesouraria de fazenda desta província a importância dos boi e gêneros que V.S. vendeu para as forças expedicionárias de S. Paulo e Minas, sendo porém calculado os preços conforme os que determinei em meu ofício [...]” (CORREIO OFFICIAL, 13 jan. 1866).

Esses dados fizeram parte de um projeto criado pela administração de Augusto Ferreira França, de publicação, no *Correio Oficial*, dos preços praticados no mercado em Goiás no primeiro semestre de 1867. Antes, porém, o presidente da província já publicava as variações dos preços nos atacados. Um documento escrito em 2 de dezembro de 1866 por Francisco Athemístio d'Assis relatava uma viagem pela região de fronteira entre Goiás, Minas e Bahia, tomando como referência a cidade de Paracatu (MG), para prestar contas ao presidente dos produtos e gêneros alimentícios de primeira necessidade que se importavam e exportavam entre a cidade de Paracatu e o norte e sul de Goiás.

O longo extenso — quase três colunas de duas páginas do jornal provincial — mostrava o mercado da época. Depois de extensos parágrafos explicando sobre como o povo da cidade de Paracatu conseguiu se reerguer da escassez da produção mineral de aluvião, o que disse ter sido motivado pelo aproveitamento dos rios como escoadouro para seus produtos, destacou que o mais importante foi a diversidade produtiva que ali se instalou e conclamou à compreensão do presidente goiano com essas palavras: “Substitua uma indústria por muitas, seus habitantes alargarão seu comércio em demanda da disposição de seus gêneros de produção e compra dos que seu solo não prestava a conveniente e generosa produção” (CORREIO OFFICIAL, mar. 1867, p. 2). O viajante mostrava a visão de que não existia solo imprestável para se ganhar dinheiro.

Em outros parágrafos, Francisco Athemístio d'Assis detalhou quais os principais gêneros que a região norte de Goiás mais importava do comércio com Paracatu: gado vacum, um pouco de salitre, couro e solas e artigos miúdos. Já o sul de Goiás importava toucinho, legumes e um pouco de gado vacum, pois se dizia que o gado do sul era de melhor qualidade que o do norte. O viajante notificava o governo também sobre as variações de preço que se davam em função do clima. Mostrava que alguns produtos tinham um valor em determinado período do ano e em outras épocas chegavam a dobrar ou triplicar de preço, como no caso do café, que sofria variação de preço em três circunstâncias ao longo do ano: na colheita, no ordinário e no extraordinário.

As variações dependiam da oferta e da demanda, mas naquela época se detectavam elevações e reduções de preços baseados no clima. Era o caso da seca, que sempre levava o café a atingir altos preços. Francisco Athemístio d'Assis foi contratado pelo governo para buscar uma orientação sobre o comércio e os valores dos gêneros de primeira necessidade que circulavam nos mercados para além das fronteiras leste de Goiás naquele ano de 1866. Havia a necessidade de se equilibrar as variações de preços que se apresentavam no cotidiano das

negociações de compra e remessa de víveres pelos agentes do governo e as municipalidades produtivas.

O investigador destacava que os preços cotados em Paracatu não deviam ser tomados como um quadro geral dos valores do que se comercializava nas fronteiras sul de Goiás com Minas Gerais. Entretanto, argumentava que o comércio naquela região demonstrava um padrão regular de preços, que se acomodavam e se tornavam estáveis, considerando as variações do período da colheita e da entressafra.

Os preços dos gêneros importados sofrem alta ou baixa segunda a abundância e demanda, mas nunca atingem a preços fabulosos, e é um fato notado pelos viajantes a excelência e comodidade em preços e gêneros alimentícios na cidade de Paracatu. A cotação dos preços infra o mostrará. Feijão no tempo da colheita mil reis a mil e duzentos reis o alqueire, do meio do ano ao fim, de dois mil réis a quatro; Farinha de mandioca e de milho, 1\$600, preço máximo 4\$000 réis ao alqueire; arroz pilado de 2\$500 a 5\$500 reis ao alqueire; café na colheita 3\$000 reis a arroba, preço ordinário, e poucas vezes chega a seis. Açúcar 1\$600 a 4\$ reis a arroba; aguardente de superior qualidade, barril 28 garrafas 1\$00 a 3\$000 réis; carne verde, régua a libra a 40 reis, às vezes libra e meia por quarenta réis. (CORREIO OFFICIAL, 11 mar. 1867)

O que se infere das análises do viajante contratado para avaliar oscilações no mercado é que o excesso de demanda do governo para suprir as tropas expedicionárias levou à escassez dos produtos e, conseqüentemente, gerou especulação em torno dos preços dos gêneros alimentícios em Goiás no início de 1866. A quantidade de alimentos produzidos e comercializados em Goiás a partir da demanda provocada pela guerra atingiu patamares de dezenas de milhares de arrobas, incluindo grãos, manufaturados (toucinho, farinhas) e gado — este não era vendido por peso e sim por unidade. Esse fato poderia ter provocado uma catástrofe alimentar a curto e médio prazo, se considerado o volume que se produziu a partir de 1866, voltado para o abastecimento do exército imperial.

A escassez de alimento ocorreu, mas foi logo recompensada com os trabalhos das comissões municipais agrícolas. Sem essa atividade previamente organizada pelo governo de Goiás em 1865, as circunstâncias de carência das quais tratou de informar o cidadão goiano, teriam se estendido a patamares incontroláveis. Mais grave, contudo, seriam as condições de fome e penúria descritas nos testemunhos do soldado de Minas e o da província do Rio de Janeiro.

Comparando os valores de alguns produtos comercializados em Goiás no início de 1867 e o que foi apresentado pelo investigador Francisco Athemístio d'Assis, em fins de 1866, sobre o preço do mercado de fronteira entre Goiás e Minas, percebemos que os valores em Goiás eram altos. O impacto da guerra contribuiu para esse fato nos anos de 1865-1867,

quando os preços praticados no mercado da província de Goiás, a partir de 1867, foram publicados pela tesouraria da fazenda no jornal *Correio Oficial de Goyaz*.

Francisco Athemístio d'Assis informou os seguintes preços por ele levantados no mercado de Paracatu em 1866:

Feijão (alqueire)	1\$000 a 2\$000 tempo colheita
	2\$000 a 4\$000 réis entressafra
Arroz pilado (alqueire)	2\$560 a 5\$500
Farinha de milho (alqueire)	1\$600 a 4\$000
Farinha de mandioca (alqueire)	1\$600 a 4\$000

Os preços negociados na semana de 15 a 17 de maio de 1867 no mercado de Goiás eram os seguintes:

Feijão (alqueire)	4\$000
Arroz pilado (alqueire)	5\$120
Farinha de milho (alqueire)	4\$000
Farinha de mandioca (alqueire)	4\$000

O comparativo entre os preços de Goiás e os de Paracatu mostrou elevação em Goiás devido à alta demanda para auxílio às forças expedicionárias (farinha de milho, feijão, arroz pilado e milho). Entretanto, Paracatu se apresentava com melhores condições de produção e escoamento, o que fazia oscilar para baixo o preço dos gêneros alimentícios.

A guerra provocou altas demandas em Goiás e não havia mecanismo de produção e mercado adequados para suprir a logística alimentar que o governo fez imperar sobre as populações agrícolas e criadoras de Goiás. A carência de alimentos no sul da província e a carestia crescente apareciam como catástrofe cada vez que os cargueiros voltavam de Coxim relatando a calamidade que ameaçava, pela fome, a vida dos bravos que lutavam no Mato Grosso. Na província, os problemas se sucediam e o presidente compreendia que a sociedade vivia um *quadro de sacrifício*.

Os preços se elevavam cada vez que uma tropa saía carregando alimentos para as forças expedicionárias e os produtos se tornavam mais escassos nos mercados locais. Entretanto, as comissões municipais em Goiás, desde as orientações do *Ato de 10 de maio de 1865*, e os trabalhos de mobilização por meio das representações políticas municipais e da sociedade civil e eclesiástica se motivaram a não deixar perecer os celeiros de Goiás pela escassez de trabalho e ausência de honra patriótica. Assim, os exemplos foram de empenho no sentido de repor o estoque de 1865 e preparar a distribuição de alimentos para os soldados.

Mais importante do que a comparação dos valores entre o mercado de Goiás e o mercado de Paracatu era a regularidade dos preços e os níveis de oscilação para mais ou para menos no fluxo contínuo dos meses de 1867 para os produtos que os agricultores em Goiás continuavam produzindo para as forças expedicionárias e para o mercado interno. Essa comparação mostrou que o risco de carência alimentar se manifestou em fins de 1865 e início de 1866.

Todavia, os produtores rurais e criadores de Goiás, no mesmo período, assumiram a causa patriótica e se arregimentaram em torno das orientações fundadoras das comissões municipais agrícolas para auxílio ao governo em estado de guerra e buscaram produzir com abundância a fim de suprir ao máximo as necessidades alimentares do exército. Os objetivos podem nunca terem sido alcançados, dada a trágica demanda provocada por aquele modelo militar pelo qual se construía um exército nacional com expedicionários civis. *Uma cidade militar* marchou por dois anos pelos pantanais mato-grossenses e Goiás foi o seu principal celeiro.

Um bom exemplo desse mercado foi o de uma negociação de farinha de mandioca entre o governo e uma fazendeira das imediações da estrada do distrito de Rio Claro e Rio Bonito, Manoela Maria da Silva. No segundo semestre de 1866, o presidente de Goiás escreveu ao comandante do contingente de 1ª Linha de Macha para o Coxim, questionando o pagamento de 11 alqueires de farinha que ela havia disponibilizado.

No expediente de 10 de janeiro de 1866 a atenção da presidência se voltou para a fazendeira. O fato estava relacionado à contribuição de o máximo de farinha de mandioca que ela pudesse fornecer para o batalhão goiano que estaria em marcha em 20 de janeiro. Manoela Maria da Silva mais que dobrou o volume de farinha de mandioca e, quando a tropa passou por sua fazenda em direção a Coxim, não conseguiu carros suficientes para carregar os 24 alqueires de farinha.

Em correspondência oficial endereçada para o comissário de compra e venda de gêneros nas regiões dos distritos de Rio Claro, Rio Verde e Rio Bonito, Vicente Ferreira Ramos de Azeredo, a informação reforçava que todos os produtos por ele adquiridos seriam, a partir daquele comunicado, encaminhados para o depósito de Bahús ou Coxim, revogando os itinerários que se destinavam ao Rio Paranaíba e Rio Claro. E nesse contexto, o presidente insistiu que não se deixasse desperdiçar o montante de farinha de mandioca que dona Manoela havia disponibilizado para auxílio do batalhão goiano de voluntários.

Os quatro parágrafos das novas determinações enviadas em 11 de fevereiro ao comissário Vicente Ferreira Ramos de Oliveira não reclamavam do excesso de farinha de da fornecedora.

D'ora em diante não faço remessa se não para esses dois pontos, porque só n'eles em de ser agora acumulados víveres. Na fazenda de D. Manoela ficou muita farinha, segundo me foi por ela participado, que não pôde ser conduzida pelo batalhão e assim é também preciso que Vm. mande transportá-los para um dos lugares indicados. Trate de fazer seguirem para o seu destino os carros que seu Manoel Victorino da Silva obrigou a expedir para o Bahús. Espero de seu zelo e patriotismo o pontual cumprimento d'estas minhas recomendações (CORREIO OFFICIAL, ed. 00117, s/d 1866).

A negociação foi confirmada pela resposta do governo à fazendeira em 15 de fevereiro, orientando-a a conservar a mercadoria até que chegassem as novas orientações dadas para o comissário do governo:

A D. Manoela Maria da Silva — inteirado pelo ofício que V.S. me dirigiu em data de 1º do corrente mês de que o batalhão goyano de voluntários não precisou dos 24 alqueires de farinha de mandioca, que em virtude de minhas recomendações V.S. havia mandado aprontar, declaro que conserve em depósito até segunda ordem⁹⁹. (CORREIO OFFICIAL, 3 mar. 1866).

Embora os preços estivessem mais altos do que em Minas Gerais, eles se mantiveram estáveis em Goiás nos anos de 1866 e 1867, sem registro de altas abruptas que indicassem escassez. Os preços de feijão, arroz pilado, farinha de milho e farinha de mandioca, os gêneros mais fornecidos às forças expedicionárias, tiveram pequenas ou quase nenhuma oscilação:

Feijão: (alqueire):	4\$000 (semana 5 a 11 de maio 1867)
	4\$000 (semana 18 a 26 de maio 1867)
	3\$000 (semana 18 a 24 de agosto 1867)
	4\$000 (semana 15 a 22 de setembro 1867)
	4\$000 (semana 30 de setembro a 5 de outubro 1867)
	4\$000 (semana 28 de outubro a 3 de novembro 1867)
Arroz pilado:	5\$200 (semana de 5 a 11 de maio 1867)
	4\$000 (semana de 18 a 26 de maio 1867)
	6\$400 (semana 18 a 24 de agosto 1867)
	6\$400 (semana 15 a 22 de setembro 1867)
	6\$400 (semana 30 de setembro a 5 de outubro 1867)
	6\$400 (semana 28 de outubro a 3 de novembro 1867)

⁹⁹ A confirmação do negócio com Manoela Maria da Silva teve sua conclusão com o despacho da presidência nº 280, endereçado ao diretor da tesouraria da fazenda, liberando o requerimento. Podemos calcular 11 alqueires do fornecimento em negociação em fins de dezembro de 1865 e 24 alqueires de farinha de mandioca no fornecimento que fez a fazendeira em fins de janeiro e fevereiro, totalizando 35 alqueires de farinha a um preço de 4\$000 o alqueire, conforme despacho da presidência de Goiás publicado no *Correio Oficial* na edição de 2 de maio de 1866.

Farinha de milho:	4\$000 (semana de 5 a 11 de maio 1867)
	4\$000 (semana de 18 a 26 de maio 1867)
	4\$000 (semana 18 a 24 de agosto 1867)
	4\$000 (semana 15 a 22 de setembro 1867)
	4\$000 (semana 30 de setembro a 5 de outubro 1867)
	4\$000 (semana 28 de outubro a 3 de novembro 1867).
Farinha de mandioca:	4\$000 (semana de 5 a 11 de maio 1867)
	4\$000 (semana de 18 a 26 de maio 1867)
	5\$120 (semana 18 a 24 de agosto 1867)
	4\$000 (semana 15 a 22 de setembro 1867).
	4\$000 (semana 30 de setembro a 5 de outubro 1867)
	5\$120 (semana 28 de outubro a 3 de novembro 1867)

Houve a tendência à especulação logo no início, dada a proporção imediata da demanda por alimentos que o governo passou a contratar nos principais mercados municipais da província: Bonfim, Catalão, Rio Verde, Meiaponte, Santa Luzia e outros pequenos distritos, como Curralinho, Rio Claro, Sant'Ana do Paranaíba e Santa Cruz, mas a maioria dos criadores e agricultores assumiu os propósitos contidos nas instruções e atos administrativos do governo provincial e o plano de se evitar o desabastecimento geral no mercado de gêneros alimentícios.

Depois de 1867, o fornecimento às forças expedicionárias já não fazia sentido e o apoio de Goiás se deu no sentido de enviar alimentos para as populações refugiadas pela guerra, que se encontravam em Cuiabá. Já como presidente demitido em abril de 1867, Augusto Ferreira França explicou a seu substituto João Bonifácio Gomes Siqueira o tema *alimentação pública* em Goiás. Fez um relato de algumas medidas que previra como forma de baratear o preço da carne na capital da província¹⁰⁰. O texto se referia a um projeto de reforma que o presidente apresentou junto à Câmara Municipal de Goiás com o objetivo de reformar o matadouro da cidade ou então transferi-lo de lugar, considerando que ele se encontrava deteriorado e ineficiente quanto ao uso da água do rio Vermelho (a topografia do lugar em que estava não permitia o fluxo de água do rio por gravidade até o local de abate)¹⁰¹.

¹⁰⁰ Em relação ao preço da carne a ser vendida no varejo na capital da província, encontramos a negociação entre o governo e um tenente de nome Manoel Ribeiro da Silva que se disponibilizava ao fornecimento de carne naquele mercado por um preço de \$60 réis o preço da libra. Comparando com o preço de carne bovina negociado no mercado de Paracatu (MG), o preço de Goiás estava \$20 réis mais caro, quando não \$30 réis. Segundo o investigador Francisco Athemístio d'Assis, \$40 réis poderia ser o preço de uma libra e meia no mercado de Paracatu.

¹⁰¹ Toda essa inconveniência, disse, mostrava como resultado um produto de baixa qualidade e caro, justamente pelo desperdício e pouca produtividade. Nessa documentação se inserem a comunicação executiva aos parlamentares municipais e a destes, oficializando uma comissão municipal de avaliação das condições do matadouro por representantes daquela instituição, que constatou a impossibilidade de execução daquela obra justamente porque não havia, nos cofres públicos da província e da Câmara Municipal, recursos suficientes para

O presidente demitido disse, sobre os preços altos do café, do toucinho e do açúcar, que eles atingiram valores elevados em momentos que classificou como *algumas épocas*. Reforçou que essa variação se manteve menos grave em decorrência do esforço das populações agrícolas de Goiás — pelo incentivo das comissões municipais para auxílio às forças expedicionárias — que buscaram desenvolver o aumento da produção e de extensão de áreas plantadas em suas fazendas. São palavras do então presidente demitido, apresentando seu relatório e justificando-se ao seu sucessor e ao público:

Previ logo que assumi a administração, que os grandes fornecimentos que teria a província de fazer a Mato Grosso, os gêneros alimentícios escasseariam extraordinariamente e se produziria aqui uma crise alimentícia, se não se tratasse de aumentar a produção. É intuitivo que tornava-se preciso dilatar as plantações para ser mais abundante a nova colheita, e assim aumentar aqueles gêneros em proporção do consumo que se esperava. Estimular os proprietários agrícolas a tornarem mais extensas as suas lavouras, despertando-lhes o patriotismo e o interesses próprio era o meio que estava nas faculdades da administração e foi o que justamente recorri, dando-lhe todo o **elastero** possível (MEMÓRIAS GOIANAS, 1988, p. 127-128).

Esse foi um dos últimos atos do presidente Augusto Ferreira França ao se despedir de vez da província de Goiás. Suas palavras refletem a subjetividade de sua articulação mental — resíduo do que imaginava no momento em que, sobre o papel e a pena, ponderava as ações que se tornaram a leitura pública de acontecimentos de seu passado. Quando escrevia tais palavras com respeito a seu sucesso, tudo já havia passado, mas a vida social e produtiva da província continuava no fluxo contínuo da *long durrè* (GIDDENS, 2009).

Ele deixava a presidência e sua história ali seria de memórias, mas uma delas insistia em seu texto direcionado ao sucessor: pensar como baratear o consumo de carne na capital da província. Os fundamentos de sua reflexão sobre o conjunto da produção agrícola em Goiás e a demanda de guerra entre 27 de abril de 1865 a 29 de abril de 1867, naquele relatório, tinha uma importante aprendizagem com a subsistência das populações. O administrador, deixou escrito, deveria pensar em como solucionar os gargalos que obstruíam tais perspectivas. A experiência de viver fazendo da província de Goiás um celeiro de guerra havia de deixar alguma leitura sobre o que é bom em termos da qualidade do produto e o preço acessível. O auxílio às populações e ao exército imperial em operação ao sul do Mato Grosso permitiu que ele deixasse isso transcrito nos textos de suas correspondências oficiais e relatórios de prestação de contas das atividades de um homem público da época: uma visão que se estruturou no tempo de 24 meses.

iniciar o empreendimento de melhoria de produção de carne e seu barateamento, de acordo com as orientações de Augusto Ferreira França desde que tomara posse da presidência em 27 de abril de 1865.

Tomamos aqui a contribuição da teoria social da ação de Anthony Giddens sobre extensão e estruturação da relação *tempo-espaco*: no tempo da chegada, como deixou escrito em sua *fala* aos deputados goianos (1º de junho de 1865), considerava-se sem os dotes necessários para administrar uma província do sertão.

Em 29 de abril de 1867 publicou seu último relatório público, um texto extenso no qual destacou o tempo de experiência e a segurança da reflexão última de seus feitos administrativos em Goiás. Tempo de experiência que adquiriu pela insistência de suas determinações quanto à causa patriótica destinada a Goiás: o auxílio às demandas por alimentos em favor das forças expedicionárias brasileiras em Mato Grosso. Reafirmou a importância do apoio das lideranças e gentes da agricultura e da criação que permitiram as execuções públicas do governo naquela tarefa patriótica.

Esses objetivos tinham que ser compartilhados nas municipalidades de Goiás e por todas as pessoas que pudessem se oferecer a esse serviço. Tinha sido essa a sua tônica inicial. Com palavras que evocaram o compromisso cívico patriótico, viu sentido na determinação do esforço coletivo como um plano de ação política: “Exortei as Câmaras municipais, as comissões patrióticas que nomeassem aos lavradores dos distritos agrícolas a envidarem os mais sérios esforços para o aumento das plantações” (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 128)

O ex-presidente já tinha sido homenageado em setembro de 1866, quando a Assembleia Legislativa de Goiás publicou um *voto de confiança* por parte dos representantes goianos. O texto foi assinado pelos deputados provinciais Caetano Nunes da Silva, Paulino de Souza Lobo, José Honorato da Silva e Souza, João Fleury de Campos Curado e Luiz Gonzaga Confúcio de Sá.

A homenagem foi feita pelos assinantes porque entenderam que o presidente foi um líder na missão de comandar os feitos de Goiás como província responsável pela logística alimentar junto ao Império em estado de guerra — característica também salientada nas frases poéticas de José Ignácio, ao dizer que o presidente não poupou esforços para ajudar a vencer o inimigo e ao mesmo tempo ampliar a produção agrícola em Goiás.

Escolhido vossa Ex. pelo gabinete de S. M. o Imperador, quando o inimigo externo se erguia ameaçador e sanguinário, para administrar esta província, V. Ex. não tem poupado esforços nem fadigas para perfeitamente desempenhar o seu difícil mandato, já conseguindo por meio suasórios que dentre os goyanos marchasse um avultado e garboso contingente para se incorporar às forças expedicionárias que se destinam à província de Mato Grosso à debelar os inimigos com que estamos em renhida luta; já proporcionando às mesmas forças os recursos necessários à sua manutenção com a remessa constante de gêneros alimentícios, e já finalmente desenvolvendo melhoramentos morais e materiais da província. (CORREIO OFFICIAL, 1 set. 1866).

O baile de 2 de julho de 1866, por onde iniciamos essa trajetória do sentido dado pela poesia dos feitos públicos do presidente Augusto Ferreira França foi apenas um de muitos bailes realizados em função das atividades da administração pública na província. Um desses momentos foi destaque no noticiário do *Correio Oficial* na edição de 6 de maio de 1866. A informação dizia respeito a um baile muito concorrido na cidade de Goiás. O título da notícia era *O dia 27 de abril de 1866*. Foi o dia da chegada de Augusto Ferreira França como novo presidente goiano. Organizado por um grupo de funcionários, lideranças políticas, militares¹⁰² e juizes de direito de algumas comarcas do interior da província, não foi realizado no teatro São Joaquim. Os organizadores solicitaram ao presidente o palácio do governo de Goiás para dar mais *brilhantismo* ao evento.

Na noite de 27, as salas do palácio ricamente decoradas e iluminadas com todo brilhantismo, regurgitavam de convidados... Essa reunião foi indubitavelmente uma das maiores, mais pomposas e animadas que tem havido nesta capital, concorrendo quase 90 senhoras. Tendo sido habilmente dirigida, durante ela reinou a mais estreita harmonia e cordialidade. Sua Exc., nessa noite, deu mais uma prova de sua fina educação, mostrando afabilidade e acolhendo a todos com suma delicadeza. Dançou a primeira quadrilha com a Ex^a Sr^a D. Maria Glória de Souza Fleury, esposa do Sr. Dr. João Augusto; à 2^a com a Ex^a Sr^a D. Augusta Henriqueta de Campos Fleury, a 3^a com a Ex^a Sr^a D. Thomazina Nunes da Silva, filha do Sr. Major João Nunes. Dançou depois com outras senhoras. Durou tão agradável reunião até as 5 horas da manhã seguinte. (CORREIO OFFICIAL, ed 00133, s/d. 1866).

A homenagem dos deputados goianos no segundo semestre de 1866 reforçava que Augusto Ferreira França conquistara a população goiana graças ao zelo das atividades de guerra e da ordem provincial naquelas circunstâncias políticas, econômicas e sociais. Foi sua primeira oportunidade de administrador. Havia, depois de eleito deputado provincial da Bahia, assumido a direção da 3^a Seção da Secretaria da Presidência daquela província (1862-1864), dali presidente de Goiás, quando o país entrava em guerra contra o Paraguai.

Retomemos a primeira e a terceira estrofes da poesia declamada no baile de 2 de julho de 1866 e que se referiu não apenas ao indivíduo homenageado, mas também ao povo da província, sua cultura, sua história:

Os feitos que a história marca
Nos seus feitos gloriosos

¹⁰² O segundo parágrafo da matéria informou que a ideia do baile foi pensada e organizada pelos principais funcionários públicos da capital e do interior de Goiás. Os nomes principais citados foram: “doutor Evaristo da Cintra, chefe de polícia, Dr. João Augusto de Pádua Fleury, juiz de Direito, Bento José Martins Menezes, inspetor de tesouraria, coronel Antônio José de Castro, comandante superior da Guarda Nacional, Doutor Jerônimo José de Campos Curado Fleury, juiz de direito da comarca do Rio Maranhão e major João Nunes da Silva, diretor das rendas provinciais” (CORREIO OFFICIAL, ed. 00133, s/p, p. 3).

São feitos de cedro e d'ouro
Feitos sempre luminosos. [...]

E para bem dos Goyanos
Governa sem ter queixosos
Rende cultos à justiça
Regenera os criminosos.

A primeira estrofe denota o sentimento de admiração que também foi demonstrado pela Câmara Municipal. Já a segunda estrofe não condiz com a realidade quanto à experiência dos desafetos públicos. O primeiro semestre de 1867 trouxe a experiência da interrupção do poder de Augusto Ferreira França. Em 29 de abril daquele ano, ele entregou as chaves do gabinete presidencial ao desembargador João Bonifácio Gomes Siqueira, vice-presidente de Goiás.¹⁰³ A província de Goiás passou então por um momento de reorganização das lutas políticas internas, pois o representante direto do governo imperial deixava a cadeira presidencial e, enquanto aguardavam outro indicado da corte para presidir a província, os grupos políticos locais se apoderaram momentaneamente da condução direta do destino administrativo provincial.

O desembargador João Bonifácio Gomes de Siqueira assumiu a administração provincial por um período de um ano e cinco meses, quando foi substituído por Ernesto Augusto Pereira em 10 de outubro de 1868 e seu governo foi até 6 de outubro de 1870. O período de tempo entre o fim da administração de Augusto Ferreira França até 1º de março de 1870, quando a guerra terminou, foi de distanciamento administrativo, militar e socioproductivo (o fim das *comissões municipais*) do movimento beligerante na província de Goiás.

O relatório apresentado à Assembleia provincial pelo desembargador João Bonifácio em 1º de setembro resumiu as informações sobre a guerra: *quartel militar em ruínas*, morte do capitão dos voluntários goianos da pátria, *Vicente Miguel da Silva*, e *muitos praças mortos* de cólera; tudo isso detalhado em poucas linhas. Sobre a *força de linha*, explicou que em 1º de

¹⁰³ Enquanto isso, naqueles meses de abril e maio, as forças expedicionárias brasileiras, em operação ao sul da província de Mato Grosso, terminavam sua marcha inglória, retornando do ataque inútil ao território paraguaio. No momento de fuga, contaminados pelo vírus da cólera a tropa foi fragilizada potencialmente, inibindo qualquer possibilidade de recuperação; muitos morrem e 130 pessoas são abandonadas na mata do *cambaracê* pelo comando militar, dado o estágio mortal avançado da doença e as precariedades daquela força militar em salvar a todos. Falecem de cólera o alto comando, Carlos de Moraes Camisão, e o fazendeiro mato-grossense José Francisco Lopes (o guia Lopes), como também o seu filho. Morreu de cólera o militar de Goiás, o capitão Miguel Vicente da Silva e tantos outros, como podemos verificar no testemunho de Visconde de Taunay.

julho daquele ano havia extinto o Comando Militar de Goiás, seguindo ordem do Ministério dos Negócios da Guerra.¹⁰⁴

Mais distante da guerra se encontrava a administração de Ernesto Augusto Pereira. Em 1º de julho de 1869, o seu relatório nada trouxe de relevante sobre o avanço militar em terras paraguaias, apenas que havia dificuldades de comunicação e comércio desde a interrupção provocada pela guerra.¹⁰⁵ Sobre o interior da província, reclamava aos deputados que a situação da força de linha era precária a ponto de não poder dar segurança aos coletores de rendas numa das municipalidades da província, Santa Maria de Taguatinga.

3.7 Goiás se distancia da guerra: considerações conclusivas

O fim da administração de Augusto Ferreira França não estava relacionado ao fim da primeira fase da guerra e não há documentos que explicitem o motivo de sua saída de Goiás em 2 de julho de 1867. O *Correio Oficial* deu a notícia em poucas palavras. Uma nota de 19 linhas, divididas em dois pequenos parágrafos, informava o horário de saída, às dez horas da manhã, e o nome de algumas personalidades (o desembargador João Bonifácio e o diretor de polícia) que o acompanharam até um ponto distante da cidade, à beira de um rio chamado *Bacalhau*.

O segundo parágrafo do texto do jornal buscou a expressão do sentimento coletivo que evocava sua trajetória de liderança junto à população goiana.

O Exm. Sr. Dr. Augusto Ferreira França deixa no coração dos bons goianos as mais vivas saudades, filhas não só das mais preciosas pessoas de S. Ex^a como dos relevantes serviços que s. Ex^a. prestou à província durante o longo período dos dois anos de sua administração (CORREIO OFFICIAL, 3 jul. 1867).

O comando geral da Tríplice Aliança só mudou no segundo semestre de 1867, após a organização da força de contra-ataque à ofensiva paraguaia ao sul da província de Mato Grosso. Goiás então se distanciou da guerra e deslocou seu comando geral para as cidades de

¹⁰⁴ O título do item é *Força de linha* e não passa de sessenta palavras suas explicações sobre a extinção do comando militar de Goiás. As três primeiras linhas descrevem assim: “Por aviso do ministério da guerra de 8 de maio último foi extinto o comando militar desta província que era exercido pelo coronel de Estado Maior de artilharia Luiz Guilherme Woolf” (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 175).

¹⁰⁵ O item de onde extraímos essa informação tem a ver com o fluxo de navegação nos rios de Mato Grosso e Goiás. O penúltimo parágrafo destaca: “Logo que findar a guerra aparecerá de novo o comércio com Corumbá e pela facilidade de comunicação e barateza dos preços dos gêneros que são importados do rio da Prata, tomará essa navegação incremento e muitas vantagens trará a esta província, especialmente ao município de Rio Verde, que mais próximo fica de Coxim” (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 225).

Corumbá, Nioaque e Cavalcante, sob o comando de José Vieira Couto de Magalhães, indicado presidente da província de Mato Grosso em 1866.

Goiás passou então a vivenciar as memórias da guerra. Muito ainda se falava em Augusto Ferreira França, que poeticamente aparecia como o presidente que “para o bem dos goianos, governa sem ter queixosos”. Mas as queixas apareciam, sim, e o exemplo mais claro disso está nas palavras de João Fleury Alves de Amorim, que demonstrou satisfação pelo fim do governo de Augusto França. Descrito como inútil para a atividade pública, em decreto do então presidente, que o demitiu da função de segundo suplente de delegado da capital, João Fleury publicou no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, um artigo bastante crítico.

Publicado em 30 de julho de 1867, o artigo era um desabafo do ex-suplente, que havia sido demitido em 25 de janeiro de 1867 “a bem do interesse público”. O real motivo da demissão era, segundo o autor do artigo, o fato de ele ter concorrido, pela oposição, a cargo eletivo nas eleições daquele ano. O texto, intitulado *Goyaz*, tentou derrubar a imagem de um governante tido como progressista, a partir de uma crítica pessoal.

Fui por muitos anos suplente de delegado e nunca o bem público implicou-se comigo. Exerci muitas vezes as atribuições de delegado, antes do Sr. França houvesse saído da 4 seção da secretaria da Bahia para a cadeira presidencial de Goiás: e sempre mereci a confiança daqueles por meus legítimos superiores. Agora aparece-me por aqui o Sr. França a dizer com sua habitual grosseria — demitido a bem do serviço público —, quando eu não estava em exercício do cargo. Como é que é o bem do serviço público exigia a minha demissão, se eu não estava nesse serviço? Esta só podia sair da cachola apoquentada de um presidente demitido a bem do serviço público e por falta de confiança do governo e do país, perante os quais o Sr. França os a literalmente descreditado. Basta ver-se a data de minha demissão para conhecer-se qual foi sua causa; considere-se que teve ela lugar oito dias antes do 3 de fevereiro, e ficará patente que não foi a bem do serviço público a sua origem, mas sim da eleição. É sabido que eu era um dos candidatos do eleitorado da oposição [...] e eis o negócio mais claro que a luz de meio dia. Quanto à falta de confiança, tenho orgulho de declarar que com isso me sinto honrado, porque não é nenhum tipo invejável o merecer a confiança do Sr. Augusto Ferreira França. Eu acho mais bonito não merecê-la (JORNAL DO COMMERCIO, 30 jun. 1867).

A questão política já havia se tornado um elemento de divergência em torno do governo de Augusto Ferreira, causada principalmente por demissões no segundo semestre de 1866. O então presidente demitiu o padre Joaquim Vicente de Azevedo do cargo de administrador da tipografia e redator do *Correio Oficial* em 9 de agosto de 1866, José Ignacio de Azevedo do cargo de inspetor paroquial em 15 de outubro de 1866 e o bacharel Antônio Félix de Bulhões Jardim do cargo de promotor público da comarca da capital em 29 de dezembro de 1866.

Uma vez destituídas de suas funções públicas, essas pessoas passaram a liderar a oposição. Quando João Bonifácio Gomes de Siqueira assumiu a presidência da província, em 29 de abril de 1867, para um mandato de um ano e meio, foi procurado pelo grupo, que pedia a revogação das demissões. O novo presidente não aceitou o pedido. Nem José Ignacio de Azevedo, afilhado do padre Joaquim Vicente de Azevedo — o mesmo que proclamara a poesia sobre os feitos do presidente Augusto Ferreira França, em 2 de julho de 1866 — foi aceito de volta.

O bacharel Antônio Félix de Bulhões, um dos demitidos, também escreveu um artigo, chamado *Goyaz*, no *Correio Mercantil* em 15 de setembro de 1868. O texto sintetiza a principal ideia que o autor quis transmitir para o entendimento dos leitores na província sobre os negócios políticos em Goiás desde que Augusto Ferreira França deixara o poder em Goiás.

Nas análises que fez da conjuntura de oposição que se instalara em Goiás, o bacharel afirmava que os rumos da oposição política eram dados pelo jornal *Monitor Goyano*, criado pelo grupo do padre Joaquim Vicente de Azevedo em 1868. Esse grupo, segundo o bacharel, dificultou a vida política em Goiás e chegou ao ponto de o padre Joaquim Vicente de Azevedo ser descrito como um *carbonário* ou adepto de práticas ideológicas que se aproximavam da proposta literária de Paulo de Kock.¹⁰⁶

Segundo Antônio Félix de Bulhões, o padre tomou gosto pela política de cargos públicos em Goiás, conseguindo, para si e para seus afilhados, empregos nas repartições públicas desde o governo do presidente José de Assis Mascarenhas em 1841. Sobre a vida de oposicionista do padre, ele afirmou, no artigo publicado no *Correio Mercantil*:

Quando em 1865 o Dr. Augusto Ferreira França tomou conta da província, exercia este padre os seguintes cargos: professor interino de latim do respectivo lyceu, administrador da typographia provincial e redator do *Correio official*, finalmente o de inspetor geral da instrução pública; todos por nomeação do mesmo sr. Desembargador Gomes de Siqueira; e porque se prevalecesse destes empregos para ostensivamente trair a administração do Sr. França, foi por este destituído de todos aqueles cargos [...] e consigo arrastou também seu afilhado de nome José Ignacio de Azevedo, o qual foi igualmente exonerado dos de provedor do hospital de caridade

¹⁰⁶ Escritor francês (nasceu em 1793 e morreu em 1871). Sua literatura foi perseguida pelo clero católico por considerar suas ideias imorais aos costumes cristãos no século XIX. Entretanto, textos seus foram publicados em periódicos brasileiros. O romance *Edmundo e sua prima* foi publicado em 1839 nas tiras do *Jornal do Commercio*. A pesquisadora em estudos literários Alessandra Pantoja Paes o classifica como um literato popular na França e considera a importância do estudo sobre sua produção literária no Brasil, dada a quantidade de publicação de seus textos nos periódicos brasileiros no Oitocentos. “De fato, a pesquisa sobre o autor, sobretudo em trabalhos que se propõem a investigar a circulação, leitura, recepção e escrita de romances no Brasil em séculos mais recuados como o XVIII e XIX demonstraram que Paul de Kock foi um romancista extremamente popular durante o Oitocentos não apenas em seu país de origem, bem como em grande parte do mundo, onde foi lido, sobretudo, por intermédio de traduções. [...] o escritor aparece com frequência em anúncios de livrarias e catálogos de bibliotecas no Brasil, geralmente entre os romancistas franceses com maior número de títulos” (PAES, 2013, p. 16).

desta cidade [...] Tais intrigas forjaram padre e afilhado, afim de terem companheiros de infortúnio, que conseguiram colocar em oposição àquele ex-presidente o Dr. Antônio Félix de Bulhões Jardim, moço hábil e filho de uma das mais distintas famílias da província, o qual, apesar dos pesares, foi exonerado do dito cargo. Este bacharel que conta pessoas importantes de sua família e alguns amigos, reuniu-se então ao major Abreu e aos parentes destes, aos quais se juntaram ao padre Joaquim Vicente de Azevedo e seu afilhado, formando assim naquele tempo um numeroso partido aqui denominado — popular —, tendo por órgão o *Monitor Goyano*, em oposição à administração do Sr. Dr. Augusto Ferreira França e a reeleição do conselheiro Dr. André Augusto de Pádua Fleury (CORREIO MERCANTIL, 15 set. 1868).

Os feitos de Augusto Ferreira França em seus dois anos à frente da administração da província de Goiás nos levam à consideração de que o movimento político foi intenso no sentido da organização das determinações do governo imperial quanto ao auxílio alimentar, tornando-se a província o principal celeiro das forças expedicionárias em operação no sul do Mato Grosso. Ao mesmo tempo, a província vivia uma conturbada relação política entre o poder progressista e os conservadores.

O presidente da província, sustentado pelo poder moderador, não tinha mandato eletivo e, por isso, dependia da correlação de forças que se estabelecia em Goiás. Era destituído do cargo sob o termo “demissão”, como dizia, em artigo, João Fleury, o suplente de delegado. Ironizando sobre sua própria demissão, ele publicou no *Correio Oficial* de 1867, número 180, que dizia: “*Presidente demitido à bem público*”.

Texto do jornal *O Goyano* de 25 de julho de 1868 nos leva a concluir que a demissão de Augusto Ferreira França não ocorreu, no entanto, por causa das disputas políticas na província, embora tenha sido grande a pressão do partido popular comandado pelos demitidos inconformados. O *Goyano* afirmou, em sua edição de 15 de setembro de 1868, que o vice-presidente não aceitou revogar as decisões do seu antecessor quanto aos empregos daqueles cidadãos goianos.

Tomando o Sr. Desembargador conta da administração, aparecerão logo empenhos, cada qual mais impertinentes, no sentido de serem reintegrados o Dr. Bulhões, padre Joaquim Vicente, e seu afilhado José Ingácio nos cargos de que haviam sido exonerados pelo Sr. Dr. França. Estas reintegrações importavam em outras tantas demissões nos que haviam sido nomeados por aquele ex-presidente, e não havendo contra eles motivo plausível para tais demissões, e achando-se esses atos fora do seu programa de administração, o Sr. Desembargador Siqueira resistiu aos empenhos, e continuou a manter todos os atos de seu antecessor [...] Convictos o Dr. Bulhões, padre Joaquim Vicente e o seu afilhado José Ignacio de que não eram reintegrados, e mais ainda certo de que o partido popular a que pertenciam não se prestava a fazer oposição à nova administração, separaram-se do mesmo, e resolveu a trindade e sob a capa de correspondentes de jornais da corte missivas caluniosas contra a administração daquele desembargador, que corria e corre mansa e pacífica, como até hoje, sem a menor oposição na província (CORREIO MERCANTIL, 15 set. 1868).

O texto do jornal deixou transparecer que a oposição na província se dava menos por questões políticas e mais por sentimentos pessoais e familiares dos funcionários demitidos pelo ex-presidente. A administração de França, confirmada pelo seu sucessor como um legado, tende a reforçar a *estrutura de sentimento* que se manifestou na criatividade do poeta que, enamorado dos feitos do então presidente, se dispôs, à lisonja das palavras, mostrar o quanto o presidente foi importante para Goiás em termos de liderança. Importante lembrar que foi naquele momento que a província passou a ter destacada participação na guerra como celeiro das tropas do exército brasileiro.

O esforço em prol dos trabalhos em Goiás para alimentar as forças expedicionárias foi poetizado como *pedestal de cedro e d'ouro*, configurando uma metáfora das ações de liderança de uma província que teve sua história marcada pela contribuição às tropas do exército brasileiro. Quando afirma: “E para bem dos Goyanos/ Governa sem ter queixosos”, o poeta não contava com a queixa dos revoltosos por causa das demissões, inclusive a dele.

A documentação que trata do período de governo de Augusto Ferreira França em momento algum desmerece suas ações como líder capaz de empreender logística militar, tanto do ponto de vista da guerra em si como da participação popular no que se refere à produção agrícola capaz de alimentar as tropas em Mato Grosso.

No próximo capítulo vamos percorrer a documentação que mostra rastros possíveis de como as coisas aconteceram no plano do apoio humano de Goiás, alistamento, marcha das tropas e a participação das forças goianas na *Retirada da Laguna*, representada na narrativa de Alfredo de d'Escagnolle Taunay sobre o 20º Batalhão de Infantaria de Goiás.

Ele deixou esse excerto como testemunho:

Estava o solo coberto dessa perigosa gramínea que atinge a altura de um homem, e a que chamam de macega, e cujas hastes duras e arestas cortantes tornam, e em muitos lugares do Paraguay, a marcha tão penosa. Transpusemos o Apa em frente a Bela Vista; o 20º de Infantaria de Goiás formava a vanguarda, sob o comando do capitão Ferreira de Paiva (TAUNAY, 1963, p. 59).

O testemunho de Taunay confirma a presença das forças goianas nas batalhas ocorridas no Baixo Paraguai. Tomando como referência esse relato, apropriamo-nos do tempo que o antecedeu desde os primeiros eventos organizativos em Goiás quanto aos preparativos das forças expedicionárias naquele território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Nosso empenho em desenvolver esta pesquisa teve como objetivo maior buscar entender no âmbito da historiografia como foi o processo de inserção da sociedade goiana no mundo social da Guerra do Paraguai, tomando como prerrogativa as orientações do governo brasileiro no primeiro semestre de 1865. Os decretos imperiais 3371 de 7 de janeiro e 3383, de duas semanas depois, no dia 21 adequaram a legislação brasileira para o alistamento de voluntariado da pátria e a partir dali tanto o cidadão comum quando o militar da guarda nacional eram convocados para o serviço patriótico em defesa dos interesses nacionais, depois do ataque da República do Paraguai ao território sul da província de Mato Grosso. Para a província de Goiás o império imediatamente designou o total de 490 militares¹⁰⁷ como um teto inicial da mobilização, este era o *tributo de sangue goiano*. “o primeiro problema com que os exércitos devem se defrontar é o do suprimento de sua matéria-prima fundamental, os combatentes” (MENDES, 2010, p. 33).

Vimos que a província de Goiás ofereceu mais que os 490 militares para o teatro de guerra em Mato Grosso. Conforme dados oficiais do governo provincial, apresentado pelo presidente Augusto Ferreira França em 1º de agosto de 1866, *marcharam para o teatro de guerra* 1038 praças. (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 83). Podemos acrescentar nesse número um total de aproximadamente mais 10 porcentos, considerando os militares que atuaram como comissários de compras de víveres e serviram na segurança dos depósitos de Bahús, Rio Claro, Rio Verde e Coxim nos primeiros 3 anos de movimento de tropas e víveres que saíram do território goiano, em direção às forças expedicionárias brasileiras naqueles três primeiros anos da guerra. Nesse aspecto, começamos as considerações finais abordando o enfoque que trabalhamos no terceiro capítulo desta tese: o impacto social que a deflagração da Guerra do Paraguai provocou em Goiás a partir de 1865.

No âmbito dessas considerações, investigamos como as operações militares em Goiás estiveram associadas também ao apoio da logística alimentar. Nesse sentido, compreendemos

¹⁰⁷ A Historiadora Zildete I. O. Martins na parte de sua pesquisa em que trata de explicar sobre as *primeiras providências* para fins de recrutamento na província de Goiás no ano de 1865 assim declara depois de apresentar documentos das principais municipalidades goianas que primeiro organizaram as *comissões municipais*, depois do decreto província de 10 de maio daquele ano, assim explica ela: “Para o atendimento dessas exigência, o governo de Goiás iniciou a nomeação das comissões municipais, através do ato de 10 de maio de 1865, encarregando-os de promover o recrutamento para os corpos de voluntários e fazer uma subscrição publica destina a socorrer as famílias indigentes ou menos amparadas, do Guardas Nacionais e voluntários que marchassem para a guerra” (MANTINS, 1983, p. 58).

as demandas do império perante a sociedade goiana no plano de aperfeiçoamento das safras agrícolas e o maior empenho das administrações políticas entre 1865 e 1867, principalmente, em suprir a carência de víveres e transportes das forças expedicionárias brasileiras. No primeiro semestre de 1865 lemos do relatório do desembargador João Bonifácio Gomes de Siqueira, em 27 de abril, o que tinha ordenado o Ministério dos Negócios de Guerra. Era para que a província se preparasse para o abastecimento junto às tropas militares que estavam se organizando em Minas Gerais. O título do tópico é: *Socorrimento às forças da província de Minas* (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 59). Em 1º de agosto de 1866, o então presidente da província Augusto Ferreira França em seu relatório, explicava aos deputados províncias os trabalhos junto à produção agrícola nas municipalidades goianas entre o segundo semestre de 1865 e o primeiro semestre de 1866. O Tópico desse discurso se intitula: *Fornecimento de víveres às forças em operações ao sul de Matto Grosso* (MEMÓRIAS GOIANAS, 1998, p. 86).

Destacamos sobre base documental que a presença da guerra no meio social goiano se manifestou nos segmentos da administração pública, nas operações militares internas e externas à província, da organização das comissões municipais, celebrações litúrgicas, passeatas militares e procissões religiosas. Nesse aspecto, a partir daqui se estende uma compreensão mais particular do evento Guerra do Paraguai em sua dimensão territorial e do mundo social que as implicações daquela provocaram na ordem imperial: ampliou os horizontes provincianos do mundo social goiano e expôs as fragilidades do projeto nacional do II Império quanto à integração territorial do litoral com o interior do país, diríamos, das terras que se estendiam para além do rio Paranaíba referendada via o olhar das cidades de Uberaba (Minas Gerais), de Campinas (São Paulo) e do centro político nacional (Rio de Janeiro): as terras dos sertões de Goiás.

A Guerra do Paraguai mostrou esse desconhecimento na marcha dos primeiros batalhões organizados em São Paulo e Minas modificando o percurso de Uberaba à Coxim passando pela Vila das Dores do Rio Verde naquele segundo semestre de 1865: sem estradas, sem logística de transporte adequada, seguia o comando militar para o teatro de guerra recebendo alimentos produzidos pelos agricultores e fazendeiros goianos. Os depósitos de Bahús, de Coxim foram abastecidos com gado, cavalhada, cereais e sal tudo organizado nas dependências do Palácio Conde dos Arcos na cidade de Goiás e articuladas via as comissões municipais nas demais cidade, vilas e distritos goianos. Como declaramos, em Goiás a guerra abriu as veias do território forçando uma rede de mercado e transporte que se intensificou no

segundo semestre de 1865 e se estendeu, de forma regressiva a partir de 1867 - depois do fim das operações militares ao sul do Mato Grosso em junho daquele ano - até o fim da guerra, quando a cidade de Goiás deixa de ser o centro da organização, sendo esta alocada pelo governo da cidade de Cuiabá, na segunda fase da guerra, quando o contra-ataque às forças paraguaias v]ao ocorreu a região do alto Paraguai e a retomada pelas forças nacionais da vila de Corumbá e região.

Em nossa operação historiográfica em termos de apresentação das implicações históricas que a deflagração do ataque das forças paraguaias ao sul da província de Mato Grosso representa o ponto crucial da história. A fragilidade do governo imperial quanto a capacidade de contra-ataque, depois que as forças militares de Francisco Solano López bloquearam o acesso do poder e da comunicação do Rio de Janeiro com a cidade de Cuiabá. Nesse vazio político, surge a cidade de Goiás como centro administrativo das operações militares no interior do país: para as armas do império naquele evento o governo imperial demandando junto à população goiana *tropas e víveres*.

Feito essas considerações, nos organizamos em apresentar o resultado da investigação a partir do sentido de *compreensão e explicação* do passado via a memória e a insistência humana em fazer do passado – os símbolos que representam o ausente – um percurso contínuo e presente. E isso se faz com esforço *mnemônico*, como nos escreve Paul Ricoeur (2007) a partir da filosofia de Aristóteles nos explicando diferenças entre o que nos vem como lembrança e o que surge dos nossos esforços de recordação (individual e coletiva). Desse modo, nosso primeiro capítulo quis representar essa opção interpretativa do evento guerra em Goiás a partir do que ela incorreu no fluxo contínuo do tempo e do distanciamento que aquela sociedade contemplou, por exemplo, desde o fim das operações militares em junho de 1867, no episódio que Alfredo d’Escagnolle de Taunay demarcou como *A retirada da laguna*.

Com aquele evento, os remanescentes das forças militares goianos se dispersaram em meio ao flagelo daquela operação de guerra. A partir dali a província de Goiás se distancia do evento guerra em termos de presença efetiva nos rumos das operações militares como vimos no terceiro capítulo. Entretanto, o evento guerra se estende no meio social goiano pela memória e via este recurso humano é que tomamos como prova residual dessa realidade as comemorações civil, militar e religiosa em torno da bandeira dos voluntários goianos da pátria, em 23 de setembro de 1870. Desde o início daquele ano as populações das províncias litorâneas do país já comemoravam o fim da guerra, mesmo antes da morte de Francisco Solano López em 1 de março daquele ano: as comemorações estavam sempre ligadas ao

retorno dos militares, sempre recebido com festejo populares nas principais cidades das províncias do império.

A província de Goiás não contemplou essa realidade, justamente pela ausência dos batalhões goianos no percurso final da guerra. O que a população pode contemplar, nesse caso, no esforços das lideranças política, militares e religiosas em Goiás naquelas comemorações imperiais se configurou na lembrança dos voluntários goianos da pátria via o retorno da bandeira de seu batalhão, que estava disperso na cidade de Cuiabá e de lá foi realocado com o louvor da população da cidade de Goiás na celebração do retorno da bandeira, naquela tarde de 23 de setembro de 1870, em frente à catedral da matriz de Sant'Anna. Nesse celebração a memória da guerra surgia como *uma busca ativa* RICOEUR (2007) dos indivíduos que ali se encontraram reunidos, cultuando a bandeira dos voluntários em seu retorno para o altar da matriz, como descreve o padre Irias Serradourada na *ata diocesana*, documento que nos serviu de rastro inicial de nossa imaginação historiadora contemplando os acontecimentos de guerra em Goiás, via os recursos cognitivos de *compreensão e explicação* historiográfica.

Nessa operação buscamos incorporar outro gênero de fonte literária: o romance histórico. Buscamos nessa modalidade de discurso sobre o passado uma fonte de inspiração histórica como nos descreve o historiador Tiago Araújo em suas análises quanto ao exercício historiográfico em diálogo com a literatura de ficção. Ele compara a literatura a um chafariz saciando a sede de imagina do historiador em suas possibilidades analíticas quanto toma para si modelos explicativos da História que permitem diálogo com o romance, com a literatura de ficção. Essa inspiração se mostra tal qual diz:

Assim sendo, tomamos a literatura de guerra em Goiás exposta em dois romances: *Os voluntários*, de MAC (1880) e *Sombras em marcha: na vivência da fuga*, de Rosarita Fleury (1983) e a partir deles e do contexto em que os mesmos foram construídos como narrativa histórica, buscamos compreender os recursos teóricos e metodológicos da História Cultural e sob a orientação do eixo de acomodação institucional da nossa pesquisa: a linha de investigação *poder, sertão e identidade* estabelecer as conexões históricas que sustentam o discurso literário sobre o passado guerra em Goiás buscando nesse discurso pistas de compreensão das razões históricas que motivaram aqueles projetos literários. Nosso trabalho sobre isso foi adequado na parte dois do primeiro capítulo, ali, nos explicando, em temos teóricos e metodológicos para fins de compreensão histórica daquelas fontes e objetivando a ideia de tê-las *como testemunho histórico*. Retomando a análise de Tiago Araújo, nos

apropriamos dessa colocação conclusiva de seu trabalho para nos aproximar do que pensamos desenvolver no segundo capítulo desta tese. Diz ele:

Portanto, a literatura funcionou como uma espécie de chafariz para os interessados em produzir versões sobre o passado. Os discursos ficcionais podem trazer aos historiadores sugestivas maneiras de relacionamentos sociais marcados pelos literatos que ansiosos por compreender suas próprias épocas, criam tipos sociais cuja origem parece estar em seus aguçados olhares de analistas comportamentais. (ARAÚJO, 2012, P.268).

Com o excerto acima nos despedimos do romance de Rosarita Fleury para nos dedicarmos ao romance de MAC. Essa prerrogativa se aproxima do que nos propomos a perceber a literatura mais próxima do tempo do evento passado a qual ela toma como proposta de enredo. Além do mais, tem o elemento indicativo das análises realizadas na primeira parte do primeiro capítulo *a Guerra do Paraguai em Goiás e o tempo da memória*. No projeto literário de Rosarita Fleury essa discussão se esvazia dada a ausência do propósito de construção literária voltada para a preservação dos atos de comemoração e memória. Tanto mais, distancia o projeto literário de Rosarita por não se encontrar no próprio tempo que o historiador Tiago Araújo nos descreve acima no sentido da criação imaginativa do autor no próprio tempo do evento passado que narra.

Nesse caso, MAC ao escrever o romance em 1880 tanto o faz em termo comemorativos especificamente para uma efeméride do evento guerra em Goiás – 15 de maio de 1865, saída da primeira tropa de voluntários goianos da pátria em direção ao teatro de guerra, tanto quanto o faz no tempo cultural e social do II Império, mas ainda quando naqueles idos de 1880, o movimento político nacional já sinalizava para os estertores das instituições monárquicas e a Guerra do Paraguai sinalizou relevantes questionamentos para os fundamentos da monarquia brasileira. Esse último período nada tem a ver com a relação direta do romance de MAC, justifica apenas o sentido da configuração do tempo do evento de sua escrita, o início da década de 1880.

No bojo dessas circunstâncias nos apropriamos da narrativa de MAC para perceber o que o mesmo construiu como projeto literário um discurso sobre o passado e como o mesmo o fez evocando os elementos da sociedade que viu surgir ao seu redor daquilo que justificava uma narrativa histórica (testemunho) em sua imaginação estética sobre a província de Goiás e o império brasileiro em contexto de guerra. As personagens em conflitos numa municipalidade do interior da província de Goiás nos denota a ideia do que percebia ser os limites territoriais extensivos do império brasileiro naquele contexto de guerra, quando as forças nacionais marcharam do litoral até o sul do Mato Grosso sem os recursos do

conhecimento territorial adequado em termos militares para um efeito de contra-ataque e defesa de suas fronteiras distantes.

Goiás se encontrava no meio desse percurso e de Goiás marcharam soldados voluntários. Seu romance é uma homenagem aos voluntários goianos da pátria. Entretanto, seu romance não trata do teatro de guerra, das operações militares nos campos de batalha. Seu romance trata da guerra de interesses e ambições humanas em meio ao mundo social das classes dominantes e dos proprietários latifundiários do século XIX em Goiás. Em meio a essas circunstâncias as crises de valores morais, como a contração das personagens Honório e suas *ambições fáusticas* (BERMAN, 2007) e o juiz João Carlos e seu temperamento sombrio, enrustido e não menos nefasto para com aqueles mais frágeis (a personagem Laura e família e sua amiga Elisa, a vítima do ego avassalador de Honório. Como cenário de fundo: propriedades e riquezas no horizonte das ambições deste último. Nosso diálogo em termo de *perspectiva histórica* (WILLIAMS, 2011) com a tradição histórica nesse *olhar aguçado* (ARAÚJO, 2012) se faz com Fausto (GOETHE, 1987) mediado com o ensaio de Marshall Berman discutindo esta literatura alemã do século XIX com os desafios do mundo moderno. Nesse caso, a Guerra do Paraguai surge em Goiás como um elemento fáustico na interpretação de MAC pois ao retirar a dupla de irmãos voluntários de Bonfim, ele fez surgir no cenário social daquela sociedade imaginada uma guerra de interesses que – motivada pelo surgimento da guerra – se fez uma outra crise humana na vida das famílias do fazendeiro José Correa e o agricultor Anselmo. Que fez surgir amor e traição nos planos da felicidade conjugal que se operava no mundo cultural de uma sociedade provincial do século XIX. Nesse plano, nosso diálogo com a obra de MAC se mostrou ilustrativa do modo de se viver numa província do interior de Goiás quando esta se mostra integrada ao futuro da ordem nacional naquele contexto do império brasileiro em estado de guerra. MAC se sobressaiu nesse fundamental literário e seu projeto memorial se mostra em nossa *compreensão e explicação* historiográfica relevante fonte de inspiração e imaginação histórica daquele passado goiano.

REFERÊNCIAS

Fontes

ASSIS, Machado. **Iaiá Garcia**. MINISTÉRIO DA CULTURA. Fundação Biblioteca Nacional do Livro.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O vento de agosto no pé do ipê**: escritos do sertão. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL. Carta de Lei de 25 de março de 1824. Poder Executivo. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

A Guerra do Paraguai: nossa grande guerra. Documentário. The History Channel Latin America, LLC, 2015.

Relatório do Ministério dos Negócios da Guerra. 2º Visconde de Camamú, data de 8 de maio de 1865.

Relatório dos governos da Província de Goyaz de 1864-1870. Memórias Goianas X. Goiânia: Editora UCG, 1998.

Programa História da UNIVESPTV. Tema: **História e literatura**. Entrevista com Sidney Challhoub, maio de 2015.

Periódicos

Correio Oficial de Goyaz, edição 00036, data 14 de setembro de 1870.

Correio Paulistano, edição 02698, data 21 de maio de 1865.

Correio Paulistano, edição 02655, data 30 de março de 1865.

Correio Paulistano, edição 02629, data de 26 de fevereiro de 1865.

Correio Oficial de Goyaz, edição 00142, 7 de julho de 1866.

Correio Oficial de Goyaz, edição 00134, 14 de julho de 1866.

Jornal do Commercio, edição 00257, 16 de setembro de 1865.

Correio Oficial de Goyaz, edição 00033, 25 de abril de 1875

Diário do Rio de Janeiro, edição 00008, data de 9 de janeiro de 1866.

Diário do Rio de Janeiro, edição 00004, data 5 de janeiro de 1866

Correio Oficial de Goyaz, edição 00112, data de 13 de janeiro de 1866.

Correio Oficial de Goyaz, edição 00111, data 10 de janeiro de 1866.

Correio Oficial de Goyaz, edição 00116, 10 de fevereiro de 1866.

Diário do Rio de Janeiro, edição 00039, 15 de fevereiro de 1866.

Correio Oficial de Goyaz, edição 00122, 21 de março de 1866.

Diário do Rio de Janeiro, edição 00073, 25 de março de 1866.

Correio Official de Goyaz, edição 00113, data 17 de janeiro de 1866.

Correio Official de Goyaz, edição 00117, s/d.

Correio Official de Goyaz, edição 00118, data 3 de março de 1866.

Correio Official de Goyaz, edição 00114, data????

Correio Official de Goyaz, edição 00115, data 31 de janeiro de 1866.

Correio Official de Goyaz, edição 00127, data de 10 de abril de 1866.

Correio Official de Goyaz, edição 00121, data

Diário do Rio de Janeiro, edição 00155, data de 30 de junho de 1866.

Diário do Rio de Janeiro, edição 00075, data de 28 de março de 1866.

Correio Official de Goyaz, edição 00141, data 4 de agosto de 1866.

Correio Official de Goyaz, edição 00130 sem dia – maio de 1866.

Correio Official de Goyaz, edição 00081, data de 18 de maio de 1867.

Correio Official de Goyaz, edição 00175, data de 11 de março de 1867.

Correio Official de Goyaz, edição 00132, data 2 de maio de 1866.

Correio Official de Goyaz, edição 00187, data.....

Jornal do Commercio edição 00210, data de 30 de julho de 1867.

Correio Mercantil, edição 00254, data de 15 de setembro de 1868.

Periódicos referentes ao 2º capítulo

A Tribuna Livre, edição 00020, data 15 de maio de 1880.

A Tribuna Livre, edição 00021, data 29 de maio de 1880.

A Tribuna Livre, edição 00023, data 5 de junho de 1880.

A Tribuna Livre, edição 00025, data 19 de junho de 1880.

A Tribuna Livre, edição 00029, data 17 de julho de 1880.

A Tribuna Livre, edição 00030, data 21 de julho de 1880.

A Tribuna Livre, edição 00037, data 11 de setembro de 1880.

A Tribuna Livre, edição 00039, data 25 de setembro de 1880.

A Tribuna Livre, edição 00041, data 8 de outubro de 1880.

A Tribuna Livre, edição 00043, data 23 de outubro de 1880.

A Tribuna Livre, edição 00044, data 30 de outubro de 1880.

A Tribuna Livre, edição 00045, data 6 de novembro de 1880.

A Tribuna Livre, edição 00048, data 27 de novembro de 1880

A Tribuna Livre, edição 00049, data 4 de dezembro de 1880.

A Tribuna Livre, edição 00051, 18 de dezembro de 1880.

A Tribuna Livre, edição 00052, 24 de dezembro de 1880.

A Tribuna Livre, edição 00053, 31 de dezembro de 1880.

A Tribuna Livre, edição 00002, 15 de janeiro de 1881

A Tribuna Livre, edição 00011, 19 de março de 1881.

A Tribuna Livre, edição 00012, 26 de março de 1881.

Jornal do Commercio, edição 00013, data 13 de janeiro de 1865.

Correio Oficial de Goyaz, edição 000184, data 14 de junho de 1867.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Bauru (SP): Edusc, 2007.

ARAÚJO, Tiago Gomes de. **A identidade nacional brasileira na Guerra do Paraguai (1864-1870)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

ARIAS NETO, José Miguel; GARCIA, Gabriel Ignacio. A imprensa como soldado da Tríplice Aliança e do Paraguai: guerra total e desumanização do inimigo. In: Ana Paula Squinelo (org.). **150 anos após - A guerra do Paraguai**: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Campo Grande: Editora da UFMS, 2016, v. 1. p. 251-273.

ANKERSMIT, Frank. Historiografia e pós-modernismo. **Topoi**, v. 2, n. 2, p.113-135, 2001.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa e Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BARBOSA, Renilda Miranda Cebalho. **Boatos**: prática cultural na Guerra do Paraguai (1864-1870). Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

BARBUDA FILHO, José Egídio Gordilho de (2º Visconde de Camamu). **Relatório do Ministério dos Negócios da Guerra**, 8 de maio de 1865. Disponível em: <brazil.crl.edu/bsd/u2210/000011.html> Acesso em: 2 dez. 2017.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRANCO, Lena Castello. **Belíssimo** livro (18 maio 2015). Disponível em: <<https://www.dm.com.br/cultura/2015/05/belissimo-livro.html>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 3.371**, de 7 de janeiro de 1835. Crêa Corpos para o serviço de guerra em circunstâncias extraordinárias com a denominação de - Voluntários da Pátria -, estabelece as condições e fixa as vantagens que lhes ficarão competindo. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 3.383**, de 21 de janeiro de 1865. Manda destacar 14.796 guardas nacionais dos diferentes corpos, não só para defesa das praças, fronteiras e costas do Império, como para o serviço de guerra no Estado do Paraguai. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3383-21-janeiro-1865-554522-publicacaooriginal-73146-pe.html>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

BRASIL. **Lei nº 1.220**, de 20 de julho de 1864. Fixa as forças de terra para o ano financeiro de 1864 a 1865. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=542851&tipoDocumento=LEI-n&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 12 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.819**, de 5 de junho de 2013. Inclui o dia 2 de julho de 1823 entre as datas históricas do calendário de efemérides nacionais. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=588195&id=14371293&idBinario=15612810&mime=>>>. Acesso em: 14 out. 2017.

BRASIL. **Lei nº 16**, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

CANO, Jefferso. Machado de Assis historiador. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. **A história contada**: capítulos da história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. **Taunay viajante**: construção imagética de Mato Grosso. Cuiabá: EDUFMT, 2013.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney. **História e literatura**: entrevista concedida a Mônica Teixeira (5 maio 2015). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=e5jnTFQg6as>>. Acesso em: 12 set. 2016.

CHALHOUB, Sidney. Entrevista concedida a Atilio Bergamini Júnior. **Organon**, Porto Alegre, v. 28, n. 55, p. 203-218, 2013.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. In: MENEZES, Marcos Antonio de (org.). **História, cultura, sociedade e poder**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2015.

CHARTIER, Roger. A verdade entre ficção e história. In: SERPA, Élio Catalício et al. (org.). **Narrativas da modernidade: história, memória e literatura**. Uberlândia (MG): Edufu, 2011.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Clausewitz**: trecho de sua obra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

COMISSOLI, Adriano. Ajudado por homens que lhe obedecem de boa vontade: considerações sobre laços de confiança nas forças militares luso-brasileiras no início do oitocentos. In: MUGGE, Miquéias H.; COMISSOLI, Adriano (org.). **Homens e armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX**. 2. ed. (e-book). Disponível em: <<http://oikoseditora.com.br/files/Homens%20e%20armas-E-BOOK.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

CRESTANI, Jaison Luís. A materialidade da literatura: a inscrição do romance Iaiá Garcia no "Folhetim do Cruzeiro". **Machado de Assis em linha**, v. 6, n. 12, p. 46-65, 2013.

DALMOLIN, José Vicente. **Guerra do Paraguai**: Campanha no Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://guerradoparaguaimatogrossodosul.blogspot.com.br/2017/05/o-caminho-final-da-retirada-da-laguna.html>>. Acesso em: 28 set. 2018.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder. Os sertões de Goiás: um novo mundo sem Colombo em Apontamentos de viagem de Joaquim Antônio Leite Moraes (1880-1881. In: COSTA, Cléria Botelho da; RIBEIRO, Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante (org.). **Fronteiras móveis, culturas, identidades**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2013.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: a formação do patronato político brasileiro. 10. ed. Vol. 1 e 2. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FLEURY, Rosarita. **Sombras em marcha**: na vivência da fuga. Goiânia Indusgraf, 1983.

FREITAS, Liliane de Brito; SAMPAIO, Consuelo Novais. **França, Augusto**. Disponível em: <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/priemria-republica/França%20Augusto.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2016.

GARCIA, Ledonias Franco. **Goyaz**: uma província do sertão. Goiânia: Câne Editorial/Editora PUC-Goiás, 2010.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

GOETHE, Johann Wolfgang Von. **Fausto**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSAWN, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

IZECKSOHN, Victor. **O cerne da discórdia**: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do exército. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2002.

JAMENSON, Frederic. **Pós-modernismo**: a lógica do capitalismo tardio. 2. ed. São Paulo: Ática, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

LUFT, Marcos Vinícios. É verdade tudo quanto alega o suplicante: os pedidos de insenção do serviço militar durante a guerra cisplatina (1825-1828). In: MUGGE, Miquéias H.; COMISSOLI, Adriano (org.). **Homens e armas**: recrutamento militar no Brasil – século XIX. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2013 (e-book). Disponível em: <<http://oikoseditora.com.br/files/Homens%20e%20armas-E-BOOK.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. Entre a medicina, a política e a poesia: a trajetória do Dr. Antonio da Cruz Cordeiro na província da Paraíba na segunda metade do oitocentos. **Saeculun**, João Pessoa, v. 33, p. 299-318, 2015.

MARROU, Henri-Irenee. **Do conhecimento histórico**. Lisboa, Editorial Aster, 1968.

MARTINS, Zildete Ignacio de Oliveira. **A participação de Goiás na Guerra do Paraguai (1864-1870)**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1983.

MENDES, Fábio Faria. **Recrutamento militar e construção do estado no Brasil imperial**. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

MIRANDA FILHO, Orlando de. Depois da queda: a província de Mato Grosso após a derrocada do forte de Coimbra durante a Guerra do Paraguai (1864-1868). In: QUINELLO, Ana Paula (org.). **150 anos após - A Guerra do Paraguai**: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Campo Grande: Editora da UFMS, 2016, v. 2. p. 150-170.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária**: poesia e prosa. São Paulo: Cultrix, 1987.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. **Do corpo Místico de Cristo: irmandades e confrarias na capital de Goiás 1736-1808**. Goiânia: Editora da UFG, 2012.

MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. Bilhete à Rosarita Fleury (texto de orelha). In: FLEURY, Rosarita. **Sombras em marcha**: na vivência da fuga. Goiânia Indusgraf, 1983.

NASCIMENTO, Zida Augusta do. Um herói da Guerra do Paraguai. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás Nº 1. Goiânia: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado de Goiás/Gráfica de Goiás – Cerne, 1972.

NEVEZ, Lucia Maria Bastos das; MACHADO, Humberto Fernandes. **O império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PAES, Alessandra Pantoja. Das imagens de si ao mundo das edições: Paul de Kock, romancista popular. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Pará, Belém 2013.

PALACIN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna Moraes. **História de Goiás**. 6. ed. Goiânia: Editora da UCG, 1972.

PARSONS, Talcott. **A estrutura da ação social**: um estudo de teoria social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes. V. 1: Mashall, Pareto, Durkheim. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

PEDROSA, Fernando Velôso Gomes. Soldados do infortúnio: a infantaria brasileira na Guerra da Tríplice Aliança. In: RODRIGUES, Fernando da Silva; PEDROSA, Fernando Velôso Gomes (org.). **Uma tragédia americana**: a Guerra do Paraguai sob novos olhares. Curitiba: Prismas, 2015.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, S.P.: Editora da Unicamp, 2007.

RIOS, Guido Manini. La guerra civil uruguaya (1863-1865) y la formacion de la tríplice Alianza. In: RODRIGUES, Fernando da Silva; PEDROSA, Fernando Velôso Gomes. **Uma tragédia americana**: a Guerra do Paraguai sob novos olhares. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

RODRIGUES, Marcelo Santos. **Guerra do Paraguai**: os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROJAS, Eduardo Hirohito Nakayama. Causas de la Guerra de la Tlíplice Alianza. In: RODRIGUES, Fernando da Silva; PEDROSA, Fernando Velôso Gomes. **Uma tragédia americana**: a Guerra do Paraguai sob novos olhares. Curitiba: Prismas, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: espaço e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O império em procissão**: ritos e símbolos do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SILVA, Valma. Historiador conta curiosidades sobre a luta pela independência na Bahia. **Globo**, 2 jul. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/independencia-da-bahia/noticia/2015/07/historiador-conta-curiosidades-sobre-luta-pela-independencia-na-bahia.html>>. Acesso em: 20 out. 2017.

SOARES, Rodrigo Goyena. Gênese dos veteranos da Guerra do Paraguai. In: RODRIGUES, Fernando da Silva; PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. **Uma tragédia americana: a Guerra do Paraguai sob novos olhares**. Curitiba: Prismas, 2015. p. 129-164.

SQUINELO, Ana Paula. **A Guerra do Paraguai, essa desconhecida: ensino, memória e história de um conflito singular**. Campo Grande: UCDB, 2002.

SUN-TZU, Sun Pin. **A arte da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

TAUNAY, Alfredo D'Escagnolle (Visconde de Taunay). **A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011b.

ANEXO.

Romance **Os voluntários**

Autor: Alferes Manoel Cavalcante de Albuquerque. Pseudônimo MAC.

Fonte: Jornal A Tribuna Livre (1ª coluna, página 2). A partir da edição 00020. Data 15 de maio de 1880. Ano III – Goyaz.

Transcrição: José Atanásio de Souza Filho.

PARTE 1.

O magnífico e deslumbrante rei do dia, descambando ligeiro para as bandas do ocidente, dava uma luz assas brilhante ainda que de espaço em espaço era toldada pela imagem muitas vezes fantástica de alguma bruma que movendo-se na imensidade, tangida pela força dos ventos, fazia aparecer em tais ocasiões a doce sombra que tanto contenta o cansado viajero com sua tez tostada pela ardência dos calores tropicais.

Era uma belíssima tarde do mês de agosto de 1865. Estamos n'um extenso chapadão; vastos campos onde vegetam pingues pastagens; e desdobram ante a vista do viajante extático e contemplativo; direis imenso mato verde claro, onde abundam salpicos e manchas e artísticas de lindo e aveludado azul-ferrete. Grotas sem números, de onde manam cristalinos ribeiros, veem-se de um lado e outro do dorso do extenso chapadão que no ocupa e que divide as águas de duas abundantes vertentes.

Uma lista de três a 4 metros de largura de uma terra vermelha, barrenta nos tempos pluviais e extremamente fina e sutil e por isso pulverulenta quando nas secas, formam a estrada que segue ao longo do espigão e desenvolve caprichosamente, às vezes, curvas e zig-zags, qual uma gigantesca serpente que vai, bem a seu comando no caminho do antro que serve de guarida.

Estamos na Província de Goyaz, na estrada que conduz ao Rio de Janeiro, ao sul das selváticas brenhas que cobrem o imenso espaço de 2 léguas e por cujo centro atravessa a estrada das referidas matas virgens que fazem pasmar o viajante à vista de sua magnificência e pujança de vegetação, a qual deram a nossos avoengos o apropriado nome de Mato Grosso.

Avista-se ao longe, na estrada, uma pequena nuvem de poeira que mal deixa divisar uma parelha de cavaleiros, mas que lhes fosse próximo reconheceria que eram dois guapos rapazes de muito pouco anos. Eram dois irmãos, Bernardo e Pedro, e à primeira vista qualquer reconheceria este aproximado parentesco, com quanto aquele contasse já seus 22 anos, e este tivesse apenas 18.

Iam tristes, ou pelo menos mergulhados em conversação assaz séria para quem começava a carreira dos trabalhos humanos.

Esses dois moços cheios de nobre entusiasmo, procuravam a capital da província para se alistarem debaixo da bandeira da pátria sob o título de voluntários.

É sobre a separação da família, a vida que vão levar como soldados e das simpatias que deixam, que se entretém nesse momento.

- Para bem longes terras vamos nos enfiar, dizia Bernardo – e quem nos dirá quando voltaremos.

É verdade! ... e quanto me pesa o pensar que podemos levar muito tempo extraviados por – esse mundo de Deus!

- Oh! Bem te entendo. Mais que eu, tens poderosos motivos para desejareis uma volta breve, estala-te o coração de saudades quando ainda ontem deixamos Bomfim?

- E tu? Não estimas alguém?

- Eu? Ora... só nossa família. Quanto ao mais são conhecimentos por sua natureza efêmeros; já nem me lembro.

- Não posso dizer o mesmo e confesso-te que não ires afrontar os perigos da guerra, eu só por dever, eu só, não ia.

- Pões então acima do amor pátrio, sentimento sagrado, essas paixões pelas moças?

- Não creia em tal, mas eu sei cá... sem ser em tua companhia não tinha ânimo para deixar meu pai, minha mãe e a minha boa e interessante Elisa...

- Bem me parecia! Pois creja: esta guerra não de ser eterna e com gosto chegarás em casa... e demais, voltaremos, se Deus quiser, juntos e farás o que desejas.

- Se o consentisse meu pai, já o havia feito; malditos preconceitos de família me tem impedido.

- E que fazias tu; casava?

- E então que querias que fizesse?

-Essa é boa! Aos 18 anos não se casa, é-se menino ainda, e como pensas nisso, nem sei! ...

- Ah Bernardo! Se ouvisses o que me disse Elisa ao despedir-me dela, de certa tinhas pena de mim; de mim que aqui vou mais por vergonha de voltar que por amor a pátria.

- Então que te disse? ... Que não voltarias mais; que ias morrer no Paraguay, ou então que te casarias com alguma sobrinha do López, ou ainda que te prenderia aos atrativos de alguma descendentes da filhas Cádix?

- Nada, nada disso.

- Pois conte-me que anseio por saber.

- Conheces Honório? Sim, bem o conheces – Primo de minha bela, foi educado na roça, não possui o fino trato dos cortesãos; ainda assim como bem sabes, não deixa de ser um esbelto moço, e de ter maneiras delicadas, e junto a tudo isto, meu irmão, um coração de fera! Desde seus mais verdes anos que sente uma paixão devoradora por sua prima, quando criança trataram casamento, mas Elisa só fizera por criancice, ao passo que ele tomou o negócio a sério. Ela, quando descobriu a intenção, jamais lhe dispensou éticos que me um d'aqueles olhares magnéticos que me faziam o ente mais feliz da terra. Honório porém que visa-lhe o dote, pois que José Correa não é pobre, meteu-se em cabeça que havia de casar-se e agora...

Embargou-se-lhe a voz e não pôde continuar.

- Coragem, menino ... depois?

- E agora que vamo-nos embora, continua Pedro comovido – declarou a sua prima que o campo ficava livre e que casar-se-ia, porquanto José Correa aceita-o gostoso para genro!

- Para um enamorado, realmente, não foi uma boa nova; e que providências tomastes?

- Eu ... que podia fazer? Recomendei a Laura, nossa irmã, que a vigiasse, que a auxiliasse com seu espírito. São muito amigas; por seu intermédio, saberei o que por cá se passa. Quem mais poderia ajudar-me? Sou um menino, todos dizem! O tempo me curará, disse minha mãe. Tudo se conspira contra mim.

- Sou inteiramente da opinião de nossa boa mãe: o tempo te curará.

- Confrangindo-se-lhe o rosto, empalidece e um suor copioso inunda-lhe a face e, sem que desfaça-se em pranto, correm-lhe duas grossas lágrimas.

Bom será que ele me cure! ... dizia o apaixonado mancebo e curvando a cabeça sobre o peito, continua a tanger para frente o cavalo que já vai bem cansado, pois que caminha desde pela manhã.

Parte II

Voltemos a Bomfim, cidade d'onde partiram os jovens Voluntários da Pátria. Seu pai, velho de 52 anos, amigo de seu país, como pouco o são, faz sugerir no ânimo dos filhos o desejo de serem pela pátria que fora ludibriada pelo déspota do Paraguay. Instiga-os, mostra-lhe o dever de todo o cidadão que vê seu país natal em uma guerra onde está empenhada a honra do seu monarca e decide-os a partir em demanda da capital, para onde escreve seu Anselmo, pedindo para cada um dos filhos um lugar nos corpos que se organiza para as operações da campanha.

Homem de mediócrs haveres, residia n'aquela cidade, alternando com sua fazenda, onde passava, às vezes grande parte do ano. Com poucos escravos, pouco também fazia nos seus trabalhos agrícolas.

Era laborioso, inteligente, honrado e extremamente zeloso do nome de sua família.

Em anos passados residira nas proximidade do litoral e mesmo morara algum tempo no Rio de Janeiro, onde deu alguma educação a seus filhos, que eram de idade de poder recebe-la. Laura, por exemplo, bela moça de vinte anos, aprendera ali francês, música, desenho &; e tão hábil se mostrara como pianista que merecera bastantes aplausos.

Dona Joaquina, mulher de Anselmo, seguia-lhe as opiniões como se pensassem pela mesma cabeça. Dotada de um gênio essencialmente bom e extremamente carinhosa, era adorada por quantos a conheciam. Se alguma vez o Sr. Anselmo a consultava sobre alguns de seus negócios, tinha a habilidade de saber-lhe a opinião e manifestava-se por aí, de sorte que o bom velho não tiveram em seus 26 anos de casado, um dia em que se achasse em oposição com sua mulher e vice-versa.

Laura era o ídolo da família; os pais, irmãos e domésticos estudavam-lhes os desejos. Formosa e algum tanto instruída, para o sertão que habitava, deslumbrava nas reuniões a que costumava frequentar o velho Anselmo com sua honrada e simpática família.

Ao partirem os moços voluntários, ficara a família desolada e muito profundamente se carpia; porém, alma grande, cheia de entusiasmo e compenetrado da nobre missão que recaia sobre seus filhos. Anselmo a todos consolava e mesmo dizia:

- Não me passasse tantos os janeiros e mostrar-lhe-ia se eu mesmo não iria ou não manejar uma carabina no exército imperial!

Que! Pois haverá brasileiro que tenha coração e, podendo, não se abalance, por si só, ou por seus filhos para esta guerra a sermos provocados?

Sem desmentir um dia seu modo de pensar, cheio de nobreza e digno de seu distinto caráter, muito concorreu para que outros moços se alistassem para o serviço da guerra; e também não poucos de seus amigos o taxaram em face de fanatismo, e mesmo de doido.

E por falar em amigos, o círculo dos seus era grande e entre eles achava-se o Sr. José Correa, que vamos apresentar benévolo leitor, pois tem de tomar parte nesta modesta narrativa.

Vindo de Portugal em tenra idade, crescera no Brasil e casara-se no Bomfim com uma senhora dali. Era negociante e possuía alguma coisa que se parece a uma fortuna n'aquelas alturas; encontrá-lo-ão sempre pronto a dispor de vinte contos de réis.

Naturalizado cidadão brasileiro, quando ainda moço metera-se e, eleições e em consequência disso fizeram-no capitão da Guarda Nacional.

Faziam imenso cabedal do seu posto e, não obstante, comerciante, precisava a mundo passar procuração e ia de visitar o tabelião dizendo para seus botões:

- São uns vinténs que gasto; mas quem entenderia a minha garatuja?

E não se serve da faculdade da lei, única causa de melhor que possui um capitão da Guarda Nacional – passar procuração de próprio punho!

É que o nosso Correa quase não sabia ler; grosseiro e em extremo severo com seus filhos era olhado mais como espantalho do que como pai de família – quatro filhos tinham, mas a única crescida era Elisa, a quem Correa estimava mais a seu modo.

Vamos ao ligeiro retrato de José Correa.

Pequeno de estatura. Sobra-lhe em compensação o gordo abdômen; testa mais ampla, pois que é universalmente calvo; uns olhinhos amarelos e trêfegos aparecem brilhando sempre ligeiro; nariz ave de rapina e enorme pés e mãos.

Raspa o bigode e tem muita barba. Tem de 48 a 50 anos.

Eis aí o homem.

É em sua casa onde trata-se com alguma magnificência, que vamos encontrar as pessoas que vimos de apresentar.

Trata-se do empreendimento dos voluntários e mais de uma lágrima rebelde já se fez aparecer. Honório ali está também.

Estão em conversação animada, na qual é acremente censurado o Sr. Anselmo por ter, assim a modo de pai que não presa seus filhos, mandando-os para a guerra. É Correa quem encrespa, e o Sr. Defende-se com calor.

- É boa! Diz ele – que digam tudo de mim, vá! ... porém que perdi o juízo, que sou fanático, por haver mandado meus diletos filhos para a campanha, é coisa que não posso tolerar! Diga-me cá amigo:

Quem tem por dever oferecer o peito às balas quando o Brasil é assim vilmente acometido?

Serão as mulheres? Eim.? ...

- Não digo e jamais direi tal coisa. Mas que fossem outros. Tantos peralvilhos e vagabundos há por aí que melhores soldados seriam ...

- Melhores? Quem lhe diz que vagabundos e outros que tais serão mais valentes defensores do país? ... Melhores que meus filhos?

Diz-me cá a consciência que hei de vê-los condecorados, em suma, cheios de glória, entrarem pela casa adentro.

- Mas Sr. Anselmo, uma coisa lamento... porque não tem querido ser dos nossos da Guarda Nacional? Seria agora, no caso em questão, de muito proveito. Não haviam os meninos de assentar praça de soldado raso... – e acentuou estas palavras – Seriam senhores cadetes – se eu os tivesse... se fosse meus filhos, eram cadetes...

- E o que valem os cadetes?

- São oficiais nas honras, meu caro amigo.

- Pois os meus bravos, deixem-me chama-los assim, serão muito bons soldados, estimados mais que tais cadetes e hão de ser oficiais... Oh se hão...

- Deus o ouça, não o desejo menos; contudo melhor fora que fossem privilegiados... estavam livres do castigo, que ainda vem do Reino... Castigo da espada! É bárbaro, mas é preciso e na guerra, por dá cá aquela palha, dão-se de espada nos soldados! ...

Corrêa interrompeu-se por um grito de sua filha.

Todos correm para ela, desperta-lhe Laura os vestidos, e Eliza branca, com seus olhos fixos, coberta de suor, era vítima de um leve acesso nervoso.

Sua alma dilacerada por aquela separação do amado de seu peito não pôde ouvir tranquila aquelas expressões de seu pai. Apareceram-lhe na mente as provações que vai passar Pedro, e acompanha com interesse as palavras dos dois velhos, mas nunca lhe figura na ideia o pensar que seu querido estivesse como soldado, sujeito e mesmo por qualquer circunstância no caso de ser ignominiosamente castigado, como se faz ao mais íntimos corneta.

Queria-o coberto de bordados, oficial, general, enfim: era sua fantasia.

Por isso ao vê-lo por seu pai, exposto o castigo corporal, deu um grito abafado e ficou prostrada e sem sentidos, por um instante.

O Sr. Anselmo, o único que não se atrapalha, corre a procura de um entendido, por não haver médico na terra. As velhas gritam, e Laura abraça-se com sua amiga e o velho Corrêa procura um vidro de éter em um armário próximo, mas tão enlejado que o não encontra.

Já sobrecarregada de emoção, inexperiente, e ouvindo tão materiais palavras, proferidas por seu pai, também ferida pelo golpe que despedaçava seu coração.

Nesse tempo entram umas mulheres que moravam na vizinhança e vem desalinhas saber que novidade ocasionara os gritos que ouviram.

- Senhor, tenha bondade de nos dizer o que havia que tanto gritaram agora mesmo? Está doente alguém?

- Esta minha filha, diz Dona Henriqueta, sofreu um passageiro incômodo que lhe tirou os sentidos e nós, com medo, gritamos; mas creio que não será nada.

- Ah... sim... parece-me que ontem seguiram para a guerra uns moços daqui e é muito bonito que uma irmã adoeça de saudade...

Estas mulheres que bem conheciam Eliza, faziam-se de desentendidas para morderem-lhe na pele.

- Desculpa-me, torna Dona Henriqueta – as senhoras enganaram-se: esses moços, que viram sair daqui ontem são filhos do Sr. Anselmo, nosso amigo e vizinho e irmãos desta menina, e indicava Laura.

- Compreendo agora... Então a moça que está doente não é a irmã dos moços da guerra?

Laura não dava ouvido ao que diziam as impertinentes visitas e chamava a si toda a responsabilidade afim de curar de sua íntima amiga, a qual sentia-se muito agitada e havendo recobrado logo o uso da razão não tinha ainda falado.

- Pobre menina... continuou uma das visitantes – D’aqui a pouco estará boa – e em voz baixa acrescentava para sua companheira – É algum namorico com o tal Pedro...

- É bem mal o Sr. Anselmo em fazer seguir para a guerra os seus filhos.

- Eles mesmo ofereceram-se, respondeu Laura.

As mulheres, depois de conversarem-se em voz baixa entre si, retiraram-se de mal humor.

Laura renovava suas carícias a terna Eliza que já sofria menos. Dona Henriqueta esperava ansiosa por seu esposo que saíra logo após de Anselmo e nenhum voltara.

Conservaram-se em silêncio por algum tempo, sendo apenas interrompido pelos soluços de Eliza, que agora chorava e sentia bastante melhoras, porém, não lhe saía do pensamento os sofrimentos porque ia passar seu predileto do coração.

A um mar de perplexidade sucedeu o pranto.

Dona Henriqueta, vendo-a soluçar, teve medo que o ataque se repetisse e tentou consolá-la.

- Eliza, minha filha, que tens? Vejo-te chorar, que te molesta?

- Nada minha mãe...

- Não terás segredo para mim?

- Não os tenho minha mães... nada tenho; estou boa já... choro por ver Laura chorar e por saber quanto ela sofre! Seus irmãos foram-se e quem sabe se voltarão!...

- Quem sabe, disse Laura, a vista daquelas mulheres incomodou-te?...

- Não ouvi se falaram a meu respeito.

A chegada de Corrêa e Anselmo interrompeu este curto diálogo; traziam um velho entendido em medicina, o qual não foi preciso, por quanto Eliza não quis tomar, dizendo está completamente estabelecida.

Parte III

Honório era afilhado de José Corrêa, que o estimava quase tanto como a sua filha. – Este moço que há tempos andava triste, cabisbaixo, conserva-se agora alegre, sempre risonho e disposto a acreditar-se feliz.

Os pais de Eliza desejavam mesmo casá-la com Pedro em que reconheciam excelentes qualidades, se o obstáculo não lhes fosse conhecido; julgavam impossível o casamento a não haver discórdia entre as duas famílias: Anselmo decididamente não consentia. Agora com a ausência de Pedro, pois sabiam dos amores, esperava unicamente que a menina o esquecesse para apresenta-lhe um novo e audaz pretendente. Ele e sua mulher eram bastante ambiciosos e queriam que sua filha se casasse com Honório para tudo lhes ficar em casa.

Passaram-se alguns meses sem se darem fatos dignos de menção. Eliza e Laura, nos seus serões, choravam de saudades. Anselmo, como medida doméstica, não levava a família à fazenda, motivos pelo qual passavam sempre juntas as nossas meninas, que levavam a maior parte do tempo em palestras iguais a do dia antecedente, produzindo muitas vezes dolorosas recordações. Honório frequentava tanto a casa de seu tio e padrinho como a de Anselmo, onde ia com o intuito de saber novas dos voluntários da pátria.

Todas as vezes que se encontrava com Eliza, prodigalizava-lhe os mais finos cumprimentos, fazendo-lhe presentes, procurando agradá-la o mais possível; dispensando igualmente esse tratamento a Laura, como que querendo chamar a si a interessante amiga de sua prima.

Este moço tinha sido, ou era, bastante extravagante, mas na presença de seus tios dissimulava tão perfeitamente que eles o tinham como um tipo da honestidade e circunspecção.

Honório procurava ocasião para colher de sua prima esperança para acoroçoar o seu amor e ambição; e ela entretanto intercedia ao Todo Poderoso para que ficasse feliz o seu amante e o trouxesse o quanto antes para o seio de sua família. Não dava importância aos galanteios de seu primo, pois que conhecia-lhe as intenções, mas fazia, apesar disso por mostrar-se muito amiga dele.

Ele vendo que ela era insensível a suas mostras de amor, procurou um pretexto para distraí-la de pensar em seu namorado. Sabia que Eliza tinha um fraco. Era a dança. Entrou por aí. A qualquer motivo que se apresentava reunia em casa de seus tios algumas famílias,

chamava uma banda de música, que pagava, e forma um baile. Dançava-se muito e ele tinha esperanças às vezes, dizendo:

- Não levaria muito tempo, tê-la-ei rendida!

Desta maneira passou-se o tempo sem que Honório pudesse lograr um terno olhar ou um doce sorriso. Sua prima dançava para matar a saudade e cada vez era mais íntima de Laura.

Por esse tempo fora nomeado juiz municipal d'aquela termo um jovem bacharel, parente de Anselmo.

No interior é costume, quando chega uma autoridade nomeada para o local, irem todos ao seu encontro, depois visitarem-na. Assim procederam as pessoas gradas do lugar com o novo juiz municipal.

O recém-chegado recebera a todos com afabilidade e mostrara-se cavalheiro e delicado, contentando de estar ao ordeiro povo bonfinense.

O nosso magistrado, doutor João Carlos, poucos dias após a sua chegada, a todos tinha agradecidos as visitas que recebera e chegava ao final a vez de Anselmo, em cuja casa ia ele encontrar o que naturalmente não esperava em tais alturas.

Para quem vem da corte parece impossível que n'um sertão tão pouco habitado exista gente mesmo de medíocre educação. Estava, pois, João Carlos persuadido de que viveria em Bomfim entre brutos e ignorantes, unicamente; não julgava que a sorte pudesse conduzir a essas paragens pessoas dignas de figurar nos grandes empórios.

Como já dissemos, Anselmo tinha uma bela filha, Laura, e uma outra ainda pequena.

Aquela família deixara a poucos anos a corte, e por isso conservava, ainda os modos e costumes civilizados d'aquela opulenta cidade.

Laura, como ficou dito, flava o francês, desenhava e era pianista. Sua irmã, Amália, com suas lições progredia admiravelmente.

Laura e Amália eram duas flagrantes rosas colhidas de suas viçosas hastes e atiradas, com suprema dor, para elas num vasto e ressequido areal.

Já se vê que estas coisas João Carlos não podia encontrar em Bomfim.

A primeira vez que fora à casa de seus parentes, Anselmo lhe apresentara suas filhas. Desde esse momento sentiu ele forte impressão o admirar o meigo e delicado perfil da formosa Laura.

Desde então frequentava assiduamente a casa de seu parente; lá almoçava e jantava muitas vezes. N'um como era costume de Honório, reuniam-se para se divertir dançando-se, e

como jovem parente era quase de casa foi mister convidá-lo, convite que aceitou gostoso e prometeu não faltar.

.....

Dez horas deram e o jovem juiz ainda não comparecia perante a sociedade que estava bastante animada e ansiosa por sua chegada.

Alguns convivas sentiam irremediáveis faltas.

Laura, com delicadeza do costume e que lhe era natural, passeava de braço entrelaçado com sua amiga e pareciam ambas um pouco tristes.

Honório, o campeão, acompanhava-as com impaciência, porém não ousava dirigir-se a Eliza em presença de sua companheira pois acreditava que muito correria pra sua derrota final a presença da espirituosa menina.

Anselmo e sua esposa contemplavam as donzelas, lembrando-se de seus filhos que naquela época deviam achar-se na presença do inimigo.

José Corrêa e Henriqueta, preparavam-se para declarar a sua filha que ela casar-se-ia com seu primo, o qual, segundo os mesmos diziam, morria de amores por ela.

Eram dez horas, diziam, já haviam dançado algumas *polkas* e não comparecia João Carlos.

Algumas pessoas acreditavam que faltaria ao convite. Pouco depois todos olham para a porta que leva à rua e veem-no entrar. Trazia um belo casaco, lindo colete, & em suma, vinha vestido à gosto.

Podia-se orgulhar-se imediatamente em seguida uma contradança francesa.

Honório convidou a sua prima e o doutor a Laura. Terminada a quadrilha, notara-se apenas que Honório galanteava-se frequentemente a sua prima e que João Carlos, perfeito cavalheiro proclamava Laura como a mais formosa, a rainha da festa.

Em breve, a música fazia sinal para a valsa.

Parte III

O Doutor, novamente pede a sua prima que lhe servisse e ela depois de curta observação, na qual se confessa cansada, toma-lhe o braço e levanta-se.

A música tocava e o gracioso par, que passeia no salão, desenvolve-se em corações; dançam vertiginosamente.

Anselmo, em companhia dos demais velhos, admirava como se podia, na cadência, rolar com tamanha velocidade; orgulhava-se vendo sua filha competindo com um moço chegado há pouco do Rio de Janeiro onde dançava nas reuniões.

Alguns minutos dançaram sem que depois, passados instantes, fraqueou e caia se não lhe amparassem os vigorosos braços de seu companheiro de valsa.

Deixaram com esse incidente de dançar.

Passeavam, então, pela casa e foram até a sala de jantar onde se servia licores e refrescos.

Laura nada mais quis que um pouco de água fria, depois tomando o doutor uma cadeira oferecia-lhe e sentou-se a seu lado.

Conversaram longo tempo sobre os salões e sociedade do Rio, saudade d'aquelas terras, viagem e coisa diversas. Depois o doutor calou-se e abaixando a cabeça mostrou francamente que estava triste. Laura percebeu o propósito de seu primo e tentou interrompê-lo, satisfazendo sua curiosidade.

- Em que pens primo? Está incomodado?

- Verdade é que meditava, e por amor de uma só pessoa, nem sequer me lembrava que estamos em uma casa de baile, muitas o pensamento, sem rival, leva o homem a países por onde andou, mundos fantásticos e em tanta parte que desejava estar, mas afinal trá-lo ao mesmo lugar sem esperança no impossível que às vezes viu e ardentemente deseja – Desculpe-me esta minha distração...

- Não pode esclarecer-me em que pensava?

- Sim, posso minha prima, até devo... mas tenho receio de a molestar.

- Não molestará... em que me incomodarei com os seus pensamentos?

- Pois Laura, pensava em casar-me...

- O Senhor pensa pois em casar-se?! Redarguiu ela pálida. – Vai casar-se?

- Não querida prima, mas sempre anhelei por isso; se encontrasse uma mulher com os predicados que exijo...

- Isso é impossível! Amável, com fortuna e posição assaz definida, de pressa conquistará a moça que tem as qualidades que exige.

- Laura, não me fale em fortuna, posição e coisas tais... quem assim me diga sempre encontro. Eu, minha prima, quero casar-me com uma menina cujo nascimento e família não fosse obscura; que tivesse alguma educação, fosse formosa... que tivesse... em suma, serias minha esposa se consentisse isso.

Falaria a teu pai, ele bem me conhece e cuido que não poria obstáculo à nossa felicidade! Laura ao ouvir assim, ex-abrupto uma declaração amorosa oferecendo-se logo a mão de esposo, perturbou-se extraordinariamente, e seu primo aproveitando-lhe o enleio – contemplava-a em doce êxtase.

- Senhor! Pelo amor de Deus, não zombe de mim! Conheço que não mereço... respondeu Laura modestamente e ainda sufocada.

- Menina, dá-me o teu sim? Disse o Doutor em tom resolutivo.

E como por algum instante não recebeu resposta alguma, chegou seu rosto perto do de Laura e viu, ao reflexo da luz, seus olhos arrasados em lágrimas, seus lábios descorados e trêmulos e em todas as suas feições pintada a mais violenta comoção.

- Meu Deus! Exclamou ele, que significa isto? Querida Laura, não me escutas? Não queres falar-me? Não queres responder a quem te adora? A quem morre por ti? E dizendo isto apertava entre as suas, a delicada mão da donzela, que o não sabia, tal era o seu enleio.

- Não chores, continuou, poderia acaso zombar? Amo-te do íntimo da alma!

Estas belas palavras arrebatam a bela menina a sua prostração; um profundo suspiro deu lenitivo a seu coração; de novo começam as suas lágrimas e entre repetidos soluços, deixou a cabeça cair sobre os seios.

O doutor pensando suavizar a violência dessa profunda agitação com demonstração de sua ternura, tentou de novo apertar entre as suas a trêmula mão da donzela e ia imprimir um beijo n'aquela mão compulsiva, quando ela com um movimento maquinal, a desprende de dentre as suas e fitando nele os olhos cheios de fogo lhe diz com veemência.

- Doutor, tu me amas?

- Sim, amo-te com paixão, loucamente! Exclamou o mancebo, quase que arrojam-se os seus pés – juro-te pelo céu que nos protege!

- Basta de protestos e de juramentos. Já que assim queres, vou falar a meus pais e se eles consentirem serei tua mulher.

- Sim, Laura?

Parte V

Em formoso e límpido dia da primavera seguia de Bomfim para sua fazenda a família de Anselmo. Às 3 horas da tarde apearam-se de suas cavalgadas na casa de vivenda que parecia estar abandonada há longo tempo. Algumas paredes do frontispício desabaram; as cercas, currais, horta e casas pequenas que circundavam a casa grande como comumente se chama, estavam em estado de meia ruína. A saudade de seu estabelecimento rural levava o Sr. Anselmo àquela visita e grande foi a sua admiração vendo o estado pouco próspero em que ia tudo aquilo pelo desleixo de um camarada a quem confiara zelar dos serviços das roças, conservação das casas, paióis etc...

A morada estava situada n'um aprazível plano inclinado que ia morrer depois de um bom quarto de légua, numa colina que se elevava, determinando assim o termo do horizonte para quem se achasse nas janelas e olhasse para a frente.

Nesse espaço, entre a casa e a colina, não se via esse arbustos e pequenos arvoredos. Não, era tudo limpo, e notava-se como admiráveis, algumas formosas sucupiras, mangabeiras e coqueiros de indaiá que salpicados pelos campos limpos ramos miúdos, a não ser uma ou outra morta da saborosa e delicada guabiroba; e as sombras d'aquelas árvores serviam a abrigarem-se, os animais dos arredores do sol d'aquelas alturas. A fazenda era de modesta construção como soem ser todas do sertão. Paredes de paus a piques com qualquer descuido deixam descascar o reboque e, todavia estando seguras, apresentam o aspecto de uma casa em ruínas, pois que ficam nus os paus que fazem as paredes e deixam ver uma casa com aparências de uma grande jaula com seus enormes ponteiros.

A estrada que conduzia ao Bomfim descia n'uma reta até a porteira de tábuas, que ficava em frente a moradia.

Laura tão depressa achou-se em casa, correu brincando de parceria com seus irmãos pequenos e foram todos ver se ainda existia o jardim que lhes distraíam n'aquelas tardes que se lembravam de um passado cheio de flores e por todos os motivos saudoso.

Tudo desmoronado; apenas existiam umas velhas roseiras que por serem rainhas das flores queriam exalando fraca fragrância ao fresco sopro da brisa. Não era mais um jardim.

Tivera nos tempos de sua prosperidade e quando as próprias mãos do senhor Anselmo ocupavam-se em cultivá-lo a configuração de uma cruz grega.

Quatro grandes canteiros, cuidadosamente delineados, davam a conhecer ao observador aquele símbolo da cristandade. A fazenda chamava-se de Santa Cruz e o senhor Anselmo, fervoroso católico, tivera a ideia de fazer um jardim em forma de cruz.

Na parte superior do cruzeiro via-se ainda o resto de uma grade de madeira que se assemelhava a uma pequena sepultura com seus goivos e saudades no interior do gradil, uma tábua colocada...(rez da terra) deixava ver este simples epitafio: - “Aqui jaz tulipa, como foste uma flor viveste para tua morada.

Na singela taboa, de um fundo preto, achava-se a inscrição em letra manuscrita a óleo.

Para ali se dirigiam as meninas e Laura vendo a pequena tumba disse comovida. – Ainda está aqui a sepultura de tulipa; meus irmãos, vamos beijá-la e choremos por ela ainda mais uma vez.

Dito isto, o inocente grupo ajoelhou-se e chorou pelo animalzinho ali enterrado, e assim terminaram esta espécie de oração infantil recolheram-se para casa alegres e, colhendo rosas no velho jardim, foram leva-las a seus pais; Laura não só não pôde conter-se; deixara correr lágrimas ardentes.

Quem era tulipa? Nos perguntará o amável leitor. Satisfiquemos sua curiosidade.

Quando Laura viera do Rio de Janeiro trouxera uma pequena cadela cabeluda, d’essas que fazem-se estimar pelas mulheres.

As meninas criaram-na com todo mimo pois que sua mãe fora envenenada na rua do bairro de São Cristovam, onde morava a família de Anselmo. Depois de criada foi o brinco estimado d’aquela família. Quando viajaram para Goiás, tinha sempre junto um lugar primorosamente preparado.

Animalzinho de espírito finíssimo que ajudado com a educação que lhe deram tornava-se saliente e mais interessante.

Em Bomfim foi acometida de enfermidade grave e depois de muito sofrer sucumbiu.

No período de sua moléstia a casa de Anselmo conservou-se silenciosa e às vezes via-se debulhar uma lágrima.

Queriam-na todos como se fosse um ente racional de excelentes qualidades. No dia de sua morte a não ser o rosto um tanto severo de Anselmo, as meninas teriam se coberto de luto. Resolveram enterrá-la no jardim por inspiração de dona Joaquina que ditou e mandou escrever seu epitáfio. Muito se sentiu, mas em breve a mágoa foi menos; seguiu o exemplo das coisas ilusórias da vida.

O esquecimento fortalece a alma.

Voltemos ao fio de nossa agreste narrativa.

Os velhos, isto é, Anselmo e sua mulher, depois de haverem admirado tudo, voltaram-se para casa.

Laura a todo o instante chegava à janela e firmava seus formosos olhos no prolongamento da estrada que vinha do passado. Quando deixava aquela posição era para observar o movimento compassado e lento de um relógio de parede que deixa ver 4 horas da tarde.

Anselmo e D. Joaquina como andasse a examinar suas propriedades, notavam o quanto tinha sofrido durante o curto espaço de 8 meses que habitaram na cidade sem fazer uma visita à fazenda.

- É impossível fazer-se o que se quer! Dizia Anselmo à sua mulher – quando d’aqui saímos por ocasião da marcha dos meninos, deixamos isto bonito e bem tratado. E agora, o que vemos? Nossa casa cercada de fedegoso e mata pasto, guaxumas por toda parte! Paredes a cair, em breve virão onças morar aqui dentro!

- Dói-me ver isto assim!

- Felizmente Deus nos lembrou de virmos passear por cá e se quiseres, ficamos de novo morando aqui.

- Esses são os meus desejos; já t’os queria propor.

- Ainda bem... ficamos convencidos. Amanhã mando à cidade buscar os objetos que precisamos e só lá iremos para o natal, ouvir a missa do galo.

- Assim seria... onde estão as meninas?

- Creio que na sala, vamos procura-las?

Depois desse ligeiro colóquio dirigiram-se à sala.

Entretanto, Laura não despega-se da janela e observa com intuição um grupo de cavalheiros que se devisa junto à colina fronteira e que vem culminando em direção à fazenda. Pouco a pouco aproximam-se os viajeiros e breve estão juntos à porteira onde deixam os seus animais.

Laura, sem saber se seu noivo viria n’aquele dia visita-la, adivinhava-o e por isso estava inquieta. Assim reconheceu o doutor, correu pressurosa em procura de seus pais e encontrou com estes que vinham também em sua procura. Contou-lhe ofegante quem acaba de chegar.

Sabida esta agradável nova, foram os bons velhos receber a porta os seus hóspedes.

Trocados os primeiros cumprimentos estabelecidos em obediência às leis da civilidade Anselmo perguntou ao doutor.

- Por aqui? Doutro? Temos novidade? Ou veio fazer-nos companhia?

- Não meu amigo. Nada disso. Recebendo hoje uma carta endereçada ao Sr. E que presumo ser de meu pai, não quis que outro fosse o portador e venho trazê-la...

Além disto, o Bomfim com sua partida hoje pela manhã ficou tão deserto lá.

- Sim, meu caro; por amor dos velhos ninguém se incomoda tão depressa, heim?

- Não pense dessa maneira... respondeu João Carlos atrapalhado.

- Não se fale mais nisso. Vamos ver quem me escreve.

Anselmo com sossego e perfeita tranquilidade abriu e leu.

.....

<<Acabo de receber uma carta de meu filho João Carlos, solicitando permissão para casar-se com sua formosa Laura; em resposta àquela, rogo-lhe queira fazer a felicidade de nossos filhos, pois vi a linguagem do namorado que se amam e muito: são digno um do outro. Fomos rapazes, amamos e não veio por ai a infelicidade; devemos pois auxiliar a dita d'aqueles que nos são caros>>

.....

Terminada a leitura, Anselmo comovido ofereceu a mão leal ao doutor que a apertou entre as suas com manifesta efusão de ansiedade.

Dos olhos dos velhos deslizaram duas lágrimas de prazer.

Laura abraçada com sua mãe recebia as carícias desta que, como Anselmo, também chorava.

Foi um dia de júbilo para todos. Realizar os dourados sonhos de Laura, dessa menina encantadora e meiga que fazia realçar n'aquela honrada família as maravilhas de seus dons.

Dali foram para a mesa de jantar, porém, depois de uma cena tão comovente, não tinham apetite e por isso mais se conversou que comeu.

Concluído o jantar e depois de haverem saboreado uma chávena de café, foram passar ao velho jardim. Ali maquinalmente foram se separando Laura e o doutor de seus pais e achavam n'um extremo do cruzeiro distante de onde se achavam seus pais e pois conversaram em maior liberdade

- Quanto sou feliz, minha prima! Amas me deveras?

- Doutor, quereras duvidar?

- Oh não! Eu quisera que nossa felicidade fosse logo completa... Quando nos casaremos minha Laura?

- Falaremos a meu pai e ele dirá.

- Ainda tenho que justificar meu estado de solteiro; malditas formalidades!

- Tanta pressa?

- Oh se tenho! Agora me lembro... Tenho de fazer uma viagem até Goiás em serviço; mas em 8 dias estarei aqui.

- Pois que! Viaja mesmo?

- Não tenha cuidado, Laura minha, em 8 dias estarei aqui e talvez mais que esse tempo seja preciso para teu enxoval se prontificar.

Laura não pôde reprimir um suspiro, ariou-lhe o seio, pois noiva ainda, ia já experimentar as mágoas da saudade.

Parte VI

Depois de chegarem à capital da Província os nossos dois rapazes destinados ao serviço militar na ocasião em que tratava-se de defender a honra da nação ultrajada pelo tirano déspota do Paraguai; isto é, Bernardo e Pedro Anselmo foram se apresentar ao presidente então Augusto Ferreira França que os recebeu com amizade e benevolência, mandando-lhes dar praça em um corpo de voluntários da pátria, denominação que tomará todos os que foram formados pelos filhos do Império de Santa – Cruz que correram a alistar-se debaixo do decreto de 7 de janeiro de 1865.

Três dias depois de haverem assentado praça marchavam em demanda das forças inimigas que invadiam a província de Mato Grosso, pelo meio dia já tendo batido e devastado as povoações de Dourados, Miranda, Nioac e Coxim. As forças paraguaias, comandada pelo general Resquim, roubavam, escaramuçavam e defloravam as mulheres indefesas que encontravam fugitivas naqueles sertões inóspitos, fazendo vítimas de suas espadas e terminadoras os desgraçados varões que caíam prisioneiros!

Nunca se viu perseguição igual; a calamidade tinha chegado ao auge. Parecia que a providência protegia os vândalos!

Depois de haverem destroçado dois pequenos e desorganizados corpos que guarneciam a fronteira, os paraguaios continuaram sua marcha, sem obstáculo algum, deixando após si os vestígios da mais abominável crueldade.

Quando as forças que de Goiás foram ao seu encontro, chegaram às imediações de Coxim, eles abandonaram aquela colônia, servindo-se, desde então, do passo retrogrado, sem de sorte alguma aceitarem combate decisivo.

A força de que falamos acampou em Coxim e em breve chegaram ali as vindas de São Paulo e Minas em número de mil e quinhentos homens que, reunidos às que lhe precederam, formavam um divisão de duas mil praças, aproximadamente.

Lutando com a fome, peste e intempéries, este pequeno exército avançara por lugres desconhecidos e desertos, resignado e ansioso por vingar a honra do país. De Coxim a Miranda levaram imenso tempo: todos os obstáculos se lhes antepunham e nas poucas marchas que faziam encontravam sempre sinais de imediata retirada do inimigo. Nesta vila chegou a gente em completo estado de nudez e à mingua de todos os outros recursos – ali o beribéri ou a intoxicação paludosa ceifavam vidas às dezenas. Neste ínterim, os comandantes formavam seus planos: o primeiro opinava que marchasse sobre Corumbá, florescente

povoação situada à margem direita do rio Paraguai, ocupada naquela época pela coluna do coronel Barrios, que depois de encontrar temerária e decidida resistência dos poucos defensores do forte de Corumbá, onde pelejaram dois dias inteiros, viera ali se estabelecer seu centro de operações na província invadida: o segundo, digamos melhor, o que substituiu aquele preparando a gente, avançou sobre Bela Vista, fortificação inimiga, construída sobre a margem esquerda do rio Apa, linha de limite da República com o Império.

Nesse intento marcharam os guerreiros para a coluna de Miranda, sita 12 léguas daquele forte, e aí, tiveram a felicidade de encontrar alguns brasileiros evadidos do poder Paraguaio, os quais apresentando-se ao comandante informaram o estado de fraqueza em que estava o inimigo; a escassez de gente, a falta de artilharia; em resumo, para os tais homens facilmente tomar-se-ia o forte; embrenhava-se a força na República; tomava a vila de Conceição e ficava, assim, de posse de uma das mais importantes praças do domínio de López. Como homens que vinham do inimigo, mereceram critérios suas informações e a vida daqueles mesmos inimigos; em poucos dias transpunham o Apa a nossa coorte de bravos.

Ir avante, foi sempre o brado geral desde o menos graduado até o comandante, coronel Camisão.

Mas a fatalidade! Deus havia em sua imensa sabedoria e profundo arcano determinado que ali ficasse sepultado mais de um terço daquela valorosa gente! Alguns dias acampara em Bela Vista o pequeno exército, tempo necessário para reduzirem aquele forte às cinzas.

Em dias de maio de 1867, estava a divisão acampada na internada da Laguna, cinco léguas além das fronteiras. Ali foi preciso fazer alto, pois que os víveres e o gado iam tornando-se escassos. Entretanto, o pequeno número de paraguaios fugidos do forte recebia, quase diariamente reforços que lhe enviava o ditador López. Há opiniões que a força inimiga, nessa ocasião atingiu cinco mil homens.

Reconhecendo Camisão a impossibilidade de marchar sobre Conceição, já pela falta quase absoluta de víveres e gado, e já pela diferença que notava cada dia nas colunas paraguaias, resolveu uma retirada de acordo com os capitães subalternos mas não sem ter primeiro dado uma mostra de seu valor atacando o acampamento inimigo.

Assim foi que no dia 6, às 4 horas da manhã, dois dos corpos da divisão brasileira surpreendiam o acampamento paraguaio levando por frente estes que acordaram com o rimbombar do canhão; escapando-se muitos desarmados, tão completa fora a surpresa. Depois de duas horas de encarniçado combate, voltaram os nossos para seu campo contando poucos feridos e dois ou três mortos. O acampamento inimigo ficou juncado de cadáveres.

Depois, dois dias, deste feito, isto é, 8 de maio, ao começarem as forças brasileiras a sua retirada foram elas acometidas por grossas colunas de cavalaria e, daí em diante, quase todos os dias, nosso pequeno exército combatera desesperadamente, sem uma vez ficar desbaratado. Esse pequeno e insignificante troço de homens desenvolveu a maior constância de valor que se há visto na América. Faz lembrar a retirada admirável de Xenophonte.

Mais de uma vez lutou esse pequeno corpo com toda sorte de perseguições: a fome, a peste, a adversidade do tempo e o incêndio dos campos molestavam esses mártires d pátria, mas sempre ativos e denodados faziam uma retirada cheia de glória que na frase de ilustre político, tornou-se sem rival na história do Novo Mundo.

Um dia viu-se o comandante forçado a deixar em um de seus acampamentos cento e muitos homens que, sendo vítima do cólera-mórbus, não podiam ser conduzidos por falta de transportes! Vítimas infelizes

Nesse mesmo dia o comandante que derramara abundantes lágrimas ao desamparar seus irmãos d'armas, e seu imediato, sentiram os primeiros sintomas da terrível enfermidade, e três dias depois deram ambos a alma ao supremo criador!

Geral foi a consternação; mas não perderam a esperança.

Desnecessário se torna dizer que os paraguaios os apertaram noite e dia e não cessavam de tirotear com as avançadas.

Um major fora quem assumira a direção da coluna ou fragmentos d'ela, porém em ocasião que já se considerava salva dos maiores perigos, pois que andando a marchar há muito tempo errante pelo deserto e inculto campo, tinha nesse tempo encontrado a estrada que facilitava a presteza da nobre e valente retirada que efetuara uma tão diminuta força, vendo-se sempre acossada pelos elementos e pelas legiões de paraguaias, as quais acompanharam-nas até o rio Aquidauana.

Em outubro do mesmo no entrava triunfante na cidade de Cuiabá, capital de Mato Grosso, reduzida a novecentos homens, essa falange que praticara tantas proezas.

Tais eram ligeiros; extratos as notícias que Anselmo acaba de receber de seus filhos; ambos eram oficiais d'um dos corpos d'aquela divisão; portando-se com dignidade tinham eles sido agraciados com um hábito de uma ordem honorífica e usavam de uma medalha com o enxergo – Constância e Valor.

Parte VII.

Amanhecia risonho e belo o dia destinado para o casamento de Eliza que sossegada, por inocente, preparava-se para ouvir a missa cantada que se ia celebrar na igreja matriz, quando Honório chegava de uma pequena excursão onde fora dar algumas providências com relação a seu próximo consórcio.

Ao avistar o povoado, seu coração batia velozmente como o do bandido que vê claramente o cárcere onde teme ser recolhido.

Honório nunca houvera cometido crimes mas não o duvidar em praticar logo que se proporcionasse ensejo e houvesse necessidade de levar a efeito alguma coisa. Se a morte do voluntário fosse precisa para sua felicidade e ele assim o entendesse, assassinava-o sem pesar e com o maior sangue frio.

Sentindo seu coração bater com violência, como dissemos ficou maravilhado e flexionou consigo:

- Nunca tal me aconteceu! Por que será que sinto-me comovido ao avistar a casa de meu tio?... Dir-se-ia que vou praticar um ato indigno de mim... Dizem que o homem mais ou menos herda de seus progenitores esse gênio de que são dotados, que bom, quer não; os meus certamente estão na última hipótese, todavia não compreendo que vá praticar uma ação maligna casando-me com Eliza... Ela é tão linda. Sobretudo não é pobre... é minha prima... amo-a ... não costumo ver contrariados meus desejos: assim me criaram!

O pobre namorado, coitado! Quem sabe se a esta hora já não terá sido atravessado por uma bala paraguaia?

Nunca tive inveja de um tal rasgo de patriotismo... e depois, mais um ou menos um não faz diferença na fileiras do exército de operações.

Consequentemente o meu rival é uma nulidade nesta quadra... se ele cá estivesse? ... Obrigar-me-ia a lembrar de meus antepassado e... ai dele! Não me embargaria os passos. Pobre moço! Hás de achar um bonito par, quando cá vieres, se insto acontecer, o que duvido; morre tanta gente no Paraguai! Oh! Se o meu amigo fosse um dos mártires da pátria?!

E depois, espraçando a vista mais ao longe, continuou:

Sim, louvado Deus, tais pensamentos evaporaram-se e agora me reconheço... estou sossegado... Oh tempo! Corre depressa! Andai que muito me custa esperar 3 horas!

E elas passadas, serei o ditoso marido de Eliza e... o que é mais, senhor de uns pouco contos de réis... Sou feliz! ...

Terminava o mancebo o solilóquio que acabamos de escrever, quando sua cavalgadura para à de sua habitação e ele então vê que está na cidade.

A família de Anselmo, como sabemos, estava na fazenda. Até nisso era feliz o plano projetado.

Eram nove horas da manhã.

Já na porta da casa de Deus estavam agrupados os fiéis à espera que chegasse o pastor d'almas e celebrasse o incruento sacrifício.

Em casa de João Corrêa conservava-se o maior segredo em relação ao que se tramava.

A desventurada donzela adornara-se com seus mais singelos vestidos, apesar das instâncias de sua mãe. Nesse dia amanhecera mais triste e impressionada que de costume, - consequência de um ligeiro incômodo feminino – disseram.

Pretendia esquivar-se de ir à igreja mais debalde. Seu coração pressagiava a desgraça.

Separada de sua amiga a interessante moça era tímida e acanhada, não tinha confiança em si e temia sem limites o rigor de seus estourados pais. Um vestido de escossia branca, com enfeites de azul celeste, foi escolhido para o sacrifício

Quiseram entrelaçarem os cabelos com ramos de flor laranja e ela com toda ingenuidade protestou:

- Não é ainda tempo. Não sou noiva.

Do aveludado e altivo colo pendia um delgado fio de coral com uma pequena e linda cruz com a mesma qualidade.

Seus cabelos, sem uma flor, penteados com negligência mesmo, com uma encantadora singeleza, faziam-na admirável.

Havia naquela criatura, no momento em que transpunha o limiar da casa das orações, um quer que seja que se assimilava à Virgem da Dores – a rainha dos céus.

Em companhia de seu pai fora até junto do altar e ali se sentara. Os agrestes e rudes roceiros ficaram estupefatos vendo tanta beleza de parceria com tanta simplicidade. Ao contrário, Honório vestira-se elegantemente e nos grupos onde se mostrava era motivo de admiração – vestira-se como um novo! – Diziam.

José Corrêa chamou dois de seus amigos e com eles teve uma curta conferência. Os homens apartara-se e levando nas feições o sinal do assombro.

Cinco minutos depois chegava o senhor vigário que se dirigia-se à sacristia para paramentar-se e logo procurando a nave do templo ali encontrou Eliza e todos os seus respeitosos paroquianos.

O padre tomando a delicada mão da donzela e a de Honório, sem mais cerimônias, fez ouvir essas palavras tantas vezes fatais pra os que se conjugam em matrimônio

Fazei ideia benévolo leitor, que espetáculo horripilante presenciou aquele honrado povo.

A desventurada moça fora levada para casa sem sentidos, enquanto Honório parecia-se um general triunfante depois de haver tomado de assalto uma praça que se reputava inexpugnável.

Dona Henriqueta chorava: era mãe.

Deixemos a infeliz noiva entregue as suas desventuras pois é tarefa demasiada árdua para descrevê-las, nossa ignorância e rude pena.

Vamos ter à fazenda de Anselmo que nos espera para explicar parte dos fatos que acabamos de escrever sucintamente.

.....

Às sete horas da tarde a lua começava a despontar no horizonte entre nuvens conglobadas e ao clarão de amiudados relâmpagos – Parecia próxima uma tempestade. Na fazenda de Anselmo, como se esperasse pela borrasca, estavam todas as janelas cuidadosamente fechadas e a família, aguardando a chuva, reunira-se na sala de jantar, como os homens da roça costumam fazer.

Havia ali um passageiro; este chegara ao anoitecer, vindo da cidade, por onde passara, procedente do norte da província. Como se demorasse no Bomfim, sabia das novidades e conversava instigado por seu Anselmo. O primeiro cuidado de Laura foi perguntar aonde encontrara seu primo e noivo. Satisfatória foi a resposta. Anselmo como homem que gosta de conversar, depois de fazer servir uma xícara de bom café a seu hóspede, obrigava-o a falar, perguntando-lhe o que sabia. –

- Diga-me, senhor, viu em Bomfim o Sr. José Corrêa?

- Vi... e a propósito... Em sua casa parece que houve novidade... não sabe do casamento?

- De que se trata?

- Será possível! O Sr. Anselmo não sabe que um tal Honório casou-se com uma filha do Corrêa?

- Nem de leve. E é fato? Disse Anselmo admirado.

- Ah senhor! Que circunstância obrigaram obrigariam aquele homem a proceder com tamanha precipitação?

- Disseram-me que a moça não queira casar com o primo por estar enamorada de um voluntário da pátria que está em campanha e como os pais eram de opinião contrária

obrigaram-na dessa maneira, e, consta-me que o vigário, que dizem ser parente de Corrêa, apoiara o plano por eles preparados.

- Ah!... Será possível?

- Meu pai – disse Laura comovida – sinto que tenho de odiar profundamente esse moço sínico e sem consciência que roubou a felicidade da minha melhor amiga!

- Sim, minha filha, tens razão; porém podem ainda ser muito felizes.

- Quem? Eliza? Não, senhor! É uma vítima mais que a ignorância e avareza fazem. Sou sua íntima amiga, conheço os arcanos. Aquele coração amava, amava deveras, mas a outro e não ao perverso que roubou-lhe a felicidade!

Com esta linguagem nervosa o passageiro empalideceu e fitou-a com muito profundo interesse! Era um agente do mal que no correr desta historieta de novo aparecerá. –

- Mas minha Laura, não te moleste tanto.

Ela se acostumará a ser feliz.

Oh meu pai! Também vmc... generoso e bom como é, desculpa tal proceder?

- Perdão, menina. Não desculpo; reconheço que procederam como selvagem, desumanos, sei lá que mais! Mas que fazer? Estão casados e força é consolar.

Laura calara-se mas chorava.

Anselmo depois de meditar longamente, o que ninguém ousou interromper, continuou perguntando ao viajero: -

- E a menina como se comportou?

O moço hóspede contou em ligeiro resumo como o vigário fizera o casamento, o desmaio de Eliza e a vanglória de Honório.

- Isto é revoltante! José Corrêa é mais estúpido do que eu pensava e Honório um perverso ambicioso.

E voltando-se pra sua mulher –

- E preciso que eu vá para a cidade, quero saber mais disto...

- Meu pai, também quero ir; quero consolar minha amiga, enxugar lhe as lágrimas.

- Iremos todos – diz por sua vez Dona Joaquina.

Anselmo saiu afim de ordenar que os animais fossem postos em pastos seguro para pela amanhã cedo viajarem à procura da cidade.

Laura recolhera-se a seu quarto e ali saíram-lhe estas palavras:

- Se eu lá estivesse talvez pudesse evitar essa desgraça... que golpe profundo no coração de meu irmão!... Não serei eu que lhe escreva!

Noite cruel passou Laura. O desgosto suplantou em seu terno coração o amor de sua alma; não se lembrou um instante de seu noivo. Quis dormir, mas o cérebro incandescente não lhe consentia. Quando recostava-se e a fadiga ia a pouco apoderando-se de seu cansado corpo abria os olhos com espanto; aparecia-lhe uma visão. Seu irmão lhe falava culpando-a das desgraças de sua amiga.

- Que fizestes de tua protegida?

Laura consternada e aflita sentia ecoar-lhe aquela voz e repreendia-se cuidando ter sido muito descuidada e indiferente às recomendações de Pedro.

- O que poderia eu fazer? Frágil mulher sem poder destruir as malévolas maquinações do pai de Eliza e d'aquela perverso... Poderia preveni-la se eu soubesse, mas de meu próprio pai ocultaram! Isto é horrível! Farei ao menos tudo por consolar – e chorou porque o mal era para sempre irremediável.

Neste momento, como se Deus tivesse pena daquela alma angustiada, recostou-se e adormeceu.

- Laura, levanta-te que são horas de viajar, teu pai nos espera.

Pôr-se de pé e preparar-se foi a obra de pouco tempo, tal era a ansiedade que determinava Laura e o desejo de encontrar sua diletta amiga.

À porta viam-se quatro cavalos perfeitamente ajaezados. – Depois de haverem tomado a bebida indispensável daquelas paragens, o celebrado café, puseram-se em marcha e ao meio dia chegaram na cidade.

Parte VIII

Transportemo-nos a Goiás, capital da província, esse paraíso do pobre, enquanto o Sr. Anselmo procura saber como se dera o casamento de Eliza.

Goiás, como dissemos, é o paraíso do pobre; ali se vive com a felicidade, tudo lhe é barato, tudo lhe é cômodo.

Seus habitantes são hospitaleiros e agradáveis.

Quem escreve essas tais linhas fala em Goiás sem amor próprio, não é natural dali.

Goiás, jardim perfumado que o rio vermelho acaricia com seus constantes beijos.

Goiás, campo de flores, céu de puro anil quem não aspirou as brisas de tuas tardes impregnadas do aroma dos jasmim, não pode apreciar a poesia que encerras.

Benditas sejam tuas alvoradas de ouro, teus crepúsculos vespertinos!

Jamais se viu em horizonte tão imponente; aqui e além é a serra dourada magnífica e soberba.

Os dias são claros como as fontes daquelas montanhas.

Noites serenas, campos de promessa.

Tu és um verdadeiro jardim e tens as altas montanhas que te circundam para que te protejam de furacão que, sem piedade, despe as as árvores de suas verdes folhas e as flores de suas mimosas pétalas.

Goiás, flor delicada de minha predileção!

Sol radiante, claro, que deita seus raios brilhantes sobre granitos da serra imensa e nos mostra por maravilhosa ilusão ótica – soberba muralha de ouro!

O suave perpassar de tua brisa merece um elogio do viajante admirado; eu me considero com este direito.

Duas vezes, por largo meses, já admirei a propriedade de teus encantos.

Recebei, pois estas linhas de teu modesto admirador.

Quisera ser poeta, um Magalhães para tu me inspirares sentidos versos em minhas horas de saudade.

A te dedico esta página de meu escrito, pobre de inspiração, escasso de estilo.

.....

Transladamo-nos por um momento à cidade que acabamos de elogiar.

Era um noite de baile. Não descreverei a graça e a suma modéstia dos salões daquela terra, que tão propícias horas costuma oferecer à mocidade goiana. Deixando descrições sairiam imperfeitas pela deficiência e incapacidade de nossa pena, confundamo-nos com esses

moços cheio de amor e que se embevecem na dança. Estamos numa casa decentemente mobiliada e da propriedade de uma notabilidade da terra – era na rua de ...

A música havia suspendidos suas harmonias por uns instantes. A loucura da valsa e a harmonia descansavam por momentos, dando lugar a esses dialogozinhos curtos onde se comenta, critica-se, elogia-se e até calunia-se e donde muitas vezes é obumbrada por um arranco de vaidade.

Apreciemos o colóquio que entretém dois jovens um tanto retirados da multidão.

-Ouve, Emílio, quem será aquele moço, de olhar sereno, que conversa com o dono da casa?

- É o doutor João Carlos.

- Sim? É um moço ilustrado, juiz municipal de Bomfim?

- É; e que, segundo consta, casa-se em breve com uma bela dali.

- Estimo saber disso... tenho mesmo um negócio com ele... é uma incumbência...

- André? Esta noite dizes coisas com um mistério!... Tu que amas tanto a franqueza. Não posso entender-te e me parece que envolves o Doutor num olhar! Tens-lhe ódio? – Conheces?

- Tudo é possível. Logo verás o que tenho a fazer e espero não me abandones...

- Pelo que vejo temos coisas misteriosas?

- Nada posso te adiantar, logo verá; neste momento saía grande número de homens para o jardim. Ali é que estavam colocados os refrescos.

Os jovens seguiram os passos daqueles e acharam todos reunidos. André que desejava aturdir-se, colheu uma garrafa de cerveja e entregando-a um dos servidores disse:

- Sim, sim, brindemos; exclamaram diversos.

- À saúde de Laura, senhores! Disse André com assento nervoso.

- Sua saúde! Repetiram em coro uma dúzia de mancebos.

João Carlos e mais dois companheiros achavam-se sentados à pequena distância. O nome Laura chegou-lhe aos ouvidos.

- Que dizem? Perguntou deles. – Ou me engano ou perto de nós vai cometer se algum infâmia; disse outro.

- Como assim? Disse o doutor.

Não ouviu pronunciar o nome de Laura, chamando-a em pleno auditório a mulher mais lasciva da província? Tornou a perguntar o primeiro.

- Sim, porém acreditei que não dirigiam a ela essa qualificação tão pouco lisonjeira a uma donzela.

- Não reconheceu a voz de quem propôs o brinde?

- Não e nem o conheço.

- Pois é André, moço que já desejou a mão de Laura e não conseguiu. O despeito aturde o cérebro e põe uma venda nos olhos.

- E o Senhor acredita?...

- De tudo é capaz o homem zeloso.

- Senhores, dizia André aos que lhe rodeavam.

- Ouça, disse um dos companheiros do doutor.

- Senhores! Repetiu aquele, devemos confessar que a formosa menina fascina a todo o mundo.

Se ela estivesse entre nós, viríamos como o brilho daquela estrela celeste ofuscaria essas desmaiadas e raquíticas flores!

- É admirável!

- Deliciosíssima!

- Incomparável!

- Se eu, tomou André, não lhe houvesse perdido a boa amizade, e frisou essas palavras, que me unia noutros tempos a essa deidade iria em breve visita-la e talvez que...

- Não nos conte histórias... Não te acreditamos; é que não mais te atreves.

- Não me atrevo?! É que eu...

- Diga! Diga logo, falaram diversos.

- É porque não quero! Disse André com energia.

- Não compreendo, replicou um.

- Nem eu, acrescentou outro.

- Eu lhe asseguro que quando me virem viajar não será decerto para ir a Bomfim, não sabíamos o que havia por lá... cousinhas muito íntimas... falou André com malícia.

- Ah! Murmuraram em coro.

- Não referirei histórias por não gostar de fazer maus papéis.

- Vamos, conta, disseram alguns curiosos.

- Não, já basta. Se não for engano meu o tempo irá descobrindo...

- Senhor André! Disse um dos companheiros do doutor que estava sufocado.

- Ah! Estava o Sr. Aqui?

- Sim e ouvi tudo quanto disse e concluo por acreditar que o Sr. Não está no seu juízo.

- Disse alguma parvoíce? Doido! Por quê?...

Parte IX

Na rua do Rosário (*) ou pra melhor dizer, na que vai desembocar na pequena praça daquele nome, havia uma casa de elegante construção.

Nela estava hospedado o moço magistrado, que viera tratar de negócios de sua profissão, à chamado da autoridade superior.

Os donos da casa haviam cedido-lhe os aposentos da frente, isto é, uma espaçosa sala e uma alcova correspondente; tudo mobilizado decentemente.

O doutor era ali independente dos mais cômodo do vasto prédio. Tinha sua porta, particular, por isso recebia suas visitas sem que fosse preciso incomodar a gente que o hospedava.

Costumava levantar-se às 6 horas da manhã, mas como os acontecimentos da véspera tinham-no fatigado demasiadamente, eram 8 horas e ainda estava deitado.

Não poder conciliar o sono senão às 5 horas.

O procedimento de André deu lugar a sérias reflexões.

Afinal, cedendo ao cansaço adormeceu e não sonhou bem. As nove horas, abrindo os olhos, viu, pelas frestas, ardentes raios de sol; então conheceu que tinha comprometido seus hábitos e meditabundos tratou de levantar-se, lavar o rosto e vestir-se.

Quando concluiu este trabalho trouxeram-lhe café e principiando a toma-lo, correu-lhe pelo corpo um tremor nervoso que lhe era estranho.

O moço alheio a disputas e tendo sido a elas instigado, estava envergonhado e confuso.

Tinha peijo de aparecer.

Eis que lhe batem à porta.

- Quem me procura tão cedo? ...

Foi a pergunta que fez a si mesmo esquecendo-se que dormira muito tarde; mas, obedecendo ao dever foi abri-la e ficou aterrado.

Tinha diante de si o mesmo homem que o insultara na véspera.

- Entre senhor... pronunciou o doutor com voz pouco firme.

Encaminhou-se para uma mesa, olhando para um revolver que estava em cima.

- Não venho fazer-lhe mal... traz-me aqui o dever de pedir-lhe perdão...

- Ah!...

- E conversarmos...

O doutor respirou mais tranquilamente.

- O senhor quer estão conversar?!...

- E pedir perdão.

- É demasiada a audácia deste homem! Pensou o juiz.

- Pois conversemos; o que me quer? Disse laconicamente.

- Doutor, de certo o senhor tem tido seus momentos de loucura, pois que é moço...

- Sim... Sim... adiante?

- Por isso deve saber que venho pedir-lhe perdão, e se exige uma satisfação publica dar-lhe-a-hei, porque foi uma loucura o que pratiquei...

André julgava que devia seguir o caminho da prudência; queria não ter contra si o ódio do juiz, levar a efeito o que tinha dito e de alguma maneira provar.

- Bem...

- Ora, doutor, não sabendo eu que o senhor era o noivo da menina Laura, mesmo porque ella não é daqui, tive um momento de loucura e ciúme e cometi a falta que sabe...

- Foi demasiado imprudente.

- Confesso; porém como de alguma sorte, a menina me tem mostrado e eu tenho ouvido contar coisas...

- Quer o senhor continuar? Veja bem que está em minha casa! ...

- Espere doutor, apenas quero contar o que sei...

- Não quero saber.

- Bem, mas tenha um pouco de paciência e não ficará zangado comigo.

- Seria bom que não tratássemos mais disso.

- Mas doutor, eu tenho provas do que avanço... disse com voz firme o caluniador.

- Então o senhor tem provas? Perguntou confuso o magistrado.

- Tenho.

- Venham elas!

- Infelizmente não as posso dar hoje, porém o senhor voltando ao Bonfim acharás elas.

- Com quem?

- Com Honório.

O doutor principiou a vacilar, pois, nada desconfiava da pessoa que André acabava de nomear.

Honório era amigo de Anselmo e se ele tinha provas, era que o fato se tinha dado.

- Mas que fato tornara a donzela impura?

Era o que o juiz queria agora saber.

- Senhor, pense bem o que diz, porque, senão provar conte comigo! ...

- Nada receio.

- Pois diga-me o que houve.

- Vou contar-lhe. É uma história bastante comprida, mas quero ver se a conto em poucas palavras para não molestá-lo.

<<Em 1864 parti daqui para o Rio de Janeiro e tive, como sabe, de passar por Bonfim; ali conheci a menina Laura e amei-a. Soube que havia chegado da corte a cinco anos.

<<Encontrei um pobre jovem, pálido e que parecia dominado por uma sorte cruel.

<<Impressionou-me as maneiras daquele moço e como tivéssemos num hotel muito concorrido, convidei-o para darmos um passeio e lá conversamos.

<<Esse moço chamava-se Fernando; era empregado público, e via-se que descendia de família decente. Fora-lhe dada uma educação menos má.

<<Chegamos ao passeio público, lugar onde nos dias úteis, pode-se conversar em altas vozes que ninguém o incomoda: e foi por isso, o lugar que escolhi para satisfazer minha curiosidade.

<<Conversamos a princípio em conversas meramente insignificantes que seria fastidioso enumerar, depois dirigir-lhe a seguinte pergunta:

<<- O senhor não me parece que seja feliz?

<<Feliz? ... replicou com voz magoada.

<<- Sofre do físico ou do moral? Desculpa minha curiosidade, filha do interesse que tomo por sua pessoa.

<<- Sofre de uma e de outra causa, simpatizo com o senhor, vou contar-lhe de origem os seus sofrimentos.

E fez-me um esboço de uma família que residia no Rio de Janeiro acerca de 4 para 5 anos, findo o qual acabei por saber que era a de Anselmo e Laura, a causadora da desgraça do pobre rapaz.

- Como assim? Disse o doutor alito.

- Vai saber já.

<< Anselmo residia em São Cristóvão, bairro da pobreza honesta do Rio de Janeiro. Habitara uma casa de dois andares.

<<Tinha por vizinhos a família do pobre Fernando que constava de 8 irmãos; sua mãe, hábil pianista, dava lições.

<<Dona Eufrosina, assim se chamava, era a mestra de Laura. Todos os domingos reuniam-se em casa de uma ou de outra família e ali formavam uma pequena partida.

<<Fernando amou Laura e ela deu-lhe esperanças.

<<O pobre jovem era feliz.

<<Outros moços também cortejavam a jovem Laura e o mais temerário era um célebre pianista, o senhor Adolfo; Laura, porém mostrava agradar-se de Fernando.

<<Uma noite Fernando passeando viu o pianista com uma mulher pelo braço. Fernando desconfiou, como todo homem zeloso. Fernando guardando a distância necessária para não ser conhecido, seguia-os.

<<Adolfo morava no Pedregulho: para ali se dirigia gente amorosa.

<<Fernando sabia a casa do pianista e foi grande o seu espanto, vendo-os entrar nela.

<<Resolveu então esperar pelo regresso e mostrar-se, isto é, fazer-se conhecer, descobrir o rosto de Laura, sucedesse o que sucedesse.

O doutor tremia ouvindo a narração de André, que não parava um só momento. Seu romance estava bem estudado e produzia o êxito esperado.

O suor, apenas, corria-lhes em bagas.

<<eram três horas da manhã e Fernando oculto atrás de uma porta no corredor esperava ansioso.

<<Às quatro ouviu passos na escada. Então saiu para a rua e afagou a coronha de uma pistola.

<<Pouco depois apareciam os dois homens no limiar da porta.

<<Fernando, resoluto, caminhou para eles, e servindo-se de uma lanterna *furta-fogo*, bradou iluminando o rosto de Laura:

<<Quero saber quem é?

<<Em resposta ouviu um grito:

<<Estou perdida! ...

<<Adolfo não tinha parentes no Rio de Janeiro, como passeava a tais horas com uma senhora pelo braço?

<<Fernando contou a Laura o que vira e que não pudera reconhecer a mulher que acompanhava o pianista.

<<Pareceu-lhe vê-la estremecer ouvindo contar aquela aventura.

<<Fernando sempre desconfiado, espreitou essa noite e viu então Adolfo passar com um mancebo imberbe que parecia 15 anos. Entendeu conhecer o jovem passeador.

<<Espreitou ainda uma vez disposto a reconhecer o passeante noturno e foi por acaso colocar-se defronte à casa de Anselmo tendo todo o cuidado em ocultar-se em uma ramagem.

<<Eram onze horas e ele viu abrir-se uma janela no primeiro da casa fronteira e por uma escada de corda descer um vulto que chegando ao solo dirigiu-se para a rua com passo apressado, onde estava um home a sua espera.

<<Desta vez não se enganava. Era realmente Laura que sabendo que Fernando a tinha visto em companhia do artista, vestira-se de homem e saía a das seu giro. (*Continua na próxima edição: 00045, 6 de novembro de 1880*).

<<Ao passarem perto de Fernando, este sufocou um grito, vendo o belo rosto de Laura no reverbero de um lampião.

<<O amoroso par foi se apartando, entretendo conversação em voz quase sumida.

<<E Adolfo quis agarrá-lo pelo braço, mas ouvindo o sinistro tic de molas da pistola, não teve recurso senão correr a alcançar a menina metamorfoseada que ia já longe.

<<Quando os perdeu de vista, o jovem sentou-se porque suas pernas não resistiam o peso do corpo.

<<Um tremor nervoso apoderou-se dela.

<<Sentado esperou o despontar da aurora, suspirando de instante a instante.

<<No outro dia visitaram-no seus amigos, pois uma terrível febre o acometera.

<<Laura vendo-se perdida, confessa a seu pai suas extravagâncias e três semanas depois desapareciam da corte sem saber para onde tinham ido.

<<O nobre jovem teve coragem par guardar segredo e só naquela época, como Laura não residia há alguns anos na sua terra, me revelará esta abominável história.

- Senhor doutor, já vê que tenho minhas razões, concluindo André suspirando.

- Realmente. Isto é horrível... Uma mulher tal não deve ser minha esposa!

A calúnia triunfara, porque a pobre e inocente Laura estava impura aos olhos do magistrado.

Parte X

Três dias havia passado e já viajava com destino ao Bonfim o jovem magistrado, porém guardando escrupuloso incógnito.

Para quê?

É o que vamos constar em poucas palavras.

Anselmo tendo chegado à cidade com sua família foi logo visitado por seu amigo José Correa que lhe relatou os detalhes do casamento de sua filha, sem omitir a menos particularidade.

Anselmo não pôde reprimir sua indignação, e manifestando-a com ardor e franqueza acabarão por alterar e ficarem inimigos.

Como se vê tudo o que se passava em Goyaz, fora tramado por Honório, que tendo mandado um espia à casa de Anselmo conhecera o rancor e ódio que lhe professava a menina Laura.

Procurou vingar-se por meio da calúnia.

Seu primo desempenhava perfeitamente o papel que lhe fora confiado.

Honório já o sabia por cartas que recebera de André, assim também, a viagem incógnita do doutor.

O pobre moço acreditando tudo o que lhe havia sido revelado, queria estar em Bonfim sem que alguém o soubesse e sondar o proceder de sua noiva, colhendo ao mesmo tempo informações acerca da história do célebre Fernando.

Em casa de Anselmo tudo eram preparativos para o casamento.

Esperavam o regresso do noivo unicamente.

O doutor deixou-se chegar à noite e ali estava sem que alguém o soubesse, à exceção de Honório, hábil intrigante que mandara espionar as estradas da povoação até certificar-se da chegada do juiz.

Uma noite que o magistrado, recostado preguiçosamente em uma rede, lia uma história novelesca, ouviu bater mansamente a porta.

O criado foi abri-la e afiançou que o juiz ainda estava em Goyaz, mas que era esperado a todo o instante.

Honório, pois era ele, disse-lhe com modo misterioso:

- Diga ao senhor doutor que falar-lhe relativamente à história de Fernando.

O criado confuso, não soube o que responder e foi falar a seu amo, certificando ainda que o doutor estava em Goyaz.

O doutor ouvindo o que lhe dizia o pobre homem, tornou-se lívido e mandou que fosse cautelosamente introduzido o visitante.

O caluniador, embuçado num grande capote, atravessou a sala escura e deserta e foi direto ao quarto em que estava a pessoa que procurava.

Cortejou-o civilmente e tomando uma cadeira sentou-a junto ao doutor rogando-lhe que se deixasse conservar de (ilegível) – e prosseguiu com voz bastante segura.

- Doutor, disse com acento grave o caluniador, esquece-se que há um ancião que conta com o seu amparo na decrepitude... esquece-se de seu venerável pai?

- Meu pai! Disse sufocado.

O malvado tinha tocado na corda sensível.

- Sim, meu pai precisa de mim... não devo morrer, ... mas quero fugir daqui... hoje... agora mesmo, já... já!

- Espere doutor, parece que se esquece que é juiz e que é mister passar a outrem sua autoridade?...

- É verdade, mas vou fazer já; e sentando-se à mesa tomou papel e principiou a fazer suas comunicações.

O criado habituado a obedecer às menores extravagâncias de seu amo, nem sequer pestanejou e tratou imediatamente de preparar tudo, o que pouco lhe custou, visto ter chegado há poucos dias seu amo e estar tudo em estado de fazer jornada.

Honório a poucos passos do juiz, contemplava-o cheio de satisfação.

Duas horas depois devia estar vitorioso.

O mancebo parecia devorar o papel; escrevia com uma velocidade espantosa.

- Senhor, disse-lhe dirigindo-se a Honório, e acabo de fechar o último ofício e quisera merecer-lhe um favor?

- Sou todo seu; respondeu aquele.

- Não quero que se saiba, senão depois de amanhã, que eu abandono a comarca, por isso rogo-lhe que só entregue estes papéis nesse dia...

- Está servido.

O criado apareceu e anunciou a seu amo que tudo estava pronto e que aguardava a hora da partida.

- Sairemos dentro de 5 minutos.

- Sim senhor.

O magistrado, coordenando os papéis que tinha de entregar, mandou que Antônio guardasse os outros.

Depois fez entrega dos papéis ao caluniador, que sorria no coração e chorava nos lábios.

Duas horas haviam decorrido e já o moço doutor estava fora da cidade, marchando para o Rio de Janeiro, e só Honório o sabia, e guardava escrupulosamente esse segredo porque muito convinha. O doutor viajava com a doce esperança de um dia poder banir de sua mente aquela funesta paixão.

Nem sequer encontrou um conhecido e foi assim ignorada de todos a partida de João Carlos.

O inferno protegia a vingança de Honório.

- Sei o motivo porque conserva-se encerrado, fazendo crer na sua ausência...

Ah!....

Sei que em Goyaz lhe foi contada a história até hoje ignorada de Laura...

Sabe?...

- Sei tudo.

- Pois então conte...

E em poucas palavras Honório repetiu a calúnia que nós já conhecemos, porém com cores mais vivas, pois era mais audaz que seu primo; ao concluir o pobre juiz estava aterrado e chorava e confessou que amava deveras a sua prima.

Honório aproveitando o enleio do moço perguntou-lhe:

- O que vai fazer?

- Morrer! Respondeu-lhe João Carlos.

- Faz mal; disse o malvado.

- De que me serve a existência, se a mulher que amo, que idolatro, está desonrada?!...

Honório em resposta sorriu-se.

- De que me serve? Responda!... – Doutor, é preciso ter um pouco de paciência e resignar-se com este amoroso...

- Não tenho paciência; sinto fugir-me a razão e se não acho um lenitivo para minha dor, enlouqueço! ... *(continua na edição 00048, Goiás 27 de novembro de 1880)*

Parte XI

Não entra em nossa mente a ideia de descrevermos os acontecimentos havidos em razão da saída inesperada do amante desgraçado, visto que, muito mesquinha é nossa pena para poder narrar sucessos de tamanha importância; só um romancista consumado poder-se-ia encarregar de semelhante tarefa.

Avaliai, leitor, que nos acompanha com paciência, a dor de uma noiva, pronto o enxoval, esperando unicamente seu futuro esposo que tantas vezes lhe jurava o mais terno, o mais constante amor!

Uma donzela, com vinte anos contados, presa do mais ardente amor, da mais elevada paixão! E para a qual só resta chorar e desesperar-se!

Seu prometido, sem se saber o motivo, a abandonara cruelmente.

- Mistério e mistério impenetrável, dizia ela muitas vezes debulhada em torrentes de lágrimas.

E depois, enxugando no lenço de branca tela o amargurado pranto, continuava o solilóquio:

- Ah! Para sempre adeus, sonhos mimosos de meu coração! Minha imaginação goza às vezes ainda a ilusão que para sempre eu perdi!

Tudo fugiu, tudo contigo desapareceu; mas eu te bendigo, horas cheias de amor!

E ainda como dirigindo-se a João Carlos, continuava:

- E tu senhor de minha alma se te causa aborrecimento que recorde minha desventura, pensa que estão fartos de chorar de amargura meus vermelhos olhos! Adeus para sempre, nem um breve instante eu sinto alívio; em meu peito arde um fogo de amor; minha vista vaga desvanecida a procurar... o quê? O anjo de minha alma, ou talvez, o demônio tentador que veio roubar o sossego e a paz de meu pobre coração, vítima de ingratidão. Adeus, adeus! Teu coração perdi!

Palavras trespassada de fel e de profundo sentimento em que caíra a pobre moça, perdendo, sem explicações o homem que devia partilhar sua sorte.

E mais nada acontece; passa-se o tempo e não aparece João Carlos.

E Anselmo? Velho robusto, cheio de resignação e coragem tomba, entretanto, ao peso da exageração da dor que o abismara – ouviram-no alguma vez dizer:

- Se não fora esta família que precisa do meu trabalho, pedia-te meu Deus, que me cortasses a existência enfadonha.

Só dona Henriqueta, senhora de sentimentos profundamente cristãos conservava-se inalterável e seu espírito sempre calmo e cheio de reflexão media e aquilatava os azares cheia de esperanças lhes lembrava um rifão antigo e real:

- O tempo disse ao tempo: cala-te, tudo tem tempo.

Mas ninguém a ouvia, a dor era intensa demais.

Passada uma semana, duas, três e mais, ainda na casa daquela família infeliz, só se ouvia palestras comoventes. Por muito tempo o esquecimento não pode apossar-se daquelas almas.

Seis meses decorridos, não era aquilo mesmo; havia-se operado uma verdadeira mudança e mudança extraordinária e esquisita. Quem entrasse ali dizia estar em um hospício de manomaniacos. Ninguém dizia uma palavra. – Era quase absoluto o mutismo. O pobre velho trazia os cabelos completamente nevados, sua voz, nas raras vezes que se ouvia, era trêmula e fraca e seus passos incertos e vacilantes.

A donzela de 20 anos tinha rugas na face; cobria-lhe uma palidez mortal. Seus lindos olhos negros estavam circundados por uma nódoa escura, azulada, e que demonstrava o quanto houvera carpido; mas agora aquele olhar cintilante já não tinha brilho e parecia impossível que naquelas embaçadas pupilas se visse nadar uma lágrima. Seu delgadíssimo corpo pendia quanto o vento soprava mais forte. Mimosa haste donde pendia delicada rosa, emurchecida pelos calores da desgraça, tombava para a terra como que querendo prematuramente fazer nela eterna moradia, caminhava para o ataúde.

Tal estado de apatia, hipocondria, ou que enfermidade seja, que sem piedade acometia aquela desolada gente; neste estado de coisas ali ninguém se lembrava dos voluntários. Seis meses passaram-se sem que uma carta a eles fosse enviada. Nem se quer queriam consolar-se; para aqueles corações, parecia não haver alívio e sucumbiam à dor, a não se dar um acontecimento imprevisto que em seguida referiremos. *(continua na edição 00049, 4 de dezembro de 1880).*

Parte XII

Via-se ao longe, no horizonte um raio de luz branca.

As estrelas principiavam a perder o seu magnífico brilho. Era a aurora que vinha despertando; uma aurora bela como costumam ser as da província de Goyaz.

Para o nascente já se viam os ameaçadores raios do sol! Isto é, o clarão que precede sua aparição.

Uma estrada larga, cortada por grande quantidade de viajantes é a de Goyaz para Bonfim.

Nesta estrada e nas imediações desta cidade caminhavam dois moços que pareciam ter pressa em chegar. Ambos montavam bonitos cavalos.

Os animais eram fogosos e pediam bridas.

Parece que queriam partilhar a ansiedade de seus cavaleiros.

- Espera, meu *russo*, temos que caminhar ainda duas léguas e se começa assim, vamos à galope.

- És bem pachorrento, Pedro; estou com vontade de satisfazer os desejos do meu castanho, pois tu sabes?... me parece que por casa tem havido novidades... oito meses sem notícias!... sem uma carta!...

-Pagar-lhe-emos com uma surpresa.

- Não sou de tua opinião. Antes quisera ter prevenido nossa vinda, porque já vão três anos e meses que estamos ausentes. Somos bem felizes em voltar são e salvos...

Todavia, levas uma cicatriz em lugar onde não podes satisfazer a curiosidade de muita gente...

- Dizes bem, e em certas casas seria bom que ignorassem...

- Que!... Ninguém ignora. Não te lembras aquela minha carta que mais se parecia um boletim? Nela não omiti a menor circunstância de nossa campanha.

- Sempre é um rapaz que gosta de escrever.

- Bernardo! – Acudiu o outro jovem cavaleiro mostrando-lhe um ponto, isto é, uma colina que se elevava entre as demais e lhes ficava bem fronteira – É ali ao pé daquel monte.... Sim, é ali que estão nossos veneráveis pais, nossos irmãos... A minha querida...pula-me o coração de alegria.

- Sim, é lá: a cidade está situada na freguesia daquele monte.... vamos apressar que às 8 horas chegaremos. Escuta; já que falaste na tua querida; se ela souber dos teus amores com a

bela moreninha, de certo, não ficará contente, visto que tu a esqueceste quando soubemos o como tem vivido com o seu malvado marido.

- Bernardo, não sei o que tenho, mas parece-me que ainda hei de brigar com esse Honório.

- A ocasião de brigarmos vai chegar, e então briga legal, em campanha com os inimigos da pátria. Não convém e seria mesmo incivil e desonesto que provoques esse moço por causa de sua legítima mulher...

- Não sou tão simplório; o que te digo é apenas um pressentimento.

- Como te disse ainda há pouco, nós vamos, e vejo que grandes novidades nos esperam: lembra-te que depois da carta que nos noticiara o casamento de Laura nunca mais nos escreveram?

- Por lá houve alguma coisa imprevista... e creio que o casamento não se realizou.

- Então, à galope.

- à galope.

Já devem ter conhecido os nossos dois voluntários, Bernardo e Pedro Anselmo, que portanto havia-nos deixado esquecidos nos confins do império.

Estes moços, vítimas da inação das forças que guarneciam aquela província, e ansiosos por abraçar sua família que há tempos não tinham notícias, resolveram requerer da presidência que os mandassem servir no exército que invadia o exército **pelo meio dia**.

A viagem devia ser por terra, porquanto a navegação fluvial estava obstruída pela República que hostilizara o Império.

O que deixamos dito, animou nossos voluntários a fazerem uma viagem de mais de 400 léguas, sendo parte por sertões povoados por selvagens bravios, mitigando assim as saudades que os molestava a mais de três anos.

Parte XIII

Uma casa de modesta aparência situada no palco da matriz, trazia cuidadosamente fechada suas janelas, quer chovesse, quer fizesse sol.

Estaria algum enfermo?

Talvez.

Façamos conhecimento com seus habitantes, ou descubram alguns de nossos antigos conhecidos, que procuram esconder-se... Consequentemente entremos naquele claustro, ou vale de lágrimas sem que nos possam chamar de abelhudos, contanto que tenhamos o cuidado de não lhes deixar perceber nossa inscrição.

Vejamos os prisioneiros de suas lágrimas e ouçamos o que falam, pois destas cenas poucas vezes se dão, visto que esses entes quase não se servem do uso da palavra; esse dom magnífico e particular do gênero humano.

Todos os cômodos da modesta casa estavam desabitados, à exceção de um vasto do salão do fundo, ao qual chamam de varanda.

Numa extremidade via-se um leito extremamente largo, que parecia pertencer a um casal bastante comodista.

No extremo oposto um outro menos largo lhe servia de vis-à-vis, as cadeiras tem desalinho, tudo era desleixo.

Pela aparência, julgar-se-ia os habitantes daquela vivenda os seres mais indolentes possíveis...

Não era assim.

Dor a dor reduzia aquela gente a uma apatia incompreensível.

Eram seis horas da manhã e o frio era intenso.

Ao redor de um fogão situado no centro da varanda via-se um grupo que mais se parecia um espectro desertados de algum campo *santo* do que seres humanos.

Compunham-se de três mulheres, um ancião e duas crianças.

A anciã, pois uma das senhoras era já idosa, parecia ser única mais senhora de si. Os mais julgamos inútil descrever seus estados. Eram, como dissemos, espectros ambulantes.

- Faz um frio horrível! Disse o ancião.

- Queres a tua capa? Perguntou-lhe sua mulher.

- Para quê? É-me indiferente... de mais a capa não esquento-me o coração.

- Anselmo! Disse gravemente a senhora. É preciso conformares-te com a vontade de Deus.

- Senhora! ... Sei que Deus não castiga senão os culpados, mas que crime cometi?

- Meu Deus! Tende compaixão deste pobre homem! Já perdeu a esperança!...

- Sim, já perdi – E em que devo confiar?

- Em Deus, nesse ser justiceiro e sumamente bom, Anselmo!

E o velho abaixando a cabeça, estendeu as mãos para o lume e entregou-se a sua costumada meditação.

Uma das moças tinha entre os joelhos um trabalho de crochê e estava abismada naquele serviço, porque não mostrava prestar atenção ao diálogo que acabamos de narrar.

Minutos depois levantou seus recheados olhos e voltando-se para sua mãe, disse:

- Sim, minha mãe, é preciso confiar em Deus e desde hoje, não mais verás tua filha entregue a um descoroçoamento tal... É mister fazer face ao destino?... pois façamos.

- Assim é, minha Laura, e Deus te dê coragem!

- Principio por ir já escrever a meus irmãos que há tanto tempo não sabem nossas notícias!

- Os sofrimentos nossos me tem impedido de lhes escrever, temendo que sucedesse alguma desgraça... Vai, vai escrever a teus irmãos.

- Ah! Se eles estivessem aqui! Não padeceríamos tanto, porque quiçá, teriam aclarado este infernal mistério que nos envolve. *(continua na edição 00051, 18 de dezembro de 1880)*

- Tem fé minha filha e não te lembres mais de nossos prazeres...

- Ah, custam-se acreditar que...

Neste momento ouviram tropel de cavalos que galopavam.

E eles principiaram a olhar uns para os outros, como se adivinhassem alguma coisa.

Ao chegar de frente à porta cessa o tropel e ouve-se passos apressados no corredor e barulho de esporas.

O coração de Dona Joaquina adivinhara a distância que a cercava de seus filhos e por isso balbuciou com voz trêmula:

- Meus filhos!...

Foi quando abriu-se a porta, e os dois mancebos caíram nos braços de seus venerados pais, cada qual pronunciando os mais ternos dos nomes:

- Meu pai!

- Minha mãe!

.....

Assim como nos esquivamos descrever os incidentes desgraçados desta família infortunada quando viu-se desditosa, também nos será permitido deixar que cada um avalie quais seriam os gozos e prazeres que teve aquela gente com a chegada repentina dos dois jovens.

Uma hora depois da chegada dos oficiais à casa de seus pais, já se sabia em toda a cidade o acontecido.

A casa encheu-se de curiosos. Os abraços, os emboras prodigalizavam-se com abundância.

Os prazeres, a alegria e a dor tem seu fim como todas as coisas deste mundo.

Os voluntários ficaram a sós com sua família; então começaram as perguntas de costume e poucas horas depois achavam-se inteirados de tudo que se havia passado como se nunca estivessem separados daquela casa. Souberam, não sem sentimento, da intempestiva partida do doutor, e do abandono em que caiu Laura. O restante do dia passou-se alegremente, isto é, para a família, mas os rapazes sentiam um pesar que não podiam explicar pois achavam sua gente inteiramente mudada e aquela mesma alegria que presidia a sua chegada parecia que era sobreposta por um denso e lúgubre nevoeiro.

Ao terminar a ceia, sentaram-se ao redor do fogão. Como as noites eram frias, ardia sobre o solo um montão de madeira, temperando com seu vivo fogo o ar que estava frigidíssimo.

Os que nunca sentaram-se em uma noite de intenso frio ao redor de um bom fogo colocado no centro de uma vasta varanda, não sabem o que é aquecer-se.

Ali nos serões de família, recebem as crianças lições de doutrina cristã; contam-se histórias tradicionais e algumas vezes lê-se também romances e novelas.

Sentados, pois, em redor do fogo, nossos antigos conhecidos conservaram-se e assim passaram até quase o amanhecer do dia; cada um sentindo a todo o momento desejos de contar alguma particularidade, até que vencidos pela fadiga e pelo sono, foram dormir.

É desnecessário dizer que aquilo que aqui toscamente narramos, foi objeto principal que os entreteio por tão largo tempo.....

Esta simpática família com a recém chegada dos militares, tinha tornado milagrosamente a seu antigo estado. Concordaram em que devia lançar-se sobre o tenebroso passado um véu espesso que obscurecesse tantas e tão dolorosas mágoas.

Por ocasião de suas vicissitudes foram visitadas por José Correa e seu genro e esta visita restabeleceu de certo modo a amizade interrompida em consequência do casamento de

Elisa. Honório, sempre jovial, não parecia ter tomado parte na menor circunstância dos acontecimentos anteriores. Consequentemente eram quase amigos como dantes. *(continua na edição 00052, 24 de dezembro de 1880)*

Dias passado, Pedro vira Elisa que se mostrava triste e envergonhada. Já não era a donzela de outros tempos. Era a mulher abatida; escrava do pesar e de um senhor abominável.

Vendo-a, sentiu o mancebo o coração bater-lhe de um modo que bem podia comprometer seus novos amores, se Elisa desposasse ainda de sua mão, e inspirado escreveu os seguintes versos:

Hoje me lembro de ti mulher que amei,
Por quem eu dava a vida;
Tu que nos letargos de minha alma,
Eras o bálsamo salutar que a sorte muda;
Tu, minha querida,
Vens hoje ocupar a minha mente
De ti há muito esquecida.

Oh/ quão doces eram nossos arrebatos/
Que mistura de fel e doçura,
Que de prazer e pesar de parceria,
Quanto raso, quanta amargura.

Já lá vão passados tantos anos
Que te não vejo, donzela;
E és ainda tão linda como era
Gentil, mimosa e bela.

Ah, aquela mulher, tão só aquela,
Tanto delírio a realizar alcança
E essa mulher tão cândida, tão bela
Foi um sonho metido de esperança!

Transcrevemos aqui o pensamento do soldado poeta por julgarmos que influirá para melhor se avaliar seu caráter e gênio inclinado à literatura.

Apaixonado fervoroso como outrora o fora de Elisa, agora litara-se a falar naqueles amores e se vê pelos seus versos que deles ainda tinha saudade. Mas se tal sucede, o faz com mistério e procura mesmo desviar-se de encontros que podem ser fatais.

Fazia já um mês que nossos voluntários se achavam na terra. Não se fazia divertimento ou festejo, sem que eles fossem convidados, e ali tratados como pessoas de grande merecimento.

Parece que aquele povo se orgulhava de ter entre si aqueles seus voluntários tão jovens ainda e já senhores de gloriosos lauréis conquistados em Mato Grosso. Mais de um baile lhes foi oferecido; jantares, serenatas; com todas estas festas eram sempre celebrados.

Era um viver feliz –

Dentro em um outro mês, deviam eles partir para o Paraguai, afrontar essa viagem longínqua em procura de novos imorredouros louros. Os próprios estranhos já o sentiam.

Os rapazes eram amáveis e a todos faziam a vontade.

Dizia-se que Pedro deixara em Cuiabá uma menina com quem tratara casamento e que voltaria assim se concluísse a guerra, que já demorava seu desejado termo. Essa moça era conhecida ali pelo simples nome de família – Catita – pois assim a chamava Bernardo. Seu verdadeiro nome: Catharina.

Bernardo contara a todos os amigos os amores de Pedro em Cuiabá, orgulhando-se sempre de ser inacessível em matéria de casamento.

Falava-se, portanto, muito nos amores do alferes.

Os dois mancebos, em segredo, procuravam o fio condutor que os levassem ao conhecimento dos fatos, tais quais se haviam dado com sua família e acreditavam que ali havia algum intrigante, porém nada haviam podido descobrir.

Estavam na mesma ignorância que os seus, aos quais nada diziam a respeito de suas desconfianças, porque sabiam que eles em nada dariam crédito, mormente o senhor Anselmo que não supunha ter um inimigo capaz de desejar-lhe um desgosto sequer.

Os moços habitavam uma sala que lhes foi preparada, que tinha portas independentes do interior da casa, portanto, podiam receber visitas sem que fosse preciso incomodar sua família e, quando e a hora, que lhes era necessário, saiam da mesma sorte.

Uma circunstância extraordinária veio alterar o plano de nossos militares, os quais não abandonavam as regras de sua classe, isto é, divertir-se todas as vezes que não tinham negócio

de grande monta a tratar. Preparavam-se eles para um passeio nos arrabaldes da cidade, pois já gozavam do bel crepúsculo da tarde, quando lhes aparece uma visita desconhecida e com a qual era rigoroso dever condescender.

O visitante era um moço da raça indígena, de que muito ligeiramente tratamos em um dos capítulos anteriores. Ali fez ele papel de espião do célebre Honório e vamos ver o que agora pretende. Descontente com seu primeiro patrão por questão de dinheiro, entendeu vingar-se dele levando tudo quanto sabia acerca de suas aventuras aos moços militares.

Lembrou-se quão grande devia ser a tormenta, porque os moços sabedores das calúnias que Honório havia atirado sobre sua irmã, necessariamente procurariam de alguma maneira desforrar-se.

Era bem fundado seu raciocínio, pois a irritação que produziu semelhante revelação foi estrondosa.

À princípio os oficiais não quiseram acreditar, supondo que se lhes urdisse alguma intriga, mas ultimamente vendo como discorria o mancebo, sua segurança no fio da história e o enredo enorme que contava haver feito Honório, sem sequer balbuciar, acabou por convencê-los de que tudo era verdade.

Julgamos fastidiosa a narração da conversa havida entre aqueles três jovens porque não seria mais que repetir o que havemos descrito nos capítulos antecedentes, conforme nossas forças.

Afirmamos que André foi extremamente escrupuloso, não omitindo nenhuma particularidade.

Fazei ideia agora como ficaram os nossos dois heróis.

Juraram logo sobre os punhos de suas espadas de vingarem sua irmã; no ardor da mocidade olvidavam qualquer acidente que lhes pudesse sobrevir e pretendiam acometer de frente o audacioso intrigante, porém, para levarem tudo a um êxito favorável e seguro, era mister guardar segredo e assim o exigiram do moço que lhes havia revelado com tamanho sangue frio as pretenciosas intrigas do marido de Elisa.

Um plano de campanha foi logo traçado entre os dois irmãos, que passaram a noite em sua casa e pouco ou nada dormiram.

Entrara como principal parte da estratégia a ignorância absoluta que todos deviam ter de suas operações. *(continua na edição 00053, 31 de dezembro de 1880)*

No dia seguinte havia reunião de família na casa de José Correa, onde deviam depois do jantar passar parte da noite dançando, cantando, jogando &&&.

Vemos por isso às 4 horas da tarde Bernardo, Pedro e suas irmãs caminharem em direção àquela casa. Seus pais também os acompanham.

Ninguém sabia o segredo, senão os dois destemidos rapazes.

Elisa desviava-se sempre de encontrar-se com Pedro e quando era preciso afrontar-lhe a presença, ficava tímida, baixava os olhos e não podia falar-lhe, apesar da indiferença que parecia mostrar-lhe seu antigo namorado. E como podia ser de outra maneira? Naquele coração despedaçado pelo infortúnio ainda vivia o amor santo que a pobre donzela de outros tempos tributava ao mancebo, mas agora era tímido, vergonhoso e incapaz de aparecer.

Quantos momentos terríveis, não teve que saborear aquela alma Cândida e virtuosa contemplando o galhardo porte e sedutoras maneiras do escolhido de seu coração. Quantas lágrimas não derramou a desventurada, a quem o bruto carinho de seus pais havia sacrificado.

No sertão, destes casos vê-se todos os dias. Para se celebrar um casamento a causa que menos incomoda aos interessados é o consentimento da moça.

Uma vez que pais e parentes queiram tudo, está concluído, e, não poucas vezes, tem sido arrastada, aos pés de Deus, algumas virgens que, assim, são brutalmente martirizadas.

Elisa, como ficou dito, era uma destas pobres que assim foram casadas. O amor que oferecera a Pedro ainda existia.

E para que manifestar ainda esse amor se ante Deus e a sociedade era ele criminoso?

Com que fito poderia ainda a infeliz se declarar mais que nunca apaixonada.

Seria talvez procurar uma desavença, um conflito, entre seu marido e o mancebo. Tais e tais pensamentos lhe afluíam e era isto o que ela queria evitar a todo custo, abafando a torrente elétrica que borbulhava desesperada em seu seio.

Pedro que observava com intenção, compreendera que Elisa nunca amara seu esposo e conheceu quanto era infeliz a pobre senhora. Se ainda houvesse remédio, ele ainda faria sua felicidade. E uma vez que as circunstâncias os haviam colocado frente à frente, resolver o mancebo tirar daquele amor acordado recentemente partido para sua causa e congratula-se consigo por ter um meio certo de vitória.

Sabe-se que Elisa e todos os seus parentes eram alheios às tramas de Honório acerca de Laura e sentira como verdadeiros os vai e vem porque passou esta menina. Quantas vezes as duas moças não choravam seus males!

Eram seis horas. Anunciaram que só se esperava por alguns convidados para que jantassem.

Dona Henriqueta fazia as honras da casa, e nesse trabalho dispensava a todos as finezas, e os convivas se achavam maravilhados à vista de tanta inteligência. Os militares estavam distraídos por um roceiro curioso que perguntava tudo quanto ouvira dizer que se dera em Mato Grosso durante a célebre invasão paraguaia e marchas dos corpos brasileiros, incluindo os reencontros que com o inimigo tiveram. Os mancebos não reparavam que se arranjava tudo e era hora de tomar lugar na mesa, a qual continha um dos jantares mais lautos que se pode imaginar naquelas paragens.

Honório os chamou e juntos foram sentar-se à mesa, onde já os esperava maior parte dos convivas.

Ali, no interior, não se conhece, felizmente, a etiqueta e enfadonha política da grande sociedade.

Reina sempre boa ordem e união entre as famílias, e, raro, muito raro se verá grosseria ofensiva do mesmo camponês. A ninguém ofendem e são, em geral, muito afetuosos e agradáveis.

À princípio, pouco se falou, porém depois que os copos esvaziaram mais de uma vez, ânimos foram-se alterando e em breve a conversação calorosa. As moças empunharam também seus copinhos e dirigiam seus brindes que forçosamente seriam acolhidos com estrépito auditório satisfeito.

Os velhos também fizeram suas saúdes ao antigo regime com poucas controvérsias.

Os moços, esses por demasiada modéstia ou por qualquer motivo, não fizeram mais que tomar parte no entusiástico coro. Também eles eram poucos.

Honório, os dois militares, um primo daquele e três ou quatro outros, faziam a soma da grande mocidade bonfinense ali reunida.

Depois de terem feito honra a todas as pessoas presentes, lembravam-se de fazer brotar na memória de seus convivas, recordação dos que presavam e estavam ausentes.

Entretanto, um dos moços que campava de espirituoso, lembrou-se de fazer uma saudação que encheu a todos de admiração e alguns de surpresa, porque a pessoa a quem se referia só tinha ali um conhecido e um adorador e estes eram os jovens militares chegados de Mato Grosso.

- Senhores – disse o espirituoso, ergo um brinde ao objeto fascinador que soube roubar os afetos do bravo senhor alferes Pedro Anselmo!

Dessa donzela que tão romanticamente intitulam de Catita; desse anjo que nos tem sido retratado como a mais famosa filha do torrão ocidental do nosso império.

Uma aprovação quase geral percorreu a mesa e quando antes tratavam de se servir de novos e bons doces pois já estavam à sobremesa.

Dissemos quase gemer porque um dos comensais pareceu não ter ouvido o brilhante pequeno discurso do eloquente orador. Quem seria que tão diretamente dirigia semelhante ofensa ao moço namorado?

Essa mesma que também já o fora.

- Elisa.

- Vamos beber! Prosseguiu o jovem – senhores, pois que aprovam a minha feliz quão surpreendente ideia.

- Bebamos! Repetiu em coro mais de uma dúzia de vozes.

Porém, Elisa que tinha seu cálice cheio, conservou-se ainda imóvel e como alheia a esta cena, o que fez Honório desconfiar seriamente das causas que até ali nunca lhe passaram pela mente. Os ciúmes abafados, se os havia, começaram a morder-lhe o coração.

Tal procedimento de Elisa aturdiu sobremaneira a Pedro que para sossegar da comoção que sentia, foi de necessidade que seu irmão lhe pisasse num pé e deitasse-lhe um olhar significativo.

Esta saúde, uma como sensação geral por motivo assaz diferente terminou com o jantar e como já fosse noite e a música tocasse algumas peças escolhidas num gabinete contíguo ao salão, convidando assim os amadores da dança, levantaram-se todos.

Não tardou que eles se compenstrassem de seus deveres e tratassem, sem prejuízo de tempo, de formar uma quadrilha, dança a mais apreciada nessas nossas cidades do sertão.

Honório, enfiado além do que é de supor, estava desconfiado e resoluto. Aquela recusa de sua esposa, não querendo acompanhar os que entusiasticamente aplaudiam o brinde a Dona Catita era uma demonstração tácita, mas evidente que ela ainda amava Pedro, fez formular em seu atribulador espírito, enormes dúvidas. Veio-lhe a mente o passado, e então, só se lembrou que Elisa fora amada com ardor pelo militar. Desde esse momento; como dissemos, o ciúme principiou a roer-lhe a alma. Jurou vingar-se do moço inofensivo, a contar daquela data, ódio e ódio de morte.

Talvez que o alferes não o tivesse em tamanha conta. O que parece é que o desprezava, e quase tinha compaixão de um ente tão miserável!

Por estes motivos, notou-se que todos dançavam alegremente e que o caluniador concentrava seu furor. (*Continua na edição 00002, 15 de janeiro de 1881*)

Bernardo olhou e disse entre lágrimas:

- Para que aquele homem infernal nos faz praticar uma ação como esta? Mas que faremos? Vamos ver se durmo e de amanhã resolveremos algo.

Era de um caráter inflexível este mancebo, mas tinha herdado o coração da mãe. Era generoso e bom.

Deitando, contra sua expectativa, adormeceu, ou sucumbiu ao cansaço.

A ausência de Honório durante alguns dias não causou inquietação a sua família. Era de costume sair sem que sua própria mulher soubesse seu destino; e nas suas viagens, muitas vezes levava quinze dias e mais.

Acontecera que saindo do baile, (*ilegível*) da mulher a casa e lhe dissera que (*ilegível*) tivesse de fazer uma ausência de ____ dias. Contava poder tirar a vida ____ jurara e se alguma circunstância o ____ cobrisse, fugir até que o irmão da vítima houvesse seguido para o exército. Por isso preveniu sua mulher e essa medida fez com que não se incomodassem com sua ausência. Quanto aos moços, esses fizeram constar que notícias do exército os chamavam quanto antes para a campanha, onde se arriscava o último lance para por termo a uma luta que durava cerca de quatro anos. Estava em 1868. O exército, depois de ter vencido em diversos lugares o inimigo, tomara de assalto o estabelecimento ao mesmo tempo que a esquadra encouraçada transpunha a, até então considerada inexpugnável fortaleza de Humaitá, fora finalmente vencido aquele formidável obstáculo.

Ia começar uma série de combates que tinha de decidir sobre a sorte da guerra.

Estas notícias deram motivos a que os alferes pudessem fazer crer que deviam seguir logo para o Paraguai e em breve estiveram no Rio de Janeiro para onde seguiram poucos dias passados.

A família Correa, incomodando-se afinal, mandou por toda a parte saber de Honório.

Todos os lugares onde ele costumava ir foram visitados e nenhuma notícia se obteve. A polícia foi sabedora e em vão procedeu as suas pesquisas.

Parecia que ele havia se metido pela terra adentro. Só Elisa parecia não se importar muito com tais causas. Estimaria ela o desaparecimento de seu marido? Saberla por acaso o que lhe sucedera? O que parece é que seu coração lhe avisava que ele, apesar de prisioneiro, sua vida não corria perigo.

Parte XV

Tende paciência, caro leitor, vamos agora viajar um pouco e o trajeto será longo, a distância imensa, o caminho escabroso e cheio de variedades; vamos transpor campos e matas, serras montes, rios e mares; mas de um salto, salvaremos tudo isto. Deixemos após todas essas grandezas naturais e vamos desembarcar em Assunção, capital do Paraguai; Ali tomaremos a via férrea e vamos deixa-la no Paraguai; viajaremos mais um pouco pela estrada que conduz a Vila Rica e depois em certa altura, mudemos de rumo; deixemos essa via e transportando a serra ou cordilheira que se compõe de diversos cerrillos mais ou menos elevados, cujo ramal constituem as colinas em que se encontram Vila Rica, Hitimi, Hiati&, ramificação imensa da grande serra de Caaguaçu, retrogrademos quase na mesma direção, mas agora por detrás da Cordilheira que abeiramos pelo sul. Íamos caminhando de ocidente a oriente, um pouco desviados e agora, de oriente a ocidente, mas descrevendo voltas e círculos daqueles caminhos e em lugares montanhosos.

Passando por Valenzuela, insignificante povoado, chegaremos a Pirabebuy, pequena vila e 3ª capital, segundo proclama López depois de haver perdido Assunção e Luque.

Ante Pirabebuy, façamos alto pois que ali chegamos na tarde de 11 de agosto de 1869. Nem mais um passo daremos. Além é o Paraguai indômito que dita as leis, e que leis! Deus nos proteja para que não sejamos prisioneiros de tão bárbara gente! Paremos por isso por aqui e vamos apreciar o que se passa naquela povoação por esse tempo.

Pirabebuy é uma vila pitoresca; seu campo é limpo e seu ar puro e agradável como soem ser a dos lugares elevados. Frondosas matas a circundam em distância, convidando o laborioso agricultor a embrenhar-se e aproveitá-las no plantio de legumes quais promete copiosas messes.

Tem sua igreja no centro dopovoado sob a invocação do senhor dos Milagres. Foi fundada sob o domínio de Martius Lidesma, em 1640. No tempo em que a visitamos havia-se transformado, de centro de agricultura que era, em perigosa praça de guerra; fossos e abatizes por todos os lados, numerosa artilharia; tendo por guarnição de 1.500 a 1.800 homens.

Posição, porém, sem mérito, interior as colunas de um derredor, deixava a mostra tudo que continha, seu formidável armamento, e mesmo os menores movimento de seus defensores; razão porque o exército aliado que a cercava aplaudia e comentava qualquer evolução estratégica de Caballero, comandante da vila. Vendo cada um soldado o ponto onde tinha de arregar-se e abrir brecha, contando já como certa a vitória na peleja que se travaria no dia

subsequente. E assim fora. Amanhecia silencioso e calmo aquele dia de agosto quando do quartel general partiu o ataque de artilharia, fogo!

No correr daquela noite, levantara-se em cada face da vila, trincheiras passageiras, de sacos de areias, apoio para os canhões de bombardeio. Eram 4 as baterias e não sabemos quantos canhões. O que é fato é que aquela hora rompia o fogo.

Espetáculo admirável, grandioso, aterrador!

Cruzando-se em mil relâmpagos, despejavam os canhões profusa quantidade de projéteis, respondendo os paraguaios, à princípio com igual veemência, afrouxando, porém, pouco a pouco e cedendo quase de todo afinal. Seu campo a descoberto dos nossos homens, proibia-lhes responder-nos sem grande mortandade. Metidos nos profundos fossos, esperavam a hora do assalto. Duas horas, que se pareceram dois anos, foi o tempo que durou o bombardeio.

Postada a infantaria na ordem em que devia acometer, esperava unicamente sentada e quieta, o termo daquelas custosas duas horas. Esperava-se que corrido aquele espaço, a voz da corneta, voz clangorosa, vinda das alturas do comando em chefe, nas mãos de Sua Alteza, o senhor Conde d'Eu, mandasse avançar para, com ímpeto de soldado brasileiro, galgando um só, de um único arranco, a fortificação que lhes ficava a fronteira; e, ao tocar no ponto convencionado, o ponteiro do cronômetro, ouvia-se a voz do bélico instrumento e logo as massas de infantaria se arrojaram com denodo inaudito e sem encontrar óbices, acham-se dentro da praça que lhe entrega, subjugada, as armas paraguaias.

Não há muros, nem fossos, nem abatizes que interrompa a marcha daqueles valentes da pátria, já povoados em tantos e tão perigosos combates anteriores.

A vitória é completa em poucos instantes e o entusiasmo é geral; mas há fatalidade! Uma das mais gloriosas espadas, um dos mais simpáticos e destemidos lidadores daquele exército, também naquela porfia, João Manoel Mena Barreto, de parceria com outros oficiais subalternos, perdera a vida naquele combate.

As ruas daquela vila ficaram juncadas de cadáveres e de feridos. Paraguaios, brasileiros, tudo em desordem jaziam misturados. Mulheres, crianças, velhos, mortos ou feridos se encontravam também estendidos. O estrago da artilharia fora horrendo, excessivo: corpos espatifados, crianças partidas ao meio; homens sem pernas e ainda alguns vivos!

A mulher paraguaia, ainda moça formosa, um estilhaço de granada arrancara-lhe toda a parte inferior do rosto; conservando-se, todavia, coberta de sangue e para mais consternar,

amamentando uma criança de dez meses! Pobre inocente! Não sabia quantas dores sua mãe curtia. *(continua edição 00011, data 19 de março de 1881)*

Oh amor materna! Como és belo, grandioso, sublime! Aquela desgraçada mãe morreria dali a instante, esvaída em sangue esquecia-se de si para cuidar de seu filho. Queria e procurava esconder o assustadiço menino de tanto horror e estrondo, entregando-lhe seu ensanguentado seio e acariciando-o com os **mais** que podia articular! Naquele rosto não havia mais que dois negros e grandes olhos, testa, orelhas e o resto da cabeça. O quico, lábios, nariz e parte da face, a bala havia levado. Uma enorme língua agitava-se no ar, qual flexível cobra presa pela extremidade e que se debate para escapar!

Basta de sangue; passemos adiante e vamos ao hospital de feridos. Conquanto não seja ali um lugar aprazível, deleitoso, fechemos os olhos a tantas cenas de horror e vamos lá procurar alguns conhecidos desta narrativa.

O edifício escolhido para tal mister parecia a ter sido muito a propósito construído para conter tanta gente aglomerada. Um casarão imenso, construção tosca de um só compartimento deixava campo bastante vasto para acomodação.

Havia duas grandes linhas de camas! Refletindo melhor, diremos: duas ordens de portas arrancadas de seus gonzos e estendidas ao chão, tábuas e outras coisas semelhantes faziam os leitos.

Não raro se veria um velho soldado, atado o braço e a cabeça, recostado simplesmente sobre a manta ou baeta estendida ao solo e tendo para travesseiro a empoeirada mochila. Outro, que tais peças não possui, estirado comodamente ao chão e outros ainda de mil maneiras. E nem censuras podem caber. Como se poderia, assim, imediatamente, depois de um combate, encontrar, no próprio campo inimigo, leitos para os feridos de tão recente data?

Viam-se alguns oficiais numa extremidade do imenso galpão, ali era a enfermaria deles.

Recolhiam ainda enfermos trazidos do campo de combate. Jazia sobre um leito, próximo à enfermaria dos oficiais, um soldado gravemente ferido; tinha uma perna fraturada e gritava desesperadamente. Mais de uma vez atraíra o cirurgião, que com palavras animadoras o examinava e retirava-se em demanda de outros doentes. Já lhe haviam aplicado o primeiro aparelho. Esse homem sofria horivelmente; momentos havia em que cessava de gritar e então, como se houvesse de todo acabado, aquietava-se de uma vez; eram vertigens que o visitavam.

Estava ele neste estado quando um oficial subalterno entrava na enfermaria, trazendo um lenço ensanguentado, envolvendo-lhe o rosto. A palidez que lhe cobria a face denunciava que muito sangue houvera perdido: todavia, conserva-se em pé e viera ali só para curar-se, tencionando volver para sua barraca. Um outro da mesma patente e mais moço acompanhava-o inquieto. Eram irmãos e bem se pareciam.

- Senta-se por aqui e não esteja a agitar-se, dizia o mais moço. – Senta-te enquanto vou procurar um médico e voltarei já.

- Não, não; meu irmão. Há por ai soldados que, mais que eu, sofrem. Deixa os médicos cuidarem nos que estão em perigo de vida. Eles o primeiro lugar; eu logo mais.

Mordonava nessa hora o soldado doente.

- Não Bernardo... tens perdido muito sangue. Tens aí profundo golpe... vou ver o médico.

Logo, logo mais.

Coração generoso e cheio de abnegação digno de todo louvor, descuidava de si pensando nos seus semelhantes, nos pobres soldados.

Chegara para eles nesse momento um facultativo que chamado examinou o alferes. Sondando com os instrumentos de arte reconheceu ser um golpe dado de soslaio, mas não ser causa de perigo. A este tempo gritava de novo o infeliz soldado da perna fraturada – o doutor correu a vê-lo e os dois irmãos olharam-no estupefatos, exclamando ao mesmo tempo:

- Honório!

Sim, era Honório que naquele combate houvera sido mortalmente ferido.

Mas como Honório viera ali parar?

Ele mesmo o contará.

Mais um doente entra na enfermaria e vem se apresentar. Era um moço de 30 anos, alto, claro, de testa vasta, fisionomia agradável e longa barba, onde prematuramente branqueavam os cabelos.

Tinha ares de tristeza e não vestia uniforme e não obstante trazia sangue! Também um braço fora-lhe visitado por uma bala de fuzil.

- O doutor também sofreu sua arranhadura? Perguntou-lhe o médico, revelando com tal tratamento o recém-chegado ser formado.

- Sim, meu amigo, porém creio que isto será nada; o que diz? Examine...

Uma ferida que lhe atravessa o braço... mas é leve... nada será, dizia examinando.

- Oh meu Deus! Grita o soldado; quiseste reunir na borda do meu túmulo estes três homens! Quisestes que fossem testemunha de minha derradeira hora!

- Que vejo! Senhores, quem é este homem? Conheço-o... um moço do sertão, um goiano... Honório enfim!

- Sim, sou o mesmo, doutor. Eu que lhes tenho causado tantas mágoas, eu, o ente infernal, abjeto, desprezível!

- Delira, disse o médico.

- Fala a verdade, responderam os oficiais.

- Vou morrer, eu sinto, mas estou em meu juízo; quero que os senhores me concedam uma conferência – um pouco de tempo dispensado a um moribundo e nada mais. Atendam-me que eu vou morrer! Que dores! Meu Deus, que Dores!

O médico afastara-se e os oficiais conjuntamente o moço ferido no braço ficaram juntos ao enfermo.

- Senhor doutor, disse então Honório, conhece esses moços?

- Não meu amigo. Explique-se, como o encontro por aqui; que lhe sucedeu?

Tudo saberá, doutor, dir-lhe-ei tudo. Sou um renegado, um homem desgraçado, intrigante, perverso. Mereci o castigo, mereci-o muito! Senhor doutor, esses moços são os senhores alferes Bernardo e Pedro Anselmo, seus parentes, irmãos de Laura.

O nome de Laura fizera afluir-lhe o sangue ao rosto, cobrira-se o mancebo de uma cor que há muito lhe era estranha.

- Abraçai-os, doutor, continuou Honório, são seus amigos. E voltando-se para os jovens: - É o senhor doutor João Carlos que esteve para casar-se com a mana de vossas senhorias. Os moços, ouvindo tais palavras, recuaram ambos espavoridos – Acostumaram-se, mesmo sem conhecer, a odiar o homem que burlara tão ingratamente a sua irmã.

- Explique-nos o que tenha a dizer-nos, que vai fazendo-se tarde... falou Pedro, pálido e meio trêmulo para disfarçar sua perturbação.

- Senhores, sou um homem morto! Só direi a verdade. Vejo que se odeiam, sou eu a causa. Esperem, vou contar-lhe em poucas palavras minha vida e acabaram por abraçarem-se; por se tornarem irmãos. Ai que dor! Sentai-vos que eu vou começar. E olhando para o céu, em êxtase profundo, como se estivesse encarando o Supremo ser dos seres – Graças a tio, Deus bondoso, morrerei aliviado? E voltando-se para os três mancebos continuou: - Antes de tudo, senhores, perdoai-me.

Os moços colheram uma tábua e fazendo dela um mal banco, sentaram-se. Honório começou:

- Eu sou de muito má gente; minha família nos anais do crime é assaz conhecida. Dois de meus tios arrastam grilhões nos presídios do Araguaia.

- Que poderia eu ser? Corre-me nas veias o sangue do facínora: facínora havia de ser sempre. Por desgosto causado pelas aventuras daqueles meus tios morreram meus pais.

Estes ao mesmo tempo quiseram ser bons; órfão, portanto, na mais tenra idade, entregaram-me a uma velha tia, mulher de duvidosa reputação e que me alimentava o ânimo de criança com contos de valentia. Com estes atos e outros conselhos, acostumado a encarar como um bem, uma virtude – a valentia no crime. Depois, quando eu tinha 12 anos, comprou-me uma espingarda para que eu me exercitasse e então, dizia-me: Experimenta como se mata, meu menino, e saberá o que é um homem valente! Aprendi logo a passarinhar e era o melhor regado andar em caçadas. *(continua na edição 00012, 26 de março de 1881)*

Em breve tempo fui o terror dos meninos; criei-me com estes e outros quejando conselhos e lições.

Uma vez sequer não se me admoestou por mal proceder, e assim que homem poderia eu dar?

Conheci desde essa idade uma minha prima Elisa.

Amei-a com a amam os meninos; queria casar-me e nada mais. Minha tia abria-me os olhos: - José Correa é rico, Honório, é teu padrinho e sua mulher, tua tia; deves para tua felicidade, casar com a filha. Fazei-te passar por bom, dissimula teu gênio altivo, teus vícios que para mim são virtudes e agrada o emboaba, como ela o chamava e casa com a filha; sim, precisa unir-te à Elisa para que sejas rico. – Foi em poucas palavras, o que eu fiz. Ai! Senhores, muito me doi esta perna – E parou descansando e depois – sabia que o senhor – e mostrou Pedro – amava a mulher que queria para mim.

Hoje é o dia das verdades, saia, pois, mais esta a lume: devia morrer as minhas mãos; tinha-o resolvido e salvo-o esta guerra. Partindo como voluntário, deixando-me campo vago, entendi inútil este crime. Ficava, portanto só e ia trabalhar para chamar a mim a filha de meus tios. Armei ciladas, menti, presenteí, lisonjeei. Desci até a mais vil adulação para demovê-la da paixão que tributava a seu namorado; nada consegui; tudo foi debalde.

Com vontade de ferro ela sempre me respondia: - não posso ser sua! Dizia-se quotidianamente.

Para um perverso, para um rapaz criado na carreira do crime, ou, ao menos, ouvindo-lhe a apoteose não há estorvos, não há tropeços: maquinei e levei de rastos, semi morta minha prima ao leito nupcial! Matei-lhe o coração! Quão ingrato sou! Quanta perversidade nesta desgraçada criatura!

Sabeis como se fez o meu casamento, não preciso relatar-vos. Até aqui fui criminoso, mas pelo cinismo, pela avareza, não por ódio.

Elisa tinha uma amiga, amiga íntima como se houvesse sido criada no mesmo berço, no seio da mesma mãe. Esta, sabendo a aflição de Elisa, declara-se contra mim, no seu arrebatamento nervoso, atira-me epítetos que ofendem profundamente meu criminoso orgulho... À vista disto, envio-lhe um espião que me traz a confirmação de seu juízo a meu respeito e me repete suas palavras: - cínico, sem consciência, perverso e avaro! – foram punhais que me rasgaram as carnes; não sabia sofrer, nunca houvera sofrido; já irei pois vingar-me dela e medonha foi a vingança. Perdoe-me senhores!

O doutor que o contemplava mudo, estático, arfava tendo os olhos fitos na fisionomia de Honório. Queria penetrar-lhe no coração, beber-lhe as palavras e adivinhar-lhe os gestos e como ferimento se prolongasse, na pausa que fizera, o doutor rogou-lhe que continuasse.

- Sim, tremenda foi a vingança, tremenda deve ser o castigo! Tendo por arma a calúnia, roubei-lhe a felicidade, roubei-lhe o esposo querido de sua alma. Afastei dela o doutor!

Fiz com que em Goiás, um meu parente, homem de meu quilate, o arrastasse a uma provocação e lhe contasse a história que sabe; tenebroso quadro desta miserável cabeça que só tem produzido infâmias! Depois procedi com o senhor quando de regresso, chegou a Bonfim. Com a maior perfídia e dissimulado sempre, fazia-me home de bem! – E em tom mais brando, dirigia-se a ele:

- Abracem-se que não há motivos para se malquererem; o desgraçado sou eu que ninguém sobre a terra! Abracem-se em tríplice laço.

E assim fizeram os três moços sem articular palavra, maquinalmente; a comoção dominava aqueles corações. É uma hora de verdadeira felicidade para os três, os quais enlaçando-se num ____ amplexo, como o mandara Honório, deixaram correr lágrimas há tanto tempo represadas. Cada um sentia que uma mágoa profunda, acabrunhadora, desaparecera como fugaz exalação.

- Vou ainda dizer alguma coisa, porém, só ao senhor doutor. Os senhores alferes o sabem como eu.

Continuava no Bonfim como homem de bem; geralmente se me estimavam. Só no lar doméstico encontrava uma criatura de gelo; era Elisa.

Nunca um carinho, um sorriso sequer fora me dispensado: tratava-me como a escrava servil e submissa trata o senhor que lhe manda castigar de vez em quando. Isto não me molestava; não a amando com o amor santo que deve ter todo o esposo, pouco se me dava com este proceder da minha vítima. Com meu casamento, arranjava-se minha vida, portanto, meu sogro, dera-me em dote, além de diversos bens, oito contos de réis.

Corria-me bonançosa a carreira quando chegam de Mato Grosso os senhores aqui presentes. Ai começa o destino a perseguir-me, ai o tempo do meu maior ódio, do meu mais depravado intento!

Meu coração não saciado ainda do prazer da vingança frívola com as histórias que urdi, com os males que causei, levou-se a procurar de novo a família Anselmo que se tornara nossa inimiga. Soube fazer-se bom para ser bem acolhido por aquela boa gente. Saboreava então minha maldita obra. Via dona Laura pálida, triste, acabrunhada, infeliz enfim! Consolei-a para satisfazer minha ferocidade.

Um dia o demônio meteu-se-me em cabeça e tive ciúmes de minha mulher; sondei-me descobrir motivo de sobejo para considera-la criminosa. Resolvi matar o homem que me parecia ser por ela amado; era ali o senhor alferes Pedro.

Não quis porém Deus que tão hediondo crime se consumasse e, errando a pontaria, cai em poder dos meus generosos inimigos que já nesse tempo sabiam das minha intrigas e preparavam-se para me prenderem. Eis aqui senhor doutor, a razão porque me encontro nestas alturas. Estes moços subtraíram-me como se eu fosse um fardo, com tamanha habilidade que muito tempo se me julgou por morto em algum lugar ermo onde não podia ser encontrado. Enquanto procuravam-me debalde no Bonfim, caminhávamos nós para o Rio de Janeiro. Ali deram eles tais providências, que fui atirado ao porão de um navio, qual uma caixa de mercadorias e chegando a Assunção, desembarquei como praça. Trataram-me sempre como inimigos, mas, força confessá-lo, sempre generosos. Outros ter-me-iam morto.

Ah senhores! A fé, a religião, bálsamo suave que verte em profusa copia o consolo em nosso espírito, apossou-se de mim. Sinto vil, quando me sentia orgulhoso. Se não morrer deste ferimento, ainda hei de ser um homem de bem; começarei por ser escravo submisso e fiel da minha Elisa. Oh! Os senhores vigiando-se de mim foram, sem querer meus bem feitores!

E calou-se tendo os olhos arrasados de lágrimas.

Nas suas feições desenhava-se uma comoção violenta. Aquela alma despegava-se das maldades terrenas para recordar-se aterradas dos conselhos sublimes do homem de Deus.

Via agora um horizonte claro, límpido e formoso diante dos olhos e queria viver para, com novo proceder, com nova vida, barrar de uma vez para sempre um passado tenebroso e cheio de vícios e de crimes. Calara-lhe no ânimo a esperança de que se podia salvar. Oh santa crença! Poder-se-ia sem vós compreender o mundo e seria possível, sem vós, sofrê-lo?

Qual terreno ressequido, após longa seca, precisava aquela alma, uma chuva celeste e suave que lha refrescasse, que lha fecundasse.

- Louvado seja Deus que me há mostrado o bem antes de morrer! Articulava Honório para si. E caíra em profunda letargia.

- Agora vou dizer-lhes o que me conduziu ao Paraguai – falou por sua vez João Carlos.

Senti ao partir de Bonfim que a alma me ficava naquele paramos desertos e caminhava para o Rio de Janeiro sem saber para onde ia. Tanto se me dava andar muito ou pouco, chegar cedo ou tarde. Queria só fugir do lugar dos meus pesares. Meu coração desesperado pelo choque terrível que sofrera não encontrava alívio em parte alguma e desejava morrer!

Mas, eu tinha pai. Pai velho que só comigo contava nos derradeiros dias de sua vida. Era por ele que eu caminhava, e a ele que eu procurava.

Na corte, ao desembarcar encontrei um colega que num abraço me disse:

- Como pareces triste! E tens razão! Não se encontra outro pai.

Minha mágoa era diversa e a estas palavras, transido de susto, perguntei-lhe ofegante:

- Que queres dizer?

- Pois não sabes que teu pai é falecido? As minhas sinceras condolências. Hoje ouvimos uma missa pelo descanso eterno de sua alma; hoje é o 7º dia de seu passamento.

Não sei como tive forças para resistir tamanho golpe. Eu que vinha encontrar naquele velho de outros tempos, naquela cabeça de tanto juízo – conselhos e lenitivos para minhas dores! Terrível embate de sorte.

Fui à casa e encontrei-a deserta! Senti-me sem forças para viver e minha ideia fixa, imutável era deixar de existir! Mas como? Suicidar-me?

Não! Não queria morrer coberto de ignomínia, não queria que os homens me chamassem: - covarde!

Uma ideia feliz me acudiu e me valeu.

Lembrei-me da guerra e julguei-me feliz. Um lugar no exército não era difícil e conseguindo-o parti imediatamente; eis o motivo porque me encontram aqui no Paraguai. Sou

auditor da guerra, mas, mesmo como magistrado, não perdia um recontro; em todos entrava sem farda, desarmado, procurando a morte! Oh! Deus me protegia! Hoje, por surpresa felicidade, tive de ser ferido para vir conhece-los de perto. Sim, este ferimento, causa desta cena, tirou-me de sobre o peito uma enorme massa granítica que com demasiado peso me assoberbava; a ele devo vir a esta enfermaria, conhecer meus estimáveis parentes e sobretudo, abrir-me os olhos, fazer-me convencer de que um anjo puro e celeste não se mancha ao toque imundo da calúnia vil e torpe!

- Meus amigos! Prosseguiu dirigindo-se aos alferes – sabeis o que motivou o meu brusco proceder; sabeis que fui leviano, mas também deveis estar convencidos de que não sou quem pensam, não fui tão mal. Um demônio tentador que graças ao céu, caminha para a reabilitação, separou-nos. Romperam-se, porém, as intrigas, e tornamos ao velho estado; quero que que fui indireto causador de tantos males, quero, repito, ser também o primeiro a proclamar as virtudes, nobres qualidades e rara formosura de minha amável e puríssima prima; quero arrojá-la a seus pés para obter-lhe meu perdão, e, se ainda mereço, ofertar-lhe a mão prometida. Quero ser livre, vou pedir já minha exoneração; quero ser livre para poder ser escravo; escravo leal e submisso daquela que até hoje mora aqui! E indicava o coração.

Parte XVI

Quem viajasse de Goiás para Minas, ou para o Rio de Janeiro, em 1878, passando por Minas, encontraria na cidade de... O doutor João Carlos.

Acabada a guerra, fora nomeado juiz de direito da comarca e ali, no doce lar doméstico, encontrava-se também a simpática e virtuosa Laura. Anselmo a rogo de seu genro, mudara-se com eles para ali. O escrivão do público, judicial e notas era Pedro que casando em Mato Grosso com sua Catita obtivera aquele lugar. Bernardo era coletor, também da mesma cidade, e simpaticamente conserva-se solteiro. Queria ajudar na educação dos sobrinhos: - sempre generoso e bom. Honório escapara, vivia em Bonfim; seu arrependimento fora sincero; trabalha hoje por fazer fortuna. Tornara-se amável e carinhoso para com sua mulher que já o ama. José Correa falecera, vindo assim seus cabedais aumentar as posses de Honório que apesar de bom, ainda se conserva um verdadeiro ginja.

Amigo, agora, dos oficiais, que são honorários monta às vezes a cavalo e vai com Elisa, e um filhinho que já tem, visitar a família Anselmo – e quando juntos, não magoar Honório que, verdadeiro arrependido, não cessa de achar-se mal, perverso. Dona Henriqueta vive com Elisa e, bem velha já, continua boa mulher.

Fim.